

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ROBERTO GARCIA SIMÕES

**GEOANÁLISE: TERRACENO E DESTERRITORIALIZAÇÃO
E ESPAÇOS (-, E) TEMPOS
CEM ESCALAS E PLATAFORMAS MIL**

VITÓRIA

2023

ROBERTO GARCIA SIMÕES

**GEOANÁLISE: TERRACENO E DESTERRITORIALIZAÇÃO
E ESPAÇOS (-, E) TEMPOS
CEM ESCALAS E PLATAFORMAS MIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Luiz Zanotelli

VITÓRIA

2023

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

S593g SIMÕES, ROBERTO, 1955-
Geoanálise: Terraceno e Desterritorialização e Espaços (-,e) Tempos. : Cem Escalas e Plataformas Mil. / ROBERTO SIMÕES. - 2023.
432 f.

Orientador: Cláudio Luiz Zanotelli.
Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Desreterritorialização. 2. Deleuze e Guattari. 3. Espaços e Tempos. 4. Antropoceno. 5. Escala Geográfica. I. Zanotelli, Cláudio Luiz. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 91



Secretaria Integrada de Pós-Graduação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

ATA DE DEFESA DE TESE DO CURSO DE DOUTORADO EM GEOGRAFIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - ATA Nº 41 - 12/07/2023.

Em sessão pública ocorrida no dia doze de julho de dois mil e vinte três, realizada na Sala 208 do Prédio Bárbara Weinberg do CCHN, procedeu-se a avaliação da tese do aluno **Roberto Garcia Simões**. Às 08h, o Prof. Dr. Cláudio Luiz Zanotelli (UFES), Orientador e Presidente da Comissão Examinadora de Defesa de tese, deu início aos trabalhos, convidando a compor à mesa os seguintes Professores(as) Doutores(as): Paulo César Scarim (UFES) examinadores interno; Jean Calmon Modenesi, Bruno César Pereira Malheiro (Unifesspa) e Juliana Fausto de Souza Coutinho – examinadores externos. A seguir, o presidente solicitou ao doutorando que fizesse uma explanação de seu trabalho intitulado “**GEOANÁLISE: TERRACENO e DESTERRITORIALIZAÇÃO e ESPAÇOS (-,e) TEMPOS Cem Escalas e Plataformas Mil**”. Terminada a apresentação, o presidente passou a palavra aos examinadores, que procederam à arguição do candidato. Ao final, a Comissão, em sessão reservada, deliberou pela **APROVAÇÃO** da referida tese nos termos do Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Geografia e alertou que o aprovado somente terá direito ao título de Doutor após entrega da versão final de sua Tese, em meio digital, à Secretaria do Programa. Encerrada a sessão, eu, Prof. Dr. Cláudio Luiz Zanotelli, presidente da Comissão Examinadora, lavrei a presente ata que vai assinada digitalmente por mim e pelos demais componentes da Comissão.

Prof. Dr. Cláudio Luiz Zanotelli (UFES)
Orientador e Presidente da Banca

Prof. Dr. Paulo César Scarim (UFES)
Examinador Interno

Dr^a. Juliana Fausto de Souza Coutinho
Examinadora externa

Dr. Jean Calmon Modenesi
Examinador Externo

Prof. Dr. Bruno César Pereira Malheiro (Unifesspa)
Examinador Externo





Ata defesa Roberto Simões Aprovado

Data e Hora de Criação: 12/07/2023 às 14:42:40

Documentos que originaram esse envelope:

- Ata defesa Roberto Simões Aprovado.pdf (Arquivo PDF) - 1 página(s)



Hashs únicas referente à esse envelope de documentos

[SHA256]: 151cb0ce4aff1bca7fb7facaf06d4a6f8f3eae9cf29131c697ea55af182606fc

[SHA512]: 0ca7e2748f0aaef435e0dcd367fa49d6c90ea3a7420a9c6d6ae00c80727f1988e4a811b07b1535e3e90780bb253fbc7cce96782eb2b6960726c05e729196a6b0

Lista de assinaturas solicitadas e associadas à esse envelope



ASSINADO - Bruno Cezar Pereira Malheiro (brunomalheiro84@gmail.com)

Data/Hora: 13/07/2023 - 09:00:59, IP: 187.36.142.145

[SHA256]: 9f580d10f0d702c8a4d05c76c89b1e6e9da28957145c4d650c47aaa3cce14f77



ASSINADO - Cláudio Luiz Zanotelli (clzanotelli@yahoo.com.br)

Data/Hora: 12/07/2023 - 18:15:01, IP: 179.102.143.182, Geolocalização: [-20.275468, -40.304303]

[SHA256]: a6b03de145ed865e20990115957bd61ebb8528ea5a53cf3a931dcd624e3d04ce



ASSINADO - Jean Calmon Modenesi (jeancalmonmodenesi@gmail.com)

Data/Hora: 14/07/2023 - 01:52:21, IP: 186.212.111.21

[SHA256]: a596fc79e62925b11462b7004c44f3b28d9ff416a31738900493aa9db6654d94



ASSINADO - Juliana Fausto de Souza Countinho (julianafausto@gmail.com)

Data/Hora: 14/07/2023 - 00:13:48, IP: 186.214.63.178, Geolocalização: [-22.815194, -43.206987]

[SHA256]: 32377028ed61e467721bc7710649d1def4d1726f276d791b89b2a3c4bf858aa8



ASSINADO - Paulo Cesar Scarim (pauloscarim@hotmail.com)

Data/Hora: 13/07/2023 - 10:03:11, IP: 179.102.133.116, Geolocalização: [-19.668990, -40.402851]

[SHA256]: 4269761d62a45985cd276bb5f15200b3fa31ce875d443da79e792bc8748d64bf

Histórico de eventos registrados neste envelope

14/07/2023 01:52:21 - Envelope finalizado por jeancalmonmodenesi@gmail.com, IP 186.212.111.21

14/07/2023 01:52:21 - Assinatura realizada por jeancalmonmodenesi@gmail.com, IP 186.212.111.21

14/07/2023 00:13:48 - Assinatura realizada por julianafausto@gmail.com, IP 186.214.63.178

14/07/2023 00:13:39 - Envelope visualizado por julianafausto@gmail.com, IP 186.214.63.178

13/07/2023 10:03:11 - Assinatura realizada por pauloscarim@hotmail.com, IP 179.102.133.116

13/07/2023 10:03:06 - Envelope visualizado por pauloscarim@hotmail.com, IP 179.102.133.116

13/07/2023 09:00:59 - Assinatura realizada por brunomalheiro84@gmail.com, IP 187.36.142.145

12/07/2023 18:15:01 - Assinatura realizada por clzanotelli@yahoo.com.br, IP 179.102.143.182

12/07/2023 18:14:40 - Envelope visualizado por clzanotelli@yahoo.com.br, IP 179.102.143.182

12/07/2023 14:48:51 - Envelope registrado na Blockchain por vinicius.machado@ufes.br, IP 200.137.65.106

12/07/2023 14:48:50 - Envelope encaminhado para assinaturas por vinicius.machado@ufes.br, IP 200.137.65.106

12/07/2023 14:42:41 - Envelope criado por vinicius.machado@ufes.br, IP 200.137.65.106

AGRADECIMENTOS

Ao professor Cláudio, pela trajetória fecunda propiciada, desde a acolhida inicial, quando tudo estava no ar, até a leitura atenta e questionadora da penúltima versão, passando pelas conversas intermináveis no estacionamento, na feira orgânica, nos bares;

Aos colegas do Laburp, por terem aturado apresentações demoradas, e quase sempre enfadonhas, pelos diálogos em sala e pelos ocorridos gostosamente na cantina do CCHN – UFES, sem falar do “vamos sair” realizados, não faltando fofocas e risos;

Gorete e Matheus e Henrique e Gisa. Agradeço com carinho, alegre. Momentos intensos. Aprendemos a conviver com a sensibilidades das plantas e da cachorra, com as “brincadeiras” e “briguinhas”, com as “séries” ao final da tarde, com “beijinhos”, com “mereceu” pelas bobearas. Destas vidas florescem forças para este trabalho.

RESUMO

O que marca a tese é a apropriação da geoanálise em Deleuze, apenas mencionada em *Diálogos*, seguida de uma tentativa de começar a abri-la para contemplar três componentes: Terraceno, Espaços (e, -) Tempos e Linhas.

Especificamente, ensaiam-se enlases entre escalas geográficas, platôs e plataformas, inserindo-os na extensão e na intensão.

Num tempo de desafios inauditos, essa geoanálise transborda para a “análise” na política em espaços e tempos chamuscados por “fins” e extinções, sem fins. Impõe-se uma geoanálise associada a geoações transformadoras na e da Terra – abrangendo modos de vida de povos e mundos por virem ou em resistências criadoras.

Palavras-chave: Terra e território. Geoanálise. Extenso e intenso. Espaço e tempo. Deleuze e Guattari.

ABSTRACT

What marks the thesis is the appropriation of geoanalysis in Deleuze, only mentioned in *Dialogues*, followed by an attempt to start opening it up to contemplate three components: Terracene, Spaces (and, -) Times and Lines.

Specifically, links between geographic scales, plateaus and platforms are tested, inserting them in extension and intension.

In a time of unprecedented challenges, this geoanalysis spills over into “analysis” in politics in spaces and times scorched by “ends” and extinctions, without ends. A geoanalysis associated with transforming geoactions on and from the Earth is required – covering ways of life of peoples and worlds to come or in creative resistance.

Keywords: Earth and territory. Geoanalysis. Extensive and intensive. Space and time. Deleuze and Guattari.

AMBULO DA TESE

Como designar estas primeiras linhas, esta abertura da tese? Descartada “Introdução”, pois elas vão além, afloraram “prólogo”, “íntroito”, “à guisa de...”. “Preâmbulo”, por curiosidade, nos levou a ambulo – e se encontra no dicionário Houaiss. E qual não foi a nossa surpresa agradável? Encontramos nele como chamar esta abertura: “andar à volta, passear; deambular, perambular”.

É uma perambulação com algum roteiro, escrita nos estertores da tese, e por isso que se suprime o “pre”. Voa por temas, conceitos, (des)encontros que ou voltam no embalar da tese ou delineiam contornos para apreciações subsequentes a este ambulo. Esse passeio suscita interrogações, apreensões, inquietações. Torce-se para que algum *stress* fique, em um estágio que estimule uma melhor leitura ou folheada da tese. Dissabores variados podem servir como um cardápio para aprender ou apreender – e não faltam coisas em suspensão ou sequer abertas nela. Tomara que ela ganhe o sabor das críticas e dos debates que provocar ou suscitar, mais polidamente.

Esta tese foi se des(enrolando) ao longo de uma travessia de (des)enlaces “teóricos”, renitentes em sua trajetória. Esses desenlaces foram, inicialmente, desencadeados pelas tentativas preliminares de se relacionar escala geográfica com a filosofia de Gilles Deleuze, e a de Félix Guattari, e a conjunta de Deleuze e Guattari.

Porém, inesperadamente, diante das tensões verificadas naquela relação pretendida, advinda de inúmeros (des)encontros conceituais, descamba-se em uma geonálise, imprevista nos projetos de tese.

Nos entre-tantos dessa sinuosa travessia, passa-se por rotas (im)prováveis, (in)seguras, (des)necessárias, (des)concertantes, (des)estimulantes, não faltando (im)procedências. Apesar disso, não se apaga agora o que pode não parecer significativo, mas que, em outro momento, foi relevante para sair ou para entrar em encruzilhadas fertilizadoras.

Nos caminhos (im)precisos do trabalho para se elaborar uma tese, não faltam desvios, atalhos, pedras, retas e curvas, freadas, buracos... trombadas leves, enfim, (im)purezas e (im)previstos. Contudo isso não nos exime de procurar e de testar ferramentas que nos possibilitem driblar ou até saltar alguns deles, ainda que muitos outros permaneçam sem (re)solução – e motivem (des)continuidades pós-tese. Ou seja, foram incontáveis os ambulos.

Apesar de tudo, o que marca esta tese é a apropriação da geoanálise em Deleuze, apenas mencionada em *Diálogos*, seguida de uma tentativa de começar a abri-la para contemplar três componentes: Terra, Espaços (-, e) Tempos e Linhas. Especificamente, ensaiam-se enlaces entre escalas geográficas, platôs e plataformas, inserindo-os na extensão e na intensão. Reduzi-los apenas à extensão é próprio da filosofia cartesiana: “Assim, a extensão em comprimento, largura e altura constitui a natureza da substância corporal, e o pensamento constitui a natureza da substância que pensa” (DESCARTES, 1997, p. 46).

Num tempo de desafios inauditos, essa geoanálise transborda para a “análise” na política em espaços e tempos chamuscados por “fins” e extinções, sem fins. Impõe-se uma geoanálise associada a geoações transformadoras na e da Terra – abrangendo modos de vida de povos e mundos por virem ou em resistência criadora.

Assim, para buscarmos o que poderia indicar traços de uma geoanálise, posteriormente, tenta-se uma possível interação com a esquizoanálise. Nesse processo, e com as necessárias readequações, foi sendo tecida uma geoanálise naquelas três ramificações, sem perder de vista a conjunção conceitual de escalas com conceitos de Deleuze e Guattari, notadamente platôs e plataformas.

Na primeira ramificação, inicia-se uma atualização da Terra para Terraceno. O que se intenta é impulsionar uma visão da Terra destruída, de uma Terra nova, não confundível com uma nova Terra, especialmente quando se notifica uma “sexta extinção em massa”. Em nada essa posição de uma Terra nova nega a relevância da marcação de um novo tempo geológico. Ao contrário, o que se sugere é a inclusão dele como concorrente para a constituição do Terraceno e suas incertezas.

No Terraceno, ostensivamente discrepante de uma nova Terra por vir, há que se (re)pensar, agir e transformar espaços (-, e) tempos. Nessa segunda ramificação, incluem-se mudanças neles geradas pela destruição ambiental, em meio a informação e comunicação digitais, materializando-as.

Configurando o tripé da geoanálise, despontam as “linhas” movimentadas por Deleuze e Guattari. Elas também são acionadas para assinalar os equívocos na negação da escala – como o “sem escala” – bem como as tentativas conceituais de se gerar um espaço intermediário, que incorpore atributos de escalas e de platôs e plataformas.

Não só nessas ramificações, mas no percurso da tese, há uma dedicação para se escapar da busca de essência, de exclusivismos ou de dominâncias desse ou daquele conceito geográfico, seja a escala ou não, mediante agenciamentos deles e entre eles. Uma geonálise e essas três ramificações anunciadas, assim como a inserção destas nos atuais espaço e tempo políticos, apesar de estarem nas “partes” avançadas da tese, influenciaram toda uma revisitação de sua trajetória, prosseguindo ainda latente.

Mas se uma geonálise e as geoações clamadas pelas vidas se insinuam como um selo para esta tese, pelo menos dois outros ensaios não só dialogam com ela, como podem ajudar a robustecê-la. Um deles advém de cruzamentos de espaços (-, e) tempos às geografias e histórias, desenhando tramas envolventes entre quatro “Gs”: “geo-história” e “geologia” e “genealogia” – o que nos leva a passar de relance pelo filósofo Michel Foucault – e “geontologia”.

No outro ensaio, começa-se a alinhar atualizações de conceitos de Deleuze e Guattari, como o que indica a transição de platô para plataforma, além da inclusão de outros espaços na extensão e na intensão, como os decorrentes do Terraceno e suas mutilações. Além disso, expandem-se, alongam-se, distorcem-se conceitos por eles criados em diálogo com ambições de nossa tese.

Assim, o movimento de desreterritorialização em Deleuze e Guattari é deslocado para também contemplar o desreescalamento. A intenção é evidenciar que o escalonamento e o reescalamento, tomados isoladamente, omitem relevantes processos de desescalamento – de linhas de fuga, por assim dizer –, que atravessam, cortam e até derrubam escalas.

Repisa-se que, mesmo com alguma (des)ordem, a geonálise e as geoações políticas e esses dois ensaios anteriores permeiam a tese até o final sem fim, sem um ponto final conclusivo, enfim.

A seguir, procura-se mostrar um ensaio de como o platô que abre *Mil Platôs* possibilita, ao mesmo tempo, tanto uma desreorganização da tese, exposta no tópico a seguir, quanto uma combinação, no tópico seguinte, entre escala e platô, atualizado à frente para plataforma. Aproveita-se, também, para nos posicionarmos se as duplas conceituais atravessadoras na e da filosofia de Deleuze e Guattari (e esta tese) configuram ou não um dualismo, assim como se situa a escala geográfica em si na filosofia de Descartes.

Desreorganização da tese: procurando como embalá-la

À semelhança do movimento de desreterritorialização em Deleuze e Guattari, tenta-se arranjar um de desreorganização desta tese, colocando, ao menos, em debate a organização consagrada. Em sua travessia, agora parcialmente finalizada, mas ainda em processo, foram sendo gerados, desorganizadamente, anotações, textos, descortinos, tramas, mas que precisavam de alguma organização; todos os “rascunhos”, “riscos” estão contidos em quatro cadernos, incluindo outras versões e possíveis rumos para o presente trabalho.

Tratava-se, então, diante dessa teia, de encontrar um “corte” organizativo em meio ao “caos” desorganizado dos referidos cadernos, de se ter alguma estabilidade, ainda que sempre instável. Tentava-se experimentar um dos significados do embalar, mas com desembalar, e reembalar quando necessário.

Uma opção de embalagem seria reproduzir a organização estabelecida e normatizada, tida como normal para a tese. Porém essa reprodução usual não nos atendia, até porque foi ficando cada vez mais evidente essa organização conflita com a filosofia selecionada e assumida. Não é difícil se enredar em uma normalização esterilizante, assim resumida em *El poder: curso sobre Foucault*: “Normalizar es la relación de fuerzas por excelencia. A saber, es repartir en el espacio, ordenar en el tiempo, componer en el espacio-tiempo” (DELEUZE, 2014, p. 51). Uma organização no “papel”, abrangendo espaço e tempo, sem dar vazão às inquietações, dúvidas, paralisias, interrupções de pensamentos, abortaria o que brota no momento e pode prosperar em outro, até mesmo fora da tese.

Então, impunha-se romper com a embalagem da organização da tese em uma “forma” única e dirigida, acondicionando “conteúdos” distintos em uma caixa pré-ditada. Ou seja, torna-se necessário estranhar uma única estabilização organizacional para todo e qualquer tipo de tese, seja a convencional, seja uma outra, contrária. Seria uma pretensão de universalizar a embalagem, descabida, invariável diante não só de desafios, problemas, temáticas plurais, mas também de concepções teóricas distintas que estão acomodadas em um mesmo esqueleto, tornado, pela prática repetitiva, normal.

Pode até ser que o dilema não seja apenas o de capitular em capítulos, mas, principalmente, o de perseguir a sequência linear “início – meio – fim”, na qual meio tem o sentido de metade.

Aliás, essa sequência está muito bem sintonizada com a escala, com a etimologia dela, ligada à escada, em que degraus vão sendo vencidos até se atingir o clímax, o topo, um final, de acordo com os cânones convencionais. Literalmente, estamos pretendendo alcançar uma trajetória sem um começo e um final com ponto final conclusivo. Não se trata, portanto, de uma mera questão que poderia ser menosprezada como sendo outra formalidade.

É provável, então, que tenhamos que encontrar (des)organizações próprias a cada trabalho. Uma das organizações estabilizadas entre início e fim é o corte entre marco teórico e estudo específico.

No nosso caso, mantida essa visão ortodoxa, o marco teórico seria a filosofia da imanência, a ser exposta inicialmente. Só depois de muitas páginas, apareceria uma análise da escala geográfica. Com essa cisão, a tendência é amplificar uma dissociação entre as questões a serem consideradas em ambas, conjuntamente. E, também, não é incomum impasses entre a teoria, escolhida primeiro, e o caso, investigado depois daquela escolha; muitas vezes, o caso requer outra(s) teoria(s).

Usualmente, trabalhos escritos normalizados se orientam por essa organização repartida em um ordenamento sequencial e linear no espaço e no tempo. Recorde-se, aqui, de uma referência metodológica: fazer constar, no título de uma tese, o espaço e o período de tempo – ou seja, o espaço-tempo extensivo, exclusivamente, ditando o desenrolar do trabalho –, dificultando ou impossibilitando a consideração ou a apreensão de espaços e tempos intensivos.

Bom, então, como tentar promover um outro itinerário, não linear, com alguma interlocução com a teoria, minimamente legível e inteligível, para cumprir os des(enlaces) pretendidos entre escala geográfica e a filosofia de Deleuze e Guattari?

Se não é difícil defender a (des)formatação do arcabouço “único” para e da quase totalidade das teses, a “coisa” complica quando se tem que propor algo para substituir o que está consolidado.

Um passo crucial foi aproximar esta (re)organização da tese da filosofia escolhida, sem dela discrepar, espera-se. Naquela travessia deste trabalho, resumida nas primeiras linhas, quando se elevava ou se acelerava a velocidade e a tensão da busca incessante e interminável de tramas conceituais, em um itinerário confuso, “caíam fichas”, gerando uma sensação extasiante. Uma delas, ocorrida em outro momento que não o da redação desta abertura, acabou sendo transferida para atender ao referido passo inicial.

Nos importa expor uma das “fichas” que, apesar de ter caído fora do itinerário planejado, propiciou um lampejo para (des)organizar e reorganizar. Se não bastasse o lampejo dessa “ficha”, a ser exposta em breve, ela também contribuiu para se estreitar uma afinidade entre a desreorganização pretendida e a temática inicial desta tese.

Desse jeito, foi possível, então, entremear esclarecimentos convencionais de uma introdução da tese e apontamentos de conteúdo dela, visando a uma outra desreordenação, que busca se aproximar da filosofia adotada.

Eis, então, a “ficha” que nos embala para outra embalagem da tese: a “Introdução” de *Mil Platôs*, especialmente a árvore e o rizoma em relação com o livro, que, com a devida cautela, foi estendida à tese; no próximo tópico desta abertura, ampliaremos a exposição da leitura da árvore e do rizoma.

Apesar de essa “ficha” agora tornar-se uma chave, e estar logo no início da referida “Introdução”, em inúmeras leituras dela “passavam batido” o trecho e a conexão estimuladores da reorganização pretendida aqui. Claro, depois que a “ficha” cai, tudo fica menos escuro – mas quase sempre retarda. Só quando se escrevia esta abertura, Escala (Subindo e Descendo) e (Platô) Plataforma (Deslizando e Flanando), em mais uma das reiteradas releituras da “Introdução” de *Mil Platôs*, notamos algo que estava há muito nas linhas nela escritas, mas que ainda não tínhamos apreendido e alinhavado para a (des)organização desta tese.

Ao conseguirmos verter uma leitura da árvore e do rizoma ligada ao “livro” para a tese, segundo Deleuze e Guattari, fica reforçada a postura de que não poderíamos nos contentar em reproduzir a imagem arborescente que tem a estrutura em sumário, capítulos – presididos por uma lógica do “isso vem aqui, isso vem depois, aquilo ficaria melhor ali”. Cada leitor(a) tem o seu modo de distribuir os temas, os assuntos, mas o modo mais importante é como o “fora” provoca, ao menos, algum “dentro” da tese.

A estrutura em árvore tem um tronco principal a ser percorrido, um “fio condutor”, dificultando desvios que geram curtos-circuitos. Aliás, outras “fichas” valiosas caíram, mas quase nunca no momento em que seria apropriado para dotar todo o texto de uma determinada ordem, de tal sorte que algumas delas foram remanejadas e, espera-se, reordenadas, mas outras não. Dessa forma, os estranhamentos podem ficar acrescidos. Não há necessariamente simultaneidade entre a queda da ficha e o se dar conta de que ela está no “chão”. Há um *delay* entre a queda, o escuro e o clarão aberto pela descoberta do “valor” da ficha, e uma organização inflexível não pode contribuir para que se perca a clareza em prol de uma clareza do texto.

Mais do que propiciar a desreorganização do presente trabalho, aquela ficha irradiou um encontro entre outra forma da tese e um dos seus conteúdos: a árvore não é só uma imagem dominante da tese como também cabe redondamente à escala geográfica.

Se a escolha da organização da tese-árvore firma também uma visão da escala geográfica-árvore, como incluir o rizoma em ambas?

Vamos neste tópico engendrar mexidas na desreorganização da tese, em algo cravado nas e pelas normas instituídas; no outro, mesclaremos o rizoma à árvore, repercutindo no par escala e plataforma.

Não hesitamos em abrir na ossatura acadêmica de tempos idos, ao menos, uma fissura, por menor que seja. Duas considerações de Deleuze e Guattari nos deram alento. Na primeira, diante do poder normatizador instituído, as quedas em meio às tentativas de fugas não são desprezíveis: “Nunca fazer raiz, nem plantar, se bem que seja difícil não recair nos velhos procedimentos” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 460).

Na segunda consideração, há uma injeção de ânimo para não nos curvamos ao que se solidifica pela sua repetição continuada: “Há casos em que a velhice dá não uma eterna juventude, mas, ao contrário, uma soberana liberdade, uma necessidade pura em que se desfruta de um momento de graça entre a vida e a morte [...]” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 9).

Movido, então, por este propósito desafiador de não se enraizar nem na tese-árvore, nem na escala geográfica-árvore, matuta-se outros possíveis caminhos para ambas, tese e escala, passando pelo rizoma.

Sem pretender alcançar a pureza de um desenraizamento pleno da tese-árvore, contando também com impurezas de recaídas em algo dela, embalamos uma estabilização provisória de nossas ideias sobre desreorganização da tese, sem descolá-la daquele aspecto anterior sobre escala-árvore e da associação de ambas com o rizoma – platô e plataforma. Denota-se como marco teórico e desafios podem caminhar juntos desde a abertura de uma tese, continuando ao longo dela.

Não se trata de queimar a imagem da imagem da árvore, nem de ungir o rizoma em um trono de um reinado teórico ótimo. Isso sugere que, em vez de aprofundar-se, descendo as raízes, ou elevar-se, subindo até as “copas” das árvores, deve-se, sim, permanecer na superfície, no superficial rizomático.

Deleuze e Guattari (2011a, p. 48) listam *slogans* ao final do platô inicial, e entre eles: “faça rizoma e não raiz, nunca plante”. Porém não há uma rivalidade árvore *versus* rizoma, mesmo que se tenha preferências entre uma ou outro: “Existem estruturas de árvore ou de raízes nos rizomas, mas, inversamente, um galho de árvore ou uma divisão de raiz podem recomeçar a brotar em raiz” (p. 33).

Tanto para a desreorganização da tese quanto para superar o isolamento da escala geográfica, mas não apenas desse conceito, a opção feita, em consonância com a filosofia de Deleuze e Guattari, foi construir lineamentos entre escala e platôs, e plataformas.

De acordo com a “Nota dos Autores”, *Mil Platôs* “não é composto de capítulos, mas de ‘platôs’. Tentamos explicar mais adiante o porquê (e também por que os textos são datados). Em certa medida, esses platôs podem ser lidos independentemente uns dos outros, exceto a conclusão”.

Sem entrar no mérito de eventuais “recaídas” da dupla de filósofos nessa “Nota”, cabe, no entanto, perguntar: o que os teria levado a numerar os “platôs” com números cardinais, e, mais ainda, estabelecer uma sequência numérica? Mais uma vez, essa pergunta não deve ser tomada em tom formal. Ela tem a ver com o nosso presente estudo, especialmente no tocante às diferenças entre extensão e intensão a serem

trabalhadas no avançar desta tese. Por ora, não é irrelevante especificar uma numeração diferente para as diversas combinações entre escalas e plataformas na organização instável do trabalho.

Apenas para dar uma evidência de como essa questão da “numeração” extensa importa aqui, a concepção de Galileu de que a “natureza está escrita em linguagem matemática” se “transformará no ponto central do método de Descartes, cujo aspecto principal consiste na extensão do modelo do conhecimento matemático a todos os objetos” (LEOPOLDO E SILVA, 1993, p. 23-24).

Deleuze (2009b, p. 116), em *Diferença e Repetição*, pelo menos em duas passagens, elucida o “cardinal” e o “ordinal”. Na primeira, alusiva ao “tempo está fora dos eixos”, está assim: “O eixo *cardo* é o que assegura a subordinação dos tempos aos pontos precisamente cardinais por onde passam os movimentos periódicos que ele mede (o tempo, número do movimento, para a alma tanto quanto para o mundo)”. Ao explicar o significado do “tempo fora dos eixos”, destaca: “Ele deixa de ser cardinal e se torna ordinal, uma pura *ordem* do tempo”.

Na segunda, e longa, passagem, ao tratar da “intensidade”, os “números” voltam a estar presentes. Naquela mais “direta”, consta: “o número natural é primeiramente ordinal, isto é, originalmente intensivo. O número cardinal resulta daí e se apresenta como a explicação do ordinal” (DELEUZE, 2009b, p. 327). Em outra passagem, bem mais adiante em relação à anterior, afirma-se que as “quantidades extensivas” são tidas como divisíveis, de tal maneira que “a divisão pode ser feita e se prolongar sem que nada mude na natureza do dividido” (p. 334).

Já na “quantidade intensiva”, “nenhuma parte preexiste à divisão e nenhuma parte guarda a mesma natureza ao dividir-se” (DELEUZE, 2009b, p. 334). Daí a escolha dessa numeração constante de um resumo do Sumário exposto a seguir: números cardinais, para as escalas, e números ordinais, para as plataformas – antecipando uma versão do extensivo e do intensivo a ser mais bem destrinchada.

Sendo assim, a desreorganização proposta para a tese, sob as imagens da árvore e do rizoma, combina, respectivamente, escala(s) e plataforma(s), além das suas respectivas numerações.

Assim, depois desse embalar da tese, chega-se a um Sumário no qual a reorganização se dá mediante diversas combinações entre escalas e plataformas, entre escalas com plataformas ou vice-versa. Elas estão nomeadas logo a seguir, ora na ascendente, ora na descendente, ora surfando, ora flanando, no que envolvem imagens de montanhas, para as escalas, e mares e ares, para as plataformas.

Então, subindo e descendo escalas, e deslizando e flanando nas plataformas, apresentamos um resumo dos cinco trajetos e desvios desta tese, sendo que a íntegra da organização está ao final deste ambulo:

ESCALA 1 e PLATAFORMA 1ª COM ESCALA 2

Escalas como motivação para acionar a caixa de ferramentas da Plataforma de Deleuze, e de Deleuze e Guattari;

PLATAFORMA 2ª COM ESCALA 3

Imanência – Terra – Natureza em Espinosa e em Nietzsche e em Deleuze e Guattari, Movimentos de Territorialização e Desterritorialização e Reterritorialização e Reescalamento;

PLATAFORMA 3ª COM ESCALA 4

GEOS: Geofilosofia e Geo-história e Geologia, e Genealogia em Deleuze e Guattari, Foucault, e Geopolítica do Conhecimento, e Escalas em Projetos Políticos e na Justiça;

PLATAFORMA 4ª COM ESCALAS 5 e 6 e 7 e 8 e 9

Geoanálise: Esquizoanálise, Terraceno e Espaços (-, e) Tempos e Linhas; um “molho de chaves” para abrir Escalas do Capital, do Ambiente, do Sem Escala e relações entre conceitos geográficos;

PLATAFORMA 5ª (SEM ESCALA)

Há um “mundo por vir”? Há um “povo por vir”? Ou o Terraceno indica que ambos, mundo e povo, podem não vir? Apocalipse? Colapsologia? Fim? Catástrofe? Hecatombe? Há Espaços e Tempos para Lutas?

Essa armação da tese, embalada em arranjos de escalas e plataformas, com números cardinais e ordinais, respectivamente, faz com que os tradicionais capítulos passem a ser combinações de pelo menos uma escala e de pelo menos uma plataforma, embora predominem combinações diferentes em número e qualidade entre elas. Grosso modo, o capítulo se aproximaria das escalas, no extenso, e a ele se enlaçam plataformas, no intenso. Nas primeiras, as abordagens tendem mais a subir e a descer, enquanto nas plataformas há uma maior presença de formulações interessantes e instigantes para o arranjo do trabalho.

As interrupções de escala com plataforma, ou vice-versa, geram (des)continuidades na sequência usual e acarretam efeitos colaterais. Por precaução, recomenda-se uma paciência na leitura em meio às impaciências intercorrentes. Não se desconsidera o fato de que, quando se sai de um roteiro rotineiro, deixando-se de ser “metódico”, fugindo do normal, não é incomum ocorrerem desconfortos. Procura-se, em contrapartida, restaurar, de alguma forma, o que se sente que foge da organização usual, diante de algo que parece estar “perdido”.

É provável que as quebras na leitura, devido a muitos motivos – como o rizoma sendo bloqueado pela árvore, ou uma quebra na leitura da escala pela irrupção da plataforma e a posterior retomada dela pós-quebra da leitura –, destoeem daquela sequência linear e gerem dissabores, até mesmo porque não é um trajeto costumeiro. As receitas convencionais poderiam até eliminá-las, ou no mínimo abrandá-las, mas constrangeria a experimentação tentada aqui.

Experienciar a desreorganização pode potencializar a criação, mas não se exclui a ocorrência de deformações que acabam complicando-a. Experienciar, indubitavelmente, acarreta percalços na leitura escorreita da tese. Cada leitura, e ainda mais releituras, mostrariam um sem-número de posições que ideias podem ter no transcorrer de um trabalho. Os reposicionamentos possíveis não cessam.

Contudo dúvidas que vão surgindo na leitura também podem servir de estímulo para a continuidade dela, em busca de se saber se serão esclarecidas ou não. Se, e quando, forem elucidadas, podem propiciar um retorno para mais bem serem entendidas. Em suma, uma desreorganização não (plenamente) sequencial suscita uma leitura com lacunas que devem ser preenchidas nas idas e voltas, portanto, em outra trajetória de leitura quebrada e lacunar.

Embalando a tese em árvore e em rizoma, em escala e em plataforma: saindo do monismo capitular-escalar, mas caindo em um dualismo escalar-plataformar? Como reembalar o escalar global-local?

Da mesma maneira que para a desreorganização da tese suplantamos a fixação exclusivamente na escala geográfica, ou em qualquer outro conceito geográfico em si, mediante a sua combinação com a plataforma, atualizando o platô, essa dupla articulação mesclada passa também a modular, ainda que com outras designações conceituais de Deleuze e Guattari, a exemplo de extensão e intensão, as idas e vindas ao longo do nosso trabalho.

Mas, desse jeito, não estaríamos saindo do monismo capítulo-escala-sequência linear e (re)caindo em um dualismo escala e plataforma, ou árvore e rizoma?

Começamos pelo enroscar feito no tópico anterior entre escala geográfica e árvore. As imagens de pensamento têm uma influência indubitável. Para Deleuze e Guattari: “É curioso como a árvore dominou a realidade ocidental e todo o pensamento ocidental, da botânica à biologia, a anatomia, mas também a gnosiologia, a teologia, a ontologia, a filosofia...: o fundamento-raiz, *Grund, roots e foundations*” (2011, p. 38).

Não é sem propósito, então, que decorrem várias apreciações em tertúlias teóricas e práticas: “é preciso encontrar as raízes”, “essa posição é radical”, “esse ponto não foi aprofundado”, “vamos desenhar a árvore genealógica”, “enxerga-se a árvore sem ver a floresta”. Proliferam-se não só expressões associadas à árvore, incluindo a redução da floresta e da natureza ao “verde”, bem como significados firmados e repostos: o nome de uma árvore resultou em Brasil, e, no calendário, não falta o “Dia da Árvore”.

Para o filósofo René Descartes (1997, p. 22), a árvore é essencial como uma metáfora.

Assim, a filosofia é como uma árvore, cujas raízes são a Metafísica, o tronco a Física, e os ramos que saem do tronco são todas as outras ciências, que se reduzem a três principais: a Medicina, a Mecânica e a Moral, entendendo por Moral a mais elevada e mais perfeita, porque pressupõe um conhecimento integral das outras ciências, e é o último grau da sabedoria.

“Elevada”, “grau”, no sentido da citação, nos levam a subir (ou descer) a escada, quer dizer, a escala da “Moral”, da “sabedoria”.

Podemos ir ainda mais longe na cronologia. A potência imagética das árvores nos leva ao relato bíblico da “criação do céu e da terra”: “E o Senhor Deus fez brotar da terra toda sorte de árvores de aspecto atraente e de fruto saboroso ao paladar, a árvore da vida no meio do jardim e a árvore do conhecimento do bem e do mal” (*Gênesis 2, 9*).

Por sua vez, o rizoma tem “formas muito diversas, desde sua extensão superficial ramificada em todos os sentidos, até suas concreções em bulbos e tubérculos” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 22).

No Quadro 1, a seguir, pretende-se facilitar a visualização de como as principais características especificadas por Deleuze e Guattari para a “árvore” podem ser desviadas, então, sem sobressaltos, para a escala geográfica. Além do platô, da plataforma, qual outra construção teórica geográfica poderia guardar certa correspondência com o rizoma? Seria o “sem-escala”? Temos a resposta, mas vamos aguardar, pois algumas surpresas podem estimular a leitura e, quem sabe, agradar no prosseguir da tese.

Quadro 1. “Caracteres” da Árvore e do Rizoma estendidos
à Escala e ao Platô, e à Plataforma

ÁRVORE (ESCALA)	RIZOMA (PLATÔ, PLATAFORMA)
Ponto (estacionário)	Linha (movimento)
Fixa ponto e ordem ligação	Conecta qualquer ponto a qualquer ponto
Começo e fim	Entre
Linhagens – Genealogia	Linhas
Filiação	Aliança
Uno (n dimensões), Totalidade	Multiplicidade (n-1)
Centrado (sistema)	Acentrado (sistema)
Hierarquia	Plano
Decalcar (o já feito)	Experimentar

Fonte: elaboração do autor

Como ler essa representação da árvore e do rizoma no “quadro”? A indução a julgar, negatizar, incluir ou excluir árvore ou rizoma numa competição entre eles, em busca de um final vitorioso de um ou outro conceito, deve ser refutada.

Entrecruzá-los, diferentemente de rivalizá-los, é o que deve ser feito: “os caules de rizoma não param de surgir das árvores, as massas e os fluxos escapam constantemente, inventam conexões que saltam de árvore em árvore, e que desenraizam [...]” (DELEUZE; GUATTARI, 2012c, p. 235).

Portanto, assim como um rizoma pode se formar a partir de uma árvore, pode haver nesta também uma produção daquele. As duas colunas do Quadro 1 devem ser tecidas em combinações, mesclas, reciprocidades, misturas, sem gerar um antagonismo, uma fusão, uma síntese, uma terceira palavra. Então, evita-se ficar contido em uma dicotomia redutora estimulada por uma leitura que contraponha as duas colunas.

Assim como na árvore, também no rizoma pode haver ramificações, espraiamentos, bem como concreções, compactações, solidificações. Ambos não se repelem e se conectam mediante laços, nós, ainda que não sejam terminais ou paralisantes. As concreções, as compactações não nos devem levar à acomodação ou à resignação, mas à busca de como demovê-las, dissolvê-las, abrindo passagens para o devir – ainda que nem sempre isso seja efetivado.

Ao mesmo tempo que há uma predileção de Deleuze e Guattari pelo rizoma, isso não impossibilita a necessidade de evidenciar que na “real” não há um ou outro, mas forças em disputa nos enlaces entre eles, e que, dependendo delas, levam a (des)bloqueios, (revira)voltas, (re)tornos, desreescalamentos – paradas, avanços, recuos e alterações de rotas, de alinhamentos. Essas forças também ajudam a entender que a outra organização da tese é instabilizada pela presença de ideias que insinuam deslizar nas escalas, mas são logo travadas, ou que encantam na plataforma, mas que são bloqueadas pelas escalas. De qualquer forma, nas plataformas predominam as ideias que fertilizam outras perspectivas geográficas.

Uma atualização da imagem de pensamento de árvore e rizoma pode ser feita com base na ampliação de estudos recentes na biologia sobre fungos: “Hoje, mais de 90 % das plantas dependem de fungos micorrízicos (do grego *mikes*, ‘fungo’, e *rhiza*, ‘raiz’), que conseguem ligar árvores em redes compartilhadas, chamadas de ‘internet das árvores’”

(SHELDRAKE, 2021, p. 12). Apesar desses estudos, Sheldrake menciona um dado estonteante em meio à avassaladora destruição da Terra:

A estimativa mais confiável sugere que existam entre 2,2 milhões e 3,8 milhões de espécies de fungos – de seis a dez vezes o número de espécies de plantas –, o que significa que apenas 6 % delas foram descritas até agora. Estamos apenas começando a entender a complexidade e sofisticação da vida dos fungos (SHELDRAKE, 2021, p. 19).

Estão sendo mapeadas “redes micorrízicas”: “se espalham por dezenas de metros, mas as árvores não estão conectadas uniformemente [...]. A árvore mais bem conectada está ligada a 47 outras árvores e se conectaria a outras 250 se o terreno fosse maior” (SHELDRAKE, 2021, p. 189).

Nesse breve transcurso da tese, já se pode notar como pululam pares, binários, duplas conceituais – escalas e plataformas, árvores e rizoma, organização e desorganização (e reorganização) –, e que irão se proliferar ao longo do presente trabalho. Dessa e nessa forma, com força em nossa linguagem maior, como não virar esses muitos “dois” em dualidades, dicotomias, em contraposição e negação de um ou de outro?

Esse “assunto” foi um dos detectados em nossas muitas releituras de Deleuze e Guattari como chaves para a nossa tese. Toda vez que nos deparávamos com ele, anotávamos em nossa caderneta. Aliás, fizemos isso com uma série de outros conceitos cruciais para e em nossos ensaios mencionados, tais como “universal – unidade”, “totalidade”, “território e movimentos e linhas”, “geofilosofia e capitalismo”, “devir”, entre muitos outros.

Cláudio Zanutelli, em sua obra *Geofilosofia e Geopolítica em Mil Platôs* (2014, p. 19), já indicava:

Encontramos na filosofia de Deleuze e Guattari elementos para ultrapassar as dicotomias objeto/sujeito, natureza/técnica, homem/natureza. Essa vontade de ir para além da dicotomia é aventada nas ciências e saberes, em particular em Geografia, mas tão pouco levada às suas últimas consequências.

Outra visão relevante para o debate sobre dualismo ou não em Deleuze é a posição do filósofo Roberto Machado (2009, p. 22): “No que diz respeito à constituição de uma geografia do pensamento, a filosofia de Deleuze é marcadamente dualista”.

Como o debate sobre “dualismo” permeia a tese, repassamos algumas referências diretas feitas por Deleuze, por Deleuze e Guattari. “Quando Godard diz que tudo se divide em dois, e que de dia existe a manhã *e* a tarde, ele não diz que é um ou o outro, nem que um se torna o outro, virando dois”. O “*e*” (em itálico, na citação) vira “E”. “O E não é um nem o outro, é sempre entre os dois, é a fronteira, sempre há uma fronteira, uma linha de fuga ou de fluxo, mas que não se vê, porque ela é o menos perceptível” (DELEUZE, 2013, p. 62-63).

Sobre “micro” e “macro”, Deleuze (2016, p. 129) entende que: “Tampouco se trata de um dualismo extrínseco, pois há microdispositivos imanentes ao aparelho de Estado e segmentos de aparelho de Estado penetram também os microdispositivos – imanência completa de duas dimensões”.

Ao invocarem “um dualismo para recusar um outro”, especificamente no tocante a “modelos”, Deleuze e Guattari (2011a, p. 42) dizem: “Servimo-nos de um dualismo de modelos para atingir um processo que se recusa a todo modelo”. E, nesse serve e desserve de “modelos”, se transita “por todos os dualismos que constituem o inimigo necessário, o móvel que não paramos de deslocar”.

Como não ficar retido, estacionado no dualismo, ainda que se possa recair em outro, e assim por diante? Para Deleuze e Parnet (1998, p. 153):

Podem nos acusar de não sairmos do dualismo, com duas espécies de linhas recortadas, planificadas, maquinadas diretamente. Mas o que define o dualismo não é um número de termos, tampouco se escapa ao dualismo acrescentando outros termos (x maior que 2). Só se sai efetivamente dos dualismos deslocando-os à maneira de uma carga, e quando se encontra entre os termos, um desfiladeiro estreito com uma borda ou uma fronteira que vai fazer do conjunto uma multiplicidade, independentemente do número de partes.

E, nesse sentido, o agenciamento é crucial como multiplicidade, ligada e conectada.

Mas como o problema de não se fixar no dualismo torna-se relevante nesta tese, inclusive diante de diversos modos em que ele se dá na escala geográfica, conforme se pode ler nos casos de autorias mostradas a seguir, encontramos em outro filósofo francês, Jacques Derrida, uma “estratégia geral de desconstrução” das “oposições binárias”.

Nessa “estratégia de desconstrução”, em que “desconstrução” passa longe de destruição, “desconstruir a oposição significa, primeiramente, em um momento dado, inverter a hierarquia” (DERRIDA, 2001, p. 48).

Chamando a atenção que não se trata de fases cronológicas, é necessário, contudo,

marcar o afastamento entre, de um lado, a inversão que coloca na posição inferior àquilo que estava na posição superior, que desconstrói a genealogia sublimante ou idealizante da oposição em questão e, de outro, a emergência repentina de um novo “conceito”, um conceito que não se deixa mais – que nunca se deixou – compreender no regime anterior (DERRIDA, 2001, p. 48-49).

Ou seja, tomando um caso por nossa conta e risco, na oposição binária homem-mulher, restando que na própria língua o primeiro termo da oposição é geralmente o dominante, a inversão para mulher-homem é necessária, mas não esgota o processo de desconstrução. Frisa-se que há todo um debate político em torno dessa estratégia.

Assim, a desconstrução prossegue, marcando o afastamento de uma outra dualidade, ainda que invertida. Tornam-se imprescindíveis

“indecidíveis”, isto é, unidades de simulacro, falsas propriedades verbais, nominais ou semânticas, que não deixam mais compreender na oposição filosófica (binária) e que, entretanto, habitam-na, opõem-lhe resistência, desorganizam-na, mas sem nunca constituir um terceiro termo, sem nunca dar lugar a uma dialética especulativa (o *pharmakon* não é o remédio nem o veneno, nem o bem nem o mal, nem o dentro nem o fora, nem a fala nem a escrita) (DERRIDA, 2001, p. 49-50).

Portanto, não se desconstrói a dualidade com a geração de um “terceiro termo”. Continuando o exemplo, nesse momento se tem o LGBTQIA+ e a sua profusão de termos.

Mas, como as fases da “estratégia” do filósofo Derrida não são estanques, a inversão provoca resistências – como a “supremacia branca”, como os “femicídios” – e a gestação de um “feminismo” intencionado para afirmar a dualidade invertida – a mulher *versus* o homem em busca de “igualdade” a ele. Os “indecidíveis” sob diferentes expressões se manifestam em uma proliferação e em uma dispersão – o LGBTQIA+ –, despertando também resistências explícitas, como a morte de alguém que foge ao enquadramento binário.

Em meio a toda essa série de desafios perpassados de extensão e intensão, para além dos “números”, procura-se uma coexistência múltipla em decorrência da quebra ou do abalo na dualidade – ainda que envolvendo várias linhas, desde as libertadoras a aquelas perigosas e fatais. É toda uma marcante discussão envolvendo 8 Ms duais – minorias e maiorias, maior e menor, micro e macro, molar e molecular –, que, por não envolverem apenas tamanho, apenas dimensão geométrica, se revestem de suma relevância para o debate da escala geográfica.

Para Deleuze e Guattari (2012b, p. 92), “o homem é majoritário por excelência, enquanto que os devires são minoritários, todo devir é um devir-minoritário”. E, adiante, um exemplo ajuda a esclarecer: “Não se trata de saber se há mais mosquito ou moscas do que homens, mas como ‘o homem’ constituiu no universo um padrão em relação ao qual os homens formam necessariamente (analiticamente) uma maioria”.

Mostrando como os 8 Ms se alternam: “Tentemos dizer as coisas de outro modo: não há devir-homem, porque o homem é a entidade molar por excelência, enquanto que os devires são moleculares” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 94).

Estamos vivenciando o “nossa era devém a era das minorias”. E, complexificando minoria e maioria: “Uma minoria pode comportar apenas um pequeno número; mas ela pode também comportar o maior número, constituir uma maioria absoluta, indefinida”. Assim, apontam então um marcador desses dois Ms: “O que caracteriza o inumerável não é nem o conjunto nem os elementos; é antes a *conexão*, o ‘e’ que se produz entre os elementos, entre os conjuntos, e que não pertence a qualquer dos dois, que lhes escapa e constitui uma linha de fuga” (DELEUZE; GUATTARI, 2012c, p. 185-186).

Na escala geográfica, como dois dos oito Ms, o macro e o micro, são abordados? Como essa partição da escala também se verifica na apropriação e no uso escalar por outras “ciências” humanas? Escolhemos o binário global-local pelo seu grande uso em análises recentes.

Quais são as diferenças desse dualismo escalar que se pode extrair das considerações feitas anteriormente por Deleuze e Guattari, como também por Derrida, nas chaves para abrirem e passarem pelo dualismo?

Visando salientar uma diferença crucial entre os filósofos, é decisivo retomar três dos quatro “preceitos” do filósofo Descartes (2018, p. 23-24, grifo nosso) que conformam o seu “método proposto”. O segundo “preceito” diz: “dividir cada uma das dificuldades que eu examinasse em tantas parcelas quantas se pudesse, e quantas forem necessárias para resolvê-las”.

Em seguida, no terceiro: “Conduzir por ordem meus pensamentos, começando pelos mais simples e fáceis de conhecer, para ascender pouco a pouco, como que por degraus, até o conhecimento dos mais compostos, e supondo mesmo uma ordem entre aqueles que não se precedem naturalmente uns aos outros” (DESCARTES, 2018, p. 23-24, grifo nosso).

Por último, “fazer por toda parte enumerações tão inteiras e revisões tão gerais, que eu estivesse assegurado de nada omitir” (DESCARTES, 2018, p. 23-24, grifo nosso).

Notando que a matemática está na “origem do método” de Descartes, conforme citação anterior, Leopoldo e Silva (1993, p. 30) resume os dois principais “procedimentos” dela apropriados pela filosofia cartesiana: “ordem e medida”.

Esses dois “procedimentos” reiteram a concepção exposta de Descartes limitada à extensão. Desdobrando-os, os dualismos escalares estão presos à extensão (sem contemplar a intensão), enclausurados em uma ordenação férrea de medidas divisíveis, segundo tamanhos e níveis, ou seja, global e local, subindo “degraus”, mas também os descendo – já que as “enumerações” do último “preceito”, segundo Leopoldo e Silva, percorrem em “sentido inverso o caminho da análise”.

Pode-se não só vincular a escala geográfica à extensão, à “ordem e medida”, à “divisão” do espaço em “parcelas”, ao subindo e ao descendo em “degraus” do título desta abertura da tese, como também demonstrar que se trata de um dualismo escalar que está limitado a arranjos entre tamanhos e níveis mensuráveis segundo métricas extensionistas.

Vamos passar por algumas autorias que manejam o global e o local quase que exclusivamente circunscritas ao dualismo escalar no extenso cartesiano, apesar de muitas vezes pretenderem vencer esse método em outros referenciais de suas análises.

Boaventura de Sousa Santos (2007, p. 29) expõe “cinco modos de produção de ausências em nossa racionalidade ocidental que nossas ciências sociais compartilham”.

Um deles é a “monocultura da escala dominante”. Os dois nomes que essa “escala dominante” recebem na tradição ocidental são “universalismo e, agora, globalização”. Para chegar a sua conclusão de qual ausência essa “monocultura da escala dominante” acarreta, o sociólogo Boaventura mescla os dois nomes citados com o particular e o local: “Não há universalismo sem particularismo”, assim como não há “globalização sem localização”. Assim, a “ausência” advinda da “realidade particular e local não tem dignidade como alternativa crível a uma realidade global e universal. O global e universal é hegemônico; o particular e o local não contam, é invisível, descartável, desprezível” (SANTOS, 2007, p. 29).

Então, trata-se de mudar a dominância escalar do universal-global para o particular-local? O particular-local quebraria a “monocultura da ausência”, pretendida pelo universal-global (SANTOS, 2007, p. 30-31), ao dar visibilidade e marcar presença ao que é invisibilizado, e muitas vezes inviabilizado, pelo global? Bastaria, então, se restringir à inversão como primeira etapa naquele percurso delineado pelo filósofo Derrida?

Vejamos como no dualismo escalar-global se escolhe um termo dominante, ou o global ou o local. Chega-se, assim, bem próximo do isolamento de uma ou outra escala, principalmente quando se especifica um polo dominante, seja o universalismo, seja o localismo.

Hardt e Negri (2001, p. 354) destacam que:

Na transição da soberania para o plano de imanência, o colapso das fronteiras teve lugar dentro de cada contexto nacional e em escala global. O definhamento da sociedade civil e a crise geral das instituições disciplinares coincidem com o declínio dos Estados-nação como fronteiras que marcam e organizam as divisões no governo global.

Reiteram, ainda, que: “A geografia de desenvolvimento desigual e as linhas de divisão e hierarquia não são mais encontradas ao longo de estáveis fronteiras nacionais ou internacionais, mas em fronteiras fluidas infra e supranacionais” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 357).

Os autores colocam a “ausência de limites” como característica fundamental do “Império”: “o poder exercido pelo Império não tem limites” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 14). Estabelecem que o “desafio político” não consiste “simplesmente em resistir”

aos processos de globalização, mas em “reorganizá-los e canalizá-los para novos objetivos” – buscando o “Contra-império”, ou seja, a “organização alternativa de fluxos e intercâmbios globais” (p. 15). Sendo assim, propõem “entrar no terreno do Império e confrontar seus fluxos homogeneizantes e heterogeneizantes, em toda sua complexidade, fundamentando nossa análise no poder da multidão global” (p. 65).

Ao optarem explicitamente pela escala global, Hardt e Negri declaram sua interpretação política do que significa fazer essa escolha escalar. “Temos perfeita consciência de que, ao defender essa tese, estamos nadando contra a corrente em que nadam nossos amigos e camaradas da esquerda”, ancorada na “localização das lutas”. Além disso, interpretam que a “posição localista, apesar de admirarmos e respeitarmos o espírito de alguns de seus proponentes, é ao mesmo tempo falsa e prejudicial” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 63). Nessa passagem, é notória a tendência dos autores de conferir, no mínimo, exclusividade da hegemonia à escala global.

Sobre o que indicaria a posição “falsa” referida, os autores identificam o projeto político “local”, em uma de suas perspectivas, “com a defesa da natureza e da biodiversidade”. E prosseguem: “Essa visão pode facilmente tornar-se uma espécie de primordialismo que estabelece e romantiza relações sociais e identidades” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 64). Ademais, o sentido do “prejudicial” está evidente nesta síntese: “Mais importante, essa estratégia de defesa do local é danosa porque obscurece e até nega as alternativas reais e os potenciais de libertação que existem dentro do Império” (p. 65).

Ao fecharem a trilogia dos seus livros, os autores, na obra *Bem-estar comum* (2016), reafirmam que: “A única base possível reside nos movimentos globais de populações e em sua recusa das normas e regras globais de exploração” – envolvendo a “construção de espaços públicos globais” (HARDT; NEGRI, 2016, p. 275). Contudo é crucial notar o atributo conferido às metrópoles e à multidão: “Quando focalizamos a produção, com efeito, chegamos a uma analogia mais precisa e sugestiva: *a metrópole está para a multidão como a fábrica estava para a classe operária industrial*” (p. 278, grifo dos autores). Pouco adiante, reforçam essa equivalência fábrica-metrópole: “A metrópole é uma fábrica de produção do comum”.

Outro direcionamento para polarizar a dualidade se dá no diálogo de Zygmunt Bauman com o sociólogo italiano Carlo Bordoni, em *Estado de crise* (2016). Bauman é taxativo sobre o foco político no global.

Todos tentam encontrar soluções locais (as únicas permitidas) para problemas globais, quando se impõem soluções globais. Para que o Estado volte a desempenhar sua plena função institucional, para que ele recupere o poder perdido para sua sucursal, a política, ele tem de ser um Estado global, capaz de intervir no plano adequado de autoridade (BAUMAN; BORDONI, 2016, p. 46).

Ambos enfatizam no diálogo ao longo de grande parte do livro a separação “letal” entre poder e política, assim exposta por Bauman:

o processo de desregulamentação originado, promovido e supervisionado pelos governos de Estado que aderiram de forma obrigatória ou voluntária à chamada *revolução neoliberal* resultou na separação crescente e na possibilidade cada vez maior de divórcio entre poder (isto é, a capacidade de levar coisas a cabo) e política (isto é, a habilidade de decidir que coisas são necessárias e devem ser feitas (BAUMAN; BORDONI, 2016, p. 32).

Enquanto a política continuou territorialmente fixada no interior das fronteiras do Estado-nação, o poder rumou para um “espaço de fluxos”:

as decisões mais importantes nos âmbitos econômico, financeiro e do desenvolvimento não são tomadas por órgãos institucionais, como manda o sistema democrático, mesmo que seja uma rede bastante frouxa, mas por elites poderosas, holdings, multinacionais, lobbies e o chamado *mercado* [...] (BAUMAN; BORDONI, 2016, p. 43).

Poder global e política no Estado-nação não só geram impasses e o enfraquecimento da política na nação como também estabelecem o “estatismo sem Estado”, que, a partir de uma citação de Balibar, é entendido como “uma forma de ‘governança’ indireta, que se exime de toda a responsabilidade, transferindo sua obrigação para o indivíduo” (BAUMAN; BORDONI, 2016, p. 47).

Ao distinguirem poder, Estado e política, os autores manifestam um conflito instigante entre a política institucional que se dá na escala nacional do Estado e os movimentos do capital – de outros poderes e até mesmo de relações do Estado que transcendem as fronteiras da soberania, do voto e da democracia.

Pulando para o polo escalar oposto, a escolha vital do local, Enrique Leff afirma que os povos indígenas, afrodescendentes, camponeses e ribeirinhos “emergem a partir de sua resistência a serem absorvidos (desterritorializados) pela globalização econômica e de seus direitos à sua cultura e a seus territórios” (LEFF, 2016, p. 456).

As suas estratégias de emancipação

para a construção de mundos de vida sustentáveis se distingue – e ao mesmo tempo confronta – da globalização econômica em que se desdobram as estratégias discursivas e se instituem os dispositivos de poder da geopolítica do *desenvolvimento sustentável: o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo* (MDL) e a *economia verde* com seu *Programa de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal* (Redd) (LEFF, 2016, p. 445, grifo do autor).

O processo de resistência, que também é de “*reexistência*”, segundo Leff, está diretamente vinculado ao “território” dos atores citados e “se converte em uma condição para a sobrevivência dos povos: é o espaço de vida necessário para recriar seus modos de vida, para reinventar suas identidades, desenvolver seu ser cultural e vislumbrar seus próprios horizontes de vida” (LEFF, 2016, p. 444). É fundamental assinalar que o território de vida e a escala local são, nesse contexto de existência, categorias ontológicas – e são “essencialmente entidades políticas e politizadas” (p. 451).

Extrai-se de Leff uma resignificação do território no “campo da geografia e da ecologia política”, com base em Deleuze e Guattari, instituindo-o como território de vida: “O território não é a reconstituição do espaço como fator de produção, área geográfica, meio ecológico ou demarcação política. O território se converte em espaço significado por novos sentidos de vida”. E arremata: “Mais que uma nova geo-grafia que descreve as marcas que vão deixando sobre o terreno os processos de ocupação do espaço e apropriação da natureza, é o corpo moldado por significado e sentidos” (LEFF, 2016, p. 453). Entrelaçamentos crescentes entre o local, o território, a defesa e a reconstrução de modos de vida estão sendo tecidos no século XXI, particularmente no Brasil.

Considerando essa visão de Leff, abre-se a possibilidade de diálogo com Haesbaert, mediante as duas enunciações que este último faz sobre “múltiplas territorializações”, em pelo menos dois de seus livros (HAESBAERT, 2014, 2016). Elas têm um início comum: “as territorializações mais fechadas, quase uniterritoriais”. Entretanto, passados dez anos de sua formulação inicial, começaram a apresentar diferenças, respectivamente: (a) aquelas “ligadas ao fenômeno aqui denominado de territorialismo, que não admitem pluralidade de poderes e identidades, como ocorre em algumas sociedades indígenas e como ocorre entre os talibãs e, em parte, nas resoluções para os conflitos bósnio e palestino” (HAESBAERT, 2014, p. 342); e (b) a mais recente,

no sentido de imporem a correspondência entre poder político e identidade cultural, ligadas ao fenômeno do territorialismo, como nos territórios político-administrativos defendidos por grupos étnicos que se pretendem culturalmente homogêneos, não admitindo uma pluralidade territorial de poderes e identidades (HAESBAERT, 2014, p. 77).

Vistas as dominâncias ou da escala global ou da escala local, e a afirmação decorrente dos dualismos correspondentes, passa-se para as interações tecidas entre elas – culminando com o enfoque que unifica ambos, global e local, em um terceiro termo, justamente o que destoa completamente da “desconstrução” da dualidade proposta pelo filósofo Derrida.

Um dos poucos autores entre os pesquisados, o sociólogo Octávio Ianni, diz, em uma de suas obras, não atribuir ênfase nem ao global nem ao local, e se coloca de forma aberta quanto às resultantes possíveis da interação entre eles. Assim se exprime: “O local e o global determinam-se reciprocamente, umas vezes de modo congruente e consequente, outras de modo desigual e desencontrado” (IANNI, 1995, p. 195).

No entanto, apesar dessa “reciprocidade” aludida pelo autor, pretendendo buscar a interação entre esses extremos da gramática escalar usual, predomina nas suas análises posteriores o domínio de uma ou de outra – muitas vezes com variações de intensidade nas obras ou até em uma mesma publicação.

Em um livro posterior, Ianni (1996, p. 299, grifo nosso) considera que: “Na medida em que os processos e as estruturas de poder que se desenvolvem em escala global se tornam *predominantes*, cabe buscar sempre, todo o tempo, os significados práticos e teóricos das *determinações* globais, em tudo o que é local, nacional ou regional”. Não é difícil captar sua opção pela dimensão global.

A geógrafa Doreen Massey, em resposta a uma pergunta a ela dirigida sobre o significado da “palavra” global, começa afirmando que: “La verdad es que siempre estos procesos llamados globales empiezan o tienen sus bases em localidades, lugares específicos. Se hacen globales, porque se articulan a través de relaciones globales de poder” (MASSEY, 2015a, p. 11). E em dois pontos explicita como entende a interação global-local:

primero no solo hay que entender um lugar, um território, uma região (es decir em términos generales, lo local) como um produto de lo global, sino igualmente lo global es producto de lo local, y segundo y a su vez eso implica que deberíamos entender nuestros lugares (los territorios) no uno sólo como víctimas de los procesos de globalización neoliberal si no enfrentándonos politicamente al papel que desempeñan en dichos procesos (MASSEY, 2015a, p. 11).

E a seleção do “lugar”, apesar da interação anterior, surge quando é indagada se seria possível “una política territorial que pueda contribuir a una nueva globalización más igual”. A proposta não deixa dúvidas: “la necesidad de desarrollar una política de la responsabilidad del lugar” (MASSEY, 2015a, p. 12). Vão ficando evidenciadas as múltiplas referências que norteiam as políticas locais.

Diante da crítica de Hardt e Negri (2001), protagonistas do global, à concepção de “lugar”, Massey recupera um excerto dos dois autores, transcrito a seguir na tradução original, e esclarece sua divergência com ambos, aproveitando para elucidar o que entende por lugar:

Doreen Massey defende explicitamente uma política de lugar na qual o lugar é concebido não como limitado mas aberto e poroso a fluxos... Sustentaríamos, entretanto, que uma noção de lugar que não tenha limites esvazia o conceito completamente de seu conteúdo.

Massey (2015b, p. 247) retruca Hardt e Negri (lugar aberto? sem limites?) nesses termos: “Ambos, o romantismo de lugar com limites e o romantismo do fluxo livre, impedem um sério apelo às negociações necessárias da verdadeira política”.

O economista e geógrafo naturalizado francês Georges Benko, ao tratar de “A teoria da regulação e o espaço”, considera “o local e o global”, e resume assim o debate entre geógrafos, sociólogos e economistas sobre as

duas versões da herança regulacionista: os que privilegiavam a estruturação do local [...] e os que privilegiavam as coerções do global ironizavam a *geografía mítica da acumulação flexível* (Amin & Robins, 1992) e ressaltavam o poder dos oligopólios (Martinelli & Schoenberger, 1992) e dos megapólios dominantes (Veltz, 1992) (BENKO, 1996, p. 99-100).

Observa Benko que “por trás desse debate (local/global), esconde-se certa incapacidade dos regulacionistas em identificar os traços do *pós-fordismo*”. Afirma, também, que: “É de início a *regulação do local* e o conceito de governança que convém desenvolver” (BENKO, 1996 p. 100).

Benko também indica que outra “pista de pesquisa” é a “hibridização, no sentido em que se combinam o novo e o velho, o local e o global, o social e o econômico” (BENKO, 1996, p. 101). Apesar de ressaltar o local enquanto uma pista, o autor abre outra com a hibridização global-local, mostrando que nem sempre os autores deixam “clara” uma posição quanto à interação global-local – e deve-se estar atento para revisões “normais” no desenrolar da trajetória de pesquisador(a).

O destaque escalar dado pelo renomado geógrafo Milton Santos é aos “lugares”; fica a ressalva da nossa intenção de não estabelecer uma escala de importância entre categorias geográficas, seja o lugar, seja a escala. Não obstante, para esse pensador: “É o espaço, isto é, os lugares, que realizam e revelam o mundo, tornando-o historicizado e geografizado, isto é, empiricizado”. Santos esclarece efetivamente que “os lugares são, pois, o mundo que eles reproduzem de modos específicos, individuais, diversos. Eles são singulares, mas são também globais, manifestações da totalidade-mundo, da qual são formas particulares” (SANTOS, 2000, p. 112).

Pode-se ter uma interpretação, notadamente a partir dessa última parte do trecho citado, de um enlace entre o singular e o global convivendo com o lugar enquanto realização do mundo de uma forma específica.

Todavia, na proposta política de Santos, “a base geográfica dessa construção será o lugar, considerado como espaço de exercício da existência plena” (SANTOS, 2000, p. 113). A construção começa de “baixo para cima” – e por uma “federação de lugares”, seguida de uma “federação de países”.

A partir dessa proposta, pode-se abrir um diálogo com Bakunin, quando este trata da *Organização política nacional* (1865). Em um dos dois “princípios comuns e obrigatórios para cada país que quer organizar seriamente a liberdade”, preconiza: “toda organização deve proceder de baixo para cima, da comuna para a unidade central do país, o Estado, por via da federação” (GUÉRIN, 1980, p. 54). Fica evidente como não se pode retirar de uma ou de outra passagem conclusões peremptórias e, muito menos, associações conceituais ou políticas precipitadas.

Com base no geógrafo Marcelo Lopes de Souza, salienta-se uma controvérsia e uma crítica a essa visão nucleada pelo local. A controvérsia, abrangendo o planejamento e a gestão urbana, é a seguinte:

Repudiar uma ideologia localista ingênua, no estilo pensar globalmente, agir localmente (ou, ainda pior: pensar e agir localmente), é apenas uma das tentações a serem evitadas para que o planejamento e gestão urbanos sirvam como meios efetivos de promoção do desenvolvimento urbano – [...] sem servirem, por outro lado, para tapar os nossos olhos para a necessidade de ações em escalas supralocais (SOUZA, 2002, p. 519).

Em passagem anterior, neste mesmo capítulo do seu livro, Souza compartilha da ideia de integrar os olhares de “longe” e de “perto”. De qualquer forma, o que significa não “repudiar” o localismo ingênuo e suas implicações? Essa pergunta cresce de interesse quando o próprio autor faz uma relativização sobre o local: “essa preponderância política da escala local merece ser relativizada [...]” (SOUZA, 2015, p. 215).

Um caso de inversão do par global-local, em direção a essa segunda escala, muitas vezes com intenção crítica-política, é procedida pelo geógrafo Renato Emerson dos Santos:

o projeto moderno/colonial opera com a dissociação escalar, buscando hierarquizar os atores através de uma suposta hierarquização entre escalas: o importante é o global, o universal (a língua, o idioma, a cultura), e não o local, o particular (transformado em o dialeto, em folclore) (SANTOS, 2011, p. 130).

E o autor prossegue: “É no local que os dominados são ‘mantidos’, através da construção escalar hierárquica” (SANTOS, 2011, p. 130). Ele discorda da hierarquia escalar e a desloca para a que ocorre entre atores, conforme consta das citações sobre hierarquia feitas anteriormente.

Nessa virada do universal/global para o particular/local, a tônica é posta no local:

vivência de escala, que nos remete à escalaridade dos jogos e arranjos (espaço-temporais) da política dos quais os indivíduos participam: indivíduos vivem o local; indivíduos participam da política local; indivíduos participam de jogos políticos municipais, estaduais, nacionais e internacionais (SANTOS, 2011, p. 130).

E arremata como se dá essa “localização” no local: “Esta tomada de posição pode representar a operação da escala pelo sujeito, sendo essa operação um salto escalar, a reconstrução escalar, entre outras possibilidades” (SANTOS, 2011, p. 133).

Na ênfase de uma crítica ao grau elevado de consideração dispensado ao local, levado ao ponto em que o “local pode tudo”, o economista Carlos Brandão (2003, p. 1, grifo do autor) assevera que essa “endogenia exagerada” crê “piamente na capacidade das vontades e iniciativas dos atores de uma comunidade empreendedora e solidária, que tem autocontrole sobre o seu destino, e procura promover sua *governança* virtuosa *lugareira*”. O tom é claramente fustigador nessas desavenças do que e como privilegiar uma escala, até mesmo quanto se pretende relacioná-las, no léxico escalar. Por último, a versão máxima englobante da interação global-local, na qual ambos conformam um “dois em um”: o “glocal”.

Al agregar literalmente lo local a lo global (y vice versa), el concepto de glocalización provoca un perturbador desafío para la mirada ampliamente generalizada de que a globalización y la localización, y sus expresiones más ideológicas y positivas como el globalismo e el localismo, son procesos los modos de pensamiento separados y opuestos (SOJA, 2008, p. 289).

Soja, portanto, toma-o como “concepto nuevo y diferente que rompe de forma selectiva con la oposición original, abriendo otro modo de investigación que hasta el momento no había sido considerado o explorado” (SOJA, 2008, p. 289). Seria um retorno a outra espécie de escala totalizadora e unificadora?

Vimos nessas abordagens das relações entre as escalas global e local três situações marcantes de dualismos: a reiteração da dominância do global; a inversão para o local – pura e simplesmente; e a fusão entre elas, mediante um terceiro termo.

Como não é inescapável a permanência nesses dualismos citados, retendo não só esse caso escalar do global-local, recolocamos o posicionamento de mesclar escalas e plataformas com a interveniência da dupla de filósofos Deleuze e Guattari. Além de se romper com a visão monoescalar sem cair em um dualismo na extensão, essa combinação, com a intercessão da árvore e do rizoma, possibilitou tanto desreorganizar a tese quanto extravasar a escala para incluir a plataforma, como platô atualizado, na intensão. Está deflagrado o embalo da tese, alternando subir e descer, vale dizer escalar, entrecortado pelo deslizar e flandar, ou seja, plataformar, seguindo uma rota, sumariada a seguir, esperando que ela nos livre, ao menos, do precipício.

Embalando-a e encontrando um Sumário com Escalas (Subindo e Descendo) e Plataformas (Deslizando e Flanando)

ESCALA 1 e PLATAFORMA 1ª COM ESCALA 2 37

Escalas como motivação para acionar a caixa de ferramentas da Plataforma de Deleuze, e de Deleuze e Guattari

- *ESCALA 1 – A escala geográfica na geografia no Brasil: uma reconstituição visando ao diálogo com filósofos da imanência 39*
- *PLATAFORMA 1ª COM ESCALA 2 – Cinco criações conceituais de Deleuze, e de Deleuze e Guattari, dialogando com questões escalares nas ciências: possibilidades, tensões, conflitos 68*
- *PLATAFORMA 1ª A – Descendo dos céus e subindo das profundezas: chegando à superfície. Superficializar em vez de elevar ou aprofundar 69*
- *PLATAFORMA 1ª B – Plano de Organização, de Transcendência e Plano de Imanência, de Consistência. Tramas conceituais: escala e estrato e platô e plataforma 77*
- *PLATAFORMA 1ª C – Filosofia, Ciência e Arte: a escala geográfica, na ciência geografia, pode ser tratada como conceito na filosofia da imanência? 83*
- *ESCALA 2 – Escala nas Ciências: Antropologia, Física e Sociologia 88*
- *PLATAFORMA 1ª D – Extensão e Intensão. Geografia da intensão como complementaridade a uma geografia da extensão? A escala na extensão – e o que na intensão? 110*
- *PLATAFORMA 1ª E – Representação e Diferença e Multiplicidade: como situar a escala? 117*

PLATAFORMA 2ª COM ESCALA 3 123

Imanência – Terra – Natureza em Espinosa e em Nietzsche e em Deleuze e Guattari, Movimentos de Territorialização e Desterritorialização e Reterritorialização e Reescalamento

- *PLATAFORMA 2ª A – Terra – Natureza: Potência (e Vontade de) – Ato e Limites, Partições e Distribuições da terra 124*
- *PLATAFORMA 2ª B – Movimento de Territorialização e Desterritorialização e Reterritorialização (TDR) ou Desreterritorialização, na “Sociedade Primitiva”, no “estado Despótico” e no “Capitalismo” 149*
- *ESCALA 3 – Reescalamento sem Desescalamento na Geografia anglo-saxônica 173*

PLATAFORMA 3ª COM ESCALA 4 190

GEOS: Geofilosofia e Geo-história e Geologia, e Genealogia em Deleuze e Guattari, Foucault, e Geopolítica do Conhecimento, e Escalas em Projetos Políticos e na Justiça

- *PLATAFORMA 3ª A – Geofilosofia (e Geocapitalismo) 191*
- *PLATAFORMA 3ª B – Essa Geofilosofia leva a uma outra Geo-história 198*
- *PLATAFORMA 3ª C – Geografias e Histórias e Geologia em Deleuze e Guattari; Interlocução inesperada com a Genealogia em Foucault 208*
- *ESCALA 4 – A renitência da Nação e das escalas, e crítica ao Estado, em projetos políticos de superação do capitalismo, e em devires minoritários ... 246*
- *PLATAFORMA 3ª D – Geofilosofia e Geopolítica do Conhecimento: “Decolonial”, “Pós-Colonial” e “Anticolonial” 259*

PLATAFORMA 4ª COM ESCALAS 5 e 6 e 7 e 8 e 9	273
Geoanálise: Esquizoanálise, Terraceno e Espaços (-, e) Tempos e Linhas; um “molho de chaves” para abrir Escalas do Capital, do Ambiente, do Sem Escala e relações entre conceitos geográficos	
• <i>PLATAFORMA 4ª A – Geoanálise rima com Esquizoanálise?</i>	<i>273</i>
• <i>PLATAFORMA 4ª B – Terra – Natureza em Deleuze e Guattari, e Capitalismo Mundial Integrado e Ecosofia em Guattari</i>	<i>286</i>
• <i>ESCALA 5 – O Capital Financeiro segue, ultrapassa, desrespeita escalas geográficas na produção do espaço urbano?</i>	<i>290</i>
• <i>PLATAFORMA 4ª C – Uma nova força geológica ou uma terra nova – Terraceno?</i>	<i>299</i>
• <i>ESCALA 6 – As escalas no ambiente devem ser desambientadas de seus limites?</i>	<i>310</i>
• <i>PLATAFORMA 4ª D – Espaços (-, e) Tempos</i>	<i>324</i>
• <i>ESCALA 7 – A escala estatizada ou a estatização da escala constrói o pensamento escalar hegemônico</i>	<i>333</i>
• <i>PLATAFORMA 4ª E – Linhas: “Andar na Linha” e “Dar Linha” e “Deus escreve certo por linhas tortas”</i>	<i>350</i>
• <i>ESCALA 8 – “SEMs” ESCALAS</i>	<i>350</i>
• <i>ESCALA 9 – Modos de Relacionamento da Escala com outras categorias geográficas segmentares do espaço não é “fim de linha” para as linhas</i>	<i>364</i>
PLATAFORMA 5ª (SEM ESCALA)	392
Há um “mundo por vir”? Há um “povo por vir”? Ou o Terraceno indica que ambos, mundo e povo, podem não vir? Apocalipse? Colapsologia? Fim? Catástrofe? Hecatombe? Há Espaços e Tempos para Lutas?	
ONDAS E TRILHAS E VENTOS PARA SUBIR E DESCER E DESLIZAR E FLANAR PELAS ESCALAS E PLATAFORMAS	406

ESCALA 1 e PLATAFORMA 1ª COM ESCALA 2

Escalas como motivação para acionar a caixa de ferramentas da Plataforma de Deleuze, e de Deleuze e Guattari

Para a leitura da “Escala 1 e Plataforma 1ª com Escala 2”, deve-se considerar que os processos envolvidos na travessia para a elaboração da tese, abrangendo múltiplas idas e vindas, e reviravoltas, dispararam-se mediante uma análise da recente produção sobre a escala geográfica no Brasil. Procura-se captar suas interações com parte da produção acadêmica da geografia anglo-saxônica pós-“trinta anos gloriosos”, notadamente a partir do final dos anos 1970, limitando-se principalmente a que aportou no Brasil.

Entre os pontos salientes daquele referido repensar escalar, pode-se enfatizar, inicialmente, quatro deles: a busca incessante de uma “totalidade”; a relação interescalar – sob diversos nomes, a exemplo da “multiescalaridade”; o “reescalonamento”; e a “negação de escala”.

Eles provocaram e motivaram, para a sua análise, a busca de “ferramentas” na filosofia de Deleuze e Guattari.

Exemplificando, em relação à “totalidade”, Deleuze e Guattari mencionam pelo menos três vezes “totalidades fragmentárias” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 27, p. 35, p. 51); portanto, totalização fragmentária – e temporária, ou seja, combinações árvore-rizoma, contenções e desconvenções. Especificamente sobre a volúpia de totalizar, a escala geográfica também não se desvencilha dela.

A vontade de tudo totalizar e fechar é a vontade de dominar o mundo da língua e da verdade e de pensar que o todo habita cada um de nós e cada parte e cada espaço e tempo. Crítica imensa e com repercussões importantes: a totalidade seria impossível a não ser que vire totalitarismo! (ZANOTELLI, 2019, p. 45)

Ainda no tocante à “totalização absoluta”, repetida pela sua fortaleza reinante nas análises escalares, tão presente na busca do todo, muitas vezes equiparado a tudo, Zanotelli (2019, p. 57) salienta: “há em Deleuze, e também em sua obra com Guattari, uma impossibilidade de totalização absoluta, pois tudo escapa no momento que se acha que tudo abordou, tudo totalizou, há sempre restos, fissuras, brechas, transformações e torções”.

Evidenciando que não se trata de palavras, mas de conceitos, quanto à “sistema”, por exemplo, Deleuze e Guattari (2011a, p. 37) o usam com uma qualificação: “O que Guattari e eu chamamos de rizoma é precisamente um caso de sistema aberto”. Portanto, aqueles quatro pontos extraídos do repensar escalar, na virada do século passado, não podem ficar atrelados a entendimentos universais ou pré-estabelecidos.

Ainda mais, há considerações que negam a escala: “redes sem escala” (SHELDRAKE, 2021, p. 190-193). Elas podem ser chamadas de “sistemas adaptativos complexos: complexos porque seu comportamento é difícil de prever com base no conhecimento de suas partes constituintes; adaptativos porque se auto-organizam em novas formas de comportamentos em respostas às circunstâncias”. É um leque que se abre não só para o debate escalar, mas para evidenciar a inextricabilidade, pelas redes, entre árvores e fungos.

Na análise da revisão escalar, os conceitos não podem ser tomados isoladamente. Tem-se que atentar para as tramas entre eles, os agenciamentos, as articulações. Também ocorrem mutações nas malhas, nas teias conceituais, conforme aparece na Plataforma 1ª.

Os pares predominam em Deleuze e Guattari, mas o movimento perene é entrar e sair de dualismos, driblá-los a todo instante, sem achar que um dos conceitos do par será vencido ou negado. Ambos permanecem com todo vigor, entremeando-se de diferentes modos, nos desafiando.

Um exemplo mostra que, ao mesmo tempo que estamos preparando a passagem para a Escala e Plataforma que vem depois do “Ambulo”, em que o par árvore-rizoma predomina, servindo tanto para desreorganizar a tese como também para dar um embalo nela, tratando de dualismos e monismos escalares, outro desafio conexo ao referido par, ainda que ampliado, está na Plataforma e Escala mais avançada da tese.

Como exemplo, esse enlace entre fim e início da tese se dá impelido por um par conceitual atraente, que vai imantando outros conceitos e desfigurando a ambos (árvore e rizoma) enquanto tais, absolutos, porque: “O devir é um movimento pelo qual a linha libera-se do ponto, e torna os pontos indiscerníveis: rizoma, o oposto da arborescência, livrar-se da arborescência. *O devir é uma antimemória*”. E, pouco depois: “A lembrança tem uma função de reterritorialização” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 96). Nessas misturas conceituais, não há como não aparecer antes algum conceito, pelo menos um deles, que só será explicado depois – ou o inverso.

Em outros termos, ligando *Árvore e Ponto*, e *Rizoma e Linha*, podemos tanto retornarmos ao Quadro 1 quanto pularmos para as “linhas” da nossa geoanálise na Plataforma e Escala, chegada, mas também partida para outras releituras da tese. Porém nada impede de passarmos pelo que está vindo.

Estamos embalados, espera-se, para a Escala que nos embarca na Plataforma – e repõe outra Escala.

- *ESCALA 1 – A escala geográfica na geografia no Brasil: uma reconstituição visando ao diálogo com filósofos da imanência*

Para propiciar uma visão ampla da conceituação e da utilização da escala geográfica na geografia elaborada no Brasil, foram inventariados e escolhidos livros, teses e artigos, preferencialmente os que fazem uma retrospectiva e indicam questões, controvérsias, desafios e recomendações associadas, sempre tendo em vista encontros com a filosofia de Deleuze e Guattari. Desde já, é prudente avisar: evita-se cair em uma defesa fechada de uma ou outra categoria geográfica ou em um ritual que faz a reiteração genérica de que ela é “muito ou mais importante” em si e por si só.

Nos livros, nas teses escolhidas e nos artigos, um dos guias para as (re)leituras é a atenção voltada para reconhecer passagens estimuladoras de (des)encontros com a filosofia da imanência, notadamente de Deleuze e de Deleuze e Guattari – cujas vertentes iniciais vêm em seguida à Escala 1, na Plataforma 1^a, ainda nesse bloco, o que não exclui particularidades de ambas. E que, assim, se tenham variações, ora tratando uma mais que outra, segundo as Escalas e Plataformas.

Em uma periodização do debate escalar anglo-saxônico, principalmente tomado a partir do final da década de 1980, Ramírez (2010, p. 220-221) identifica três momentos, com base nos quais são feitas observações sobre especificidades no Brasil.

Os pioneiros do debate listados são: Peter J. Taylor, David Harvey e Neil Smith. Uma das características das análises escalares precursoras foi “apropriarse de la perspectiva de la economía política, que incluye no sólo a los geógrafos que se adscribieron en su época al marxismo, sino a un grupo muy amplio que practicaban la disciplina como parte de la perspectiva de la teoría crítica [...]”. Em uma síntese, segundo Ramírez, “en

los inicios, la discusión estaba fuertemente centrada en la relación entre la escala, la producción del espacio y el desarrollo del capitalismo”.

O segundo momento é marcado por “la jerarquización y constructivismo en la escala”.
Duas concepções pertinentes a esse momento são enunciadas:

por un lado, se presenta un desarrollo muy detallado de temas y formas relacionados con la escala como la “fijación de la escala” (scalar fix), la “política de la escala” (politics of scale), los “saltos escalares” (scalar jumping) y la “redireccionalidad de la escala” (scalar bending), entre otras que tratan de resolver como profundizar sobre las maneras en que la escala funciona, sobre todo en la relación Estado – desarrollo del capitalismo; por el otro, se aprecia una división entre la visión constructivista y la ontológica (RAMÍREZ, 2010, p. 223).

E, no terceiro momento, a escala é inserida “en el espacio de flujos o la no escala”. Há um desdobramento desse momento em duas vertentes: “La primera se articula a las discusiones antes analizadas, regresando nuevamente a la concepción del espacio pero a partir de posturas que lo conciben como el espacio de redes y de flujos” – tendo sido notada nessa vertente influências de formulações do sociólogo Manuel Castells; na segunda, há propostas de “terminarla y pasar a la construcción de la categoría ‘ontologías planas’, que, en su opinión, resuelve las inconsistencias que las jerarquias estructuralistas generaron” (RAMÍREZ, 2010, p. 226).

Conforme segue, os dois primeiros momentos da referida periodização também se verificam em autorias no Brasil, guardadas particularidades, incluindo a defasagem temporal da sua apropriação; no terceiro momento, notadamente a componente “sem escala” está praticamente ausente da produção acadêmica consultada da geografia no Brasil.

No tocante ao segundo momento no Brasil, é preciso atentar-se para as defasagens entre as produções anglo-saxônicas e as brasileiras. Enquanto Bob Jessop e Neil Brenner faziam a revisão escalar no neoliberalismo, ascendia no Brasil, ao final dos anos 2000, defasadamente, a primeira revisão que esses autores haviam realizado. Fica pronunciado um descompasso de quase uma década entre o que se dava nos dois debates encetados principalmente por Jessop e Brenner e o que é majoritariamente apropriado deles no Brasil.

O debate recente sobre escala no Brasil

Inicia-se uma discussão, na temática escalar produzida no Brasil, pela geógrafa que tem uma significativa inserção no assunto. Uma das precursoras, Iná de Castro enfoca, no item “A Escala como problema para a pesquisa”, que:

as diversas escalas supõem, portanto, campos de representação a partir dos quais é estabelecida a pertinência do objeto; mas cada escala apenas indica o espaço de referência no qual se pensa a pertinência, mais geralmente a pertinência do sentido atribuído ao objeto. Na realidade, todos fenômenos têm uma dimensão de ocorrência, de observação e de análise considerada mais apropriada (CASTRO, 2014, p. 90).

Ressalta, ainda, que: “Nunca é demais lembrar que a escala é, na realidade, a medida escolhida para conferir visibilidade ao fenômeno. Este, quando se trata de geografia humana, é socialmente construído, ou seja, produto das relações sociais e da escolha do pesquisador” (CASTRO, 2014, p. 91).

Essa “medida” no espaço faz com que “considerar a escala na geografia é basicamente pensar em recortes significativos para a análise dos fenômenos”. Ao concluir a parte do artigo referente à “escala como problema para a reflexão”, Castro (2014, p. 92) apresenta oito “pontos de partida para sua utilização como recurso metodológico”, mas que ao mesmo tempo permitem problematizá-la e, assim, contribuir para discussões desta tese:

(1) A escala não existe, o que existe é o fenômeno; (2) A escala é uma estratégia intelectual para abordar o real; (3) A escala como medida é uma abstração ou convenção; (4) A escolha da escala define o que é significativo no fenômeno, o que terá visibilidade; (5) Quando a escala muda, as variáveis significativas do fenômeno mudam; (6) As variáveis explicativas para fenômenos numa escala não são transferíveis, seja para o mesmo fenômeno ou para outro, em outra escala; (7) Não há hierarquia entre escalas, pois cada escala revela um conjunto de causalidades específicas; (8) A microescala não é menos complexa do que a macroescala.

Além das inúmeras questões que envolvem as mútuas interações entre escala-fenômeno, indicando a escolha filosófica feita, diversa da nossa, há pelo menos três outros aspectos que são cruciais para o debate da escala na filosofia da imanência: medida, hierarquia, micro-macro.

Voltando à relação entre escala e fenômeno, tem-se uma boa oportunidade de ressaltar a influência teórico-filosófica, e que não se trata apenas de se operacionalizar a escala. Sobre essa escolha, Deleuze afirma que “el abismo es inmenso” entre fenomenólogos e Bergson (um dos filósofos franceses importantes para a componente da geoanálise sobre espaços (-, e) tempos). De acordo com Deleuze: “En términos eruditos, los fenomenólogos decían: ‘Toda conciencia es intencionalidad’, lo cual quiere decir que toda conciencia es conciencia de algo situado fuera de ella, apunta hacia algo en el mundo” (DELEUZE, 2009a, p. 132). Ao contrário, um “bergsoniano”, ainda segundo Deleuze:

Jamás dirá “toda conciencia é conciencia de algo”. E, após uma explicação resume em uma frase a divergência: “Para Bergson, si percebo las cosas allí donde están es porque toda conciencia es algo, precisamente la cosa que percebo. Para un fenomenólogo, si percebo las cosas allí donde están es porque ‘toda conciencia es conciencia de algo’, es decir, apunta hacia la cosa de la que es conciencia” (DELEUZE, 2009a, p. 133).

Outra indagação sobre a escala em geral é feita pelo geógrafo César Simoni Santos em “Escala geográfica: instrumento de observação ou objeto de investigação”. Em seu texto, são identificadas duas “perspectivas”: a “epistemológica” e a “crítico-realista”.

Na “perspectiva epistemológica”, para Santos (2018, p. 100), “a escala é entendida como pertencente ao campo do domínio subjetivo exclusivo do pesquisador e, como tal, é frequentemente confundida com um ‘instrumento’ da pesquisa e da observação. Nessa perspectiva, a escala ‘se aplica ao objeto e faz parte das escolhas do pesquisador’”. A autora considerada por Santos é a professora Iná Elias de Castro, apresentada na abertura desse repassar escalar.

Já nas “perspectivas crítico-realistas”,

a escala não deve ser postulada como um instrumento ou um recurso de ajuste da visão manipulado em função e a partir dos desejos do sujeito do conhecimento. Pelo contrário, a escala deve ser buscada como parte da explicação e dimensão intrínseca e efetiva do objeto. Assim, a investigação que se volta para o mundo real passa pelo desvendamento de suas escalas ou de sua dimensão escalar intrínseca (SANTOS, 2018, p. 101).

De outros autores que pertenceriam a essa perspectiva, são extraídos subsídios de Henry Lefebvre, Neil Brenner, Neil Smith, David Harvey, entre outros.

Por considerar que a perspectiva multiescalar “mantém a concepção de escala presa ao universo epistemológico”, César Simoni Santos aponta “duas armadilhas articuladas”. Afirmar que essa “prisão” da escala “constitui um duplo bloqueio que impede a consideração da escala como um dado ou uma dimensão do real” (SANTOS, 2018, p. 93).

E quais são os dois “bloqueios”?

Em primeiro lugar, a perspectiva multiescalar parte da pressuposição de que as grandezas escalares são aprioristicamente fixas e determinadas, mas não pelo objeto em questão. Em segundo, essa perspectiva entende que a escala é um dado relativo e pertinente ao método, ao instrumento ou ao procedimento do pesquisador (SANTOS, 2018, p. 93-94).

Em resumo, esta é a posição do autor diante desses dois “bloqueios”: “caberia ao pesquisador recorrer a um conjunto de dimensões escalares predefinido metodologicamente para aplicar na análise de seu objeto” (SANTOS, 2018, p. 93-94). Uma das tônicas escalares gerais e por temáticas, recorrente, é o uso indiscriminado e indefinido de multi (e outros prefixos assemelhados) – o que não se resume, portanto, a esse geógrafo supracitado. É quase uma unanimidade.

Diante dessa crítica do autor ao multiescalar (sem defini-lo), indaga-se em que medida, no entanto, há uma generalização, retratada pelas escalas “fixas”, “aprioristicamente definidas”. Então, ao incorporar a perspectiva ontológica, para o autor haveria no “real” escalas, e uma delas apropriada para cada “objeto”? Sendo assim, elas só precisariam ser “desvendadas” e escolhidas? Como essas “escalas reais” seriam “descobertas” no “real” pelo “sujeito” da pesquisa? Apesar de não explicitar, Santos postula uma ontologia escalar. Ela estaria compatível com os autores inscritos por ele na “perspectiva “multiescalar”, os “crítico-realistas”?

Diante desse debate sobre a existência da escala geográfica no real ou se esta é uma construção social, um terceiro geógrafo, Souza (2015, p. 179-216), repõe a questão e se posiciona contrário à ontologia escalar: “existiriam de fato as escalas no mundo real, ou seriam elas meramente artifícios intelectuais de que lançamos mão para compreender a realidade?” (p. 182). Souza trata das visões “materialista” e “idealista” e acena com uma possibilidade “construtivista”. Além disso, refuta a “reificação/coisificação da escala”, entendendo que estas são socialmente construídas e altamente dinâmicas e mutáveis (p. 182-183).

Contudo poder-se-ia indagar: seriam as escalas dinâmicas e mutáveis ou se estaria aprisionado pela imutabilidade daquelas historicamente fincadas pelo e no Estado-nação? Poderia haver até alterações, como ocorreram, mas sob tutela estatal, o que, no mínimo, diante da baixa mutabilidade em relação à dinâmica socioeconômica, desencadeia uma série de tensões teóricas. Comumente, a saída é um acoplamento de escalas, em tamanhos e em níveis, ambos sob uma hierarquia, a ser exposta adiante.

Para superar a conotação reificada e formalista que é comumente dada ao “quarteto local / regional / nacional / internacional”, Souza adota o conceito de “construção social da(s) escala(s)”:

é que não apenas a natureza da interação entre as escalas, mas também o peso de cada uma delas e até mesmo a abrangência física de algo como escala local, escala regional, escala nacional não está fixado de uma vez por todas, sendo, pelo contrário, parte do processo de criação histórica (SOUZA, 2015, p. 191).

Mas “quem” constrói a escala socialmente?

Outra controvérsia reiterada refere-se ao macro e/ou micro. Traduzindo-a em o “olhar de longe” e o “olhar de perto”, Marcelo Lopes de Souza (2016, p. 161) enxerga que “a solução consiste em saber *combinar as escalas* (refiro-me aqui tanto a escalas de análise quanto a escalas de ação), de tal maneira que não se precise, por constrangimento epistemológico ou metodológico, e muito menos por indução ideológica, abdicar de nenhuma delas”.

Traduzindo o “longe” e o “perto” no seu léxico escalar, o autor afirma que:

da escala global, representada em nossos planisférios, à escala dos “nanoterritórios” da vida cotidiana (um prédio residencial, uma ocupação de sem-teto, uma prisão, [...] cartograficamente representável por meio de plantas, todos os níveis espaciais de análise são relevantes; cada um deles permite o registro de determinados aspectos da realidade, cada um deles nos faculta enxergar determinadas coisas (SOUZA, 2016, p. 161).

Nesse ponto, não é o “objeto”, e sim o nível de análise que possibilita ou não captar determinadas coisas. Havendo a combinação propugnada longe-perto, o “‘olhar de longe’ não precisará ser visto como uma ‘visão de sobrevoo’ arrogante, verdadeiro antípoda ético-político do ‘olhar de perto/de dentro’” (SOUZA, 2016, p. 161). Ou seja,

não se trata de contrapor olhares mais ou menos distantes, mas sim de não ver sob um único foco.

Continuando, ainda em uma noção geral da escala geográfica, o geógrafo Haesbaert a considera “polêmica”, ao caracterizar as “escalas de contenção territorial na metrópole”:

É importante partir da constatação de que (a problemática da escala) se trata de uma questão bastante polêmica na Geografia, envolvendo desde autores que não consideram a escala como um recurso analítico-conceitual consistente – entre eles, a reconhecida geógrafa Doreen Massey – até aqueles que veem a escala geográfica como uma produção material, concreta – na abordagem de marxistas, como Neil Smith (HAESBAERT, 2018, p. 324).

O autor Haesbaert afirma ainda que, para Adam Moore (2018, p. 205, citando Marston [2000]), o único consenso entre os geógrafos é o de que “a escala não é uma categoria fixa ou determinada, pelo contrário, ela é um constructo social, fluido e contingente” – compartilhando da crítica de Souza à ontologia escalar. Fica notório, também, o foco na “construção social” da escala, e não na efetiva construção estatal hegemônica, além de atributos de fluidez e contingência, o que poderia sugerir que se quer dotá-la de uma configuração topológica.

Haesbaert diz se incluir em um grupo relativamente amplo que

partilha a ideia de que a escala geográfica ainda é um recurso metodológico útil e mesmo necessário, sobretudo em relação em um tratamento relacional – ou seja, que vai muito além da escala cartográfica, que, tantas vezes, leva em conta apenas um espaço absoluto, uma superfície homogênea, passível de mensuração de forma padronizada (HAESBAERT, 2018, p. 324-325).

Baseado na divisão dual estabelecida (escalas de análise e escalas de ação), Adam Moore admite “que a escala, se adquire profundas restrições como categoria de análise, continua sendo uma referência muito importante como categoria de prática, ou seja, no reconhecimento pelo senso comum de fenômenos identificados como locais, regionais, nacionais e mundiais” (HAESBAERT, 2018, p. 325). Essa separação entre análise e ação feita por Moore merecerá atenção como um dos pontos da agenda do debate escalar em consonância com filósofos da imanência, notadamente da cisão entre teoria e práxis.

No entanto, Brandão (2011, p. 310-311) discorda dessa separação citada por Haesbaert, talvez quando tomada rigidamente, exprimindo-se assim: “Escala enquanto categoria analítica e escala enquanto categoria da práxis política não estão apartadas”.

A referência teórica proposta para ser avaliada envolve essa seguinte “sequência analítica: produção social do espaço / divisão social do trabalho / dimensionamento dos poderes / natureza das escalas espaciais – que não perca as referências do ambiente macroeconômico e da ação do Estado” (BRANDÃO, 2011, p. 304). Esse autor assinala que escala é “simultaneamente resultado e consequência da luta social pelo poder e pelo controle” (BRANDÃO, 2004, p. 33), o que fortalece a não divisão escalar entre análise e ação. Contudo nos parece que as lutas referidas pelo autor guardam convergência com as escalas especificadas pelo Estado.

Milton Santos (1994, p. 29-39), ao tratar de “A Aceleração Contemporânea: Tempo-Mundo e Espaço-Mundo”, em específico do divórcio entre a sede da ação e o seu resultado, afirma que: “Nessas condições, a escala pode até existir. Mas nada tem a ver com o tamanho (a velha preocupação com as distâncias) nem com as contiguidades impostas por uma organização”. Não tendo a ver com “tamanho”, então, a vincula isoladamente ao tempo: “Escala é tempo”.

Porém, adiante, no mesmo texto, ressignifica o espaço: “Basta não considerar o espaço como simples materialidade, isto é, o domínio da necessidade, mas como teatro obrigatório da ação, isto é, o domínio da liberdade” (SANTOS, 1994, p. 38).

Ao fazer essa ressignificação, na “geografia das redes”, contudo, a escala volta ao espaço. Dessa forma, são explicitados três níveis escalares espaciais, tratados como “totalidades”: “mundial, territórios dos Estados e local” (SANTOS, 2002, p. 215). E aí desponta o conceito “totalidade” – que se opõe decisivamente ao de multiplicidade, por exemplo, na filosofia da imanência.

Passando para um nível escalar específico, sobre região, observa-se que no passado fora “um sinônimo de territorialidade absoluta de um grupo, através de características de identidade, de exclusividade e de limites. Hoje o número de mediações é muito grande, o que induz, frequentemente, à confusão de imaginar que a região não mais existe” (SANTOS, 1994, p. 98, grifo nosso).

Santos coloca em questão a rede urbana hierarquizada nos anos 1990: “Houve um

tempo em que se podia tratar a rede urbana como uma entidade, onde as cidades se relacionavam segundo uma hierarquia de tamanho e funções. Esse tempo passou”. E continua: “Hoje, cada cidade é diferente da outra, não importa seu tamanho, pois entre as metrópoles também há diferenças” (SANTOS, 1994, p. 150).

Apesar de questionar uma “rede urbana hierarquizada” de então, permanece em Santos, a partir do exemplo da metrópole e suas diferenças, um conceito, quase sempre presente nos enfoques escalares, gerando controvérsias filosóficas: a hierarquia. A metrópole em uma outra hierarquia não continuaria sendo típica da imagem arborescente e a “copa” de uma árvore urbana?

Nessa mesma direção, uma pergunta do docente da Unesp, Catelan, amplia o espectro das referidas controvérsias para o tamanho conformado pelas escalas: se as cidades médias “sempre estiveram presentes na rede urbana já com funções e papéis, tanto em escala regional como na nacional e na internacional, o que há de novo em suas articulações que as diferenciam de sua condição da rede urbana de outrora?” (CATELAN, 2013, p. 33).

Responde Catelan, qualificando o “novo” na sua acepção escalar: “em nossa perspectiva metodológica se refere a um conjunto de lógicas reconhecidas por uma maior interação entre as escalas geográficas nessas cidades e na rede urbana” (2013, p. 33) – indo além de “papéis e funções” em uma dada escala. Assim, o conceito de “interesses espaciais interescares” é primordial no repensar escalar das cidades médias. Especifica-se que as cidades médias trabalhadas estão no estado de São Paulo: Bauru, Marília e São José do Rio Preto.

Para apreender as funções e os papéis que essas cidades

vêm desempenhando nas redes das quais participam, articularemos, em nossa análise, algumas perspectivas analíticas, tais como: as redes regionais que se formam a partir de atividades e funções, bem como aquelas atividades e fluxos que mais contribuem para a sua centralidade regional; os crescentes processos de concentração econômica e espacial, crucial para compreendermos o momento atual dessas cidades e as interações espaciais que delas partem e a elas chegam; e, por fim, o movimento de inserção delas na escala global e, principalmente, como as lógicas dessa escala, via agentes econômicos, apontam a necessidade de pensá-las mais pelas interações espaciais interescares que delas resultam que em sua posição hierárquica (CATELAN, 2013, p. 33).

Catelan (2013, p. 38) assinala que:

as interações urbanas espaciais interescales são o caminho para uma interpretação do espaço, em que os processos e as lógicas se estruturam e se articulam de uma forma mais imbricada. Assim, a expressão máxima desse movimento – as cidades – é pensada, sempre, no contexto das redes, tanto a partir dos padrões de estruturação hierárquica, ainda preponderante para as compreendermos, como também das articulações interescales de outras direções e sentidos para pensarmos a rede urbana em múltiplas escalas.

Assim, a hierarquia estaria mais ligada a espaços fixos, enquanto a heterarquia, conceito redefinido pelo autor citado, liga-se a fluxos e redes.

Articulando esse atributo da heterarquia às “interações espaciais interescales”, Catelan (2013, p. 78) elabora um conceito de heterarquia urbana:

É essa a perspectiva da heterarquia urbana, em que as articulações entre agentes, empresas e lógicas empresariais advêm de escalas diferentes e as escalas local e a regional não desaparecem, mas são ressignificadas com os novos conteúdos da ordem global.

Os fluxos e redes citados por ele não afetariam a organização escalar para além de uma ressignificação no espaço global?

Não é estabelecida pelo autor uma contraposição analítica entre hierarquia e heterarquia urbanas. Diferentemente: “O padrão hierárquico continua a existir, no entanto torna-se insuficiente para explicar os conteúdos advindos do aumento das interações espaciais sob a égide da globalização”. Complementa-se que os nós das redes se ampliam quantitativa e qualitativamente – técnica, territorial e econômica –, mudando as funções e os papéis das cidades em cada escala geográfica e na interação entre elas.

Desse repensar escalar das cidades médias, para os fins de sua releitura pelas “ferramentas” da “imanência”, verifica-se a polissemia do conceito de redes, em especial pela clássica vinculação entre rede urbana e hierarquia, definida não só por tamanhos (cidade média) como também por níveis (regional, por exemplo), articulados ou não. Também reafirma o debate sobre redes no e do espaço, entrelaçadas à heterarquia e a outro conceito de rede (que não a urbana) configurada em múltiplas escalas por empresas – atores; a heterarquia, alargando a polissemia, aparece com outro significado em estudos sobre o “giro descolonial”.

A hegemonia do repensar escalar calcado em relações e interações que extravasam o monoescalar transborda para a nomenclatura que pretende dar conta da complexificação da reestruturação espacial mediante a combinação de níveis e de tamanhos: “cidade-região”, “megarregião”, segundo aquela saída de uma certa rigidez apontada anteriormente.

Lencioni (2017, p. 138) distingue que:

Três escalas de análise se impõem: o local, o regional e o global. A dimensão nacional refluí num contexto de políticas neoliberais com sua ideologia de Estado mínimo e a escala internacional é suplantada pela global, face a produção de um espaço global, nesse sentido, o global não se confunde com o internacional e é historicamente determinado.

E como pensar essas três escalas?

Supera-se ou não, com elas, a “hierarquia piramidal” – “uma hierarquia que obedece a níveis claramente distintos, na qual o local se constitui na base da pirâmide que se relaciona ao segundo nível, o regional, e esse ao terceiro nível, o nacional, que, por fim, se relaciona ao nível hierárquico superior, o internacional” (LENCIONI, 2017, p. 138)? A referida geógrafa constata que essa noção de hierarquia se verifica na “discussão sobre a área de influência da cidade”. Ela diz ainda que essa noção advém da “teoria dos polos de crescimento” e de suas áreas de influência, distribuídas segundo esse tipo de hierarquia em questão.

No entanto, diante da nova lógica de reprodução do capital, assentada numa forma específica de se organizar a produção e no desenvolvimento das redes de fluxos, essa hierarquia piramidal entre os polos de crescimento não mais se sustenta, pois o local pode desenvolver vínculos muito mais consistentes com o global do que com o regional e o nacional (LENCIONI, 2017, p. 140).

A cidade-região é, então, para Lencioni (2017, p. 141), “um novo arranjo territorial que se constitui numa manifestação socioespacial do capitalismo contemporâneo e se estabelece como um paradigma para se pensar a nova escala de processos e relações sociais”. Qual é o seu limite? Qual é o tamanho da cidade-região? Ainda de acordo com Lencioni, “o limite territorial dessa cidade-região é fluido e difícil de delimitar, já que essa se constitui, por excelência, num espaço de fluxos pela presença de inúmeras redes interconectadas” (p. 143). Mas a autora deixa um indicativo: “Embora seja difícil de delimitar, esse limite guarda relação com as condições de transportes, na medida em que

a possibilidade de deslocamento cotidiano das pessoas, entre o trabalho e a moradia, é que lhe confere um sentido de conjunto e de realidade” (p. 143).

Para substituir a “hierarquia piramidal”, Lencioni propõe relações escalares “anastomosadas” na cidade-região:

No desenvolvimento da cidade-região, as escalas regional, nacional e internacional se mesclam por meio de complexas relações que se desenvolvem em diversas direções e com alcances diferenciados. Não há, nesse novo desenho, a formação de uma hierarquia piramidal. Na cidade-região as escalas entre o local, o regional e o global se integram de forma anastomosada, ou seja, se unem por meio de complexas e inúmeras ramificações que não estabelecem uma estrutura hierárquica (LENCIONI, 2017, p. 147).

Nessa concepção, anterior, de cidade-região, na qual, ao final, se diz que as escalas “se unem por meio de complexas e inúmeras ramificações que não estabelecem uma estrutura hierárquica”, estaria sendo feita uma aproximação da escala ao rizoma? Ou, então, se estaria chegando a uma combinação entre as “escalas” arborescentes e as “ramificações” sem hierarquia rizomáticas? De qualquer maneira, a assertiva está nas escalas.

A “megarregião” abrangeria desde o entorno do Rio de Janeiro, ao longo da costa, indo em direção à Baixada Santista, avançando para o interior paulista, ultrapassando Campinas e Sorocaba: “Essa região integra-se entre si e em escala global, por meio das atividades econômicas, dos eixos de circulação viária e aérea e das redes de informação e comunicação” (LENCIONI, 2017, p. 158).

Como a escala geográfica é adaptada (ou não) para analisar lutas urbanas? Seguem dois estudos.

No livro *Movimentos Sociais e Geografia: sobre a(s) espacialidade(s) da ação social* (2011), o geógrafo Renato Emerson Nascimento dos Santos dedica o Capítulo 3 à “Geografia e Política: a questão da Escala”. O autor afirma, no parágrafo inicial desse capítulo:

Do local ao global, passando pelo regional, pelo nacional e outras flexões e desdobramentos da noção – a escala é, atualmente, um conceito-chave na compreensão e intervenção dos/nos possíveis formatos das relações entre os diferentes modos de fazer político e os seus conteúdos territoriais (SANTOS, 2011, p. 79).

No tocante ao repensar da escala, relacionando-a ao espaço do “fazer político” pelos movimentos sociais, Santos (2011) nos possibilita extrair três aspectos do seu livro:

(a) “um breve *tour* pela constituição da escala espacial, enquanto instrumento de interpretação do real, buscando captar os debates fundantes do conceito”, especificando três deles: “a dualidade/complementaridade entre escala geográfica e cartográfica, a relação entre conteúdo e dimensão, qualidade e medida dos fenômenos que o conceito opera” (p. 83);

(b) “debater algumas questões que emergem do próprio desenvolvimento da escala, em seu duplo e interligado papel de instrumento interpretativo e princípio de organização da vida social”, entre elas:

Contiguidade e hierarquia, as escalas enquanto níveis ou patamares da realidade, e a emergência de fenômenos para os quais noções como pluriescalaridade, desencaixe, fragmentação e co-presença se mostram eficazes instrumentos de leitura, impõem uma reconstrução das narrativas escalares (p. 83).

(c) e, no terceiro aspecto, “dando continuidade a uma releitura da noção de escala”, “tratamos de algumas nuances das narrativas escalares diante da emergência, segundo diversos autores, de novas configurações nas relações entre espaço e tempo” (p. 84).

Desses aspectos, um desafio a ser trabalhado a partir de “ferramentas” de filósofos da imanência”, além de já termos iniciado os relativos à “hierarquia” e à “pluriescalaridade”, o das “configurações das relações entre espaço e tempo” não só extensivamente, como é marcante na geografia, como também intensivamente, abrangendo a Plataforma 2ª e a penúltima Plataforma, a da “geoanálise”.

Uma das componentes da “geoanálise” é precisamente espaços (-, e) tempos, que com essa notação gráfica pretende simbolizar as duas dimensões citadas – e seus embaralhamentos. Comumente, muitas teses trabalham um recorte espacial associado a um recorte do tempo, ambos centralizados e restritos à extensão, implicando na plena

abolição da intensão, e, portanto, absolutizando medidas, divisões intrínsecas ao extenso cartesiano.

Ao repassar enfoques sobre a “escala enquanto nível: o problema das hierarquias e determinações espaciais”, Santos expõe

dois problemas que emergem para nossa leitura das espacialidades dos movimentos sociais, ambos de caráter empírico e teórico-metodológico: primeiramente, a trans e a pluriescalaridade dos fenômenos – introduzindo graves complicadores aos ordenamentos baseados nas hierarquias espaciais estruturantes (ou estruturadas através) das construções escalares; em segundo a emergência de novos padrões de relação espacial que, através da compressão da relação espaço-tempo, eliminam (ou pelo menos, reduzem drasticamente) a chamada “fricção da distância”, re-hierarquizando lugares e agentes e construindo o que Pierre Veltz chama de “territórios-rede”, em que a contiguidade perde importância enquanto atributo definidor de tais relações – o que “desencaixa” sujeitos e lugares, numa “esquizofrenia” de espaço-tempo que desfere poderoso golpe nas narrativas escalares baseadas em contiguidades (SANTOS, 2011, p. 90-91).

No primeiro desafio – “fenômenos são pluriescalares” –, o autor recupera um conceito semelhante ao exposto, muito antes desse debate escalar recente, pelo geógrafo Yves Lacoste.

A partir dele, aponta para a superação da estreita relação entre fenômenos e escala efetivada em recortes espaciais estanques ou limitados. Assim:

Outros autores, entretanto, vão mais além (de Lacoste), e afirmam que um mesmo fenômeno não somente pode ser observado, mas também produz efeitos e interage com outros fenômenos em várias escalas, ou seja, os fenômenos são multi e inter-escalares (SANTOS, 2011, p. 92).

Desse primeiro “problema” podem ser extraídos pelo menos dois elementos que alimentam a continuidade do debate e da análise do repensar escalar proposto nesta tese: (a) a não explicitação de que ao menos uma das concepções de “fenômeno” tem a ver com uma referência filosófica, a(s) fenomenologia(s), que deveria nutrir o entendimento feito a partir dessa escolha muitas vezes não explicitada – e que se diferencia obviamente da imanência, por exemplo; (b) a saída de uma visão monoescalar, de um recorte espacial rígido e isolacionista, recebe designações que não ganham uma

qualificação, proliferando prefixos que não significam a mesma coisa – pluri, multi, inter, trans –, o que já havíamos constatado, mas precisa ser reiterado.

Outro aspecto contido na citação é o conceito de “território-rede”, do engenheiro e cientista social francês Pierre Veltz, devido a sua significativa difusão no Brasil. Por enquanto, a indagação é sobre como tratar esse conceito quando se considera o movimento de desreterritorialização e suas combinações, criado por Deleuze e Guattari. Pensamos em tentar colaborar com esse debate na Plataforma 2^a.

No quarto capítulo do livro de Emerson dos Santos, intitulado “Tensionando a imaginação geográfica: dimensões espaciais dos movimentos sociais”, as “políticas de escalas”, o “salto de escalas” e os “jogos de escalas” são delineados, respectivamente, a saber:

(a) “Políticas de escalas – ‘scalling process, politics of scale’, tais denominações se referem não somente ao uso político das escalas, mas à própria possibilidade de construção e reconstrução de escalas pela ação” (SANTOS, 2011, p. 198);

(b) “O salto escalar é, portanto, possível quando se consegue conjugar uma série de fatores”. Em seguida, destaca três desses fatores possibilitadores do salto: “a escolha do interlocutor correto numa outra escala, a capacidade de se fazer reconhecer por esse e por outros interlocutores nesta outra escala” e, por último, “a escolha da agenda correta nesta outra escala (maneiras de agir, de provocar fatos, de repercutir, que são diferentes da escala de origem etc.)” (SANTOS, 2011, p. 194) – o que indica não só uma visão de ação monoescalar como também que a sequência escalar não é rigidamente estabelecida;

(c) “Utilizar os ‘jogos de escalas’ significa jogar com as armas do dominador, o que nem sempre é fácil – sobretudo, porque se luta contra a própria capacidade de renovação das estruturas de dominação”. Visando jogar escalarmente, os movimentos sociais combinam diferentes estratégias: “interloquções em diversas escalas, articulam-se criando atores-rede, redes de atores, fóruns etc., constituindo assim malhas que são as ‘áreas de movimentos’ [...]” (SANTOS, 2011, p. 196). Nesse “jogo de escalas”, Santos não explicita se e quando elas se constituem em escalas de dominação e/ou de luta ou se essa definição até mesmo entrechoque entre elas se processa na dinâmica das ações políticas dos e nos movimentos sociais.

Nos dois “problemas”, a hierarquia é comum a eles. Em três passagens do livro, a posição adotada contesta uma ideia de hierarquia entre escalas: (a) “acreditamos que as hierarquias são entre atores, do que as escalas são instrumentos” (SANTOS, 2011, p. 131); (b) “Como as hierarquias não são entre escalas, mas sim entre os atores, manipular as escalas significa trunfo de poder” (p. 198); e c) “Com efeito torna-se forçoso recordar que a hierarquia é um princípio fundamental nas construções da política” (p. 228).

No último item do Capítulo 3 do seu livro, “Escala e política: a escala enquanto arena ou nível de regulação (e a organização do Estado)”, Santos (2011, p. 124) reafirma a escala “enquanto construção social por atores, interferindo em processos econômicos, sociais e políticos”. Por conseguinte, “a escala é então uma instância de (ou da) ação política que, através de aspectos e relações espaciais, revela como a política enquanto campo de relações de poder transborda o espectro dos atores, da organização e das ações do Estado”.

De outra forma: “Mais do que articular (as e nas) escalas, torna-se crucial construir escalas, construir territorialidades – desterritorializar e reterritorializar poder” (SANTOS, 2011, p. 130) – reiterando-se o já resumido nesta Escala 1 desta tese.

Em diferentes momentos do livro em análise, são feitas menções a outros conceitos, tais como território, “território & territorialidades” (SANTOS, 2011, p. 163-178), território-rede, redes, malhas. Contudo esse autor não revela como se dão ou poderiam se dar os enlaces, tensões, conflitos e complementaridades não só entre eles, notadamente com a escala que é tornada dominante no espectro geográfico de conceitos na respectiva obra.

Porém em outro trabalho, “Geografias da ação nas lutas anti-racismo: um olhar aproximativo”, passados quase dez anos da publicação do livro, é feita uma alteração na rota analítica do geógrafo Emerson dos Santos. A escala declina de relevância e a primeira frase do referido artigo traduz outra ênfase, deslocada para o território: “Nos últimos anos, o território vem sendo cada vez mais mobilizado em lutas sociais por agentes historicamente subalternizados” (SANTOS, 2019, s. p.). E prossegue:

Tal mobilização é marcada pela pluralidade – tanto de sentidos atribuídos ao(s) território(s) pelos atores em luta, quanto de formas de mobilização. O território aparece como objeto de disputa, como instrumento em disputas, e também como base de identidade e da organização de grupos para/em disputas (SANTOS, 2019, s. p.).

O segundo estudo abrangendo escala e movimentos sociais, a tese “A construção escalar da ação no movimento dos sem-teto” (2014), do geógrafo Matheus da Silveira Grandi, é outra relevante contribuição para escalar pontos e questões para subsidiar a continuidade do debate escalar.

Nos dois primeiros capítulos, os “primórdios da escala” e a “emergência da escala”, respectivamente, são repassados diversos aspectos em sua trajetória teórica e histórica na geografia – como, por exemplo, a constituição da “região” na matriz francesa.

Como um dos fundamentos teóricos desse repasse, e transbordando para momentos seguintes no desenrolar da tese, o binário todo-partes, espaço-unidades espaciais se sobressai: o Capítulo 1 da tese tem como seu primeiro tópico “As relações espaciais entre parte e todo como uma das bases da escalaridade” (GRANDI, 2014, p. 40-47), sendo que, no Capítulo 2, essa formulação se volta especificamente para a escala: “As agregações e a organização das unidades espaciais: a emergência do problema da escala geográfica” (p. 66-71).

A totalidade, o todo-partes, desdobrando-se em espaço-unidades espaciais, entre elas a escala, reaparece. Confirma, por assim dizer, a questão do uno, da unidade, da unificação, do todo e das partes diante das multiplicidades e a busca de destotalizar na filosofia da imanência.

Grandi (2014, p. 75-76), em uma das passagens, condensa a interpretação todo-partes: “As escalas geográficas seriam, assim, elementos centrais do mecanismo epistemológico que vincula as partes do espaço ao todo”. Adiante, o autor relewa o seu alcance histórico:

Ainda que guardadas as diferenças, vejo tais procedimentos presentes também após a emergência dos pressupostos da modernidade do final do século XVIII e durante o século XIX e alimentando os debates sobre a dimensão espacial da sociedade até a atualidade. Essa permanência indica que a articulação entre partes e totalidade(s) permeia as reflexões sobre a espacialidade (GRANDI, 2014, p. 75-76).

Então, a escala seria parte do todo espaço? Logo, espaço-totalidade? O que o unifica?

Em relação ao debate escalar recente, a concentração da análise se dá a partir da referência anglo-saxã: “Como já afirmei em diferentes partes desta tese, a partir da década de 1990 o debate sobre o conceito da escala geográfica ganhou corpo em meio a

literatura anglo-saxã” (GRANDI, 2014, p. 103) – o que também está no resumo desse debate, exposto pelo autor anteriormente na “Síntese histórica do debate escalar recente”.

A leitura feita por Grandi desse debate conflui para “os (poucos) consensos atuais” e para “eixos de questionamentos” articulados. Quanto aos “consensos”:

O principal deles foi o acordo sobre a importância de se assumir uma abordagem construcionista a respeito das escalas geográficas. Isso implica concebê-las não mais como categorias fixas e com características definidas previamente, mas sim considerá-las como sendo construídas a partir de processos sociais dinâmicos (GRANDI, 2014, p. 106).

Assim, essa relativa quebra da fixidez, especialmente dos limites, leva a escalas “mutáveis” e a “análises multiescalares”. Emerge, em função dessa construção sempre demarcada e da flexibilização da escala, um conjunto de dúvidas: (a) como a escala construída socialmente se inscreve ou é inscrita no espaço?; (b) como essa escala construída socialmente é designada e se diferencia das escalas sob níveis instituídas pelo Estado?; (c) o que seria uma escala com limites atenuados ou quebrados? Seria algo como um “lugar” na concepção de Massey?; e (d) quais as possibilidades e limitações de seu uso empírico e de dados e informações conformados pelas escalas rígidas do Estado?

Outro “consenso” está associado à geração de “um novo olhar sobre os aspectos inerentemente espaciais da política”, de sorte que “as escalas geográficas ganharam um novo status ao serem concebidas como um dos âmbitos de mobilização social vinculado à mudança ou à conservação das relações sociais como um todo” (GRANDI, 2014, p. 108).

Passando para os “questionamentos” feitos por Grandi, eles envolvem três “eixos” relacionados entre si: “natureza” (das escalas), “forma” e “organização”.

No primeiro eixo, duas discussões sobre como considerar as escalas estão postas: (a) “entidades que existem material e concretamente no mundo ou, por outro lado, como uma construção epistemológica presente, em última análise, na mente de quem pensa sobre a organização espacial do mundo”; (b) “como categorias de análise ou, por outro lado, enquanto categorias de prática” (GRANDI, 2014, p. 108). Mais do que nunca, seguem latentes dualidades.

Este nosso trabalho se alia a esta afirmação de Grandi (2014, p. 108): “alguns autores têm buscado apontar nos últimos anos as diferentes perspectivas filosóficas dos trabalhos sobre o tema”. Mesmo que as duas citadas por ele, a “materialista” e a “idealista”, não contemplem a “filosofia da imanência”, isso não exclui possibilidades de se construir diálogos.

A perspectiva “materialista”, de “inspiração predominantemente marxista”, estaria direcionada para a “economia política de escalas”. Nessa abordagem, as “escalas são vistas geralmente na dimensão de sua materialidade, entendidas como elementos da realidade que exercem influência e têm desdobramentos concretos sobre o mundo”. Os estudos nessa inspiração se valem de elaborações que transitam, entre outros, por “reescalonamento”, “políticas de escalas”, “saltos de escalas” (GRANDI, 2014, p. 109).

Já a perspectiva “idealista” é ligada à vertente “neo-kantiana”. Ao contrário do tom “materialista”, enfatizam-se nessa concepção “aspectos e dinâmicas ligadas à dimensão discursiva das escalas geográficas, entendendo-as enquanto metáforas espaciais da realidade elaborada socialmente”. Entre outras noções que a traduzem, chamo a atenção para: “imagens escalares”, “narrativas escalares”, “metáforas escalares” (GRANDI, 2014, p. 110).

Diante dessas duas “abordagens filosóficas”, resumidas anteriormente, Grandi (2014, p. 112) conclui que elas “mais se complementam do que se excluem, inspirando o esforço de atentar às implicações de ambas as reflexões”.

Há duas menções ao “pós-estruturalismo” que poderiam guardar certa proximidade com a filosofia da imanência, mas elas não trazem contribuições aqui.

O segundo “eixo de questionamento” envolve duas formas de escalas geográficas. A “topográfica” é conformada “como unidades de área, contêineres geográficos mais ou menos rígidos onde cada escala seria compreendida como um espaço absoluto específico delimitado por fronteiras mutuamente excludentes” (GRANDI, 2014, p. 112).

Essa forma suscita um assunto muito instigante para a filosofia da imanência: como pensar o limite das escalas a partir da “potência” tendo como inspiração Espinosa e Nietzsche? É algo que se coloca na Plataforma 2.

Na forma “topológica”, diferentemente de “entidades espaciais fechadas”, as escalas são configuradas “enquanto partes de redes sócio-espaciais que estruturam em termos de nós e linhas” (GRANDI, 2014, p. 113) – tendo sido invocada a teoria ator-rede de Bruno Latour como uma das principais formulações.

Mais uma vez, são constatáveis inúmeras as acepções de redes. Na tese de Grandi, não aparece o que está sendo entendido por “linhas”.

Como, então, trabalhar escala e rede? De que maneira Latour considera a escala na teoria do ator-rede? Também as “linhas” são uma das “ferramentas” a serem tomadas de filósofos da imanência e de sua já inserção em estudos geográficos para (re)alinhar combinações e intersecções entre categorias geográficas – enveredando-se por contraposições, por polarizações.

As perguntas anteriores sobre hierarquia, decorrentes da primeira obra sobre essa temática dos movimentos urbanos, o livro do geógrafo Renato dos Santos, são reavivadas e ampliadas, tais como: há ou não hierarquia na ou em rede quando Grandi (2014, p. 113) postula que “esse ponto de vista permite refletir sobre espaços particulares como estando simultaneamente conectados a outros sem uma relação necessariamente hierárquica – apesar de poderem existir hierarquias no interior de organizações em rede”?

No terceiro e último “eixo de questionamentos”, a “organização das escalas geográficas” abarca como “elas são postas umas em relação com as outras” (GRANDI, 2014, p. 115). Qual sentido deve ser dado, para não reificá-la, a essa relação?

Denotando a magnitude que a hierarquia tem no debate escalar, os dois “assuntos” que compõem a “organização” das escalas são: “verticalidade ou a horizontalidade dessa organização” e a “existência ou não de hierarquias entre escalas”.

E a identificação que faz, valendo-se das seis “metáforas escalares de Andrew Herod” (escada, círculos concêntricos, Matrioska (bonecas russas), raízes de árvores, buracos de minhoca e teia), de “três grandes arranjos escalares” – a saber: “a) arranjos ou configurações hierárquicas verticalizadas; b) arranjos ou configurações hierárquicas horizontalizadas; e c) arranjos ou configurações escalares não-hierárquicas” (GRANDI, 2014, p. 124) –, não só repõe questões já levantadas entre escala e hierarquia como introduz outra controvérsia: Poder-se-ia pensar em escalas sem hierarquia? Relembre-se

a pergunta sobre árvore – escala e rizoma: seria um rizoma intrometido na escala? Ou se estaria rumando para outras categorias quando se procura “desierarquizar” as escalas?

Em “O debate contemporâneo sobre as escalas geográficas na geografia brasileira: reflexões preliminares”, Grandi pronuncia que

é marcante o fato de que as escalas geográficas não se estabeleceram como parte dos debates centrais das pesquisas geográficas brasileiras, embora não haja dúvidas de que a importância de tal conceito se manteve no campo de visão das reflexões sobre a dimensão espacial da sociedade (GRANDI, 2019, p. 3).

Antes, na sua tese, o autor já havia indicado, no início dela, que:

O debate a respeito das escalas geográficas adquiriu visibilidade a partir da década de 1980 especialmente nas pesquisas sócio-espaciais anglófonas. Em decorrência direta dessa visibilidade, a década seguinte ficou reconhecida como o período quando ocorreu efetivamente o que se chamou de “abertura” do conceito de escala geográfica – apesar de as discussões sobre o tema no âmbito das pesquisas brasileiras terem sido incipientes (GRANDI, 2014, p. 20).

Ao final de seu trabalho, ele afirma que:

Ao olhar para as reflexões sobre as escalas geográficas no Brasil, tarefa abordada no terceiro capítulo desta tese, é possível perceber que os trabalhos sobre o assunto são intermitentes e não geraram um debate que pudesse estimular o destrinchar desse conceito, muito menos uma discussão na qual múltiplas vozes pudessem abordar a complexidade da dimensão escalar da espacialidade humana (GRANDI, 2014, p. 302).

Posteriormente, em 2019, Grandi reafirma dois traços da pesquisa e do uso da escala no Brasil: “A explicitação da escala geográfica das pesquisas nas investigações da geografia brasileira recente, no entanto, se consolidou como uma preocupação metodológica, quando muito, meramente instrumental e pro forma”; e:

Outra característica que salta aos olhos é a predominância de referências estrangeiras (sobretudo anglófonas) nas publicações recentes no país. Na década de 1990 os principais trabalhos publicados sobre a questão das escalas geográficas – cujo destaque se devia inclusive ao caráter inovador de algumas das reflexões – já pouco dialogavam entre si ou com pesquisas nacionais anteriores (GRANDI, 2019, p. 12).

Para a continuidade desse debate, o geógrafo citado apresenta “três possíveis questionamentos”: (a) “caberia indagar-se sobre como a articulação entre unidades de área em totalidades espaciais (considerado aqui e em outros trabalhos como o cerne do mecanismo escalar) aparece ou dialoga com os debates sobre as escalas geográficas na literatura geográfica brasileira”; (b) “no âmbito da produção geográfica brasileira”, o geógrafo Grandi elabora duas possibilidades de leituras sobre as escalas e deixa em aberto qual seria a predominante: “unidades espaciais com limites e formas de articulação pré-estabelecidos pela pesquisadora ou pesquisador (portanto, como meras categorias analíticas)”; ou “recortes resultantes das ações dos agentes sociais (vendo-as, então, enquanto categorias da prática social)”; e (c) “as abordagens brasileiras”, acerca da politização das escalas, também ganham duas possibilidades: “o uso estratégico das escalas (inspiradas nos debates sobre a política de escalas)”; ou “como as práticas dos agentes sociais escalarizam suas ações (ênfatisando assim o caráter escalar da política)” (GRANDI, 2019, p. 17-19).

É imprescindível realçar sua posição recente no sentido de colocar a escala em uma posição de excelência no debate e seu empenho para buscar que ela tenha uma maior presença na discussão das “pesquisas geográficas brasileiras”:

Acontece que de fato não foram levadas adiante reflexões teórico-conceituais mais sistemáticas sobre as escalas geográficas no Brasil. Os motivos disso não ter ocorrido, sobretudo após a década de 1990, quando já havia disponível um rol interessante de formulações promissoras nesse sentido na literatura nacional e internacional, ainda não são nítidos, embora o levantamento de hipóteses possa estimular o raciocínio sobre essa dúvida da história da trajetória do pensamento geográfico brasileiro (GRANDI, 2019, p. 15).

E, a partir dessa constatação do geógrafo, uma hipótese é levantada: “A predominância de outros debates conceituais, como aqueles derivados das discussões sobre o conceito de território, poderia ser um caminho de reflexão sobre essa questão?” (GRANDI, 2019, p. 15). Ele se preocupa, assim, por que a escala teria sido suplantada pelo “território” como categoria política. Isso sugere um caminho de disputa entre categorias, de campos específicos e de grupos de pesquisa nucleados e mobilizados em torno do reconhecimento de um campo formado pelas forças de uma categoria geográfica?

Constata-se que essa posição de Grandi – de pretender que a escala tenha maior audiência no debate e preocupar-se com o motivo pelo qual poderia ter sido ela suplantada por outra categoria – contrasta com a anterior de Santos, que não só abre espaço para outras categorias como inclui o diálogo entre elas. Essas visões diferentes acendem a relevância da Escala 9, sobre modos de relacionamentos de categorias geográficas, na penúltima Plataforma.

Para não se alongar mais nesse debate escalar no Brasil, até mesmo porque já se torna repetitivo, a geógrafa Maria Encarnação Beltrão Sposito (2016, p. 127), tratando de um aspecto da mais alta relevância, frisa que se pode incorrer em discrepâncias entre teoria e empiria escalares, na medida em que: “há que se trabalhar, no plano teórico e no empírico, com a não coincidência entre as escalas dos interesses econômicos, as da ação política e as da vida social”. Se a ênfase estava na relação entre escalas, no entanto, parece que, sem dilemas, a geógrafa insere o ponto de que se verifica uma dissociação escalar entre economia, política e social, em suas vertentes.

Além de Beltrão Sposito apontar essa não coincidência de escalas, elas também variam segundo a concepção teórico-filosófica escolhida. Mais ainda, no empírico há uma acentuada tendência de torná-las coincidentes ou ajustadas às escalas institucionalizadas ou instituídas pelo ou a partir do Estado, muitas vezes entrando em conflito com o “marco teórico” – sob diversas modalidades. Se não bastasse, o caráter universal escalar, devido à referida associação ao Estado e com o Estado, também se materializa quando há a aplicação indiscriminada de métodos, modelos, critérios de partição espacial, entre eles o de regionalização.

Uma visada do conjunto das concepções de escalas na geografia no Brasil permite apreender inúmeras convergências em meio a poucas divergências.

Ainda que nesse recente repensar escalar tenha ficado notória a influência anglo-saxã, é importante registrar, preliminarmente, uma significativa presença de referências à formulação da professora Iná de Castro, sustentada na fenomenologia, em particular a desenvolvida pelo filósofo francês Merleau-Ponty (PEREIRA; CORREIA; OLIVEIRA, 2010, p. 177), mas nem sempre mencionadas nas análises.

De uma maneira geral, a escala é encarada como uma categoria universal. Pela multiutilização que dela se faz, indo dos movimentos sociais à acumulação de capital, passando pelo Estado, fica implícita uma universalidade que pode ser acomodada ou se

acomoda em um leque de assuntos de acentuada variabilidade temática. Além disso, sua pretensa universalidade a leva a se adequar ou ficar adequada a distintas, e até conflitantes, matrizes teóricas.

Além da escala como uma categoria universal, três outras quase unanimidades puderam estar verificadas nessa revisão da escala: como “construção social”, como “relacional” a ela mesma e como uma partição espacial medível, e como medida na extensão espacial.

Apesar de se adotar discursivamente a escala como sendo uma **construção social**, não se especifica como essa construção se diferencia segundo classes, grupos, atores e seus respectivos interesses. Além de ratificar um sentido universal, ela acaba sendo visceralmente ditada pelo Estado. O movimento social reproduz, reconstrói ou muda o pensamento escalar moldado a partir do Estado ou ainda há um pensamento espacial que é apagado no processo de institucionalização da luta do movimento social?

Mediante uma divisão escalar instituída legalmente pelo Estado, também temáticas de estudo variadas acabam sendo empiricamente nela enquadrada, na maioria das vezes de forma forçada, induzida pelo acesso a dados oficiais, indo desde o processo de acumulação de capital até o ambiente, passando pelos movimentos sociais, conforme será visto ao longo de nosso trabalho. Nesse sentido, o que altera a escala tomada a partir do Estado daquelas dos movimentos sociais, da acumulação do capital, do ambiente?

Em virtude da efetividade da construção estatal escalar, quais outras posições sociais e temáticas, e com quais variações entre elas, verificam-se, então, construções sociais escalares? O que essas posições, tanto em termos espaciais quanto sociais, implicam no debate escalar? Quem enuncia o quê, a partir de qual interesse, mirando qual propósito?

Um segundo aspecto de confluência é o **relacional**, restrito às escalas; outras categorias de segmentação espacial são episodicamente mencionadas. A modalidade relacional mais veiculada é a que se vale de diferentes prefixos: *multi*, *inter*, *trans*. Apesar de eles terem significados distintos, surgem, muitas vezes, com significados próximos, se não idênticos.

Desse jeito, “multiescalaridade” não vai além de apontar muitas escalas, pelo menos mais de uma delas, dependendo da temática analisada em uma dada situação; a “pluriescalaridade” poderia ser tomada nesse mesmo sentido. Já a “interescalaridade”

difere ao sugerir pelo *inter* uma relação entre duas escalas, obviamente, e, será, em torno de algo comum às duas?

Contrastando essas duas escalaridades: faz sentido falar em “multiescalaridade” sem especificar quais seriam as escalas? A “interescalaridade” não a abarcaria? Quando se fala de relação entre escalas, de que se trata? Relações entre espaços ou entre classes, movimentos, “fenômenos”...? Quais deles ou outros “fenômenos” são considerados?

A “confusão” nesse repensar escalar relacional se acentua quando se agrega mais um prefixo: *trans* – “transescalaridade”. Pretende-se dizer que está “além” da escala? Se sim, o que significa estar além de uma escala? Se não, por que usá-lo? Para preparar o caminho para “saltar” uma ou outra escala? Para abrir o “jogo” das escalas em idas e vindas entre elas? Ou se poderia ir além, mesmo, fugindo do conceito de escala?

Mesmo que se considere que essas quatro escalaridades não sejam unívocas, é imprescindível que se especifique, então, o que orienta a sua admissão nessa ou naquela situação. Porém, definitivamente, não podem ser tomadas como equivalentes, devendo-se explicitar o que se pretende com cada uma das nomenclaturas escalares.

A fim de que o relacional escalar não seja tomado como uma novidade, o geógrafo francês Yves Lacoste (2012, p. 47), no início da segunda metade dos anos 1970, já havia cunhado a multiescalaridade:

As práticas sociais se tornaram mais ou menos confusamente multiescalares. No passado, vivia-se totalmente num mesmo lugar, num espaço limitado, mas bem conhecido e contínuo. Hoje, nossos diferentes “papéis” se inscrevem cada um em migalhas de espaço [...]. Vivemos, a partir do momento atual, numa *espacialidade diferencial* (LACOSTE, 2012, p. 47).

O conceito apresentado de espacialidade diferencial foi empregado por Alain Reynaud, segundo nota de rodapé na mesma página do livro de Lacoste.

Sem pretender fazer a gênese da “multiescalaridade”, deve-se, contudo, registrar que encontramos na produção teórica de Lacoste esse conceito ou referências próximas em muitas passagens do seu livro mais difundido: *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra* (2012, p. 84, p. 160, p. 170, p. 175, p. 219, p. 234).

Mais do que essa consideração dos diferentes “níveis de análise”, o geógrafo francês, em algumas dessas passagens, esboçava outro conceito que está na ordem no debate de

novas epistemologias: “intersecções entre os múltiplos conjuntos espaciais” (LACOSTE, 2012, p. 132). Ou seja, em outros termos, a interseccionalidade lacosteana poderia, inclusive, ser expandida, como vem sendo feita hoje, para incluir classe, gênero, raça, etnia...

Assim, antes de uma via da geografia anglo-saxônica enfatizar as relações entre escalas, a “multiescalaridade” na revisão dos anos 1990, Yves Lacoste estava trilhando nessa direção no início da segunda metade dos anos 1970 – ressaltando-se críticas ao seu entendimento escalar segundo níveis que repõem uma hierarquia sem abrir espaços para combinações horizontalizadas, ramificadas.

Porém, por último, cabe voltar nessa quase unanimidade na geografia no Brasil e reforçar perguntas diante do relacional escalar: *multi* indicaria várias escalas, e, então, quais seriam as relações entre elas?; *inter* significaria alguma relação mais próxima entre escalas?; e *trans*, quem sabe, almejaria ir para além da escala – rompendo-a em seus limites? Em que medida a complexificação socioespacial infla essa confusão mencionada por meio de uma mesclagem de tamanhos e/ou níveis, chegando, por exemplo, a uma tríplice agregação: “cidade-região global”?

Boaventura de Sousa Santos (2007, p. 32) propõe “cinco ecologias” que possibilitem que “essas experiências ausentes se tornem presentes”. Uma dessas ecologias, a quarta, é a “ecologia da transescala”, constituindo a “possibilidade de articular em nossos projetos as escalas locais, nacionais e globais”. E repisa: “Mas hoje temos de ser capazes de trabalhar entre as escalas, articular análises de escalas locais, globais e nacionais”. Especifica quais são as “escalas de fenômenos” de executivos ou das agências transnacionais. “Não é a nossa, ou que não é a dos trabalhadores ou dos camponeses. Portanto, é preciso analisar como é possível ver através das escalas” (SANTOS, 2007, p. 36).

Fica mais do que repisado como a escala é antecedida de uma série de prefixos, nesse caso *trans* (mas também *multi*, *pluri*, *inter*), muitas vezes tomados como equivalentes, apesar de terem significados diferentes. “Transescalar” significa, de fato, o quê? Transcender a escala? Em que sentido? Rompendo limites? Quem e para quê? Não que se pretenda ter uma definição única, mas não se pode continuar usando esses prefixos indiscriminadamente, sem apontar nenhum entendimento diferenciador entre eles, ainda que possam ser provisórios e variáveis segundo as autorias.

O físico Basarab Nicolescu (1999, p. 51), ao se manifestar sobre a “transdisciplinaridade”, explicita que “como o prefixo ‘trans’ indica, diz respeito àquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de qualquer disciplina”. Na citação, trocando disciplina por escala (elas têm algo em comum?), ter-se-ia que “transescalar” está simultaneamente entre as escalas, através das diferentes escalas e além de qualquer escala. Como isso ressignificaria e comprometeria o entendimento escalar ao estar entre, através e além das escalas? Como se daria a inscrição socioespacial? Isso se distingue da multiescalaridade, que se limita a considerar as escalas, assim como o “multidisciplinar” segue mantendo as muitas disciplinas.

Um terceiro aspecto convergente é a escala delimitada por **medidas na extensão**, da menor à maior ou vice-versa, seja por níveis – do corpo ao global –, seja por tamanhos – cidade pequena, média, metrópole –, sem falar de inumeráveis combinações entre níveis e tamanhos, chegando, por exemplo, à “cidade-região global”.

Nesse léxico escalar decorrente da ânsia por “novas” designações escalares, a profusão de designações dificulta não só o repensar escalar como também a apreensão de transformações no e do espaço. Serão essas designações, que se valem crescentemente de combinações de escalas, um indicativo de um embaralhamento escalar que turva a nitidez escalar, apesar ou sobretudo por conta de delimitações institucionais inflexíveis às mudanças socioeconômicas, às mudanças culturais?

Nesse sentido, transformações que ensejam alterações nas escalas ficam aprisionadas ou contidas em escalas fixadas em momentos pretéritos, muitas vezes com “métodos” e finalidades distintas do seu uso em fases subsequentes, levando a diferentes combinações entre elas, como a urbano-regional, o que só amplifica a torre de babel escalar.

Invariavelmente, (re)cortes, divisões espaciais sob a conformação escalar, baseada em níveis ou tamanhos, agora tomados sob prismas de *multi*, *inter*, *trans*, também traduzem a busca de uma totalidade espacial, de uma unidade no e pelo espaço, representada na e pela busca de construir escalas abrangentes.

Não se trata de buscar uma síntese entre o positivo e o negativo nesse debate escalar revisitado. Como fazer, então, enlaces, combinações e tramas que não devem ser reduzidas à escala em si? É o que nos liga às duas últimas Plataformas, mostrando como

as linhas de redação de uma tese não só se enrolam, mas dão linha por cima de outras linhas – em direção a conteúdos afins, porém distantes no arranjo elaborado da disposição das ideias no texto.

Desse resgate geral sobre a escala, espera-se ter ficado evidenciada a relevância do debate teórico-filosófico no debate escalar, na maioria das vezes não processado devidamente: inscrever a escala na ontologia ou na epistemologia e as implicações decorrentes de uma ou outra escolha; o debate sobre a multiescalaridade, rompendo com o monoescalar, enveredando por uma vasta utilização de prefixos para frisar a relação escalar; a fragmentação ou não no empírico entre escalas de ação e escalas de análise; a associação de macro e/ou micro a tamanho e, por que não, a complexidades diferentes. Enfim, estão disseminadas perspectivas de se fixar em dicotomias escalares de naturezas distintas.

Retendo as considerações embaladoras e embalantes do “Ambulo” sobre a árvore e o rizoma e suas imbricações, registrem-se dualismos relacionados ao escalar geográfico nas formulações analisadas nesse debate escalar revisitado: totalidade-partes; universal-particular ou global/cosmopolita-local; igualdade-diferenças; projeto nacional x múltiplos mundos de existência; diferença x diversidade, relacional x essência, em si; análise x ação, práxis.

Outros pares presentes dizem diretamente ao espaço e às escalas: grande x pequeno ou macro x micro; centro x periferia, dentro x fora, exterior x interior; limite, fronteiras x aberto, flexível; fixo x móvel; início x fim, e como fica o meio?

Há, ainda, atributos próprios à escala, aproximando-a da imagem da árvore: a hierarquia – tamanho e nível, e verticalidades. Os marcadores clássicos da escala persistem no seu repensar, notadamente dos níveis e suas medidas, mantendo principalmente sua organização na extensão.

Retomando a totalidade unificada pelas designações escalares, na qual é notória a hegemonia do Estado em sua produção, delimitação, disseminação e reiteração, ela influencia e é influenciada por uma forma de identidade política resultante. Portanto, o debate sobre a escala não pode ficar imune a sua influência nos campos político e cultural.

Lutas políticas, a caracterização da produção cultural, políticas e planejamentos públicos estão fortemente influenciados por essas “unidades” que transcendem as multiplicidades, as diferenciações, e encobrem, ou tentam encobrir, conflitos sociais, acrescentando o sufixo *-ismo* a cada um deles, tais como regionalismos, nacionalismos – muito em voga por conta das tensões políticas e excludentes provocadas pela globalização neoliberal.

Lacoste (2012, p. 63) considera-os (esses ismos) como “geografismos”. Entre os seus exemplos, constam “a Lorena luta”, “o Norte produz isto ou aquilo” – ligados a escalas geográficas e sua transmutação em *ismo*.

Ao dizer que esses “geografismos” são “não assim tão inocentes”, Lacoste mostra consequências deles: “permitem escamotear as diferenças e contradições entre os diversos grupos sociais que se encontram nesses lugares ou sobre esses territórios” (LACOSTE, 2012, p. 63). E arremata: “É a razão pela qual são tão utilizados nos discursos patrióticos, quer se trate de Estado-nação ou da região, que alguns consideram como mininações ou como nações em potencial” (p. 63).

Parafraseando-o, não se trata, portanto, de conformar “escalismos” ou qualquer “ismo” com outras categorias geográficas, tendo o claro entendimento de que relações entre escalas, multi ou interescales, expressam relações de classe, frações de classes, grupos, dependendo de cada contexto.

Uma outra vertente do repensar escalar na geografia anglo-saxônica, no afã de negar atributos “incômodos” da escala geográfica, termina por negá-la absolutamente. Acarreta, assim, uma disjunção excludente e que resvala para um dualismo notório: com escala ou “sem escala” – motivo para merecer um tratamento na Escala 9, na última Plataforma desta tese.

Sendo assim, a negação pura e simples da escala dá conta das questões levantadas sobre ela? Negá-la é também uma opção de resposta negativa, pois não se trata de substituir a escala pelo “lugar”, isoladamente, mediante um entendimento que eliminaria “impurezas” do conceito substituído, como a hierarquia. O empenho deveria ser o de procurar estabelecer reciprocidades da escala com outros conceitos, saindo da dualidade transmutada em dicotomia.

A referência das escalas é a do humano, para o humano e pelo humano. Configura um antropocentrismo que é feito costumeiramente para sua definição e utilização. Não é incomum, por exemplo, que a natureza seja retalhada com plena desconsideração de outros “mundos” – e, assim, de outras escalas ou de outras segmentações espaciais –, denotando qual é o entendimento prevalecente, e “desumano”, de Terra e Natureza.

- *PLATAFORMA 1ª COM ESCALA 2 – Cinco criações conceituais de Deleuze, e de Deleuze e Guattari, dialogando com questões escalares nas ciências: possibilidades, tensões, conflitos*

Para debater desafios e questões problematizados e provocados na Escala 1, começa-se a tratá-los segundo a filosofia da imanência de Deleuze, e de Deleuze e Guattari. Entre eles, ganharam notoriedade: a medida também na escala geográfica segundo os níveis, a busca da totalidade, a hierarquia, a relação entre escalas sob múltiplos prefixos (*multi, inter, pluri, trans*), a construção social da escala e a dependência do Estado, entre outros.

Para o diálogo pretendido, foram elencados cinco traços da referida filosofia, a saber: a) Descendo dos céus e subindo das profundezas: chegando à superfície; b) Plano de Organização, de Transcendência, e Plano de Imanência, de Consistência. Tramas conceituais: escala e estrato e platô e plataforma; c) Filosofia, Ciência e Arte: a escala geográfica, na ciência geografia, pode ser tratada como conceito na filosofia da imanência?; d) Extensão e Intensão. Uma geografia da intensão como complementaridade à geografia da extensão?; e) Representação e Diferença e Multiplicidade: como posicionar as escalas? Para cada um dos traços, recuperam-se criações de Deleuze e Guattari com maior aderência a esta tese. Trataremos de todos estes temas a seguir.

Entre outros pontos, têm-se: construir relações entre a “ciência” geografia e a categoria escala a ela associada, e a filosofia da imanência tecida pelos filósofos Gilles Deleuze, e Gilles Deleuze e Félix Guattari, desperta quais desafios? Há incompatibilidades? Tratar ambas, geografia e escala, segundo os duplos – imanência e transcendência, e plano de organização e plano de imanência –, contribui para problematizá-las? A escala fica restrita à extensão? Em quais sentidos? Ter-se-iam geografias e um desescalar? Haveria

um agenciar do escalar? Como ficaria uma possível relação com o intensivo? Qual conceito poderia vir a formar um par com a escala geográfica?

- *PLATAFORMA Iª A – Descendo dos céus e subindo das profundezas: chegando à superfície. Superficializar em vez de elevar ou aprofundar*

Deleuze, em *Conversações*, expõe sobre a “lógica do pensamento” pelo menos por duas vezes. Na primeira: “A lógica de um pensamento é o conjunto de crises que ele atravessa, assemelha-se mais a uma cadeia vulcânica do que a um sistema tranquilo e próximo do equilíbrio” (DELEUZE, 2013, p. 110); na segunda vez: “A lógica de um pensamento é como o vento que nos impele, uma série de rajadas e de abalos” (p. 122).

Nessa sua “lógica de pensamento”, em que se destacam metáforas com “desequilíbrios” na Terra, talvez prenunciando a sua relevância, “intranquilidades” e “abalos” forcem movimentos no e do pensar em seus (des)encontros com o “fora” das larvas fumegantes e dos ventos que abanam ou dispersam chamas.

Contudo, Deleuze também enfoca orientações em meio às crises na “lógica do pensamento”. Então: “Quando perguntamos ‘que é orientar-se no pensamento?’, aparece que o pensamento pressupõe ele próprio eixos e orientações segundo as quais se desenvolve, que tem uma geografia antes de ter uma história, que traça dimensões, antes de construir sistemas” (DELEUZE, 2009c, p. 131).

Essa “geografia que traça dimensões” abrange, de acordo com a análise, “três imagens de filósofos”. A primeira, a “altura”, é o Oriente de Platão. Salienta que ao se defrontar com essa imagem, “Nietzsche duvidou desta orientação pelo alto e se perguntou se, longe de representar a realização da filosofia, ela não era, em contrário a degenerescência e o desvio começado com Sócrates” (DELEUZE, 2009c, p. 132).

Aos “pré-socráticos”, é atribuída a segunda orientação – imagem: “instalaram o pensamento nas cavernas, a vida na profundidade” (p. 132).

A terceira e última imagem ganha o sentido de um “pensamento reorientado, nova geografia”: “[...] não há mais nem profundidade nem altura” (DELEUZE, 2009c, p. 134-135). E arremata o filósofo francês que a

grande descoberta estoica, ao mesmo tempo contra os pré-socráticos e contra Platão: a autonomia da superfície, independentemente da altura e da profundidade, contra a altura e a profundidade; a descoberta dos acontecimentos incorporais, sentidos ou efeitos, que são irredutíveis aos corpos profundos e as ideias altas. Tudo o que acontece se diz acontece e se diz na superfície (p. 136).

E prossegue: “Ela não passa mais em altura entre o universal e o particular. Ela não passa mais em profundidade entre a substância e os acidentes” (DELEUZE, 2009c, p. 136).

É patente a apropriação que Deleuze faz da geografia, da “altura”, da “profundidade” e da “superfície”, para delinear três imagens relativas à filosofia – uma evidência na sua tese complementar, *Lógica do Sentido*, de como recorre com frequência a essa ciência. Chega inclusive a mencionar uma “nova geografia” relativa à “superfície”, vinculando-a a um “pensamento reorientado”.

Diante desse uso de imagens inerentes à geografia, a escala geográfica pode também estar incluída em “orientações do pensamento”, além de “imagens” de filósofos? A escala, cuja etimologia remete à “escada”, a um subindo e descendo, tem a ver com a “altura” em Platão? Como em análises socioespaciais deixaríamos de “passar”, em termos escalares, do “universal ao particular”, assim como do global ao local? É reorientar o quê? A escala fica comprometida se a deslocarmos para a “superfície”? A transcendência advinda da escala decorre do Uno que identifica esse ou aquele nível?

Caminhando, não sei mais se subindo ou descendo, já que os embalos no Ambulo nos levaram também ao deslizando e ao flanando, as questões anteriores entrelaçaram escala e geografia, a exemplo do que foi feito entre “orientações do pensamento”, “imagens de filósofos” e geografia.

Nessa reorientação, o repensar da escala deve dialogar com concepções de geografia? Como considerá-la em “novas geografias” que pretendam se tornar “superficiais”? A “superfície” anunciada por Deleuze em *Lógica do Sentido* está relacionada ou pode ter influenciado outros conceitos relevantes? “Imanência”? “Planos”? “Platô”? “Plataforma”? O deslizar, o deslocar requer superficialidades para acontecer – e adquirir embalos.

Uma combinação explícita entre a filosofia platônica e a etimologia da escala geográfica, intencionalmente ou não, mas pouco importa isso para quem (dis)torce, encontra-se em Deleuze na frase inicial do artigo “Rincões da Imanência”: “Amiúde se descreveu o ‘universo em escada’, que corresponde a toda uma tradição platônica, neoplatônica e medieval. É um universo suspenso no Uno como princípio transcendente, e que procede por uma série de emanações e de conversões hierárquicas” (DELEUZE, 2016, p. 277). Pode-se extrair da citação, além da “altura” e do recurso à “escada”, outros atributos relevantes conformadores da escala geográfica: “Uno” (que desborda para a totalidade por ele unificada) e hierarquia. Assim, perspectivas férteis de diálogo entre a filosofia e a escala na geografia podem deslanchar.

Em suma, a chamada “geografia do pensamento”, tecida em *Lógica do Sentido*, suscita contribuições relevantes e perguntas estimulantes para o referido diálogo. Em grandes linhas, refutava-se a “altura” e a “profundidade” e, ao mesmo tempo, escolhia-se a “superfície”. Também podem ser inferidos componentes da escala que marcam a sua inserção em filosofias que professam o Uno e a totalidade. Um dos desdobramentos seria, então, prosseguir com as referidas contribuições e questões para tratar da escala na geografia e, notadamente, em uma “nova geografia” – apesar de sobre ela Deleuze se cingir a “superfície”, terceira imagem de filósofos, não fornecendo, portanto, complementos do que a tornaria “nova”.

Porém aquele desdobramento que parecia cristalino para a tese precisou sofrer adequações por conta do prosseguimento das leituras. Deleuze, em “Nota para a Edição Italiana de *Lógica do Sentido*” (1976), anota que aquela “geografia do pensamento” havia sido superada.

Antes de assinalar a substituição da “geografia do pensamento”, complementa-se a “lógica de pensamento”, exposta no começo desta Plataforma 1ª, a fim de entendê-la um pouco mais. Para tanto, é relevante resgatar como Deleuze revê seu livro escrito quase uma década antes da “Nota”: “Não que um livro esteja necessariamente ultrapassado; porém, mesmo que ele continue presente, é um presente ‘deslocado’. Um leitor benévolo é necessário para lhe conceder sua atualidade e lhe dar um prolongamento” (DELEUZE, 2016, p. 66).

Feito esse complemento, a mudança na *Lógica do Sentido* buscou “atualidade e prolongamento” na e da “geografia do pensamento”? Ela foi feita no livro elaborado em conjunto com Guattari, *O anti-Édipo* (1976), e é assim revelada:

[...] depende do meu encontro com Félix Guattari, do meu trabalho com ele, daquilo que fazemos juntos. Creio que buscamos outras direções pois tínhamos o desejo de fazer isso. O *anti-Édipo* não tem mais nem altura nem profundidade, tampouco superfície, tudo acontece, se faz, as intensidades, as multiplicidades, os acontecimentos, sobre uma espécie de corpo esférico, ou de quadro cilíndrico: *corpo sem órgãos* (DELEUZE, 2016, p. 68).

É uma das muitas passagens em que manifestam predileção pelas intensidades e conceitos associados – multiplicidades, acontecimentos...

Essa passagem enfática do “não tem mais” a mencionada “geografia do pensamento” para “tudo acontece, se faz” nas “intensidades” foi antecipada por Deleuze no colóquio “Nietzsche hoje?” (1972), em meio a desdobramentos de maio de 1968 e no amplo contexto de debate imediatamente posterior à publicação de *O anti-Édipo*: “Eu mudei. A oposição superfície-profundidade não me preocupa mais em absoluto. O que me interessa agora são as relações entre o corpo pleno, um corpo sem órgãos, e os fluxos que fluem” (DELEUZE, 2008a, p. 329). Aquela predileção não é apenas reforçada, mas ampliada conceitualmente.

Essa não “preocupação” com a oposição superfície-profundidade e o outro interesse de Deleuze ensejariam a necessidade de abandonar aqueles acenos feitos de diálogo entre a “geografia do pensamento” e a escala no âmbito da geografia? Podemos ler a substituição da oposição “superfície-profundidade” pela “intensidade”, pelo “corpo sem órgãos”, pelos “fluxos” como uma passagem de uma “geografia” para outra? Tem sentido falar em escala geográfica quando o “interesse” se volta para os “fluxos”?

Mas as mudanças em Deleuze não pararam por aí. Ainda é importante mostrar que ele combinava profundidade e intensidade na sua tese principal, *Diferença e Repetição*, revendo-a também posteriormente, assim como o que se deu com *Lógica do Sentido*, no tocante à tríade altura, profundidade, superfície: “O esboço que eu fazia de uma teoria da intensidade era marcado por uma profundidade, verdadeira ou falsa: a intensidade era apresentada como que surgindo das profundezas [...]” (DELEUZE, 2016, p. 67). E, como será visto no quarto item deste capítulo, a intensidade adquire outra formulação.

O contraste do pensamento em *Lógica de Sentido* com o de *O anti-Édipo*, desenvolvido em conjunto com Guattari, não deve ser tomado como se tivesse sido estabelecida uma negação, uma contradição ou, ainda, uma contraposição na exclusão de um pensamento e inclusão única de outro. Se se quer evitar que seja firmado um dualismo, os dois ramos conceituais em *Lógica de Sentido* e em *O anti-Édipo* podem e devem conviver, ainda que não signifique dizer que exista interesse maior em um do que em outro. A manifestação de mudanças, predileções não deve levar a transformá-la em uma dualidade, muito menos contrapô-los, como visto no Ambulo.

No elenco de conceitos de *O anti-Édipo*, verifica-se a citação de mais de um deles e, o que há de ser verificado, há “relações” entre eles. Mesmo que ainda não esteja no momento de apreciar se há compatibilidade ou não do uso de conceitos da filosofia de Deleuze e Guattari na ciência geografia, e no repensar da escala, devido às diferenças entre elas, não se deve deixar de antecipar três características do conceito na filosofia em voga: a) cada conceito remete a outros conceitos; b) é próprio do conceito tornar os componentes inseparáveis nele; c) um conceito é uma heterogênese, isto é, uma ordenação de seus componentes por zonas de vizinhança. Um exemplo dado pelos dois filósofos esclarece: “o conceito de um pássaro não está em seu gênero ou sua espécie, mas na composição de suas posturas, de suas cores e de seus cantos, algo de indiscernível” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 31-32).

Nessas três características dos conceitos, faz-se uma apropriação de dois aspectos, a fim de propiciar subsídios para uma leitura crítica da escala geográfica enquanto tal bem como facilitar a apreensão do alcance da transição da “geografia do pensamento” para “intensidades, multiplicidades, acontecimentos...”.

O primeiro, decisivo para uma das leituras e desdobramentos desta e nesta tese, decorre do relacionamento conceitual indicado em *O anti-Édipo*. Não obstante ser um dos traços marcantes nas obras de Deleuze e Guattari, é crucial, desde logo, e com retornos frequentes, acentuá-lo: “Eis por que que é preciso que se evite dar a uma noção qualquer um primado sobre as outras: cada noção é que deve arrastar as demais, por sua vez e no momento propício [...]” (DELEUZE, 2016, p. 385). A escala tem arrastado outros conceitos, ou sido arrastada por eles na geografia, ou tem sido frequentemente tomada em separado, e, até em disputa “teórica”?

Assim, essa consideração faz com que a escala geográfica não possa figurar com exclusividade ou ser adotada como primaz (ou posicionada em qualquer outra classificação) na geografia.

Há que se ressaltar, também, que superar esse eventual exclusivismo ou primazia não se reduz à escala na geografia: seu alcance atinge também território, lugar, paisagem, rede, região... Essa “prática” usual de selecionar um conceito, uma “noção”, uma categoria dominante leva a um isolamento analítico e à busca de uma essência, de uma definição – negando-se, assim, a historicidade do conceito, suas idas e vindas, reconceituações, fins e recomeços, dependendo dos desafios e problemas.

Ainda sobre a amplitude desse primeiro subsídio conceitual, ressaltando-se outra vez a importância da observação feita anteriormente sobre a pendência do uso (ou não) de conceitos da filosofia de Deleuze e Guattari em estudos da geografia e da escala, não se deve pretender obter a essência de um conceito: “Por muito tempo eles foram usados para determinar o que uma coisa é (essência). Nós, ao contrário, nos interessamos pelas circunstâncias de uma coisa: em que casos, onde e quando, como etc.?” (DELEUZE, 2013, p. 37). E o que uma “coisa é” chega quase sempre a uma definição universal e descontextualizada.

Essas “circunstâncias”, para sair do “ser” e assumir o “como” em um dado momento, acabam desconsideradas ou ficam, no mínimo, atrofiadas. Não é incomum ocorrerem levantamentos que abarcam essas circunstâncias, mas a prática arraigada de se selecionar um conceito, uma categoria, e se buscar a definição dele, passando inúmeras vezes pela investigação de como ele se originou em priscas eras, leva-as a sucumbirem. A tônica muitas vezes na origem do conceito é para tentar mantê-lo intacto, preservá-lo de reusos indevidos, como se isso fosse desejável.

Essa prática seletiva teórico-conceitual, ao induzir a formação de grupos que têm a sua identidade fundada em um conceito, também faz prosperar construções e debates sobre suas idas e vindas nas análises. Isso leva à formação de uma bolsa de cotações conceituais cujas decisões sobre as “ações” ficam dissociadas das circunstâncias que deveriam contagiar o trabalho ou alavancar a comunicação com outros conceitos afins.

Outra atitude conexa a essa prática é a tentativa de tomar as alterações indesejáveis nos conceitos, referenciadas a sua gênese, como tendo sido ela conspurcada, quando não

desfigurada – gerando uma acepção que termina por julgar posturas de atualizações ou de mudanças conceituais, enquadrando-as como negativas.

Para experimentar outras práticas, desvencilhando-se do isolamento conceitual e de uma origem imutável e de uma essência, o “agenciamento” agenciado por Deleuze, e por Deleuze e Guattari, pode ser uma ferramenta valiosa. Como o conceito de agenciamento retornará ao longo da tese, cabe aqui colocar uma primeira pista que, apressadamente, poderia ser lida como uma definição desse conceito, induzida pelo “é” da citação a seguir: “O que é um acontecimento (sic)?” (erro no livro traduzido *Diálogos* – está impresso acontecimento em vez de agenciamento). “É uma multiplicidade que comporta muitos termos heterogêneos, e que estabelece ligações, relações entre eles, através das épocas, dos sexos, dos reinos – naturezas diferentes”. E, adiante, no que diz respeito ao agenciamento: “O que é importante não são nunca as filiações, mas alianças e as ligas; não são os hereditários, os descendentes, mas os contágios, as epidemias, o vento” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 83).

Dessa abordagem inicial sobre agenciamento, constam ligações, conexões, alianças, contágios, ventos, assim como proclama o afastamento das filiações, dos hereditários – em prol de contágios. E, pelo espraiamento do contágio, com o arrastar de conceitos – sem precisar chegar, presume-se, a uma pandemia conceitual.

O segundo subsídio de caráter conceitual repisa uma preocupação constante, mas pretende dar um passo ao recolocar que a “geografia” na *Lógica Do Sentido*, ligando-a agora claramente à extensão (altura, ...), e a “intensidade” em *O anti-Édipo* devem ser processadas interativamente. Jamais a substituição de uma “geografia do pensamento”, de um livro de Deleuze, acarretaria a sua negação pela “intensidade” de outro livro, de Deleuze e Guattari.

Uma geografia que valoriza a altura, a profundidade, a extensão também tende a gerar uma transcendência, não só metafísica ou espiritual. Para aterrará-la, a superfície atenderia a essa pretensão? Poderia ser uma maneira, naquele momento de *Lógica do Sentido*, de indicar a imanência?

Em *O anti-Édipo*, ao direcionar a orientação para “intensidades, multiplicidades, acontecimentos, corpo sem órgãos”, com reforço deste último conceito, Deleuze, e Deleuze e Guattari, pretendiam dar à imanência outra conotação?

Vamos tentar trazer esses dois subsídios conceituais para o presente trabalho. Poder-se-ia, então, por um lado, renomear aquela “geografia do pensamento” para uma geografia da transcendência, da extensão, da escala, e, por outro lado, algo (outra geografia?) da imanência, da intensão, do corpo sem órgãos, do platô, da plataforma?

A imanência, associada à mudança na “profundeza”, ganha em *O anti-Édipo* outras relações conceituais, mudanças mencionadas anteriormente: “O corpo sem órgãos é a substância imanente, no sentido mais espinosista da palavra [...]” (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 414). Também para fazer uma primeira incursão na complexidade do corpo sem órgãos, é vital processar que “[...] não há oposição real entre o corpo sem órgãos e os órgãos enquanto objetos parciais” (p. 417); “a única oposição real é com o organismo molar que é seu inimigo comum” (p. 418); o corpo sem órgãos, em relação às partes, “não as unifica nem as totaliza” (p. 413).

Em mais um experimento de transbordamento conceitual, a escala, obviamente guardadas suas particularidades, pode ter seus níveis hierárquicos associados a “órgãos” que conformariam um “organismo” de uma geografia da extensão? Portanto, haveria uma espécie de corpo escalar, um escalismo que mediria e hierarquizaria as escalas, e um corpo sem escala?

Ao ter sido mencionada uma geografia da transcendência, e a escala como correspondente, é imprescindível não confundir transcendental e transcendente nas leituras de Deleuze e Guattari. Segundo Deleuze (2016, p. 408), no texto que é tido como o último publicado em vida, *A imanência: uma vida...*:

O transcendente não é o transcendental. Na falta de consciência, o campo transcendental se definiria como um puro plano de imanência, já que escapa a qualquer transcendência do sujeito, assim como do objeto. A imanência absoluta é em si mesma: ela não está em algo, *a* algo, não depende de um objeto e não pertence a um sujeito.

E, em outra afirmação, destaca o que a transcendência acarreta:

Quando se invoca uma transcendência, interrompe-se o movimento, para introduzir uma interpretação em vez de experimentar. [...] E, com efeito a interpretação se faz sempre em nome de alguma coisa que se supõe estar faltando. A unidade é precisamente aquilo que falta a multiplicidade, assim como o sujeito é aquilo que falta ao acontecimento (DELEUZE, 2013, p. 187).

Unidade e sujeito marcam a construção das escalas? A busca da totalidade interrompe fluxos e estabelece o Uno com certa permanência unificadora?!

- *PLATAFORMA 1ª B – Plano de Organização, de Transcendência e Plano de Imanência, de Consistência. Tramas conceituais: escala e estrato e platô e plataforma*

Em pelo menos três de suas obras, Deleuze, e Deleuze e Guattari elaboram sobre o plano de organização, transcendência, e sobre o plano de imanência, de consistência.

Na primeira delas, *Espinosa, Filosofia Prática*, a caracterização do plano, no entanto, começa por um “plano teológico” (ou “teleológico”, conforme a tradução em duas outras obras), sendo depois renomeado para plano “de organização e de desenvolvimento”, e, por fim, chamado de “plano de transcendência”. Vejamos cada uma dessas nomeações.

O “plano teológico” é tido como “vindo de cima e diz respeito a uma transcendência, mesmo oculta: designio no espírito de um deus, mas evolução nas profundezas supostas da Natureza, ou ainda organização de um poder da sociedade” (DELEUZE, 2002, p. 133). Essa importante contribuição permite complementar entendimentos antecedentes de uma geografia da transcendência e reafirma o abandono da “profundeza” enquanto uma das imagens de filósofos em *Lógica do Sentido*.

Depois, esse plano é renomeado, agregando-se “organização”, conforme segue: “Desenvolvimento de formas e formação de sujeitos: é o caráter essencial dessa primeira espécie de plano. É, pois, um plano de organização e de desenvolvimento”. E na frase seguinte: “Desde logo, será sempre, independentemente do que se diga, um plano de transcendência que se dirige tanto as formas quanto aos sujeitos, e permanece oculto, que nunca é dado, que deve ser apenas adivinhado, induzido, inferido a partir do que ele oferece” (DELEUZE, 2002, p. 133).

O outro plano, “ao contrário” do anterior, é distinguido assim:

É um plano de composição, e não de organização nem de desenvolvimento. [...] Não há mais formas, mas apenas relações de velocidade entre partículas ínfimas de uma matéria não formada. Não há mais sujeito, mas apenas estados afetivos individuantes da força anônima (DELEUZE, 2002, p. 133).

Encimando, nesse primeiro livro escolhido, a caracterização dos dois planos, Deleuze afirma que: “Há duas concepções bem opostas da palavra ‘plano’, ou da ideia de plano, mesmo quando essas duas concepções se misturam e quando nós passamos insensivelmente de uma para outra”. Como ressurgem constantemente as duplas conceituais, agora de planos, também reaparece a necessidade de se atentar não para um dualismo entre eles, mas sim uma “mistura”, ainda que requeira uma acentuada sensibilidade.

Inadvertidamente, é frequente a escolha de um único plano. Quando a preferência recai no de imanência, ele é, então, isolado e passa a ser considerado como “puro”. São negadas as “impurezas” advindas de misturas com o outro plano. O mais corriqueiro operacionalmente é a recaída dominante no plano de organização, principalmente quando se está fixado na geografia da extensão e na escala correspondente a ela.

Em *Diálogos*, a segunda obra, os planos ganham destaque em pelo menos dois capítulos. Em um deles: “Seria preciso distinguir dois tipos de planos. Por um lado (sic) um plano que poderíamos chamar de *organização*” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 107). Para evitar repetições de sua caracterização como plano, já feita na primeira obra, o teor das citações seguintes busca esclarecer ou complementar, ou, ainda, quando for o caso, ressaltar alguma mudança.

De qualquer maneira, ele dispõe de uma dimensão suplementar, de uma dimensão a mais, de uma dimensão oculta, já que não é dado por si só, mas deve sempre ser concluído, inferido, induzido a partir do que organiza. [...] Tal plano é o da Lei, enquanto ele organiza e desenvolve formas, gêneros, temas, motivos e que assinala e faz evoluir sujeitos, personagens, caracteres e sentimentos: harmonia das formas, educação dos sujeitos (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 107-108).

No “outro plano bem diferente, que não se ocupa com essas coisas”, o “plano de *consistência*”, ou de imanência, como passa a ser chamado posteriormente, é qualificado mediante “relações de movimento e de repouso, de velocidade e de lentidão, entre elementos não formados, relativamente não formados, moléculas ou partículas levadas por fluxo. Ele tampouco conhece sujeitos, mas antes o que se chama ‘hecceidades’” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 108).

Um exemplo dado pelos filósofos franceses desse segundo livro contribui para qualificar a equivalência “hecceidade = acontecimento”: “Uma hora, um dia, uma

estação, um clima, um ou mais anos – um grau de calor – tem uma individualidade perfeita que não se confunde com a de uma coisa ou de um sujeito formado” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 108). Não se pode deixar passar em branco, como também são renitentes as manifestações deles sobre a não formação de sujeitos – e sim de individuações enredadas em intensidades.

E segue, pouco mais adiante: “Uma hecceidade pode durar tanto tempo, e mesmo mais do que o tempo necessário ao desenvolvimento de uma forma e para a evolução de um sujeito” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 108). Nessa análise, mais uma dupla, agora de caráter temporal, está presente: “Aião por oposição a Chronos”, ambos detalhados em *Lógica do Sentido*.

Ainda para clarificar “hecceidades”, elas aparecem expressas nos “artigos e pronomes indefinidos, mas não indeterminados, em nomes próprios que não designam pessoas, mas marcam acontecimentos, em verbos infinitivos que não são indiferenciados, mas constituem devires ou processos” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 109).

Amplia-se o conceito do plano de imanência incluindo: “Uma coisa, um animal, uma pessoa só se definem por movimentos e repousos, velocidades e lentidões (longitude), e por afetos, intensidades (latitudes)” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 109). Volta a tônica no não há formas e não há sujeito imune aos muitos atravessamentos. Haveria uma geografia humana e outra da coisa, do animal...? O que se fratura em dois ou mais termos não deve, de acordo com o visto sobre dualismos, ser agregado em um único.

Um resumo do plano de consistência ou de imanência é feito assim: “É esse plano, definido unicamente por longitude e latitude, que se opõe ao plano de organização”. Em outro contraponto, esse mesmo plano, que “tem apenas um nome, Desejo, e que não tem certamente, nada a ver com a falta nem com a ‘lei’”, difere daquele no qual “as organizações de formas, as formações de sujeitos (o outro plano), tornam o desejo ‘impotente’: elas o submetem à lei, elas introduzem nele a falta” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 111-112).

No outro capítulo, reafirma-se a não excludência ou cisão, e sim a “pressuposição recíproca” entre os dois planos:

[...] não há dualismo entre dois planos de organização transcendente e de consistência imanente: é das formas e dos sujeitos do primeiro plano que o segundo não para de arrancar partículas entre as quais não há senão relações de velocidade e de lentidão, e é também sobre o plano de imanência que o outro se eleva, trabalhando nele para bloquear os movimentos, fixar os afetos, organizar formas e sujeitos. Os indicadores de velocidade supõem formas que eles dissolvem, como as organizações supõem o material em fusão que eles põem em ordem (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 154).

A “pressuposição recíproca” é outro recurso conceitual que procura desvencilhar-se da dualidade, ainda que provisoriamente na filosofia da imanência.

Na terceira obra, *Mil Platôs*, os planos encontram-se mais bem especificados nos dois últimos volumes. No Volume 4, o item “Lembranças de um planejador” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 56), no platô 10, sobre o devir, inicia-se assim, com uma ligeira alteração em relação às demais obras já vistas: “Talvez haja dois planos, ou duas maneiras de conceber o plano”. E, em relação a eles, há recuperação do que já havia sido trabalhado em obras anteriores, mas é possível fazer uma equiparação conceitual relevante para a escala na geografia.

Não obstante, eis uma sucinta recuperação sobre os planos, depois de vê-los em três livros. No plano de organização: “As formas e seus desenvolvimentos, os sujeitos e suas formações remetem a um plano transcendente ou princípio oculto”; ou seja, há uma “dimensão suplementar àquilo que ele dá (n+1)” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 57).

Já no outro plano, também chamado de “não consistência”, dependendo da perspectiva, é um “plano de proliferação, de povoamento, de contágio; mas essa proliferação de materiais nada tem a ver com uma evolução, com o desenvolvimento de uma forma ou a filiação de formas” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 58).

Para os fins desta tese, a equiparação conceitual aludida anteriormente resulta do que está manifesto no plano de organização ou de desenvolvimento, mediante “[...] aquilo que chamávamos de estratificação: as formas e os sujeitos, os órgãos e as funções são ‘estratos’ ou relações entre estratos” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 63).

Além de uma breve conceituação de estratificação, incluindo formas e sujeitos, é feita uma relevante correspondência: a de órgãos e funções a estratos. No tópico A desta Plataforma, a escala geográfica havia sido relacionada ao organismo, aos órgãos; agora,

neste B, ela pode ser estendida aos estratos – abrindo uma interlocução da escala geográfica com a escala geológica.

Essa expansão de relações da escala com conceitos de Deleuze e Guattari vai permitindo tecer uma malha conceitual a partir de deslocamentos, abrangendo, mutuamente, filosofia e geografia e geologia (não se esquecendo aquele senão levantado anteriormente sobre especificidades da filosofia e da ciência em Deleuze e Guattari ainda em aberto, mas a ser considerado na Plataforma 1ª C, a seguir). Essa malha já envolve: estratos – escalas..., propiciado em *Mil Platôs*, que, por sua vez, se liga com outros de *O anti-Édipo*, por exemplo. Mas os alastramentos vão se estendendo para lados, cantos e recantos – e se moldando topologicamente.

Tomando uma das pontas do fio conceitual do plano de organização, trilha-se mais uma derivação includente da escala geográfica não só nesse plano como também a remissão à estratificação – topando com a geologia, atestando a escala tanto em termos espaciais quanto em termos temporais.

Pulando para o outro plano, “[...] o plano de imanência, consistência ou composição, implica uma desestratificação de toda a Natureza, inclusive pelos meios os mais artificiais. O plano de consistência é o corpo sem órgãos” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 63). Há que se relembrar a interação evocada, preliminarmente, entre corpo sem órgãos e imanência. A interação recíproca entre plano de consistência e corpo sem órgãos é retomada no Volume 5, platô 15, “Conclusão: regras concretas e máquinas abstratas” (DELEUZE; GUATTARI, 2012c, p. 236-238).

Para esse plano, a malha conceitual abrigaria uma terra sem escalas, o desescalar como equivalente da desestratificação, o “sem escala”, como aparece em uma das muitas referências da geografia anglo-saxã, levando à negação da escala geográfica? O que assumiria o seu “lugar”? Seria uma “platonização”? Uma “plataformização”, tão em voga?

Prosseguindo com a colheita em *Mil Platôs*, mostrando a fertilidade das leituras sobre planos, como chamar essa “ciência”, se é que se possa nomeá-la assim, em que se dá uma desestratificação e um desescalar? Seria geoimamente? Mas já não há uma “geofilosofia”? Quais seriam as diferenças com uma filogeografia? Até então, a “geoanálise” não havia germinado.

Considerando os dois planos, não obstante as oposições mencionadas entre eles em algumas citações anteriores, um importante entrosamento dos planos: “não paramos de passar de um ao outro, por graus insensíveis e sem sabê-lo, ou sabendo só depois. É que não paramos de reconstituir um no outro, ou de extrair um do outro” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 62). Mais uma vez, robustecem-se ligações entre planos: não podem ser apartados um do outro, a transição de um ao outro não é controlável ou previsível – podendo-se saber inclusive só depois, frisa-se.

Todavia o que pode advir dessa tensão entre os planos, de aproximações e de afastamentos, de interceptações e de curtos-circuitos, de impulsos e de controles, e como se precaver, de acordo com o tópico A desta Plataforma?

Se o “plano de organização não para de trabalhar sobre o plano de consistência, tentando tapar as linhas de fuga, parar ou interromper os movimentos de desterritorialização, lastreá-los, reestratificá-los [...]”, e se, “inversamente, o plano de consistência não para de se extrair do plano de organização de levarem partículas a fugirem fora dos estratos [...], de quebrar as funções à força de agenciamentos, microagenciamentos”, “quanta prudência é necessária para que o plano de consistência não devenida um plano de abolição, ou de morte” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 63). Isso se conecta com as linhas na Plataforma 4^a.

Quanto à precaução, uma indagação parece sinalizar uma contenção: “Não será preciso guardar um mínimo de estratos, um mínimo de formas e de funções, um mínimo de sujeito para dele extrair materiais, afectos, agenciamentos?” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 63). E, além da contenção, a reiteração de enlaces entre estratos e platôs, entre escalas e plataformas – o que se está tentando inclusive nesta embalagem da tese.

Fechando e abrindo, em *Mil Platôs*, no Volume 5, platô 15, além da já citada conexão entre plano de imanência e corpo sem órgãos, resta colocar três pontos acerca do que se quer dizer com “consistência”: a) garante a consolidação das multiplicidades do tipo rizoma; b) age no meio, pelo meio, e se opõe a todo plano de princípio ou de finalidade; e c) jamais unificações, totalizações, porém consistências ou consolidações (DELEUZE; GUATTARI, 2012c, p. 236).

Desnecessário dizer a imensa gama de debates sobre planos em Deleuze e Guattari. Não é nosso propósito, mas cabe, ao menos, ressaltar como os entendimentos variam. O filósofo francês Philippe Mengue (2008, p. 57) coloca, em uma das menções ao “plano

de imanência” deleuziano que: “El representa una forma de totalidade, un Todo ilimitado, siempre abierto, pero que no totaliza, que no unifica sus partes en una forma superior o conceptual (género supremo o transcendente del tipo ‘Ser’, por ejemplo)”.

Em outra vertente das ramificações da imanência, o professor Cláudio Zanutelli, visando ampliar as evidências da “oposição de Deleuze aos universais, transcendentais”, e explicações totalizantes, se vale de uma entrevista do filósofo francês à revista *Le Magazine Littéraire*, em 1988, indagadora da imanência:

[...] Todos os processos se produzem sobre um plano de imanência e dentro de uma multiplicidade assinalável: as unificações, subjetivações, racionalizações, centralizações não têm nenhum privilégio, são frequentemente impasses ou fechamentos que impedem o crescimento da multiplicidade, o prolongamento e o desenvolvimento de suas linhas, a produção do novo (DELEUZE 1988, apud ZANOTELLI, 2014, p. 35-36).

Com a necessária precaução, mas, ao mesmo tempo, com a contundente intensidade, um dos grandes desafios é exercitar diferentes perspectivas de articulações, conflitos e tensões, e até mesmo de brechas e escapes, quando se procura tecer reciprocidades entre as duas tramas enunciadas: escala geográfica na geografia transcendente, do plano de organização (organismo, órgãos, estrato...), e geografia da intensidade, do plano de imanência (o corpo sem órgãos, a “desestratificação”, o platô em oposição à escala) – em uma direção a uma espécie de desescalar?

- *PLATAFORMA 1ª C – Filosofia, Ciência e Arte: a escala geográfica, na ciência geografia, pode ser tratada como conceito na filosofia da imanência?*

Ao mesmo tempo que nos tópicos anteriores operava-se o uso de conceitos da filosofia da imanência de Deleuze, e de Deleuze e Guattari, para analisar a escala no contexto da chamada ciência humana geografia, frisava-se que seria imprescindível abordar se essa apropriação conceitual, para os fins propostos, procede ou não. Como o conceito é próprio dessa filosofia da imanência, não seria uma impropriedade endereçá-lo para uma análise da escala na ciência humana geografia? O que está em aberto são as implicações decorrentes das distinções entre ciência e filosofia estabelecidas pelos dois filósofos franceses em *O que é a filosofia?* (1992).

No referido livro, “o que define o pensamento, as três grandes formas de pensamento, a arte, a ciência e a filosofia, é sempre enfrentar o caos, traçar um plano, esboçar um plano sobre o caos” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 253). Nesse sentido, traçar um “plano sobre o caos” é um ponto em comum entre ciência e filosofia.

Contudo o cruzamento desses três pensamentos se dá sob uma condição: “Os três pensamentos se cruzam, se entrelaçam, mas sem síntese ou identificação” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 255). Depreende-se, então, que não é uma aberração construir laços entre ciência e filosofia, desde que resguardadas as respectivas particularidades. E quais seriam elas?

Antes de passar para as particularidades de ciência e de filosofia, segue uma sucinta caracterização do que compõe esta última. Os seus três elementos são: “plano de imanência”, “conceitos filosóficos” e “personagens conceituais” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 101). Assinalam, também, que: “A filosofia é um construtivismo, e o construtivismo tem dois aspectos: criar conceitos e traçar um plano (p. 51).

Visando exemplificar essa tríade da filosofia da imanência, Nietzsche é acionado:

[...] poucos filósofos operaram tanto com personagens conceituais, simpáticos (Dionísio, Zaratustra) ou antipáticos (Cristo, o Pregador, os Homens superiores, o próprio Sócrates tornado antipático). Poderíamos acreditar que Nietzsche renuncia aos conceitos. Todavia ele cria imensos e intensos conceitos “forças”, “valor”, “devir”, “vida”, e conceitos repulsivos como “ressentimento”, “má consciência”...), bem como traça um novo plano de imanência (movimentos infinitos da vontade de potência e do eterno retorno) que subvertem a imagem do pensamento (crítica da vontade de verdade) (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 87).

Quanto às particularidades da ciência, elas também são apresentadas segundo os mesmos três elementos anteriores, destacando-os comparativamente: “plano de referência” (e não de consistência), “funções” (diferentemente de conceitos) e “observadores parciais” (no lugar de personagens conceituais) (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 153-173).

Uma das principais diferenças entre filosofia e ciência, nos termos de Deleuze e Guattari, é a atitude diante do caos. Enquanto a filosofia pretende guardar as velocidades infinitas sem ser inconsistente, a ciência busca desacelerar o caos mediante

“limites”, a exemplo da velocidade da luz (299.796 km/s) e do zero absoluto das temperaturas (- 273,15 graus) (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 153-155).

Apesar dessas oposições entre ciência e filosofia, notadamente das suas tríades, Deleuze e Guattari (1992, p. 172-173) advertem que há uma “analogia” entre elas: a concepção de “problema”, sendo que a ciência busca “[...] escolher boas variáveis independentes, instalar o observador parcial eficaz sobre um tal percurso, construir as melhores coordenadas de uma equação ou de uma função”. Os filósofos franceses encerram essa relação entre ciência e filosofia com três perguntas. A última delas é a seguinte: “E, se toda redução é impossível, como pensar um conjunto de relações entre as duas?” (p. 173).

Essa pergunta é estimulante. Se há diferenças consideráveis e não cabe redução de uma à outra, mas se também se extrai a “analogia” e a indicação de um “conjunto de relações” entre elas, então como tratar a questão de se há ou não sustentação para se afirmar ou se negar que a escala na ciência geografia pode ou não “conversar” com a teia conceitual da filosofia da imanência?

Como a geografia está normatizada, por agências de financiamento de pesquisa, como ciência (humana), considerando a filosofia da imanência escolhida, o apropriado seria a negação da escala como conceito e a sua afirmação como equação ou função própria da ciência de *O que é a filosofia?*. Poderia parecer, em uma conclusão admissível, que a escala da ciência geografia teria incompatibilidades “lógicas” para dialogar com a mencionada filosofia. Contudo há ainda um ponto que suspende essa conclusão: como Deleuze e Guattari exemplificam ciência no livro em apreço?

No capítulo relativo à ciência e filosofia, sobressai um tratamento singular e circunscrito da primeira forma de pensamento, remetendo-a à matemática, à física, à biologia, à química. Não se encontrou menção no referido capítulo às chamadas ciências humanas ou ciências sociais. Sendo assim, essas ciências não teriam uma maior proximidade com formulações da filosofia, pelo menos mais do que a matemática e outras tidas como “ciências duras”? Por conseguinte, a geografia, então, não teria maior afinidade com a filosofia? A dissonância preliminar de se tratar a escala em relação com conceitos e planos na filosofia deleuziana-guattariana está no caminho de ser ultrapassada? Há fortes argumentos favoráveis.

Se o tratamento da ciência fica limitado às “áreas” abrangidas, na terceira forma de pensamento – arte –, ele é muito distinto. Não se falava em ciências, mas nesse terceiro pensamento o plural é notório: “artes” e “cada autor”. “E se os métodos são muito diferentes, não somente segundo as artes, mas segundo cada autor, pode-se, no entanto, caracterizar grandes tipos monumentais, ou ‘variedades compostos de sensação’ [...]” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 218). Nesse pensamento, a tríplice aliança abarca: “plano de composição”, “sensação”, “figuras estéticas” (p. 277).

Quando é feita a conjugação entre as três, filosofia, ciência e arte, indo além, portanto, das relações da primeira com cada uma das outras duas formas de pensamento, há o reforço de que elas “se cruzam, se entrelaçam, mas sem síntese nem identificação” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 255) – corroborando o que já havia sido enunciado quando da referida relação.

A “rede” de correspondências entre os planos dessas formas de pensamento pode redundar em dois perigos extremos: “reconduzir-nos à opinião da qual queríamos sair, ou nos precipitar no caos que queríamos enfrentar” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 255). Nem a “opinião” nem o “caos”. A rota para evitar as tentações que levam aos “perigos” transita pelas combinações, pelas “pressuposições recíprocas” que afastam a renitência dos dualismos. No caso da escala, e da “ciência” geografia, quais seriam as combinações e as pressuposições recíprocas com a filosofia da imanência?

A conclusão final de *O que é a filosofia?* – “Do caos ao cérebro” – pode, se sua leitura ficar restrita ao que se “pede” no começo dela, induzir ao entendimento dos três “pedimos” iniciais (dois deles textuais) de forma confortadora, mas vamos mostrar que ela se mostraria equivocada.

No primeiro deles:

Pedimos somente um pouco de ordem para nos proteger do caos. Nada é mais doloroso, mais angustiante do que um pensamento que escapa a si mesmo, ideias que fogem, que desaparecem apenas esboçadas, já corroídas pelo esquecimento ou precipitadas em outras, que também não dominamos (DELEUZE; GUATTARI, p. 1992, p. 259-260).

E acrescentam à citação anterior: “Perdemos sem cessar nossas ideias. É por isso que queremos agarrarmo-nos a opiniões prontas” (1992, p. 259-260). Exorbitando o primeiro “pedimos” para a escala geográfica, poderíamos entender que a escala

geográfica atende ao pedido de “ordem” e protege do “caos”? Para tanto, é uma das ideias prontas, uma espécie de clichê, que está impregnada no espaço em branco antes mesmo de começar a análise?

Depois, outro “pedimos” quase que no tom que poderia sugerir que se trata de uma “oração”, o que é improcedente:

Pedimos somente que nossas ideias se encadeiem segundo um mínimo de regras constantes, e a associação de ideias jamais teve outro sentido: fornecer-nos regras protetoras, semelhança, contiguidade, causalidade, que nos permitem colocar um pouco de ordem nas ideias, passar de uma à outra segundo uma ordem do espaço e do tempo, impedindo nossa “fantasia” (o delírio, a loucura) de percorrer o universo no instante, para engendrar nele cavalos alados e dragões de fogo (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 259).

A busca de encadear se verifica no escalonamento regrado e sequencial da escala geográfica na Escala 1, seja buscando reproduzir o real, seja ordenando-o do local ao global ou vice-versa.

No implícito terceiro “pedimos”, consta:

E, enfim, para que haja acordo entre coisas e pensamento, é preciso que a sensação se reproduza, como a garantia ou o testemunho de seu acordo, a sensação de pesado cada vez que tomamos o cinábrio na mão, a de vermelho cada vez que o vemos, com nossos órgãos do corpo, que não percebem o presente, sem lhe impor uma conformidade com o passado (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 259).

O peso do passado de um pensamento sufoca insinuações perturbadoras no e do presente, que, muitas vezes, o transformam completamente. E, nesse sentido, o que alterou e o que continua se se voltasse para reler o repensar da escala sob essa lente?

Resumindo os três “pedimos”, sugere-se organização e seu respectivo “plano”: “É tudo isso que pedimos para *formar uma opinião*, como uma espécie de ‘guarda-sol’ que nos protege do caos” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 259-260). A escala considera alguns movimentos, alguns fluxos, mas paralisa ou não os intensivos, não “físicos”?

Já nas três formas de pensamento da imanência, o tom é outro, totalmente divergente do “pedimos” quando se está no “plano de organização”. Fica claro, na imanência, não se trata de rogar “pedir”, em busca de uma “organização”, mas, sim, de “rasgar”, nesses termos: “A filosofia, a ciência e a arte querem que rasguemos o firmamento e que

mergulhemos no caos. Só venceremos a este preço” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 260).

Da “oração” para se alcançar uma organização, e desse outro tom, desafiando e desafinando aqueles “pedimos” suplicantes, não há como omitir tensões e enlaces entre “opinião” e “caos”, entre a busca de um “guarda-sol” (para organizar) e os rasgos no “firmamento” (para deslizar ou flunar na imanência).

A recomendação de prudência não elimina riscos de descaminhos na trajetória de experimentação. Uma delas está ensaiada na Plataforma 4^a, mediante uma tentativa de estudar se o percurso de elaboração da esquizoanálise em *O anti-Édipo* pode contribuir para uma “outra geografia?” – filogeografia, geoanálise, entre outras designações –, a fim de abrir sulcos na solidez única da geografia da extensão.

- *ESCALA 2 – Escala nas Ciências: Antropologia, Física e Sociologia*

Não obstante o debate sobre a escala na geografia ter ganhado vigor após a passagem dos “trinta anos gloriosos” para o neoliberalismo, essa discussão também se deu ou se dá em outras ciências, ressaltadas especificidades temporais e desafios próprios a cada uma delas. Logo, o debate escalar não diz respeito somente à “ciência” geografia.

Exercita-se, assim, uma experiência para abrir e ampliá-lo. Ele também possibilita notar como nele há concepções que se aproximam de Deleuze, e de Deleuze e Guattari, além de contribuir na criação filosófica de ambos, em especial na Física.

Também poderemos apreciar como nas Plataformas seguintes há conceitos em Deleuze e Guattari que não deixam de também interagir com o debate escalar, sem falar que abrem espaço para a obtenção de um deles para formar um par com a escala. Há nesses filósofos 8 Ms, formando 4 pares: maior-menor, molar-molecular, maioria-minoria, macro-micro.

Na maioria das ciências, vige um ou outro desses dualismos, geralmente o macro e o micro, ou outras designações duais semelhantes a esta. O intuito é dar um panorama a partir de algumas autorias da antropologia, da física, da sociologia, visando reconhecer ou detectar, mas com toda a precaução, em que pontos o debate e o repensar da escala geográfica podem ser aprimorados, mudados ou complementados, mediante contribuições advindas também de outras “ciências”.

Entre os autores selecionados em “ciências humanas”, encontram-se o pesquisador Bruno Latour; na antropologia, George Marcus; na sociologia e na antropologia, Renato Ortiz; assim como Deleuze e Guattari, com um exemplo de debate histórico crucial em uma disputa para a constituição da sociologia, mas também com implicações na filosofia da imanência.

Bruno Latour, renomado pensador francês, recentemente falecido, é analisado por Cândido (2020), que elabora ampla recuperação da relação entre a teoria do ator-rede e a geografia.

Um dos pontos da teoria do ator-rede é a concepção de sociedade e do social: “[...] para começar, nem a sociedade, nem o social existem” (LATOUR, 2012, p. 61). Em pelo menos duas passagens, o pensador francês enfatiza o social como tendo que ser explicado, e não usado para explicar: “[...] confundiram aquilo que deviam explicar com a explicação. Começaram pela sociedade ou outro agregado social qualquer, quando deveriam acabar por eles” (p. 27). Poder-se-ia ler assim: começaram a explicar por cima, quando deveriam iniciar por baixo. Ou, ainda: a agregação no macro não é ponto de chegada, sendo a partida dada no micro? As opções variam, mas o imprescindível é notar que agregar ou desagregar pode ser lido como outra notação para o escalar.

Essas duas afirmações de Latour estão muito afinadas com uma outra de Deleuze: “O primeiro princípio da filosofia é que os Universais não explicam nada, eles próprios devem ser explicados” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 15). Assim, vai sendo tecido um diálogo com a filosofia da imanência. A “escolha do método” de Latour também está bem próxima da que é feita por Foucault (2010, p. 27):

Por outras palavras, em vez de partir dos universais para deles deduzir fenômenos concretos, ou em vez de partir dos universais como grelha de inteligibilidade para algumas práticas concretas, gostaria de partir dessas práticas concretas e, de certa maneira, para a grelha dessas práticas.

Continuando nesse questionamento feito por Latour da sociedade e do social: “O latim *socius* denota um companheiro, um associado. Nas diferentes línguas a genealogia histórica da palavra social designa primeiro seguir alguém e depois alistar e aliar-se a, para finalmente exprimir alguma coisa em comum” (LATOUR, 2012, p. 24).

Outra posição do pensador francês, decisiva, é a consideração de não humanos nos processos sociais: “Para que ocorra qualquer construção, as entidades não humanas têm

de desempenhar um papel maior, e é exatamente isso que queríamos dizer desde o começo com esse termo um tanto inócuo” (LATOURE, 2012, p. 136).

Propugna, assim, a conjunção entre humanos e não humanos, pessoas e coisas em diferentes assertivas, entre elas, esta: “o exato papel atribuído aos não humanos. Eles precisam ser atores e não meras projeções simbólicas” (LATOURE, 2012, p. 29). A escala geográfica contempla os não humanos? Pela revisão feita anteriormente na Escala 1, medidas, totalidades, hierarquias e níveis referem-se exclusivamente aos humanos. Tudo mais é cortado!

No tocante às interpretações entre um desdobramento de móveis e fixos, Latour (2012, p. 295) estabelece a primazia dos movimentos:

Movimentos e deslocamentos vêm em primeiro lugar; lugares e formas, em segundo. [...] Os lugares já não diferem em forma e tamanho, apenas na direção do movimento para diante e para trás, bem como na natureza, como veremos, daquilo que é transportado: informações, vestígios, bens, planos, formatos, vínculos etc.

Assim, o movimento transpassa para o entendimento de rede em Latour. Esta é traçada pelo ator em movimento, advindo daí o ator-rede: “uma rede não é feita de fios de nylon, palavras ou substâncias duráveis; ela é o traço deixado por um agente em movimento” (LATOURE, 2012, p. 194).

Para rastrear o ator-rede em locais e sítios conectados, diante da crítica aos conceitos universais, e não à supressão de uso inicial de grandes categorias, recomenda perguntas a serem feitas:

sempre que alguém fala de um sistema, de um aspecto global, de uma estrutura, de uma sociedade, de um império, de uma economia mundial, de uma organização o primeiro reflexo da ANT deve ser perguntar: Em qual edifício? Em qual agência? Através de qual corredor ele é acessível? Que colegas ele leu? Como foi compilado? Os pesquisadores se concordarem em seguir esta pista, ficarão surpresos com o número de locais e canais que aparecem, assim que estas perguntas estão sendo feitas (LATOURE, 2012, p. 264-265).

No repensar do dualismo global-local, Latour, em três movimentos, apresenta valiosas considerações desafiadoras no e para o entendimento da escala em cada momento histórico, contrastando com a prática escalar arraigada; volta-se ao tema do dualismo global-local para mostrar, agora, como sua abordagem em interação com outros conceitos de um autor pode contribuir para um arrazoado mais detido, bem como facilitar a sua compreensão – o que nos leva a não o remanejar para o Ambulo, quando se trata do dualismo.

Logo, as considerações a seguir foram colhidas e dispostas segundo os três movimentos feitos por Latour para questionar o dualismo global-local, além de fornecer insumos atraentes para a crítica ao escalar. Posto isso, eis os três movimentos latourianos:

Do primeiro movimento, “Localizando o global”:

- Não dividir os dados em duas porções: uma local e outra global (ver subitem relacionado mais abaixo).
- Não se decide *a priori* qual é o “verdadeiro tamanho” de uma interação ou agregado social.
- O macro não está acima nem abaixo das interações, mas unido a elas como outra de suas conexões, alimentando-as e sendo por elas alimentado.
- Os atores definem a escala relativa. “A razão é que tendemos a pensar em escala – macro, meso, micro – como um *zoom* bem ordenado”.
- Um ator-rede é rastreado sempre que, no curso de um estudo, se toma a decisão de substituir atores de qualquer tamanho por sítios e locais e conectados, em vez de inseri-los no micro e no macro (LATOUR, 2012, p. 251-275).

Há uma nítida sintonia desse primeiro movimento com duas práticas frequentes no estudo do espaço. Previamente, ele é dividido em partes, recebendo um sem-número de nomes, e há a escolha do “tamanho do agregado”, vale dizer, entre outras coisas, da escala geográfica. No entanto, diferentemente de se fazer essa partição, muitas vezes, até mesmo antes de se chegar ao “trabalho de campo”, Latour preconiza que ela é delineada ao longo do trabalho e, por último, ganha as feições apropriadas àquele trabalho.

Do segundo movimento, “Redistribuindo o local”:

- Resistir à tentação de separar em dois compartimentos – o global e o local – aquilo que os atores fazem, interrompendo desde logo seus itinerários frágeis e às vezes bizarros”.
- Se a viagem de mão única das interações ao contexto não leva a lugar nenhum, [...] pouco se justifica que o regresso aos locais mire um alvo mais acurado.
- Os lugares já não diferem em forma ou tamanho, apenas na direção do movimento para diante e para trás, bem como na natureza [...] daquilo que é transportado: informação, vestígios, bens, planos, formatos, padrões, vínculos etc.
- Nenhum lugar predomina o bastante para ser global, nem é suficientemente autônomo para ser local (LATOUR, 2012, p. 277-313).

Do terceiro movimento, “Conectores”:

Com esse princípio, não deveríamos concluir que o macro abrange o micro, e sim que o micro é composto de uma proliferação de entidades incomensuráveis – por ele (Gabriel Tarde) chamada de mônadas – que simplesmente emprestam um de seus aspectos, uma fachada de si mesmas, ao todo provisório (LATOUR, 2012, p. 315-350).

Desses três momentos, mais do que nunca, conclui-se pela abdicação da prática corrente de recortar precisamente espaços ao se estar ainda na fase de programar uma pesquisa, em particular a escolha rígida das escalas. Abolindo-a, uma opção pode ser a de o ator definir a escala ao escalar e, nessa escalagem, traçar a rede em outra (des)ordem que escapa à hierarquia convencional, no que pode se dar inclusive o “salto” de uma escala a outra, mas também por fora delas – principalmente se incluirmos os não humanos.

A diferenciação dos lugares não se dá apenas pela forma ou tamanho, como por exemplo, megarregiões, mas pelos tipos de conexões impulsionadas neles e para eles. Latour (2012, p. 257) resume esses pontos salientados da “divisão”, do “tamanho”:

O que conta é a possibilidade, para o pesquisador, de registrar a forma “em rede” sempre que possível, em vez de dividir os dados em duas porções: uma local e outra global. Contar uma história de ator-rede é ser capaz de apreender essas muitas conexões, sem estragá-las desde o começo com a decisão *a priori* sobre qual é o “verdadeiro tamanho” de uma interação ou de um agregado social.

Antecedendo o seu tratamento específico das escalas, Latour (2012, p. 255) indica o “aplainar” do global e do local, do macro e do micro:

tão logo os locais que manufaturam as estruturas globais são enfatizados, toda a topografia do mundo social se modifica. O macro já não descreve um local maior ou mais amplo em que o micro possa ser encaixado como as bonecas Matryoshka russas, mas outro lugar igualmente local, igualmente micro, conectado a muitos outros por algum meio que transporta tipos de traços específicos. Nenhum lugar é maior que outro, mas alguns se beneficiam de conexões bem mais seguras com mais lugares.

E essa é mais uma abertura para repensar a hierarquia, e quase sempre do maior para o menor, do macro para o micro, do agregado para o não agregado – tolhendo o (des)agregado.

Antes de se prosseguir nessa visão, há que se frisar que nos lugares distintos há o despertar, o desencadear, o transbordar, o ultrapassar de múltiplas e diferenciadas conexões – derivando delas “benefícios” ou não.

Latour prossegue a sua reflexão e afirma que:

Esse movimento tem o efeito benéfico de manter a paisagem plana, pois o que antes, na sociologia pré-relativista, se situava “acima” ou “abaixo”, permanece lado a lado e inserido firmemente no mesmo plano dos outros locais que tentava superar ou incluir. O que agora se ressalta muito mais vividamente são as conexões, fios, meios de transporte e veículos que ligam lugares (LATOURE, 2012, p. 255).

Aplainados os lugares, conexões se dinamizam em um mesmo “plano”. Como o próprio autor admite que há conexões “mais seguras” do que outras, é preciso desvendar os significados de “seguras”. Além disso, o poder e as desigualdades inter e intralocais requerem a atenção de como trabalhá-los em se configurando o “plano”.

Especificamente em relação às escalas, algumas das conceituações diretas feitas por Latour (2012, p. 265-275, grifo do autor) mexem com pressupostos arraigados, repercutindo não só em teorias como em procedimentos operacionais consagrados no manejo delas:

- a) o problema é que os cientistas usam a escala como uma das numerosas variáveis de que necessitam para começar *antes* de fazer o estudo, enquanto a escala é o que os atores realizam representando *escalando, espaçando e contextualizando* uns aos outros mediante o transporte em alguns veículos específicos de alguns traços específicos;
- b) não é tarefa do sociólogo decidir se uma dada interação é “micro” enquanto outra seria de “âmbito médio”;
- c) a escala é a própria realização do ator;
- d) a razão é que tendemos em pensar em escala – macro, meso, micro – como um *zoom* bem ordenado;
- e) estabelecer a escala de antemão seria aderir a uma medida quanto ela está *medindo* aquilo que somos depois; quando é uma viagem de uma moldura para a moldura seguinte que queremos realizar.

Se Latour recomenda não se estabelecer a escala de antemão, se não há como definir o seu tamanho e sua organização no início e se o ator é que segue “escalando”, isso equivale a dizer que a escala perde seu sentido inicial demarcador do famoso “recorte” da pesquisa, do “fenômeno” – e que, habitualmente, não se descola de ficar circunscrita pelas divisões políticas confeccionadas pelo Estado. Nessa outra vertente, ela passa a adquirir outros significados, abarcando enlaces delineados pelo ator que tece redes.

Escapando de uma contraposição entre aplainar e escalar, Latour repisa que:

Se o analista quiser decidir de antemão e *a priori* a escala em que estão inseridos todos os atores, boa parte do trabalho a ser feito para *estabelecer* conexões simplesmente desaparecerá de vista. Só tornando plana a posição padrão do observador é que a atividade necessária para gerar alguma atividade de tamanho pode ser detectada e registrada (2012, p. 317).

Brenner, em sua análise do urbano, não só discorda da teoria ator-rede de Latour como também acentua a crítica ao que chama de “conceitos neodeleuzianos” a ela ligados:

una tendencia particularmente problemática es el giro contextualista que se há puesto de moda entre muchos urbanistas marcados por la teoria del actor-red de Bruno Latour y, asociados a ella, los conceptos neodeleuzianos de agenciamiento. Sobre todo em sus variaantes moduladas ontologicamente, estos enfoques rechazan las formas abstractas o macroestructurales de argumentación en favor de narrativas basadas en lugares específicos y descripciones densas, que parecen ofrecer un médio más directo para acceder a los contornos microsociales de un paisaje urbano que cambia rapidamente (BRENNER, 2013, p. 46).

Outra possibilidade analítica nas ciências humanas estimuladora do debate escalar advém do antropólogo George Marcus: a etnografia multissituada ou multilocal. Assim a qualifica: “No obstante la etnografía multilocal es un ejercicio de mapear un terreno, su finalidad no es la representación holística ni generar un retrato etnográfico del sistema mundo como totalidad” (MARCUS, 2001, p. 113).

Apesar de assinalar que essa etnografia deve ser distinguida da “etnografia local”, expõe uma negação de levá-la ao outro extremo, o global, enveredando por uma grande determinação, por uma agregação.

Dessa forma, procura evitar tanto o localismo fechado quanto o globalismo irresistível: “debe distinguir-se de la etnografía unilocal, que examina las articulaciones de los sujetos locales en primer lugar como subalternas a un sistema capitalista dominante o colonial”. Contudo, logo a seguir, Marcus explicita uma combinação: “la etnografía estratégicamente situada intenta entender, de manera amplia, el sistema en términos etnográficos y, al mismo tiempo, a los sujetos locales” (MARCUS, 2001, p. 121). Então, conviveriam o “sistema” e o “local” sem haver previamente subalternidade entre eles?

É imprescindível “seguir” o que se pretende estudar visando constituir o “multilocal” ou o “multissituado”. Marcus especifica seis modalidades, que podem vir a ser seguidas, e faz no texto breves considerações sobre cada uma delas: (a) “a las personas”; (b) “los objetos”; (c) “la metáfora”; (d) “la trama, historia o alegoría”; (e) “la vida o biografía”; e (f) “el conflicto”.

Esse caminho decisivo de “seguir” requer que ocorra o “abrir” o local para outros locais, ou uma situação inicial para situações muitas vezes inesperadas: “[...] y sale de los lugares y situaciones locales de la investigación etnográfica convencional al examinar la circulación de significados, objetos e identidades culturales em un tiempo-espacio difuso” (MARCUS, 2001, p. 111). Assim, essa “circulação” (via o “seguir”, que não é determinado pelo pesquisador(a)) extravasa uma situação de partida e gera uma miríade de situações, tornando a pretensão de se definir onde (se é que) “termina” ou o ponto final (se há como precisar) em algum local extremamente controverso.

À medida que estamos seguindo o “seguir” proposto pelo antropólogo Marcus, em busca de uma configuração multissituada para driblar o dualismo global-local, mediante múltiplas “situações” seguidas, as conversas com a teoria ator-rede de Latour podem ser

desenhadas, notadamente o aberto espacial de um estudo.

A etnografia “multilocal” tecendo “associações” e “conexões” fortalece a afirmação anterior: (a) “La estrategia de seguir literalmente las conexiones, asociaciones y relaciones imputables se encuentra en el centro mismo del diseño de la investigación etnográfica multilocal” (MARCUS, 2001, p. 113); e, depois:

(b) La investigación multilocal está diseñada alrededor de cadenas, sendas, tramas, conjunciones o yuxtaposiciones de locaciones en las cuales el etnógrafo establece alguna forma de presencia, literal o física, con una lógica explícita de asociación o conexión entre sitios que de fecho definen el argumento de la etnografía (MARCUS, 2001, p. 118).

Afirmar as conexões entre lugares não significa para o antropólogo promover uma contraposição entre local e global: “Para la etnografía, entonces, no existe lo global en el contraste entre local-global tan frecuentemente evocado en estos tiempos. Lo global es una dimensión emergente en la discusión sobre la conexión entre lugares en la etnografía multilocal” (MARCUS, 2001, p. 111).

O global e o local se relacionam, desde que não se aparte o primeiro de um certo conhecimento das situações de um dado local, no que chama de “sistema mundo”:

Classificar las relaciones de lo local con lo global es un procedimiento relevante y extendido de conocimiento local que queda por ser reconocido y descubierto en los idiomas y discursos inherentes a cualquier lugar contemporáneo que queda por ser definido por su relación con el sistema mundo (MARCUS, 2001, p. 122).

Não se conseguiu apreender das leituras feitas de Marcus se os locais ou as situações são hierarquizadas de alguma forma na trajetória do “seguir”. O “multilocal” seria uma via conceitual para se desvencilhar de uma fixação exclusiva tanto no conceito de escala quanto nesse ou naquele nível hierárquico.

Em linhas gerais, portanto, a formulação conexcionista de Bruno Latour está muito próxima da que é costurada pelo antropólogo George Marcus, “seguindo” um ator humano ou não humano em suas passagens por múltiplas situações socioespaciais – que não são hierarquizadas – e gerando o “multissituado”.

Na terceira contribuição no campo das ciências humanas, o sociólogo e antropólogo Renato Ortiz enuncia duas possibilidades de lidar com os “patamares escalares”. Na

primeira, imagina “cada um dos patamares como sendo unidades autônomas” (ORTIZ, 1996, p. 56-58) em relação ou em interação. Estão sintonizadas com essa possibilidade relacional, muito evocada na Escala 1, entre “unidades autônomas”, as seguintes afirmações: o “local” se relaciona com o “nacional”; o “nacional” reage, resiste ou é submetido ao “global”; “o “local” prescinde do “nacional e se articula diretamente” ao “global”. Destacam-se duas palavras-chaves: relação e interação. Encorpendo essa primeira possibilidade levantada pelo sociólogo, podemos, ainda, dar os seguintes exemplos: a região metropolitana se relaciona com outras regiões ou com o ente estadual federado. Segundo Ortiz: “Tudo se resumiria a entender as inter-relações entre elas”, conformando dualismos. A exemplo do “global/local”, as escalas exprimem, para ele, as seguintes características: a) identidades; b) unidades antitéticas; c) fronteiras, limites claros; d) definição de sua centralidade; e) tomar a outra escala como externa.

A outra possibilidade de relação ou de interação entre escalas muda a relação ou interação (da primeira possibilidade) para a inclusão. No exemplo englobante de Ortiz, o “global” inclui o “nacional”, que, por sua vez, inclui o “local”. Evita-se o dualismo, mas o autor indica “inconvenientes”: a) o “nacional” e o “local” estariam inteiramente incluídos no “global”; e b) eles permaneceriam autônomos enquanto subconjuntos. Ressurge a questão das fronteiras: “As fronteiras entre as espacialidades seriam assim tão nítidas a ponto de podermos cartografá-las dessa forma?” (ORTIZ, 1996, p. 57-58).

Fechando as considerações sobre escalas, Ortiz opta por “tratar o espaço como um conjunto de planos atravessados por processos sociais diferenciados. Há que se deixar de lado os pares de oposição – externo/interno, longe/distante – ou a ideia de inclusão, para operar com a noção de linhas de força” (ORTIZ, 1996, p. 58). Essas reflexões têm uma proximidade com o que se pretende desenvolver nesta tese, a partir das linhas segmentares delineadas por Deleuze e Guattari – delineando uma geoanálise.

Passando especificamente para sociologia e escala, ambos os filósofos franceses citados fazem uma “Homenagem a Gabriel Tarde (1843-1904): sua obra, por muito tempo esquecida, reencontrou atualidade sob influência da sociologia americana, especialmente a microsociologia. Ele tinha sido esmagado por Durkheim e sua escola [...]” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 107).

Em uma renhida controvérsia, resumida na mesma página da referência anterior, “Durkheim encontrava um objeto privilegiado nas grandes representações coletivas, geralmente binárias, ressoantes, sobrecodificadas”, enquanto “Tarde objecta que as representações coletivas supõem aquilo que é preciso explicar, isto é, a ‘similitude de milhões de homens’” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 107). Eis aí um marco das posições de Deleuze e Guattari, Foucault, Latour, Marcus, entre outros, críticas às “grandes representações coletivas”, porque, em vez de explicarem, precisam ser explicadas.

Então, segundo Deleuze e Guattari (2012a, p. 107): “É por isso que Tarde se interessa mais pelo mundo do detalhe ou do infinitesimal: as pequenas imitações, oposições e invenções, que constituem toda uma matéria sub-representativa”. Em resposta, de acordo ainda com os filósofos franceses: “Os durkheineanos responderam que se tratava de uma psicologia ou interpsicologia, e não de sociologia”.

E agora a posição de Deleuze e Guattari (2012a, p. 107, grifo nosso) sobre essa resposta anterior: “Mas isso só é verdadeiro aparentemente, numa primeira aproximação: uma microimitação parece efetivamente ir de um indivíduo a um outro”. Porém: “Ao mesmo tempo, e mais profundamente, ela diz respeito a um fluxo ou a uma onda, e não ao indivíduo”.

Essa controvérsia entre Durkheim e Tarde torna-se uma ferramenta preciosa no debate escalar, sendo um de seus desdobramentos em um

campo molar de representações, sejam elas coletivas ou individuais, e o campo molecular das crenças e dos desejos, onde a distinção social entre o social e o indivíduo perde todo o sentido, uma vez que os fluxos não são mais atribuíveis a indivíduos do que sobrecodificáveis por significantes coletivos (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 108).

Rumando para as ciências consideradas por Deleuze e Guattari em *O que é a filosofia?*, as leituras na física (com maior concentração na física quântica) foram feitas, com toda a cautela por conta das dificuldades, para dinamizar o debate de e entre categorias geográficas, particularmente a escala. No percurso delas, foi possível, ainda incipientemente, também cogitar algumas de suas eventuais influências em concepções de filósofos da imanência escolhidos, ou até mesmo em outras “áreas” das ciências humanas e sociais. Certamente, algumas dessas cogitações precisariam ser referenciadas e confirmadas, mas isso vai além deste trabalho. Então, restringe-se a captar algumas

dessas influências para ajudar a evidenciar o ruinoso esfacelamento em “ciências” no processo de conhecimento. Quase sempre as influências mútuas delas nesse processo não são estabelecidas devidamente ou ficam omissas.

O itinerário da leitura (quântica) se dá em seis tópicos direcionados para atender a esta tese: (a) escala; (b) três pedras fundamentais da “mecânica quântica”: “granularidade”, “aspecto relacional de todas as coisas” e “indeterminismo” (e o exemplo dos “nanoterritórios”); (c) onda e partícula: o debate da simultaneidade (e, e não, ou); (d) força, campo e linhas de força; (e) três conceitos fundamentais da “mecânica quântica”: “emaranhamento”, “sobreposição” e “multiverso”; e (f) “gravidade quântica”.

a) Escala

Com o cuidado de evitar transposições apressadas ou equivocadas da física para a geografia, notadamente para desvencilhar-se do “misticismo quântico” (FREIRE JR.; PESSOA JR.; BROMBERG, 2011), ensaia-se esse encontro com a geografia pela via das escalas na física, valorizando o seu percurso histórico, seguindo o relato de Stephen Hawking (2018, p. 181):

No começo do século XX passamos a compreender os mecanismos da natureza nas escalas da física clássica até tamanhos de um centésimo de milímetro. O trabalho sobre física atômica nos primeiros trinta anos do século aumentou nossa compreensão em extensões de um milionésimo de milímetro. Desde então, a pesquisa em física nuclear e de altas energias nos levou a escalas de comprimentos ainda menores, na casa dos bilionésimos. [...] Na física, a menor matrisca é chamada comprimento de Planck e consiste de um milímetro dividido por 100 mil bilhões de bilhões de bilhões.

A partir desse relato, que chega a um “tamanho” inimaginável, desponta uma entre muitas outras questões escalares: como considerar o “muito grande” e o “muito pequeno”? Haveria ou não relações entre esses “mundos”? Hawking informa o seguinte:

Meu trabalho com (o físico) Penrose mostrou que a relatividade geral [Einstein] deixava de vigorar nas singularidades, assim o próximo passo óbvio seria combinar a relatividade geral – a teoria do muito grande – com a física quântica – a teoria do muito pequeno (HAWKING, 2018, p. 37).

Essa questão do “tamanho” suscita que a física também não está isenta desse desafio. Contudo o “muito grande” e o “muito pequeno” adquirem outro sentido “físico”: há particularidades e dinâmicas próprias a cada um deles. As relações entre eles, se se dariam ou não, envolvem controvérsias, notadamente como aconteceriam. Ambos têm dinâmicas e especificidades próprias que os isolariam?

O cosmólogo brasileiro Mario Novello (2018, p. 110) frisa que, em função da aplicação do princípio “reducionista” ao universo, “concluiu-se de modo simplista que não poderia haver nenhum efeito novo capaz de modificar as leis da física a partir da análise global do universo. A única alteração, se houvesse, poderia ser quantitativa, mas não seria qualitativa”. E resume assim ao que leva o reducionismo: “Esse princípio [reducionista] dito ‘do microcosmo para o macrocosmo’, foi usado como um guia para o tratamento das questões cósmicas”. É uma breve colocação do debate do macro e do micro na física.

Novello observa que o “aumento inesperado dos estudos da cosmologia das últimas três décadas permitiu reduzir o impacto do reducionismo atomista sobre os físicos”. No entanto se verificou outra “simplificação formal apoiada na hipótese de uma interação natural entre o micro e o macrocosmo”. Essa simplificação “[...] resultou em uma nova forma de generalização desprovida de embasamento maior, o que a tornou, na prática, inócua” (NOVELLO, 2018, p. 114).

Considerando o atomismo (reducionista) – que pretende construir tudo que existe a partir de poucos elementos – e a cosmologia – que propõe reconhecer as propriedades globais do universo nas propriedades atômicas –, esse cientista brasileiro reconhece que “não são naturalmente interdependentes, mas sim, estão ligados por uma solidariedade do tipo que Lautman demonstrou existir entre propriedades local e global na matemática” (NOVELLO, 2018, p. 118). E, para além do debate, o cosmólogo ensaia uma perspectiva acerca de como poderia se pensar as relações entre o macro e o micro na física. Em outros termos, uma das grandes questões está em como tratar a “relatividade geral” e a “física quântica”.

Para o “físico teórico” italiano Carlo Rovelli (2016, p. 48), a questão anterior permite dar um exemplo de como um estudante de física poderia considerar os “professores cretinos”. Ei-lo. Se pela manhã tivesse aula de relatividade geral, aprenderia: “o mundo é um espaço curvo onde tudo é contínuo”; à tarde, se a aula fosse de mecânica quântica,

reveria: “o mundo é um espaço plano onde saltam quanta [pacotes] de energia”.

Diante desse desencontro entre docentes, o que dizer? Para Rovelli (2016, p. 48), “o paradoxo é que ambas as teorias funcionam terrivelmente bem”. Então, o dilema passa a ser: o que fazer com ambas as teorias?

A “gravidade quântica” é uma busca de físicos teóricos. O “objetivo é encontrar uma teoria, isto é, um conjunto de equações, mas sobretudo uma visão de mundo coerente, em que essa esquizofrenia seja resolvida” (ROVELLI, 2016, p. 49). De forma sintética, Rovelli (2018, p. 13) explicita e conceitua a “gravidade quântica”: essa “física em que trabalho, a gravidade quântica, é o esforço de compreender e dar um sentido coerente a esta paisagem extrema e belíssima: o mundo sem tempo”.

Assim, é preciso estar atento nas leituras para não confundir mecânica quântica, “gravidade quântica” e “versões” da teoria quântica a partir das décadas iniciais do século XX (BEN-DOV, 1996, p. 131-138; HAWKING, 2018, p. 118-121).

Isso nos permite retomar o repensar escalar, considerando, agora, fricções entre geografia e física, seja entre o “muito grande” ou o “muito pequeno”, seja entre o micro ou o macro, seja ainda entre o global e o local.

É usual se tomar a expressão quantitativa dessas escalas na geografia e na física. Contudo uma das diferenças entre essas ciências se dá na medida em que, na física, o tamanho não indica maior ou menor “complexidade”, mas sim a identificação de propriedades próprias e específicas. Isso não quer dizer que não haja debate nessa ciência, como vimos anteriormente, sobre as relações entre essas escalas, sobre a possibilidade ou não de se constituir uma teoria comum entre o macro (relatividade geral) e o micro (quântico) ou sobre as teorias serem específicas para cada uma dessas dimensões, dada a diferenciação dos processos “físicos” nesses tamanhos físicos.

Diante da abundância de referências já vistas e atinentes a essa temática do tamanho associado ao nível escalar, especialmente do global e do local, encontramos, tal como na física, semelhanças entre sinais de “reducionismo” (do local para o global), de uma “interação natural”, como se ela estivesse dada e só faltasse mencionar genericamente o global e o local, ou, ainda, de determinações de um para outro nível.

- b) Três pedras fundamentais da “mecânica quântica”: “granularidade”, “aspecto relacional de todas as coisas” e “indeterminismo” (e o exemplo dos “nanoterritórios”)

Esse segundo aspecto, cujo propósito maior é entabular uma aproximação entre a física e a geografia, mirando a escala em ambas, se dá a partir do físico Rovelli (2017, p. 114-115), ao discorrer sobre três “pedras fundamentais” da “mecânica quântica: (a) “granularidade”; (b) “aspecto relacional de todas as coisas”; e (c) “indeterminismo”. Para cada uma dessas “pedras fundamentais”, despontam algumas questões ou inferências que reativam o debate escalar na geografia, além de despertar para o enlace com outras categorias.

Afirma-se a existência de uma *granularidade* no fundo de todas as coisas, incluindo a luz. Então, “compreender como a luz pode tanto ser uma onda eletromagnética quanto ao mesmo tempo um enxame de fótons exigirá toda a construção da mecânica quântica” (ROVELLI, 2017, p. 114). A granularidade também é referida como a “energia dos elétrons nos átomos. Começa-se a compreender que a granularidade da natureza é muito geral”. Há na filosofia da imanência toda uma referência aos “pacotes de energia”, aos “quanta”, aos fótons – que são os grãos de luz ou os quanta de luz. Adiante, será retomada essa dupla caracterização simultânea da luz: grãos – partículas e onda.

A ruptura com o essencialismo e a existência em si de uma coisa se dá na segunda pedra fundamental da “mecânica quântica”: “o *aspecto relacional* de todas as coisas. Os elétrons não existem sempre. Existem apenas quando interagem. Materializam-se em um lugar quando se chocam com outra coisa” (ROVELLI, 2017, p. 119).

Assim, teria havido ou não uma influência direta ou indireta dessa tônica quântica da relação no repensar das escalas na geografia, como visto na Escala 1 a quase unanimidade relacional estatuída na e pela “multiescalaridade”? Existiram também extravasamentos dessa “segunda pedra” nas ciências humanas e sociais, como, por exemplo, na “sociologia relacional”?

Distintamente do determinismo da teoria de Newton, Rovelli (2017, p. 122) finca que a terceira “pedra fundamental” da “mecânica quântica leva a probabilidade ao centro da evolução das coisas. Esse *indeterminismo* é a terceira pedra na base da mecânica quântica: a descoberta que o acaso age no nível atômico”. Remetendo às considerações anteriores do cosmólogo Mário Novello, “o aparente determinismo do mundo

macroscópico deve-se apenas ao fato de essa casualidade, essa aleatoriedade microscópica gera flutuações pequenas demais para serem notadas na vida cotidiana” (ROVELLI, 2017, p. 187). Então, recuperando a polêmica na sociologia entre Tarde e Durkheim, o que dá e o que não dá para ser contemplado na microssociologia esboçada por Tarde e desenvolvida nos EUA?

Antes de começar a levantar possíveis implicações do “indeterminismo” no repensar das escalas na geografia, é importante ressaltar que “o determinismo científico permaneceu o dogma oficial do século XIX” (HAWKING, 2018, p. 115). Hawking atribui a dois acontecimentos a ruptura desse dogma: “a mecânica quântica, proposta em 1900 pelo físico alemão Max Planck”, e a outra decorre que “apenas em 1927 (que) Werner Heisenberg, outro físico alemão, observou que não era possível alcançar a exatidão ao se medir simultaneamente a posição e a velocidade da partícula”, também chamado de “princípio da incerteza”. Assim, a “medida” nesse micro da física pode trazer quais implicações para as inúmeras medidas que são feitas nas ciências sociais e humanas?

Na “mecânica quântica”, a que levam o “indeterminismo” ou a incerteza” e o “probabilismo”? Além de destacá-los como duas “inovações” da mecânica quântica (“probabilidade e indeterminismo”) em relação à física clássica, o físico e filósofo Osvaldo Pessoa Jr. (2006, p. 51) acrescenta: “o estatuto especial atribuído ao ato da medição. No que se refere ao processo de medição, os princípios da Física teórica do século XIX podiam ser enunciados sem se fazer qualquer referência ao observador ou ao instrumento de medição”.

Ao desenvolver os debates e as posições diferenciadas sobre a medição na mecânica quântica, o autor supracitado assinala uma posição: “Segundo Bohr, a consequência desta descontinuidade é que ‘qualquer observação de fenômenos atômicos envolverá uma interação com o agente da observação que não deve ser desprezada” (PESSOA JR., 2006, p. 92).

Em que pese o conhecimento necessário para resgatar essa polêmica do “ato de medição” na “mecânica quântica”, pode-se arriscar a extrapolá-la, com as devidas particularidades, para a medida e a medição feitas pelo observador em relação com o observado em outras ciências humanas e sociais, em particular a geografia?

Especificamente em relação às escalas geográficas, seguem tentativas de se apropriar de aspectos dessa “terceira pedra” para vislumbrar alguns pontos de contato: (a) não há uma especificação da medição e da medida para cada escala; (b) a medida adotada é qualitativa e complementada com dados e indicadores de variáveis escolhidas; (c) o observador e o observado, em função da escolha metodológica da pesquisa e dos respectivos instrumentos associados, entram em maior ou menor interação, que podem influenciar, de forma perceptível ou não, os resultados obtidos em determinada ocasião?

Para exemplificar algumas dessas questões anteriores, particularmente uma interação entre quântica e geografia, recorre-se à escala dos “nanoterritórios”, formulada pelo professor Marcelo Lopes de Souza, cuja nomenclatura a aproxima da mecânica quântica. São definidos como:

territórios extremamente pequenos, diminutos; situam-se em uma escala ainda mais reduzida que a microlocal, sendo atinentes a espaços com os quais, diferentemente de espaços de nível escalar microlocal como o bairro ou o setor geográfico (que é um agregado de bairros), os trabalhos de geógrafos não costumam lidar específica ou diretamente: a moradia, o local de trabalho (fábrica, loja, escritório e, para os trabalhadores do “circuito inferior da economia urbana”, frequentemente, um trecho de calçada como “ponto”) e o local de lazer ou distração (uma praça, uma praia ou trecho de praia...), entre outros (SOUZA, 2006, p. 317).

Se o nano, como escala atômica, equivale a 10^{-9} m ou a um metro dividido por um bilhão, o “nanoterritório” é apenas qualificado como “extremamente pequeno”, restrito ao tamanho. Os exemplos dados pelo autor são perceptíveis a olho nu, diferentemente do que se dá nessa escala na física, além de eles terem tamanhos quantitativamente variáveis. O que, por exemplo, o distingue da microescala geográfica? Qual a medida de uma escala geográfica, como se mede o quê nela e quem o faz?

Na delimitação do “nanoterritório”, como se dá sua delimitação ou configuração? Há influência institucional, com forte atuação do Estado, na delimitação “legal” de seus limites, a exemplo do “setor geográfico” censitário, ou são carimbados como “ilegais”, ocorrendo na maioria das vezes tramas entre o “legal” e o “ilegal”?

Como desapegar o “nanoterritório” da caracterização e da representação escalar tanto do micro como do macro em tamanho menor ou como sendo um nível inferior na gramática hierárquica escalar?

Essa última questão tem um alcance relevante em filósofos da imanência, particularmente em Deleuze e Guattari, e em Foucault, a exemplo da “microfísica do poder”. E esse último pensador francês revê o micro segundo essa perspectiva de não tomá-lo como tamanho menor de uma escala, como muitas vezes se faz em uma escala geográfica própria da extensão: “Por outras palavras, a análise dos micropoderes não é uma questão de escala, não é uma questão de sector, é uma questão de ponto de vista. Esta era, pois, a razão metodológica” (FOUCAULT, 2010, p. 240).

Diferentemente da quântica, não é incomum na geografia discussões sobre as implicações da medição nos resultados obtidos em um determinado momento e em um ponto específico – a não ser quando se tem uma noção espacial topológica.

Há instrumentos de mediação entre observador e observado geradores de múltiplas situações (im)previsíveis. Em uma delas, por exemplo, o tido como observado pelo observador pode se tornar um observador, e a relação passa a se dar entre observadores, influenciando e sendo influenciados mutuamente. Daí a crescente discussão dos lugares sociais e espaciais ou socioespaciais, levando ao repensar da escala geográfica.

Em que medida há ou não alterações na concepção e nos resultados da pesquisa se se trabalha no “nanoterritório” ou no microlocal? Seria possível escapar dessa escolha previamente, como notou Latour? As tramas da rede, do “seguir”, recomendado pela antropologia, de acordo com Marcus, vista anteriormente, não iriam delineando as medidas que vão sendo observadas?

Encerrando as possíveis aderências geografia-quântica a partir da “terceira pedra”, com o exemplo dos “nanoterritórios”, as “relações de poder” neles envolvidas abrangem três traços, captados a partir do texto de Souza: (a) “interações face a face entre indivíduos”, compartilhando espaços muito pequenos; (b) “exercem, quotidianamente e, amiúde, informalmente, algum poder”; e (c) “com suas práticas, espacialmente referenciadas” colaboram para a organização nessa escala modesta (SOUZA, 2006, p. 317-318).

Em virtude do instrumento escolhido pelo observador, quantitativo e/ou qualitativo, o que é captado ou não do observado sobre as “relações de poder” estabelecidas entre estes dois, observador e observado, fixando-se em uma escala ou a partir dela? Será que também no social, assim como no quântico, há probabilidades e assertivas não tão assertivas? Em que medida combinações entre escalas e instrumentos permitem que algumas coisas imanes apareçam e contribuam para que outras desapareçam ou

fiquem “invisíveis” naquelas relações de poder? As combinações de outros conceitos geográficos com a escala ajudam a desvendar essas “relações de poder” entre observador e observado?

c) Onda e partícula: o debate da simultaneidade (e, e não, ou)

Atinge-se (ou não) o conhecimento escalar na geografia mediante dados quantitativos e/ou informações qualitativas?

Outro aspecto arrebatador de (des)encontros entre geografia e quântica – recordando que já foram expostas as escalas e as “três pedras” da “mecânica quântica” – diz respeito a como considerar onda e partícula nos objetos quânticos.

Dessa imensa questão, recupero tão somente um resumo da discussão feita pelo professor e filósofo Osvaldo Pessoa Jr. (2006, p. 91) abrangendo o “satisfatório” e o “necessário”: “Um pouco mais a posição de Heisenberg seria de que tanto a linguagem corpuscular quanto a linguagem ondulatória seriam satisfatórias para descrever os objetos quânticos, enquanto que Bohr insistia que ambas eram necessárias”.

Nas escalas geográficas, não é raro se enquadrar um determinado trabalho em um de seus tamanhos e/ou níveis, o que dificulta convivências entre elas, sem falar de possíveis interações com outras categorias que são abortadas.

Inúmeras situações ficam restritas, em termos de conceitos, ao isso ou aquilo, e não ao isso e aquilo. Quase sempre há a necessidade de explicar processos que fogem frequentemente aos limites impostos e à seleção prévia de uma única categoria, como a escala, o território, ou outra no terreno da extensão. Ou seja, como exemplo, não haveria casos em um mesmo espaço onde convivem o global e o local, a escala e a rede, ou, em outros termos, escala e plataforma? Não apenas o extenso, mas também o intenso!

d) Força, campo e linhas de força

Estamos jogando no mesmo “campo”, e com quais “forças” e fazendo quais “movimentos”? Subindo e descendo, escalando? Ou também deslizando e flanando, plataformizando?

Com vasta ressonância nas ciências humanas e sociais, em particular na geografia e em filósofos da imanência, forças-campos-movimentos delineiam uma longa trajetória histórica conceitual que contempla também a quântica.

Rovelli (2017, p. 54-55) afirma que: “Newton sabia muito bem que suas equações não descreviam *todas* as forças existentes na natureza. Devia haver outras forças além da gravidade para impelir e atrair os corpos”. Ainda segundo esse físico teórico italiano, a compreensão de outras forças “precisou esperar o século XIX e trouxe duas grandes surpresas”. A primeira é uma única outra força que governa quase todos os fenômenos observáveis, “a que hoje chamamos força ‘eletromagnética’. É essa segunda força que mantém unida a matéria para formar corpos sólidos [...] que faz acender as lâmpadas, que nos permite ouvir rádio etc.”

Retoma-se o cosmólogo brasileiro Novello (2018, p. 99-100) não só para eventual consulta das duas forças da “física clássica”, não relativista e não quântica, chamadas de “forças de longo alcance”, mas também para incluir duas outras forças que operam no mundo microscópico: “forças nucleares fraca e forte”. Tomadas essas quatro forças, a de menor “intensidade” é a gravitacional, seguida pela eletromagnética e pelas forças nucleares fraca e forte. E, de outra maneira, reaparece o macro e o micro com suas forças distintas.

A segunda grande surpresa, mudando o mundo de Newton, decorre de uma transformação que fez nascer a “física moderna e a noção mais importante a ser focalizada para compreender a sequência deste livro: a noção de ‘campo’” (ROVELLI, 2017, p. 55). Para espessar a relevância dessa noção de “campo”, os físicos Bruce Rosenblum e Fred Kuttner (2017, p. 59) dizem: “Hoje, as teorias fundamentais da física são todas formuladas em termos de campos”.

Sendo assim, Rovelli (2017, p. 57) indaga o que é o “campo”:

Faraday imaginou-o formado por faixas de linhas muito finas (infinitamente finas) que preenchem o espaço. Uma gigantesca teia de aranha invisível que preenche tudo ao nosso redor. Deu a essas linhas o nome de “linhas de força”, porque de algum modo são elas que “carregam a força”: transportam a força elétrica e a força magnética como se fossem cabos que atraem e repelem!

As noções de “campo e partícula, separadas por Faraday e Maxwell, acabam convergindo na mecânica quântica” (ROVELLI, 2017, p. 125). Nesses termos, para Rovelli:

A mecânica quântica com seus campos/partículas, oferece hoje uma descrição espetacularmente boa da natureza. O mundo não é feito de campos e partículas, mas de um mesmo tipo de objeto, o campo quântico. Não mais partículas que se movem no espaço com o passar do tempo, porém campos quânticos sem que eventos elementares existam no espaço-tempo, o mundo é curioso, mas simples (p. 127).

Às quatro forças fundamentais e ao “campo” associamos o movimento, nesse quarto aspecto do diálogo entre física e geografia e também com filósofos da imanência. O físico Ben-Dov, que lida com história da ciência e da filosofia da ciência, ao fazer uma retrospectiva do “espaço e movimento”, sintetiza as diferenças entre Galileu, Newton e Aristóteles no tocante a mudança e movimento: “Para Aristóteles, o movimento é uma mudança de lugar e exige sempre uma causa. Para Galileu e Newton, o movimento é em si um estado, e a única mudança que exige uma causa é uma mudança de movimento” (BEN-DOV, 1996, p. 28).

Ou seja, Galileu e Newton não diferenciam o movimento retilíneo uniforme e o repouso (movimento com velocidade nula), ao passo que Aristóteles diferencia totalmente movimento e repouso. Para Einstein, “todo movimento é relativo. O movimento não é, portanto, uma relação entre um corpo e o espaço, (ou o ter), mas unicamente uma relação entre corpos diferentes” (BEN-DOV, 1996, p. 113).

Conforme já se assinalou, força-campo-movimento são retrabalhados nas ciências humanas e sociais e na filosofia da imanência. Nelas, uma das formulações sobre o poder, especialmente a de Foucault, se processa a partir de relações de forças. Na geografia, subespaços como o território também estão referenciados às “relações de poder”, o que nos marcos dos referidos filósofos envolveriam forças – e, quem sabe, a formação de campos no espaço –, recolocando outra discussão para a escala geográfica.

Ao conceituar o território, o professor Marcelo Lopes de Souza (1995, p. 86) inclui: “Outra forma de se abordar a temática da territorialidade, mais abrangente e crítica, pressupõe não propriamente um desolamento entre as dimensões política e cultural da sociedade, mas uma flexibilização da visão de que seja o território”. E qual seria ela, então?

Lopes de Souza (1995, p. 86) afirma que “aqui o território será um *campo de forças*, uma *teia de rede de relações sociais* que, a par de sua complexidade interna, define ao mesmo tempo um *limite*, uma *alteridade*”.

O professor Rogério Haesbaert (1995, p. 173), quando identifica os “padrões” da “sociedade-mundo” propostos pelo geógrafo francês Jacques Lévy, aponta, entre os referidos padrões, “o mundo como campo de forças” sendo um “modelo geopolítico”. Essas duas citações de campo de forças na geografia, com as devidas adaptações ou (dis)torções, compartilham da mesma ideia gerada na física.

A associação campo-linhas de força, efetivada por Faraday, teria influenciado a concepção de Deleuze e Guattari sobre linhas, assim como a do antropólogo Tim Ingold, que também as estuda? A noção de linhas, sem descurar de forças e campo, será importante no repensar das escalas em conjunto com outras categorias geográficas na Plataforma 4^a.

- e) Três conceitos fundamentais da “mecânica quântica”: “emaranhamento”, “sobreposição” e “multiverso”

O penúltimo aspecto de um possível diálogo mais fortalecido entre física e geografia também poderia se valer de três conceitos qualificados na quântica: (a) “emaranhamento” (de partículas a longa distância), por estimular a indagação sobre o “salto escalar” nas escalas geográficas, tendo em vista que esse salto pressupõe uma ordem das escalas, ainda que abra a possibilidade de pulá-la; (b) “sobreposição”, quebrando a lógica binária do 0 e 1: “Um único *qubit* (bit quântico) pode representar uma sobreposição de dois estados, 0 e 1. Um par de *qubits* pode ter quatro estados sobrepostos e três *qubits* cobrem oito estados” (BAKER, 2017, p. 181); e (c) “multiverso”, que entra em contenda com o universo e pode ter parentesco com a proposta do “pluriverso” descolonial.

- f) “Gravidade quântica”

Por último, resume-se uma visão sobre a “gravidade quântica”, que representa, conforme citado, uma pretensão de físicos teóricos de combinarem a relatividade geral à “mecânica quântica”. De uma primeira leitura de Rovelli (2018, 79-98, grifo nosso),

cinco pontos no livro sobressaem para a nossa tese, a saber: “[...] o mundo é uma rede de acontecimentos. Uma coisa é o tempo com suas muitas determinações, outra é o simples fato de que as coisas não ‘são’: elas acontecem”; “Toda a evolução da ciência indica que a melhor gramática para pensar o mundo é a da *mudança*, não a da permanência. Do acontecer, não do ser”; “O mundo não é um conjunto de coisas, é um conjunto de eventos”, e o físico dá como um dos exemplos: “a pedra mais sólida é na verdade uma complexa vibração de campos quânticos [...], antes de desagregar outra vez em poeira”; “Compreendemos o mundo em seu fluxo, não na sua essência”; e “A teoria não descreve como as coisas acontecem no tempo. A teoria descreve como as coisas mudam umas em relação com as outras [...]”.

Em suma, dos trechos grifados, podemos extrair: acontecimentos, mudanças, fluxos e relações; constituindo uma gramática com laços efetivos com filósofos da imanência, em especial com Deleuze e Guattari. Também é muito relevante registrar, desde já, a concepção de “a pedra mais sólida é na verdade uma complexa vibração de campos quânticos” – o que nos permitiria encaminhar, por essa “vibração”, “sólida”, que a pedra não é inanimada e teria uma vida no “reino mineral”?

Cessa a interrupção da Escala 2, e reingressamos nas linhas, as escritas, da Plataforma 1^a, com mais duas criações de Deleuze e Guattari, sendo a que vem a seguir uma das mais apropriadas no e para este trabalho – o que permite ir se notando que, nas plataformas, há mais deslizamentos e flutuações que escalações, predominantes nas escalas.

- *PLATAFORMA 1^a D. Extensão e Intensão. Geografia da intensão como complementaridade a uma geografia da extensão? A escala na extensão – e o que na intensão?*

O par conceitual extensão e intensão ou intensidade perpassa a obra de Deleuze, e Deleuze e Guattari. Subsiste, nessas plataformas primeiras, a controvérsia acerca de as duplas descambarem ou não para dualismos na filosofia de Deleuze e Guattari.

Em aulas de dois cursos ministrados por Deleuze, encontram-se explicações básicas sobre esse par conceitual e indicações de como não consumá-lo como dualista.

No relativo à Espinosa, Deleuze, na aula de 10 de março de 1981, inicia pela “cantidad extensiva”: “Sólo pueden pensarla en lo extenso, en el espacio, bajo las espécies de la

duración. (?) Qué quiere decir eso (?) Quiere decir que la cantidad extensiva es el resultado de una síntesis, que es una síntesis del tiempo”. E o filósofo francês aponta o que a constitui: “La cantidad extensiva está constituída por una síntesis de las partes homogéneas en el tiempo y es en virtud de esta síntesis en el tiempo que puedo medir la magnitud extensiva y decir que ella (mesa) posee tantos metros” (DELEUZE, 2008b, p. 406). Aflora uma combinação entre tempo e espaço nessa quantidade extensiva, o espaço-tempo dos espaços (-, e) tempos.

Já na outra quantidade do par, “la cantidad intensiva se trata de magnitudes no aditivas. Esto quiere decir que no están compuestas de partes homogéneas sin embargo son múltiples”. Ao distingui-la da extensiva, salienta que a intensiva “no es una síntesis del tiempo, es una síntesis del instante” (DELEUZE, 2008b, p. 407). Como exemplo, tem-se o calor, expresso em graus de temperatura. Outro tempo, sim, em outro espaço? Qual? Espaço, e qual Tempo, nos Espaços (-, e) Tempos. Portanto, há espaço-tempo extensivo e espaço intensivo e tempo intensivo – e as múltiplas conexões a serem testadas entre eles em estudos específicos.

Em outra linguagem, geográfica, as duas quantidades nesse curso sobre Espinosa adquirem as seguintes correspondências: a extensiva corresponde à longitude e a intensiva, à latitude.

No outro curso, sobre cinema, realizado dois anos depois (1983), Deleuze pormenoriza em duas aulas, as dos dias 22 de março e 12 de abril, o extenso e o intenso. Para não reproduzir conteúdo já transcrito sobre esse par, a atenção nesse segundo curso está voltada para interações entre as duas quantidades, qualitativamente diferentes, abrangendo espaço, movimento, tempo.

Ao explicar o “movimento extensivo”, Deleuze (2011a, p. 430) considera-o como:

desplazamiento de un cuerpo, que se llamará “móvil”. [...] Cuando considero el movimiento bajo su forma extensiva, como desplazamiento de un cuerpo en el espacio, lo capto o busco captarlo – en efecto, aún no tengo los medios-bajo relaciones que llamaré “relaciones métricas”.

E qual será a medida desse movimento no espaço? “Y por eso el tiempo será llamado, en sentido más general, ‘la medida del movimiento’” (DELEUZE, 2011a, p. 431). Fraciona-se o tempo, ao longo do movimento, segundo intervalos na extensão, ficando, assim, no mínimo, dependente do espaço.

O outro movimento é o intensivo: “La intensidad es un movimiento y evidentemente no es el mismo, no es um desplazamiento en el espacio”. E, então, trata de diferenciá-lo de um deslocamento no espaço. Como? O movimento da intensidade “es una magnitud indivisible que separa del cero un grado cualquiera. Esta es la definición misma de una intensidad” (DELEUZE, 2011a, p. 453).

Nesse movimento, o intensivo, o tempo é outro, completamente diferente: “Tendremos un ‘orden del tiempo’” (DELEUZE, 2011a, p. 453). Outra diferença entre os dois movimentos é a seguinte: “El movimiento intensivo tiene grados, mientras que el movimiento extensivo tiene partes. Un grado no es una parte” (p. 469).

A intensidade é definida por Deleuze por dois aspectos. São eles: “Por un lado su grado, es decir su unidad apreendida en el instante. Por otro, su pluralidad definida como distancia indivisible a cero” (2011a, p. 472). Então, estão expostas as duas características, repetidas para ajudar a desenredarmo-nos da extensão extensa, muito acentuada na escala geográfica, medida em um instante, e sendo não divisível, referenciada ao zero.

Um outro contraste entre os dois movimentos e suas respectivas quantidades, envolvendo espaço e tempo, se dá dessa maneira: “‘Ordenar’ no es lo mismo que ‘medir’. Son dos conceptos diferentes. Se ordenan diferencias o distancias, mientras que para el movimiento extensivo se yuxtaponen partes. No es lo mismo” (DELEUZE, 2011a, p. 472). Ainda que a escala envolva medida e ordenação, no sentido que é dado acima, ela estaria ligada à extensão e sua métrica – e não a uma ordenação em cada instante.

Esse contraste corrobora, ainda, o que distingue a “medição” dos números cardinais (1, 2, 3) daquela “ordenação” dos números ordinais (1º, 2º, 3º). Respectivamente, nas Escalas e nas Plataformas desta tese, estão usadas tal distinção, como uma reafirmação de que as primeiras estão vinculadas à extensão, e pelas segundas passam o intensivo.

Mas como não se trata de dualizar o extenso e o intenso, muito menos de se limitar à extensão, conjugam-se atributos do movimento extensivo e do movimento intensivo. Nos dois cursos, obtêm-se quatro potências do tempo, duas para cada um deles. Assim, cabem ao extensivo: “La primera potencia del tiempo sería el intervalo. La segunda potencia sería el Todo del tiempo”. As outras duas, relativas ao movimento intensivo, são: “La tercera potencia del tiempo es aquella de la que hablamos en este momento

por relación al tempo intensivo. Digo que es el ‘orden del tiempo’, es decir el orden de las diferencias intensivas [...], y el instante, que sería como la cuarta potencia” (DELEUZE, 2011a, p. 473-474).

Retendo um dos traços da filosofia de Deleuze, e Deleuze e Guattari, a interação entre conceitos, o mencionado “instante”, pertinente ao tempo intensivo, remete e está ligado diretamente a outro conceito temporal: *Aion*, “instante sem espessura e sem extensão que subdivide cada presente em passado e futuro, em lugar de presentes vastos e espessos que compreendem, uns em relação aos outros, o futuro e o passado” (DELEUZE, 2009c, p. 169). Já o “em lugar de” é uma referência implícita ao tempo extensivo, *Cronos*, no qual: “Passado, presente e futuro não são três dimensões do tempo; só o presente preenche o tempo, o passado e o futuro são duas dimensões relativas ao presente no tempo” (p. 167).

Se a referida conjugação de atributos dos dois movimentos é feita para o tempo, o mesmo não é feito explicitamente por Deleuze em relação ao espaço. Para tentar também construí-la nesta tese, necessitamos nos mover em outras leituras – e a insinuaremos nas duas últimas Plataformas (4ª e 5ª) –, procurando captar alguns rastros deixados sobre espaços (-, e) tempos pelos filósofos Deleuze, e Deleuze e Guattari.

Ainda no curso sobre cinema, não há como não abrir um parêntese em face de mais uma esplêndida associação tecida por Deleuze, nessa mesma aula da citação anterior, entre extensão e intensão com o conceito de “sublime”, do filósofo alemão Kant (DELEUZE, 2011a, p. 474-480).

Apenas para não deixar passar em branco essa outra possibilidade filosófica, o “sublime matemático” (o céu estrelado) e o “sublime dinâmico” (um vulcão) poderiam ser ligados, respectivamente, pela “dimensão” ao extensivo e pelo “instantâneo” intensivo.

Somos tocados sublimemente por uma perspectiva poderosa para abrir outros “rasgos” na análise do espaço. Em particular, esse “rasgo” que ocorre imediatamente: poderíamos tratar as metrópoles como uma das outras naturezas do “sublime matemático”?

Mais ainda, como os dois “sublimes” estão sendo apequenados pelas expansões e destruições extensivas e intensivas na Terra? No “Terraceno”, não estaria ocorrendo

uma dessublimação pela carbonização extensiva e intensiva do planeta? Um salto nas linhas engata essa temática na Plataforma 4^a.

Pelo (des)encantamento suscitado, dá vontade de se perder nesses “sublimes”, mas é preciso retornar ao alinhamento da tese.

Além desse triplo relacionamento – intensivo-*Aion*-“sublime dinâmico” –, encontram-se em livros de Deleuze, e de Deleuze e Guattari, o mesmo procedimento incluindo outros conceitos – o que reforça a captação contínua de tramas conceituais e de agenciamentos. A seguir, estão alguns exemplos, do conceito de intensivo com outros, grande parte exposta anteriormente, suscitando um estilo de idas e vindas que podem ser vistas como extenuantes ou provocantes:

a) com o corpo sem órgãos (CsO): “É certamente nesse sentido que o corpo sem órgãos ignora e repudia o organismo, ou seja, a organização dos órgãos em extensão, mas forma uma matriz extensiva que se apropria de todos os órgãos em intensidade” (DELEUZE, 2016, p. 26); “O corpo sem órgãos é um corpo afetivo, intensivo, anarquista, que só comporta polos, zonas, limiares e gradientes” (DELEUZE, 2011b, p. 168); “O corpo sem órgãos é a matéria que preenche sempre o espaço neste ou naquele grau de intensidade, e os objetos parciais são esses graus, essas partes intensivas que produzem o real no espaço a partir da matéria como intensidade = 0” (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 414); “Um CsO é feito de tal maneira que ele só pode ser ocupado, povoado por intensidades. [...] Ele é a matéria intensa e não formada, não estratificada, a matriz intensiva, a intensidade = 0, mas nada há de negativo neste zero, não existem intensidades negativas nem contrárias” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 16);

b) com multiplicidade:

Ao contrário das quantidades extensivas, as quantidades intensivas definem-se, portanto, pela diferença envolvente – as distâncias envolvidas – e pelo desigual em si, que dá testemunho de um “resto” natural como matéria de mudança de natureza. Devemos, então, distinguir dois tipos de multiplicidades, como as distâncias e os comprimentos: as multiplicidades implícitas e as explícitas, aquelas cuja métrica varia com a divisão e aquelas que trazem consigo o princípio invariável de sua métrica (DELEUZE, 2009b, p. 335);

Não se perguntará nunca o que um livro quer dizer, significado ou significante, não se buscará nada compreender num livro, perguntar-se-á com o que ele funciona, em conexão com o que ele faz ou não passar intensidades, em que multiplicidades ele se introduz e metamorfoseia a sua, com que corpo sem órgãos ele faz convergir o seu. Um livro existe apenas pelo fora e no fora (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 18);

c) com agenciamento do desejo: “Dizemos que há agenciamento do desejo cada vez que se produz, sobre um campo de imanência ou plano de consistência, *continuums de intensidades, conjugações de consistência, emissões de partículas* de velocidades variáveis” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 114);

d) com plano de imanência e conceitos interligados (e já apresentados): “Um canto se eleva, se aproxima ou se afasta. É o que se passa num plano de imanência: multiplicidades o povoam, singularidades se conectam, processos ou devires se desenvolvem, intensidades sobem ou descem” (DELEUZE, 2013, p. 188).

e) com platôs: em entrevista (1980) feita pela escritora-filósofa francesa Catherine Clément sobre o livro *Mil Platôs*, Deleuze é indagado: “De onde veio essa noção de intensidade que rege o “platô”? Eis a resposta:

Era uma noção muito vivaz na física e na filosofia da Idade Média. Ela foi mais ou menos encoberta pelo privilégio dado às quantidades extensivas e a geometria da extensão. A física, porém, não parou de reencontrar à sua maneira os paradoxos das quantidades intensivas (DELEUZE, 2016, p. 187).

E continua com a matemática, com a biologia e com os “gradientes”. E encerra a resposta assim: “As intensidades são um assunto de modos de vida e de prudência prática experimental. São elas que constituem a vida não orgânica” (DELEUZE, 2016, p. 187-188).

Extrapolando múltiplas combinações entre intensidades e outros conceitos, escreve-se o roteiro de uma encenação da intensidade no cinema: “A imagem é, por definição, uma parada nas intensidades. A imagem é extensão. É quando as intensidades, de uma só vez, transbordam em extensão, se estendem para formar uma cena. É o que se chama uma cena”. E fecha reexplicando: “De modo algum queremos dizer que isso não é levado por intensidades; queremos dizer que quando a imagem se desdobra em extensão, é o sinal de que as intensidades se repousam ou estão bloqueadas” (DELEUZE, 2018, p. 225).

E o que se pode dizer quando se estende o par extensivo-intensivo para a geografia, em particular para a escala? É imprescindível que os cinco conceitos que foram relacionados anteriormente ao intensivo tenham outra mutualidade na extensão, até mesmo porque é crucial para mesclar o intensivo e o extensivo, inclusive para se abrir o que “passa” e marcar o que “bloqueia” as intensidades:

a) corpo sem órgãos, e organismo como regente da hierarquia escalar;

b) multiplicidade, e a totalização fechada a partir da escala global;

c) desejo agenciado, e falta de algo;

d) plano de imanência, e plano de organização; e

e) platô, e escala geográfica. Está se colocando esta na extensão como o contraponto do platô no intensivo; em outros termos, o platô é a escala aplainada intensamente – propondo-se a transição para plataforma.

Retoma-se, então, uma afirmação decisiva para repensar conjuntamente escala e geografia. Não há dúvida: para ambas, pode ser estendida a afirmação de Deleuze sobre o “privilégio dado às quantidades extensivas e à geometria da extensão” (DELEUZE, 2016, p. 187). Em outros termos, a geografia da extensão tem a escala geográfica como um de seus conceitos extensivos.

Diante desse “privilégio” conferido ao extensivo, como se poderia, ou se se deveria, trabalhar as intensidades na geografia? Esse trabalho requer uma guinada no espaço e no tempo, não se podendo eleger apenas o espaço como categoria essencial da geografia, muito menos também somente manter o tempo a ela subordinado mediante um hífen – espaço-tempo – ou ensaiar uma fusão mediante a junção espaço-tempo.

Então, será que quando escrevemos espaço-tempo não estamos valorizando apenas o espaço na métrica da extensão e considerando o tempo como cronologia? Quando o “tempo sai dos gonzo”, o instante enquanto uma das “potências do tempo” significaria ou não uma negação do espaço? Ou uma desvalorização? Mais uma vez, é possível pular para a geoanálise na Plataforma 4^a; é possível que já se tenham recursos computacionais para fazer essas conexões também textuais – com *links* adequados.

Assim, espaços (-, e) tempos, a serem trabalhados na referida Plataforma, não há, com o “passar do tempo”, como não insistir na hegemonia de um exclusivismo de um tempo

cronológico ou de só se hifenizar espaço-tempo, ou de separar espaço e tempo, ou ainda de torná-los uma coisa só, fundindo-os: espaçotempo. Mas, quase sempre, nas análises pontifica o espaço associado ao tempo... cronológico, da evolução sequencial passado-presente-futuro.

Persiste a lacuna, portanto, do espaço intensivo, ao não aparecer explicitamente associado ao platô, à plataforma, ao tempo intensivo, não mediante hífen, espaço-tempo, mas a *Aion*, tempo esse que sai dos gonzos, sai daquelas dobraduras das portas de abrir e fechar, ao espaço, ao tempo, ou ao espaço e aos tempos, dando, então, espaços (-, e) tempos conjugados na extensão e na intensão. Apesar da lacuna, a ser preenchida, sigamos com as plataformas em Deleuze.

- *PLATAFORMA 1ª E. Representação e Diferença e Multiplicidade: como situar a escala?*

Tanto em *Diferença e Repetição* (2009b) quanto em *Lógica do Sentido* (2009c), Deleuze elabora uma daquelas de suas questões propulsoras, respectivamente, visando romper com uma das referências centrais da filosofia grega hegemônica:

A tarefa da filosofia moderna foi definida: subversão do platonismo. Que esta subversão conserve muitas características platônicas, isto não só é inevitável, como desejável. É verdade que o platonismo já representa a subordinação da diferença às potências do Uno, do Análogo, do Semelhante e mesmo do Negativo (DELEUZE, 2009b, p. 97).

E, no segundo livro, a questão reaparece em outros termos: “Que significa ‘reversão do platonismo’? Nietzsche assim define a tarefa de sua filosofia ou mais geralmente a tarefa da filosofia do futuro. Parece que a fórmula quer dizer: a abolição do mundo das essências e das aparências” (DELEUZE, 2009c, p. 259).

Para se assimilar a “subversão” ou a “reversão” do “platonismo”, extrai-se dessas mesmas obras uma versão ligeira da filosofia platônica. Obviamente, essa visão se atém a relevar o que está revertido ou subvertido, especialmente os fundamentos da representação em Platão.

Ao mesmo tempo, como Deleuze afirma a diferença, ambas, representação e diferença, alavancam movimentos promotores de mudanças na geografia e no debate da escala

instituídas, em especial modelos, cópias, simulacros e representações imperativos. Poder-se-ia dizer que floresce a geografia da diferença ao lado da geografia da extensão representada ou representativa? Ou da unidade ou da multiplicidade?

Prosseguindo com Deleuze (2009c, p. 259), especificamente no apêndice “Platão e o simulacro”: “Em termos muito gerais, consta que a teoria das Ideias compartilha de uma vontade de selecionar, de filtrar. Trata-se de fazer a diferença. Distinguir a ‘coisa’ mesma e suas imagens, o original e a cópia, o modelo e o simulacro”.

Para se “fazer a diferença”, conforme está na citação anterior, no entanto, “a representação deixa escapar o mundo afirmado da diferença. A representação tem apenas um centro, uma perspectiva única e fugidia e, portanto, uma falsa profundidade; ela mediatiza tudo, mas não mobiliza nem move nada” (DELEUZE, 2009b, p. 93).

Uma “deformação” da representação movimenta, em centros pluralizados, “o movimento, por sua vez, implica uma pluralidade de centros, uma superposição de expectativas, uma imbricação de pontos de vista, uma coexistência de momentos que deformam essencialmente a representação [...]” (DELEUZE, 2009b, p. 93).

Referindo-se à influência de Nietzsche, Deleuze (2008a, p. 325) nos leva a frisar a interação com o penúltimo tópico desta Plataforma 1ª: “não troquem as intensidades por representações”. Aquela mudança de “interesse” efetuada na “profundidade-altura” para a “intensidade”, no primeiro tópico, ganha em intensidade.

Ao salientar que o “projeto platônico só aparece quando nos reportamos ao método da divisão”, o filósofo francês diz que se objetiva “[...] mais profundamente, selecionar linhagens: distinguir os pretendentes, distinguir o puro e o impuro, o autêntico e o inautêntico” (DELEUZE, 2009c, p. 260).

Evidenciando o espectro que conforma o “motivo platônico”, Deleuze (2009c, p. 262) inclui “a essência e a aparência, o inteligível e o sensível, a Ideia e a imagem, o original e a cópia, o modelo e o simulacro”. Como essas expressões não se equivalem em seus significados, há uma distinção no âmbito das imagens. Então, *cópias* e *simulacros*, em relação à *Ideia* una, variam assim: “As *cópias* são possuidoras em segundo lugar, pretendentes bem fundados, garantidos pelas semelhanças; os *simulacros* são como os falsos pretendentes, construídos a partir de uma dissimilitude, implicando uma perversão, um desvio essenciais” (DELEUZE, 2009c, p. 262).

O simulacro é assumido por Deleuze, naquele momento de elaboração das suas duas teses sobre filosofia na história, não como “uma simples imitação, mas sobretudo o ato pelo qual a própria ideia de um modelo ou de uma posição privilegiada é contestada, subvertida” (DELEUZE, 2009b, p. 109).

De pronto, isso revela o que nutre uma prática rotineira em nossos trabalhos: a busca de uma máxima fidelidade à “realidade”, representada na pretensão de reproduzi-la enquanto tal, decalcando-a, se possível. Trata-se, seguindo essa derivação do “método platônico” da divisão, muitas vezes com atualizações, de estabelecer uma sintonia fina do “sujeito” com o “objeto” mediante o “puro”, o “autêntico” – quando muito a “cópia”, mas temendo o “simulacro”.

Assim, por exemplo, o “modelo”, a partir da Ideia, deve captar o “real” tanto mais quanto puder e conseguir, e couber, para se tentar conformá-lo como um “bom pretendente” na e da explicação da realidade. E isso é tentado por meio de computadores adequados a processarem um número crescente de variáveis e de correlações. Talvez a pretensão seja a de modelar a realidade, tornando-a modelo do modelo.

Pode-se imaginar a escala geográfica, de acordo com esses traços da filosofia platônica, como “Ideia” representada em uma das muitas “divisões” na e da natureza. Se for adotada como presumível “decalque” da realidade, procurar-se-ia ver em que medida ela se aproxima de uma “cópia” (bem feita), valendo-se de dados, de indicadores que a elevem ou a decaiam. Já se for tida como uma “construção”, a escala, diferentemente do decalcar, pretende carimbar a realidade, dividindo-a da melhor forma – sempre com dados e indicadores, muitas vezes próximos daqueles que são tidos como decalques. No fundo, repõe o debate sobre a escala como epistemologia ou ontologia, conforme visto na Escala 1.

Voltando à questão inicial deste último tópico, “reverter o platonismo significa então: fazer subir os simulacros, afirmar seus direitos entre os ícones ou as cópias. O problema não concerne mais à distinção Essência – Aparência, ou Modelo – Cópia. Esta distinção opera no mundo da representação; trata-se de introduzir a subversão neste mundo, ‘crepúsculo dos ídolos’”. E Deleuze (2009c, p. 267) acrescenta, em relação ao simulacro: “O simulacro não é uma cópia degradada, ele encerra uma potência positiva que nega tanto *o original como a cópia, tanto o modelo como a reprodução*”.

Com outros dizeres: “Subverter o platonismo significa o seguinte: recusar o primado de um original sobre a cópia, de um modelo sobre a imagem. Glorificar o reino dos simulacros e dos reflexos” (DELEUZE, 2009b, p. 106).

Apesar de ter glorificado o “reino dos simulacros e dos reflexos”, Deleuze, posteriormente, destrona-o, o que não é incomum, conforme mudanças já relatadas; entre as que foram explicitadas nesta Plataforma, e que conseguimos notar, por serem relevantes para o presente trabalho, está a efetuada na “geografia do pensamento”.

Em “carta-prefácio”, revelada em 1993, no livro do importante filósofo (vivo) francês Jean-Clet Martin, *Variations: la philosophie de Gilles Deleuze*, o autor estudado não só “abandona” como deprecia o conceito platônico.

Isso se dá na quarta das seis “respostas” contidas na mencionada carta de Deleuze (2016, p. 384):

Você vê muito bem a importância, para mim, da noção de multiplicidade: é o essencial. E, como você diz, multiplicidade e singularidade estão essencialmente ligadas (sendo que “singularidade” é, a uma só vez, diferente de “universal” e de “individual”). “Rizoma” é a melhor palavra para designar as multiplicidades.

E, ao final dessas respostas, além de explicitar o “abandono”, as multiplicidades estão “consagradas”, usando ainda linguajar religioso, ressaltando-se a renitente combinação de conceitos. “Em contrapartida, parece-me que abandonei completamente a noção de simulacro, que não vale grande coisa. Finalmente, é *Mil Platôs* que se consagra às multiplicidades por elas mesmas (devires, linhas etc.)” (DELEUZE, 2016, p. 384).

Passemos, então, ao *Mil Platôs*, notadamente pela relevância da interação entre multiplicidade e rizoma – o que, agora, nos lança em o EMBALANDO A TESE. É um trança-trança estonteante.

Logo na “Introdução: Rizoma”, encontra-se o “Princípio de Multiplicidade” como sendo a terceira das seis “características aproximativas” do rizoma – lembrando-se que, na carta acima, “é a melhor palavra para designar multiplicidades”.

Estão entre os aspectos pinçados do texto sobre esse “princípio” de multiplicidade: a) “quando o múltiplo é efetivamente tratado como substantivo, multiplicidade, que ele não tem mais nenhuma relação com o uno como sujeito ou como objeto, como realidade

natural ou espiritual, como imagem e mundo”; b) “são rizomáticas e denunciam pseudo multiplicidades arborescentes”; c) “não tem sujeito nem objeto, mas somente determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que mude de natureza (as leis de combinação crescem então com a multiplicidade)”; d) “Não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, numa raiz. Existem somente linhas” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 23-24). E as linhas são alinhavadas na geonálise: eis o agenciamento rizoma-multiplicidade-linhas....

Poder-se-ia incluir as escalas geográficas entre as “pseudomultiplicidades arborescentes”? Outra perspectiva para retratá-las poderia decorrer de sua inserção em uma das linhas? Afirmativamente, é o que se procura delinear como exercício, a fim de não negar a escala e também para não afirmá-la única e disjuntivamente em uma geografia da extensão.

Retoma-se a interação entre multiplicidade e rizoma invertendo a ordem de referência desses dois conceitos, ou seja, sob o rizoma. Em 1987, sete anos após o lançamento de *Mil Platôs*, no “Prefácio à Edição Italiana”, a multiplicidade está explícita entre os sete “princípios característicos” concernentes “a seu modelo de realização, o rizoma por oposição ao modelo da árvore” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 10).

Outro “princípio característico”, o quarto, a ser retomado adiante, é o atinente “a seus espaços-tempos, que são espaços e tempos *livres*”; e o último: “aos vetores que as atravessam (multiplicidades), e que constituem *territórios* e graus de *desterritorialização*” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 10). Território e desterritorialização estão na Plataforma 2ª, no pula-pula entre escala e plataforma, ou na gangorra entre elas, preferencialmente quando fica na horizontal.

Uma das distinções entre multiplicidades arborescentes e multiplicidades rizomáticas está expressa (na psicanálise) mediante a correspondência, respectivamente, com as extensivas e intensivas.

No tocante às multiplicidades extensivas: “divisíveis e molares; unificáveis, totalizáveis; conscientes ou pré-conscientes”. E com as intensivas:

libidinais inconscientes, moleculares, intensivas, constituídas de partículas que não se dividem ao mudar de natureza, distâncias que não variam sem entrar em outra multiplicidade, que não param de fazer-se e desfazer-se, comunicando, passando umas nas outras no interior de um limiar, ou além ou aquém (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 60).

Nota-se tanto a ampliação da malha conceitual das multiplicidades, para contemplar também o molar e o molecular, quanto a qualificação delas em extensiva e intensiva – o que dialoga perfeitamente com o tópico D, anterior.

Esse contínuo alastramento e alongamento conceitual, no caso os das multiplicidades, se verifica também em escritos antecedentes a *Mil Platôs*. Deleuze e Parnet (1998, p. 153) prescreviam um deles: “O que chamamos de agenciamento é precisamente uma multiplicidade”.

Nos cinco tópicos anteriores da Plataforma 1ª com Escala 2, foram feitas transposições de conceitos da filosofia de Deleuze, e de Deleuze e Guattari, para a escala na geografia, revolvida na Escala 1, procurando-se nutrir e estimular (des)encontros entre elas.

Em específico, insere-se a escala em uma geografia da extensão. Segue em aberto como tratar na intensão, preconizando tempos correspondentes.

Algumas questões levantadas dizem respeito à pertinência dessas transposições, de desdobramentos delas e entre elas, especialmente por se tratar de uma filosofia e de uma ciência, sem falar do “mudei” conceitual que aqueles filósofos explicitaram. Procura-se sustentar que o convívio entre filosofia e ciência, no terceiro tópico, poderia estar fortalecido, tendo em vista as especificidades da ciência geografia diante daquelas consideradas em *O que é a filosofia?*. Nesse sentido, foi feita uma interrupção na Plataforma 1ª com Escala 2, a fim de mostrar a pertinência do debate escalar na ciência e na filosofia e também os seus termos, tentando abrir frestas para diálogos entre e com a geografia.

PLATAFORMA 2ª COM ESCALA 3

Imanência – Terra – Natureza em Espinosa e em Nietzsche e em Deleuze e Guattari, Movimentos de Territorialização e Desterritorialização e Reterritorialização e Reescalamento

Para continuar a busca de ferramentas na filosofia de Deleuze, e de Deleuze e Guattari, além de ser importante manter acesos desafios sobre a escala já registrados – tais como o “uno” definidor do nível e da medida em cada escala, por exemplo no local, no global; o marcador do “relacional” entre elas –, três outros desafios não podem estar dissociados dos demais.

O primeiro deles é a continuidade da crítica à concepção antropocêntrica da escala. Pela sua nefasta relevância em epistemologias e em práxis, ambas muitas vezes propagandeadas como “progressistas”, transpassará esta Plataforma.

Outro desafio constatado no repensar da escala é o chamado reescalamento, notadamente do Estado no neoliberalismo, difundido a partir da matriz escalar anglo-saxônica. Pode-se ou deve-se apreciá-lo em interação com os movimentos do território, abrangendo o tripé territorialização, reterritorialização e desterritorialização, em Deleuze e Guattari. Assim como a escala não deveria ser fixada em si mesma, o reescalamento é tido como isolado enquanto tal na geografia anglo-saxônica.

Ambos, o escalar e o reescalamento, estão ou devem estar escalados para um jogo movimentado com pelo menos mais um jogador, que frequentemente foge (ou tenta fugir) dos “campos” escalares, e que poderia ser chamado de desescalarização. Em afinidade com a desterritorialização, poder-se-ia, então, englobá-la no jogo de um movimento escalar, abrangendo escalar, reescalar e desescalar, análoga e simetricamente ao referido tripé do movimento do território.

O terceiro desafio, mas não menos transversal em relação aos demais desta tese, provém da proposta de inscrever a escala em um “plano de organização”, na extensão, resultando na reafirmação de suas características, entre elas: unidade; sequencialidade previsível; mensuração na extensão; verificação da ocorrência ou não de critérios transcendentais para carimbar algo como local e/ou global ou negar algo como regional.

Diante desses três desafios, a caixa de ferramentas da filosofia da imanência continua aberta. O propósito é encontrar instrumentos que nos habilitem a achar saídas das

transcendências, das essências, do plano de organização, da extensão – sem desvirtuá-los em negações, em exclusões, em contraposições estéreis.

Ao mesmo tempo que vão sendo mais bem desaparafusadas ou consertadas as cinco criações de Deleuze e Guattari expostas na Plataforma 1ª, anterior a esta, brotam múltiplos fios exuberantes, (re)mexendo na (des)ordem das Escalas e das Plataformas, fortalecendo desafios cruzados, (des)encadeando, (des)ligando, (des)concatenando, (des)orientando, (des)velando, (des)bloqueando... (des)esperando; mas com força, potência, afetos alegres que dão vida às ferramentas conceituais que lutam com os males de outra caixa: a de Pandora – apesar da esperança de que se pode e deve mudar.

São principalmente os três desafios – o antropocentrismo na escala; o reescalonamento e as distinções do processo de desterritorialização; e a escala organizada no extenso – que movimentam a Plataforma 2ª, vindoura, nas ligações da Imanência com a Terra, e os contínuos processos de desreterritorialização que nela ocorrem, e as “paradas” na Escala 3.

- *PLATAFORMA 2ª A – Terra – Natureza: Potência (e Vontade de) – Ato e Limites, Partições e Distribuições da terra*

O fio-linha irradiador é a imanência, diante da transcendência, o movimento do “território”, e para além dele, e a intensificação de possibilidades de outras escalas, de escalações, ambas em movimentos.

As (des)apropriações de Espinosa e Nietzsche em Deleuze e Guattari reflorescem e revigoram, na imanência, uma ancoragem no planeta Terra, uma naturalização não humanizada da Natureza.

Espinosa poliu “lentes”, uma das “próteses” possibilitadoras de revisões da Terra. Mas o que chamaríamos das “lentes naturais” da sua filosofia poderiam ter propiciado, faz 500 anos, uma outra concepção de Terra-Natureza, viva, alegre.

Sobre a imanência, Deleuze (2018a, p. 383), em resposta à carta do filósofo Jean-Clet Martin, refere-se às “operações” instauradoras dela: “uma imanência radical é um traçado de imanência – donde o entrelace essencial com a *Terra*”.

Ainda que não haja na carta especificações sobre essas “operações”, particularmente acerca do “traçado da imanência”, para que se possa melhor apreender o significado desse “entrelace essencial (da imanência) com a *Terra*”, pode-se depreender uma sintonia da relação entre imanência e *Terra*, relançando-nos na primeira criação da Plataforma 1ª, na qual já se transita pela imanência.

Quando abordam “O Plano de Imanência”, Deleuze e Guattari (1992, p. 66) expõem o que os leva a chamar Espinosa de “o príncipe dos filósofos”: “Talvez o único a não ter aceito nenhum compromisso com a transcendência, a tê-la expulso de todos os lugares”.

Na primeira parte de *Ética*, “Deus”, Spinoza (2009, p. 35) apresenta a compreensão de “natureza naturante”: “o que existe em si mesmo e por si mesmo é concebido, ou seja, aqueles atributos da substância que exprimem uma essência eterna e infinita [...] Deus, é considerado como causa livre”. E também de “natureza naturada”:

tudo o que se segue da necessidade da natureza de Deus, ou seja, de cada um dos atributos de Deus, isto é, todos os modos dos atributos de Deus, enquanto considerados como coisas que existem em Deus, e que, sem Deus, não podem existir nem ser concebidas.

Mas Deus não poderia nos encaminhar à transcendência? Não. Por quê?

Em meados do século XVII, concebia “Deus ou natureza”: “a natureza não age em função de um fim, pois o ente eterno e infinito que chamamos Deus ou natureza age pela mesma necessidade pela qual existe” (SPINOZA, 2009, p. 156, grifo nosso). É, portanto, uma das afirmações da imanência Deus-natureza. Diz Deleuze (2008b, p. 27): “Dios está en el mundo, el mundo está en Dios”.

Há quase cinco séculos, Espinosa também negava o “homem” na natureza como equivalente a um “império em um império”: “Ou melhor, parecem conceber o homem na natureza como um império num império”. O que esse “império” atribuído ao homem significava, repita-se, há 500 anos, para a natureza: “Pois acreditam que, em vez de seguir a ordem da natureza, o homem a perturba, que ele tem uma potência absoluta sobre suas próprias ações, e que não é determinado por nada mais além de si próprio” (SPINOZA, 2009, p. 97). Essa “potência absoluta” do homem, atuando cumulativa e crescentemente há séculos, destruiu aquela Terra de outrora.

Hoje, estamos a repetir Espinosa, quando coloca devidamente o “homem” como parte da natureza e a interação com “outros indivíduos”: “Padecemos à medida que somos

parte da natureza, parte que não pode ser concebida por si mesma, sem as demais” (SPINOZA, 2009, p. 160); e: “somos uma parte da natureza, a qual não pode ser concebida por si só, sem os outros indivíduos” (p. 204). Nas disputas de e entre forças das verdades filosóficas de então, Espinosa saiu-se derrotado pela afirmação e disseminação da filosofia cartesiana.

E, com essa derrota filosófica, as relações na Natureza, apesar de já estarem postas, continuaram a ser negadas, “al definir las cosas, los seres, los entes” como “sistema de relaciones, es decir, lo contrario de una sustancia” (DELEUZE, 2008b, p. 141). E complementa: “sus relaciones no cesan de pasar unas en otras, es decir de decomponerse y de recomponerse” (p. 142). Esse “passar” umas nas outras pretende driblar dicotomias, já que nas relações entre “coisas” há, simultaneamente, composição, recomposição e decomposição – o que pode de alguma forma se aproximar da territorialização, da desterritorialização e da reterritorialização em Deleuze e Guattari.

É inescapável assinalar que a escala é construída “do” homem, “pelo” homem e “para” o homem, violentando a natureza, desescalando literalmente todos os demais “indivíduos”. Dessa forma, foram e continuam sendo dizimados “escalas”, “redes”, “corredores”: das formigas e dos leões, passando pelas águias; dos lírios do campo e da Amazônia, passando pelos bosques; e dos mares, dos ares... Um “império” que foi e continua sendo destroçado por um pretense “império” da produção de mortes – necrofilia se estendendo, e se amplificando, em terra, água e ar.

Ética não é apenas um título do livro de Espinosa. Para Deleuze (2008b, p. 113), diferenciando-a de uma ontologia, “la ética es el estatuto do existente o del ente, la ontologia es el estatuto del ser. Y bien, el estatuto del ente em la ontologia de Spinoza es doble”. O primeiro componente abrange uma “distinción cuantitativa entre los entes desde el punto de vista de la potencia: os entes son graus de potencia”. O segundo componente da ontologia espinosana diz respeito à “distinción qualitativa entre los modos de existência”, desde o ponto de vista dos afetos.

Antes de passarmos para resumir os conceitos de potência e de afetos, e suas inter-relações, vejamos o que constitui basicamente o “corpo” (“coisa”, “indivíduo”, “ente”) em Espinosa.

Ao tratar, na segunda parte de *Ética*, de “A natureza e a origem da mente”, o filósofo por excelência da imanência expõe algumas “premissas sobre a natureza dos corpos”.

Começamos por duas delas, mais aderentes à distinção quantitativa citada: “Todos os corpos estão em movimento ou em repouso” e “Todo corpo se move ora mais lentamente, ora mais velozmente”. Assim, a distinção dos corpos entre si se dá “pelo movimento e pelo repouso, pela velocidade e pela lentidão, e não pela substância” (SPINOZA, 2009, p. 62).

Quanto à distinção qualitativa entre os corpos: “Todas as maneiras pelas quais um corpo qualquer é afetado por outro seguem-se da natureza do corpo afetado e, ao mesmo tempo, da natureza do corpo que o afeta” (SPINOZA, 2009, p. 62).

Em relação ao “corpo humano”, um dos “postulados” afirma que: “O corpo humano compõe-se de muitos indivíduos de natureza diferente, cada um dos quais é também altamente composto”; além de: “O corpo humano pode mover e arranjar os corpos exteriores de muitas maneiras” (SPINOZA, 2009, p. 66).

Ao se apropriar da concepção de Espinosa, Deleuze (2002, p. 132) sintetiza assim a definição de corpo, iniciando pelo “nem”: “Em suma: se somos espinosistas não definiremos algo nem por sua forma, nem por seus órgãos e suas funções, nem como substância ou como sujeito”.

Logo adiante, valendo-se da *longitude* e da *latitude*, “termos da geografia” convertidos, o corpo é afirmado: “Entendemos por longitude de um corpo qualquer (o) conjunto das relações de velocidade e lentidão, de repouso e de movimento, entre partículas que o compõem desse ponto de vista, isto é, entre *elementos não formados*”. E, por latitude, “o conjunto dos afetos que preenchem um corpo a cada momento, isto é, os estados intensivos de uma força anônima” (força de existir, poder de ser afetado). Combinando-as, têm-se a “cartografia de um corpo”, a constituição da “Natureza”, o plano de imanência (DELEUZE, 2002, p. 132-133).

Nos termos de Espinosa, a escala não é um corpo, mas um “ente da razão”. Em face do entendimento dos movimentos e velocidades dos corpos, as escalas estão permanentemente esburacadas, quando não erodidas ou até mesmo arrombadas. Fica cada vez mais difícil delimitar e conformar o local, o regional, entre outros, posto que as funções se esgarçam e as formas ficam disformes nas idas e vindas dos processos de toda natureza. Toda ideia de fixidez, rigidez se esboroa diante dos ritmos e das intensidades dos múltiplos deslocamentos e das derivações corporais.

Um dos principais traços do repensar escalar, de acordo com a Escala 1, foi a tônica nas relações entre escalas como superação do isolacionismo em cada nível, chegando-se à multiescalaridade, entre outras designações questionáveis, conforme visto anteriormente. Mas, assumindo-se esse entendimento de corpo, abrangendo movimento e repouso, velocidade e lentidão, afetos ou, em outros termos, a latitude e a longitude de corpos em relações, parece perder sentido falar de relação entre escalas quando, diferentemente, nessa visão as relações são travadas entre corpos. Portanto, não basta passar para relações sem caracterizá-las para além do escalar.

Pela sua importância, reforça-se sinteticamente o entendimento de corpo em Espinosa. Segundo Deleuze (2008b, p. 471), ao final do curso sobre esse filósofo:

Spinoza tiene dos definiciones de cuerpo: una definición cinética e una dinámica. La definición cinética sería – se la desprenderiera en estado puro –: todo cuerpo se define por una relación de movimiento y de reposo. La definición dinámica sería: todo cuerpo se define por un cierto poder de ser afectado.

A continuidade de um outro repensar da escala na geografia poderia escalar dois outros conceitos em Espinosa: potência e afetos, e sua imbricação, ambos trabalhados na terceira parte de *Ética*.

O primeiro conceito é caracterizado assim: “a potência de uma coisa qualquer, ou seja, o esforço pelo qual, quer sozinha, quer em conjunto com outras, ela age ou se esforça por agir, [...] a potência ou o esforço pelo qual ela se esforça por perseverar em seu ser, nada mais é do que sua essência dada ou atual” (SPINOZA, 2009, p. 105).

Assim como a ontologia do ser passa a uma ética dos modos de existência, em Espinosa a potência é que confere essência aos corpos.

Dada a relevância desse conceito de potência, com implicação potente para (des)(re)escalonar, é importante apresentar as duas “proposições” de Espinosa que o potencializam: “Cada coisa esforça-se, tanto quanto está em si, por perseverar em seu ser”; e “O esforço pelo qual cada coisa se esforça por perseverar em seu ser nada mais é do que sua essência” (SPINOZA, 2009, p. 105).

Outro entendimento é explanado por Deleuze (2008b, p. 101):

entre paréntesis, es por eso que no me gusta mucho el *conatus*, el esfuerzo, que de hecho no traduce, me parece, el pensamiento de Spinoza. Pues lo que él llama un esfuerzo por perseverar en el ser es el hecho de que efectúo mi potencia a cada instante tanto como está em mí. De fecho, no es un esfuerzo... Me parece.

Reconhecendo essa íntima relação da potência com o esforço em Espinosa, ela, a potência, também é essencial para tal filósofo marcar a essência de uma coisa – em sua imanência. Apesar de cada coisa estar dotada de uma potência, “entretanto, seja ela mais perfeita ou menos perfeita, sempre poderá perseverar no existir, com a mesma força com que começa a existir, razão pela qual, sob esse aspecto, todas as coisas são iguais” (SPINOZA, 2009, p. 158). Decorre, então, que a potência, ao mesmo tempo que propicia a igualdade entre coisas, diferencia-as, na medida em que elas têm potências diferentes – mostrando como se compõem igualdade e diferença na imanência da Terra-natureza. Fica desfeita uma tentativa de imprimir uma igualdade falseadora na Terra.

A *Ética* passa também por outra relação carnal, entre potência e desejo.

O desejo é a própria essência do homem, [...] o esforço pelo qual o homem se esforça por perseverar em seu ser. Por isso, o desejo que surge da alegria é estimulado ou aumentado pelo próprio afeto de alegria. Em troca, o afeto que surge da tristeza é diminuído ou refreado pelo próprio afeto de tristeza (SPINOZA, 2009, p. 168).

E esse ponto do desejo toca direta e acentuadamente na filosofia de Deleuze e Guattari.

A essência manifesta na potência, ambas expressas em esforço e desejo, tem que se manifestar em “atos”, e não em potenciais disso ou daquilo, realizáveis ou não: “Ninguém pode desejar ser feliz, agir e viver bem sem, ao mesmo tempo, desejar ser, agir e viver, isto é, existir em ato” (SPINOZA, 2009, p. 171). Portanto, não se deve optar pelo culto ao potencial de algo que não se realiza em ato – tão ao gosto de um recorrente “futuro do Brasil”.

De acordo com Deleuze (2008b, p. 76), “yo no definiría algo por su esencia, por lo que es, sino por esta definición bárbara, su *possest*: lo que puede. Al pie de la letra, ‘do que puede em acto’”. E segue a aula: “Quiere decir que las cosas son potencias”.

A tradução em ato da essência, mediante a potência, não pode ser obliterada e contida em uma escala geográfica única, o que significaria aprisionar as coisas, enquadrando-as e confinando-as em uma escala, como se estivessem dotadas de uma mesma potência; todas estão dotadas de potência – mas elas são desiguais, não podendo unificar todas como sendo, por exemplo, regionais.

Ao abordar o significado do (des)igual, Deleuze (2008b, p. 109), calcado na potência, reafirma que: “Todo ente efectúa su ser tanto como está en él. Un punto es todo. Es el pensamiento anti-jerárquico absoluto”. E exemplifica que “desde el punto de vista del ser, la piedra, el insensato, el razonable, el animal valen lo mismo. Cada uno es tanto como está en él. Y el ser se dice en un solo y mismo sentido de la piedra, del hombre, del loco, del razonable etc. es una idea muy bela”.

Já nas escalas geográficas, a hierarquia é constitutiva da ordem (de)crescente entre elas, confirmando desigualdades de tamanho e de nível criadas impositivamente pela razão – impulsionando poderes de subordinação na trama escalar.

Relembra-se: em Espinosa há coisas, todas com potência, ainda que em uma escala diferenciada, e que as afecções – afetos, principalmente – efetuam as potências em uma ética dos “modos de existência”. Segundo Deleuze (2008b, p. 111): “la jerarquia implica una diferencia en el juicio, y el juicio se hace en nombre de una superioridade de lo Uno. Se puede juzgar al ser precisamente porque hay una instancia superior al ser”.

Julga-se se algo é global, regional, local a partir de diferenças engendradas entre níveis. Cada escala é unificadora de uma porção do espaço com coisas que não são unificáveis, sufocando a manifestação de uma pluralidade de atos marcadores de espaços que não podem ser solapados por uma escala.

Repondo que há uma diferença qualitativa e quantitativa em Espinosa, potência e modos de existência, Deleuze (2008b, p. 112) argumenta que essa

diferencia no es jerárquica. Seguramente ellos hablan a menudo como si hubiera una jerarquia. Dirán: “Evidentemente el hombre razonable vale más que el hombre malvado”? En qué sentido y por qué? No es por razones de jerarquia, es por razones de potencia y de efectución de potencia.

Por afeto, Spinoza (2009, p. 98) compreende e o liga à potência: “Por afeto compreendo as afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções”. E “por afecção

da essência humana, compreendemos qualquer estado dessa essência, quer seja inato ou adquirido, quer seja concebido apenas pelo atributo do pensamento ou apenas pelo da extensão, quer, enfim, esteja referido, ao mesmo tempo, a ambos os atributos” (SPINOZA, 2009, p. 141).

Da ligação afeto-potência, lembrando que “la potencia está siempre en acto, es sempre efectuada”, decorre: “Los afectos son las efectuaciones de la potencia, es decir, lo que experimento en acciones, en pasiones. Es eso lo que efectúa mi potencia a cada momento” (DELEUZE, 2008b, p. 101).

Em se tratando de afetos do “homem”, sendo qualificados quase cinquenta deles, “fica claro que todos eles provêm do desejo, da alegria ou da tristeza, ou melhor, que não são senão estes três afetos, designados habitualmente por nomes diferentes, em função de suas diferentes relações e denominações extrínsecas” (SPINOZA, 2009, p. 151). Em outros termos, Spinoza reitera as relações entre afetos: “Ora, todos os afetos estão relacionados à alegria, à tristeza ou ao desejo [...], e o desejo [...] não é senão o próprio esforço por agir” (p. 190).

Sem enveredarmos pela atraente “origem e natureza” dos afetos, tomemos, das três matrizes, a alegria e a tristeza, já que o desejo foi considerado anteriormente. Então: “A alegria é a passagem do homem de uma perfeição menor para uma maior”; e, contrariamente: “A tristeza é a passagem do homem de uma perfeição maior para uma perfeição menor” (SPINOZA, 2009, p. 141). Em ambas, alegria e tristeza, ressalte-se a “passagem” propiciada decisivamente pela afecção.

De maneira afetiva, segundo Deleuze (2008b, p. 297), afecções e afetos são definidos separadamente, e em seguida estabelecida a mútua afetação. Em uma primeira citação sua: “Los *affectio* son la idea – o la percepción, es lo mismo – de la impresión de un cuerpo exterior sobre el mío. A cada instante tengo afecciones, sólo que, desde que giro la cabeza, mi afección cambia. Entonces, la afección es siempre el corte instantáneo”.

Na outra citação, afecção e afeto, e a relação entre eles, está assim:

¿Qué es el afecto, el *affectus*? [...] Mi potencia se efectúa bajo a través de las afecciones que experimento en tal o cual momento. [...] Y lo que Spinoza llama afecto, a diferencia de afecção, es el aumento ou la disminución, el dicere la pasaje. El afecto es el pasaje de una afección a outra, pero no es una afección (DELEUZE, 2008b, p. 297-298).

A combinação afecções-afetos poderia levar a outra consideração de “impactos” da e na Terra-Natureza, em particular nas escalas, ou melhor, nas “áreas de influência” de um dado projeto e as repercussões nas “alegrias e tristezas”, bem como nas múltiplas potências das coisas e seus corpos – aumentando-as ou reduzindo-as. Principalmente, deveria recrudescer como a destruição da Terra-Natureza provoca afetos tristes – implicando na diminuição das potências de agir.

Deleuze associa a uma das propriedades dos corpos em Espinosa, a do poder de afetar e ser afetado, uma caracterização compatível com ela:

Definiremos um animal ou um homem não por sua forma ou por seus órgãos e suas funções, e tampouco como sujeito: nós o definiremos pelos afetos de que ele é capaz. Capacidade de afetos, com um limiar máximo e um limiar mínimo, é uma noção frequente no pensamento de Espinosa (DELEUZE, 2002, p. 129).

Dois exemplos auxiliam a esclarecer essa definição de animais. Dois cavalos, um de lavoura e outro de corrida, apresentam maior diferença que um cavalo de lavoura e um boi. Por quê? Os primeiros dois cavalos não “possuem os mesmos afetos nem o mesmo poder de ser afetado”, enquanto o cavalo de lavoura e o boi possuem “mais afetos em comum”. Na mesma linha desse exemplo dos cavalos, não há como não notar, hoje, a diferença entre cachorros, os de rua e os domésticos, quando contrastados entre si quanto aos afetos, e uma maior proximidade de afetos entre os “vira-latas” e “humanos” ultrajados em situação de rua.

Outro exemplo é o carrapato “reclassificado” a partir dos afetos:

Ele (J. von Uexküll) definirá esse animal a partir de três afetos: o primeiro, de luz (subir no alto de um galho); o segundo, olfativo (se deixar cair sobre um mamífero que passa sob o galho); e terceiro, calorífico (procurar a região sem pelo e mais quente) (DELEUZE, 2002, p. 129).

Assim, cada corpo, cada coisa tem sua essência emitida pela sua potência, expressa em afetos, assim como pela velocidade e lentidão, afetando e sendo afetada na relação com outros corpos.

Essa potência, afetos e movimentos se manifestam e influenciam em e por múltiplos espaços além dos humanos – não devendo eles serem unificados e totalizados a partir de

ou segundo uma escala, mesmo em relação com outras, independentemente dos corpos que venham a ser escolhidos para selecioná-las.

Os estudos que definem “os corpos, os animais ou os homens pelos afetos de que são capazes, fundaram o que chamamos hoje de *etologia*” (DELEUZE, 2002, p. 130).

Assim como para Espinosa não há a separação entre Terra e Natureza e Homem, assim como nos vários pares decorrentes dessa separação, tais como homem-natureza, sociedade-natureza, cultura-natureza, o filósofo a quem Deleuze dedicou uma das suas maiores atenções também não cinde corpo e mente: “a mente e o corpo são uma só e mesma coisa, a qual é concebida ora sob o atributo do pensamento, ora sob o da extensão” (SPINOZA, 2009, p. 100).

Espinosa reconheceu a magnitude desse seu desafio de não cortar corpo e mente. Assim como foi derrotado com a cisão Natureza-homem, o mesmo se deu com a cisão entre corpo e mente.

Anteviu e, passados quase cinco séculos, sua quase previsão se confirmou:

[...] os homens dificilmente se convencerão a examinar essas questões com equanimidade, a tal ponto que estão firmemente persuadidos de que o corpo, por um simples comando da mente, ora se põe em movimento, ora volta ao repouso, e de que faz muitas coisas que dependem apenas da vontade da mente e de sua capacidade de arquitetar (SPINOZA, 2009, p. 100-101).

Em função disso, sua famosa constatação indagativa advinda desse “desconhecimento” é frequentemente lembrada ao longo dos tempos: “o que pode o corpo”. Referindo-se aos “sonâmbulos”, que fazem muitas coisas, nos sonhos, que não ousariam fazer acordados, Spinoza (2009, p. 101) conclui: “Isso basta para mostrar que o corpo, por si só, em virtude exclusivamente das leis da natureza, é capaz de muitas coisas que surpreendem a sua própria mente”.

Duas dualidades mortais e sacrificiais: Natureza e a pretensão “imperial” do Homem; corpo e mente. Confluências entre ambas potencializaram transformações inauditas na Terra – em escalas estratosféricas, abissais e superficiais, criando também filosofias, ciências e artes destrutivas –, mas que (re)negam os feitos.

A escala geográfica passa longe da relação entre potência e afetos, relação essa própria de cada coisa em uma multidão de relações com outras coisas na Terra-Natureza.

Em um sentido espacial abrangente, deveria ser considerado que o potencial diverso de cada coisa se exprime em modos de existência com segmentações específicas da Terra-Natureza.

A escala é tão somente uma dessas possibilidades de nomear alguns espaços segmentados e determinados exclusivamente pelo “humano”. E não basta incluir o relacional escalar se não se escala qual relacional está sendo relacionado.

Em espaços partidos, e não devemos nos abster do mar e do ar, uma das questões é a sua delimitação. No caso da escala, não é diferente: o que limita algo a estar local ou ter “identidade” regional ou, ainda, se dizer nacionalista?

Sobre limite, em uma longa passagem de uma de suas aulas, Deleuze (2008b, p. 373) associa a potência a uma tendência para ele – e afirma: “El límite es un concepto filosófico clave. Era una noción bien conocida, pero no se hablaba de tender hacia un límite”. E nessa passagem faz uma recuperação desse conceito de limite anterior ao tempo de Espinosa, portanto antes do século XVII.

Fazendo um resumo do resumo da potência-limite: “En griego antiguo *peras* es el límite” (DELEUZE, 2008b, p. 373). Se se acrescenta *peri*, ao redor de, chega-se à perímetro.

Deleuze nos fala que: “La esencia es la forma misma relacionada a su contorno”. E, especificamente para Platão, em um primeiro momento de sua filosofia: “De ahí la importancia del *peras*-contorno en la filosofía de Platón, donde la idea será la forma en referencia a su contorno inteligible”. Conformando um limite-contorno, “desde entonces, el individuo será la forma en referencia a su contorno” (DELEUZE, 2008b, p. 374).

Sem entrar em detalhes, Deleuze entende que Platão, em formulação posterior, “tiene un presentimiento de otra concepción del límite que ya no será el límite-contorno, pero le parece más o menos demoníaca” (DELEUZE, 2008b, p. 376). Uma frase diz tudo: “Pero es siempre más complicado de lo que decimos”.

O filósofo Aristóteles combinava matéria e forma para caracterizar a “substância”: “son un compuesto de forma y de materia. Y es la forma lo esencial, y la forma es relacionada a su contorno. No es sorprendente que la experiencia práctica invocada constantemente por Aristoteles sea la del escultor” (DELEUZE, 2008b, p. 375).

Prosseguindo com a aula, passa a dar uma sucinta menção a concepções “completamente distintas” do limite-contorno. A que dedica atenção é a dos estóicos: “Los estoicos nos dicen que Platón y las Ideas no es lo que necesitan, que esa es una concepción insostenible” (DELEUZE, 2008b, p. 377).

Em objeção à Platão, os estóicos têm outra concepção: “El contorno de algo es el sitio donde la cosa deja de ser. No es en el contorno de del cuadrado donde está el cuadrado. Vem ustedes que es una objeción muy fuerte” (DELEUZE, 2008b, p. 377). E sobre Aristóteles: “Dirán también contra Aristóteles que el ejemplo del escultor es completamente artificial. El molde del escultor no es natural. La naturaleza nunca procede por moldeado”. A escala geográfica não é conformada como um “molde”?

O professor francês ressalta a outra imagem do limite delineada pelos estóicos: “Comprendan que están haciéndose una imagen completamente distinta del límite”, que “la cuestión en absoluto donde se detiene una forma, porque esta es una cuestión abstracta y artificial. La verdadera cuestión es: ¿dónde se detiene una acción? Ahora bien, ahí no van a poder designar los contornos” (DELEUZE, 2008b, p. 379). Portanto, a forma, o molde cede lugar à ação (potência) como delimitadora dos contornos.

Visando esclarecer essa mudança do limite-contorno para a ação, Deleuze faz mais uma de suas muitas e instigantes digressões no curso. Apresenta um “metadiálogo” do antropólogo Gregory Bateson chamado: “Por que é que as coisas têm contornos?” (BATESON, 1996, p. 47-55) – um “metadiálogo” é “uma conversa que [busca que] não só o problema seja discutido pelos participantes, mas a estrutura da conversa como um todo seja também relevante para o mesmo problema”.

Cada “metadiálogo” em Bateson se dá entre filha e pai – e começa por uma pergunta dela. Nesse escolhido, a pergunta dela, supracitada, o intitula. Em seguida, o pai faz outra indagação: “Têm? Não sei. A que tipo de coisas te referes?” Volta a filha: “Quer dizer, quando desenho coisas, por que é que elas têm linhas que as delimitam?”. O pai amplia a complexidade da “conversa” e volta a questionar: “um rebanho ou uma conversa... Essas coisas também têm contornos?” (BATESON, 1996, p. 47).

A finalidade de reproduzir esse “metadiálogo” é a possibilidade de estendermos também para a escala, substituindo “coisas” por ela: qual seria escala de algo que está em movimento, em ação – e não tem um encerramento... um final?

Continuando o “metadiálogo”, o pai, depois de a filha se irritar com as complicações, tenta nortear, desnortear a conversa e seus contornos: “damos contorno às coisas quando as desenhemos, ou se as coisas têm contornos quer as desenhemos quer não” (BATESON, 1996, p. 47). As coisas têm escalas ou há as que têm e as que não? Ou, ainda, a escala é um “ente da razão” que acaba se realizando ou sendo realizado nas análises?

A filha, desnortada, revela não saber o que indagava inicialmente e pede socorro ao pai para que ele lhe diga o que queria saber. O “metadiálogo” descamba para tratar das questões a partir de uma artista, entrando outros temas, como “está tudo confuso”. “Zangado”, o pai envereda por outro tema, o da “tolerância”, com registros da filha sobre “eu me perco”. Reconhecendo a dificuldade de contornar contornos ou de contornar o que “descambou” incontornável, admite, em tom que afirma e nega, um contorno invisível: “nossa conversa tem de facto um contorno – se ao menos o pudessemos ver claramente” (BATESON, 1996, p. 51).

Logo depois dessas considerações, a conversa pula para o “jogo de croquet” em “Alice no País das Maravilhas” – como exemplo de “confusão concreta”. E desembesta em um quarto assunto: as leis e a previsibilidade ou não das pessoas.

Bom, esta tese é (in)contornável? A busca de “contornar uma situação”, expressão tão presente em nossas vidas, visa ajeitar uma confusão, um caos para lhe dar alguma arrumação, alguma hierarquia, alguma ordem? Arranjando esse “metadiálogo” para a tese, as tensões dos (des)contornos não poderiam também ser ditas em termos de combinações entre escalas e platôs-plataformas?

A filha, pensando que estava próxima do desfecho do “metadiálogo”, pergunta: “De que estamos a falar?”. Quer saber: “Esta conversa teve um contorno?”. O pai contorna a pergunta: “Oh, sim, de certeza”. Mas vem sempre o “mas”, muitas vezes para abrandar ou contornar descompassos: “Mas ainda não o podemos ver, porque ainda não acabamos de conversar. Nunca se pode ver o contorno quando se está no meio da conversa” (BATESON, 1996, p. 54-55). Ou seja, aquela expectativa da filha de que a conversa se aproximava de um fim não batia com a do pai, pois, para ele, ainda estava no meio.

Conclui-se o “metadiálogo” com o contorno da conversa em aberto. A filha, buscando fechar o que se abria, constata: “Então, tanto faz que se seja claro como não. Porque

então já não podemos fazer nada a esse respeito” (BATESON, 1996, p. 55). A “confusão”, então, faz parte, ainda que não a parte única?

O pai se vale de uma tergiversação, também conhecida no nosso cotidiano: o “muito antes, pelo contrário”. “Sim, eu sei. Talvez. Mas, de qualquer maneira, quem é que quer fazer alguma coisa a esse respeito?” (BATESON, 1996, p. 55).

O contorno continua incontornável. E a escala, delimitável? Quantas vezes se escala com exatidão o que não deve ou até não é escalável: isso é local, aquilo é regional, e o global é o grande envoltório. E a tese, requereria mais o contorno contornável do que o incontornável?

Na aula, Deleuze faz uma breve menção ao “metadiálogo” de Bateson resumido acima: “pequeno texto muy divertido”. Contudo, a partir dele, elabora esta pergunta: “Es interesante, porque cuando un profesor les reprochaba que se salieran del tema al fazer disertaciones o lecciones, ¿quería decir fuera de los límites?” (DELEUZE, 2008b, p. 379). Mais uma ajuda deleuziana que pode socorrer o alunato em uma situação sem contorno, visto ou à vista. Sair dos “limites” não deixa de ser temerário ou de ser temeroso.

Outro exemplo, ainda sobre “limite”, abrange um encontro mútuo de um bosque com uma pradaria, exposto assim por Deleuze (2008b, p. 380):

“Caminan en el bosque tupido. En otros términos, en el bosque potente. Tienen medo”. Ao continuarem a caminhar: “Avanzan y poco a poco el bosque se aclara. Están contentos”. E ultrapassam o bosque: “Uf, he aquí el lindero”. Há gradações na caminhada: “¿Cómo han pasado del bosque ao sotobosque y del sotobosque ao malezal”?

Deleuze (2008b, p. 380) diz que é um “tipo de límite que está mal definido como límite de la forma. Es um límite de la acción del bosque. Es decir que el bosque, que tenía tanta potencia, llega al limite de su potencia, ya no puede agarrarse a la tierra, se aclara, se despeja”. E reforça: “El bosque no se define por una forma, se define por una potencia: potencia de hacer proliferar árboles hasta el momento en que ya no puede más”.

E, assim, é possível resgatar a motivação do debate do limite em sintonia com Espinosa.

Cada cosa se esfuerza, cada cosa tende a perseverar en su ser. En latín esforzarse se dice *conor*. El esfuerzo o tendencia, el *conatus*. He aquí que la noción de límite está definida en función de un esfuerzo. Y la potencia es la tendencia misma o el esfuerzo en tanto que tende hacia un limite (DELEUZE, 2008b, p. 373).

Cada escala geográfica traduz uma delimitação de uma forma, sendo que a mudança para potência não só não abarca coisas diversas como o limite pode ser visto como uma tendência de uma delas em ato com a potência de outra, como bosque e campo, no exemplo.

Depois de revolver a “caixa de ferramentas” do filósofo Espinosa relacionada à imanência e sua derivação Terra-Natureza, impelido por referência de Deleuze e Guattari, vamos em busca de outra, a do filósofo Nietzsche.

Ambos, Espinosa e Nietzsche, não obstante suas divergências, apresentam significativos pontos de contato para a nossa tese. Um deles, reforça-se, leva a tratar a escala geográfica, segundo a imanência, enquanto uma das partições antropocêntricas da terra. Outra, implica questionar as escalas como estando carimbadas de essências niveladoras das coisas pelos humanos. Como continuaremos a ver, forças, potência, afetos afirmam outro entendimento da Terra-Natureza, como abrem perspectivas para escalas espaciais de outra natureza.

Para Deleuze e Guattari (1992, p. 67), “Nietzsche, depois de Espinosa, fazia a lista dos ‘quatro grandes erros’”. E esses “quatro grandes erros”, antecedidos de “quatro teses”, se encontram em *Crepúsculo dos Ídolos* – um dos últimos livros de Nietzsche (1888).

Decorrentes principalmente da “confusão”, da falsa” noção acerca de “causa e consequência”, podem-se extrair, de observações de Nietzsche sobre esses erros, frases que tocam na nossa tese:

O homem projetou fora de si os seus três “fatos interiores”, aquilo em que acreditava mais firmemente, a vontade, o espírito, o Eu – extraiu a noção de ser da noção de Eu, pondo as “coisas” como existentes à sua imagem, conforme a noção do Eu como causa. É de admirar que depois encontrasse as coisas, apenas *o que havia nelas colocado?* – A coisa mesma, repetindo a noção de coisa, [é] apenas um reflexo de crença no Eu como causa... (NIETZSCHE, 2017, p. 34-35).

Uma outra afirmação salienta:

quando nós, imoralistas, buscamos com toda a energia retirar novamente do mundo o conceito de culpa e de castigo, e deles purificar a psicologia, a história, a natureza, as sanções e instituições sociais, não existem a nossos olhos adversários mais radicais... (NIETZSCHE, 2017, p. 38, grifo nosso).

Por fim, mas não menos importante, Nietzsche (2017, p. 39) assevera que o “mundo não é uma unidade”, e “não há nada que possa julgar, medir, comparar, condenar nosso ser, pois isso significaria julgar, medir, comparar, condenar o todo”. Ao “projetarmos” uma natureza, um mundo escalar, poder-se-ia dizer que também estamos julgando, medindo, comparando isso ou aquilo nessa ou naquela escala... preferencial àquela outra?

Na quarta tese, “dividir o mundo em um ‘verdadeiro’ e um ‘aparente’ [...] é apenas uma sugestão da *décadence*... um sintoma da vida *que declina* [...]”. E finaliza: “O artista trágico não é um pessimista – ele diz justamente *Sim* a tudo questionável e mesmo terrível, ele é *dionisíaco* [...]” (NIETZSCHE, 2017, p. 24). Seria seguro dizer que desescalar seria “dionizar” a escala, para, adiante, apolinizá-la?

Por sua vez, Deleuze e Guattari, após mencionarem que Espinosa e Nietzsche fizeram suas listas de “ilusões”, bem como que essa lista é “infinita”, citam também a deles. Começam pela “ilusão de transcendência”, seguida pela “dos universais”: “crê-se que o universal explique, enquanto é ele que deve ser explicado, e cai-se numa tripla ilusão, a da contemplação, ou da reflexão, ou da comunicação”. Complementando-a, as duas últimas “ilusões”: a “do eterno” e a “da discursividade” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 67-68). Repete-se mais uma vez: essa crítica ao “universal”, conforme visto, se amplifica em Gabriel Tarde, Deleuze e Guattari, Foucault.

Selada a imanência, como “envelope” aberto e comum aos filósofos trabalhados, escolhemos “ferramentas” de Nietzsche, a grande maioria delas com acentuada relação com as usadas de Espinosa, além de serem (re)trabalhadas por Deleuze e Guattari.

Na leitura de Deleuze, *Nietzsche e a filosofia*, não encontramos diretamente, explicitamente, referência à Terra. Há referência sobre a “filosofia da natureza”, sendo uma delas: “Eis o princípio da filosofia da natureza em Nietzsche: uma pluralidade de forças agindo e padecendo à distância, em que a *distância* é o elemento diferencial compreendido em cada força e pelo qual cada uma se relaciona com as outras” (DELEUZE, 2018c, p. 15). Dessa “pluralidade de forças”, pode-se fortalecer o

relacional escalar, não como entre escalas, mas como coisas dotadas de potência, de atos, de forças que estabelecem relações, conexões, conflitos, composições.

No tocante à Terra em Nietzsche, e à imanência, recorreremos ao filósofo francês Pierre Montebello. Sua indagação nas linhas iniciais de sua obra é: “Qual é a natureza do realismo de Nietzsche? Como a Terra se tornou na obra desse filósofo o novo objeto metafísico, e mesmo o único objeto metafísico?” (MONTEBELLO, 2021, p. 7).

Bem adiante, independentemente do nome a ela dado: “É nesse sentido que a Terra à qual pertencemos, seja qual for o nome que lhe atribuamos – mundo, Terra, natureza – não é avaliável em si mesma: pois é impossível nos situarmos fora dela, julgá-la do exterior, dela obter uma visão total, um olhar divino” (MONTEBELLO, 2021, p. 174).

Para Nietzsche, segundo Montebello (2021, p. 35):

O que existe de fato para ele é o vir a ser, o mundo terrestre, a Terra. Decerto, esses termos não designam um ser no sentido substancial, nem uma realidade em si (o vir a ser não tem nenhuma das propriedades de uma realidade em si – permanência, substancialidade, identidade...), mas um real impermanente, um mundo perpetuamente cambiante.

E o “vir a ser” tem sua “maldição”: “submeter a vida ao acaso, ao inesperado, ao imprevisível” (MONTEBELLO, 2021, p. 41).

Um mundo metafísico diferente da Terra visa aplacar, quando não negar, a impermanência, a mudança, a imprevisibilidade. “Retornamos sempre à mesma questão: para engendrar um mundo metafísico, era necessário que o estável e o verdadeiro fossem mais valorizados que o vir a ser” (MONTEBELLO, 2021, p. 91).

Combinando em Nietzsche a Terra-Natureza com as forças que a movem, mudam e ocasionam acasos, podemos situar seus significados, relações, magnitudes e alcances, respectivamente, segundo a leitura de Deleuze:

a) “Jamais encontraremos o sentido de alguma coisa (fenômeno humano, biológico ou até mesmo físico) se não soubermos qual é a força que se apropria da coisa, que a explora, que dela se apodera ou nela se expressa” (DELEUZE, 2018c, p. 11);

b) “ao contrário, chamar-se-á essência, entre todos os sentidos de uma coisa, aquele dado pela força que apresenta mais afinidade com ela”. E prossegue: “Assim, num

exemplo que Nietzsche gosta de citar, a religião não tem um sentido único, visto que ela serve alternadamente a múltiplas forças” (p. 13);

c) “Toda força está, portanto, numa relação essencial com outra força” (p. 15);

d) “As forças têm uma quantidade, mas também a qualidade que corresponde à sua diferença de quantidade; ativo e reativo são as qualidades das forças” (p. 59).

Realçando as forças no debate das escalas geográficas, e já que elas nesse sentido não têm uma essência e não são universais, qual ou quais forças a escala regional expressaria? Qual ou quais forças são selecionadas (mediante informações) para conformar e limitar a sua ação em uma escala? As escalas se relacionam ou são forças que estão atuando? O Estado é a principal força que define, se apropria e exerce o poder nas escalas e a partir delas, em relação com outras forças?

Por hierarquia, segundo essa chave mestra de Nietzsche, entende-se a “diferença de forças qualificadas conforme sua quantidade: forças ativas e reativas” (DELEUZE, 2018c, p. 56). Como a hierarquia tem uma função decisiva na organização escalar por níveis relacionados a tamanho(s) extensivo(s), o que mudaria se passássemos a entendê-la segundo uma composição de forças ativas e reativas, combinando quantidade e qualidade de outra natureza?

Das forças vem o entendimento do “corpo”. “O que define um corpo é a relação entre forças dominantes e forças dominadas. Toda relação de forças constitui um corpo: químico, biológico, social, político” (DELEUZE, 2018c, p. 56). Fica mais do que reforçado o caráter relacional em Nietzsche e Espinosa. Deleuze recupera este último filósofo: “falamos da consciência e do espírito, tagarelamos sobre tudo isso, mas não sabemos de que é capaz um corpo, quais são suas forças nem o que elas preparam”. E assinala: “Nietzsche sabe que chegou a hora: ‘Estamos na fase em que o consciente se torna modesto’” (p. 55).

Ao se referir à “hipótese cíclica tão criticada por Nietzsche”, na qual “o estado final é colocado como idêntico ao estado inicial, e, nesta medida, conclui-se que o processo mecânico passa de novo pelas mesmas diferenças”, Deleuze (2018c, p. 66-67) enfatiza os motivos pelos quais ela é criticada e também o pressuposto do mecanicismo: “a diversidade dos ciclos coexistentes e, sobretudo, a existência do diverso no ciclo”.

Ao ligar, então, o “eterno retorno como a expressão de um princípio que é a razão do diverso e de sua reprodução, da diferença e de sua repetição”, esse “princípio” é apresentado por Nietzsche como uma das descobertas mais importantes de sua filosofia. Ele lhe dá um nome: “*vontade de potência*” (DELEUZE, 2018c, p. 67).

A “explicação” adotada para “vontade de potência”, extraída de “um dos textos mais importantes”, ressalta: “Este conceito *vitioso* da força, graças ao qual nossos físicos criaram Deus e o universo precisa de um *complemento*; é preciso *atribuir*-lhe um querer interno que chamarei de vontade de potência” (DELEUZE, 2018c, p. 67). E segue uma explicação da explicação: “A vontade de potência é, portanto, atribuída à força, mas de um modo muito particular: ela é, ao mesmo tempo, um complemento de força e algo interno”.

Em *Nietzsche e a filosofia*, é resumida, assim, a distinção entre força e vontade de potência: “A força é o que pode, a vontade de potência é o que quer” (DELEUZE, 2018c, p. 68-69).

Já na obra *En medio de Spinoza*:

Y no podemos comprender nada en Nietzsche si creemos que se trata de la operación por la cual cada uno de nosotros tendería hacia la potencia. La potencia no es lo que quiero; por definición, es lo que tengo. [...] Es justamente lo contrario: según potencia que tengo es que quiero esto o aquello. “Voluntad de potencia” quiere decir que ustedes definirán las cosas, los hombres, los animales según la potencia efectiva que tienen (DELEUZE, 2008b, p. 75).

Comparando as duas citações anteriores, respectivamente tiradas de *Nietzsche e a filosofia* e *En medio de Spinoza*, a mudança, na vontade de potência, do “quero” para o “tenho” pode ter sido influenciada por uma tradução revisada. Nela, aquela explicação anterior de Nietzsche usada por Deleuze está revista assim: “querer interno” mudou para “mundo interno”, segundo uma nota contida na edição “brasileira” recente (2018) de *Nietzsche e a filosofia*.

Não obstante, é crucial considerar uma distinção contundente de potência, segundo Espinosa, e de vontade de potência (também traduzida como “vontade de poder”, em português), manifesta em uma crítica de Nietzsche.

Os fisiólogos deveriam prestar mais atenção ao estabelecer o impulso de autoconservação como impulso cardinal de um ser orgânico. Antes de tudo, o vivente quer *dar vazão* a sua força – a própria vida é vontade de potência –: a autoconservação é somente uma das consequências indiretas e mais frequentes disso. Em suma, aqui, como por toda parte, cuidado com princípios teleológicos supérfluos! – tais como o impulso de autoconservação (que se deve a inconsequência de Espinosa). Assim, com efeito, o ordena o método, que tem de ser essencialmente parcimônia de princípios (NIETZSCHE, 2014, p. 276).

Sem entrar no debate filosófico de “comentadores” sobre essa divergência de fundo entre Espinosa e Nietzsche, muito menos sobre a tradução do alemão para o português, especialmente de diferenças porventura existentes em Nietzsche entre potência e poder, a potência do primeiro filósofo diz respeito ao esforço de conservação da coisa, conforme visto anteriormente quando se abordou Espinosa, enquanto a “vontade de potência” ultrapassa-o, na medida em que o “vivente” dá “vazão a sua força”. As resultantes desses entendimentos distintos também trazem desdobramentos para o debate escalar. Vejamos.

Em decorrência dessa posição sobre “vontade de potência”:

Minha representação é a de que cada corpo específico aspira a se tornar senhor de todo o espaço e expandir a sua força (sua vontade de poder) e a repelir tudo aquilo que resiste à sua expansão. Mas ele depara constantemente com aspirações idênticas de outros corpos e acaba por entrar em arranjo com aqueles (“se unir”) que lhe são suficientemente aparentados: assim, eles conspiram, então, conjuntamente por poder. E o processo prossegue... (NIETZSCHE, 2012, p. 336-337).

Tentando valeremo-nos da “potência” para analisar o espaço, trata-se, em Espinosa, de perseverar para construí-lo, mantê-lo, ao passo que, em Nietzsche, está explícita uma luta para ampliá-lo.

Um entendimento da vontade de poder na geografia, de acordo com Silva (2018, p. 79). expõe que:

qualquer espaço geográfico é vontade de poder quando entendido como resultado de um pulsar de forças sociais que se efetivam e, a partir disso, criam configurações socioespaciais e relações conflituosas ou não com as demais forças espaço-temporais preexistentes.

Ao indagar, em Nietzsche, “O que é a negação?”, Deleuze (2018c, p. 85) liga-a a uma “vontade de potência”, ao “niilismo”, ao “nada”. “É uma qualidade da vontade de potência; é ela que qualifica a vontade de potência como niilismo ou vontade de nada, é ela que constitui o devir-reativo das forças”; assim, “as figuras do triunfo das forças reativas (ressentimento, má consciência, ideal ascético) são, antes de mais nada, as formas do niilismo”. E não há como não lembrar do significado da tristeza em Espinosa.

O também filósofo francês Montebello (2021, p. 110) destaca:

O que nos parece mais importante é recolocar o niilismo em sua relação negativa com o mundo, não apenas em sua relação com os valores, mas na relação tão peculiar com essa interpretação do mundo que forma uma antiterra, uma impreciação contra a Terra, contra a natureza, contra a vida, contra a cultura terrestre.

Em suma, e como magistral colocação sobre a negação niilista: “Podemos dizer que Nietzsche nos revela aqui a fórmula mais exata do niilismo. Duas negações concomitantes são necessárias para engendrar o niilismo: ‘o mundo, tal como é, *não* deveria ser, e que o mundo tal como deveria ser, *não existe*’” (MONTEBELLO, 2021, p. 125).

Contudo há leituras diferenciadas dos filósofos franceses em relação ao filósofo alemão, no que tange à superação do niilismo. Para Montebello (2021, p. 137), há “niilismo passivo e niilismo ativo, ou pessimismo passivo e pessimismo da força”, e “interpretar o mundo como *vontade de poder, pessimismo da força, inocência do vir a ser* é um ato indissociável dessa ancoragem vital” (p. 182).

Já para Deleuze (2018c, p. 222-223), não há espaço para o niilismo. Ao enumerar os significados de “transmutação, “transvalorização” em seis tópicos, logo no primeiro nega o negativo: “1) *Mudança de qualidade na vontade potência*. Os valores, e seu valor, não derivam mais do negativo, mas da afirmação como tal”. E no último, “6. *Subversão da relação de forças*”, ao final consta: “A subversão dos valores, a desvalorização dos valores reativos e a instauração de valores ativos são operações que supõem a transmutação dos valores, a conversão do negativo em afirmação”.

E essa “conversão do negativo em afirmação” atinge em cheio a dialética, a tal ponto que “não é exagero dizer que toda a filosofia de Nietzsche, em sentido polêmico é a denúncia das três ideias”, a saber:

a ideia de um poder do negativo como princípio teórico que se manifesta na oposição e na contradição; a ideia de um valor do sofrimento e da tristeza; a valorização das “paixões tristes”, como princípio prático que se manifesta na cisão, no dilaceramento; a ideia da positividade como produto teórico e prático da própria negação (DELEUZE, 2018c, p. 245).

Ao situar Nietzsche nesse momento em que prospera a destruição “catastrófica” da Natureza-Terra, Montebello (2021, p. 187) termina sua obra:

E, sem dúvida, o próprio Nietzsche não poderia imaginar que, com uma força tão flagrante, o futuro testemunharia a profundidade de seu pensamento – ele, que teria percebido num grau extraordinário o furor dos ideais antropomórficos (teológicos, econômicos, técnicos...) contra a Terra, e os necessários combates que tal situação nos impõe por toda a parte.

Guattari, em seu livro *Três Ecologias*, lançado em 1989, em momento, portanto, anterior ao filósofo Montebello, começa-o com esta frase: “O planeta Terra vive um período de intensas transformações técnico-científicas, em contrapartida das quais engendram-se fenômenos de desequilíbrio ecológico que, se não forem remediados, no limite, ameaçam a vida em superfície” (GUATTARI, 2017, p. 7). E, adiante, afirma: “Não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais” (p. 9).

Os filósofos Montebello e Guattari não só salientam transformações céleres e brutais na Terra-Natureza, em relação aos tempos de Espinosa e Nietzsche, como antecipam pontos vitais de uma necessária atualização – o que abre um *link* com a primeira componente da geoanálise na Plataforma 4^a.

Mas ainda são inesgotáveis (des)apropriações de Espinosa e de Nietzsche em Deleuze, e em Deleuze e Guattari, sobretudo aquelas referentes à imanência e à Terra e a Natureza, mobilizadas na medida em que permitem sobrepujar as visões da geografia extensiva de uma escala antropocêntrica e, mais abrangente, de uma “geografia humana”, excluindo ostensivamente os não humanos, ou, no mínimo, subordinando-os.

Em pelo menos duas passagens, Deleuze (2009c, p. 274-275), na fase inicial de “estudos de filosofia”, discorre sobre a concepção de Natureza: a) “A Natureza é precisamente a potência, mas potência em nome da qual as coisas existem *uma a uma*, sem possibilidade de serem reunidas *todas de uma vez*, nem de se unificar numa

combinação que fosse adequada ou se exprimisse inteira *de uma só vez*”, podendo-se extrair, entre outras coisas, que há “partes que não se totalizam”; e b) “Nem identidade nem contradição, mas semelhanças e diferenças, composições e decomposições, ‘conexões, densidades, choques, encontros, movimentos graças aos quais se forma toda a coisa’. Coordenações e disjunções, tal é a Natureza das coisas”.

Logo no início de “As máquinas desejanter”, ao afirmarem a “natureza como processo de produção”, Deleuze e Guattari (1976, p. 19), em um dos três sentidos desse “processo”, frisam:

homem e natureza não são como dois termos, um face ao outro, mesmo tomados numa relação de causação, de compreensão ou de expressão (causa – efeito, sujeito – objeto, etc), mas uma só e mesma realidade essencial do produtor e do produto. A produção como processo excede todas as categorias ideais e forma um ciclo que se refere ao desejo enquanto princípio desejanter.

Lembrando outra vez o “império em um império” de Espinosa, as ressonâncias se dão em alto tom:

Não o homem enquanto rei da criação, mas como todo aquele que é tocado pela vida profunda de todas as formas ou de todos os gêneros, que é encarregado das estrelas e dos animais, e que não cessa de ligar uma máquina-órgão em uma máquina energia, uma árvore no seu corpo, um seio na boca, o sol no cu: eterno encarregado das máquinas do universo (DELEUZE, GUATTARI, 1976, p. 19).

Bem posterior à obra *O anti-Édipo*, Guattari (2017, p. 24-25) repisa que “não é justo separar a ação sobre a psique daquela sobre o *socius* e o ambiente”, ou seja, não há como separar a ecologia mental das ecologias social e ambiental, e “mais do que nunca a natureza não pode ser separada da cultura, e precisamos aprender a pensar ‘transversalmente’ as interações entre ecossistemas, mecanosfera e Universos de referência sociais e individuais”.

Na chamada Natureza restrita, a autoproclamada ação humana a violenta, a ultraja... com uma saravada de (re)cortes, (re)partições, limites a uma produção desejanter sem limites do e no capitalismo. Limites para o ilimitado? E uma das formas engendradas desse arsenal de partições se expressa nas escalas geográficas e em uma série de outras categorias que buscam (de)limitar poderes; não há como não repor o exemplo deleuziano do “bosque” e o “metadiálogo” em Bateson sobre “contornos”.

Para se repensar limites e para diferenciar divisões terríficas na Terra perpetradas pelo “império”, seja a partição em escalas e outras, seja uma geografia extensiva divorciada da intensidade, pretende-se que a geonálise, com a potência nos e dos limites, contribua para pensar outros espaços: “Preencher um espaço, partilhar-se nele é muito diferente de partilhar o espaço” (DELEUZE, 2009b, p. 68).

E, nesse pensar o espaço, há dois tipos de “distribuição” do que é partilhado (do e no espaço, por exemplo) (DELEUZE, 2009b, p. 67-68). O primeiro implica uma partilha do distribuído: trata-se de repartir o distribuído como tal. Esse tipo de distribuição “procede por determinações fixas e proporcionais, assimiláveis a ‘propriedades’ ou territórios limitados na representação”.

A distribuição espacial em escala geográfica não deixa de ser uma “determinação fixa e proporcional”. Mais ainda, em decorrência das qualidades desse tipo, ela deveria ser assimilada a um “território limitado na representação”? Esse binômio escala “fixa e proporcional” (níveis e tamanhos) – “território limitado na representação” (local, regional, nacional) – não conforma e configura uma das partilhas históricas do espaço na extensão, no plano de organização, notadamente do Estado-nação?

O segundo tipo de distribuição é “totalmente diferente”:

sem propriedade, sem cerca e sem medida. Aí já não há partilha de um distribuído, mas sobretudo repartição daqueles que se distribuem num espaço aberto ilimitado ou, pelo menos, sem limites precisos. Não cabe ou pertence a alguém, mas todas as pessoas estão dispostas aqui e ali, de maneira a cobrir o maior espaço possível (DELEUZE, 2009b, p. 67-68).

Não estariam sendo assinaladas certas características da geografia do intensivo, em uma geonálise, bem como a necessidade de incluir outro conceito que estabeleça uma pressuposição recíproca com a escala geográfica? Essas características poderiam ser, então, a desmedida, os limites imprecisos, o comum, uma disposição que não expresse segmentos de propriedade? Reconceituados, a “imprecisão” não poderia ser o platô-plataforma?

Enganchados a esses dois tipos de distribuição, estão dois tipos de “hierarquia” – uma das questões difíceis e controversas da escala geográfica. Há quem tente atenuá-la com alguns estratagemas, como o “salto escalar”, o “jogo escalar”, sem faltar uma falsa

“naturalização”, dos seguintes tipos: a hierarquia na natureza e na sociedade salta aos olhos, é algo que sempre existiu.

No outro extremo, diante do incômodo da hierarquia para propostas políticas que propugnam a “igualdade”, há pura e simplesmente uma negação da escala, a exemplo do “sem escala”, a ser vista na Plataforma 4ª com Escala 8, substituindo-a pelo “lugar”.

Como, então, fugir desses subterfúgios? Um uso acabrunhado da escala geográfica e as contorções para atenuá-la ou a fácil negação e a simples escalação de outras categorias geográficas que aparentam ter resolvido os dilemas?

Deleuze (2009b, p. 68) assume que há duas hierarquias correspondentes aos dois tipos de distribuição colocados: “Há uma hierarquia que mede os seres segundo seus limites e segundo seu grau de proximidade ou distanciamento em relação a um princípio”. Essa é precisamente a hierarquia das e nas escalas geográficas. Há “seres” que acabam sendo, por desígnios “científicos”, classificados como “locais”, como “regionais”. É como se houvesse uma transcendência unificadora contida em certo limite, uma “unidade na diversidade”, possibilitando que se resvale para “localismos”, “regionalismos” que ocultam múltiplas diferenças desiguais de interesses e de dominações.

Outra hierarquia resgata a “potência” de Espinosa e Nietzsche:

Mas há também uma hierarquia que considera as coisas e os seres do ponto de vista da potência: não se trata de graus de potência absolutamente considerados, mas somente de saber se um ser “salta” eventualmente, isto é, ultrapassa seus limites, indo até o extremo daquilo que pode, seja qual for o grau (DELEUZE, 2009b, p. 68).

Como vimos anteriormente em Espinosa, principalmente, essa outra “medida” é, ao mesmo tempo, comum para todas as coisas e diferente para cada uma delas.

E o fecho exultante e condicional de Deleuze (2009b, p. 68):

Então, as palavras “Tudo é igual” podem ressoar, mas como palavras alegres, com a condição de se dizê-las *do* que não é igual nesse Ser igual unívoco: o ser igual está imediatamente presente em todas as coisas, sem intermediário nem mediação, se bem que as coisas se mantenham desigualmente neste ser igual.

Não é pouco reforçar a relevância do conceito de potência para o repensar e para a não exclusividade da distribuição e da hierarquia escalares. Ao igual da potência nas coisas da Terra-Natureza, a diferença reside na potência própria e diferente de cada uma delas.

Portanto, não há como enquadrar e subordinar coisas com potências diferentes em uma escala equiparável para todas elas. Por exemplo, em uma escala unificada como local, nem todas as coisas nela incluídas podem ficar circunscritas e homogeneizadas como estando dotadas de uma mesma potência dita local. A “intermediação”, a “mediação” da escala para uma categorização das coisas, no caso local, carimba uma igualdade abstrusa para todas elas, em flagrante dissonância com a multiplicidade de potências potentes.

Tanto das duas “partilhas” quanto das duas “hierarquias”, e suas mútuas interações, não se deve estabelecer um duelo, em se tratando de Terra-Natureza: a) entre uma partilha no espaço e uma partilha do espaço; b) entre uma distribuição partilhada, sob a forma representada de recortes com limites mais ou menos claros e fechados, e uma partilha abertamente distribuída; e, quanto à hierarquia, c) entre uma hierarquia fundada em julgamentos das “distâncias entre eles”; e d) na potência diferenciada que leva a hierarquias, ou melhor, diferenças em outra natureza.

Ou seja, não afirmamos ou negamos a escala, muito menos defendemos o “sem escala”, nem a hierarquia como algo “natural”, menos ainda a sua abolição, ou qualquer sentido de edulcorar a escala geográfica, substituindo-a, por exemplo pelo “lugar”. A escala continua... e o que está sendo buscado neste trabalho é que outras perspectivas podem ser abertas em uma geoanálise.

- *PLATAFORMA 2ª B: Movimento de Territorialização e Desterritorialização e Reterritorialização (TDR) ou Desreterritorialização, na “Sociedade Primitiva”, no “estado Despótico” e no “Capitalismo”*

Como vimos no item anterior desta Plataforma 2ª, Deleuze, ao abordar duas modalidades de “distribuição”, associa uma delas a “territórios limitados na representação”, e, passo seguinte, a “partilhar o espaço”.

Na mesma época (considerando-se o ano das publicações), na segunda metade da década final do século passado, “territorialização” e “reterritorializar” estão em *Psicanálise e transversalidade*, especificamente no texto “O grupo e a pessoa (balanço desconexo) (1996)”:

Há uma territorialização imaginária, uma corporificação fantasmática do grupo que se sobrepõe à subjetividade. Seguem-se disso todos os fenômenos de desconhecimento do outro, de racismo, regionalismo, nacionalismo, todos esses arcaísmos que escapam por inteiro à compreensão dos diferentes teóricos da coisa social (GUATTARI, 2015a, p. 223).

E complementa os “ismos”, valendo-se do escritor francês André Malraux: “Malraux diz [...] que o século XIX fora o século do internacionalismo, enquanto o XX era o do nacionalismo. Poder-se-ia acrescentar sem forçar as coisas: e do regionalismo e do particularismo” (GUATTARI, 2015a, p. 215).

No século XXI, esses “ismos” se embaralham, assim como também se ligam, quando se qualificam diversas manifestações do que estamos atravessando, constatando, desejando: a “crise é planetária”, é necessário um “projeto nacional”, o “regional ressurgiu com desindustrializações”... e o “local se revigora nas lutas de povos originários, etnias, gêneros”. Havíamos observado na Escala 1 que muitos desses “ismos” ficam robustecidos também pela unificação política totalizante em cada escala, a exemplo dos localismos, dos regionalismos.

A tendência centrífuga dos localismos se exacerba com os particularismos dos localismos, e nos particularismos dos particularismos particularistas, no indefinidamente propósito de particularizar, ao mesmo tempo que se buscam integrações: interseccionalidades, multiespécies, transnaturalização...

Mais uma vez, quanto mais se exacerba a fragmentação, a dispersão, a pulverização, mais se prega, se preconiza, se difunde a necessidade de alguma articulação, mas com iniciativas que ainda parecem estar sendo suplantadas pela fragmentação da fragmentação sem fim. Vigora o esfacelamento na prática e como prática política efetiva, ainda que acompanhado do discurso analítico de transversalidades dos ou entre particulares espalhados, algo a ser um pouco mais bem considerado nas reciprocidades entre molar e molecular, macro e micro, nos termos de Deleuze e Guattari, principalmente na Plataforma 4ª.

Em ambos os trabalhos específicos de Deleuze e de Guattari, anteriores ao início do trabalho conjunto entre eles, podemos dizer que se trata da Natureza-Terra partilhada, em consonância com o que estamos tentando costurar nesta Plataforma.

Então, como nessa partilha do espaço não recair com o território, em uma distribuição antropocêntrica, a exemplo da escala geográfica? Ao mesmo tempo, como não repetir o território como um conceito isolado de outros e até mesmo reincidir no equívoco de substituir ou de se degenerar em uma disputa da escala com ele? Nas lutas sociais de “povos originários”, o território é apropriado como decisivo nela e para assegurar modos de existência e da preservação da natureza, especialmente os povos indígenas.

Mas como o intuito não é responder afoitamente sobre território, ou até mesmo saber se há respostas ou escapatórias fáceis inadequadas para questões complexas, pretendemos enveredar por cinco pontos para ver como e se será factível encontrar ferramentas em Deleuze, Guattari e em Deleuze e Guattari que, ao menos, encaminhem outras possibilidades que escapem do determinismo “humano”, do isolacionismo conceitual, permitindo não só repensar a escala geográfica na extensão como também vislumbrar outra categoria em uma geoanálise, a fim de buscar uma coexistência, uma convivência recíproca entre escala e território e essa categoria.

Prosseguimos mexendo na “caixa de ferramentas” dos dois filósofos franceses, seja em seus livros conjuntos, seja em textos específicos de cada um deles. A fim de delinear um itinerário para esboçar as ferramentas conceituais encontradas nessas mexidas e evidenciar a relevância delas, separadas ou em conjunto, elencamos, a seguir, cinco pontos conexos, cuja fragmentação é apenas um meio para permitir algum encadeamento – mas eles se embaralham.

Os cinco pontos focados no território, e respectivos movimentos, procuram manter acesa a ligação entre e com a Terra-Natureza. A distribuição das ferramentas encontradas considera as datas de publicações das obras, compartilhadas ou não.

O primeiro ponto também envolve linhas para conceituar território na filosofia da imanência. Frisa-se, desde já, a não pretensão de se elaborar uma genealogia do conceito de território, suas derivações e movimentos, nos filósofos citados e suas caixas.

Para transpor um conceito de território encapsulado, fixado, estático, estabilizado e restrito ao poder, como a escala, o segundo e o terceiro pontos abordam, respectivamente: a interação da escala com outras – reforçando a necessidade de se romper com exclusivismos do tipo isso ou aquilo, escala ou território, como insinuam alguns autores no capítulo anterior sobre o assunto; e o movimento territorialização, desterritorialização, reterritorialização – e diferentes combinações que procuram suprimir uma visão de que se trataria de uma sequência lógica previamente estabelecida. Há que se voltar a enfatizar que um entendimento desse terceiro ponto tem um significado decisivo para ver a possibilidade de transmutá-lo em escalonar, desescalonar e reescalonar ou reescalamento – inclusive para analisar o “reescalamento” em autorias participantes da revisão escalar no neoliberalismo.

No quarto ponto, o movimento e a interação citados adquirem destaque em dois livros de Deleuze e Guattari que têm “capitalismo e esquizofrenia” como subtítulo, nos quais se procura explicar seus conceitos e as relações na desreterritorialização.

E, por último, uma dedicação especial a uma combinação específica dos referidos movimentos em interação na caracterização de uma “geofilosofia”, inclusive por adicionar um aspecto decisivo para a filosofia e também para a formação do capitalismo. Porque ambos aconteceram em um “lugar”, e não em outro – o que, como veremos, permite um diálogo interessante com a geonálise.

Captar o alcance da geofilosofia abre espaço para distingui-la de uma filosofia da geografia, uma filogeografia, e de outras “geos”, como a “geonálise”, a “geontologia”.

Entremos em campo, ou melhor, no território, e nos movimentemos. Para fazê-lo, experimentamos entrelaçar “obras” e “pontos”; toma-se como núcleo as obras conjuntas dos dois autores e inserem-se trabalhos específicos, lembrando, valendo-se do ano das publicações.

Em *O anti-Édipo*, há a explicitação do “corpo pleno” e do “corpo sem órgãos”. Resumindo, “o *socius* como corpo pleno forma uma superfície onde toda a produção se registra e parece emanar da superfície de registro”, enquanto o “corpo sem órgãos, o improdutivo, o inconsumível, serve de superfície para o registro de todo o processo de produção do desejo [...]”. Em relação ao “corpo pleno”, ao *socius*, dizem que “pode ser o corpo da terra ou o corpo despótico, ou então o capital” (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 25-26).

Há transições relevantes do *socius* à “máquina social”, repetindo-se que pode ser o “corpo da Terra, o corpo do Déspota, o corpo do Dinheiro” – no que resgata o “corpo” em Espinosa. Delineiam assim o “problema” do *socius*: “codificar os fluxos do desejo, inscrevê-los, registrá-los, fazer com que nenhum fluxo escorra sem ser tampado, canalizado, regulado”. Aos três corpos vinculados ao *socius*, à “máquina social”, ligam três máquinas, respectivamente:

quando a *máquina territorial* primitiva deixou de ser suficiente, a *máquina despótica* instaurou uma espécie de sobrecódigo, mas a *máquina capitalista*, enquanto se estabelece sobre as ruínas mais ou menos longínquas de um Estado-despótico, se acha numa situação totalmente nova: a decodificação (sic) e a desterritorialização dos fluxos (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 50-51, grifo nosso).

Dizem os filósofos que o “corpo sem órgãos é o último resíduo de um *socius desterritorializado*”. E prosseguem afirmando: “O capitalismo tende a um limiar de descodificação que desfaz o *socius* em proveito de um corpo sem órgãos, e que, sobre esse corpo, libera os fluxos do desejo em um campo desterritorializado” (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 50-51).

Para esta tese, vamos nos ater a uma sucinta menção à associação capitalismo-esquizofrenia, balizadora dos títulos de duas de suas obras conjuntas. Em pergunta sobre essa associação, os filósofos respondem: “Será correto dizer, nesse sentido, que a esquizofrenia é o produto da máquina capitalista, como a mania depressiva e a paranóica são o produto da máquina despótica, como a histeria é o produto da máquina territorial?” (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 51).

Claramente, após o questionamento, agora afirmam: “A decodificação dos fluxos e a desterritorialização do *socius* formam assim a tendência mais essencial do capitalismo. Ele não cessa de aproximar-se de seu limite, que é um limite propriamente esquizofrênico” (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 52). E, bem mais adiante:

Dizemos do capitalismo, ao mesmo tempo, que ele não tem limite exterior, e que ele tem um: tem um que é a esquizofrenia, isto é, a descodificação absoluta dos fluxos, mas ele só funciona repelindo e conjurando esse limite. E também tem limites interiores e não os tem: tem nas condições específicas da produção e da circulação capitalistas, isto é, no próprio capital, mas só funciona reproduzindo e alargando esses limites a uma escala sempre mais vasta (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 318).

Capitalismo e limites retornam adiante.

Como não é inusual em suas obras, os dois autores antecipam no primeiro capítulo o que vão voltar e detalhar no terceiro, além de não ser incomum que haja alterações ou revisões no percurso. Ao voltarmos para as citações anteriores, há muito “território para espaço” (“pano para manga”): o uso de “primitiva”; a sequência histórica linear até o capitalismo – deixamos ambos para quando estivermos um pouco mais adiantado no território desta tese.

Ao mesmo tempo, grifamos nessas citações referidas: a) Terra, territorial, marcadores diretos da “máquina territorial primitiva”; b) decodificação e desterritorialização como “situação totalmente nova” no capitalismo. Ou seja, algo que se aproxima dos primeiros quatro pontos.

Mas eles vão adquirindo maior complementaridade e firmam conexões no desenrolar do(s) capítulo(s) do livro – retornando e também se antecipando. É o caso da (desre)territorialização:

Quanto mais a máquina capitalista desterritorializa, decodificando (sic) e axiomatizando os fluxos para extrair a mais-valia, mais seus aparelhos anexos, burocráticos e policiais, reterritorializam com toda força enquanto absorvem parte crescente da mais-valia (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 52-53, grifo nosso).

Desterritorialização seguida de reterritorialização, sinalizando movimento.

O “mito da desterritorialização” se desmitifica se tivermos esse entendimento dos dois filósofos sobre embaralhamentos inseparáveis na desreterritorialização. Nesse movimento, a desterritorialização nem é nem não é, mas compõe um movimento – e que não pode dele ser desacoplada.

Quanto às “territorialidades”, abrem um leque de qualificação delas no capitalismo:

o capitalismo instaura ou restaura todos os tipos de territorialidades residuais e factícias, imaginárias ou simbólicas, sobre as quais ele tenta, bem ou mal, recodificar, selar as pessoas derivadas de quantidades abstratas. Tudo repassa ou revém, os Estados, as pátrias, as famílias (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 52).

As três “máquinas” são maquinadas no terceiro capítulo. Encontramos nele ferramentas auxiliares para abrir, apertar ou afrouxar parafusos que possam estar “soltos”, safando-

nos de riscos desnecessários nessa viagem movimentada pela Terra, terra, territórios, a saber:

a) Terra – terra:

a unidade primitiva, selvagem, do desejo e da produção é a terra. Porque a terra não é somente o objeto múltiplo e dividido do trabalho, ela é também a entidade única, indivisível, o corpo pleno que se rebate sobre as forças produtivas e se apropria delas como pressuposto natural ou divino. O solo pode ser o elemento produtivo e o resultado da apropriação, a Terra é a grande estase inengendrada, o elemento superior à produção que condiciona a apropriação e a utilização comuns do solo (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 178-179).

Ou seja, a amplitude do corpo pleno Terra, também chamado por deusa Terra (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 180), e a terra-solo, as relações que extravasam o produtivo – incluindo o natural e o divino. Importantíssima a Terra como não engenhada, mas condicionadora, “superior à produção”;

b) Corpos – terra: na “máquina territorial primitiva”, a “tarefa que resume todas as outras: marcar os corpos que são da terra” (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 183), e não a “partilha” do espaço, a divisão da terra;

c) Territorialidade – divisão:

se entendemos por isso (territorialidade) um princípio de residência ou repartição geográfica, é evidente que a máquina social primitiva não é territorial. Só o será o aparelho de Estado que, segundo a fórmula de Engels, “subdivide não o povo, mas o território e substitui uma organização geográfica à organização gentílica” (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 184-185).

Sendo assim, quando a

divisão incide sobre a terra mesma, em virtude de uma organização administrativa, territorial e residencial, não se pode ver nisso uma promoção da territorialidade, mas, muito pelo contrário, o efeito do primeiro grande movimento de desterritorialização sobre as comunidades primitivas (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 185).

Das muitas divisões e redivisões, das inúmeras partilhas e repartilhas, suas motivações e suas organizações exercem papéis cruciais no entendimento do movimento que está sendo traçado no espaço, tais como a “territorialidade”, a “desterritorialização”, mas que não ficam restritos e estacionários. Especificamente, isso se dá na divisão da terra do e para o Estado, inclusive sua “organização” – crucial, em outro momento histórico, o do Estado-nação, inescapável para pensarmos a escala geográfica.

Na máquina despótica, há uma notável transcendência da terra na terra mediante o Estado: “A unidade imanente da terra como motor imóvel dá lugar a uma unidade transcendente de uma natureza totalmente diferente, unidade de Estado: o corpo pleno não é mais o da terra, mas o do Déspota, o Inengendrado, que se encarrega agora da fertilidade do solo” (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 185);

d) Estado Despótico – territorialização ou desterritorialização? Quando o corpo pleno passou a ser o corpo do Déspota:

Longe de ver no Estado o princípio de uma territorialização que inscreve as pessoas segundo sua residência o efeito de um movimento de desterritorialização que divide a terra como um objeto e submete os homens à nova inscrição imperial, ao novo corpo pleno, ao novo socius (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 247).

E, também:

Observou-se frequentemente que o Estado começa (ou recomeça) por dois atos fundamentais, um dito de territorialidade por fixação de residência, o outro dito de liberação por abolição das pequenas dívidas. Mas o Estado procede por eufemismo. A pseudoterritorialidade é o produto de uma efetiva desterritorialização que substitui signos da terra, e que faz da terra mesma propriedade objeto de uma propriedade de Estado [...] (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 249).

Há no caso da constituição do Estado Despótico a sequência do movimento de sua desterritorialização (após a territorialização da máquina social primitiva), sequência essa nem sempre possível de ser aprendida. O relevante também a notar é a formação desse Estado como desterritorialização – e não como Estado territorial, como muitas vezes se estabelece indistintamente para todo e qualquer Estado.

e) Capitalismo – civilização? Descodificação, Desterritorialização, Axiomática. Naquele mencionado capítulo das máquinas na história, a terceira delas não é menos

controversa, especificamente pela mutualidade capitalismo e civilização. Uma das possibilidades para essa interação pode ter redundado de uma interpretação de Marx, sendo que uma análise de uma “concepção evolucionista e positivista” de “certos marxismos” está em Zanotelli (2019, p. 16-18).

Não obstante, registre-se o que dizem: “A civilização se define pela descodificação e desterritorialização dos fluxos na produção capitalista” (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 311), devendo-se sublinhar que a conceituação de “civilização” como superior ao “primitivo” está mais que contestada.

Assim, para “descolonizar” o conhecimento, Grada Kilomba (2019, p. 118) assinala o sentido colonizador do abuso (de) “primitivo” para o negro: “Primitivismo, no sentido de que constrói o *sujeito negro* como ‘primitivo’, como aquele que está mais perto da natureza, que possui o que as/os *brancas/os* perderam e o que, portanto, as/os excita”.

Trata-se, então, de acordo com essa visão vinculativa entre capitalismo e civilização, da “máquina capitalista civilizada”, longamente analisada e relacionada à esquizoanálise no último capítulo. Essa terceira máquina está sequenciada como “outro grande movimento que vai se fazer pela descodificação de fluxos”. Para frisar a magnitude desse “grande movimento”, os dois filósofos franceses ressaltam: “o primeiro grande movimento de desterritorialização aparecia com a sobrecodificação do Estado despótico”. Mas ele não é nada ao lado desse mensurado como “grande” (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 282).

Ora destacam “descodificação”, ora enfatizam “desterritorialização”, principalmente no começo do percurso analítico da citada “máquina capitalista civilizada” (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 282-334), mas o importante é a combinação dessas duas “des”. “Eis porque o capitalismo e seu corte não se definem simplesmente por fluxos descodificados, mas pela descodificação generalizada dos fluxos, a nova desterritorialização maciça, a conjunção dos fluxos desterritorializados” (p. 284).

Quais são esses fluxos em que há “conjunção, reação (de) uns sobre outros, a contingência desse encontro, dessa conjuntura, dessa reação que se produzem uma vez”? Eles abrangem: “propriedades que se vendem”, “dinheiro que escorre”, “produção e de meios de produção que se preparam na sombra”, “trabalhadores que se desterritorializam” (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 283).

Um exemplo da “conjunção” entre e de fluxos primordiais no capitalismo, o “trabalhador livre” e o “capital”, requer que o primeiro deles seja “desterritorializado do solo por privatização; (e haja) descodificação dos instrumentos de trabalho por apropriação [...]” (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 285).

Como, no capitalismo, o Estado se transforma? Para não nos alongarmos, dirigimo-nos a uma de suas “paradas”:

Resumindo: a conjugação dos fluxos descodificados, suas múltiplas esquizas ou quebras, exigem toda uma regulação cujo principal órgão é o Estado. O Estado capitalista é o regulador dos fluxos descodificados como tais, enquanto presos na axiomática do capital (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 320).

Repõem que:

ele (Estado) não inventa essa axiomática, já que ela se confunde com o próprio capital. Ao contrário, ele nasce dela, resulta dela, assegura apenas a sua regulação, regula ou mesmo organiza suas falhas como condições de funcionamento, vigia ou dirige os seus processos de saturação e os alargamentos correspondentes de limite. Nunca um Estado perdeu tanto a potência para pôr-se com tanta força a serviço do signo de potência econômica (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 320-321).

Referem-se à axiomática em contraste com as (des)codificações atinentes às duas máquinas anteriores:

substituindo os códigos territoriais e a sobrecodificação despótica por uma axiomática dos fluxos descodificados, e uma regulação desses fluxos; ela opera o segundo grande movimento de desterritorialização, mas, desta vez, porque não deixa nada subsistir dos códigos e sobrecódigos (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 333).

Essa alteração conceitual dos códigos pela axiomática tem a sua relevância na análise de Deleuze e Guattari (1976, p. 318) sobre o capitalismo, e sua obstinada transformação, claramente explicitada: “E é realmente a potência do capitalismo, que sua axiomática não seja nunca saturada, que ela seja sempre capaz de acrescentar um novo axioma aos axiomas precedentes. O capitalismo define um campo de imanência, e não cessa de preencher esse campo”.

Mas será pleno, absoluto, o desmoronamento dos “códigos” e dos “sobrecódigos” no capitalismo? Não: “o que não deixa subsistir, ela (máquina capitalista civilizada) o reencontra por seus próprios meios originais; ela reterritorializa, aí onde perdeu as territorialidades, cria novos arcaísmos, aí onde destruiu os antigos – e os dois se esposam” (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 333).

Se estava posta a controvérsia sobre o laço entre capitalismo e civilização, ela se amplia, a depender do que os autores franceses estão querendo dizer com “antigo” e, principalmente, com “arcaísmo”, antecedendo ao capitalismo... civilizador? O moderno, o novo é o capitalismo civilizacional? Como considerariam as territorialidades de povos originários no século XXI? A desterritorialização do “arcaico” se dá mediante uma reterritorialização “arcaica”, e o “esposar” se dá entre o “moderno” e o “arcaico”? Como essa dualidade seria ultrapassada? Vamos mostrar adiante que o “arcaico” desses filósofos não pode ser traduzido por atrasado, e, portanto, não cabe a contraposição moderno-atrasado, o que tornam complexas as considerações a serem feitas aos “arcaísmos”.

Para que se possa entrever o processo “humanicida” do capitalismo de construir, desconstruir, reconstruir, e de criar, descriar e recriar códigos, territorialidades, vidas e tantas outras verbalizações que podem ser entrelaçadas ao movimento forçado de descodificação, de desterritorialização e de reterritorialização, a Terra “geme” com esse (des)limite, com essa (des)medida que impele ou compele o capitalismo ao “deslocamento” contínuo e permanente. “Se o capitalismo é o limite exterior de toda a sociedade, é porque ele não tem por sua conta limite interior, que é o próprio capital, e que ele não atinge, mas reproduz, deslocando-o sempre” (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 293). E reiterando a transgressão de limites: “Marx mostrou muito bem a importância do problema: o circuito sempre alargado do capitalismo só se fecha, reproduzindo numa escala cada vez maior seus limites imanentes, se a mais-valia é não somente produzida ou extorquida, mas absorvida, realizada” (p. 298).

Se os limites são continuamente deslocados e rompidos pelo capitalismo, como falar em escalas limitadas? Faz sentido analisar a espacialidade desse modo de produção com base nesse conceito, especificamente na Escala 5, quando ela é assumida para pesquisar a financeirização na produção do espaço?

Ou seja, o capital não tem e nem segue escalas, rompendo-as sistematicamente; o Estado que as segue, e procura se regular a partir delas, se depara frequentemente com a discrepância desse arranjo escalar modelado em um momento anterior – e que tem acentuada inércia para mudar. Por exemplo, a formação da região metropolitana choca permanentemente com limites administrativos municipais. Seriam esses limites códigos arcaicos ou uma axiomática espacial com validade exaurida?

Nesse deslocamento capitalista desembestado, avassalador e genocida, e atentando-se aos quatro primeiros pontos dispostos anteriormente, as desterritorializações e reterritorializações são afetadas em suas múltiplas extensões e intensões. Contudo, comum e indevidamente, elas quase sempre acabam sendo enquadradas e limitadas pelos cânones das divisões espaciais dos Estados-nações.

Como bem questiona Veltz (1999), há um crescente e intenso desencaixe entre “el espacio de los Estados y el espacio de las empresas” (p. 84), gerando implicações sociais e políticas. Há uma “geoconomia” (p. 85) e uma geopolítica, de tal forma que é preciso buscar “las escalas territoriales apropiadas de otra forma que no sea la estrictamente institucional” (p. 138); não há como não salientar essa conjugação de escalas e territórios – gerando “escalas territoriales”. Depois da pandemia e da guerra Rússia x Ucrânia, haverá ou está havendo uma busca de reduzir a dissociação entre essas duas “geos”?

No momento de elaboração de *O anti-Édipo*, final dos anos 60 e início dos anos 70 do século passado, a divisão do mundo seguia os países e a clássica e convencional contraposição centro-periferia: “o processo de desterritorialização vai aqui do centro à periferia, isto é, dos países desenvolvidos aos países subdesenvolvidos, que não constituem um mundo à parte, mas uma peça essencial da máquina capitalista mundial”. Todavia já apareciam senões nessas divisões e enquadramentos nacionais: “É preciso acrescentar ainda que o próprio centro tem seus enclaves organizados de subdesenvolvimento, suas reservas e favelas como periferias interiores”, assim como há diferenciações também na produção. “Seria um grande erro acreditar que as exportações da periferia provêm antes de tudo dos setores tradicionais ou de territorialidades arcaicas [...]” (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 293-294).

Sem também discutir se formam “enclaves” ou não, ou se estão apartados, e, ainda, sem não aceitar o “arcaico” e os porquês, os processos de exclusão social se agudizaram em toda a Terra.

Evidenciando, mais uma vez, a hipótese da hegemonia da interpretação marxista vinculante entre “capitalismo e civilização e moderno”, Deleuze e Guattari (1976, p. 327) não titubeiam: “As sociedades modernas civilizadas se definem por procedimentos de descodificação e de desterritorialização”.

Continuam estabelecendo uma interação entre pontos daquela nossa lista, isto é, o movimento combinado de desterritorialização e reterritorialização e territorialidade. Quanto ao movimento, “o que elas desterritorializam de um lado, elas reterritorializam do outro”. E vai ficando explícito que esse movimento não pode ter um dos seus momentos isolado e paralisado: “é impossível distinguir a desterritorialização e a reterritorialização, que estão presas uma na outra ou são como o avesso e o direito de um mesmo processo” (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 329).

Por sua vez, o que é gerado passa a ser chamado de “neoterritorialidades”, adjetivadas daquela maneira inaceitável: “Essas neoterritorialidades são frequentemente artificiais, residuais, arcaicas”. Mas há uma atenuante: “só que são arcaísmos com uma função perfeitamente atual, nossa maneira moderna de ‘ladrilhar’, de quadricular, de reintroduzir fragmentos de código, ressuscitar antigos, inventar pseudocódigos ou jargões. Neoarcaísmos segundo a fórmula de Edgard Morin” (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 328). As chamadas “neoterritorialidades” voltam a aparecer nas páginas finais da análise do capitalismo civilizacional: “É a própria conjunção dos fluxos desterritorializados que desenha neoterritorialidades arcaicas ou artificiais” (p. 329).

“Arcaicas, residuais, artificiais”, as “neoterritorialidades” passam a estar designadas de “territorialidades modernas”, imediatamente após a “fórmula” “neoarcaísmo”, de Edgard Morin: “Elas são extremamente complexas e variadas essas territorialidades modernas” (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 328). E apontam quatro dessas “territorialidades modernas”, “complexas e variadas”, todas elas contidas na mesma página da citação anterior (p. 328):

- a) “mais folclóricas, mas, mesmo assim, representam forças sociais e eventualmente políticas (dos jogadores de bola (bocha) aos destiladores de vinhos passando pelos antigos combatentes)”;
- b) “enclaves, cujo arcaísmo pode tanto nutrir um fascismo moderno quanto desembaraçar uma carga revolucionária (as minorias étnicas, o problema basco, os católicos irlandeses, as reservas indígenas)”;
- c) “formam como que espontaneamente no movimento de desterritorialização (territorialidades de bairros, territorialidades dos grandes conjuntos, os ‘bandos’)”;
- d) “organizados ou favorecidos pelo Estado, mesmo se elas se voltam contra ele e lhe causam sérios problemas (o regionalismo, o nacionalismo)”.

Pode ser que essas diferentes adjetivações atribuídas às territorialidades, incluindo “arcaico”, “artificial”, “residual”, “modernas”, possam ter advindo de discussões sobre desafios enfrentados no debate sobre o “Estado socialista”:

tem suas próprias minorias, suas próprias territorialidades, que se reformam contra ele, ou então, que ele suscita e organiza (nacionalismo russo, territorialidade de partido: o proletariado só pôde constituir-se como classe sobre a base de neoterritorialidades artificiais; paralelamente, a burguesia se reterritorializa às vezes sob as formas mais arcaicas (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 328).

Incorporando o duplo movimento do capital analisado por Marx, Deleuze e Guattari depreendem que:

a axiomática social das sociedades modernas está presa entre dois polos, e não deixa de oscilar de um polo ao outro. Nascidas da descodificação e da desterritorialização, sobre as ruínas da máquina despótica, essas sociedades estão presas entre o *Urstaat* (Estado despótico asiático), que bem gostariam de ressuscitar como unidade sobrecodificante e reterritorializante, e os fluxos desencadeados que as levam a um limiar absoluto (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 330-331).

Na continuidade, momentos distintos no tempo se sintonizam nas “sociedades modernas”: “Elas recodificam com toda força, a golpes de ditadura mundial, de ditadores locais e de polícia toda-poderosa, enquanto descodificam ou permitem descodificar as quantidades fluentes de seus capitais e de suas populações”. E arrematam: “Estão presas entre duas direções: arcaísmo e futurismo, neoarcaísmo e

exfuturismo, paranóia e esquizofrenia”. E, ainda: “Oscila-se entre as sobrecargas paranóicas reacionárias e as cargas subterrâneas, esquizofrênicas e revolucionárias” (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 331). Essas “duas direções” nas “sociedades modernas”, que não deixam de ecoar 1968, retumbam ou não nos anos 2010? Ou os “neoarcaísmos” estão sufocando cargas revolucionárias?

Para a escala geográfica, ainda que as quatro “territorialidades modernas” indiquem sobejamente que não podem ser reduzidas ao espacial, ao se referirem a grupos históricos, instituições, minorias, pode-se também verificar nelas uma relação direta com espaços e também com escalas: bairros, “grandes conjuntos”, “regionalismo”, “nacionalismo”, além de outra nomenclatura, hoje em questão: “reservas indígenas”.

Nesse sentido, é imprescindível colocar como a escala geográfica exerce, principalmente em sua formatação de organização do Estado, um papel na geração, na propagação, na disseminação dos “ismos” políticos, ainda que possam ser atribuídos exclusivamente a elas. Mas as escalas participam dessa construção de totalidades e unidades fechadas, com múltiplas combinações entre antropocentrismo espacial, físico-natural, cultural, político.

Também devemos nos valer do movimento desterritorialização-reterritorialização para transbordá-los para outras grafias no espaço, especialmente a escala.

Sendo assim, nos interessa sobremaneira ensaiar como movimentos que partem, saem, atravessam, desfazem, recriam territórios podem, total, parcial ou com as devidas mudanças, ser trasladados para a escala.

Então, poderíamos ter movimentos de escalar, desescalar e reescalar? Há, contudo, uma particularidade das escalas no tocante às territorialidades: elas estão cravadas política-institucionalmente na Terra, e não são removíveis ou extermináveis – mas será que podem ser contornadas, desviadas...? Não faltam forças atuantes, no mínimo, para remodelá-las institucionalmente, quando não as ultrapassar até por cima da lei ou, no outro extremo, ficarem bloqueadas, mas os movimentos e as investidas (des)(re)escalares não cessam. Talvez não tenham neoescalas, mas sim arcaísmos escalares modernizados ou ainda aqueles que permanecem no passado e obstaculizam a expansão ilimitada e intensificada do capitalismo em toda a Terra.

Em uma mediação para enveredarmos em *Mil Platôs*, levando adiante a experimentação de seu enlace com os cinco pontos enumerados nesta Plataforma 2ª B, abrangendo (des)continuidades, abandonos, recuos e outras criações conceituais concernentes às territorialidades, ao movimento de desreterritorialização, seguem quatro passagens com prováveis repercussões na referida segunda obra conjunta, incluindo uma publicação de Deleuze e outra de Guattari. As duas primeiras se deram em 1972.

Em um dos debates pós-lançamento de *O anti-Édipo*, o antropólogo Pierre Clastres fez, entre outras observações, a seguinte: “Podemos também perguntar-nos se a ideia de terra não esmaga um pouco a ideia de território” (DELEUZE, 2008a, p. 289). Como visto, apesar de ser denominada “máquina territorial”, a ênfase da chamada sociedade “primitiva” se dá na terra. E, então, como (res)surge “território” em *Mil Platôs*?

Em “Uma Anti-Sociologia” (1976), artigo do sociólogo Jacques Donzelot, o tópico sobre “A territorialidade” é contundente:

Esta noção é, para nós, a mais rica e a mais nova da obra, mas embora se compreenda que dá conta de imensas coisas, que permite saltar as distinções entre o infra e o superestrutural, entre o marginal e o essencial, é preciso reconhecer que é mal e muito raramente explicitada (DONZELOT, 1976, p. 176-177).

No capitalismo, “já não há territorialidade propriamente dita, mas um estado de suspensão dos fluxos que deve torná-los permanentemente disponíveis, daí esse incessante vai-vem de desterritorializações e de reterritorializações” (DONZELOT, 1976, p. 178) – e essa mudança não deveria redundar em uma desterritorialização abolidora do território.

Naquele texto instigante, uma questão avassaladora estava sensível para o sociólogo Donzelot nos anos 70, século passado:

Seríamos tentados a dar total razão a Deleuze e Guattari se não faltasse, lastimavelmente, uma análise dos efeitos desse movimento de desterritorialização sobre o próprio corpo da terra. Como, porque meios, é ele conduzido, se não for conduzido por um processo de deterioração desta? (DONZELOT, 1976, p. 179)

No início dos anos 1970, o autor já se voltava para a “deterioração” da terra – e registrava a sua ausência em *O anti-Édipo*.

Ainda na mesma época, quase simultaneamente ao lançamento de *O anti-Édipo*, Deleuze ministrava o curso “DERRAMES. Entre el Capitalismo y la Esquizofrenia” (a partir de meados de setembro de 1971). Na primeira parte dele, a temática abarcava “Capitalismo, Psicoanálisis, Esquizoanálisis” (DELEUZE, 2005b). Uma “passada” inicial pelas aulas sobre o assunto possibilita dizer que há esclarecimentos importantes sobre pontos do capitalismo, a exemplo da “axiomática”.

A terceira mediação (mantendo-se o critério da data das publicações) entre *O anti-Édipo* e *Mil Platôs* se deu em *Diálogos*, elaborado em colaboração com a jornalista Claire Parnet. Das conversas entre Deleuze e ela, procuramos colher referências sobre (des)(re)territorialização, principalmente.

Notamos diferenças com relação a esse movimento tríplice. Vamos nos limitar, aqui, à interação a ele de outros dois conceitos: agenciamento e ritornelo, e a influência de Guattari na concepção desse último. Há, também, um alinhamento desse movimento com “linhas”, mas, como é um dos moventes do repensar da escala na geoanálise, segue mais um *link* com a Plataforma 4^a.

Partido para os elos conceituais, Deleuze e Parnet (1998, p. 65, grifo nosso), realçam que “a unidade real mínima não é a palavra, nem a ideia ou o conceito, nem o significante, mas o *agenciamento*”, e o liga ao território: “O enunciado é produto de um agenciamento, sempre coletivo, que põe em jogo, em nós e fora de nós, populações, multiplicidades, territórios, devires, afetos, acontecimentos”. Esses elos reforçam o não isolamento da escala.

Nessa obra de Deleuze e Parnet, já fica claro o movimento de desreterritorialização.

Nada de agenciamento sem território, territorialidade, e reterritorialização que compreende todas as espécies de artifícios (palavra frequente em *O anti-Édipo*). Mas tampouco agenciamento sem ponta de desterritorialização, sem linha de fuga, que o carrega para novas criações, ou então para a morte? (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 86).

A esse movimento, agora com um faz, refaz, desfaz territorialmente referenciado, estão encadeados agenciamento, linha – e rumos em aberto, criativos ou mortais.

Na interdependência do movimento com o conceito de ritornelo, Deleuze e Parnet (1998, p. 115) a elaboram com uma sonoridade territorializante:

O desejo, diz Félix, um ritornelo. Mas já muito complicado, pois o ritornelo é uma espécie de territorialidade sonora, a criança que se assegura quando tem medo no escuro [...] O que conta no desejo não é a falsa alternativa lei-espontaneidade, natureza-artifício, é o jogo respectivo das territorialidades, reterritorialidades e movimento de desterritorialização.

Pelo menos em duas passagens, Deleuze e Parnet (1998, p. 27, p. 155) reconhecem a patente da “invenção” da (des)(re)territorialização em Guattari: “O que seria preciso comparar em cada caso são os movimentos de desterritorialização e os processos de reterritorialização que aparecem em um agenciamento. Mas o que querem dizer estas palavras que Félix inventa para fazer delas coeficientes variáveis?”. E são dados três exemplos: o homem na evolução e suas mãos, patas; o seio e a boca; e, ao fim, “a terra, a desterritorializada”.

A última mediação foi o lançamento por Guattari, em 1979, pouco antes de *Mil Platôs*, do livro *O Inconsciente Maquínico. Ensaio de Esquizoanálise*. Especialmente no quinto ensaio, “O tempo dos ritornelos”, recupera-se traços da história desse conceito, suas transformações; no item “A Etologia dos ritornelos sonoros, visuais e comportamentais no mundo animal”, encontram-se formulações que soam próximas das desenvolvidas no Platô 11, “1837 – Acerca do Ritornelo”.

Feitas essas mediações, de interesse para esta tese, no período de quase uma década entre *O anti-Édipo* e *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia 2*, entramos em algumas veredas desse segundo livro conjunto de Deleuze e Guattari que nos levam ao movimento de (des)(re)territorialização – tentando evitar repetições, para não ficar extenuante, com o que já foi trilhado em *O anti-Édipo*.

Na “Conclusão: Regras Concretas e Máquinas Abstratas”, Deleuze e Guattari (2012c, p. 238) incluem “D Desterritorialização” como um dos seis conceitos trabalhados. Abrem-no assim: “A função de desterritorialização: D é o movimento pelo qual ‘se’ abandona o território”. Ligam-no a “linha de fuga”. Ainda que escolham essa “função”, não só o movimento em análise vai se ampliando, território-desterritorialização, como também a interação com outros conceitos, “linha de fuga”, uma das mostras das interações com as mediações antecedentes.

Na obra completa *Mil Platôs*, Deleuze e Guattari formulam oito “teoremas de desterritorialização”, divididos em dois volumes em português (2012a, 2012b), e em igual número em cada um deles, ainda que com ênfases diferenciadas: “rosto” e “artes”.

A ligação desterritorialização-saída do território-linha de fuga permite-os elaborar uma primeira distinção da D: desterritorialização *negativa* e *positiva*. E ambas inscrevem composições ao movimento: as reterritorializações correspondentes. Sigamos as desterritorializações-reterritorializações.

A D se torna ou é tornada *negativa* quando a linha de fuga, bloqueada, sofre uma reterritorialização – no que estendem aquela ampliação do movimento deflagrador, território-desterritorialização. Utilizamos dois exemplos dados para robustecer o caráter multifacetado do movimento: “a reterritorialização pode ser feita sobre um ser, sobre um objeto, sobre um livro, sobre um aparelho ou sistema...”, mas tem uma faceta claramente geográfica – espacial: “a propriedade da terra, pública ou privada, não é territorial, mas reterritorializante” (DELEUZE; GUATTARI, 2012c, p. 238). Por sua vez, na D qualificada como *positiva*, também há reterritorialização, mas ela tem um “papel secundário”.

Duas outras modalidades de D, a *absoluta* e a *relativa*, segundo Deleuze e Guattari (2012c, p. 240) se articulam com dois outros conceitos, respectivamente: o espaço liso e o espaço estriado; o primeiro espaço integrando uma geografia intensiva, em uma geoanálise, e o segundo, uma geografia da extensão.

Essas quatro modalidades da D não são sequenciais, evolutivas, hierárquicas, muito menos seccionadas e paralisadas. Elas se misturam. Há “formas” muito diversas resultantes das misturas, e elas “se afrontam e se combinam” de acordo com a exposição às “regras concretas”.

Apesar de não termos informações para sustentar o que teria motivado, levado ao destaque que passa a ser atribuído ao conceito de território em *Mil Platôs*, notadamente no “Platô 11 – Acerca do Ritornelo”, não se pode deixar de lembrar, por ocasião de um debate sobre *O anti-Édipo*, a observação feita pelo antropólogo Pierre Clastres sobre a ênfase na “terra” ofuscando o território, principalmente na análise da “máquina social primitiva”, cujo debate ressoa com especificidades no Brasil, na América Latina, em termos de “povos originários”.

Sem pretender dar conta do percurso cativante para entrar (e sair) no território em *Mil Platôs*, bem como de suas relações com outros conceitos, e vice-versa, é necessário dizer sobre a abundância verificada. Não obstante, não se pode deixar em branco que “o território é primeiramente a distância crítica entre dois seres de mesma espécie: marcar

suas distâncias” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 134). E essa distância, uma “distância crítica” é uma “medida”? É um “ritmo” (p. 135).

Na primeira dessas relações, o ritornelo soa para a nossa tese como um dos muitos marcadores do território em sintonia com a terra, mas sem a ela se restringir, no sentido físico-territorial: “Sublinhou-se muitas vezes o papel do ritornelo: ele é territorial, é um agenciamento territorial. O canto dos pássaros: o pássaro que canta marca o seu território” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 124). Portanto, além do som para a criança em um quarto escuro, o dos pássaros também tem o seu significado em delinear um território.

Ainda que possa desempenhar outras “funções” (amorosa, profissional ou social, litúrgica ou cósmica), o ritornelo “sempre leva terra consigo, ele tem como concomitante uma terra, mesmo que espiritual, ele está em relação essencial com um Natal, com um Nativo” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 124).

Em outra relação entre ritornelo, território, agenciamento, já insinuam nessa citação anterior, são várias as tramas tecidas por eles.

O ritornelo vai em direção ao agenciamento territorial, instala-se nele ou sai dele. Num sentido geral, *chamamos de ritornelo todo conjunto de matérias de expressão que traça um território, e que se desenvolve em motivos territoriais, em paisagens territoriais* (há ritornelos motores, gestuais, ópticos, etc) (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 139).

A interação conceitual entre território e agenciamento se reveste de um duplo sentido: “O território é o primeiro agenciamento, a primeira coisa que faz agenciamento, o agenciamento é antes territorial” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 139).

O agenciamento está entre aqueles conceitos que desfilam ao longo dos “platôs”. Sobre sua “natureza”, especificam-se dois “eixos”: o “horizontal” abrange conteúdo (corpos) e expressão (atos), segundo dois segmentos; e o “vertical”, “de uma parte, lados territoriais ou reterritorializados que o estabilizam e, de outra parte, picos de desterritorialização que o arrebatam. Ninguém mais do que Kafka soube destacar e fazer funcionar conjuntamente esses eixos do agenciamento” (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 31).

Nesse sentido, há indícios de que não é sem propósito a elaboração conjunta de uma obra intermediária entre *O anti-Édipo* e *Mil Platôs*, o *Kafka: por uma literatura menor*, em que “O que é o agenciamento” encabeça o último capítulo – denotando o espectro abarcado pelo movimento (des)(re)territorialização, incluindo a literatura.

Deleuze e Guattari ora enfocam agenciamento, ritornelo... e o territorial, ora o territorial em articulações conceituais. Em uma dessas idas e vindas rizomáticas, carimbam a potência do território: “O território é de fato um ato, que afeta os meios e os ritmos, que os ‘territorializa’” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 127) – evidenciando a apreensão da relação espinosana entre potência e ato, tratada na Plataforma 2ª, e sua afetação pelos corpos e pelas suas expressões.

Ao especificarem em *Mil platôs* conceitos do “devir-animal”, do “território”, a dupla de filósofos francesa enaltece a contribuição do biólogo e filósofo estoniano, de origem alemã, Jacob von Uexküll. Fazem no seu trabalho uma das muitas “torções” – analisadas pelo filósofo argentino Juan Manuel Heredia – para aproximá-lo de Espinosa.

Além da apresentação da apropriação transformada de von Uexküll, o filósofo Heredia também dá atenção à diferença entre “mundo circundante” e “meio”, pelo menos em sua acepção: “El negativo del mundo circundante (Umwelt), su enemigo, es el concepto de medio (*milieu*)”. Ainda segundo esse autor, “Uexküll advierte una y otra vez que no hay que confundir *Umwelt* ni con el *milieu*, ni con el mundo exterior [...] ni con el entorno inmediato o el alrededor del animal [...]” (HEREDIA, 2022, p. 109). Uma genealogia do conceito de “meio” é feita pelo geógrafo e professor Cláudio Zanotelli (2022).

Em uma das extrações do livro de von Uexküll, *Andanzas por los mundos circundantes de los animales y los hombres* (2016), mais especificamente na Introdução, há uma admiração por “un diminuto animal”, o carrapato.

Muito resumidamente, “mundo circundante”, de acordo com von Uexküll (2016, p. 52), depois de estudar o carrapato, é considerado assim: “mundo circundante del animal que aquí buscamos estudiar es tan solo un recorte del medio ambiente que se extendie en torno del animal – y esse medio ambiente no es sino nuestro propio mundo circundante humano”.

Em seguida, apresenta três espaços desse “mundo”, deixando muito evidente que o “recorte” não é apenas físico-espacial, como se reduz na escala geográfica: a) “espacio efectual” (“espacio de juego de nuestros movimientos”; b) “espacio táctil” (“el lugar”); e c) “espacio visual” (“los lugares visuales y táctiles coinciden en su mundo circundante”) (VON UEXKÜLL, 2016, p. 53-66).

Ao analisar o tempo no “mundo circundante”, Uexküll não se limita ao “humano”: “El tiempo como secuencia de momentos varía de un mundo circundante al otro, según la cantidad de momentos que los sujetos vivencian en el mismo lapso temporal” (VON UEXKÜLL, 2016, p. 73). E também: “El territorio es un problema que concierne puramente al mundo circundante, ya que constituye un producto exclusivamente subjetivo” (p. 116).

Apesar desse mínimo sobre o biólogo-filósofo von Uexküll, é possível que entendamos um pouco mais referências de Deleuze, e das conjuntas de Deleuze e Guattari, sobre as obras dele.

Em uma delas, Deleuze e Guattari (2012b, p. 44-45) o apropriam assim: “Quando Von Uexküll define os mundos animais, ele procura os afetos ativos e passivos de que o bicho é capaz, num agenciamento individuado do qual ele faz parte”. E logo o carrapato entra em cena: “atraído pela luz, ergue-se até a ponta de um galho; sensível ao odor de um mamífero, deixa-se cair quando passa um mamífero sob o galho; esconde-se sob sua pele, num lugar o menos peludo possível”. E exclamam: “Três afetos é tudo”. Eis uma maneira de como são captados os espaços de von Uexküll.

Mas tudo isso para quê? Deleuze e Guattari respondem naquelas mesmas páginas da citação passada (2012b, p. 44-45). Ao abrirem a referência deles a von Uexküll, explicam o que os leva a prezá-lo: “evitávamos definir um corpo por seus órgãos e suas funções, evitamos defini-lo por características Espécies ou Gênero: procuramos enumerar seus afetos”; depois, reiteram:

Não sabemos nada de um corpo enquanto não sabemos o que pode ele, isto é, quais são seus afectos, como eles podem ou não compor-se com outros afectos, com os afectos de um outro corpo, seja para destruí-lo ou ser destruído por ele, seja para trocar com esse corpo ações e paixões, seja para compor com ele um corpo mais potente (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 44-45).

Então, podemos voltar a indagar, sob outras inflexões, a escala: “órgãos e funções” são o que conformam a escala geográfica? Corpos, potências e seus graus, afectos, relações, (de) composições corporais, evidentes acionamentos do filósofo Espinosa não indicam também outros caminhos para saber o que pode um corpo, seus alcances e seus limites, sem prefigurar escalas que irão servir como ferramenta para ajustá-lo ao seu figurino espacial? Recorde-se a ligação do (des)escalar ao organismo e corpo sem órgãos na Plataforma 1^a.

Para abalar a fixidez nesse ou naquele espaço demarcado fisicamente, muitas vezes por atos desconexos das forças atuantes e de seus múltiplos conteúdos e expressões, reaviva-se, ainda, que “o território é tão inseparável da desterritorialização quanto era o código em relação à descodificação”; ou, na “história universal da contingência”, as diferentes “formações coexistentes”, em cada caso, passam pelos “fatores” “do território, da terra e da desterritorialização” – pululando, portanto, movimentos incessantes e estabilizações momentâneas, sem faltarem desestabilizações mais ou menos “sublimes”.

Cada um dos dois filósofos também legou formulações sobre o território e movimentos a ele associados depois do penúltimo livro conjunto, no que caminhamos para cessar a nossa experimentação dos movimentos de desterritorialização, do território e conceitos conexos, e obras e trabalhos de Deleuze, de Guattari, e de Deleuze e Guattari.

Para Guattari e Rolnik (2017, p. 388), “os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos”; despontam não só a relação entre territórios como também os “fluxos”. Continuando, o território guattariano inclui “tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente ‘em casa’”.

Ao indicar o princípio comum às três ecologias – mental, social e ambiental –, Guattari (2017, p. 37) enuncia que os

territórios existenciais com os quais elas nos põem em confronto não se dão como um em-si, fechado sobre si mesmo, mas como um para-si precário, finito, finitizado, singular, singularizado, capaz de bifurcar em reiteraões estratificadas e mortíferas ou em abertura processual a partir de práxis que permitam torná-lo habitável por um projeto humano.

Os “territórios existenciais” incluem: “as maneiras íntimas de ser, ao corpo, ao meio ambiente ou aos grandes conjuntos contextuais relativos à etnia, à nação ou mesmo aos direitos gerais da humanidade” (GUATTARI, 2017, p. 37).

Não obstante a reiteração de “humano”, “humanidade”, que repercute no entendimento de Natureza, não há como se prender o território a uma ou outra acepção, especialmente ao poder, seguindo sua etimologia, na medida em que ele se estende ou pode ser estendido para “existências”, “modos de vidas” contextualizados. Inclusive a apropriação e a busca de subordinação desses diferentes “territórios existenciais” dá a tônica de um sem-número de políticas públicas de “governos progressistas”.

Além daquela menção genérica de Deleuze ao território, já citada em *Diferença e Repetição*, apenas uma outra foi achada, após a sua morte, em uma de suas aulas do curso sobre Foucault, relativa ao que é considerado como a segunda fase de sua trajetória filosófica, a “subjetivação”. Nela, há uma relação entre o romantismo alemão e o território: “Quisiera hacer una hipótesis. Diría que el romanticismo (alemán) está profundamente ligado a la noción de territorio y perda de territorio”. Essa hipótese se desdobra na relação território-terra no “romantismo alemão”: “Y el territorio está siempre... como decirlo... en desequilibrio con la tierra. ¿Cómo reunirse con la tierra? Sin impedir que la tierra, me devuelva al territorio. Los juegos entre territorio y la tierra, ese es un problema altamente romântico” (DELEUZE, 2015, p. 71).

Um parêntese sobre o “romantismo”, extraído da conclusão de um livro específico sobre esse movimento:

O Romantismo foi colocado, antes de tudo, como uma quebra em relação aos cânones, às regras, às normas e às convenções clássicas, uma vez que desde a sua irrupção como movimento (segunda metade do século XVIII) evidenciou-se uma espécie de decomposição da forma de arte até então vigente, cujas leis dominaram durante séculos o fazer artístico na Europa e que, em essência, constituíam a canonização de aspectos fundamentais da arte e da literatura da Antiguidade greco-latina (GUINSBURG, 2005, p. 275, grifo nosso).

Com ênfase no “romantismo alemão”, Bornhein (2005, p. 97, grifo nosso) salienta: “a preocupação com a ciência e com a natureza é uma das constantes do Romantismo”. Com esse parêntese, e retomando a citação de Deleuze que o motivou, é preciso retê-los como contribuições para o entendimento da “geofilosofia” na Plataforma seguinte.

Pode-se deslizar esse movimento tenaz relativo ao território, enfeixado na desreterritorialização, para o movimento (des)(re)escalar?

- *ESCALA 3 – Reescalamento sem Desescalamento na Geografia anglo-saxônica*

A concepção de reescalamento conflui, principalmente, com as transformações ocorridas no Estado nacional no neoliberalismo. Serão abordados quatro autores: Brenner, Jessop, Peck e Swyngedouw – cujas concepções influenciaram sobremaneira a geografia recente no Brasil, em particular a temática escalar.

Brenner (2018, p. 121) elabora o que marca a diferença entre a escala e o processo de reescalamento: “São, em resumo, os *processos* de escalonamento e reescalamento, em vez da escala em si mesma, que devem ser o foco analítico central para abordagens sobre a questão da escala”. Os processos de reescalamento podem abranger a urbanização, a acumulação de capital e a regulação estatista. A escala em si é deslocada para ser incluída em alteração relacional, para cima e para baixo.

O conceito de “economia política das escalas” é, então, mudado a partir dessa “gramática” processual escalar, superada a visão essencialista de cada escala:

não estamos lidando com uma economia política de escalas fixas, distintas, singulares e encaixadas, mas, antes, com uma multiplicidade de *economias políticas escalonadas [scaled political economies]* que estão implicadas – e por sua vez são produtoras de – em padrões diversos e entrelaçados de diferenciação escalar e rediferenciação escalar (BRENNER, 2018, p. 128).

São esboçados dois “processos” escalares, escalonamento e resescalamento, sem deixar de remetê-los ao “institucional” e à “luta política”:

o ponto focal para a investigação escalar não são as escalas em si, mas sim os processos de escalonamento (diferenciação escalar) e reescalamento (rediferenciação escalar) que alicerçam as dinâmicas de evolução institucional e luta sociopolíticas sob o capitalismo moderno (BRENNER, 2018, p. 128).

Esse entendimento processual, escalonamento e reescalamento, proposto por Brenner abre possibilidades de diálogo com Deleuze e Guattari? Em que medida essa noção processual poderia ser equiparada à noção de movimento de territorialização,

desterritorialização e reterritorialização? O escalar e o reescalar têm, segundo o enfoque de Brenner, proximidade com a territorialização e a reterritorialização?

O referido diálogo poderia ficar interditado se se leva em conta um terceiro movimento. Comparativamente ao tripé do movimento de desreterritorialização, o processo de reescalonamento não contempla o que poderia ser chamado de um “desescalonamento”, ou seja, o que, porventura, “fugiria” do escalar. Essa possibilidade sequer é cogitada em todas as autorias levantadas que abordam essa temática.

De uma maneira geral, o processo de Brenner e o movimento de Deleuze e Guattari também poderiam ou não ser estendidos a outras categorias geográficas? Por exemplo, para a categoria “lugar”, faz sentido gerar uma relugarização? Quem sabe uma deslugarização? Ou o lugar é lugarizado como algo fixado, arraigado, destituído de passar por movimentos que o exorbitam?

Indicando a tônica no reescalonamento institucional, Brenner observa essa transformação do Estado no neoliberalismo na América do Norte e na Europa.

Apesar de os Estados altamente centralizados e burocratizados da era fordista-keynesiana convergirem em torno à escala nacional como lugar organizacional predominante, desde as crises econômicas mundiais do início dos anos 1979, os Estados mais velhos da América do Norte e da Europa foram consideravelmente reestruturados, a fim de prover capital com cada vez mais condições territoriais essenciais e bens coletivos em escalas espaciais sub e supranacionais (BRENNER, 2018, p. 78-79).

Entrelaça, portanto, a emergência desse reescalonamento do Estado à crise do fordismo:

como uma importante estratégia neoliberal de reestruturação industrial e de gestão da crise, visando ao mesmo tempo melhorar a eficiência administrativa das instituições estatais, capacitar novas formas de mobilidade de capital no âmbito supranacional para promover a competitividade global de grandes polos de crescimento subnacionais, e executar a desvalorização e a revalorização do capital nas cidades e regiões em declínio (BRENNER, 2018, p. 80).

Confirmando o reescalonamento do Estado como intrinsecamente amarrado à constituição e à disseminação neoliberal, Brenner adverte que a “territorialidade estatal” não está sendo erodida, mas, sim, reescalonada, do nacional para o supranacional e para o subnacional – outra maneira de dizer para cima e para baixo, nos níveis escalares:

a desnacionalização da economia nacional e das hierarquias urbanas não está degradando o papel do Estado como forma de territorialização do capital, mas “desnacionalizando” sua estrutura escalar para privilegiar níveis supra e subnacionais de intervenção regulamentar e de valorização do capital (BRENNER, 2018, p. 83).

O reescalonamento do Estado para além e aquém do nacional acarretou também reposicionamentos na escala urbana de governança de cidades europeias.

A conclusão central política e analítica que emerge dessa análise é que os problemas de governança urbana não podem mais ser confrontados simplesmente em escala urbana, como dilemas de regulação municipal ou mesmo regional, mas devem ser analisados também em escala nacional, supranacional e global do poder territorial do Estado, pois é basicamente nessas escalas supraurbanas que a geografia política intensamente contraditória do neoliberalismo é configurada (BRENNER, 2018, p. 95-96).

Notadamente a partir de final dos anos 2010, a dinâmica desse processo de reescalonamento supra e subnacional está em debate. O “nacional” está recolocado, em virtude de mudanças políticas associadas à eleição de presidentes atualizadores do fascismo, além do questionamento da constituição de “blocos de países”, como na União Europeia, chegando ao *Brexit* no Reino Unido.

Esse processo em curso de reafirmação do nacional na globalização, com alterações geopolíticas decisivas, ganhou uma outra força na pandemia do Coronavírus e com o deflagrar da guerra Rússia x Ucrânia, entrelaçada a despotismos, autoritarismos, negacionismos e à intensificação de processos necrófilos de exclusão e de morte, potencializados por políticas e ações de extremas direitas.

Porém, ao mesmo tempo, nesta segunda década do século XXI, a derrota eleitoral dos presidentes Donald Trump, nos EUA, e Jair Bolsonaro, no Brasil, juntamente com a (re)eleição de presidentes mais à esquerda no espectro político na América Latina podem fortalecer, por outras vias, a retomada do (projeto) “nacional” e de reorientações na globalização neoliberal?!

Esse processo de um possível revigoramento do Estado nacional pode se deparar com desafios complexos, como a financeirização mundializada, além de outros temas da agenda mundial, como o “aquecimento global”, que, para alguns chefes de Estado, a exemplo do presidente Lula, demandam uma “governança global”. Sem, portanto,

resultante estabelecida, o que se pode ter é a agudização das tensões entre o global e o nacional, dependendo da agenda temática e, simultaneamente, da disseminação de lutas políticas localizadas, quando muito regionais.

Para caracterizar as “complexidades do reescalonamento”, com a tônica no regional que não se restringe às fronteiras (internas) do nacional, o segundo autor, Jessop (2018, p. 51), aponta que as combinações entre escalas precisam ser contempladas mediante várias modalidades: “vertical, horizontal, diagonal, centrípeta, centrífuga e turbilhonar (vórtex)”. Essa relevante ampliação de combinações rompe com a exclusividade do binário convencional horizontal e vertical, ainda que não tenha sido identificada uma operacionalização de alguma delas.

Assim, a complexidade de arranjos escalares decorrentes “não pode ser capturada em termos de simples contrastes”, com dicotomias conceituais, tais como global-nacional, global-local, ou ainda com conceitos híbridos ou provenientes de suas fusões, como “glocalização”, “glurbanização”, não se podendo perder no radar dos dualismos, tal como abordado no Ambulo da tese.

Diferentemente de se reforçar dualismos ou de se prover sua superação, mediante fusões dos termos que o formam, retomando o primeiro autor, Brenner desloca a análise para a

proliferação de escalas espaciais discursivamente constituídas e institucionalmente materializadas e incrustadas que são relacionadas em hierarquias cada vez mais complexas e emaranhadas, em vez de serem simplesmente aninhadas umas dentro das outras. Elas têm diversas temporalidades, bem como espacialidades (BRENNER, 2018, p. 51).

O léxico escalar proposto pelo autor engloba “modos pluri-espaciais, multi-temporais e poli-contextuais”. São duas pretensões de flexibilizar a escala do seu enquadramento clássico no plano de organização, na extensão, absorvendo conceitos que pretendem inová-la, flexibilizá-la, tornando-a, assim, mais atraente.

Deixamos para a Plataforma 3^a a crítica a essas tentativas de – mantendo exclusivamente a escala geográfica, dissociada, portanto, de algum outro conceito no intensivo, como “platô”, como “plataforma” – introduzir traços do intensivo sob o comando do extensivo escalar, um remédio talvez para evitar o “sem escala”, mas que acaba provocando efeitos colaterais graves e contraproducentes. Vamos ver, ao desdobrarmos espaços (-e, -), que tais tentativas de flexibilizar, de adornar a escala com

alguns traços do intensivo também ocorrem em conceituações do espaço; mas, em ambas as tentativas, se permanece numa visão monoconceitual, evitando delinear pares conceituais na extensão e na intensão.

Variadas “estratégias de reescalonamento”, sintetizadas a seguir em ordem crescente, direcionadas para se driblar dualismos escalares, são elencadas por Jessop (2018, p. 52-54):

- re-localização e re-regionalização: a reemergência e a revalorização das economias locais e regionais no contexto das economias nacionais, ou, em alguns casos, a decomposição da economia nacional devido a algum mecanismo de ruptura;
- metropolização multicêntrica ou polinucleada: uma vasta expansão do tamanho e da escala das cidades líderes dentro de hierarquias urbanas para que se tornem enormes regiões metropolitanas ou megarurbanas em vários centros;
- inter-localização ou inter-regionalização: o desenvolvimento de ligações horizontais entre localidades ou regiões contíguas na mesma escala, mas em diferentes estados nacionais, que têm interesses econômicos e/ou políticos compartilhados. Nessa estratégia, estão incluídos “corredores internacionais de desenvolvimento ao longo das principais artérias de transporte”;
- trans-localização ou trans-regionalização: o aumento de ligações horizontais entre as localidades ou regiões não contíguas, na mesma escala, seja dentro, seja entre os estados nacionais;
- redes de cidades globais.

Nessas estratégias de reescalonamento, “as empresas e os Estados são atores-chaves no reescalonamento resultante e nos esforços de atuação interescalar” (JESSOP, 2018, p. 56). Essas duas lógicas, a capitalista e a do Estado, são marcadas, respectivamente, por redes e fluxos, e pelo controle territorial – estimulando o repensar da contraposição entre “fixos e móveis”, entre “fixidez e movimento”, a partir das marcas dessas lógicas.

Não se pode olvidar as tensões e os conflitos decorrentes dessas duas lógicas dominantes: uma praticamente desterritorializada do capital; e outra territorializada do Estado, não escalarizável, o que promove uma proliferação de encontros e de

desencontros com a territorialização-desterritorialização-reterritorialização de Deleuze e Guattari, principalmente quando consideradas outras exclusões, como a do trabalho, dos “refugiados” políticos e do clima, dos “subalternos e marginalizados”.

Interessante notar que não há em Jessop a vinculação exclusiva de redes e fluxos ao capital, pois esse ator também se inscreve espacialmente; da mesma forma, o Estado, na medida “em que são mais do que recipientes de poder: eles também funcionam como conectores de alimentação, ou seja, como nós de uma rede de Estados e de outras forças políticas” (JESSOP, 2018, p. 56).

Ou seja, o Estado também envolve e é envolvido por redes e fluxos, extrapolando as escalas institucionalizadas, e também a uma visão que se atém ao Estado territorializado apenas.

Swyngedouw (2010, p. 48) indica que está superada uma posição sobre o escalonamento clássico, sequencial e essencialista: “creo que comenzar el análisis desde una escala geográfica determinada, como la escala local, regional, nacional o global, se opone profundamente al entendimiento dinámico y basado en los procesos del mundo” (p. 48). Esse autor desenvolve, então, o conceito de “configuraciones escalares”.

Uma de suas características reflete com toda nitidez a busca de inserir nas escalas o intensivo, mediante uma escala de “redes e fluxos”, preservando a “escala territorial” no extensivo: “tanto las escalas de los flujos económicos y las redes, así como las escalas con influencia territorial experimentan un reescalamiento a través de proceso de ‘glocalización’” (a tradução para o português, no livro que também contém este artigo, é ininteligível: “as duas escalas de fluxos econômicos e redes e escalas de experimentar uma influência territorial redimensionando através de um processo de ‘glocalização’”) (SWYNGEDOUW, 2010, p. 48). Recorde-se que esse processo de glocalização já foi questionado pelo significado dessa fusão como uma saída com um terceiro termo para o dualismo global-local.

Para Swyngedouw, as configurações escalares “son el resultado de procesos socio-espaciales que regulan y organizan las relaciones del poder social, como la estructuración y reestructuración disputada de la Unión Europea o el proceso de desconcentración o de descentralización del Estado” (SWYNGEDOUW, 2010, p. 48).

Ainda segundo esse autor, o capitalismo tem sua operação estimulada por uma transformação contínua de seus horizontes espaciais e temporais. Com uma gramática conceitual que se aproxima de conceitos de Deleuze e Guattari – “moleculares”, “rizomáticos” –, Swyngedouw (2010, p. 54-55) caracteriza que:

Las estrategias moleculares de capital movilizadas por una gran cantidad de actores atomísticos producen mapeos geográficos rizomáticos que consisten en complejas combinaciones y capas denodadas y uniones que se interconectan para crear redes y flujos de dinero, información, materias primas y personas.

Ousando sair da dicotomia global-local na economia, o autor indica uma interação rede-espaco em que “el ordenamiento en red de la economia se ha tornado simultaneamente más localizado o regionalizado, por un lado, y por otro más transnacionalizado” (SWYNGEDOUW, 2010, p. 54-55).

E, para não apartar a economia da política e do institucional, indica:

Además, estas redes económicas (y parcialmente culturales y sociales) no pueden operar independientemente de o fuera de una organización política o institucional paralela [...] Sin las disposiciones políticas o institucionales organizadas a nivel territorial (como el Estado o otras formas de gobernanza) que regulen los mercados, el dinero y la propiedad, y organicen la seguridad y las partes de entregas de servicios, el orden económico se quebraría irremediabilmente (SWYNGEDOUW, 2010, p. 55).

Para construir conexões entre as escalas geográficas da economia e da política, Swyngedouw (2010, p. 55) tensiona esses dois lados escalares: “las tensiones entre el reescalamiento rizomático de las redes y los flujos económicos, y, por otro, el reescalamiento territorial de las escalas de gobernanza”.

Enquanto Swyngedouw sublinha as tensões entre redes e fluxos na economia, e nos territórios no Estado e na governança, Jessop salienta imbricações entre redes, territórios e escalas, tanto na economia quanto no Estado.

Além da economia e do Estado, como a sociedade é ou não contemplada?

Resumiendo, lo que resulta alarmante en la política contemporánea de resistencia no es que no se reconozca la importancia primordial de la escala, sino que los grupos opositores no logren trascender los confines de un “particularismo militante” o un “localismo particular” (SWYNGEDOUW, 2010, p. 69).

A questão política enviesada pelo escalar está continuamente reposicionando o clássico debate universal-particular sob diferentes denominações, entre elas o global e o local.

Com a “escala do trabalho” mudada na passagem do Estado do bem-estar social para o Estado *workfare* (reconversão e capacitação da força de trabalho), nos EUA, Jamie Peck amplia o alcance dos estudos efetivados a partir de processos de reescalonamento. Em seus termos:

el caso de la reforma de Estado de Bienestar Social y del Estado de *workfare* ilustra las formas complejas e contradictorias en las cuales los discursos regulatorios, las competencias institucionales y las funciones político-económicas están siendo re-escaladas de una manera multiescalar en vez de hacerlo en forma unidireccional, y a menudo de modos que provocan tendencias contrarias y respuestas que potencialmente alteran el camino (PECK, 2010, p. 79).

E qual é, então, a principal mudança escalar no “Estado do mal-estar social”? Para Peck (2010, p. 94): “La retracción de los Estados de bienestar social constituídos nacionalmente ocurre al mismo tiempo que, y se logra en cierta manera a través de la expansión de los regímenes del *workfare* constituídos glocalmente”.

A ofensiva multiescalar do *workfare* conjuga

internacionalización de convenciones de políticas, la reorganización de los roles del Estado nacional y de los marcos regulatorios, la animación intencional de los sistemas políticos de desarrollo y de los repartos (*delivery*) locales (junto con sus subsiguientes arraigos en los mercados de trabajo local), y la descarga tanto de los riesgos socio-economicos como el locus del control regulatorio hacia las escalas del hogar e del grupo necesitado (PECK, 2010, p. 95).

As estratégias de descentralização e de transferência do nacional para “baixo” se dão “no solamente hacia para los Estados locales y sub-nacionales sino también hacia las corporaciones privadas, agencias de la economía social y trabajadores individuales y beneficiários de Estado de bienestar social (PECK, 2010, p. 95).

Um ponto interessante na abordagem de Peck é a inclusão da “empresa” no reescalonamento. Os significados que ela adquire, as “corporaciones privadas”, na constituição do *workfare*, em um processo de reescalonamento multiescalar, não podem, contudo, ficar restritos ao “local”.

Em *Nascimento da Biopolítica*, Michel Foucault (2010, p. 193) atribui à “empresa” um alcance transformador que exorbita o local e se espalha e contagia, por assim dizer, a sociedade: “É esta multiplicação da ‘forma empresa’ no interior do corpo social que constitui, a meu ver, a questão política neoliberal. Trata-se de fazer do mercado, da concorrência e, por conseguinte, da empresa, aquilo a que se poderia chamar o poder formador da sociedade”.

Adiante, complementa significados da “forma empresa” na sociedade:

Significa, por um lado, generalizar efetivamente a “forma empresa” no interior do corpo ou do tecido social; por outro lado, significa retomar esse tecido social e fazer com que possa repartir-se, dividir-se, multiplicar-se não segundo o grão dos indivíduos, mas segundo o grão da empresa (FOUCAULT, 2010, p. 305).

Assim, o repensar das dimensões “tamanho-nível” merece outra compreensão, mediante ferramentas que não se cinjam às escalas clássicas estatais, incluindo o “molar” e o “molecular”, e os outros 6 Ms já repassados.

Dos quatro autores sumariados, o foco está no processo de reescalonamento, combinando mais de uma dessas temáticas – capital, Estado, trabalho e “luta sociopolítica”. Três deles, Brenner, Swyngedouw e Peck, enumeraram, como lastro introdutório dos trabalhos citados, os principais redirecionamentos que ensejaram o repensar escalar a partir do final do século passado na geografia e na economia anglo-saxônicas, sob a égide da “economia política das escalas”. Além da contribuição que propiciam para aprimorar a apreensão do referido processo de reescalonamento, constituem relevante suporte para o diálogo com “ferramentas” de filósofos da imanência que permeia esta tese – norteando a seleção dos aspectos destacados a seguir.

Brenner (2018, p. 121-127) trabalha com oito “fundamentos epistemológicos”:

1. *Uma epistemologia crítico-realista da escala*

A inteligibilidade das categorias escalares deriva de um estado prévio de coisas, qual seja, a diferenciação de processos sociais específicos em níveis escalares distintos, mas interconectados, que por sua vez estruturam percepções, entendimentos e representações, tanto na vida cotidiana quanto nas investigações científico-sociais.

2. As escalas resultam da diferenciação e rediferenciação vertical das relações sociais

Além da diferenciação horizontal, há também uma diferenciação vertical, na qual as relações sociais são hierarquicamente articuladas nos níveis global, supranacional, nacional, regional, metropolitano e/ou local. Por exemplo: Brenner afirma que a escala pressupõe a estruturação hierárquica das relações socioespaciais. Em “nota”, explica que a verticalidade das relações escalares não nega a importância de formas de interação e interdependência interescolar – como redes de relações entre atores e organizações geograficamente dispersos. Diz o autor que “escalas geográficas e redes de conectividade espacial são aspectos mutuamente constitutivos, ao invés de mutuamente excludentes, da espacialidade social” (p. 123).

3. As escalas existem porque os processos sociais são escalonados

As escalas resultam de processos de escalonamento e reescalonamento, e só podem ser apreendidas por meio de uma análise desses processos.

4. As escalas só podem ser apreendidas de modo relacional

Qualquer escala geográfica só pode ser apreendida de forma relacional, com seus vínculos para cima, para baixo e transversais com outras escalas geográficas. Termos escalares – global, nacional, regional, urbano e local – diferem segundo morfologias históricas ou formas institucionais. A escala não deve ser substancializada, individualizada, e sim co-constituída mediante processos de estruturação multiescalar.

5. As formas de organização interescolar representam mosaicos, e não pirâmides

Cada processo social ou forma institucional pode estar associado a padrões distintos de diferenciação escalar. O dos Estados nacionais, por exemplo, pode apenas parcialmente corresponder àquele das hierarquias urbanas nacionais. A arquitetura escalar do capitalismo como um todo é composta de um mosaico de hierarquias interescolares sobrepostas, emaranhadas, entrelaçadas e desigualmente articuladas, cujas unidades são raramente coextensivas ou isomórficas.

6. As configurações interescolares estão inseridas em geografias polimórficas

Os processos de reescalonamento ocorrem em estreita articulação com outras formas de estruturação socioespacial, como a territorialização (delimitação, demarcação), a produção do lugar (aglomeração, reunião) e a formação de redes (a construção da

conectividade interespacial). Brenner rompe com o enfoque monocategorial: estudos sobre (re)escalonamento devem “evitar a armadilha de uma ênfase excessiva na escala, em que os atributos escalares dos processos sociais ou formas institucionais são privilegiados em detrimento de outras dimensões socioespaciais” (p. 125).

Há que se sublinhar antecipadamente a relevância do próximo “fundamento” para a tese, não só pelo que possibilita de releitura sobre concepções exclusivistas ou porque pretende argumentar pela primazia da escala entre categorias espaciais, mas também pela abertura epistemológica que promove e facilita o diálogo com “linhas” delineadas na filosofia da imanência, visando a emaranhamentos, e não a competições ou contraposições, sem falar de dicotomias entre categorias.

7. Os processos de reescalonamento redefinem as posicionalidades das formações socioespaciais e, portanto, reajustam as geografias e coreografias das relações de poder

O reescalonamento medeia e é mediado por relações de poder conflituosas e assimétricas. Por um lado, reorganizações em hierarquias escalares criam “geografias e coreografias de inclusão/exclusão e dominação/subordinação que conferem poder a alguns atores, alianças e organizações em detrimento de outros, de acordo com critérios como classe, gênero, raça/etnicidade e nacionalidade”. Por outro, hierarquias escalares podem operar como arenas de lutas por poder social e também como o próprio objetivo dessas lutas. Brenner resgata a formulação concisa e clássica de Neil Smith: “a escala de luta e a luta pela escala são dois lados da mesma moeda” (p. 125-126).

No Brasil, nessa pretensão de se conquistar posicionalidade, a categoria território é acionada na perspectiva decolonial, a ser minimamente enfocada na Plataforma seguinte, bem como pelos diferentes movimentos de luta, tendo sido apropriada em grande medida pelo Estado através de “políticas territoriais”.

8. Os processos de reescalonamento são frequentemente condicionados por arranjos pretéritos (path dependent)

As configurações escalares estabelecidas não são infinitamente maleáveis, mesmo durante fases de reestruturação intensas e aceleradas. Os processos de reescalonamento ocorrem por meio da interação entre arranjos pretéritos e estratégias nascentes, visando reajustar esses arranjos.

É relevante notar que Brenner, no tópico 6, relativo às poliformias, às “geografias polifórmicas”, já dá uma pista de que a escala não deve ser isolada – o que ganhará plena revisão no final dos anos 2000 – com “relações socioespaciais” qualificadas, ainda que elas continuem restritas ao extenso.

Swyngedouw (2010, p. 56-58) pontua a “perspectiva escalar” em nove tópicos, cuja leitura deve estar vivamente atenta às incursões feitas em conceitos de Deleuze e Guattari, visando a uma superação do entendimento e do uso convencionais das escalas geográficas:

1. “Las configuraciones escalares, concebidas ya sea como órdenes reguladores o como redes, además de su representación discursiva y teórica, son siempre un resultado, una consecuencia del movimiento perpetuo del flujo de la dinámica sócio-espacial” (p. 56-57). E o autor prossegue:

Por lo tanto, la prioridad teórica y política nunca reside en la escala geográfica en particular, sino el proceso a través del cual las escalas particulares se constituyen y posteriormente se transforman. Existe una tensión continua entre las “escalas de regulación” e las “escalas de redes” (p. 57).

“Escala de redes” não é uma tentativa de conjugar duas categorias conflitantes, escalas e redes? Diante do propósito de buscar interações, não se deveria também tratar das tensões entre escalas e redes, e não apenas das “escalas de redes” com “escalas da regulação”?

2. “La lucha por dirigir una escala en particular en una coyuntura socio-espacial determinada puede ter mucha importancia” (p. 57). Swyngedouw reforça que as escalas espaciais nunca são fixas, senão se redefinem, disputam e se reestruturam constantemente desde o ponto de vista de sua extensão, seu conteúdo, sua importância relativa e suas interrelações. Mas o que dizer nesse sentido das escalas do Estado?

3. “Un enfoque de la escala basado en el proceso centra la atención en los mecanismos de transformación de las escalas a través del conflicto social e la lucha político-económica” (p. 57).

4. “Smith define este proceso como el ‘salto de escalas’, el cual señala la forma que la política se *especializa*”. Em outras palavras: “el modo en que las estrategias políticas

escalares están activamente movilizadas como partes de estrategias de empoderamiento y debilitación” (p. 57).

5. “Existe una relación simultánea y ‘anidada’ (como una muñeca rusa), pero particularmente jerárquica entre las escalas territoriales, mientras que las escalas en red se pueden expandir o contraer desde el punto de vista relacional” (p. 57). É controversa, conforme visto pela visão do processo escalar de Brenner, a imagem do aninhamento escalar.

6. “Las configuraciones de escala cambian a medida que el poder se modifica, tanto desde el punto de vista de su anidación y sus inter-relaciones como desde el punto de vista de su extensión espacial” (p. 58).

7. “La escala también surge como el sitio donde la cooperación y la competencia encuentran un empate frágil” (p. 58).

8. “Los procesos de formación de escalas están atravesados por muchas formas de procesos de fragmentación, división y diferenciación (nacionalismo, localismo, diferenciación de clases, competencia, etc.)” (p. 58).

9. “Por ende, esta movilización de narrativas, políticas y prácticas escalares se convierte en una parte fundamental de las luchas y estrategias del poder político. Esto impulsa a las consideraciones de escala al frente de la política de emancipación” (p. 58).

Retomando a observação de Brenner do seu resumo sobre o processo escalar quanto à não “ênfase excessiva na escala”, indaga-se se a luta pela “emancipação sociopolítica” também não se dá, e preponderantemente, por meio da defesa ou da conquista de territórios diferenciados?

Peck (2010, p. 91-92) agrupa em nove itens o manejo que faz da “economia política das escalas”:

1. “La escala no está preconcebida ontológicamente sino que se construye socialmente” (p. 91). No Brasil, a discussão da escala enquanto ontológica ou epistemológica é feita, entre outros, pelo geógrafo César Simoni Santos (2019).

2. “Las relaciones escalares son, en forma ineludible, relaciones de poder. La escala es, por ende, un objeto de y un medio para las luchas político-económicas” (p. 91).

3. “Las escalas se deben comprender no como una porción de espacio horizontal asignado con anticipación sino como el resultado de los procesos sociales” (p. 91).
4. “Se entiende que la escala debe ser comprendida en términos relacionales dinámicos”. Peck prossegue: “Los procesos socio-regulatorios funcionan a través de las escalas y rehacen continuamente las relaciones escalares; su operatividad no está limitada por escalas particulares ni tampoco ellos están fijos a diferentes escalas-como-niveles” (p. 91).
5. “Pensar en forma relacional acerca de las escalas significa rechazar los binarismos del análisis ortodoxo, en los cuales lo global se iguala con la ubicuidad y lo móvil, mientras que lo local es la escala de las respuestas institucionalmente específicas e inmóviles”. E continua: “de ahí la necesidad de fundar las narrativas de globalización y de especificar las conexiones entre las fuerzas externas/globales e internas/locales” (p. 91). Isto é, o “relacional” entre escalas como um dos caminhos para repensar o binarismo global-local.
6. “La ubicación escalar de las funciones político-económicas específicas es histórica y geográficamente contingente, innecesaria teóricamente” (p. 91). Variam de acordo com compromissos políticos e lutas político-econômicas.
7. O processo de reescalonamento “no se debe entender en términos cuantitativos, redistribución de suma cero de las funciones y recursos preasignados, sino cualitativamente, como la recombinación, reorganización y reconstitución de funciones y de relaciones escalares” (escaladas em forma contingente) (p. 91).
8. “Aun así las instituciones particulares o actores cambian las escalas en una forma conspicua – por ejemplo, mediante el traspaso de competencias del estado nacional”. O autor ainda complementa: “los regímenes regulatorios que envuelven, restringen y animan a estos agentes escalares a menudo permanecen anclados o organizados en otras escalas espaciales (generalmente más altas)” (p. 92).
9. “Las narrativas escalares juegan un rol importante en la constitución del cambio político-económico”; e continua: “así como los discursos neoliberales de la globalización económica y la incapacidad gubernamental buscan no sólo justificar, sino también prestar inevitables estrategias de ajuste competitivo, achicamiento del estado y desregulación de los negocios” (p. 92).

Quais desafios traz a origem anglo-saxônica dessa reflexão do reescalonamento, a partir de várias visões, para a sua apropriação na América Latina, em particular no Brasil?

Apesar da relevância dessa questão, principalmente em um momento de intensificação do debate decolonial, as considerações sobre mudanças e adequações não ganharam expressão – ao menos de acordo com o levantamento feito até o momento.

Há uma interação significativa entre os docentes e pesquisadores ligados à vertente teórica do “reescalonamento” anglo-saxônico e os que trabalham no Brasil e na Argentina, como atestam publicações realizadas pelo “Observatório das Metrôpoles” e pelo IPPUR/UFRJ, além dos trabalhos dos docentes Renato Emerson dos Santos e Matheus Grandi, sintetizados na Escala 1, que usaram a escala na análise política de movimentos sociais urbanos.

Carlos Brandão (2018, p. 347), ao abordar o “pensamento crítico histórico-estrutural latino-americano”, assinala que:

Um ponto central seria pôr em questão se e como o pensamento crítico latino-americano tratou as escalas espaciais. Há também a urgência em se examinar e introjetar dinamicamente nas análises concretas o papel das escalas espaciais (locais, regionais, nacionais, mundiais etc.) nesses processos estruturais e históricos.

Entre as fragilidades escalares que acometeram esse “pensamento crítico latino-americano”, uma é muito acentuada: “Pior ainda, não têm uma concepção substantiva do Estado e suas relações escalares, de suas formas específicas de reescalonamento estatal” (BRANDÃO, 2018, p. 347). De acordo com esse pensamento:

Em suma, embora apresentando uma reflexão subjacente de escalas espaciais, estas apareciam basicamente como recorte, circunscrição e sobretudo fixas e confinadas. Não foram concebidas como construções relacionais, contestáveis, processuais e contingentes, como a literatura geográfica crítica aqui resenhada as reelaborou a partir dos anos 1990 (BRANDÃO, 2018, p. 348).

Consideradas essas observações fundamentais sobre o Brasil e a América Latina, é possível, no entanto, resgatar aspectos dos quatro autores que revigoram o debate escalar já apresentado:

- (a) a escala tomada sob o prisma epistemológico, envolvendo a sua construção social – em que pese também não haver explicações de como essa construção se dá na prática política e como o que é construído socialmente se distingue da escala estatal;
- (b) a escala e o poder, com acentuada redução dele nas relações centradas no Estado;
- (c) o processo escalar como relacional, abolindo a escala em si dotada de propriedades essencialistas;
- (d) a preservação da hierarquia, simultaneamente a consideração de variantes que levam a configurações e a outras imagens que escapam do dualismo horizontal-vertical;
- (e) a não rigidez da escala, possibilitando “saltos escalares”, quebrando uma sequência linear ascendente ou descendente;
- (f) a consideração de redes, de fluxos e de territórios, sem vinculá-los seja ao capital, seja ao Estado, mas mostrando que, ainda que possa haver dominância de um deles, há também interações, tensões e conflitos, particularmente quando tentam fundir escalas e fluxos e redes;
- (g) a recolocação do global e do local em termos dos processos de re(escalamentos).

Diferindo da composição que estamos buscando orquestrar, constata-se em Swyngedouw, com maior ênfase, a apropriação de referências de Deleuze e Guattari, como vimos “el reescalamiento rizomático de las redes y los flujos económicos, y, por otro, el reescalamiento territorial de las escalas de gobernanza”, de tal modo que é feita uma anexação, uma justaposição delas, no caso “reescalamento rizomático” em vez de corresponder escala a árvore – tal como foi feito no início desta tese – e platô ao rizoma, ou ao movimento de escalonamento, reescalamento e desescalamento, esse último, inexistente nos autores analisados.

Portanto, a cada momento da rota da tese, as questões que vão desabrochando (des)organizadamente nos impelem a não só repensar a escala no contexto de movimentos, de intensidades, mas também a prosseguir no propósito de dialogarmos com a geografia da extensão na qual a escala está inserida e com a geografia da intensão em todas as Escalas e Plataformas, subindo e descendo, deslizando e flanando, muitas vezes movimentos que se tornam cansativos, mas também estimuladores.

Sendo assim, como a análise do movimento desreterritorialização, assumido para estudar a “geo” da “filosofia” e a “geo” do “capitalismo”, pode continuar a nos auxiliar e prezar pelo que nos alegra e motiva? Há na filosofia de Deleuze e Guattari fissuras, frestas, lineamentos adicionais, como veremos, para desaguarmos em outras composições que não se contentam em revestir a escala com uma fantasia sedutora.

PLATAFORMA 3ª COM ESCALA 4

GEOS: Geofilosofia e Geo-história e Geologia, e Genealogia em Deleuze e Guattari, Foucault, e Geopolítica do Conhecimento, e Escalas em Projetos Políticos e na Justiça

O movimento de desreterritorialização, aplicado para entender a formação e a trajetória da filosofia e do capitalismo, engenha em *O que é a filosofia?* a conceituação da geofilosofia e do que poderia, por analogia, ser chamado de um geocapitalismo. Essa aplicação nos permite abrir contrastes com os conceitos do escalar e do reescalonar, também em temáticas, principalmente nas várias Escalas na Plataforma 4ª. A simbiose desse movimento com “geos” permite prosseguirmos análises e atualizações sobre Terra, terra, território.

Ao longo de um intrincado processo de leituras sobre a desreterritorialização na filosofia e no capitalismo, abriram-se interações entre geografias e histórias em Deleuze e Guattari, e em Foucault, sem que tivessem sido previstas. Naquele processo, complementações conceituais inesperadas foram sendo captadas e diversificadas, potencializadas pelas duas “geos”, a da filosofia e a do capitalismo.

Sem automatismos, traduzimos geografias e histórias para o espaço e para o tempo, o que leva a situar as escalas nesses outros prismas.

Por conta da relevância do movimento de desreterritorialização não só nesta Plataforma, mas como movimentador desta tese, faz-se uma breve recuperação dele com base no filósofo francês contemporâneo David Lapoujade: “A relação entre territorialização e desterritorialização nos introduz no âmago de *O anti-Édipo* [...]” (LAPOUJADE, 2015, p. 181); e: “Nesse sentido, os processos correlatos de desterritorialização e reterritorialização fazem parte de uma teoria do investimento libidinal. Pode-se denominar territorialidade o objeto que o desejo investe, o objeto ao qual se liga ou se prende (p. 185).

Como Deleuze e Guattari, Lapoujade (2015, p. 187) também insiste na tecla de não se apartar componentes do movimento que atravessa territórios: “Não se trata de opor desterritorialização e reterritorialização, pois uma não existe sem a outra”. Ambas os conceitos qualificam

dois investimentos do desejo. O primeiro investe o limite por ele mesmo (paranoia) para dele fazer a lei à qual as potências devem se submeter, tanto

as dele quanto as do outro; o segundo investe a potência por ela mesma (processo esquizo) sem considerar limites fixados pela lei (LAPOUJADE, 2015, p. 187).

E essa não oposição reforça, de acordo com a visão do autor, a inconsistente redução do movimento escalar ao reescalamento, omitindo ou obliterando alguma rota de desescalamento.

Diante do teor de sua citação anterior, Lapoujade (2015, p. 187-188) coteja-a com os “dois tipos de distribuição ontológica de *Diferença e Repetição*”, lembrando-os: “uma procede por determinações fixas e proporcionais, assimiláveis a ‘propriedades’ ou ‘territórios limitados’, e a outra procede de maneira monádica, ‘sem propriedade, sem cerca e sem medida’”.

Esse confronto entre propriedade ou não em *Diferença e Repetição* muda em *O anti-Édipo*? Para Lapoujade (2015, p. 188), a mudança é interpretada como sendo de uma ontologia para uma inscrição política da Terra: “essa dupla concepção do sentido do Ser começa a ser pensada a partir de uma política da terra. O que era modo de distribuição ontológica (para Deleuze) se torna modo de inscrição política”.

- *PLATAFORMA 3ª A – Geofilosofia (e Geocapitalismo)*

Feitas essas reativações sobre a desreterritorialização, ruma-se para o capítulo “Geofilosofia” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 111-146). Nas leituras do referido capítulo, houve incontáveis (re)viravoltas no seu entendimento, o que não foi incomum em muitas outras de Deleuze e Guattari, mas elas permitiram estalos vivificadores, alguns deles manifestados a seguir.

Em decorrência das (des)conexões por eles provocadas, redundando em outras, o itinerário (des)plataformiza quando necessário, “saindo da linha”, percorrendo com sinuosidades as temáticas e as questões “geos” que intitulam esta Plataforma e os sufixos: “geofilosofias”, geografia e história, geologia e genealogia.

Da leitura detida do capítulo “Geofilosofia” (DELEUZE; GUATTARI, 1992), foram extraídas citações. Essa leitura teve uma contribuição importante do capítulo homônimo e de “Geofilosofia e Geopolítica em Mil Platôs”, ambos constantes do livro do professor Cláudio Zanutelli (2014).

Movimentações deflagradas no texto da tese, em virtude dessas leituras e das referidas citações escolhidas, guiadas pelos propósitos do presente trabalho, desencadeiam relações, vislumbrando-se variantes, sem olvidar escalas-paradas.

Não se busca bloquear desvios. Ao contrário, desbloqueios são testados, mas labirintos não são eliminados; há entradas íngremes, “becos sem saída”, o que muitas vezes mobiliza contornos – e por que não transtornos e retornos? – bem como deslocamentos que reembalem a tese com uma velocidade precavida, a fim de não se despencar em despenhadeiros, em “queda livre”.

Caminheemos, naveguemos, voemos nas trilhas, ondas e rotas do capítulo “Geofilosofia”:

(a) “Pensar” clama “território – terra” e Terra – (des)(re)territorialização

Com todas as letras, a dupla de filósofos afirma: “Pensar se faz antes na relação entre o território e a terra” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 113). E “pensar” em uma “relação” “território e terra” nos relança em uma das criações da Plataforma 1ª: a da “imanência”. E, da imanência, de volta à Terra, as reviravoltas não param – esperando-se que revoltem quem lê.

Continuam os filósofos franceses: “Vimos, todavia, que a terra não cessa de operar um movimento de desterritorialização *in loco*, pelo qual ultrapassa todo território: ela é desterritorializante e desterritorializada” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 113). É imprescindível reter a “terra como desterritorializante e desterritorializada” pelos seus movimentos de rotação e translação.

Em um capítulo anterior do mesmo livro em releitura, ao trafegarem pelo plano de imanência, os filósofos franceses evadem do plano no senso comum:

O plano não consiste evidentemente num programa, num projeto, num fim ou num meio; é um plano de imanência que constitui o solo absoluto da filosofia, sua Terra ou sua desterritorialização, sua fundação, sobre os quais ela cria seus conceitos. Ambos são necessários, criar os conceitos e instaurar o plano, com duas asas ou duas nadadeiras (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 58).

E regredindo na leitura para bem próximo do início da “Introdução” do livro, Deleuze e Guattari (1992, p. 15, grifo nosso) já indicavam antes da “Geofilosofia”:

Pois, segundo o veredito nietzscheano, você não conhecerá nada se você não os tiver de início criado, isto é, construído numa intuição que lhes é própria: um campo, um plano, um solo que não se confunde com eles, mas que abriga seus germes e os personagens conceituais que os cultivam.

Revisitando as duas citações iniciais do capítulo “Geofilosofia”, tem-se: na primeira, a terra opera o seu movimento de desterritorialização *in loco*, e não só se desterritorializa como é desterritorializada, em seu movimento contínuo e permanente; na segunda, a Terra, um planeta envolto em múltiplos movimentos, esclarece o “vimos” da primeira.

Mas a terra-Terra adquire maior complexidade em um comentário sobre a primeira citação. O filósofo francês contemporâneo David Lapoujade (2015, p. 39) explica que a Terra (com maiúscula) da citação

não é a terra dos geógrafos nem dos geólogos, é uma terra abstrata (seria aquele “solo”?) que difere incessantemente de si, que, conseqüentemente se “desterritorializa” o tempo todo em relação a si mesma, que nasce dessa mesma desterritorialização. É próprio de sua “leveza” desterritorializar-se.

Decorrem pelo menos três indagações cruciais para a nossa tese, em especial para reposicionar a escala na geografia, ambas no extensivo.

O que se quer dizer com “terra dos geógrafos e dos geólogos”? Em que elas se diferenciariam: a terra “abstrata” da concreta? Haveria alguma distinção ou elas se relacionam: a desterritorialização da Terra e essa “terra abstrata”?

Buscamos indicações, resumidíssimas, para auxiliar em uma leitura da “terra dos geógrafos e dos geólogos” (ou seja, a que é feita por eles mesmos).

De acordo com Teixeira e outros (2021): a) “A Terra, como todos os corpos maiores do Sistema Solar, formou-se pela aglutinação de partículas de tamanhos diversos, desde poeira até asteroides” (p. 544); b)

A Terra é um planeta dinâmico, em contínua transformação, resultado de processos que atuam em escala temporal de milhares, milhões e bilhões de anos e envolvem continentes, crosta e manto. Se ao longo de toda a sua história a Terra tivesse sido fotografada do espaço a cada mil anos, e se estas imagens surrealistas fossem transformadas num filme, veríamos a superfície do planeta em constante mutação, com os continentes se deslocando, colidindo e se fragmentando, cadeias de montanhas se elevando e sendo

erodidas e os mares avançando sobre os continentes para, logo em seguida, recuarem novamente (p. 78);

c) “Nosso planeta está em contínua transformação, modificando a estrutura das rochas e as características fisiográficas superficiais, como resultado de sua dinâmica interna” (p. 420).

Dinamismo, transformação, movimento, mutação, deslocamentos, colisões, fragmentações e recomposições, superficiais ou não, estão, portanto, nessa “terra dos geógrafos e dos geólogos”, ao menos nessa visão transcrita, e, obviamente, desterritorializações mediante rotação e translação.

Sendo assim, como pensar a terra (“abstrata”) do plano de imanência?

De relance, esclarecida, ao que se supõe, a terra dos geógrafos e geólogos, acende uma outra dimensão escalar: a escala temporal da geologia.

Como não se deve sufocar abruptamente o que vai aparecendo inesperadamente na tese, ainda que fora de uma sequência tida como plausível, o tempo está ausente da totalidade das escalas geográficas ou aparece formalmente, como o hífen em espaço-tempo. Sendo assim, haveria outro tempo na filosofia da imanência? Ou de quais tempos estamos falando? Todas essas questões encaminham, com intensidade, o debate da escala e da geografia – e a busca por elucidar a tal terra “abstrata”.

Ainda se movimentando nessa primeira “escala”, no capítulo “Geofilosofia”, há a reiteração da inteireza da desreterritorialização fecundadora desta tese:

Os movimentos de desterritorialização não são separáveis dos territórios que se abrem sobre um alhures, e os processos de reterritorialização não são separáveis da terra que restitui territórios. São dois componentes, o território e a terra, com duas zonas de indiscernibilidade, a desterritorialização (do território à terra) e a reterritorialização (da terra ao território). Não se pode dizer qual é primeiro (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 113).

Dessa assertiva fomentadora, germinaram três pontos:

- a) a inextricabilidade do movimento de desreterritorialização da terra, em suas várias composições;
- b) a impossibilidade de quebrar terra-território em suas idas e vindas, algumas sem volta;
- c) a não fixação de uma ordem do e para o referido movimento reforça, mais uma vez, que a “desterritorialização” não pode ser apartada do movimento, e que a concepção do “território-zona” e do “território-rede” acaba por tornar o território sempre como primeiro em detrimento da terra em movimento. A rede, vista como uma possível desterritorialização, não abrange outros momentos de interações na desreterritorialização; ela está subordinada ao território, muito provavelmente no afã de defendê-lo contra investidas de desterritorialização que preconizavam o seu “fim” – em meio a uma rotunda polissemia conceitual.

O caminho resplandecente e suas sinuosidades nos colocam na curva da segunda “escala”, ou seja, mais uma parada: “Pergunta-se em que sentido a Grécia é o território do filósofo ou a terra da filosofia” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 113).

(b) Desterritorialização na filosofia e do filósofo, para além da dimensão “física”, e sinais de relações entre geografia e história

A interação entre filósofo e filosofia tem o seguinte “em suma”, tão ao gosto de Deleuze e Guattari (1992, p. 115-116): “Os filósofos são estrangeiros, mas a filosofia é grega. O que esses imigrados encontram no meio grego?”. Três coisas: a “pura sociabilidade como meio de imanência”; “certo prazer de se associar, que constitui a amizade”; e “um gosto pela opinião”.

Deleuze e Guattari exponenciam o “liame” entre a “cidade democrática, a colonização, o mar e um novo imperialismo, que não via mais no mar um limite de seu território ou

um obstáculo a sua empresa, mas um banho de imanência ampliada”, bem como o “liame da filosofia com a Grécia marcado, no entanto, por desvios e por contingência [...]” (1992, p. 116). Não só são frequentes as buscas de relações como também já há evidências de geografia e história em meio a desvios e contingências.

Para tratar da “terra” da filosofia, e a do filósofo, a desreterritorialização é mapeada, assim como já havia sido feito na psicanálise, no capitalismo, na literatura, denotando como esse conceito atravessa e ressoa em todas as suas obras conjuntas.

Para a nossa tese, listamos os três atributos da desterritorialização *relativa*: “física, psicológica ou social”. Essa modalidade de desterritorialização, a partir da sua relação histórica com a terra, assinala possibilidades de conjugações entre geografia, geologia e astronomia: a) “com territórios que nelas se desenham ou se apagam”; b) “sua relação geológica com eras e catástrofes”; e c) “sua relação astronômica com o cosmos e o sistema estelar do qual faz parte” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 117).

Daqueles atributos supracitados, pode-se inferir que a “desterritorialização” não é “só” física, mas “também” é física, e deve estar composta com a psicologia e o social.

Na relação histórica da terra, a escala e os territórios, se podem ser vistos como um dos “desenhos” construídos por diversas espécies que não apenas a humana, sobrepostos à terra, é preciso relevar uma diferença notável: as condições e tempo para apagar as diferentes grafias deles e seus rebatimentos físicos e simbólicos no espaço, válidos também para outras inscrições espaciais, em especial a da propriedade.

No caso da escala geográfica, esse apagar (ou não) das suas grafias depende diretamente do plano de organização histórico do Estado-nação. Mas há ainda a escala temporal na geologia e, nela, o tempo é o fator decisivo.

A uma curta escala geográfica corresponde uma dilatada escala geológica, mas esta última está ausente das abordagens geográficas vistas da escala. Apesar da dominância da escala espacial, Milton Santos dela escapa quando, sem entrar em detalhes, resume, na Escala 1 deste trabalho: “Escala é tempo”.

Na outra desterritorialização, a *absoluta*: “Pensar consiste em estender um plano de imanência que absorve a terra (ou antes a ‘adsorve’). A desterritorialização de um tal plano não exclui uma reterritorialização, mas a afirma como a criação de uma nova terra por vir” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 117). Para distinguir absorver de adsorver,

um exemplo com a água ajuda: uma esponja absorve água; o carvão ativado trata a água, retendo as impurezas na superfície, e a deixa passar pelos seus poros. Mesmo com a desterritorialização absoluta, não há a exclusão de uma reterritorialização na superfície (imaneente) mediante a “criação de uma nova terra por vir”.

Ainda que essa “nova terra por vir” venha em poucas linhas na Plataforma 4^a, no título da tese aparece Terraceno, ou seja, uma terra nova para estabelecer um par que hoje aponta para uma encruzilhada entre a “terra nova que está aí”, arruinada, e “uma nova terra por vir”. Isto é, não está descartada uma desterritorialização absoluta, exposta de diferentes maneiras no debate sobre vidas comprometidas.

Porém, no tempo de Deleuze e Guattari, ambas desterritorializações, a absoluta e a relativa, e para evitar, sempre, oposições que forcem negações ou exclusões nas relações pretendidas, eles preconizam: “Há sempre uma maneira pela qual a desterritorialização absoluta, sobre o plano de imanência, toma o lugar de uma desterritorialização relativa num campo dado”, sem antes indicar que essa “maneira” se dá por meio de “certas relações, por determinar, com as desterritorializações relativas, não somente cósmicas, mas geográficas, históricas e psicossociais” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 117). Corroboram, assim, os atributos geográfico e histórico da desterritorialização relativa.

E essa relação entre as duas modalidades de desterritorialização se efetiva no caso dos “Gregos”:

Mas a originalidade dos Gregos, é preciso antes procurá-la na relação entre o relativo e o absoluto. Quando a desterritorialização relativa é ela mesma horizontal, imaneente, *ela se conjuga* com a desterritorialização absoluta do plano de imanência que leva ao infinito, que leva ao absoluto os movimentos da primeira, transformando-os (o meio, o amigo, a opinião). A imanência é redobrada (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 118).

Um dos resultados dessas desterritorializações, não previsível, não programável enquanto relação, para os dois filósofos franceses não é uma “necessidade”, mas uma “contingência”, de tal maneira “que a filosofia foi uma coisa grega, embora trazida por migrantes”. Mas, para que aconteça, um encontro é imprescindível: “foi um *encontro* entre o meio grego e o plano de imanência do pensamento” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 122). Nesse sentido, não há uma “origem” disso ou daquilo restrita a um “território”, com uma história contida apenas nele, mas o processo de

desreterritorializações precisa ter um “encontro” em um “espaço”, também físico, mas não só; como o “mar” teve um significado e um alcance para a Grécia acontecer.

Ao irradiarem a desreterritorialização para a filosofia, redefinem a sua geografia e a sua história, desvinculando-as de uma “origem” e de uma “necessidade”. Diferentemente, há “encontros” e “contingências” em um dado território e em um momento. Sendo assim: “Numa palavra, há de fato, uma razão para a filosofia, mas uma razão sintética, e contingente – um encontro, uma conjunção. Ela não é insuficiente por si mesma, mas contingente em si mesma”. Depois do encontro geográfico, a contingência histórica da filosofia: “não há boa razão, senão contingente, não há história universal, senão da contingência” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 122-123).

- *PLATAFORMA 3ª B – Essa Geofilosofia leva a uma outra Geo-história*

Após o “encontro” e a “contingência”, marcadores da filosofia como “uma coisa grega, embora trazida por migrantes”, insistindo nela não como “uma necessidade interna, seja em si mesmo, seja nos gregos”, Deleuze e Guattari (1992, p. 123) arrazoam visando contestar uma “razão” para a filosofia na Grécia. “E vão procurar, como Hegel ou Heidegger, uma razão analítica e necessária que uniria a filosofia à Grécia”; repare-se que no início desse capítulo “Geofilosofia”, ambos haviam ligado dois outros filósofos alemães, Kant e Husserl, à concepção de um “solo” para a filosofia.

Por que essa insistência de filósofos alemães com o “solo”? Uma pequena referência desperta a busca de uma explicação: “Nenhuma obra do espírito escapa ao determinismo do sangue e do solo: *Blut und Boden* são as condições necessárias da criação humana (CHAPOUTOT, 2022, p. 22). Prosseguindo, Johann Chapoutot, docente de História Contemporânea na Universidade de Sorbonne, na França, assevera: “o sangue (*Blut*) e suas qualidades tudo decidem, ao passo que o meio (*Boden, Umwelt*) permite ou retarda a expressão de suas potencialidades”.

Chapoutot, quase ao final de seu livro *A revolução cultural nazista*, afirma categoricamente: “o solo é a raça e o espírito da raça, transformados em país. A associação entre sangue e solo é sistemática e orgânica, no *slogan Blut und Boden* [sangue e solo], incansavelmente repetido no III Reich” (2022, p. 216).

Ao final desse arrazoado sobre Hegel e Heidegger, concluem Deleuze e Guattari:

O que permanece comum a Heidegger e a Hegel é terem concebido a relação da Grécia com a filosofia como uma origem e, assim, como o ponto de partida de uma história interior ao Ocidente, de modo que a filosofia se confunde necessariamente com sua própria história (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 124).

Desconsideravam, assim, entre outros aspectos, a desterritorialização oriental.

Considerando Hegel e Heidegger como “historicistas”, desdobram essa qualificação em duas vertentes, mais uma vez assim especificadas: a) origem: “Tomam a história como uma forma de interioridade, na qual o conceito desenvolve e desvela necessariamente seu destino”; e b) necessidade: “A necessidade repousa sobre a abstração do elemento histórico tornado circular”. Dessa forma: “Compreende-se mal a imprevisível criação dos conceitos” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 125). Está evidente a discordância dos filósofos franceses com a amarração entre origem de algo, a sua interioridade (“sangue e solo”) e a sua necessidade.

Tais amarras podem ser enviesadas para uma combinação entre geografia e história – e isso nos interessa sobremaneira, posto que estamos no encalço de uma vigorosa crítica de ambas. Desde já, gostaríamos de nos dedicar a ir captando diferentes significados das duas ciências, no que não falta uma especial permuta entre geografia e história, conforme se notará adiante.

Contudo, entre o “historicista” daqueles relevantes filósofos alemães e a colocação de como consideram a geografia e a história, Deleuze e Guattari (1992, p. 125) interpõem formulações do historiador francês Fernand Braudel, em três questões.

“A filosofia é uma geo-filosofia exatamente como a história é uma geo-história do ponto de vista de Braudel”. A segunda, voltando à filosofia: “Por que a filosofia da Grécia em tal momento?”. E a última, com teor equivalente, mas sobre capitalismo: “Ocorre o mesmo que para o capitalismo, segundo Braudel: porque o capitalismo em tais lugares e em tais momentos, porque não na China em tal outro momento, já que tantos componentes já estavam presentes lá?” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 125).

Em todas as três, seja para a filosofia, seja para o capitalismo, (um) onde e (um) quando ocorreram. Mas como? Em termos da filosofia de Deleuze e Guattari, respectivamente, uma “geofilosofia”, chamada assim pela primeira vez no capítulo em estudo, e uma

“geo-história”, traduzindo lugares e momentos. Seria uma combinação de geografia e história? Mas qual geografia e qual história?

Sobre a segunda indagação, acerca do momento e do lugar do capitalismo, também utilizam as mesmas referências que explicam a “geofilosofia” e a “geo-história” da filosofia, claro, guardadas as especificidades.

Ainda que não estivesse programada no roteiro instituído da tese, indubitavelmente, é inescapável uma rota específica para sobrevoarmos algumas considerações do renomado intelectual francês Braudel e o conceito de “geo-história”.

Portanto, há uma camada de voo: geo-história e Braudel, e o que pensavam Deleuze e Guattari antes da “geofilosofia”.

Braudel e geo-história

Foram selecionados três trabalhos para decolarmos, sem optarmos por um deles, conforme veremos a seguir. Neles, foram buscadas informações que ajudassem na compreensão mínima das referências explicitadas por Deleuze e Guattari sobre Braudel e dessem alguma luz para transitarmos nestas perguntas: Como caracterizar essa tônica no “ponto de vista de Braudel”? Os filósofos assumiram algo ou estavam citando-o e o seu “ponto de vista”, visando superá-lo por um outro?

Torna-se prudente fazer uma bifurcação para conhecer o que os dois filósofos formularam antecedendo a “geofilosofia”.

Em 1986, ano anterior ao do lançamento de *O que é a filosofia?* (1992), Deleuze, em *La subjetivación: curso sobre Foucault*, na segunda das cinco aulas, faz uma longa explanação, comparativamente à que está posteriormente resumida sobre filosofia, Grécia e gregos em “Geofilosofia”: “Si resumo mucho, a mi modo de ver hay tres direcciones que será preciso estudiar, muy de cerca. Se han dado tres direcciones, tres tipos de respuestas – hablo de respuestas serias” (DELEUZE, 2015, p. 72-81).

Essas três “direções” abrangem: filosofia (Hegel e Heidegger), história (Marcel Detienne, Jean Pierre Vernant, Pierre Lévêque e Pierre Vidal-Naquet) e a terceira delas culminaria com Foucault; o interesse principal nessas aulas é encontrar motivações desse filósofo para retornar aos gregos em seus últimos livros. Afirmando que essas

“três vias” não são excludentes, muito mais complementares que conflituosas, Deleuze (2015, p. 83-122) prossegue essa temática na terceira aula. Nela, amplia as citações aos referidos “historiadores” escolhidos na segunda vertente, a da história.

Guattari, por sua vez, em uma reunião com filósofos (1982), sob o tema “Uma certa concepção de História” – respondendo à seguinte questão de Miriam Chnaiderman: “Eu estava pensando que se pode imaginar uma concepção de história a partir das noções de micropolítica e de molecular” –, afirma: “Gosto muito da maneira de ver de Braudel, em particular de sua noção de ‘cidades-mundo’. Parece-me que há a ideia de uma produção de universos possíveis que, de repente, se desdobram”. E conclui sua resposta assim: “Aliás, as datas de nascimento dos agenciamentos capitalísticos variam segundo o capitalismo comercial, segundo as zonas de expansão territorial etc.” (GUATTARI; ROLNIK, 2017, p. 204-205). Ainda na mesma reunião, a resposta seguinte volta a citar “os exemplos de Braudel”.

Parece que há sinais da influência explícita de Fernand Braudel em Guattari (expressa pouco depois do lançamento de *O que é a filosofia?*), e eles podem ajudar, espera-se, em leituras feitas ou a fazer sobre geografia e história, espaço e tempo, principalmente no capítulo “Geofilosofia”, conceito também tratado por Zanotelli (2014, p. 27-33) como uma “Geografia do pensamento”.

Para transitar, então, nas concepções de Braudel atinentes a nossa tese, sigamos trechos dos três trabalhos escolhidos.

Em *Fernand Braudel, Geohistória e longa duração: críticas e virtudes de um projeto historiográfico*, o geógrafo Guilherme Ribeiro (2016, p. 19) “investiga os papéis epistemológicos da geografia na obra do historiador francês Fernand Braudel (1902-1985)”. Pouco adiante, exprime: “Mesmos os geógrafos têm demonstrado pouco interesse pela matéria – prova de desdém em relação a sua própria trajetória?”

Com relação à defesa da tese de Fernand Braudel, *Mediterrâneo e mundo mediterrâneo na época de Felipe II*, “as polêmicas começaram logo na cerimônia da defesa da tese na tradicional Sorbonne em 1947, quando o avaliador Gaston Zellner questionou o fato de Braudel ter sido geógrafo demais” (RIBEIRO, 2016, p. 25) – restrição que parece vir se acentuando em universidades, “tradicionais” ou não.

Além das obras clássicas de Braudel, o geógrafo Guilherme Ribeiro confere também especial atenção aos trabalhos revelados após uma década da morte do historiador, elaborados no período em que esteve preso na Alemanha (1942-1945), enfatizando a relevância do intitulado “Geo-história: a sociedade, o espaço e o tempo”.

Diagnosticando que a história vivia uma “crise da narração” e a geografia, uma “crise da descrição”, Ribeiro (2016, p. 29) afirma, em separado: a) para História: “Da parte da História, [Braudel] enfatiza a longa duração, temporalidade oposta à cronologia capaz de permitir alcançar as estruturas, os movimentos multisseculares da vida social”; e b) para Geografia: “Da parte da Geografia, [Braudel] destaca não apenas os estudos sobre sociedade – meio ambiente de seus contemporâneos; a novidade advém do aporte germânico articulador de três conceitos-chave: espaço [...], economia [...] e sociedade”.

Conclui, o longo parágrafo, compondo as duas “partes”, geografia e história: “Eis, em linhas gerais a *geo-história*” (RIBEIRO, 2016, p. 29).

As “linhas gerais” da “geo-história” de Braudel são descritas por Ribeiro (2016, p. 47): “Potencializando os estudos sobre o homem e o meio ambiente oriundos da geografia francesa e o trinômio espaço, economia e sociedade proveniente da geografia alemã, Braudel empregaria a geo-história até o fim da vida”.

Apenas menciona-se que há um amplo debate sobre a continuidade ou não da “geo-história” em Braudel, tendo em vista que o capítulo “Géohistoire e determinisme” foi excluído, em 1966, da publicação de *O Mediterrâneo*, segundo Ribeiro (2016). E o autor do livro sobre Braudel se posiciona nesse debate: “[...] cremos que o conceito de geo-história foi substituído pela noção de espaço” (RIBEIRO, 2016, p. 71).

Incluindo outra obra de Braudel, *A identidade da França*, cujo primeiro volume chama-se “Espaço e História”, Ribeiro (2016, p. 188-189) aponta o manejo “com originalidade o par determinismo-possibilismo” e elenca sete “ângulos” que nos interessam, sobretudo no tocante ao “significado epistemológico da geografia no conjunto da concepção braudeliiana da História”, dos quais selecionamos três deles: “articular o tempo ao espaço”; “fugir da historiografia tradicional, encerrada na cronologia e no espaço como mero palco das ações humanas”; “admitir que o tempo possui variáveis, desvios, descontinuidades”.

Em uma outra listagem, Ribeiro (2016, p. 191) enumera oito “contribuições de Braudel à geografia” e seus respectivos elementos, dos quais cito apenas dois, para evitar confirmar alguma impressão de divagação, ambos relacionados com a escala geográfica na Escala 1: “realização de uma complexa articulação escalar, entrelaçando o local, o regional, o nacional e o internacional”; e “materialização histórica da escala-mundo, conectada através de redes de transporte, comunicações e transportes”. Ambas as contribuições, inclusive, possibilitam indagar se, de fato, concepções de Braudel estão ausentes, mesmo sem menção formal, especificamente do debate sobre a escala geográfica no Brasil.

Por último, mais duas breves paradas sobre Braudel. Desculpem-nos pelos eventuais transtornos desses cortes, dessas interrupções que quebram a sequência linear.

A primeira: afirma-se que Braudel, no volume “Espaço e História”, “lança mão de termos como organização do espaço, redes e até mesmo desterritorialização” (RIBEIRO, 2016, p. 188); e a segunda, ao evocar a citação de Deleuze e Guattari ao historiador que ensejou essa apreciação: “É assim que a *géohistoire*, longe de ser uma incógnita ou algo mal esclarecido na obra de Braudel, não é outra coisa senão a própria história tal como ela a concebe: toda história é espacial” (p. 190) – e é isso que nos reenvia à referida citação dos dois filósofos franceses.

O geógrafo Ribeiro (2016, p. 190) nos dá um rumo na continuidade da segunda citação anterior: “A geo-história pode até ser um ‘operador do tempo imóvel’, como pensa Dosse. Porém, além de ser mais que isso, o termo ‘operador’ tem uma conotação mecânica demais para fazer parte da escrita histórica braudeliana”.

Aproveitamos para entrar no trabalho do historiador, sociólogo e “especialista em história dos Intelectuais”, o francês François Dosse. No Brasil, sua análise sobre Braudel é apropriada pela geógrafa Ana Cristina da Silva, em *Território e significações imaginárias no pensamento geográfico brasileiro* (2013), especialmente no tópico “A geografia humana entre a história e a sociologia”. Tal qual como vimos, também Ana Cristina constata uma lacuna sobre Braudel e a geografia brasileira: “As influências de Braudel na geografia brasileira certamente são mais amplas do que sugerimos aqui e demandariam uma investigação que ultrapassa nossos objetivos no momento” (SILVA, 2013, p. 190-193); mas não deixa de explicitar a influência exercida em relação ao geógrafo Milton Santos, como a que ele chama de “escala temporal”. Reforça-se, assim,

a necessidade de se estabelecer um inusual cruzamento entre a escala geográfica e a escala temporal – repercutindo em relações entre geografia e geologia.

Em meio aos relevantes debates, na França, na primeira metade do século XX, abrangendo geografia, história, sociologia e antropologia, apontados em Dosse (1992, p. 61-100), resgatamos do que esse historiador francês designa “Os anos Braudel”, o “paradigma da geo-história”.

Antes, faz uma curtíssima menção às disputas e às complementaridades envolvendo geografia e história:

Pierre Vidal de La Blache, no início historiador, volta-se a partir de 1872, depois da derrota francesa, para a geografia, a fim de responder ao desafio da Alemanha, mais voltada do que a França para o estudo do mundo contemporâneo. Sua sistematização do objeto geográfico vai servir de modelo à futura escola dos *Annales* (DOSSE, 1992, p. 31).

Essa “escola”, tendo como seus principais integrantes Lucien Febvre e Marc Bloch, de acordo com Dosse renova “radicalmente o discurso histórico” e, em primeiro lugar, privilegia “os fenômenos econômicos e sociais até ali abandonados” – com o abandono da “história política” (DOSSE, 1992, p. 71).

Assinalando a captação da geografia em benefício do “território do historiador”, transformando a primeira “em geo-história”, Dosse (1992, p. 79) ressalta que se firma um “novo paradigma muito fecundo que servirá de quadro obrigatório para todos os estudos monográficos do período pós-Segunda Guerra Mundial”. Para a nossa tese, é crucial notar que essa “captação”, conformando uma “geo-história”, “revaloriza a região” – antes da centralização que se dá na França.

Apenas para dar mais uma mostra de como irrompem subitamente múltiplas possibilidades de conexões e, nesse caso, de possíveis influências abrangentes na França, na passagem desse livro de Dosse há uma referência aos *Annales* que acende traços da filosofia de Deleuze, reportada na Plataforma 1ª. “Os historiadores dos *Annales* estão pouco preocupados em descobrir leis na história. Seu empirismo espontâneo conduziu-os a se concentrarem no *como*, muito mais do que no *porquê*, apesar do conceito de história-problema” (DOSSE, 1992, p. 96, grifo nosso).

Em meados dos anos 1950, o debate da história com a antropologia e com a sociologia é intenso: “A história braudeliana pretende ser antes de tudo síntese, como a antropologia,

mas com a superioridade do pensamento espaço-temporal” (DOSSE, 1992, p. 113). Extraímos a “grande ambição” da história braudeliana: “a totalidade do social” – que se espraiou em muitas outras vertentes das ciências humanas. Também vem ganhando força, desde o primeiro trabalho sobre Braudel, e se fortalece ainda mais nesse segundo, uma transposição de geografia e história, respectivamente, para espaço e tempo – o que pode atenuar nossas digressões.

Ainda segundo Dosse (1992, p. 113), essa totalidade está ligada a uma “arquitetura” que se articula em “três temporalidades diferentes”: “Acontecimentos, conjunturas, longa duração permanecem solidários” – mas enfeixados por essa última temporalidade. Outra nomenclatura da longa duração de Braudel é a chamada “história quase imóvel das relações do homem com seu meio geográfico” – e assim o espaço (leia-se “natureza física”) fica subordinado a esse tempo. Para evitar confusões com o “acontecimento” relacionado aos filósofos francêss, o de Braudel referia-se “à história factual, na dimensão do indivíduo, com as oscilações breves e dramáticas da história tradicional”.

O chamado pensamento espaço-tempo é a segunda componente da geoanálise na Plataforma 4^a, mas é uma das relações, e se efetua na extensão. Torna-se, então, relevante captar as temporalidades braudelianas e suas influências nas mudanças de escala da região, na primeira fase da escola dos Annales, para o “Mediterrâneo” e, posteriormente, de acordo com Dosse (1992, p. 143), para o “capitalismo da época moderna (séculos XVI – XVIII)”. Também há o espaço e o tempo na intensão. E vice-versa.

Para tentarmos destrinchar aquela citação desencadeadora e provocadora dessa rota em Braudel – “A filosofia é uma geo-filosofia exatamente como a história é uma geo-história do ponto de vista de Braudel” –, citemos diversos olhares da análise detida de Dosse sobre a “geo-história” para ver se conseguimos enxergar o “ponto de vista” dos filósofos franceses sobre o historiador conterrâneo deles: a) “utiliza o espaço como o fator explicativo dos diversos aspectos das civilizações”; b) “a temporalidade insere-se no espaço até desaparecer e ninguém se admira do fato de a história, nesse processo de naturalização, imobilizar-se no solo”; e c): “A geografia como grade de leitura da sociedade, como rocha sólida a partir da qual os homens se fixam, assim é a geo-história, segundo Fernand Braudel, um olhar mais espacial do que temporal” (DOSSE, 1992, p. 136). Nesse terceiro olhar, na “geo-história” braudeliana, para Dosse, o espaço se sobressai no tocante ao tempo.

Um segundo interesse de Braudel pela geografia é que ela “lhe permite valorizar a longa duração, minorar o peso do homem como ator da história ao substituí-lo por um sujeito espacial, no caso em foco, o Mediterrâneo transformado na condição de sujeito da história” (DOSSE, 1992, p. 137). As “oscilações lentas” do espaço foram sendo aceleradas violentamente nos últimos anos, transformadas em bruscas, se não em extremas, o que exigiria hoje uma revisão da “geo-história”.

Isso se dá no Terraceno, primeira componente da geoanálise, de tal forma que o debate sobre outra era geológica, mas não só, engendra espaços e tempos e, portanto, uma pista abissal para atualizar, transformar ou até mesmo preterir a “geo-história”.

Essa mudança na “geo-história” de Braudel, segundo Dosse, se fortalece na medida em que a “estrutura da história” observável “acessível ao historiador é apenas aquela do quadro geográfico, cujos diversos elementos climáticos, vegetais e animais formam um equilíbrio quase permanente”. Por outro lado, uma relativização: “ele situa os limites dos quais o homem não pode se libertar: ‘Retenhamos a fragilidade congênita dos homens perante as forças colossais da natureza’” (DOSSE, 1992, p. 137). De qualquer forma, os desequilíbrios se agigantam e as debilidades não dizem respeito apenas “às forças colossais da natureza”.

Braudel se vale da “herança vidaliana de uma geografia cujas noções são constituídas a partir da biologia” (DOSSE, 1992, p. 138-139). Assim, “o meio geográfico tem por função manter juntos, agrupar os elementos esparsos do organismo geral; ele produz uma vida comum, ele a determina”, repondo o grande debate do determinismo ou não na geografia.

Deleuze e Guattari criticam a metáfora do “organismo”, do “plano de organização”, estabelecendo uma pressuposição recíproca dele com o “corpo sem órgãos”.

Dosse (1992, p. 139) é contundente sobre Braudel nessa característica a seguir: “ignorou a evolução da própria disciplina geográfica que mais o desencaminhou do que o enfeitou. Pensar a geografia como ciência do espaço das sociedades mais do que como ciência dos meios naturais e das paisagens não influenciou a escritura braudeliana”.

Por fim, posteriormente, o historiador Dosse, não obstante a observação feita pelo geógrafo Guilherme Ribeiro sobre Braudel, especialmente os documentos revelados em 1996, uma década após a morte dele, revela (em 2007) mais uma vez a sua posição

anterior e, taxativamente, aponta a incongruência entre a concepção geográfica do historiador Braudel e a de Deleuze e Guattari:

Os autores de *Mil Platôs* situam a geografia do lado do contingente, muito longe das orientações da escola geográfica vidaliana e dos usos que o historiador Braudel faz da geografia, que, para ele, tem mais a função de fazer prevalecer as permanências, as estruturas, a longuíssima duração (DOSSE, 2010, p. 212).

Nessa interpretação anterior de Dosse, há duas geografias em jogo, assim como poderíamos nos referir a duas histórias.

Um pequeno parêntese acerca de uma modalidade de atualização encontrada da “geo-história”, distinta da relacionada à Terra-Natureza: a fim de “oferecer novas perspectivas para a história da geografia”, propõe-se a “geo-história dos saberes”. A geógrafa Larissa Alves de Lira sintetiza-a assim:

procuramos identificar as longas durações e como os espaços podem acelerá-las ou retardá-las, hibridizam esses e essas tensões e lhe dão formas materiais (como o modo como são abrigadas arquitetônica e institucionalmente) e imateriais (como pode ser atribuído às mentalidades que predominam no contexto intelectual) (LIRA, 2020, p. 123).

Diante das argumentações antecedentes, aquela citação de Deleuze e Guattari (1992, p. 125), e que tentamos esmiuçar, ganha uma interrogação ao final: “A filosofia é uma geofilosofia exatamente como a história é uma geo-história do ponto de vista de Braudel”? Assim, o que seria uma “filosofia como geofilosofia” nesses termos de Braudel, em que a “história é uma geo-história”?

Então, essa indicação de Dosse dando conta que Deleuze e Guattari posicionam a “geografia do lado contingente” não contraria a “geo-história” sob a ótica de Braudel, bem como a própria frase deles mesmos? Trata-se mesmo da geografia ou de qual qualificação dela?

Diante dessas interrogações, advindas de uma citação com apenas um aspecto, está dado o chamado para irmos em busca da Plataforma 3ª C, posto que a “revisão” de Braudel, particularmente da “geo-história”, acaba nos fazendo a um pedido para encontrarmos outras ferramentas nas oficinas de Deleuze e Guattari que recolorem sentidos diferentes de geografia e história.

- *PLATAFORMA 3ª C – Geografias e Histórias e Geologia em Deleuze e Guattari; Interlocução inesperada com a Genealogia em Foucault*

Ingressamos na Plataforma empurrados por uma motivação: Como Deleuze e Guattari, e talvez o primeiro filósofo com maior vigor, se apropriam da geografia e da história e as recriam em *O que é a filosofia?*

Mas alguém poderia perguntar, se é que ela já não paira desde antes: esta tese não versa sobre relações entre escala e filosofia da imanência de Deleuze e Guattari, por que ficar dando tanta atenção à geografia e à história?

Pelo menos por quatro motivos, a pergunta feita permite afinar o que já foi disposto até aqui. A escala geográfica não pode estar dissociada de uma geografia, para nós a da extensão, nem da história e, muito menos, da geologia – até por relações entre estratos e ela. Abrange uma modalidade de espaço (-, e) tempo: o espaço-tempo extensivo.

Um segundo motivo advém de que formulações conceituais acerca de espaços (-, e) tempos não têm como se dissociarem de geografias e histórias. E a esse se vincula diretamente outro motivo: escala, além de espaço, envolve tempo e, por conseguinte, geografia e história.

O quarto e último motivo: “Geo-histórias”, “Geofilosofias” e outras “geos” não podem prescindir não só de geografia e história, obviamente, mas de qual geografia e de qual história, das intras e das interligações tecidas entre elas, especialmente por Deleuze e Guattari, um dos mecanismos para rompermos com o isolacionismo conceitual escalar – até mesmo na extensão. Mesmo na extensão, não é inexpressiva a presença de análises do espaço que perdem o tempo ou o citam *pro forma*.

Sendo assim, a dupla de filósofos franceses Deleuze e Guattari confere uma força estupenda à “geografia” para mudar a história. Contudo essa força nos força a tentar começar a responder duas questões cruciais para esta e sua continuidade:

O que empodera essa geografia? O que a move e a faz “arrancar” da história quatro aprisionamentos cultuados em prol de liberações que permitem fugas para outras histórias?

Começamos pelo que é “arrancado” à história:

- “arranca a história do culto da necessidade, para fazer valer a irreducibilidade da contingência” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 125);

- “arranca do culto das origens, para afirmar a potência de um ‘meio’ (o que a filosofia encontra entre os gregos, dizia Nietzsche, não é uma origem, mas um meio, um ambiente, uma atmosfera ambiente: o filósofo deixa de ser um cometa...)” (p. 125);

- “arranca das estruturas, para traçar as linhas de fuga que passam pelo mundo grego, através do Mediterrâneo” (p. 125); e

- arranca a história de si mesma, para descobrir os devires, que não são a história mesma quando nela recaem: a história da filosofia, na Grécia, não deve esconder que os gregos sempre tiveram primeiro que se tornar filósofos, do mesmo modo que os filósofos tiveram que se tornar gregos (p. 125).

Essa geografia, cuja pretensão é arrebatrar uma história, possui um motor de arranque conceitual possante: “Ela não é somente física e humana, mas mental, como a paisagem” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 125).

Mesmo assim, e diante de que essa geografia “arranca” uma história de quatro “cultos” – “necessidade”, “origens”, “estruturas” e “de si mesma” –, é flagrante a adoção de uma direção unilateral da geografia para plantar outra história.

Como entender essa geografia arrancadora de uma história cultuada, dominante? Seria uma geografia demolidora ou uma outra história desvenerada?

E se se tomasse outra direção, invertida em relação à anterior, de uma história para uma geografia? Ou seja, uma história desvenerada não poderia também desenraizar uma geografia cultuada?

Em sendo outra história, o que ela poderia provocar em geografias com conceituações reduzidas, “somente física e humana”, em relação ao adicional “mental, como a paisagem”, tal como está na caracterização da geografia enunciada por Deleuze e Guattari? O poder da geografia de desvenerar uma história hegemônica provém da triplica conjunção do “físico, humano e mental”?

Forçosamente, diante dessas indagações e desdobramentos não só escalares, tivemos que voltar a escarafunchar obras de Deleuze, e de Deleuze e Guattari – e tentar algumas pistas, na visão deles, sobre geografias e histórias.

Por incrível que pareça, paramos um pouco e tivemos que revisitar a Plataforma 1^a. A “geografia” e uma “nova geografia” lá estão em *Lógica do Sentido*.

Releiamos: “Quando perguntamos ‘que é orientar-se no pensamento?’, aparece que o pensamento pressupõe ele próprio eixos e orientações segundo as quais se desenvolve, que tem uma geografia antes de ter uma história, que traça dimensões antes de construir sistema” (DELEUZE, 2009c, p. 131). Quando refazemos a leitura de um mesmo trecho, mas com outro propósito, podemos pescar outras possibilidades que só se colocam quando a leitura é pautada por desafios: o pensamento “tem uma geografia antes de ter uma história”. Sigamos em busca de outras ferramentas impensáveis e improgramáveis na referida Plataforma.

Quando percorríamos o referido livro, diante daquele tamanho descultuar da história pela geografia, passamos a dispensar maior atenção às linhas dele em que acontece o “acontecimento”. Deleuze (2009c, p. 23) escreve:

É neste sentido que é um “acontecimento”: *com a condição de não confundir o acontecimento com sua efetuação espaço-temporal, em um estado de coisas*. Não perguntaremos, pois, qual é o sentido de um acontecimento: o acontecimento é o próprio sentido.

E esse sentido de acontecimento, o que tem ou não a ver com a história?

A “grande descoberta estoica” passa pelo acontecimento superficial:

a autonomia da superfície, independentemente da altura e da profundidade; a descoberta dos acontecimentos incorporais, sentidos ou efeitos, que são irredutíveis aos corpos profundos assim como às Ideias altas. Tudo o que acontece e tudo o que se diz acontece e se diz na superfície (DELEUZE, 2009c, p. 136).

Como acabamos de rever, as coisas voltam às imbricações nesse descontrolo propiciado pela releitura, com repetição que não é a mesma: altura e profundidade, convite à escala, superfície reenvia à imanência, mas agora como acontecimento superficial.

Mas essa (re)leitura não repica apenas atrás. Também se poderá ouvir lá na frente desta tese: espaço (-, e) tempo estão bem lá na frente – e já com a chamada para evitarmos confundir espaço-tempo com acontecimento.

Esse som se propagando para todos os lados dá o tom para a história desta tese: ela vai sendo (re)feita no seu transcurso, embaraçando o fim e o início até o final – ficando pelo meio, remexendo, revirando, revoltando até o que se convencionou chamar de abertura e de conclusão de um trabalho, mas que nunca está concluso. Talvez seja um meio mínimo de experimentar o meio – evitando as pontas da origem e do fim.

A “dupla luta contra a profundidade e a altura” desliza para uma “nova geografia”. Retorna a pergunta da Plataforma 1ª, com diferença acentuada: faz sentido falar em outra geografia sacudida pelo acontecimento? Mas não há incompatibilidade entre eles, na medida em que esse sentido de acontecimento destoa no “espaço-temporal”?

De qualquer maneira, seria uma “geografia superficial”, deixando de ser aprofundada ou elevada: “É uma reorientação de todo pensamento e do que significa pensar: não há mais nem profundidade nem altura” (DELEUZE, 2009c, p. 134). Logo, nela não caberia mais a escala geográfica no superficial? A resposta não deve ser precipitada. O que se pode antecipar é que não se trata do “sem escala” na Escala 9. Está ainda em aberto o como ficaria a geoescala.

A pergunta que não quer calar, já feita anteriormente: Geografia e/ou História, e quais seriam, agora, passam a ganhar outra feição radicalmente transformadora: a Geografia que desvenera a História não seria uma outra História? Uma Geografia sendo outra História, em “Geofilosofia”?

Mais um retorno na obra de Deleuze. Em *Diálogos*, há uma profusão de interfaces entre geografia e história. Seguem algumas delas, segundo Deleuze e Parnet (1998):

- a) “Os nômades não têm história, têm apenas a geografia” (p. 41);
- b) “Essa geografia das relações é ainda mais importante pelo fato de a filosofia, a história da filosofia, ser atravancada pelo problema do ser, É. [...]”. E continuam: “A lógica é exatamente como uma grande-estrada, ela não está no começo, tampouco tem fim, não se pode parar. [...] Substituir o E ao É. A e B” (p. 70);
- c) após falarem em “corpo geográfico” (“mas também meu corpo é uma geografia, ou povo, e povos”), dizem: “Não que cada um reproduza um fragmento da história

universal; mas estamos sempre em uma zona de intensidade ou de fluxo, comum a nosso empreendimento, a um empreendimento mundial meio afastado, a meios geográficos bem longínquos” (p. 129-130);

d) “Falar sempre como geógrafo: suponhamos que entre o *oeste e o leste*... É então de *norte a sul* que se faz a ‘desestabilização’... dizemos ‘sul’ sem dar muita importância a isso. Falamos de sul, para marcar uma direção que não é mais aquela da linha de segmentos”. E concluem: “Mas cada um tem seu sul... o que conta é a fronteira...” (p. 152).

Além da geografia “física, humana, mental”, vista em “Geofilosofia”, Deleuze antes, em (b), mencionava uma “geografia das relações”; vincula, também em (b), história da filosofia ao “ser”, e está em busca do “e”; sem dizer que volta a externar sua predileção pela geografia, como em (d), “Falar como sempre como um geógrafo”. Por quê? Alguma implicação com a história?

Ao tratar dos dualismos, o que vimos logo no *Ambulo*, mas salientando que “é preciso passar pelos dualismos”, Parnet inclui entre os dualismos criados por Deleuze e Guattari “a geografia contra a história” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 44).

E reluz a indagação: qual “geografia” contra qual “história”? A mesma pergunta vale para a assertiva sobre o “nômade”, em (a).

Estamos divisando uma possibilidade de distinguirmos ambas, história e geografia, segundo a extensividade e a intensividade. Ou seja, há geografia e história extensivas, assim como geografias e histórias intensivas. Em outros termos, com as devidas precauções, há espaços-tempos extensivos e espaços e tempos intensivos, em decorrência. E não cessam múltiplas combinações entre elas e eles.

Das vertentes identificadas em *Diálogos*, lembrando se tratar do livro publicado antecedente à *Mil Platôs*, escolhemos, por último, uma que pretendemos sublinhar. Trata-se da ligação entre geografia e devir, tecida assim, de acordo com Deleuze e Parnet (1998):

a) depois de mencionar que “As questões estão, em geral, voltadas para um futuro (ou passado)”, a exemplo do “futuro das mulheres”, expressam uma constatação:

Pensa-se demais em termos de história, pessoal ou universal. Os devires são geografia, são orientações, direções, entradas e saídas. Há um devir-mulher que não se confunde com as mulheres, com seu passado e seu futuro, e é preciso sair de seu passado e de seu futuro, de sua história (p. 10).

b) “Futuro e passado não tem muito sentido; o que conta é o devir presente: a geografia e não a história, o meio e não o começo nem o fim, a grama que está no meio e que brota pelo meio, e não as árvores que têm um cume raízes”. E ainda: “Sempre a grama entre as pedras do calçamento” (p. 33);

c) “dar ao pensamento uma velocidade absoluta, uma máquina de guerra, uma geografia, e todos esses devires ou caminhos que percorrem a estepe. Epicuro, Espinoza e Nietzsche como pensadores nômades” (p. 42); e,

d) “A literatura americana opera segundo linhas geográficas: a fuga rumo ao oeste, a descoberta que o verdadeiro leste está no oeste, o sentido das fronteiras como algo a ser transposto, rechaçado, ultrapassado”. E indagam: “Que geografia é essa que se liga umbilicalmente ao devir? O devir, o acontecimento não seriam conceito de outra história na história?” (p. 50).

Está mais que saliente a potência da geografia em Deleuze quando relacionada à história. Alguma passagem na trajetória desse filósofo ajudaria a chegar nessa predominância? Tem a ver com a imanência, com a Terra? Qual geografia e qual história precisam ser mais bem caracterizadas? Uma indicação primária surge quando a primeira, a geografia, “arranca” a segunda, a história, de quatro correntes que a aprisionam.

Se essa última pergunta ganha uma via para fluir em *Mil Platôs*, as duas anteriores ficam ainda mais congestionadas.

Pode-se antecipar, contudo, que o devir designa outra geografia diferente da que vem sendo chamada genericamente pelos dois filósofos. Já em relação à história, o devir também explicita uma diferenciação dela ou nela? Qual? A escala geográfica compõe ou não com o devir?

Caminhemos nessa névoa, tentando encontrar algumas clareiras. Continua martelando aquela pergunta: tudo isso tem ou teria sintonia com a escala? Não queremos perder a “linha”. Ela pode até sair da agulha, a agulha cair no chão, ser difícil achá-la, mas não

pretendemos perder o “fio da meada” ou os “contornos” dela, apesar daquele “metadiálogo” de Bateson na Plataforma 2ª.

Como estamos em uma teia de aranha nesta Plataforma, as perguntas anteriores nos levaram a cair em outra “Geo” de Deleuze e Guattari: Geologia – e (ou mas) da Moral. Estamos nos debatendo para evitar cair com as “geos” e sua teia de aranha no abismo. Aí sim seria o fim da tese. Estaríamos mais que enredados.

Felizmente, no Platô “3. 10.000 a.C. – A geologia da moral (quem a Terra pensa que é?)”, despontam, no título, geologia e Terra. Mas, indiretamente, há uma figura de linguagem nele, provavelmente a “metonímia”, quando Deleuze e Guattari se valem do livro *Genealogia da Moral*, de autoria de Nietzsche, e trocam genealogia por geologia.

Temos, então, dois pontos para darmos uma visada, e que nos livram do precipício:

- 1) a geologia em *Mil Platôs*, principalmente, e a convivência dela com a geografia; e
- 2) desdobramentos da troca dos “gês” em Deleuze e Guattari, nesse platô: genealogia por geologia – com esse segundo ponto, volta a preocupação com o desabamento da teia de aranha, assentada em rochas que podem deslizar e divisarmos o “fundo do poço”.

Combatemos todas essas tragédias que assaltam a mente e poderiam nos paralisar com os afetos tristes, lembrando Espinosa sobre a preciosidade da alegria para aumentar a nossa potência, inclusive para escalar.

Com estímulos do primeiro ponto, a geologia ganha expressiva inclusão na obra de Deleuze e Guattari, no início dos anos 1980: o “platô 3”. Há uma ampliação do tratamento da Terra, sem falar da amplitude explicativa conferida por eles aos estratos e à (des)estratificação na sua filosofia, tanto no “platô 3.” quanto no último “platô” (15.), aberto com o título “Estratos, Estratificação”.

Ainda que não tenha sido feita uma busca apurada sobre a inserção da geologia em obras anteriores, conjuntas ou não, nota-se, no entanto, em *Lógica do Sentido*, por exemplo, referência de Deleuze ao “martelo dos geólogos”.

Indubitavelmente, a maior inscrição da geografia, em termos de citações, foi constatada em *Diálogos*, conforme já foi esboçado.

Sem precisar ficar repetindo a importância para a nossa tese, mas repetindo, não é demais voltar a realçar a entrada em cena da geologia, na medida em que a sua conexão com a geografia permite trabalhar conjuntamente a escala nas dimensões de ambas, e, com cautela, como veremos do espaço e do tempo – ainda que elas não possam ser igualadas: a história-geologia-espaço-tempo e a geografia-espaço-tempo.

Logo no início da “conferência” do professor Challenger – personagem criado pelo escritor Arthur Conan Doyle, em “3. A Geologia da Moral (Quem a Terra pensa que é?)” –, é feita uma figuração do entendimento da Terra, “depois de misturar vários manuais de geologia e biologia”: “Explicou que a Terra – a Desterritorializada, a Glaciária, a Molécula gigante – era um corpo sem órgãos” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 70). E, aqui, mais uma sequência não cronológica: A Terra, essa Desterritorializada por excelência, já havia sido citada em nossa tese com base em *O que é a filosofia?*, obra posterior à *Mil Platôs*.

A Terra como combinação de matérias, partículas, gases (planeta em processo de constituição): “Esse corpo sem órgãos era atravessado por matérias instáveis não formadas, fluxos em todos os sentidos, intensidades livres ou singularidades nômades, partículas loucas ou transitórias”. Nesse processo, “ao mesmo tempo produzia-se na terra um fenômeno muito importante, inevitável, benéfico sob certos aspectos, lamentável sob muitos outros: a estratificação” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 70).

E, para a tese, releva-se o seguinte: “Os estratos eram Camadas, Cintas” (p. 70). Por que esse relevo? Porque muito tempo depois, e coloca-se tempo nisso, em relação à era geológica do professor Challenger, há um “fenômeno”, impressionantemente distinto da estratificação: o da imposição “humana” da escalarização da Terra.

Escala tem semelhanças com estratos, com camadas, mas sob um óbvio processo de constituição plenamente e totalmente diferente dos estratos.

Esse processo de escalarização tem outra composição, dramaticamente restritiva. Se o professor Challenger mescla geologia e biologia, a escala geográfica, conforme vista, já nasce apartada da biologia, da vida que não a humana. Nos termos de Deleuze e Guattari, esse processo geracional antropocêntrico de escalar a Terra tem também algo de benéfico e algo de maléfico, a exemplo do estrato?

Mas o que visava a constituição “natural” dos estratos (como camadas, como cintas)?

Consistiam em formar matérias, aprisionar intensidades ou fixar singularidades em sistemas de ressonância e redundância, constituir moléculas maiores ou menores no corpo da terra e incluir essas moléculas em conjuntos molares. Os estratos eram capturas; eram como buracos negros ou oclusões que se esforçavam para reter tudo que se passava ao seu alcance (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 70).

Desnecessário contrastar que a escala não “forma matérias”, não constitui “moléculas maiores ou menores no corpo da terra”, mas poderíamos nos apropriar do aprisionar para entender o que elas (escalas) obliteram, estabilizam ou até são esgarçadas ou apropriadas nos e pelos movimentos? De qualquer forma, é outra intenção de estabilização processual histórica-natureza. Há muito que se discutir sobre essa estabilização via escalas, notadamente porque ela se dá por meio do Estado.

Ainda na primeira página da robusta “conferência” daquele personagem terráqueo, há um encontro, um agenciamento que provoca um estalido na tese: “Os estratos eram juízos de Deus, a estratificação geral era todo o sistema do juízo de Deus (mas a terra, ou o corpo sem órgãos, não parava de se esquivar ao juízo, de fugir e se desestratificar, se descodificar, se desterritorializar)” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 70).

Ou seja, o que deriva é o enlace estrato-território-escala e os seus respectivos movimentos de (des)(re)estratificação, territorialização e escalarização, sendo que principalmente o segundo, e uma insinuação do terceiro, vinham atravessando no (des)enrolar da tese – e, agora, a acoplagem entre eles se amplia –, mostrando que conceitos são mobilizados em consonância com problemas a serem trabalhados. Nesse caso, a estratificação para começar a explicar o que a “terra” pensa que é.

Dos três estratos, começa pelo geológico. Nele, mostra como o

agenciamento ficava entre duas camadas, entre dois estratos, tendo uma face voltada para os estratos (nesse sentido era um interestrato), mas também uma face voltada para outro lugar, para o corpo sem órgãos ou plano de consistência (era um metaestrato) (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 71).

A articulação que se dá entre os estratos é equiparada a uma “dupla-pinça”, um “double-bind”, ou seja, “Deus é uma lagosta”. No estrato geológico, a primeira articulação é a “sedimentação” e a segunda, o “dobramento” – além de eles manifestarem uma vigorosa (apropri)criação de conceitos provenientes da geologia: dobras, fissuras, lineamentos...

O segundo estrato são os “estratos orgânicos”. Uma questão a ele pertinente: “o problema do organismo – como fazer um organismo no corpo”? Para tanto, há a inserção do “geólogo dinamarquês espinosista Hjelmslev”. Em um resumo resumidíssimo dessa inserção, entravam em cena os conceitos de “conteúdo e a expressão” – considerados como “as duas variáveis de uma função de estratificação” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 72-76).

O terceiro grupo de estratos se “definirá, ainda aqui, mais por uma nova distribuição de conteúdo e da expressão do que por uma essência humana. A forma de conteúdo devém ‘aloplástica’ e não mais ‘homoplástica’, isto é, opera modificação do mundo exterior”. Nessa distribuição, “a forma de expressão devém linguística e não mais genética, quer dizer, opera por símbolos compreensíveis, transmissíveis, modificáveis de fora” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 98).

Ao considerar esses três estratos em um “sistema de estratos”, esclarece que não se pode dizer que um deles “seja menos organizado que outro”, nem que “há uma ordem fixa” nas interações entre eles, a tal ponto que já havia uma indefinição sobre eles. “Hoje em dia [final dos anos 1970], pior ainda: não se pode mais dizer de antemão qual estrato comunica com tal outro, nem em que sentido” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 109).

Se naquele momento estava em aberto o conhecimento sobre o processamento de relações entre estratos, transcorrido meio século, como pensar essa (des)estratificação? Não se passa a ter um estrato hegemônico comprometedor da vida nos e dos demais? Quais são as diferentes ameaças que passaram a acosar cada um deles?

Para tentar colaborar na nossa compreensão e no aprimoramento dessa “geologia da moral”, de Deleuze e Guattari, apesar de não termos encontrado atualizações das des(estratificações), acionamos dois comentadores de obras de ambos.

Buchanan (2020, p. 204) explicita que: “Los estratos son medios conceptuales que permiten transformar lo que parece haber sido dado por dios o por la naturaleza en algo que se concibe como resultado de múltiples procesos y fuerzas a lo largo del tiempo”. Nesse sentido, ao erigirem os estratos como “conceitos”, é feita a sua desnaturalização e quebrada a sua transcendência mediante processos, logo mediante tempo, e forças em ação e disputa – repondo a trajetória de uma filosofia delineada anteriormente, especialmente Espinosa e Nietzsche.

Dessa forma, “los estratos transforman la naturaleza en historia y la historia en naturaleza”, reforçando-se que esse conceito “nos permite ver y pensar sobre un cierto tipo de cosas, la producción de la naturaleza, no la cosa em sí” (BUCHANAN, 2020, p. 204). Ao problematizar a estratificação, adverte-se que: “La estratificación ha recibido relativamente poca atención en la literatura secundaria sobre Deleuze y Guattari”. E ao associá-la ao conceito de agenciamento, constata-se: “Esta negligencia ha impedido que comprendamos el concepto de agenciamento en varios sentidos que son cruciales”.

Sendo assim, o entendimento dos estratos e da estratificação deve ir além da “geografía elemental”, combinando-a com “la biología evolutiva y a la filosofía del lenguaje” (BUCHANAN, 2020, p. 205).

Quatro aspectos podem explicar as motivações da mobilização, por Deleuze e Guattari, dos conceitos de estratos e estratificação, segundo Buchanan (2020, p. 226-232): 1) “lo más fundamental, significa que los agenciamientos producen algo diferente a ellos mismos”; 2) “necesaria para comenzar a analizar y explicar el hecho de que la mayoría de las personas experimentan la vida cotidiana como se tuviera múltiples capas, sin que estén necesariamente interconectadas”; 3) “la estratificación es un concepto de periodización. [...] La Concepción resultante de la historia es más discontinua que no lineal”; e 4) “teorizar un proceso capaz de producir sujetos y subjetividad”.

O outro comentador, David Lapoujade, exemplifica outros estratos, como o Estado, o pensamento, e aponta a “razão” da proliferação deles: “Toda multiplicidade tende a se estratificar, a se organizar”. Um dos propósitos de *Mil Platôs* é “mostrar como as multiplicidades se estratificam para produzir ora rochas, cristais, ora organismos vivos (sic), ora homens e, entre os homens, ora índios, ora déspotas, ora capitalistas, ora nômades, músicos etc.?” (LAPOUJADE, 2015, p. 206). Ao mesmo tempo, Lapoujade

conjuga a estratificação ao plano de organização, e a desestratificação ao plano de consistência, em decorrência de que “sempre há algo que colapsa ou escapa, movimentos de desterritorialização que desfazem as estruturas, singularidades que saltam de um estrato a outro, segundo comunicações transversais aberrantes” (p. 214).

Apesar de se binarizar, mais uma vez, com a (des)estratificação e os respectivos planos, esboçamos também uma tentativa de extravasar clausuras conceituais, tecendo combinações com a inclusão da (des)territorialização, além de sugerir um alongamento do (des) para contemplar a (des)escalarização, ampliando, assim, o que já se encontra em Deleuze e Guattari:

a) depois de manifestarem o não contentamento com um dualismo entre o plano de consistência e os estratos, há uma referência às relações deles com o movimento de desreterritorialização – reavivado agora em nossa tese:

O agenciamento, com efeito, tem como que dois polos ou vetores: um, voltado para os estratos onde ele distribui as territorialidades, as desterritorializações relativas e as reterritorializações; um outro vetor, voltado para o plano de consistência ou de desestratificação, em que ele conjuga os processos de desterritorialização e os leva ao absoluto da terra (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 108-110).

b) no último “platô”, indagam: “Qual movimento, qual impulso nos conduz para fora dos estratos (*metaestratos*)?” Diante das limitações dos estratos, “de que fora dos estratos ou sem os estratos, já não temos formas nem substâncias, nem organização nem desenvolvimento, nem conteúdo nem expressão”, há o clamor pela “prudência extrema”:

qualquer desestratificação demasiado brutal corre o risco de ser suicida, ou cancerosa, isto é, ora se abre para o caos, o vazio e a destruição, ora torna a fechar sobre nós os estratos, que se endurecem ainda mais e perdem até seus graus de diversidade, de diferenciação e de mobilidade (DELEUZE; GUATTARI, 2012c, p. 231-232).

Sem pretender produzir monstruosidades analíticas, até mesmo pela “prudência” recomendada, e para não resvalar para o niilismo passivo, imaginamos, contudo, poder estender a desestratificação à desescalarização, inclusive visando não provocar reações com as temíveis e imprudentes decretações de fim de algo, como o “sem escala”.

Isso só reforçaria e despertaria a também desconcertante investida de defesas ressentidas da escala geográfica – diante da atemorização de que estão tentando massacrá-la em um tribunal. Não se objetiva destroná-la, a fim de ungir outro conceito puro e virtuoso ou até mesmo inseri-lo em um agenciamento.

Há uma espécie nefasta de desescaladores propondo o fim das escalas, equivalente ao descabro da outra proposta de sua manutenção em si, exclusiva, essencial. Para se desvencilhar dessas duas espécies escalares antípodas, torna-se necessário formar um par juntamente com um conceito afim intensivo. Portanto, desescalar não é liquidar, muito menos expurgar, a escala geográfica.

Há ainda por relevar como a geologia em Deleuze e Guattari desloca a genealogia em Nietzsche, incluindo o entendimento anterior de Deleuze sobre genealogia. Isso se mostra decisivo para mostrar o que esses filósofos franceses atribuem à geografia e à história, principalmente em “Geofilosofia”. E, por consequência, aos espaços (-, e) tempos e às escalas e plataformas.

Assim, passamos para o segundo ponto, agregando algumas possibilidades provocadoras da erosão da genealogia em Deleuze e Guattari e da ascensão da geologia – esta última ação, vista no início de *Mil Platôs*.

Antes dessa erosão conceitual, no entanto, Deleuze (2018c, p. 9) abre, com “O conceito de genealogia”, o livro *Nietzsche e a filosofia*: a “partir do seguinte fato: a filosofia dos valores, tal como ele a instaura e a concebe, é a verdadeira realização da crítica, a única maneira de realizar a crítica total, isto é, de filosofar ‘com o martelo’”.

Em seguida ao “Reconhecemos a dupla luta de Nietzsche”, Deleuze (2018c, p. 9) apresenta “contra” quem luta: “Contra aqueles que subtraem os valores à crítica contentando-se em inventariar os valores existentes ou em criticar as coisas em nome de valores estabelecidos: os ‘operários da filosofia’, Kant, Schopenhauer”. E a outra luta: “Contra aqueles que criticam ou respeitam os valores fazendo-os derivar de simples fatos, de pretensos fatos objetivos: os utilitaristas, os ‘eruditos’”. Bem, parece que está reforçada, assim, a “genealogia da moral”.

Uma espécie de “em suma”, expressão apreciada por Deleuze depois de dar explicações, parece ser esta:

Genealogia quer dizer ao mesmo tempo valor da origem e origem dos valores. Genealogia se opõe ao caráter absoluto dos valores, tanto quanto a seu caráter relativo ou utilitário. Genealogia significa o elemento diferencial dos valores do qual decorre seu próprio valor. Genealogia quer dizer, portanto, origem ou nascimento, mas também diferença ou distância (DELEUZE, 2018c, p. 9).

Calcados nessas referências, não fomos capazes de encontrar um eventual “martelo” que teria levado Deleuze e Guattari à “geologia da moral” – ainda que o “martelo” desempenhe uma função decisiva no agenciamento da ação da geologia. Sendo assim, retornamos ao *O que é a filosofia?* e à “antigenealogia”, cruzando com *Mil Platôs*.

Continuamos com a “pulga atrás da orelha”. Aliás, foi ela que provocou nosso revisitar à genealogia em Nietzsche segundo Deleuze. Quando estávamos indo, voltando, pausando em *O que é a filosofia?*, nos deparamos com esta afirmação que desencadeou um turbilhão de questões, levantamentos e investidas em diferentes direções: “Ele (Anaximandro) substitui a genealogia por uma geologia” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 61). Uma linha de investigação, então, é a de procurar entender o que os filósofos franceses queriam dizer com essa substituição feita por Anaximandro – e que eles também a fizeram, quase três séculos depois.

Para sair desse redemoinho, foi preciso um intenso empenho, ainda que atabalhado, inquietante e angustiante – no qual não se sabe de antemão se será suficiente para entrar em uma corrente de ar favorável. Em meio às rajadas, algumas lufadas de ar fresco permitiram sair do olho do redemoinho. Mesmo lendo inúmeras vezes o platô 1, até então não havíamos “enxergado”, “(a)notado” o seguinte, apesar de termos visualizado com frequência: “O rizoma é uma antigenealogia” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 43). Eureka! Passamos do redemoinho ao voo – agora pela rota da “antigenealogia”.

Parecia que algo surpreendente acontecera, apesar de termos sobrevoado essa afirmação de Deleuze e Guattari várias vezes anteriormente. Ficava mais uma vez vivenciada que a “ficha só cai” quando movida por desafios – problemas que estão no radar de cada leitura.

Assim, uma mesma “página” é repaginada por eles, não se descartando eventuais acasos, aquele “acertar na loteria”.

Qual não foi a surpresa adicional, quando constatamos que a mesma assertiva, lacônica, já havia sido feita anteriormente, na mesma obra: “O rizoma é uma antigenealogia” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 28).

Então, poder-se-ia apreender que a genealogia é uma “árvore”, aquela imagem do pensamento rejeitada por esses filósofos? Quem não ouviu falar de a “árvore genealógica”?

Revisitamos *O anti-Édipo* e achamos um uso de genealogia nessa mesma acepção: na “máquina territorial primitiva”, ocasião em que Deleuze e Guattari (1976, p. 195) falam da “força pura da filiação ou genealogia”, e, portanto, filiando-a à filiação.

Estariam, então, usando, em duas obras conjuntas, a genealogia segundo o “senso comum”, abdicando da genealogia nietzscheana qualificada por Deleuze?

Permanecia, contudo, forte e saliente a inquietante interrogação: por que geologia e não genealogia? E, mais do que isso: em qual sentido da geologia?

Não tinha outro jeito: apesar de já termos caminhado pela “geofilosofia”, pela geografia e pela história, que nos empurraram para ir pela variante da “geo-história”, outro desvio de para outra “geo”: a geologia havia preterido a genealogia em Deleuze e Guattari. O tempo passava velozmente, poderia ser fatal, mas a pujança do desafio nos impulsionava.

Então, qual o poder da geologia? O que poderia ser martelado para encontrar “lascas” que retumbassem na filosofia? Com a escala geográfica, já estava mais ou menos colocada a influência da geologia: a acentuação de um tempo... longo.

Para termos uma noção mínima, nos socorremos da internet – e em relação a Deleuze e geologia não apareceu na “tela” nada relevante. Do encontrado, nos atende, parcialmente, o livro *Seta do tempo, ciclo do tempo: mito e metáfora na descoberta do tempo geológico* (1991), de autoria do professor de geologia e paleontólogo Stephen Jay Gould.

Depois de uma folheada no mencionado livro, duas informações relacionadas aos precursores da “ciência” geologia nos encaminharam para apreender implicações na filosofia. São elas:

a) James Hutton, cuja tese de doutorado foi sobre a “circulação do sangue”, elaborou ao final do século XVIII uma “Teoria da Terra”. Na “sonora última frase do tratado de 1788”, *Theory of the Earth*, sedimentos valiosos: “Se a sucessão de mundos está determinada no sistema da natureza, é vão buscar algo superior na origem da Terra. O resultado, portanto, da nossa investigação é que não encontramos nenhum vestígio de um princípio – nenhuma perspectiva de um fim” (HUTTON, 1788 *apud* GOULD, 1991, p. 71).

Dois pontos formam uma “rocha” para o que procurávamos. A Terra relacionada à natureza sem “buscar algo superior” para a sua formação, reforçada em outra fonte: “Portanto, não havia nenhuma necessidade de se apelar para eventos ou interlocutores sobrenaturais” (TEIXEIRA *et al.*, 2021, p. 286).

O segundo ponto também dialogava com o que já vínhamos aprendendo em Deleuze e Guattari: nem “vestígio de um princípio” nem “perspectiva de um fim”. Uma de suas leituras exalta a sua relevância para a geologia: “A frase rompeu de vez com o conceito de uma Terra recém-criada pelo Criador, e acenou não só com um passado geológico incalculavelmente longo como também com um futuro geológico sem fim [...]” (TEIXEIRA *et al.*, 2021, p. 287). Não há que se perder de vista: já se estava no final do século XVIII;

b) Charles Lyell, advogado e historiador, elabora *Principles of Geology* (3 volumes) – “o livro que a maioria dos geólogos considera como o documento que inaugura a fase moderna de sua disciplina”. Segundo Gould (1991, p. 145), “Lyell publicou onze edições do *Principles of Geology* entre 1830 e 1872”. Há menções a influências mútuas entre Lyell e Charles Darwin, especialmente sobre significados da “evolução”.

De acordo com Gould (1991, p. 109), para Lyell, “a ciência é o estudo de processos. Os processos passados, por princípio, não são observáveis”. E, assim, “o presente tem de ser nossa chave para o passado”.

Uma das premissas fundamentais encontra-se na relação entre macro e micro, entre global e local, que, de diferentes maneiras, marca o desenrolar das “ciências”. “Os

fenômenos de grande alcance surgem como uma soma de pequenas mudanças” (GOULD, 1991, p. 120). Estava em curso um acentuado debate com os “catastrofistas”, na época sob influência direta de leituras teológicas da Bíblia – uma temática em alta hoje.

Por conta do retorno desse debate em tempos atuais, conforme está na Plataforma 4^a, na primeira componente da geonálise, Terraceno, e obviamente marcado por outra situação quanto à caracterização da era geológica, há uma interpretação esclarecedora dessa premissa:

Fenômenos colossais das grandes cordilheiras aos grandes desfiladeiros são construídos pela acumulação, passo a incontável passo, de mudanças imperceptíveis que ao longo de vastos períodos somam um grande efeito. Grandes eventos, é claro, também ocorrem – especialmente inundações, terremotos e erupções. Mas tais catástrofes são estritamente locais; nem ocorreram no passado nem ocorrerão no futuro em maior frequência ou extensão do que as do presente (GOULD, 1991, p. 124).

De acordo com Teixeira e outros (2021, p. 293), o “atualismo”, diferentemente do “uniformitarismo” (Lyell), “alega a constância através do tempo, das leis naturais que regem o funcionamento do sistema Terra, mas não a uniformidade eterna dos processos e produtos geológicos”.

Mesmo assim, está em questão não só essa “constância das leis naturais” como também a relação, nessa era geológica, entre global e local na Terra – e na sua interação cósmica.

Não obstante, há que se notar duas ressonâncias dessas informações baseadas em Charles Lyell, a partir de Gould:

a) com o molar e o molecular de Deleuze e Guattari, sem com isso se afirmar que esses conceitos e sua análise teriam sido resultantes de uma influência direta dos primórdios da geologia da primeira metade do século XIX; e

b) com nossa percepção “humana” indiferenciada de tempo geográfico-espacial e de tempo geológico, ou melhor, das duas escalas correspondentes, ficando expressa a desconsideração da escala de tempo geológica quando se diz que algo no planeta Terra é fixo, imóvel. Ao contrário, está em movimento, ainda que compassos diversos, no caso vagaroso, muito lento, imperceptível na e para a escala temporal geológica.

Outro ponto, notório desde James Hutton, é a tendência de se iniciar um relativo desprendimento da explicação transcendente do “Criador” para a imanência da formação da Terra – apesar de resistências ou de algumas ambiguidades com relatos e interpretações bíblicos.

Feito esse regresso ao tempo da virada do século XVII para a primeira metade do século XVIII, retomamos *O que é a filosofia?*, quando se estava na citação dando conta de que o filósofo Anaximandro “substitui a genealogia por uma geologia”.

Esta é um fecho da análise da questão: “a filosofia pode ou deve ser considerada como grega?”. Advém duas respostas: resumidamente, uma está relacionada à “cidade grega” e à “sociedade dos amigos”; e a segunda, “os gregos seriam os primeiros a ter concebido uma imanência estrita da Ordem a um meio cósmico que corta o caos à maneira de um plano” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 60).

Essa dupla de filósofos franceses analisa a ligação entre as duas respostas: “Só os amigos podem estender um plano de imanência como um solo que se esquivava dos ídolos” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 61). E resgatam alguns “primeiros filósofos” gregos.

Atribuem a um deles, Anaximandro, ter levado

ao maior rigor a distinção das duas faces, combinando o movimento das qualidades com a potência de um horizonte absoluto, o *Apeiron* ou o ilimitado, mas sempre sobre o mesmo plano. O filósofo opera um vasto sequestro da sabedoria, ele a põe a serviço da imanência pura (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 61).

E segue o que já havíamos destacado: “Ele substitui a genealogia por uma geologia” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 61).

Desculpem-nos, mas para não passar totalmente por cima dessas afirmações anteriores, a “substituição da genealogia por uma geologia”, foi necessário retornar quase dois séculos. Devemos fazer uma pequena viagem em um grande tempo, até antes de Cristo – completando um transcurso próximo de vinte e sete séculos. O rizoma das “geos” vai adquirindo diversas entradas, saídas, voltas, retornos, escapatórias.

Anaximandro (de Mileto), 610-547 a.C., “viveu há 26 séculos em Mileto, cidade grega no litoral da atual Turquia”. Considerado pelo físico italiano Carlo Rovelli como “um

gigante do pensamento”, “ele abre caminho para a física, para a geografia, para o estudo dos fenômenos meteorológicos e para a biologia” (ROVELLI, 2013, p. 12).

Interessado na contribuição dele para a ciência, Rovelli (2013, p. 76) relata o alcance e a magnitude do *ápeiron*:

Ao postular o *ápeiron*, Anaximandro não faz outra coisa senão abrir caminho ao que a ciência continuará a fazer depois por séculos, com extraordinário sucesso: imaginar a existência de “entidades” que não são diretamente visíveis e perceptíveis, mas permitem que nos demos conta dos fenômenos.

Um dos exemplos posteriores a Anaximandro é o “átomo”. Antes dele,

virtualmente *todos* os textos mais antigos de Anaximandro dos quais temos conhecimento leem, estruturam, interpretam e justificam o mundo unicamente em termos de ações e vontade divinas. Anaximandro começa algo de novo; uma leitura do mundo em que a chuva não foi decidida por Zeus, mas sim causada pelo calor do sol e pelo vento, e em que o cosmo não nasce de uma decisão divina, mas sim de uma bola de fogo. Ele propõe uma explicação do mundo, da origem do cosmo até a origem das gotas de chuva, sem fazer referência aos deuses (ROVELLI, 2013, p. 139).

Eis o longuíssimo debate entre transcendência e imanência, notadamente em relação à Terra-Natureza.

E não falta o limitante “mas”: “Anaximandro escreve um livro em prosa conhecido pelo título de Sobre a natureza. O livro se perdeu” (ROVELLI, 2013, p. 43). Restou apenas um fragmento, com “tradução controversa”:

“Todas as coisas têm origem de uma outra

E acabam uma na outra, segundo a necessidade.

Elas fazem justiça uma à outra, e se recompensam pela injustiça, em conformidade com a ordem do tempo” (ROVELLI, 2013, p. 43).

Ilustrando as controvérsias na tradução, outra desse único fragmento segue adiante:

“De onde pro-vêm as realizações, re-tornam também as des-realizações pois de acordo com o vigor da con-signação, elas con-cedem umas às outras articulações, e, com isso, também consideração pela des-articulação, de acordo com o estatuto do tempo” (ANAXIMANDRO; PARMÊNIDES; HERÁCLITO, 2021, p. 51).

Apesar daquela “perda” do livro, Rovelli (2013, p. 43) observa: “As fontes gregas sobre o conteúdo do livro de Anaximandro, ao contrário, são bastante numerosas. Muitas, contudo, são tardias, indiretas, e nem sempre confiáveis. Uma das mais interessantes é Aristóteles [...]”.

Não obstante, nos parece que Deleuze e Guattari, ao vincularem Anaximandro à “imanência pura”, consideram a explicação não “divina” dos fenômenos da “natureza”, antes associados aos deuses, abrangendo a substituição de uma genealogia transcendente por uma filiação a uma geologia-geografia da e na Terra.

Esse pequeno trajeto de idas com vindas, idas, vindas e mais vindas, por séculos antes e depois de Cristo, pode também nos auxiliar, junto com a geologia, a carrear esses sedimentos para captar um tempo inusual proposto por Deleuze e Guattari (1992, p. 77-78) para a filosofia: “É um *tempo estratigráfico*, onde o antes e o depois não indicam mais que uma ordem de superposições”; e, ainda: “O tempo filosófico é assim um grandioso tempo de coexistência, que não exclui o antes e o depois, mas os superpõe numa ordem estratigráfica. É um devir infinito da filosofia, que atravessa sua história, mas não se confunde com ela”. Essa referência à coexistência temporal revê a sequência Primitivos, Bárbaros e Civilizados, em *O anti-Édipo*, confirmando a revisão que já havia sido feita em *Mil Platôs*.

Como nos adverte um renomado historiador alemão, Reinhart Koselleck (2014, p. 19), em sua visão sobre “estratos do tempo”, essa “metáfora” só pode ser usada a partir do século XVIII, quando a história natural foi historicizada:

Na condição de historiador, devo adiantar que não tenho capacidade para fazer afirmações de natureza física ou biológica. Situo-me no campo das metáforas: a expressão “estratos do tempo” remete a formações geológicas que remontam a tempos e profundidades diferentes, que se transformaram e se diferenciaram umas das outras em velocidades distintas no decurso da chamada história geológica.

E, para esse historiador, para que serve o “estrato de tempo”? Ele “permite separar analiticamente os diversos planos temporais em que as pessoas se movimentam, os acontecimentos se desenrolam e os pressupostos de duração mais longa são investigados” (KOSELLECK, 2014, p. 19).

No entanto, Deleuze e Guattari (1992, p. 77) pretendem, com o “tempo estratigráfico”, no qual as “superposições” são indicativos do “antes” e do “depois” estratificados, considerá-lo como “o tempo da filosofia em detrimento da história da filosofia”.

Estará, assim, sendo acentuada a cisão entre história, geologia e geografia? Mas qual ou quais histórias e, principalmente, qual ou quais geografias? A geologia em Deleuze e Guattari, substituída de um sentido “comum” da genealogia, vai além de um tempo (estratigráfico) e também não abrange um processo amplo de estratificação das vidas? A superposição defendida para a escala temporal também não poderia deslizar para a escala geográfica, abalando hierarquias?

Disseminaram-se geos e histórias, compartilhamentos e tensões entre elas: “geofilosofia”, desencadeadora dessa teia proliferante; “geografia arranca a história”; “geo-história”; “devir”; “geologia”, “antigenealogia”; “tempo estratigráfico” x “história da filosofia”.

Para além da geografia da extensão, e de uma possível geografia intensiva, não só ingressa a geologia, acompanhada da “antigenealogia”, como as histórias e os seus tempos.

Uma das dobras das geografias e da geologia aponta claramente para aproximações entre a escala geográfica e a escala geológica (temporal) – com desdobramentos no espaço e no tempo, e na não descolagem entre geografia e história, ainda que esteja se vendo a forma de como articulá-las tanto na extensão quanto na intensão.

Na armação continuada da teia “geos”, um fio ficou desencapado e acarretou uma faísca com o “curto” da genealogia. Aquele fio conector da substituição da genealogia de Nietzsche pela geologia em *Mil Platôs* – que se desencapa em uma “antigenealogia” – bifurca para um “choque” genealógico entre Deleuze e Guattari, e Foucault – na medida em que esse último filósofo mantém a genealogia.

Amplia-se nesse circuito de fios das geografias-geologias-histórias-genealogias (Nietzsche e árvore) os desafios na tese. Não estavam previstos. Irromperam no trajeto, tendo fornecido energia para (re)ativar a geoanálise na Plataforma 4^a.

Então, esse “choque” genealógico se torna radiante – distintamente de truncar esta Plataforma. É um fio que se desencapa, mas ganha uma “emenda”, que, em vez de sair pior que o soneto, ou o “choque”, sacode geografias e histórias. Um choque energizador.

As “faíscas” entre Deleuze e Guattari, e Foucault resultam de correntes distintas na extensividade e na intensividade:

- a) Como entendem e como diferenciam geografias e histórias?
- b) Como as relacionam com genealogias?
- c) Para Deleuze, devir se aproxima de geografia; então, uma história equivale a qual geografia?
- d) Para Foucault, qual história se aproxima de qual genealogia? Para Deleuze e Guattari, qual geografia é prezada e qual história é ceifada pelas suas raízes?

Como as respostas transitam por fios diferentes, nós decorrentes de cruzamentos entre eles requerem paciência para serem afrouxados, no mínimo, quando não desatados. Algumas vezes se consegue, outras não. Nessa operação, esforça-se para localizá-los nas trajetórias dos filósofos em apreço.

Vamos, então, ao roteiro do fio de Foucault, conduzindo energia potente no artigo “Nietzsche, a Genealogia, a História”; o de Deleuze e Guattari, sobre essa temática, será lembrado em seguida.

Precisando que “a genealogia não se opõe à história”, Foucault (2015, p. 273-274), no entanto, faz uma ressalva e tanto sobre a incessante motivação para achar a “origem” de tudo: “opõe-se à pesquisa da ‘origem’”. Depois de elaborar significados de “origem” e de características do “Nietzsche genealogista”, estão especificadas condições para “fazer a genealogia dos valores, da moral, do conhecimento”, sem partir da “origem”. Entre elas, está: “deter-se nas meticulosidades e nos acasos dos começos” (p. 277). Até aqui, os fios da dupla de filósofos franceses também seguem o mesmo itinerário de Nietzsche.

Quase em seguida, Foucault apresenta a necessidade de “saber reconhecer os acontecimentos”, o que pode ser tomado como uma “história” na história. “É preciso saber reconhecer os acontecimentos da história, seus abalos, suas surpresas, as

vacilantes vitórias, as derrotas mal digeridas que dão conta dos começos, dos atavismos e das hereditariedades [...]” (FOUCAULT, 2015, p. 277).

Nesse breve roteiro que estamos seguindo do fio de Foucault (2015, p. 277-278, grifo nosso), um sinal espoca e desperta toda a atenção: “A história, com suas intensidades, seus desfalecimentos, seus furores secretos, suas grandes agitações febris, assim como suas sínopes, é o próprio corpo do devir”.

As “intensidades”, na história para Foucault, nos levam a fazer uma reconexão com uma das cinco criações de Deleuze e Guattari, enumeradas na Plataforma 1^a – complexificando o rizoma tecido pelas linhas das Plataformas.

Por sua vez, o “corpo do devir” – para Foucault, ligado à “história, com suas intensidades” –, constitui um nó bifurcante em nossa fiação, tendo em vista que, para Deleuze, notadamente, devir tem a ver com geografia, em *Diálogos*. Ora, mas não seria uma bifurcação momentânea, na medida em que devir se reencontraria com geografia para Deleuze e Guattari e com história para Foucault? A resposta depende de seguirmos, relembremos o que nos dizia na Escala 2, na rede energética qual história para Foucault poderia ser equivalente a qual geografia para Deleuze e Guattari, se dando os reencontros dos fios.

Foucault, além de analisar, com base em Nietzsche, a “história tradicional” e a “história efetiva”, delineia três “traços” desta última, frisando que ela se “opõe” à primeira.

Desses traços oponentes, selecionou-se um que pode contribuir para a análise de direções contrastantes da energia mobilizada para tratar histórias e geografias entre os filósofos citados:

A história “efetiva” faz surgir o acontecimento no que ele pode ter de único e agudo. Acontecimento: é preciso entendê-lo não como uma decisão, um tratado, um reino ou uma batalha, mas como relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se amplia e se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada (FOUCAULT, 2015, p. 286).

Diferentemente de “dissolver o acontecimento” em uma “continuidade ideal – movimento teleológico ou encadeamento natural”, “as forças que estão em jogo na história não obedecem nem a uma destinação nem a uma mecânica, mas ao acaso da

luta”, e “inverte[m] a relação habitualmente estabelecida entre a irrupção do acontecimento e a necessidade contínua” (FOUCAULT, 2015, p. 286).

Esse primeiro traço da “história efetiva”, divergente do sentido histórico clássico, conclui-se assim: “Mas o verdadeiro sentido histórico reconhece que vivemos sem referências nem coordenadas originárias, em miríades de acontecimentos perdidos” (FOUCAULT, 2015, p. 287).

Mostrando a genealogia da história, Foucault (2015, p. 290-291) assinala que é crucial “nos apoderarmos dela, a dominarmos e a voltarmos contra seu nascimento”, a fim de se construir uma “história, genealogicamente dirigida”. Necessário repisar esse filósofo: “construir uma história, genealogicamente dirigida” (p. 293).

Pois bem, após repisar o papel das “intensidades” – no sentido de desobstruir o “acesso às intensidades atuais da vida e às suas criações” –, aponta-se uma interface com o debate sobre significados do “solo” para a filosofia. “Se a genealogia coloca por sua vez a questão do solo que nos viu nascer, da língua que falamos ou das leis que nos regem é para evidenciar os sistemas heterogêneos que, sob a máscara de nosso eu, nos proíbe de qualquer identidade” (FOUCAULT, 2015, p. 293).

Desse roteiro da energia do fio de Foucault, podem ser captados traços conexos as nossas intenções, agregando-se o que nutre a história por ele escolhida: a) “história efetiva” (de acordo com Nietzsche), “história, genealogicamente dirigida”, contra seu nascimento; b) oposição à “origem”, como também à “necessidade”; c) “acaso”; d) “solo”, heterogeneidade para “proibir” qualquer identidade.

Podemos começar a realçar as dissensões entre os fios de Foucault e os de Deleuze e Guattari – e que geraram a bifurcação quanto à história. Elas já estão latentes se se recorda a “geografia arranca da história”, em *O que é a filosofia?*. Procuramos reacendê-las por meio de outra passagem exposta pelos filósofos franceses, bem próxima da mencionada na Plataforma 3ª A:

Se a filosofia aparece na Grécia, é em função de uma contingência mais do que de uma necessidade, de um ambiente ou de um meio mais do que de uma origem, de um devir mais do que de uma história, de uma geografia mais do que de uma historiografia, de uma graça mais do que de uma natureza (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 126).

Ao se captar, agora em Deleuze e Guattari, esses cinco pontos “mais” da filosofia na Grécia – contingência e necessidade, ambiência e origem, devir e história, geografia e historiografia, graça mais do que de uma natureza –, depreende-se, imediatamente, o “choque” promovido pelo fio que fica desencapado.

Cabe, então, mostrá-lo, sendo que às vezes parecem sintonias, mas são sintonias com ruídos tais que levam a uma dessintonia – não se descartando coalescência dessas duas situações.

Para des(sintonizar), um passo é ofuscar a elevada energia no senso comum das palavras geografia, história e genealogia. Dependendo do fio da filosofia francesa que se percorra, seus conceitos circulam nos fios com sentidos opostos.

Assim, genealogia em Deleuze e Guattari adquire significado de “origem”, de “filiação”, de “árvore genealógica”, reafirmando-se o abandono por Deleuze do conceito de genealogia em *Nietzsche e a filosofia*, o que o leva até a uma “antigenealogia”, ao rizoma, conforme apontam as citações feitas até aqui.

Ora, essa visão de genealogia da dupla de filósofos destoa completamente da sua permanência em Foucault, encaixada à “história efetiva”, ambos, “genealogia” e “história”, conceitos trabalhados por ele a partir de Nietzsche. Em outros termos, Foucault conserva o significado nietzscheano de genealogia.

Em decorrência do abandono da genealogia pela dupla de filósofos franceses, não é sem propósito que a substituem, no título de Nietzsche, “Genealogia da Moral”, pela geologia em *Mil Platôs*, ampliando a conceituação para a (des)(re)estratificação, abrangendo a formação da terra, a vida (humana) e a linguagem – em três principais estratos.

Se há um “choque” de Deleuze e Guattari com Foucault, no tocante à genealogia, à história, o que parece ser outro embate entre eles não passa, contudo, de um uso de duas “palavras” distintas, geografia e história, mas que têm um mesmo propósito. Vejamos, então. Enquanto, para a dupla, a geografia adquire potência para “arrancar a história” dos pontos lembrados anteriormente, para Foucault trata-se de acionar uma “história, genealogicamente dirigida” contra a história “tradicional”.

Ou seja, o que parecia ser um choque decorrente do uso de palavras diferentes, geografia e história, vira um encontro conceitual entre elas: a geografia, em Deleuze e

Guattari, qualificada como “física”, “humana” e “mental como a paisagem”, dialoga diretamente com a “história, genealogicamente dirigida”, de Foucault, com a “história e suas intensidades”, enfim, com a “história efetiva”, vale dizer com Nietzsche e Foucault.

Sendo assim, torna-se inteligível a associação de Deleuze, em *Diálogos*, da geografia ao devir, ao acontecimento, e a de Foucault, da “história efetiva” com o acontecimento – palavras que não são apenas palavras, mas conceitos aproximativos de entendimentos de e entre geografias e histórias.

Porém, assim como o mas, tem sempre um porém. Se em Foucault as histórias estão especificadas, isso não se dá no tocante à geografia em Deleuze e Guattari. Há uma indistinção das duas geografias em Deleuze e Guattari no capítulo “Geofilosofia”. Então, a geografia por eles colocada não seria uma geografia intensiva? Faz sentido falar em uma geografia da extensão e em uma geografia da intensão?

Para averiguar um pouco mais sobre geografias e histórias, isto é, sobre aquele fio desencapado e sobre aqueles dois outros fios com nomes diferentes, mas que carregam uma mesma energia, repassamos textos e entrevistas de Deleuze, Deleuze e Guattari, além de Foucault. Nossa expectativa estava voltada para encontrar mais vestígios que confirmassem ou não nossas acepções acerca de genealogia-história-geografia.

Também já estavam presentes nessas releituras uma atenção para eventuais repiques dessa discussão sobre e entre geografias e histórias e seu transbordar em espaços (-, e) tempos – uma das componentes da geoanálise pretendida.

Em longa entrevista sobre filosofia, em 1988, depois, portanto, da morte de Foucault, em 1984, Deleuze (2013, p. 192), ao citar que “minhas diferenças são muito secundárias” em relação ao referido filósofo, expõe, sob sua lente, a opção destoante de cada um quanto à geografia e à história:

O que ele chamava de dispositivo, e o que Félix e eu chamamos de agenciamento, não tem as mesmas coordenadas, já que ele constituía seqüências históricas originais, enquanto nós dávamos mais importância a componentes geográficos, territorialidades e movimentos de desterritorialização. Nós sempre tivemos inclinação por uma história universal, que ele detestava.

Uma conclusão assaz precipitada dessa citação seria: Deleuze, e Deleuze e Guattari se inclinam pela “geografia” – leia-se “componentes geográficos, territorialidades e movimentos de desterritorialização” – enquanto Foucault tem predileção pelas “sequências históricas originais”, detestando, ao mesmo tempo, a “história universal” – história essa que se torna marcante para a dupla de filósofos desde o primeiro livro conjunto, *O anti-Édipo*.

Esses reducionismos conclusivos sobre geografia, em Deleuze e Guattari, e sobre história, em Foucault, não podem ser feitos, principalmente, porque se trata de geografias e histórias, ambas no plural, argumento já mobilizado para pluralizá-las.

Estamos investindo em linhas sobre genealogia-histórias-geografias, porquanto a escala geográfica permeia esse debate – e é momento de reavivá-la. Quando se diz uma geografia e uma história, implicitamente está se dizendo também uma escala geográfica e uma escala do tempo, e, dessa forma, essa uma geografia e essa uma história estão, respectivamente, na extensão e na cronologia, nas medições cumulativas do espaço e do tempo.

Então, qual ou quais conceito(s) adotar, visando formar um par com a escala, seja no espaço, seja no tempo? É imprescindível resgatarmos, mais uma vez, a geografia remetida por Deleuze e Guattari ao acontecimento, ao devir, mas, como visto, sem especificá-la. Da mesma forma, uma história, designada por Foucault “história efetiva”, também motivada pelo acontecimento e pelo devir.

Recolocando que não se trata de colocar uma geografia contra outra, nem uma história *versus* outra, e escolher uma delas, muito menos uma geografia mais ou menos relevante que uma história, o que se rebate diretamente na escala – entremos para precisar as geografias e as histórias com as denominações que, doravante, temos condições de “defender” neste trabalho.

Poderíamos falar de “geos-histórias”, para sumariar Deleuze e Guattari, e em “históriasgeos”, para Foucault? Em ambas as combinações abrangendo geografias e histórias, como ficaria a escala geográfica? E a escala do tempo? Ou, ainda, uma escala geográfica-tempo?

Ainda daquela entrevista de Deleuze, extrai-se que ele e Guattari se “inclinam por uma história universal”, bem como são contundentes em afirmar que Foucault não apenas a desaprovava, “detestava”.

Se essa é a percepção complementar de Deleuze, como Foucault por Foucault considera a(s) história(s) para além do seu artigo seminal?

Na entrevista “Sobre as maneiras de escrever a história”, em 1967, Foucault assente quando se manifesta sobre a análise dos “discursos”: “De fato, a história obtém, em relação à minha investigação, uma posição privilegiada” (FOUCAULT, 2015, p. 78).

E Deleuze, portanto, vinte anos depois, em 1987, diz em outra entrevista: “Com certeza a história faz parte de seu método. Mas Foucault nunca virou um historiador. Foucault é um filósofo que inventa com a história uma relação inteiramente diferente dos filósofos da história” (DELEUZE, 2013, p. 122-123).

No momento de *A arqueologia do saber*, Foucault (2016, p. 8-9) assinala uma mudança de rota na acepção de “arqueologia”:

a arqueologia, como disciplina dos monumentos mudos, dos rastros inertes, dos objetos sem contexto e das coisas deixadas pelo passado, se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; poderíamos dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história, em nossos dias, se volta para a arqueologia – para a descrição intrínseca do monumento.

Das consequências decorrentes, na “história das ideias, do pensamento e das ciências”, destacamos: “[...] colocou em dúvida as possibilidades da totalização. Ela ocasionou a individualização de séries diferentes, que se justapõem, se sucedem, se sobrepõem, se entrecruzam, sem que se possa reduzi-las a um esquema linear” (FOUCAULT, 2016, p. 9-10). Diferentemente da totalização, do linear, “séries” diferentes, justaposições... e motivações do por que “detestava” a história universal vão despontando pelo próprio Foucault.

Na continuidade dessa citação anterior, Foucault contrapõe a “cronologia contínua da razão” e invariavelmente a uma busca de uma “inacessível origem”, “escalas às vezes breves, distintas uma das outras, rebeldes diante de uma lei única, frequentemente portadoras de um tipo de história que é própria de cada uma, e irredutíveis ao modelo geral de uma consciência que adquire, progride e que tem memória” (FOUCAULT,

2016, p. 9-10). Será que “lei única”, “modelo geral” também não rimam com “história universal”? Não há outra resposta: sim.

Passando para outra entrevista de Foucault, “O nascimento de um mundo”, após responder que a “arqueologia” descreve o “arquivo” e “absolutamente não a descoberta de um começo ou à exposição à luz das coisas das ossadas do passado”, a concepção de uma história não universal torna-se clarividente. “Sou inteiramente contrário a certa concepção de história que assume como modelo uma espécie de grande evolução contínua e homogênea, uma espécie de grande vida mítica” (FOUCAULT, 2014, p. 52).

Descendo para a escala, como é usual e reiterativo, parte-se de uma “grande evolução” em busca de uma origem, de um meio e de um fim-destino, quando não a adequação de fim pré-estabelecido a um início que, de “evolução” em “evolução”, cobrindo o período temporal escalado, confirma, em sua evolução, o fim pretendido. Os fatos vão sendo arranjados e interpretados de sorte a se atingir objetivos mais ou menos declarados e previsíveis, que não há acasos para acasos e, até mesmo, algo que admitir mais de uma explicação ou uma não explicação prévia e linear.

Como essa prática de lidar com o tempo é renitente, não é demais reforçar como está incrustada e como pode ser rompida, o que requer experimentações para nos desapegarmos do consolidado, do “global”, do que dá uma sensação científica de segurança – entrando na dispersão do “geral”. “Uma descrição global cinge todos os fenômenos em torno de um centro único – princípio, significação, espírito, visão do mundo, forma de conjunto; uma história geral desdobraria, ao contrário, o espaço de uma dispersão” (FOUCAULT, 2016, p. 12, grifo nosso). Logo, diferentemente de uma história geral, global, universal, outra que está voltada às séries pequenas.

Se notamos um fio desencapado, dois fios que viram um, também há um fio de afinidade entre Deleuze e Guattari, quando criticam os “cultos da história”, e Foucault, ao retratar, com acuidade, a prática teórica hegemônica de historiar.

É como se aí onde estivéramos habituados a procurar as origens, a percorrer de volta, indefinidamente, a linha dos antecedentes, a reconstituir tradições, a seguir curvas evolutivas, a projetar teleologias, e a recorrer continuamente as metáforas da vida, experimentássemos uma repugnância singular em pensar a diferença, em descrever os afastamentos e as dispersões, em desintegrar a forma tranquila do idêntico (FOUCAULT, 2016, p. 15).

Em substituição às “curvas evolutivas”, as “teleologias”, os “afastamentos”, as “dispersões” – próximas da escolha das pequenas séries, não universais.

No curso “Em defesa da sociedade” (1976), na aula de 7 de janeiro, Foucault (2018, p. 9), salientando a condição de “fosse revogada a tirania dos discursos englobadores, com sua hierarquia e com todos os privilégios das vanguardas teóricas”, apresenta o conceito de “genealogia”. “Chamemos, se quiserem, de ‘genealogia’ o acoplamento dos conhecimentos eruditos e das memórias locais, acoplamento que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização desse saber nas táticas atuais”.

Trata-se, então, de:

fazer que intervenham saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia filtrá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência que seria possuída por alguns (FOUCAULT, 2018, p. 10).

Portanto, acoplamento de saberes – e não sua eliminação, sua supressão, sua submissão. Os tidos ou ditos saberes “comuns” são embotados pelos saberes normatizados em “marcos” ou são venerados como plena sapiência. No entanto, o “acoplamento” desejado requer combinações, relações, atravessamentos e cruzamentos, atentos às tiranias, visando ao “saber histórico” das e para as lutas.

Indo para uma outra fonte de levantamento sobre Foucault (2018, p. 11), em uma de suas aulas, citando Deleuze, expõe: “A reativação dos saberes locais – ‘menores’, talvez dissesse Deleuze – contra a hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos de poder intrínsecos” diferencia “arqueologia” e genealogia”.

A arqueologia seria o método próprio da análise das discursividades locais, e a genealogia, a tática que faz intervir, a partir dessas discursividades locais assim descritas, os saberes dessujeitados que daí se desprendem. Isso para reconstituir o projeto de conjunto (FOUCAULT, 2018, p. 11).

A “arqueologia” e a “genealogia” em Foucault têm essa equivalência em e para Deleuze (2013, p. 124): “A arqueologia, a genealogia, são igualmente uma geologia. A arqueologia não é necessariamente o passado. Há uma arqueologia do presente; de certa maneira ela está sempre no presente”.

Ao reiterar no mesmo período, em “texto”, “possivelmente uma primeira versão do que daria lugar à redação do livro *Foucault*”, Deleuze (2016, p. 257) ressalva que Foucault não faz um “trabalho de historiador”, mas volta-se para o “pensar”.

O que é histórico, são todas as formações estratificadas, feitas de estratos. Mas pensar é atingir uma matéria não estratificada, entre os frisos ou nos interstícios. Pensar está num entrelace essencial com a história, porém não é mais histórico que eterno. Está mais próximo daquilo que Nietzsche chama de intempestivo [...] (DELEUZE, 2016, p. 257).

E o que “Nietzsche chamava de intempestivo, inatual, esse devir que bifurca com a história, esse diagnóstico que, com outros caminha, sucede à análise. Não predizer, mas estar atento ao desconhecido que bate à porta” (DELEUZE, 2016, p. 366).

Com o “intempestivo”, com o “devir que bifurca com a história”, com o que “bate à porta” (e entra), escusa-se, portanto, de subir na história e escalá-la, espacial ou temporalmente, de inserir escalas nos níveis local, regional, global e passado, presente, futuro, esgotando-a.

Dessa mesma observação, não dá para fazer o mesmo com a geografia – na medida em que se conhece sem pensar, pesca-se o conhecido e desconhece-se o que “bate à porta”, vindo ou desejando “por vir”.

Apesar de Foucault “privilegiar” uma história, não negava a geografia (instituída), além de ter feito análises relevantes sobre espaços, especialmente sobre o “espaço disciplinar”. Nos contornos de nosso trabalho, vamos nos ater à entrevista e às perguntas por ele encaminhadas à revista *Hérodote*; não vamos nos arriscar a tratar desses espaços foucaultianos.

Então, no início de 1976, Foucault concede uma entrevista, “Sobre a Geografia”, à referida revista. Nela, visava-se principalmente “cobrar” motivações acerca da não inclusão da geografia como um dos “saberes” analisados. Apropriamo-nos de quatro trechos dessa conversa para darmos uma noção de como Foucault (1979) considera a geografia (da extensão):

a) “O poder não tem por função única reproduzir as relações de produção. As redes de dominação e os circuitos de exploração se recobrem, se apoiam e interferem uns nos outros, mas não coincidem” (p. 160);

b) sobre a amplitude das “fronteiras” e a vastidão do “espaço de enclausuramento”: “É uma ideia bastante sedutora. E este seria o homem das nacionalidades? Pois este discurso geográfico que justifica as fronteiras é o discurso do nacionalismo” (p. 161);

c) “Creio que a geografia seria um bom exemplo de disciplina que utiliza sistematicamente inquérito, medição e exame” (p. 162);

d) e, no final da entrevista, sobre como estudar “a formação dos discursos e a genealogia do saber”:

Táticas e estratégias (de poder) que se desdobram através das implantações, das distribuições, dos recortes, dos controles de territórios, das organizações de domínios que poderiam constituir uma espécie de geopolítica por onde minhas preocupações encontrariam os métodos de vocês (p. 164-165).

Além desses trechos auxiliarem na conformação de uma geografia da extensão, já que não há referências ao intensivo, também decorrem deles instigantes veios para se repensar a escala nos termos de Foucault, a saber, respectivamente:

a) escala de dominação-poder (“redes”) e escala na reprodução do capital (“circuitos”) se “recobrem”, mas não “coincidem”, isto é, política e economia têm espaços entrelaçados, mas não fundidos em uma dada escala – o que se verifica na Escala 1;

b) criação” de “fronteiras” nas relações saberes-poderes, principalmente a espacial, e os “ismos” de “disciplina” e “enclausuramento”;

c) a escala como uma das “medições” disciplinadoras da geografia, notadamente por ter se transformado em “clichê”;

d) a escala como um “recorte”, como componente de “controle dos territórios”, considerada como “corte” em busca de controle e inscrita em uma “geopolítica” – muito importante, tendo em vista não só a geofilosofia como também a concepção de geopolítica desprovida da identidade de Estado.

Pouco mais de um ano depois, em 1977, Foucault encaminha quatro perguntas à revista *Hérodote*, abarcando, muito resumidamente, os seguintes aspectos: “noção de estratégia?”; “saber sobre o espaço” e se é “importante para vocês constituí-lo como ciência?”; ligação entre “análise dos espaços e poder” e “quem tem o poder?”; e, na íntegra, a última: “Vocês pensam que é possível fazer uma geografia – ou geografias, de acordo com as escalas – da medicina (não de doenças, mas de instituições médicas com

sua zona de intervenção e modalidade de ação)?”. Essa última pergunta denota a busca de Foucault por uma “escala” associada à história da “dispersão” nos locais de inserção das instituições.

Essa nossa incursão em Foucault frutificou a partir de uma resposta de Deleuze, na qual assinala “preocupações” simetricamente diferentes quanto às referidas “ciências”. Vejamos como a dupla, Deleuze e Guattari, além do que já foi colocado a partir de *O que é a filosofia?*, considera as “histórias”.

Em *Mil Platôs*, há uma explícita revisão, importante lembrar, especificamente no “Prefácio à edição italiana”, ainda que mantendo a “história universal da contingência”, mas ampliando-a e revendo a sequência histórica em *O anti-Édipo*: “em vez de seguir como em *O anti-Édipo*, a sequência tradicional Selvagens-Bárbaros-Civilizados, encontramos agora diante de todas as espécies de formações coexistentes [...]” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 11, grifo nosso).

Ou seja, há uma alteração da visão histórica da “sequência” para “coexistências”, ainda que permaneça uma “história universal”, diferente daquela foucaultiana.

Em um trajeto múltiplo: da geofilosofia desviante para a geo-história, em *O que é a filosofia?*; da geologia substituta no platô 3 da genealogia de *Nietzsche e a filosofia*; e da “geografia arranca a história” dos seus “cultos”, em Deleuze e Guattari, rumando para a “história contra ela mesma”, em Foucault.

Para fazermos mais um “em suma”, agora sobre geografias e histórias, tantos foram os fios percorridos, principalmente em Deleuze, em Deleuze e Guattari, em diálogo com Foucault, da aproximação de Deleuze da geologia com a arqueologia e com a genealogia, em Foucault, desaguam na nossa tese esses fluxos energizantes envolvendo esse trio de filósofos franceses:

- a geografia (“física”, “humana”, “mental”, “das relações”) como próxima à história “efetiva”, a “geral”, a da “dispersão”, mostrando contatos entre Deleuze e Guattari e Foucault mediante uma geografia e uma história, ambas no intenso;
- a geologia em Deleuze e Guattari tem afinidades com a arqueologia em Foucault, no tocante à estratificação; e, para nós, estratifica-se também o escalar, inclusive temporalmente;

- a “geologia da moral” em Deleuze e Guattari requer uma maior precaução ao se estabelecer uma interação com a genealogia em Foucault. Ainda que a genealogia se equipare quase integralmente à geografia de Deleuze e Guattari, elas têm em comum: não a “origem”, não a “necessidade”, não a “história” tradicional.

- a geofilosofia em Deleuze e Guattari desliza, em um percurso errático, e em velocidade lenta, precisando de um caminho adicional para se ver qual o perfil das interações que podem ser tecidas entre ela, a genealogia e a história foucaultianas.

Uma composição desses fluxos, abrangendo as primeiras geos, resulta em uma força irradiante da Plataforma 4ª – na qual geografias e histórias migram para espaços (-, e) tempos em uma geonálise.

Em Deleuze e Guattari, há uma geografia intensiva (a do devir), mas sem que eles a adjetivem assim, bem como não há também uma geografia nomeada como sendo da extensão. Quanto à história, a tônica da dupla é para o devir, para o acontecimento, portanto, para a história intensiva, sob as influências estoica do “acontecer” e nietzscheana do “intempestivo”.

Para Foucault, ainda que sem qualquer qualificação, a geografia, quando mencionada, refere-se à extensiva. E, em convergência com a dupla de filósofos franceses, a história é a intensiva (logo, também do devir, do acontecimento).

Portanto, não é sem propósito a afirmação de Dosse (2010, p. 265): “Foucault e Deleuze se libertaram de uma filosofia da história no sentido de uma teleologia hegeliano-marxista para dar lugar a uma filosofia do acontecimento”.

Voltando a puxar fios do capítulo “Geofilosofia”, há, analogamente ao movimento de desterritorialização na filosofia, sua aplicação para estudar a formação do capitalismo em um dado espaço e não em outro. Poderíamos falar também de um Geocapitalismo em Deleuze e Guattari? Sim, e desde pelo menos *O anti-Édipo*, conforme foi colocado na Plataforma 2ª, uma longa explicação da “máquina capitalista” inclui a desreterritorialização e o encontro do capital e do trabalho em um dado contexto. Inclusive, recorde-se, desde lá, há uma reiteração da pergunta, translada para outros livros posteriores conjuntos: por que uma “coisa” acontece em um lugar e não em outro? Arriscando uma contribuição da geofilosofia em outros casos empíricos suscitadores de explicações das “razões” de sua ocorrência em um dado lugar e em um

dado processo histórico, abrangendo, assim, contextualizações e inter-relações, dispomos, nos movimentos de desreterritorialização, daqueles quatro ou cinco pontos que possibilitaram à (uma) geografia “arrancar” a (uma) história da sua subordinação aos “cultos” especificados anteriormente.

Como não é incomum, em situações e localizações peculiares, sermos solicitados a dar explicações sobre motivações do acontecer (ou não) de um determinado fato, rotineiramente montamos, para tanto, um processo geo-histórico e nos direcionamos a buscar uma origem, uma gênese, seguida de uma evolução racionalizada pelo fim a ser alcançado nela e por ela, vale dizer, pelo que deveria ser explicado (ou não).

Ou seja, nos valem de uma concepção teleológica, evolutiva, em que o fim dita o início e o meio, chegando-se ao que foi previamente estabelecido, a “hipótese” firmada, sem frisar os percalços na travessia e as alterações de rota que poderiam ter sido empreendidas.

Como tende a vigor uma “racionalização”, acasos, contingências, o imponderável, o insubmisso estão ou foram abolidos ou mitigados por essa trajetória histórico-espacial retilínea pré-programada – sem estar sujeita a modificações conturbadoras.

Para pelo menos projetar alguma perspectiva diversa dessa que está sedimentada, um ensaio de percurso a partir da “geografia” de Deleuze e Guattari (1992, p. 125-126) encaminha outra rota a ser exercitada, inclusive porque se torna imprescindível realizar estudos empíricos usando outros “roteiros”:

- a) A geografia em suas dimensões “física, humana e mental (paisagem)” – atualizando o “físico” com “não-humanos”; de uma “graça” mais do que uma “natureza” (natural, intrínseca);
- b) A “irreducibilidade da contingência”, em detrimento da “necessidade”, abrindo possibilidades no processo, cuja resultante não é necessariamente o fim a ser explicado;
- c) A potência de um “meio”, de um “ambiente”, de “uma atmosfera ambiente”, algo, portanto, que cativa, atrai, retém provisoriamente, liga..., distintamente do “cometa”, que só passa em tempos muito espaçados, em detrimento “das origens”, sendo a “atmosfera” algo no ar para além dos dados quantitativos;
- d) As “linhas de fuga”, em detrimento das “estruturas”, das “linhas molares”;

- e) Os “devires”, em detrimento da história “de si mesma”, cronológica, evolutiva, linear, reducionista, já que há “acontecimentos” (inesperados).

Essa rota com cinco pontos deseja enredar o extenso e o intenso, sem qualquer exclusão ou negação de um ou de outro. Ela deve, obviamente, ser melhorada, complementada ou até mesmo considerada inapropriada, de acordo com o caso a ser analisado, com os desafios e os problemas identificados, considerando-se o lugar, a situação e a posição em que o roteiro básico dessa rota vai se desenrolando.

Geofilosofia e Geocapitalismo e Estado Nacional

Um dos aspectos da geofilosofia geradores de controvérsias decorre de leituras das relações entre “filosofia e capitalismo”, especialmente no tocante a uma “reterritorialização” dela no “Estado nacional”. Uma dessas controvérsias se dá a partir do caráter “nacional” ou não dado por Deleuze e Guattari à geofilosofia. Vejamos.

Sobre as relações entre “filosofia e capitalismo”, elas podem ser captadas em dois resumos de Deleuze e Guattari (1992). O primeiro:

Não é uma continuação da tentativa grega, mas uma retomada, numa escala anteriormente desconhecida, sob uma outra forma e com outros meios, que relança, todavia, a combinação da qual os gregos tiveram a iniciativa, o imperialismo democrático, a democracia colonizadora (p. 127).

E o segundo: “O liame da filosofia moderna com o capitalismo é, pois, do mesmo gênero que o da filosofia antiga com a Grécia: *a conexão de um plano de imanência absoluto com um meio social relativo que procede também por imanência*” (p. 128).

Contudo, no capitalismo, a desterritorialização da filosofia “precisa se reterritorializar sobre o Estado nacional moderno, que culmina na democracia, nova sociedade de ‘irmãos’, versão capitalista da sociedade de amigos” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 128).

Complementando essa desterritorialização da filosofia, não obstante o capitalismo “mundial”, como não há um “Estado democrático universal”, Deleuze e Guattari (1992, p. 133, grifo nosso) dizem que “não é somente o filósofo que tem uma nação, enquanto homem, é a filosofia que se reterritorializa sobre o Estado nacional e o espírito do povo (o mais frequentemente aqueles do filósofo, mas nem sempre)”.

E, assim, voltamos à “geofilosofia” não só como “terra da filosofia” como também como uma “terra da nação”: “Nietzsche fundou a geofilosofia, procurando determinar os caracteres nacionais da filosofia francesa, inglesa e alemã”. E prossegue: “Mas por que três países somente foram coletivamente capazes de produzir a filosofia no mundo capitalista? Por que não a Espanha, por que não a Itália?” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 133-134, grifo nosso).

Trinta anos antes, Deleuze (2018c, p. 141), após diferenciar *paideia* e “método”, analisa como Nietzsche relaciona o “povo de pensadores” grego e alemão, e sublinha “a ambivalência da cultura: “de grega ela se torna alemã”. Em sequência, exprime que “a teoria do pensamento depende de uma tipologia de forças” e a posiciona: “Pensar depende de certas coordenadas. Temos as verdades que merecemos de acordo com o lugar em que levamos nossa existência, com a hora em que velamos, com o elemento que frequentamos”.

E arremata: “Toda verdade é verdade de um elemento, de uma hora e de um lugar: o minotauro não sai do labirinto” (DELEUZE, 2018c, p. 141, grifo nosso). Muito interessante mais uma tríade: “elemento – hora – verdade”; ou seja, a “verdade” não se dá em qualquer momento e em qualquer lugar.

Fica notória a reterritorialização da filosofia, diferente do capitalismo, “mundial”, em um “Estado nacional”, e a referência dela a países, naqueles em que, coletivamente, houve a “capacidade de produzir filosofia no mundo capitalista” e, contrapondo a estes, Espanha e Itália, onde, de acordo com a dupla de filósofos franceses, ela não se deu porque “faltava um ‘meio’ para a filosofia”.

Essa “reterritorialização” da filosofia sobre o “Estado nacional” motiva controvérsias, ainda mais quando se marca na citação a seguir o “antes nacionalitários”, quer dizer, principalmente em francês e espanhol, antes de “etnias e nacionalidades” (ambas sem Estado constituído): “A história da filosofia é, pois, marcada por caracteres nacionais, ou antes nacionalitários, que são como ‘opiniões’ filosóficas” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 135, grifo nosso).

Torna-se necessária uma explicação que, inclusive, torna a controvérsia ainda mais difícil, devido aos “caráteres nacionais, ou antes nacionalitários”; “nacionais” seria para Deleuze e/ou “nacionalitários” para Guattari?

Colocamos um indicativo referente ao “nacionalitário”. Trata-se de um texto de Guattari (1994, p. 73-77), intitulado “El quinto mundo nacionalitario”. Nele, a tônica é dada a “los palestinos, armênios, vascos, irlandeses, corsos, lituanos, índios”, entre outros, “cada uno a su manera, y en contextos muy diferentes aparecen como otros tantos ‘abandonados’ de la historia”.

Para propugnar este “quinto mundo”, as “lutas minoritárias” se deparam com desafios, mas a sua superação segue decisiva para erigir ou construir e resistir em mundos (que têm suas filosofias?):

De que estas luchas minoritarias logren o no escapar a las perversiones nacionalistas estatistas que las acechan, de que sean o no aptas para prefigurar unos dispositivos sociales no capitalistas (tanto sobre un plan económico como sobre el de las formaciones del poder) de que consigan o no alinearse con los nuevos proletarios de las Metrópolis y con la masa inmensa de los oprimidos del Tercer Mundo, dependerá, en gran parte, la salida de la crisis que atravesamos y sobre todo sus sentido histórico (GUATTARI, 1994, p. 77).

Nesse “quinto mundo” (filosófico), a escala e a plataforma deslizam do nacional-estatista para “territorialidades nacionalitárias”.

Deleuze e Guattari admitem uma filosofia, mas entre aspas, de outras nações, povo, religião: “Pode-se falar de uma ‘filosofia’ chinesa, hindu, judaica, islâmica? Sim, na medida em que o pensar ocorre sobre um plano de imanência que pode ser povoado de figuras tanto quanto de conceitos” (1992, p. 122). E, aqui, não só pela filosofia aspeada fora daqueles três países europeus como também pela exclusão de outros “mundos” além-mar.

Vamos à primeira controvérsia sobre filosofia e seu caráter “nacional”, sobre entendimento e significado dele, por um lado crítico de outro filósofo europeu relevante. Nosso interesse em tratar desse aspecto tem a ver com o debate de uma notória escala e seus desdobramentos culturais e políticos: a escala nacional.

O filósofo italiano Roberto Esposito (2013, p. 23) argumenta que: “A geofilosofia – ou seja, a caracterização territorializante e, portanto, também sempre desterritorializada do pensamento não coincide de modo algum com o nacionalismo filosófico”. Considera que “a supremacia da territorialização – em relação ao princípio contrário do descentramento” – levou a um “triste desenlace”, especialmente quando “Heidegger

chegou a afirmar que os franceses, se quiserem pensar, devem fazê-lo em alemão, pois esta é a única língua moderna do pensamento”.

Em crítica a Deleuze (e Guattari), o filósofo Esposito (2013, p. 28) assevera: “A tese deste livro segue uma direção frontalmente contrária a da tese que acabamos de citar: não só a filosofia italiana não é redutível ao seu papel nacional, como também encontra a sua razão mais autêntica precisamente na distância em relação a ele”. E o que é crucial para a nossa tese: “[...] o caráter mais intensamente geofilosófico da cultura italiana está em uma terra que não coincide com a nação e que antes se constitui, por uma longuíssima fase, na sua ausência”. Portanto, Esposito não nega a terra. Critica, no entanto, a equivalência dela ao “nacional” na geofilosofia de Deleuze e Guattari, tanto que o desenvolvimento de sua “tese” se dá no contexto de uma “geofilosofia italiana”.

Antes de entrarmos na segunda controvérsia sobre o caráter nacional ou nacionalitário da geofilosofia, descemos para dar uma passagem pela resistência da escala nacional em projetos políticos que não se resumem às direitas.

- *Escala 4 – A renitência da Nação e das escalas, e críticas ao Estado, em projetos políticos de superação do capitalismo, e em devires minoritários*

As escalas, principalmente as geográficas, não deixam de estar presente em alguns projetos que tinham ou têm desejo de superar o Estado e o capitalismo. Neles, pode-se notar não só a ausência do intenso espacial como também seus respectivos tempos.

A título de exemplificação dessa afirmação, estão consideradas quatro concepções de superação do Estado e do capitalismo, para começar a divisar a segmentação espacial por elas traçadas em suas propostas: (a) três variantes anarquistas, abrangendo Proudhon (por George Woodcock), Bakunin (com textos selecionados por Daniel Guérin) e “Las Colectividades Campesinas 1936-1939”, na Espanha, também segundo Daniel Guérin; (b) de uma visão “selvagem” de Marx, a partir de Jean Tible; (c) de uma vertente do “comum”, trabalhada por Pierre Dardot e Christian Laval; d) um estudo geográfico feminista.

Depois de fazer uma breve apresentação dessas quatro concepções não estatistas, segue como foram apropriadas na geografia, segundo autorias escolhidas.

Na vertente anarquista, o livro de Proudhon *Do princípio federativo*, publicado em 1863, é tido como “um dos livros mais importantes, pois apresenta a primeira exposição minuciosa da ideia de organização federal como alternativa prática para o nacionalismo político” (WOODCOCK, 1983, p. 123).

Pelo menos três pontos visando a essa “alternativa prática ao nacionalismo”, proposta por Proudhon, podem ser extraídos da análise feita por Woodcock (1983):

(a) em *Ideia Geral da Revolução*, Proudhon “expressa abertamente seu desejo de acabar com as fronteiras nacionais, como todas as divisões que elas implicam” (p. 122);

(b) diante da situação da Itália em meados do século XIX, “Proudhon percebeu que um estado italiano forte poderia levar, tanto à ditadura interna quanto a perturbações na política internacional” (p. 123). Ele propõe, então, “uma união federal entre regiões autônomas sem governo centralizado que impedisse o progresso social, nem ambições nacionalistas que pudessem ameaçar a paz e a unidade da Europa”; e

(c) a partir “Do princípio federativo”, pode-se captar uma das gramáticas escalares, conforme exposição a seguir.

Woodcock (1983, p. 122-123) assinala que: “A organização da administração deveria começar a nível local e ser, tanto quanto possível, controlada pelo povo. Os indivíduos deveriam dar início ao processo, reunindo-se em comunas e associações”. Consolidando o uso dos níveis da gramática escalar convencional, nivela que “acima do nível primário, a organização confederada tornar-se-ia menos um órgão administrativo do que de coordenação entre as unidades locais”.

Confirmando o poder de decisão e de irradiação a partir do local, controlado pelo povo, propugna pela substituição da “nação” por uma “confederação de regiões”, incluindo uma agregação dela em desfavor da Europa:

a nação seria substituída por uma confederação geográfica de regiões e a Europa se transformaria numa confederação de confederações, na qual os interesses da menor das províncias seriam tão importantes quanto os da maior, e todas as questões seriam decididas através de acordos mútuos, contratos e arbitramento (WOODCOCK, 1983, p. 123).

Outro componente da gramática escalar confederativa, além das “regiões”, é a “quebra” da hierarquização por tamanho, não mais do maior para o menor, sendo que as decisões

envolveriam pelo menos três formatos institucionais: “acordos mútuos”, “contratos” e “arbitramento” – o primeiro formato é o preferido por Proudhon. A expectativa é, assim, igualar províncias maiores e menores. Em que medida esses “formatos” contribuiriam para definir a hierarquia? As relações de poder, no entanto, seguiriam vigorosas.

Em um dos textos de Bakunin selecionados por Daniel Guérin, “A sociedade ou fraternidade internacional revolucionária” (1865), um de seus itens detalha a “organização política nacional” e, logo em seguida, um outro especifica a “Federação Internacional”.

Na abertura do primeiro item, Bakunin denota implicitamente um viés escalar adaptado, contudo, às condições de cada país: “A divisão de um país em regiões, províncias, distritos e comunas ou departamentos e comunas como na França, dependerá naturalmente de hábitos históricos, das necessidades atuais e da natureza peculiar de cada país” (GUÉRIN, 1980, p. 54).

Apesar do que vimos sobre propostas de Proudhon e Bakunin, alguns autores atuais anarquistas abandonam pura e simplesmente a hierarquia escalar, a exemplo do geógrafo Simon Springer (2014), que se aproxima da concepção de negar a escala geográfica.

Por outro lado, o professor Marcelo Lopes de Souza (2017, p. 174) constrói um “modelo gráfico inspirado nas ideias do geógrafo russo Kropotkin”. Nesse modelo, distribui a “desconcentração econômico-espacial e descentralização territorial” do referido geógrafo segundo quatro escalas: “internacional”, “nacional”, regional e local; no caso dessa última, Souza não deixa dúvidas ao remetê-la à “comuna”.

Não soa diferente outra equiparação, quando Kropotkin retrata o “modelo gráfico” de “a territorialidade zapatista em Chiapas: da rede de solidariedade internacional aos municípios autônomos rebeldes”, no qual figuram a “escala planetária”, o México e o Estado de Chiapas (SOUZA, 2017, p. 410).

Fica inevitável a pergunta: por que nessa vertente anarquista, em algumas autorias se propõe uma compatibilidade da organização espacial com escalas hierarquizadas, e em outras, ao contrário, negam-na?

Voltando a Bakunin, para indicar o viés da sua “divisão”, depois dos dois “princípios comuns e obrigatórios” para cada país, a “organização política” é apresentada de acordo

com a seguinte sequência: comuna, província, nação – e depois o tópico da federação internacional.

Nos denominados “princípios” para todo país, a comuna regeria a passagem em uma federação nucleada pelo Estado, apregoando-se um ente “intermediário autônomo” entre comuna e Estado:

O primeiro, toda organização deve proceder de baixo para cima, da comuna para a unidade central do país, o Estado, por via da federação. A segunda: deve haver entre a comuna e o Estado ao menos um intermediário autônomo: o departamento, a região, a província. Sem o que, a comuna, tomada na acepção restrita do termo, seria demasiado frágil para resistir à pressão uniforme e despoticamente centralizadora do Estado (GUÉRIN, 1980, p. 54).

Ao mesmo tempo que fica notória, mais uma vez, uma distinção de níveis, é imprescindível que se atente para a distribuição de forças e competências preconizada na referida sequência.

Para caracterizá-la brevemente, realçamos sob a forma de tópicos os níveis que a compõem (ainda que ela não se dê dessa forma “gráfica” no texto original):

a) Comuna: A base de toda organização política de um país deve ser a comuna, absolutamente autônoma, representada sempre pela maioria dos votos de todos os habitantes, homens e mulheres em igualdade de condições, maiores. Nenhum poder tem o direito de imiscuir-se em sua vida, em seus atos e em sua administração interna. Ela nomeia e destitui por eleição todos os seus funcionários: administradores e juízes, e administra sem controle os bens comunais e suas finanças. Entretanto, para entrar na federação provincial e para fazer parte integrante de uma província, deverá adequar sua carta (constituição) aos princípios fundamentais da constituição provincial e fazê-la sancionar pelo parlamento desta província.

Em que a possibilidade da comuna ter “autonomia absoluta” e, ao mesmo tempo, ter que estar relativizada caso deseje integrar a federação provincial, pode levar ou leva ao repensar político de escalas, níveis, hierarquias, evidenciando, conforme se verá a seguir, a complexidade do processo político e de suas decisões, e dos julgamentos?

b) Província: A província não deve ser nada mais do que uma federação livre de comunidades autônomas. [...] o parlamento codificará a legislação provincial em relação tanto aos deveres quanto aos direitos respectivos dos indivíduos, das associações e das comunas [...]. O parlamento provincial estabelecerá a carta constitutiva da federação das comunas, seus direitos e

respectivos deveres, bem como seus direitos e deveres em relação ao parlamento, ao tribunal e aos governos provinciais.

c) Nação: A nação deve ser apenas uma federação das províncias autônomas. [...] o parlamento nacional, sem ingerir-se de nenhum modo na administração e na vida política interna das províncias, deverá estabelecer os princípios fundamentais que constarão na constituição nacional e que serão obrigatórios para todas as províncias que quiserem participar do pacto nacional (GUÉRIN, 1980, p. 54-56).

A Federação Internacional “compreenderá todas as nações”, observado o que foi estabelecido anteriormente no tocante aos três níveis acima qualificados, além de um conjunto de princípios que a definem enquanto tal.

Entre o elenco de princípios da Federação Internacional, reitera-se que:

cada país, cada nação, cada povo, pequeno ou grande, fraco ou forte, cada região, cada província, cada comuna tem o direito absoluto de dispor de sua sorte, de determinar sua própria existência, de escolher suas alianças, de unir-se e de separar-se, de acordo com suas vontades e necessidades sem nenhuma vinculação com os assim chamados direitos históricos ou as necessidades políticas, comerciais ou estratégicas dos Estados (GUÉRIN, 1980, p. 56).

Passando para a terceira variante anarquista, “El anarquismo en la revolución española”, em particular o “programa de Zaragoza” (1936), Guérin (1977, p. 24) recupera que “no existen normas absolutas: se respeta la autonomía de las comunas. [...] En efecto, el derecho a la autonomía no excluye el deber de mantener la solidaridad colectiva dentro de las federaciones cantonales y regionales en que se unen las comunas”.

Guérin coloca também a posição de Diego Abad Santillán, na obra *El organismo económico de la Revolución: cómo vivimos y como podríamos vivir en España* (1936), de que a economia não comportaria “comunas libres” se se toma o seu caráter “mundial”:

Desde el punto de vista económico no pueden existir las “comunas libres”: “Nuestro ideal es la comuna asociada, federada e integrada en la economía total del país y de las demás naciones en revolución. [...] Hoy la economía no es local, ni siquiera nacional, sino mundial” (SANTILLÁN, 1936 *apud* GUÉRIN, 1977, p. 29).

Diante dessa hierarquia escalar econômica estabelecida, Santillán propõe um “Consejo Económico Federal que no sea un poder político, sino un simples organismo de coordinación encargado de regular las actividades económicas y administrativas”. Esse “Consejo Federal” tem o controle “de los Consejos de fábrica confederados simultaneamente en consejos sindicales por rama industrial y en consejos económicos locales, será, pues, el punto de convergência de dos líneas, una local y otra profesional” (GUÉRIN, 1977, p. 29). Um “Conselho Econômico Federal” sobreposto aos “Conselhos de Fábrica”, com todas as ressalvas que podem ser feitas devido ao seu propósito de “coordenação”, corre sério risco de reproduzir o realizado na então União Soviética. Isto é, o figurino escalar a ser escolhido tem implicações políticas e uma inversão ascendente ou descendente, da centralização para a descentralização federativa, por si só não altera possibilidades de controles das políticas públicas.

Para não repetir formulações clássicas de Marx, ou dele derivadas, recorrentes nos estudos sobre escala, encontramos em Jean Tible (2019, p. 27) uma outra formulação que pode ampliar o debate: “O marxismo sempre pretendeu alcançar todo o planeta, numa universalidade ancorada pelo desenvolvimento das forças produtivas e pela expansão do capitalismo”. Ressalva-se que isso não significa desconsiderar contribuições marxistas, notadamente o desenvolvimento desigual e combinado, sendo uma delas minimamente considerada nas “escalas de acumulação de capital”, Escala 5.

Diferentemente de um “universal” dado, Tible fala da “construção de múltiplas lutas”: “se pensarmos Marx a partir das lutas – eixo metodológico desta pesquisa –, o universal (ou melhor, o comum) passa a não ser mais dado, mas sim a construir coletivamente, pela conexão das múltiplas lutas” (TIBLE, 2019, p. 27).

Essa luta empreendida em várias escalas manifesta tensões, conflitos ou até mesmo contraposições quando se alinha os “locais” em que elas se efetivam: o universal, o global, e o particular, o local.

Como não há um só Marx em sua trajetória de práxis, um de seus escritos e debates, segundo Tible, mostra entender a “Comuna de Paris” como contra o Estado:

Uma forma-comuna contra o Estado e passível de expansão para todos os centros industriais franceses e, também, para uma organização nacional, inclusive do campo. Essas comunas administrariam seus assuntos via assembleia local de delegados, reunindo-se depois em capitais regionais e, enfim, numa delegação nacional em Paris – mantendo-se, assim, a unidade

nacional, sempre com mandatos imperativos e revogáveis (TIBLE, 2019, p. 152).

Poder-se-ia interpretar essa visão como um dos pontos de concordância de Marx com a concepção anarquista da comuna?

Outra leitura da comuna em Marx, interpretada a partir de *A Guerra Civil na França* (2018), entende que o pensador alemão “louva a forma democrática da Comuna, mas critica a falta de decisão, isto é, a ausência de um centro político e militar necessário na guerra civil (DARDOT; LAVAL, 2018, p. 51).

Apesar de Dardot e Laval admitirem que Marx “não está inteiramente errado, a bem dizer”, essa crítica “irá fundar uma interpretação maciçamente deficitária da Comuna de 1871”. E, dela, resulta “como um dogma esse único aspecto do comentário marxiano: o que faltou à Comuna é um partido capaz de agarrar o momento oportuno [...] – e influenciará decisivamente a derrocada dos soviets na Revolução Russa” (DARDOT; LAVAL, 2018, p. 52-54).

Além das geofilosofias, nacionais ou não, esse debate se estende para temas vinculados ao nacional – Estado único. Distintamente do reescalonamento, no qual são constatadas apenas mudanças na continuidade do Estado no neoliberalismo, a filósofa Nancy Fraser faz uma crítica ao Estado-nação. a partir da Justiça, inclusive das escalas de sua constituição e efetivação.

Em *Escala de justiça* (2012), Fraser evoca duas imagens para a expressão inglesa “scales of justice”: a primeira delas, a balança; e a segunda, o mapa. Nessa segunda, a do mapa:

relevante sólo recentemente para teorizar sobre la justicia, esta imagen informa ahora las luchas por la globalización, ya que los movimientos sociales transnacionales rechazan el marco nacional en el que se han situado historicamente los conflictos por la justicia e intentan redibujar los límites de la justicia a una escala más amplia (FRASER, 2012, posição 99).

Nesse propósito de ampliar a escala, Fraser abre uma questão: a “unidade dentro de la cual se aplicava la justicia era el Estado territorial moderno”. Assim, conclui que “está en discusión este enmarque ‘westfaliano’ de la justicia”, cuja qualificação será feita adiante.

Quem provoca essa discussão do Estado territorial são “los activistas de los derechos humanos y las feministas internacionales [que] se unen a los críticos de la OMC poniendo de relieve injusticias que superan las fronteras” (FRASER, 2012, posição 120).

Articulando essa discussão do Estado enquadrado no modelo nacional “westfaliano” ao repensar de suas fronteiras, mediante ações coletivas de movimentos políticos transnacionais, Fraser (2012, posição 120-121) destaca que:

las reivindicaciones de justicia se plantean cada vez más a escalas geográficas que entran en competencia – como, por ejemplo, cuando las reivindicaciones que tienen en cuenta a la “poblacion pobre del mundo” se enfrentan a las reivindicaciones de ciudadanos de sociedades políticas delimitadas.

Então, uma pergunta que se ajusta à escala da Justiça: “Como sabemos cuál es la escala de justicia realmente justa?”. Essa questão reacende a discussão clássica sobre a existência ou não de uma “escala adequada” para nela encaixar um determinado tema, ou, até mesmo, se um tema deve ou pode ser encaixado em uma dada escala, mesmo que esta possa ser tomada como “justa”, para ele.

Ao tratar dos desafios e dos problemas das duas imagens das escalas da justiça, ainda sobre aquela referente ao mapa, Fraser (2012, posição 121) afirma que: “El problema surge de la pluralidad de enmarques conflictivos de los limites de la justicia, que ha desnaturalizado la cartografía westfaliana del espacio político”.

Então é relevante, mesmo de passagem, dar uma ideia sobre a “cartografía westfaliana del espacio político” e sua “desnaturalização”, por ser uma referência balizadora do Estado-nação.

Salientada a sua hegemonia durante longo tempo, Fraser (2012, posição 163) qualifica que “este sistema concebía las comunidades políticas como unidades políticas geográficamente delimitadas, demarcadas mediante límites claramente definidos y conjuntamente ordenadas”.

Essa primeira característica westfaliana do espaço político acentua as relações e a imbricação entre escala e Estado – denotando que as suas influências exorbitam a dimensão (apenas) normativa. Além disso, reforça as fronteiras do Estado como outro assunto relevante, em um momento que fluxos as ultrapassam de várias maneiras (in)visíveis ou complexas para serem nelas contidas.

Uma segunda característica desse sistema de Estados, proveniente da vinculação de cada uma dessas “comunidades” a um Estado próprio, conforma o que a filósofa designa por um “imaginário político westfaliano”, em especial, uma fechada soberania sobre seu território:

el imaginario político westfaliano investía al Estado de una soberanía indivisa y exclusiva sobre su territorio, que impedía ‘la interferencia externa’ en sus ‘asuntos internos’ y descartaba toda remisión a cualquier poder superior, internacional (FRASER, 2012, posição 163).

Dessa soberania “indivisa e exclusiva” do Estado, estabeleceu-se uma das múltiplas segmentações, a entre espaço interno e espaço externo, e diversos dualismos correlatos, como o nacional e o internacional.

Um dos principais destaques da combinação dessas duas características do Estado e da respectiva política westfaliana se dá quando: “En el imaginario westfaliano, por tanto, sólo podían ser sujetos de la justicia los conciudadanos miembros de una población territorializada” (FRASER, 2012, posição 163).

Exposta essa cartografia westfaliana, Fraser (2012, posição 163) ressalva, no entanto, que ela “no se realizó nunca del todo; el derecho internacional controlaba hasta cierto punto las relaciones entre estados, a la vez que la hegemonía del Gran Poder y el imperialismo moderno desmentían la idea de un sistema internacional de Estados iguales soberanos”. Em que pese essa relativização da cartografia nacional do Estado, a mesma filósofa afirma enfaticamente que “hoy, sin embargo la cartografía westfaliana del espacio político ya no se sostiene” (posição 173).

Estão dispostos os motivos que levam a essa não sustentação do “espaço político nacional” do Estado para praticar a Justiça em tempos de “redes” de atuações políticas que extravasam o território delineado pelas fronteiras, além dos problemas que não ficam a elas limitados ou contidos, em relevo os ambientais, afetando todo “mundo”:

Su postulado de una soberanía estatal indivisa y exclusiva ya no resulta plausible, dado el régimen ramificado de derechos humanos, por una parte, y las redes cada vez más amplias de la gobernación global, por otra;

- (a) cuestionable es la noción de una neta división entre espacio doméstico e internacional, dadas las nuevas fuermas de política “intermística”, practicada por los nuevos agentes no estatales y transterritoriales, las organizaciones intergubernamentales y las ong internacionales;

- (b) dudoso el punto de vista de la territorialidad como base única para asignar obligaciones de justicia, dado el manifiesto carácter transterritorial de los problemas, como el del calentamiento global o el de la agricultura genéticamente modificada, que da pie a muchos a pensar en términos de “comunidades de riesgo” funcionalmente definidas, que amplían los límites de la justicia para incluir en ellos a todos los que están potencialmente afectados (FRASER, 2012, posição 173).

Em um resumo desses dois pontos, a filósofa afirma que “los activistas que combaten las desigualdades transnacionales rechacen el punto de vista según la justicia sólo puede concebirse territorialmente, como una relación entre ciudadanos de un mismo país” (FRASER, 2012, posição 173).

Retomando a imagem das escalas da justiça correspondente à imagem daquele mapa, Fraser (2012, posição 184) apresenta as questões derivadas da não sustentação da “cartografia westfaliana del espacio político”, especialmente em relação ao Estado, aos desafios transnacionais e à atuação de movimentos para além do nacional, a saber: “¿ciudadanías territorializadas, humanidad global o comunidades de riesgo transnacionales?”. E prossegue: “la cuestión es quién cuenta como auténtico sujeto de justicia”.

Esse enfoque interessante, sobre desafios e questões da cartografia política, é ampliado para a economia, na medida em que também está em debate o “marco westfaliano-keynesiano”, profundamente dependente do Estado nacional.

En una época en la que el sistema Bretton Woods de control del capital internacional facilitaba la orientación económica keynesiana en el plano nacional, las exigencias de redistribución se centraban por lo general en las desigualdades económicas en el interior de los Estados territoriales (FRASER, 2012, posição 313).

Reiterando as frestas crescentes nas fronteiras nacionais, Fraser (2012, posição 334) também defende que processos econômicos e sociais estão frequentemente exorbitando os marcos de intervenção de cada Estado-nação:

Hoy en día, en cambio, el marco westfaliano-keynesiano está perdendo su aura de obvedade. Gracias a una clara conciencia de la globalización y a las inestabilidades geopolíticas que siguieron a la Guerra Fría, muchos observan que los procesos sociales que habitualmente configuran sus vidas desbordan los Estados territoriales.

Novos atores comprovam, crescentemente, que a geopolítica, principalmente, não se restringe aos limites territoriais da soberania nacional, tais como: as corporações transnacionais; os especuladores dos mercados internacionais; as grandes instituições de investimento; as organizações supranacionais e internacionais, governamentais ou não; e a opinião pública transnacional.

Todos esses novos atores mostram uma *performance* que, no mínimo, relativiza as fronteiras demarcadas, por meio de fluxos intensos de dinheiro, mercadorias, dados, mensagens: “fluye con un desprecio absoluto de las fronteras a través de los medios de comunicación globalizados y la cibertecnología” (FRASER, 2012, posição 345). Assim, explicita claramente que: “Para muchos, ya no resulta axiomático que el Estado territorial moderno sea la unidad apropiada para pensar las cuestiones relativas a la justicia ni qui los ciudadanos de esos Estados sean los sujetos pertinentes”.

Extrapolando esse debate para além da justiça, como ficam as questões da “escala” nacional, das concepções de “projeto político nacional”, do Estado territorial diante da falência da cartografia westfaliana, do marco “westfaliano-keynesiano” e também diante do transnacional, que, ao mesmo tempo, rompe fronteiras para circulação do que interessa e bloqueia o que o ameaça?

Pode ser que uma das possibilidades advenha de que “muchos creen que su oportunidad de vivir una vida buena depende tanto de los procesos que transpasan las fronteras de los Estados territoriales como de los que suceden en el interior de ellas” (FRASER, 2012, posição 345).

No atual momento histórico-político, como travar esse debate do “transnacional”, apesar das derrotas eleitorais de Donald Trump e de Jair Bolsonaro, em meio ao ressurgimento e fortalecimento de nacionalismos autoritários de extrema direita, incluindo o Brasil, que, de acordo com o chamado “globalismo”, exerce uma de suas principais críticas?

Ao mesmo tempo que vicejam vitórias de partidos e coalizões progressistas, poderia haver um fortalecimento dos Estados nacionais e do dualismo nacional-regional, a exemplo do Nordeste e do Sul no Brasil? Parece que estamos metidos em uma convivência, não se sabe se antagônica, se complementar, se alimentadora de um reforço do Estado nacional para algumas questões, como a das desigualdades, e de intenções de construir uma governança global para outros, como a atuação dos

Estados nas mudanças climáticas decorrentes de acordos internacionais até então quase anódinos.

Em uma breve recuperação das análises anteriores a essa conjuntura da segunda década do século XXI, Vainer (2001, p. 14), quando trata da “escala política”, mostra que: “No início do século assistiu-se à oposição entre as escalas nacional x internacional e entre projetos que se fundavam no nacionalismo ou no internacionalismo”. A complexidade do nacional se amplia quando se constata que segmentos de esquerda defendem um “projeto nacional” em países da América Latina, em particular no Brasil.

Essa tônica no nacional, sem prejuízo da noção multiescalar, fica evidente nesta formulação: “Es urgente reelaborar y fortalecer la escala nacional para construir estrategias multiescalares en un mundo de variedades de experiencias, vías y estilos de desarrollo. La escala nacional sigue siendo crucial” (BRANDÃO, 2015, p. 17).

Contudo estão em curso, e já sendo avaliados, depois de reviravoltas políticas na América Latina, tanto concepções e movimentos de transformação política nacionais, que chegaram a implantar o Estado plurinacional em países da América Latina, como aqueles que desejam trilhar um outro projeto, um pouco mais distante do Estado: os projetos de autonomia, não necessariamente sob reconhecimento do Estado-nacional.

Na terceira concepção de superação do capitalismo, diante da vastidão de interpretações que reveste o “comum” nos projetos políticos, a escolha recai no “ensaio” de Pierre Dardot e Christian Laval.

Primeiro, dizem o que o “comum” não é: não é “anarquista”. Depois, fazem questão de distingui-lo da “autogestão”. Com o terreno político preparado, dizem que o “comum” é uma “forma institucional do autogoverno”.

Dardot e Laval (2017, p. 485) assim se expressam sobre a acepção de um “comum”: “O comum, tal como o entendemos aqui, significa antes de tudo o governo dos homens, das instituições e das regras que eles adotam para organizar suas relações. Portanto, tem raízes na tradição política da democracia, em especial na experiência grega”. Além disso, a política do comum retoma “certos aspectos do socialismo associacionista do século XIX ou do comunismo dos conselhos do século XX”.

Esses dois autores franceses assumem explicitamente uma configuração escalar do comum. “Essa política do comum não é exclusividade das pequenas unidades de vida e

trabalho, separadas umas das outras. Ela deve permear todos os níveis do espaço social, do local ao mundial, passando pelo nacional”; a primazia, contudo, hoje, é conferida ao global: “é a dimensão do global que exige nova reflexão política” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 486).

Não ser “anarquista” não impede, entretanto, que Dardot e Laval (2017, p. 579) citem Proudhon, particularmente na relação entre federação e autonomia política: “Ora o único princípio político que respeita a autonomia dos governos locais é o princípio federativo”.

Também fazem alusão ao fato de a Comuna parisiense ter se apoiado no princípio federativo para elaborar seu programa, com tamanha importância: “Não surpreende que Marx tenha precisado rever sua antiga posição para conhecer a originalidade da constituição comunal de 1871”, posição esta que resumidamente defendia a “centralização do poder nas mãos da força de Estado” sem se deixar “desviar pelos discursos democráticos sobre a liberdade das comunas” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 593).

Em termos de organização das duas esferas do comum, tanto a referência escalar quanto o princípio federativo são decisivos e, inclusive, se entrelaçam no território:.

A esfera socioeconômica é organizada a partir do critério de extensão da atividade social, de acordo com a lógica federativa. A esfera política pública é organizada com base estritamente territorial, por uma gradação de escalões, também segundo a lógica federativa. A comuna é a forma elementar do autogoverno na esfera propriamente política; nesse sentido é o *comum político de base*. Portanto, está fora de questão perpetuar o modelo do estado-nação unitário e centralizado, ordenado pelo princípio da soberania (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 619).

Além da escala nacional, principalmente a estatal, também “territorialidades nacionalitárias”, seus “escalões”, são remetidas ao escalar. Passando para o vasto campo político, em que dualismos de raça, de gênero estão se desconstruindo, nos termos do filósofo Derrida, conforme o *Ambulo da tese*, estão aflorando uma miríade de epistemologias. Dessas, toma-se uma que relaciona “gênero e geografia” – e é também perpassada pela escala. Assim, ao destacar “Escala e recorte de grupo na constituição da visibilidade analítica”, a preocupação é com “os fenômenos que em geral são escamoteados na análise geográfica tradicional” (SILVA; ORNAT; CHIMIN JUNIOR,

2011, p. 32). Para que os “fenômenos” não prossigam encobertos, tais como na “geografia tradicional”, contrastam, então, visibilidade e invisibilidade de grupos sociais segundo a escala escolhida.

Diante dessa epistemologia proposta, abrem-se duas opções, e a ênfase se dá mediante a iluminação de grupos invisíveis, ainda que maiorias numéricas, em uma escala adotada para tanto: “Podemos, ao adotar uma escala, tornar grupos sociais invisíveis ou potencializar a visibilidade da ação de grupos vulneráveis que quase sempre são desprezados na geografia brasileira por meio de procedimentos numéricos em guaritas laboratoriais” (SILVA; ORNAT; CHIMIN JUNIOR, 2011, p. 32).

Heloisa Buarque de Hollanda (2020, p. 12) levanta as seguintes questões: “Como construir um feminismo sem levar em conta as epistemologias originárias?”; e “Como podemos reconsiderar as fontes e conceitos do feminismo ocidental?”. Além disso, desacomoda o instituído e nos conclama a um sonho que também é conceitual: “Uma nova história, novas solidariedades, novos territórios epistêmicos impõem urgência em ser sonhados”. Em novos “territórios epistêmicos”, há ou não espaço para o escalar?

A resposta já vem sendo aperfeiçoada nesta tese: não há espaço para apenas a escala, e não se implementa uma outra geografia, não “tradicional”, através de uma temática nova, mas que não modifica práticas endurecidas, desreconectando, desrealinhando.

Transitamos para a segunda controvérsia sobre o caráter nacional ou não da geofilosofia em Deleuze e Guattari, agora também sob vertentes que recolocam, abrangendo notadamente América Latina, América Central, Caribe, África, uma crítica contundente às “(in)dependências nacionais” mediante a “colonialidade” em uma “geopolítica do conhecimento”. Descendo da escala nacional, deslizemos intensivamente nesta plataforma.

- *PLATAFORMA 3ª D – Geofilosofia e Geopolítica do Conhecimento: “Decolonial”, “Pós-Colonial” e “Anticolonial”*

Como situar a geofilosofia e a geonálise em uma “geopolítica do conhecimento”, abrangendo o “decolonial”, o “pós-colonial” e o “anticolonial” (com crítica a elas)? Para dar apenas uma ideia da amplitude do espectro dessa geopolítica, “sete grandes

vertentes teóricas” foram expostas no estudo sobre Frantz Fanon (e os “fanonismos”), assim chamadas:

1. *Cultural and postcolonial Studies*; 2. *Afrocentric Paradigm*; 3. *Black Radical Tradition*; 4. *Marxism e/ou Radical humanism*; 5. *Grupo MCD (Modernity/Coloniality/Decoloniality)*; 6. *Existencial Phenomenological Studies*; 7. *Creole Perspective* (FAUSTINO, 2020, p. 82-85).

Escolheu-se, dessas vertentes, o “decolonial” e o “pós-colonial”, e, como terceira, a crítica a ambas, feita pela socióloga boliviana Silvia Rivera Cusicanqui, visando alguns pontos que ajudam no debate necessário sobre geofilosofia – com implicações na escala enquanto medida universal e universalizada. Iniciamos por quatro autores do chamado “Grupo MCD”, contando com expressiva participação de intelectuais latino-americanos, a saber: Enrique Dussel, Ramón Grosfoguel, Néelson Maldonado-Torres e Walter Mignolo.

O filósofo argentino (radicado no México) Enrique Dussel aborda a “origem do antidiscurso filosófico da modernidade”, demarcando assim o Iluminismo:

O Iluminismo construiu (foi um *making* inconscientemente espalhado) três categorias que ocultaram a “exterioridade” europeia: o orientalismo (descrito por Edward Said), o ocidentalismo eurocêntrico (fabricado, entre outros, por Hegel) e a existência de um “Sul da Europa” (DUSSEL, 2017, p. 341-342).

E encerra esse começo com o “desaparecimento” da América Latina: “Com isso, a América Latina simplesmente ‘desapareceu do mapa e da história’ até hoje, inícios do século XXI” (DUSSEL, 2017, p. 341-342).

Entre os filósofos precursores de uma “crítica frontal da modernidade”, destaca-se Bartolomé de Las Casas (1484-1566) (DUSSEL, 2017, p. 361-371).

Contudo, nesse processo a partir do Iluminismo, em um apagão subordinado da América, o sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel redireciona sentidos da colonização:

Se mudarmos a geografia da razão e olharmos o mesmo processo de expansão colonial europeia não desde a “Europa expandindo-se” para outros lugares, mas sim desde a geopolítica do conhecimento da “Europa chegando” às Américas, à África ou à Ásia, torna-se visível todo um pacote de hierarquias de dominação que a partir do olhar eurocêntrico da “Europa expandindo-se” fica invisível (GROSFOGUEL, 2018, p. 65).

No “sul global”, “não foi somente a formação e o início de uma nova civilização, como toda uma série de relações de dominação que não se esgotam nas relações econômicas” (GROSFOGUEL, 2018, p. 65).

Diante desse amplo quadro de dominação da Europa, a concepção geral da geofilosofia de Deleuze e Guattari está afetada de que forma? Seria uma filosofia necessariamente eurocêntrica? Essa geofilosofia, ao ser olhada no âmbito dessa “geopolítica do conhecimento” do Sul, teria que passar por alguma alteração?

O filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado-Torres afirma: “A ausência de reflexões sobre a geopolítica e a espacialidade na produção de conhecimento vai a par com a falta de reflexão crítica quanto ao empenhamento da filosofia e dos filósofos ocidentais com a Europa enquanto local epistêmico privilegiado” (MALDONADO-TORRES, 2017, p. 397-398). Propõe uma “diversalidade radical”. Ela funciona como “uma crítica das raízes que põe a claro não só a colonialidade mas também o potencial epistêmico das epistemas não-europeus” (p. 399).

Abre-se um pequeno parêntese para notar um dos principais conceitos do decolonial, se não o principal, cunhado pelo sociólogo peruano Anibal Quijano:

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na proposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social quotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América (QUIJANO, 2017, p. 84).

Calcado na colonialidade, o filósofo argentino Walter D. Mignolo faz uma consideração surpreendente sobre a modernidade, sem negá-la plenamente: “este meu artigo debruça-se sobre a modernidade na perspectiva da colonialidade, com vista a reconhecer que a modernidade tem duas faces, uma libertadora e outra despótica” (MIGNOLO, 2012, p. 677).

Dá-se, assim, a contraposição entre o universal e o pluriversal, segundo Mignolo (2012, p. 678):

O problema é que não pode haver um caminho, uni-versal. Tem de haver muitos caminhos, pluri-versais. E este é o futuro que pode ser alcançado a partir da perspectiva da colonialidade com a contribuição dada pela modernidade, mas não de modo inverso.

Posiciona-se, no entanto, pela constituição na modernidade de “um outro paradigma”: “‘Um outro paradigma’, porque reclama o seu direito à existência e ao diálogo entre os subparadigmas hegemônicos da modernidade na ciência, na filosofia, no direito, na economia, etc.”, e se “constrói sobre conhecimentos e epistemologias que foram negadas e subordinadas pela Teologia, pela Filosofia e pela Ciência” (MIGNOLO, 2012, p. 697).

Sendo assim, como ficam situados nesse paradigma proposto filósofos europeus? É temerária uma resposta única, conclusiva, por conta das variações de tons no artigo de Mignolo (2012):

a) “Será suficiente lembrar a obra *Peau Noire, Masques Blanches* (1952), de Frantz Fanon, para perceber os limites do conhecimento ocidental (Marx, Freud, Nietzsche) aos olhos de uma pessoa negra das Caraíbas francesas que pensa a partir das margens” (p. 669);

b) “Karl Marx é necessário, mas está longe de ser suficiente” (p. 678);

c) “Isto é, Foucault e Kuhn deverão ser considerados como autores de importantes contribuições para a crítica eurocêntrica do eurocentrismo” (p. 694).

Na geografia, e no Brasil, o debate sobre influências exógenas está robustecido por uma geopolítica do conhecimento. O geógrafo Valter do Carmo Cruz (2017, p. 29-32) apresenta uma “agenda”, visando contribuir para a “construção de uma geografia decolonial”: que “ao esboçarmos essa espécie de agenda possamos estimular outros geógrafos a se engajarem nesse projeto coletivo de construção de uma geografia descolonial”.

Antes de apresentar como a escala é contemplada nessa “agenda”, o referido geógrafo apresenta pelo menos três referências gerais sobre, entre outros aspectos, o “lugar de fala”, a “relação centro e periferia” e o privilégio concedido ao Norte global, no conhecimento, e ao Sul, na interpretação:

- (a) existe uma profunda relação entre *o que se fala, quem fala e de onde fala*;
- (b) apesar de todo conhecimento ser localizado, a geopolítica do conhecimento estabeleceu historicamente uma relação de centro e periferia em termos cognitivos, atribuindo o caráter de universalidade a determinados conceitos e teorias;

(c) lemos, interpretamos e teorizamos o nosso mundo, as nossas sociedades, nossas experiências, nossos problemas, ancorados em categorias, conceitos, teorias, línguas do norte global [...]. No entanto ignoramos os intelectuais que falam a partir dos lugares, experiências e línguas do Sul (CRUZ, 2017, p. 26-27).

A escala, dos sete pontos da agenda proposta por Cruz para a “geografia decolonial”, aparece em dois deles. No “segundo desafio”, com a pretensão de realizar um “giro espacial/territorial”, consta que: “Categorias e conceitos como espaço, território, lugar, escala etc. são de grande potencial cognitivo e político para renovação do pensamento crítico e para ampliação e enriquecimento dos estudos descoloniais” (CRUZ, 2017, p. 30). De imediato, emerge, então, a indagação: como a escala possibilitaria a “renovação do pensamento crítico e para ampliação e enriquecimento dos estudos descoloniais”? É um conceito que pode ser usado tanto na colonialidade do saber quanto no descolonial?

Uma leitura para reinterpretar a escala geográfica na epistemologia descolonial assumida encontra-se no próximo desafio da “agenda”, ou seja, o terceiro, e está diretamente ligada ao repensar escalar que, talvez, possa ser chamado de não descolonial, visto na Escala 1:

É fundamental construirmos uma leitura multiescalar que ao mesmo tempo seja capaz de compreender a colonialidade de poder, do saber, do ser e da natureza em termos macro e micro políticos, tanto em termos de elementos estruturais como através das práticas e experiências cotidianas (CRUZ, 2017, p. 31).

Essa “leitura multiescalar”, segundo Cruz (2017, p. 31), tendo em vista que alguns pensadores descoloniais operam a partir de uma “leitura macrosociológica e uma perspectiva de longa duração”, apesar da importância de ambas, “dificulta a compreensão multiescalar em termos espaçotemporais de práticas e experiências concretas, nas quais se pode identificar dispositivos de colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza”.

Repondo o que também já analisamos nesta tese: “multiescalar” quer dizer considerar as diversas escalas? O que se quer dizer com essa junção espaçotemporal? Mesmo, ou até, com a incorporação do multiescalar, também usado na geografia anglo-saxônica, a

pergunta permanece ou se fortalece: não se estaria imprimindo a uma geografia decolonial uma categoria pertencente à colonialidade do saber?

Assim, em que medida os povos originários na América Latina podem ter outros conceitos correlatos? Essa pergunta se agudiza na medida em que a geopolítica do conhecimento é alargada para o “interior” da nação Brasil: ela “[...] se reproduz em outras escalas e sustenta um imaginário moderno colonial a exemplo do que ocorre no Brasil, onde há claramente uma postura de privilégio do Sudeste como região central da produção intelectual e artística” (CRUZ, 2017, p. 28).

Também se valendo de teóricos decoloniais, Porto-Gonçalves (2017, p. 63) chama a atenção que o “colonialismo”, além de “uma configuração geopolítica por meio da qual o mundo se mundializou”, também “constituiu os estados territoriais modernos – coloniais em todo lugar” –, sendo a “colonialidade” “constitutiva das relações sociais e de poder do sistema mundo nas suas mais diferentes escalas”.

Ao relacionar, com todas as letras, a constituição de “estados territoriais modernos” à colonização, Porto-Gonçalves, contudo, remete-a a uma “colonialidade nas suas mais diferentes escalas”. Porém não são essas mesmas escalas que estão fixamente aderentes à formação e às operações dos Estados, e, a partir da organização territorial deles e neles, excederam suas bordas e se tornaram uma categoria universal – colonial, apesar de ter seu uso tido como “normal”?

Um terceiro geógrafo, Haesbaert (2021c, p. 121), citando um dos pontos da “agenda” proposta por Cruz, relacionado às escalas, é taxativo ao propor a inclusão de uma outra “primeira escala” na sequência escalar: “Sem dúvida, nossa primeira escala geográfica de análise em termos da colonialidade de poder é a do corpo”.

Tal como foi apontado por Cruz (2017) sobre a geopolítica do conhecimento interna ao Brasil, Haesbaert (2021c, p. 123) considera o “colonialismo interno” ou as “colonialidades internas”. Também estão repostas as imprecisões sobre os prefixos, reiteradamente frisados, que antecedem as escalas, como se verifica nesta afirmação: “Longe de entidades estáticas e bem delimitadas, portanto, falar em múltiplas escalas é falar também em transescalaridade” (HAESBAERT, 2021c, p. 126).

Apesar dessa conservação da escala, inclusive acrescentando mais um nível, Haesbaert (2021c, p. 263) dá um passo relevante para “descolonizar” o conceito de “região”, mediante três pontos: questionar “critério padrão universal”, valorizar “sujeitos e saberes outros” e enfatizar “dimensões étnicas e de gênero”.

Mas nessa descolonização, nesses termos da proposta de Haesbaert, como permanece o conceito de região? E, se se pretende valorizar “outros saberes”, ele não poderia ser incongruente para alguns “povos”? As “divisões” do e no espaço (incluindo as escalas geográficas) não seriam “estranhas” a eles? Seria prudente e necessário usar conceitos “renovados” para analisá-los, mas dissociados de saberes, ainda que haja participação deles?

Para estar sintonizado com o decolonial, o poder de fala para as respostas às indagações anteriores deve ser o dos que foram e continuam sendo afetados diretamente pela colonialidade.

Assim, o xamã yanomami David Kopenawa se expressa: “Esses brancos só pensam em cobrir a terra com seus desenhos para fatiá-la e acabar nos dando apenas uns poucos pedaços, cercados por seus garimpos e plantações” (KOPENAWA; ALBERT, 2021, p. 327). E prossegue:

Somos habitantes da floresta e se a dividirmos assim, sabemos que morreremos com ela. Prefiro que os brancos falem de uma natureza ou de ecologia inteira. Se defendermos a floresta por inteiro, ela continuará viva. Se a retalharmos para proteger pedacinhos que não passam da sobra do que foi devastado, não vai dar em nada de bom (KOPENAWA; ALBERT, 2021, p. 484).

Como determinadas categorias estão profundamente arraigadas nas nossas análises, ao nosso hegemônico “lugar e poder de fala”, é preciso propagar as críticas contundentes do xamã Kopenawa às “fatias” da terra, aos “pedaços” distribuídos pelo Estado – e também sua defesa da “floresta por inteiro”.

Um geógrafo com grande influência no Brasil, David Harvey, trava um debate com autores decoloniais baseado em um enfoque “cosmopolita”, “global”. Seu objetivo é “alcançar uma educação cosmopolita em geografia” (tradução livre), visando o impulso para “construir un nuevo orden intelectual cosmopolita sobre el que se asiente una forma liberadora y emancipadora de gobernanza global” (HARVEY, 2017, p. 21).

Diante desse objetivo “cosmopolita” e de uma “governança global”, Harvey (2017, p. 55) escolhe o geógrafo Carl Sauer pela sua crítica, anterior ao decolonial, sobre o colonialismo: “construyó en 1938 una feroz denuncia no sólo del colonialismo español sino de los subsiguientes estragos y saqueos cometidos por el neocolonialismo capitalista en toda Latinoamérica”. De forma, no mínimo, equivocada, aponta que “Sauer fue el primero en abordar una serie de temáticas que después tuvieron continuidad en las obras de Pagden, Walter Mignolo y otros especialistas en Latinoamérica” (p. 56).

Ainda que sua atenção esteja voltada predominantemente para estudos pós-coloniais referenciados a Índia, o que o leva a uma breve referência sobre Mignolo, a ênfase de Harvey, diante do objeto “cosmopolita, é criticar a versão de ‘izquierdas’ a partir do colombiano Arturo Escobar – tido como apregoador do ‘lugar’” (HARVEY, 2017, p. 57). Ressurge mais uma controvérsia global-local, ainda que sob os termos de “cosmopolita” – “lugar”, revolvendo esse dualismo no Ambulo da tese.

Revelando como há disparates no uso e na difusão de versões do “decolonial” e do “pós-colonial”, Harvey os trata indistintamente sob uma rubrica única no segundo capítulo do seu livro (2017): “La crítica postcolonial del cosmopolitismo liberal”.

Por isso, é preciso recorrer a autorias que procuram nos dar uma visão ampla, sem qualquer pretensão de definições universais consensuais sobre posições e lugares na geopolítica do conhecimento. Uma delas, Miglievich-Ribeiro (2022, p. 384), nos ajuda com a seguinte observação:

O modo como os pós-coloniais, a partir de sua condição periférica, revisitarão as formulações canônicas e formularão outras implica não se pode falar num único pós-colonial nem um único “decolonial”. Quaisquer da (sic) vertentes, porém, atentam para a “geopolítica do conhecimento”.

O caribenho (de Martinica) Édouard Glissant se nutre explicitamente de Deleuze e Guattari para construir a sua “poética da Relação”. Ele a exprime assim: “O pensamento do rizoma estaria no princípio do que eu chamo de poética da Relação, segundo a qual toda identidade se desdobra numa relação com o Outro” (GLISSANT, 2021, p. 34). Sem negar especificidades do Caribe, discute e adapta o nomadismo da dupla de filósofos às perambulações pelas ilhas.

O pensador africano (de Camarões) Achille Mbembe, ao criticar “todas as formas de universalismo abstracto”, expõe claramente a sua posição:

Ao fazer isso, tenta romper com a mentalidade vigente que sabemos defender o fechamento e toda espécie de demarcações, a fronteira entre aqui e acolá, o próximo e o distante, o interior e o exterior, servindo de Linha Maginot para grande parte daquilo que passa hoje por “pensamento global” (MBEMBE, 2017, p. 21-22).

E, mostrando proximidade com Glissant, reabre o pensamento: “Ora só é ‘pensamento global’ aquele que se recusa da segregação teórica, se base de facto nos arquivos de ‘Todo o Mundo’ (Édouard Glissant)” (MBEMBE, 2017, p. 21-22).

Mbembe dialoga tanto com Foucault sobre a “ocupação colonial – “concatenação de múltiplos poderes em jogo: disciplinares, biopolíticos e necropolíticos” (MBEMBE, 2017, p. 136) – quanto com Deleuze e Guattari: “segundo Deleuze e Guattari, foi nascendo aquilo que os próprios autores designavam por máquinas de guerra” (p. 140). Nesse diálogo, não deixa de incluir as suas criações conceituais, como a “necropolítica”.

Também incorpora faces que são próprias da colonização: “O império colonial e o Estado escravagista – e, mais especificamente, a plantação (leia-se *plantation*) e a prisão – constituem os principais símbolos do seu corpo nocturno” (MBEMBE, 2017, p. 42). E esse aspecto é importante para procurar driblar a universalização conceitual.

Por conta de influências em nosso trabalho, toma-se como consideração preliminar uma possível diferença na diversidade tanto do decolonial quanto do pós-colonial: talvez a menor ou a maior elasticidade na inclusão de concepções exógenas, redundando, por isso, em maior ou menor rigor na exclusão dessas concepções. Não obstante terem sido poucas as leituras feitas para argumentar sobre essa diferença anterior entre decolonial e pós-colonial, tomamos a que a mostra com nitidez, apontando o “alicerce racial” da filosofia de Kant e Hume.

Mignolo (2012, p. 687), a partir do filósofo nigeriano Emmanuel Chukwudi Eze, faz sobressair “o alicerce racial do trabalho filosófico de Immanuel Kant e David Hume”. Por outro lado, Mbembe (2021, p. 61-62) se apropria de Kant, especificamente do conceito de “hospitalidade universal”, transcreve-o e utiliza-o para afirmar: “na medida em que ‘ninguém tem mais direito do que outrem de estar em um lugar da Terra’, a fronteira como tal já não pode ser objeto de sacralização”.

Na dissensão tanto do decolonial quanto do pós-colonial, a socióloga boliviana Silvia Rivera Cusicanqui apresenta pelo menos três argumentos. O que nos afigura com presença destacada em dois livros tem a ver com o “colonialismo interno-externo”.

No início da década passada, a partir de “el caso de la Universidad de Duke”, especificamente o “departamento de Estudios Culturales”, Cusicanqui relaciona “nuevos gurus”, “Mignolo, Dussel, Walsh, Sanjinés”, e os considera de forma crítica:

Dotados de capital cultural y simbólico gracias al reconocimiento de los Estados Unidos, esta nueva estructura de poder académico se realiza en la práctica a través de una red de profesores invitados y visitantes entre universidades y a través del flujo – de sur a norte – de estudiantes indígenas o afrodescendientes de Bolivia, Perú e Ecuador, que se encargan de dar sustento al multiculturalismo teórico, racializado y exotizante de las academias (RIVERA CUSICANQUI, 2019a, p. 63).

Ao final dessa primeira década dos anos 2000, a crítica é reposta nesses termos:

Y ni qué decir de Mignolo y compañía, cuya labor desde los años noventa ha sido la de crear satrapías académicas en las universidades más elitistas del norte, vendiendo la idea de la descolonización a sus nuevas audiencias, rebautizada como lo “post-colonial”, o lo “de(s)colonial” (RIVERA CUSICANQUI, 2019b, p. 27).

Passa a propor a substituição da geopolítica do conhecimento pela “área de realizar una ‘economía política’ del conocimiento”, tendo em vista que a primeira “es una noción que no se lleva a la práctica, y que más bien se contradice a través de gestos de recolonización de los imaginarios y las mentes de la intelectualidade del sur” (RIVERA CUSICANQUI, 2019a, p. 65). Ou seja, a agudeza dessa posição de Rivera Cusicanqui, nem decolonial nem pós-colonial, chega ao clímax de chamá-las de uma “recolonización”.

Por fim, para a socióloga boliviana, o Brasil entra no elenco de países do “colonialismo interno-externo” – embaralhando as escalas geográficas, notadamente a global e a regional:

Se puede pensar en la diferencia norte-sur, pero sin olvidar que las corporaciones transnacionales y los capitalismos salvajes se han asentado hoy en países emergentes (los BRICS) y desde allí avasallan territorios, poblaciones y recursos de otros lares, y no por ello dejan de ser del sur (RIVERA CUSICANQUI, 2019b, p. 90).

Mas não seriam, pelo menos, “otro sur”?

A análise do geógrafo brasileiro Carlos Walter Porto-Gonçalves sobre o projeto infraestrutural do BID (Banco Mundial), visando uma “integração” da América Latina à competitividade internacional, é citada por Rivera Cusicanqui (2019b, p. 97), ao mostrar “la envergadura inédita del proceso de agresión contra los bosques y humedades de nuestro continente”.

Para “regerar” a “Ecologia Política”, além do “pluralismo”, o geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2019, p. 13) considera o “anticolonialismo” como outro “princípio”. Notando que “estamos ainda longe de um consenso terminológico-conceitual na própria América Latina”, o que nos parece ser improvável obtê-lo, “me parece que o prefixo *anti* é insuperável como símbolo de uma confrontação praxica e epistêmica”.

Souza continua (em nota de rodapé) a discordar de que “anticolonial” seja um vocábulo do passado, que teria sido ultrapassado pelo contemporâneo “decolonial” (ou por “pós-colonial”) (SOUZA, 2019, p. 26); na mesma “nota de rodapé”, a socióloga boliviana Rivera Cusicanqui está situada no campo do “anticolonial”.

Apesar de passar pelo conceito de “colonialidade dos saberes e práticas”, Marcelo Lopes de Souza alerta para o “risco de escorregarmos e cairmos nas armadilhas preparadas pela discrepância entre ‘solo ideológico’ e ‘atmosfera biográfica’”: “interpretar com base na nossa vivência e nas nossas necessidades – mas sem provincianismo: para isso combinamos e articulamos em diferentes escalas geográficas” (SOUZA, 2019, p. 30). E, inevitavelmente, ressurge o dissenso: então, não se estaria mais próximo do “pós-colonial” quando “desprovincializamos” as análises?

Não obstante o confuso espectro do não colonial, há que se concordar com o necessário desembaraço da pura e simples adoção de filosofias eurocentradas.

Sendo assim, nossa posição aqui, vistas as três linhas não coloniais – decolonial, anticolonial e pós-colonial –, se aproxima desta última, em que pese a sua diversidade, o que também se verifica nas outras duas.

Decorre dessa opção pós-colonial a interlocução e a tensão de e entre filosofias e a nossa “realidade” colonizada, o que faz com que devamos estar atentos e antenados aos conceitos e à pertinência deles ao estudo empírico e à ação política, abrindo-se, inclusive, a possibilidade de utilização de autorias com as quais não concordamos

(politicamente), mas cuja formulação não pode ser simplesmente negada aprioristicamente. Ou seja, não se trata de, aprioristicamente, assumir ou negar essa ou aquela filosofia pelo corte nacional ou nacionalitário.

Nesse sentido, para ilustrar a afirmação anterior da não exclusão peremptória de arcabouços exógenos ao Sul e das infundáveis possibilidades de combinações, articulações e tensões conceituais, as posições a seguir de Eduardo Viveiros de Castro e Bruno Latour são estimuladoras.

O antropólogo brasileiro Viveiros de Castro atualiza o alcance da “filosofia moderna” de Oswald de Andrade:

O Manifesto Antropófago é “decolonial” muito *avant la lettre*. E não surgiu de dentro de nenhuma universidade norte-americana... Oswald não conseguiu nem entrar na Universidade de São Paulo (USP), que diria em Duke, Princeton ou Harvard? Esse homem sem profissão nunca foi um “periférico” profissional, daqueles com *tenure* (VIVEIROS DE CASTRO, 2016, p. 14).

Por sua vez, Latour, na penúltima de suas oito “conferências”, em 2013, cita um “nazista”, não com certa ironia: “Para avançar nessas questões tão delicadas quanto arriscadas, vou recorrer ao autor menos preparado para tranquilizá-los, o tóxico, no entanto essencial Carl Schmitt (1888-1985)” (LATOURE, 2020, p. 356).

E manifestamente desintoxica o seu uso: “O jurista nazista é um veneno que mantemos em laboratório quando precisamos de um ingrediente ativo poderoso o suficiente para contrabalançar outros venenos ainda mais perigosos: tudo é uma questão de dosagem” (LATOURE, 2020, p. 356-357).

É inevitável, diante dessas referências ao decolonial, ao pós-colonial e ao anticolonial, como crítica a todos eles, tecer brevíssimas considerações sobre referências apreendidas de Deleuze e Guattari nesta tese, reiterando-se se tratar de um processo de aprendê-las.

Desvencilhando-se de qualquer tentativa de enquadramento, o que se intenta é mostrar a complexidade das referências mencionadas no parágrafo antecedente diante do decolonial ou do pós-colonial. Se se tomar em *O anti-Édipo*, a “história universal (é das contingências)”, a sequência “selvagens, bárbaros, civilizados” (depois alterada para uma coexistência ampliada), a associação capitalismo e civilização, mesmo que esse modo de produção esteja considerado, na referida obra, como o “mais impiedoso”,

conforme foram amplamente trabalhadas, uma tentação imediata decorrente daquela associação poderia ser a de rotular Deleuze e Guattari como filósofos que professam a colonialidade do saber.

Porém, se evitarmos o imediatismo de nos limitarmos a uma única citação, e até mesmo nos cingirmos a essa ou àquela citação assaz isolada, escolhida a dedo, em *Mil Platôs* há inflexões significativas. Apesar de continuar a história universal, ainda que com coexistências, convivem múltiplas referências a diferentes modos de vida (indígenas, negros) e os devires enfáticos do “menor”, dos “minoritários”, não tomados em termos quantitativos, mas, sim, como subalternizados no processo de dominação e de exclusão.

Amplia-se a complexidade de filiar-mos a essa ou àquela “escola”, simploriamente, quando se vai para *O que é a filosofia?*. Ao mencionarem uma “filosofia” (entre aspas) chinesa, hindu, judaica, islâmica, não há menção à América Latina e à África.

Sobre o europeu e o grego, referem-se assim a dupla de filósofos: “O europeu pode pois (sic) se considerar, não como um tipo psicossocial, entre os outros, mas como o Homem por excelência, assim como o grego já o fizera, mas com muito mais força expansiva e vontade missionária que o grego” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 127) – lendo-se europeu (capitalismo) e grego (filosofia).

Ao mesmo tempo, ainda sobre a Europa, dão outra sinalização: “A europeização não constitui um devir, constitui somente a história do capitalismo que impede o devir dos povos sujeitados” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 140).

Da mesma forma, ao analisarem o “caso Heidegger”, Deleuze e Guattari (1992, p. 141) também manifestam uma posição que hoje poderia ser tida como não “colonial”: “Pois a raça invocada pela arte ou a filosofia não é a que se pretende pura, mas uma raça oprimida, bastarda, inferior, anárquica, nômade, irremediavelmente menor – aqueles que Kant excluía da nova Crítica”.

Continuando, esclarecem o que “Artaud dizia: escrever *para* analfabetos – falar pelos afásicos, pensar pelos acéfalos. Mas que significa ‘para’? Não é ‘com vistas a...’, nem mesmo ‘em lugar de...’. É ‘diante’. É uma questão de devir” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 141). E, ainda, na continuidade: “O pensador não é acéfalo, afásico ou analfabeto, mas se torna. Torna-se índio, não para de se tornar, talvez ‘para que’ o índio, que é índio, se torne ele mesmo outra coisa e possa escapar à sua agonia” – porque “o

devir é sempre duplo, e é este duplo devir que constitui o povo por vir e a nova terra” (p 141-142).

Tomando o conjunto dessas citações de Deleuze e Guattari, não se pode cravar uma conclusão fácil e um enquadramento precipitado deles na geopolítica do conhecimento. A diferenciação de conteúdos faz com que não se possa, por essa ou por aquela citação pinçada, ou com esse ou com aquele propósito, abolir a complexidade atinente a momentos, e até mesmo conflitos, ao tratarem das diferenças para além da Europa.

Diante disso, e convivendo tanto com formulações que poderiam ser encaixadas na “colonialidade” do saber quanto com outras que se aproximariam do “pós-colonial”, ressaltando-se o momento histórico das obras mencionadas da dupla de filósofos franceses, não se deve, contudo, eximi-los de críticas, da necessidade de apropriações de “ferramentas” devidamente adaptadas, e até transformadas, sem que isso exclua a evidente, a notória e a potente contribuição de Deleuze e Guattari para a nossa tese.

Nossa postura pós-colonial será reafirmada quando prosseguirmos na geonálise, descartando quaisquer “caixas de ferramentas” que aparafusam para unificar, totalizar, hierarquizar e universalizar conceitos, incluindo, obviamente, os escalares... e os plataformares.

Vamos continuar o trajeto pelas “geos”, até então nas vias da geofilosofia, transitando pela geo-história, genealogia. A outra via da “geo” adentra a geonálise, procurando um caminho para inserir escalas geográficas e escalas temporais, em meio às plataformas.

PLATAFORMA 4ª COM ESCALAS 5 e 6 e 7 e 8 e 9

Geoanálise: Esquizoanálise, Terraceno e Espaços (-, e) Tempos e Linhas; um “molho de chaves” para abrir Escalas do Capital, do Ambiente, do Sem Escala e relações entre conceitos geográficos

Propõe-se uma tríade para a geoanálise, atentando-se para a “geopolítica do conhecimento”: Terraceno (uma Terra nova – plenamente em expansão e exaurida), espaços (-, e) tempos e linhas.

Essa tríade tem um tratamento analítico de acordo com Deleuze e Guattari, acompanhado de uma atualização que consigamos fazer, fortalecendo liames com a escala geográfica. Há que se sobressair que a geoanálise foi descolada de *Diálogos* (DELEUZE; PARNET, 1998) de maneira fortuita – e não a encontramos em outras obras lidas de Deleuze e de Deleuze e Guattari. Na obra citada, aparece esse termo ligado a “linhas” – insinuação indicativa para uma das qualificações que integra a referida tríade da geoanálise.

- *PLATAFORMA 4ª A – Geoanálise rima com Esquizoanálise?*

Não obstante não termos encontrado em nossas leituras da dupla de filósofos franceses referências adicionais sobre geoanálise, além da já mencionada, isso não encerra, de maneira nenhuma, a possibilidade de ela ter sido trabalhada, até mesmo com outra acepção não percebida nas referidas leituras.

Apesar disso, como não achamos outras alusões ao conceito, por ocasião da leitura de *O anti-Édipo*, especialmente do último capítulo, entrevimos uma possibilidade de alargar a geoanálise para além da sua menção em *Diálogos*.

Relançando-nos na Plataforma 1ª C, sobre relações entre Filosofia e Ciência, argumentamos, complementarmente, não se tratar de um despautério aproximar a filosofia da imanência de Deleuze e Guattari da ciência geografia e da escala.

Então, para fortalecer aqui o convívio entre filosofia e escala-geografia, fomos buscar no encontro realizado em *O anti-Édipo*, entre e por Deleuze e Guattari, da filosofia com a ciência psicanálise. Ressalve-se que não se achou em *O que é a filosofia?*, livro posterior àquele em quase duas décadas, alterações sobre a relação estabelecida anteriormente entre filosofia da imanência e psicanálise.

Sendo assim, de que maneira essa aproximação entre filosofia e ciência e, em decorrência, entre esquizoanálise e geonálise poderia nos ajudar no debate das distinções entre geofilosofia e uma “filogeografia”, ou uma “filosofiageo”, ou, ainda, uma geonálise? Já tentamos colocar que a geografia da filosofia não deve ser tomada como uma filosofia da geografia.

Então, como considerarmos geofilosofia e geonálise? Seriam distintas ou não? Estaríamos construindo uma duplicidade conceitual desnecessária, uma fragmentação descabida de “geos”? Ou deveríamos rumar para buscar uma complementaridade entre elas?

Antes de nos aventurarmos a fazer alguns voos ou surfar nessas ondas – afinal, é preciso também embalar a tese no ar e no mar –, vamos trilhar na terra: como psicanálise e esquizoanálise poderiam estimular uma analogia, respectivamente, com e entre geografia (da extensão) e geonálise?

O “anti-Édipo” da escala na extensão, guardadas todas as diferenças, seria uma espécie de antiescala? Teria a ver com platô? Com plataforma? Com “subidas e descidas”, portanto, e com deslizamentos e flutuações?

As leituras realizadas de *O anti-Édipo*, com grandes dificuldades e limitações, permitiram, contudo, espera-se, experimentar uma perspectiva de encaminhar fraturas na hegemonia da geografia da extensão e no alcance ilimitado da escala geográfica.

Mesmo assim, e com as ressalvas anteriores, como se apropriar de um livro, como *O anti-Édipo*, e fazer uma leitura dele com um propósito determinado, sendo ele, no nosso caso, a busca de contribuições para a geonálise?

Se encontramos em *Mil Platôs* uma possibilidade de desreorganização da tese em escalas e plataformas, na “Carta a um crítico severo”, Deleuze (2013, p. 16-17) diz que “há duas maneiras de ler um livro”: fechando-o em um *dentro* ou abrindo-o a um *fora*. E essas duas formas de ler uma obra, quando revisávamos o presente trabalho para a penúltima entrega, também nos parece que podem ser tomadas como uma metáfora para a escala, como um dos modos para reler esta tese.

Na primeira “maneira”, pode se abrir um livro para ler e, ao mesmo tempo, fechá-lo em um “dentro”: “uma caixa que remete a um dentro”. O outro modo de fazer a leitura, assumido como sendo aquele que nos atende, toma o livro como conectado principalmente ao “fora”, vivenciando e examinando como “isso funciona, e como é que funciona” para algo que se deseja. Nesse sentido, há muitos “foras” provocadores desta tese, assim como ela pode operar para funcionar em algumas conexões com alguns deles.

Nesse sentido, além de servir ou não, o livro impulsionado ao e pelo *fora* se transforma e é transformado como “uma pequena engrenagem numa máquina exterior muito mais complexa” (DELEUZE, 2013, p. 17). Logo, esses “foras” podem estar nos dando “foras” ou ensaiando alguns encontros em meio a desencontros.

Especificamente, teríamos que nos dar conta, então, de como uma escala é transformada por uma “máquina exterior muito mais complexa” que esse ou aquele limite.

Segundo ainda Deleuze, em *O anti-Édipo*, o “nosso fora, pelo menos um deles, foi uma certa massa de gente (sobretudo jovens) que estão fartos da psicanálise” (DELEUZE, 2013, p. 17). Nossa pretensão é explorar enfoques para a escala e para um complemento, a fim de formar um par conceitual, a fim de com ela interagir na e com intensidade.

Mantendo o *fora* que motivou *O anti-Édipo*, em meio às reverberações na França do acontecimento Maio de 68, em entrevista conjunta com Deleuze (2008a, p. 279), Guattari acentua mais outro *fora*:

pareceu-nos que não podíamos contentar em prender um vagão freudiano ao comboio do marxismo-leninismo. É preciso, em primeiro lugar, desfazer-mos de uma hierarquia estereotipada entre uma infraestrutura opaca e superestruturas sociais e ideológicas concebidas de tal modo que recalcam as questões do sexo e da enunciação para o lado da representação, o mais afastado possível da produção.

Uma gíria em português pode servir como exemplo, em outra situação, que precisa o *fora*: quem não tomou um “fora” de alguém?

E vemos o desfazer de uma hierarquia entre “infraestrutura opaca e superestruturas sociais e ideológicas” ao constatar-mos

quando sujeitos indivíduos ou grupos vão manifestamente contra seus interesses de classe, quando aderem aos interesses e ideais de uma classe que sua própria situação objetiva deveria determiná-los a combater, não é suficiente dizer: eles foram enganados, as massas foram enganadas (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 137).

Para não ficarmos desenganados, a posição da dupla de filósofos: “Não é um problema ideológico, de desconhecimento e de ilusão: é um problema de desejo, e o desejo faz parte da infra-estrutura” (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 137). Assim, “vagão e comboio” descarrilham, a cisão infra/superestrutura, tão cara a algumas versões marxistas, se esboroa.

É desejável se escolher uma das duas “maneiras” de ler um livro, a do “fora”, e, em seguida, atentar-se para as influências conjunturais e teóricas que forçaram a sua elaboração. Esperando não receber um “fora”, ou pelo menos não estar muito fora, a escala geográfica, comumente, é tomada aberta e fechada, ou ambas as formas se verificam em proporções diferenciadas. O que indica limitá-la ou torná-la permeável aos movimentos, aos fluxos?

O “fora” influenciador das produções intelectuais sobre a temática escalar, como o global e o local, decorre do neoliberalismo e do Estado transformados. Especificamente em relação ao debate na geografia, o ressurgir da escala tem a ver com essas mudanças, bem como em estudos de ações e de resistências de movimentos sociais enquadrados em escalas normatizadas pelo Estado, conforme já vistos.

Tentando vislumbrar como *O anti-Édipo* pode “funcionar” para nos propiciar flamejos e ferramentas para analisar a escala (ou uma antiescala?) na geografia e – por que não? – uma filosofia associada à geografia, e vice-versa, Deleuze (2016, p. 300) fala dessa via de mão dupla: “É com muita naturalidade que se vai da filosofia ao cinema, mas também do cinema à filosofia”. Isso também poderia se dar na geografia tão mencionada genericamente por Deleuze? Repetindo a indagação feita a partir de outra citação, uma geoanálise equivaleria ou não a uma geofilosofia?

Respondendo a uma longa pergunta sobre *O anti-Édipo*, reduzida pelo nosso interesse as suas duas frases iniciais: “O livro de vocês tem um aspecto psiquiátrico e psicanalítico, mas também uma dimensão política, econômica. Como concebem a unidade desses dois aspectos?”, Deleuze (2013, p. 31) se posiciona sobre essa unidade: “nesse sentido, o problema da unidade desse livro não se coloca. De fato, há dois

aspectos: o primeiro é uma crítica do Édipo e da psicanálise; o segundo, um estudo do capitalismo e de suas relações com a esquizofrenia”.

A pergunta anterior provoca essas outras, adiante, sobre esta tese, mesmo que tenhamos que chegar a linhas e ao ponto. Há uma unidade nela, em virtude de os assuntos serem claramente a filosofia de Deleuze, e de Deleuze e Guattari, e a escala na geografia em busca de um conceito no intensivo? Numa segunda pergunta, expandida aquela pergunta anterior de Deleuze e Guattari para a tese: deveria haver uma unidade ou se pode intercalar as duas temáticas e distribuí-las sem escalas capitulares, como vem sendo feito? (In)felizmente são questões que soam como iniciais, mas reemergiram agora no nosso vai-e-vem-e-volta-e-segue-e-não-para. Parece que capítulos de uma organização podem ser tomados como escalas em um espaço.

Quanto aos dois aspectos de *O anti-Édipo*, os que sobressaem na resposta de Deleuze, um breve resumo a seguir apreende o que poderia “servir” e ajudar na experimentação de uma geografia da extensão-escala, em estreita articulação com uma geonálise, na qual o platô, a plataforma e a escala a integrariam, em uma conversa extensiva e intensiva.

No tocante aos dois aspectos, o primeiro é sintetizado assim: “Atacamos a psicanálise nos seguintes pontos, que concernem sua prática não menos que sua teoria: seu culto ao Édipo, sua redução à libido e aos investimentos familiares, mesmo sob as formas indiretas e generalizadas do estruturalismo ou do simbolismo” (DELEUZE, 2013, p. 31).

Na mesma entrevista, Guattari afirma ainda sobre o mesmo aspecto: “O que nós dizemos é: Freud descobre o desejo enquanto libido, desejo que produz, e ao mesmo tempo re-aliena sem parar a libido na representação familiar (Édipo)”. E vai além: “A psicanálise tem a mesma história que a economia política, tal como Marx a viu: Adam Smith e Ricardo descobrem a essência da riqueza enquanto trabalho que produz, e não param de re-aliená-la na representação da propriedade” (DELEUZE, 2013, p. 26-27).

No outro aspecto, capitalismo e esquizofrenia, que também é o subtítulo de *Mil Platôs*, passamos da entrevista sobre o *O anti-Édipo*: “Será correto dizer, nesse sentido, que a esquizofrenia é o produto da máquina capitalista [...]?” (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 51). Ainda que compartilhem de “uma única e mesma economia, de um único e mesmo processo de produção”, reafirmando-se a não clivagem entre infraestrutura e

superestrutura, muito menos com a dominância em última instância da primeira, “[...] seria um grande erro identificar os fluxos capitalistas e os fluxos esquizofrênicos, sob o tema geral de uma decodificação dos fluxos de desejo”. E a dupla de filósofos franceses faz uma analogia: “Nossa sociedade produz esquizes como xampu ou carros Renault, com a única diferença de que eles não são vendáveis” (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 311-312). Será que, hoje, isso seria atualizado para “produz depressivos como...”?

Para não se cair no “erro” do “tema geral de uma decodificação dos fluxos de desejo”, tanto no capitalismo quanto na esquizofrenia:

Pode-se dizer, portanto, que a esquizofrenia é o limite exterior do próprio capitalismo ou o termo de sua mais profunda tendência, mas que o capitalismo só funciona com a condição de inibir essa tendência, ou de repelir e deslocar esse limite, substituindo-a por seus próprios limites relativos imanentes, que ele não cessa de reproduzir numa escala alargada. O que ele decodifica com uma das mãos, axiomatiza com a outra (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 312).

Assim, no capitalismo há uma combinação decodificação e axiomatização em cada momento de sua trajetória, e esse processo contínuo lhe dá um grande vigor, inclusive pelas recorrentes apropriações de criações, lutas, resistências em suas axiomatizações, a exemplo do que se deu no pós-1968, no “Estado do bem-estar”.

Apesar disso, para elaborarem a esquizoanálise, em “oposição” à psicanálise, na expressão dos filósofos, suas “tarefas” são divididas em duas, “negativas ou destrutivas” e “positivas”, e desdobradas em quatro teses. Em linhas gerais:

A tese da esquizo-análise é simples: o desejo é máquina, síntese de máquina, agenciamento maquinístico (sic) – máquinas desejantes. O desejo é da ordem da produção, toda produção é ao mesmo tempo desejante e social. Culpamos, portanto, a psicanálise de ter esmagado essa ordem da produção, de tê-la invertido na *representação* (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 375).

E a *representação* é também essencial na geografia-escala, conforme visto na Plataforma 1ª E.

Deixando transparecer energia, realizam a “tarefa negativa ou destrutiva” da psicanálise:

Destruir, destruir: a tarefa da esquizo-análise passa pela destruição, toda uma limpeza, toda uma raspagem do inconsciente. Destruir Édipo, a ilusão do ego, o fantoche do superego, a culpabilidade, a lei, a castração [...] Não se trata de destruições devotas, como as que a psicanálise opera sob a benevolente neutralidade do analista (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 402).

“Destruir, destruir”: a tarefa da geoanálise? Ou esse “destruir” ainda revela uma das sonoridades de 1968? “Uma limpeza” na escala não poderia vir de combinações, tensões, subidas e deslizamentos com o seu par platô?

Quase duas décadas depois, os dois filósofos franceses reviram essa pretensão:

Sonhávamos em acabar com Édipo. Mas era uma tarefa grande demais para nós. A reação contra 68 devia mostrar a que ponto o Édipo familiar se mantinha de pé e continuava a impor seu regime de choradeira pueril em psicanálise, em literatura e por toda parte no pensamento. De modo que Édipo continuava sendo nosso estorvo (DELEUZE, 2016, p. 328).

Também em autorias da geografia anglo-saxã, houve a intenção de acabar com o conceito de escala – com o “sem escala” –, conforme está adiante. Depois de tantos fins sem esse fim conceitual, esta tese pretende buscar conexões dela, com reciprocidade conceitual; uma vertente buscada de uma conexão recíproca se dá entre escala e platô, e a atualização do platô para plataforma.

Como dizem ambos os filósofos, negativo e positivo não dão sínteses como resultados do choque: “Mas a tarefa negativa ou destrutiva da esquizo-análise não é de maneira alguma separável de suas tarefas positivas (todas necessariamente ao mesmo tempo)” (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 408).

E as “tarefas positivas” são em número de duas – e quatro as “teses” da esquizoanálise. Uma sucinta captação de alguns pontos dessas tarefas positivas tem o intuito de destacar o percurso que contribui para vertebrar uma possível geoanálise (e – por que não? – de uma antiescala). Há que se distinguir “sem escala” de “antiescala” e, notadamente, de “aescala”. Mas a tônica “positiva” dos laços conceituais é a que está sendo enfatizada.

A primeira “tarefa positiva consiste em descobrir num sujeito a natureza, a formação ou o funcionamento de suas máquinas desejanter, independentemente de qualquer interpretação” (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 408-409). E o que são “máquinas desejanter”?

Máquinas desejanter tem como peças os objetos parciais; os objetos parciais definem a *working machine* ou as peças trabalhadoras, mas num estado de dispersão tal que uma peça não cessa de remeter a uma peça de uma peça de uma máquina totalmente diferente, como o trevo vermelho e o zangão, como a vespa e a orquídea [...] (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 409).

Um ponto decisivo é que não se trata de totalizar os objetos parciais: “O corpo sem órgãos é, com efeito, produzido como um todo, mas um todo ao lado das partes, que não as unifica nem as totaliza, que se acrescenta a elas como uma nova parte realmente distinta” (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 413).

Na Escala 1, na qual a revisão recente da escala geográfica é repassada, fica patente que se tenta achar o que a unifica ou a totaliza em uma dada porção ou porções do espaço. No entanto, o que acontece se equiparamos as escalas aos órgãos, e a organização escalar ao organismo?

A resposta pode ser retirada desta afirmação: “não há oposição real entre o corpo sem órgãos e os órgãos enquanto objetos parciais; a única oposição real é com o organismo molar que é seu inimigo comum” (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 417-418). E, assim, parece que, no nosso caso, o “inimigo comum” é o escalonamento hierárquico, que dialoga com o “organismo”, e os “objetos parciais” com os diferentes níveis da escala e as respectivas funções que lhe são atribuídas – lembrando a dos “órgãos”.

Assim, órgãos – organismo e escala – e escalonamento têm proximidades, assim como corpo-sem-órgãos poderia estimular o desescalamento.

Aproveitando para também reforçar que as duplas conceituais não necessariamente conformam exclusões dos termos, Deleuze e Guattari (1976, p. 431) expõem a segunda “tarefa positiva” da “esquizoanálise”:

há fundamentalmente dois polos; mas se devemos apresentá-los como a dualidade das formações molares e das formações moleculares, não podemos contentar-nos em apresentá-los dessa maneira, porque não há formação molecular que também não seja investimento em formação molar. Não há máquinas desejanter que existam fora das máquinas sociais que elas formam em grande escala; e não há máquinas sociais sem as desejanter que as povoam em pequena escala.

Não há como deixar de voltar mais uma vez a ligar essa segunda tarefa positiva a entendimentos do global e do local no Ambulo da tese.

Indo das duas “tarefas positivas” para as quatro “teses” da esquizoanálise, seleciona-se a quarta. Em relação às outras três, apenas uma nomeação delas: “as formações moleculares constituem conjuntos molares” (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 436); a distinção entre investimentos “de desejo e de interesse” (p. 442); a “mistura de formas precisamente reacionárias e vagamente revolucionárias” (p. 444).

Na quarta e última tese da esquizoanálise, a que notamos estar mais sintonizada com nosso trabalho, os “dois polos” de “investimento libidinal social” são recuperados e também acompanhados de notações políticas: o “paranóico, reacionário e fascizante”, e o “esquizóide revolucionário”.

É feita uma alusão esclarecedora por Deleuze e Guattari inicialmente do segundo “polo”, na quarta página antes do final do livro:

Finalmente, não pensamos absolutamente que o revolucionário seja esquizofrênico ou o inverso. Ao contrário, não deixamos de distinguir o esquizofrênico como entidade, e a esquizofrenia como processo; ora, aquela só pode definir-se em relação às paradas, às continuidades no vazio ou às ilusões finalistas que a repressão impõe ao próprio processo (1976, p. 482).

E disparam: “É por isso que falamos apenas de um polo esquizóide no investimento libidinal do campo social, para evitar tanto possível a confusão do processo esquizofrênico com a produção de um esquizofrênico” (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 482, grifo nosso).

Em seguida, outro esclarecimento, em conjunto com o outro polo, se dá em relação à economia e à política:

O processo esquizofrênico (polo esquizóide) é revolucionário, no mesmo sentido em que o procedimento paranóico é reacionário e fascista; e desembaraçadas de todo famialismo, não são essas categorias psiquiátricas que devem nos fazer compreender as determinações econômico-políticas, mas exatamente o contrário (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 482).

A caracterização contraposta desses “polos” espraia insumos para a tese. Eis as três contraposições (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 465-466):

a) “um, pela sujeição da produção e das máquinas desejanças aos conjuntos gregários que elas constituem em grande escala, em tal forma de potência ou de soberania seletiva, o outro pela subordinação inversa e a inversão da potência”;

b) um, por esses conjuntos molares e estruturados, que esmagam as singularidades, selecionando-as e regularizando aquelas que eles retêm em códigos ou axiomáticas, o outro pelas multiplicidades moleculares de singularidades que tratam, ao contrário, os grandes conjuntos como materiais próprios para a sua elaboração;

c) um, pelas de integração e de territorialização que param os fluxos, estrangulam-nos, fazem-nos retroceder ou os recortam, segundo os limites interiores ao sistema, de tal maneira que eles produzem as imagens que vêm preencher o campo de imanência próprio a esse sistema ou esse conjunto; o outro, por linhas de fuga que seguem os fluxos descodificados e desterritorializados, inventando seus próprios cortes ou esquizas não figurativas (sic) que produzem novos fluxos, atravessando sempre a parede codificada ou o limite territorial que os separam da produção desejança.

Assim, interações entre máquinas desejanças e conjuntos gregários, entre conjuntos molares e estruturados e multiplicidades moleculares, entre linhas de territorialização que param aos fluxos e linhas de fuga que seguem fluxos descodificados e desterritorializados, atravessando o limite territorial que os separam da produção desejança, poderiam ser religadas à escala e a uma antiescala, segundo os respectivos pares: molar e molecular, territorialização e desterritorialização, interceptações e fluxos, contenção e limites territoriais.

Contudo transposições, associações e aproximações entre geografia e psicanálise na trajetória de desconstituição dessa última ciência, tal como a que foi feita entre escala e antiescala, têm que prezar como “tentativas modernas” para reconstituir a psicanálise, como “o hospital de dia, de noite, clube de doentes, hospitalização a domicílio, instituição e até antipsiquiatria” enfrentam “perigos”: “como evitar que a instituição não forme novamente uma estrutura asilar, ou não constitua sociedades artificiais perversas e reformistas, ou pseudofamílias maternas e paternalistas?” (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 405). Por exemplo, a antiescala reproduziria, em que condições, outra “estrutura escalar”? Ou seria uma “pseudo” conjuração da escala?

No resumo da resposta à pergunta que abre o último parágrafo de *O anti-Édipo* – “Qual é, afinal, a oposição da esquizo-análise com a psicanálise, no conjunto de suas tarefas negativas e positivas?” –, reaparece também o que será, nesta Plataforma, focado como instituintes de uma oposição à geografia-escala: “molar” e “molecular”, “territorializar” e “desterritorializar” (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 484).

Repõe-se a constatação da Plataforma 3ª. Deleuze, notadamente, considera indistintamente “geografia”, mas está explícita uma vinculação com o devir e, portanto, com a intensidade. Ao não discernir, ou melhor, ao não expor uma geografia da extensão-escala, destoa do que é reiteradamente feito em termos de distinguir história e devir – e não houve o interesse em ampliar o entendimento sobre a geonálise para além de uma ou duas linhas.

Deleuze e Guattari pretenderam construir uma filosofia na psicanálise ou uma filosofia da psicanálise, e executaram a “oposição”, quando não a “destruição”, a ela ou dela, abrangendo “tarefas negativas e positivas”.

Se essa dupla opção acima puder ser entendida assim, uma transposição do par psicanálise e esquizoanálise à geografia deveria ou poderia opor uma geografia da imanência a uma geografia da transcendência, da essência, da totalidade.

Da mesma forma, tratar-se-ia de qualificar uma antiescala? Quais seriam, então, os principais aspectos de uma crítica da geografia-escala? Simultaneamente, como fertilizar uma geonálise com ousadia, mas também com cautela para não escalar mistificações?

Além daquelas cinco criações da filosofia de Deleuze e de Deleuze e Guattari incluídas na Plataforma 1ª, bem como a apropriação de *O anti-Édipo* para ensaiar uma geonálise, é inevitável, também, se embeber da ética-política do Prefácio de Foucault à edição americana desse referido livro.

Com ele, visa-se começar a dar contornos políticos à geonálise, retomados na Plataforma 5ª, em tempos de atualizações de fascismos, e, se não bastasse, incluindo ainda questões agudas que resvalam em direção à escala: o uno, a totalidade, a hierarquia, o múltiplo, o poder que não se esgota no Estado – auxiliando em outra rememoração da análise escalar já feita:

- liberem a ação política de toda forma de paranoia unitária e totalizante;
- façam crescer a ação, o pensamento e os desejos pela proliferação, justaposição e disjunção, antes que pela subdivisão e hierarquização piramidal;
- liberem-se das velhas categorias do Negativo (a lei, o limite, a castração, a falta, a lacuna), que o pensamento ocidental há muito tempo sacralizou como forma de poder e modo de acesso à realidade. Prefiram o que é positivo e múltiplo, a diferença à uniformidade, os fluxos às unidades, os arranjos móveis aos sistemas. Considerem que o que é produtivo não é sedentário, mas nômade; [...]
- não caiam apaixonados pelo poder (FOUCAULT, 2013, p. 103-106).

Apesar de não termos encontrado, nessa passagem pela esquizoanálise, indícios adicionais que nutrissem diretamente a geoanálise, em mais uma das muitas contingências frequentes e bem-vindas no processo de elaboração desta tese, se se considera o roteiro programado para escrever essa última Plataforma, ela nos afetou positivamente.

Em que pese a aproximação da geoanálise com a esquizoanálise, só tardiamente em comparação com essa aproximação no processo de elaboração, caiu outra “ficha” em mais uma releitura do platô 1, *Mil Platôs*.

O estalo se deu quando nos deparamos com a seguinte equação, o que não era novidade: “RIZOMÁTICA = ESQUIZOANÁLISE = ESTRATOANÁLISE = PRAGMÁTICA = MICROPOLÍTICA” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 45). Deve-se notar que a “ficha” dessa inclusão da geoanálise na referida equação só caiu depois que nos deparamos com o desafio de ter que encorpá-la.

Mesmo tendo lido várias vezes aquela equação conceitual igualitária, demoramos para intuir uma possível inclusão alentadora de novas incursões para a nossa tese: então, que tal a geoanálise compor aquela equação? Como essa inserção poderia contribuir para melhor construí-la?

Ao passar a compor a referida equação, reabre-se a possibilidade de outros abraços, outros encontros conceituais neste trabalho – da geoanálise com a “estratoanálise”, com a “micropolítica” –, e reafirmam-se outros, a exemplo da “rizomática”, que vem abrindo desvios desde a abertura desta tese.

Com mais essa “geo”, inserida naquela “equação”, e considerando, entre as muitas colocadas na Plataforma 3ª, as geografias (da extensão e da intensão), as geo-histórias, é imprescindível afastar, desde já, qualquer hipótese de totalizar, de unificar as distintas “geos”, por exemplo, sob o manto único da geoanálise.

Respeitada a ressalva anterior, podem ser traçados pontos de contato entre as “geos”. A “geofilosofia”, entendida como a “terra da filosofia”, incluindo o seu alcance explicativo “prático”, abrangendo o capitalismo, e podendo ser estendido mediante os procedimentos propostos, se entrelaça com a geoanálise, em particular com a tríade que vamos encaminhar em breve.

Ambas, geoanálise e geofilosofia, ainda que combinadas, guardam uma certa distância de uma filosofia da geografia, uma filosofia da terra, seja a designação que for adotada: filogeografia, filosofiageo.

Vamos ver que Deleuze chegou a aventar a possibilidade de escrever um livro conjunto com Guattari sobre uma filosofia da natureza – o que não teria ocorrido, segundo os levantamentos feitos.

Feitas essas considerações genéricas sobre “geos”, tenta-se uma recriação da geoanálise de acordo com três componentes, em ativa pressuposição recíproca entre elas:

a) a Terra, já considerada em Espinosa, Nietzsche, iniciada em Deleuze e Guattari e tendo continuidade e, principalmente, atualizada no pós-Holoceno, para a qual demos o nome de Terraceno, a ser explicado;

b) a extensão e a intensão, suas diferenças e relações, de acordo com a Plataforma 1ª D, os seus agenciamentos com geografias e histórias, e, com cautela, com derivações para espaços (-, e) tempos, marcando inclusive que a geoanálise não prescinde de espaços e histórias;

c) as linhas em Deleuze, e em Deleuze e Guattari, especialmente por delinearem a única qualificação da geoanálise, conforme Deleuze e Parnet (1998, p. 149, grifo nosso):

Todas essas linhas entrelaçadas. Deligny faz uma geo-análise, uma análise de linhas que segue o caminho longe da psicanálise, e que não concerne apenas as crianças autistas, mas a todas as crianças, todos os adultos (veja como alguém anda na rua, se ele não está tomado demais em sua segmentaridade dura, que pequenas invenções ele põe nisso), e não somente o andar, mas os gestos, os afetos, a linguagem, o estilo.

As linhas se embaralham com e nos movimentos de desterritorialização, expandidos para os movimentos de desreescalarização.

Se a geoanálise, conforme essa tríade criada, não pretende ser uma síntese, uma unificação das “geos”, também se deve todo cuidado para não desfigurá-la, deformá-la ou, até mesmo, aniquilá-la, como mais um universal. É precioso não olvidar, ainda, a “geopolítica do conhecimento”, em particular especificidades no Norte e no Sul.

- *PLATAFORMA 4ª B – Terra – Natureza em Deleuze e Guattari, e Capitalismo Mundial Integrado e Ecosofia em Guattari*

A Terra, já associada anteriormente à imanência e às filosofias de Espinosa e de Nietzsche, tem o seu movimento analítico continuado nesta tese mediante contribuições específicas de Guattari, elaboradas principalmente a partir de meados dos anos 1980 até a sua morte, no início dos anos 1990.

É interessante notar duas intenções de Deleuze (2013, p.198, grifo nosso), um “livro” e um “trabalho conjunto” sobre filosofia e natureza, expressas em uma entrevista de setembro de 1988:

Eu gostaria de fazer um livro sobre: O que é a filosofia? A condição é que ele seja curto. E também, Guattari e eu gostaríamos de retomar nosso trabalho conjunto, uma espécie de filosofia da natureza, no momento em que se esfuma toda a diferença entre a natureza e o artifício. Tais projetos bastam para uma velhice feliz.

Sobre o livro, menos de três anos após a entrevista, saiu *O que é a filosofia?*. “Curto” ou não, não importa, Deleuze e Guattari (1992, p. 237) recolocam o que já haviam feito em *Mil Platôs*, o conceito de “território” articulado à “casa”. “A arte começa talvez com o animal, ao menos com o animal que recorta um território e faz uma casa (os dois são correlativos ou até mesmo se confundem por vezes no que se chama de *habitat*”.

Apresentam, ainda, o que denominam de “conceito filosófico de território”: “É um jorro de traços, de cores e de sons inseparáveis, na medida em que se tornam expressivos [...]” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 238). Será que esse conceito de “território” só atende à “filosofia”? Em que desmedida também romperia a vinculação do território à terra solo, aos limites e fronteiras, aos recortes? Será que a escala não poderia se ligar a

outras escalas de cores, de sons...? Não é demais lembrar uma rima rica que escala e música podem compor.

E também a dupla reabre o território para a Terra, para o Cosmo: “É que o território não se limita a isolar e juntar, ele abre para forças cósmicas que sobem de dentro ou vem de fora, e torna sensível seu efeito sobre o habitante” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 240).

Impõe-se uma atualização dessa abertura territorial ao Cosmo. Além das “forças cósmicas”, é vital considerar e combinar a elas a imposição de outras forças terríferas ditadas pelas amplas, gerais e irrestritas desreterritorializações avassaladoras do capitalismo, conforme veremos após transitarmos, em seguida, por Guattari.

Quanto à segunda intenção de Deleuze exposta naquela entrevista, “retomar nosso trabalho conjunto, uma espécie de filosofia da natureza”, não se encontrou algo mais explícito, além daquilo que parcialmente já podia estar visível na edição de *O que é a filosofia?*.

Lapoujade (2015, p. 46) faz uma interpretação sobre uma “filosofia da terra” (seria uma filosofia “geo?”), mas ela remete a um livro anterior à referida entrevista de Deleuze: “Talvez seja essa a derradeira questão da filosofia de Deleuze e Guattari: constituir uma filosofia da terra, pensar tudo a partir dela, sobre ela, reconduzir tudo a uma relação com a terra [...]”. E encerra dizendo: “*Mil platôs* não tem outro ‘objeto’ senão a Terra e seus povoamentos – para além de todo fundamento”.

E isso é repisado de outra forma ainda por esse filósofo contemporâneo francês, na qual aparecem Natureza e terra: “*Mil platôs* quer mostrar como se forma a própria Natureza, como se forma a terra, a vida na terra e a ocupação da terra pelos homens em função de suas máquinas sociais” (LAPOUJADE, 2015, p. 206).

De qualquer forma, essas duas observações anteriores, mais a que se seguirá, reabrem mais uma lacuna nesta tese, envolvendo Terra-terra-Natureza e interações com a filosofia.

Tão somente para deixar aberta outra relação com o “fora”, mas que adentra nosso processo de conhecimento posterior à “defesa da tese”, o filósofo alemão Schelling, em particular sua obra *Ideias para uma filosofia da natureza* (1797) em conjunto com uma

série de textos escritos até 1812 “desenham um dos mais belos voos especulativos da ideia de natureza em toda a história da filosofia” (GONÇALVES, 2006, p. 33).

Também o que nos desperta para esse filósofo alemão são conceitos ressoadores em Deleuze e Guattari, expostos em um “passo inicial” pela filósofa Márcia Gonçalves (2006): “auto-organização” (p. 17, p. 41), uma “ideia” (a auto-organização) que “expressa em sua teoria sobre diferentes potências e dimensões da natureza” (p. 45, p. 49); “organismo”, “enquanto princípio de organização extensivo” (p. 51, p. 55-56). “Schelling constrói seu próprio conceito de organismo em direção a sua última radicalização: a dissolução ou, ao menos, a suavização da fronteira que separa os seres animados e os seres inanimados” (p. 54). E, lembrando a Escala 2, Schelling trabalha com um “macrocosmo” e um “microcosmo”, com “potência”, com a crítica à “substância extensa” em Descartes.

Não obstante continuar em aberto o aludido “trabalho conjunto” pretendido por Deleuze sobre uma “filosofia da natureza” – se ocorreu, como se deu, de que maneira foi divulgado ou não –, Guattari, indubitavelmente, desenvolveu, nos seus últimos escritos, não só “ecologias” como também entremeou “ecologia e “filosofia”, criando a “ecosofia”.

Desse autor, selecionamos três livros: *Plan sobre el planeta: capitalismo mundial integrado y revoluciones moleculares* (2004); *Líneas de Fuga: por otro mundo de posibles* (2013); *¿Qué es la Ecosofia? Textos presentados y agenciados por Stephane Nadaud* (2015b).

Nosso principal propósito é retomar Terra-Natureza, ligações entre elas e delas, principalmente com a imanência, atualizando e renovando Espinosa, Nietzsche, Deleuze, Guattari, e a dupla, no que vimos anteriormente sobre essa temática – porque as elaborações de Guattari sobre ecologia se deram no período final de sua vida, enquanto Deleuze estava voltado para outras temáticas.

Ao mesmo tempo, devem ser sintonizadas formulações de Espinosa (meados do século XVII) sufocadas e suplantadas principalmente pela hegemonia da filosofia de Descartes, como a inseparabilidade Homem-Natureza – ressurgindo hoje, sendo muitas tidas como “novas”.

Em Guattari, nos livros selecionados anteriormente, as “três ecologias” ou a “ecosofia” não estão dissociadas do “capitalismo contemporâneo” e de “processos de subjetivação”, e, portanto, de suas respectivas imbricações.

Designando por “capitalismo mundial integrado”, na última década do século XX, Guattari (2004, p. 57) sublinhava: “el capitalismo ya ha colonizado todas las superficies del planeta y que lo esencial de su expresión reside actualmente [meados dos anos 80] en las nuevas actividades que pretende sobrecodificar y controlar”.

Nessa “colonização de todas as superfícies do planeta”, e das “novas atividades”, avança e se acentua um processo de desterritorialização: “El Capitalismo mundial integrado (CMI) no respeta las territorialidades existentes; tampoco respeta los modos de vida tradicionales, como los de la organización social de aquellos conjuntos nacionales que parecen hoy en día firmemente establecidos” (GUATTARI, 2004, p. 37).

Dessas citações iniciais sobre o capitalismo mundial integrado, fica notória a subordinação da Terra ao processo de “colonização” capitalista, tanto no sentido espacial quanto de todas as “atividades”.

Notadamente na destruição de “modos de vida” originários e/ou impeditores ou limitadores de sua contínua e persistente expansão não só em terra, uma das inúmeras questões candentes atuais, Guattari assinalava o “desrespeito”, o que, em uma chave de hoje, pode, no mínimo, aproximá-lo do “pós-colonial”.

Especificamente, a conjunção desse capitalismo integrado mundialmente à desterritorialização significa uma “integración desterritorializada”: “Fin, pues, de los capitalismos territorializados, de los imperialismos expansivos, y tránsito a imperialismos desterritorializados e intensivos” (GUATTARI, 2004, p. 61).

Ampliam-se, assim, com o Estado soberano-nacional tensões e exigências do capitalismo integrado, já que não há “Estado democrático universal”, como Deleuze e Guattari frisaram em *O que é a filosofia?*. As escalas de gestão e de regulação governamental são, simultaneamente, reiteradas e negadas, dependendo das temáticas “estatais” em disputa internacionalizada – estando vigente uma intrincada e cambaleante desreescalarização variável e variada.

Em resumo, de acordo com Guattari (2004, p. 91): “En el contexto del capitalismo mundial integrado, podemos considerar que los poderes centrales de los Estados-nación son a la vez todo y nada”.

Nos movimentos de desreterritorialização do capital, rompem-se escalas de seu processo de acumulação, se é que existiram anteriormente – o que torna quase impossível falar em escalas em relação aos movimentos extensos e intensos do capital.

Porém algumas análises sobre o capitalismo financeirizado mantêm uma conformação segundo uma dinâmica escalar.

- *ESCALA 5 – O Capital Financeiro segue, ultrapassa, desrespeita escalas geográficas na produção do espaço urbano?*

A acumulação de capital se dá em escalas, passa por elas e/ou busca uma logística em outros espaços para aumentar a velocidade da produção e da circulação, como plataformas, e, assim, se desvencilhar de limites e de regulações do Estado?

O capital tem sua dinâmica vinculada a determinadas “construções sociais” escalares? Outras categorias podem melhor explicitar o seu processo de reprodução, recorrentemente ampliado para além de bloqueios e de fronteiras?

Sanfelici (2013) analisa a financeirização imobiliária urbana no Brasil. Em seu estudo, considera três escalas e os (re)arranjos escalares tecidos entre elas pelos agentes operadores, a saber:

(a) “Para fins analíticos, é possível discernir três escalas predominantes no âmbito do processo de financeirização dos negócios imobiliários urbanos” (SANFELICI, 2013, p. 9), sendo elas: “global, nacional, local/urbana”;

(b) valendo-se de Brenner, afirma que:

a produção de novos arranjos entre as escalas geográficas constitui um componente fundamental das transformações sociais, políticas e econômicas que, historicamente, repuseram as condições de reprodução econômica do capitalismo, gerando uma configuração relativamente estável e duradoura para a continuidade da acumulação de capital e para a ação dos distintos grupos e classes sociais (SANFELICI, 2013, p. 8).

Aponta, então, (re)arranjos escalares explicitamente relacionados ao processo de financeirização imobiliária urbana:

O que pretendemos demonstrar nesse artigo é que a financeirização dos negócios imobiliários dependeu, também, para seu êxito, de um rearranjo escalar do processo de urbanização. Em outras palavras, a financeirização envolveu a criação e/ou redefinição das relações travadas entre as escalas global, nacional e local, um processo que é necessariamente contraditório (SANFELICI, 2015, p. 15).

Em *As escalas de acumulação na produção das cidades* (2015), Sanfelici, apoiando-se em contribuições de autores da geografia anglo-saxônica, em grande parte expostas na Escala 3, extrai

importantes contribuições do debate sobre as escalas que têm pertinência para refletir sobre a trajetória recente da produção do espaço urbano no Brasil: (1) as escalas geográficas não são arenas ou continentes fixos, neutros e naturalizados da ação social; antes, as escalas e as relações hierárquicas entre escalas são socialmente produzidas, historicamente condicionadas e, portanto, sujeitas a transformações e rearranjos; (2) as escalas geográficas não podem ser compreendidas em si mesmas, mas precisam ser apreendidas relacionalmente, ou seja, com base nas relações verticais e horizontais que estabelecem com outras escalas geográficas; (3) cada processo econômico, político ou social em particular exhibe uma determinada configuração escalar, de modo que não há, necessariamente, uma sobreposição ou coincidência nos arranjos e hierarquias escalares engendrados por esses diferentes processos; (4) as escalas e as relações hierárquicas entre escalas são o resultado, e ao mesmo tempo um objeto privilegiado, de lutas por poder; dito de outra forma, a definição dos conteúdos das relações – interescalares é parte fundamental da disputa por poder entre diferentes grupos e classes sociais, de tal forma que a resistência a uma determinada ordem social, bem como a construção de uma ordem diferente passam, frequentemente, pela reconfiguração e rearranjo das escalas geográficas; (5) as relações – interescalares não são, na maior parte das vezes, relações estáveis e harmônicas; antes, essas relações encerram tensões, instabilidades e contradições, decorrentes das divergências, descompassos ou mesmo antagonismo entre agentes e processos que operam (prioritariamente) em níveis escalares diferentes; e, finalmente, (6) a produção da escala é somente uma dimensão ou aspecto da produção do espaço, e por isso mesmo, não abrange toda a extensa gama de processos socioespaciais contidos no último conceito [...] (SANFELICI, 2015, p. 125).

Diante dessas contribuições, retorna a questão sobre o que se quer dizer quando se fala em relações entre escalas. Em que medida essas relações abrangem o espacial e combinam atores, o social, o econômico, o político, o ambiental e o cultural?

Apoiados em concepção do geógrafo Lacoste sobre “geografismo”, exposta na Escala 1, apequenamos tal conceito para “escalismo”, como o regionalismo, apropriado para aniquilar as relações entre classes sociais, entre grupos sociais mediante uma fisicalidade entre escalas que suprime ou camufla conflitos de poder e socioambientais.

Sanfelici (2015, p. 121), após a crise do capitalismo fordista na década de 1970, também observa o interesse de “um número crescente de pesquisadores para o caráter multiescalar da espacialidade da acumulação capitalista e da regulação estatal”. Além de estabelecer esse elo entre a acumulação e a regulação via escalas, o autor o amplia para uma “reorganização escalar do mercado imobiliário urbano”.

Para colocar em relevo dimensões escalares da produção das cidades brasileiras nos anos recentes, expressa que a “proposição central” é buscar as “raízes em uma articulação nova e essencialmente contraditória entre agentes, processos e estratégias que priorizam diferentes escalas espaciais de ação” (SANFELICI, 2015, p. 121); ou em uma “articulação singular de agentes, processos e forças que operam em diferentes escalas geográficas” (p. 131).

Sobre a “multiescalaridade”, o autor refere-se tanto à espacialidade da acumulação quanto à da regulação estatal. Nesse sentido, a gramática das chamadas relações escalares ganha expressões, tais como: (a) “entrelaçamento escalar é um alicerce básico da intensificação do processo de acumulação na produção das cidades”; e continua: “e tem como resultado o recrudescimento da propensão das metrópoles brasileiras como espaços voltados, prioritariamente, aos negócios urbanos, mormente em prejuízo de suas demais funções ou potencialidades” (SANFELICI, 2015, p. 121-122); (b) transescalar: “[...] a influência determinante exercida pelos investidores financeiros não se consuma senão através de redes de relações transescalares” (p. 128); (c) “salto escalar” de mercados regionais para alcance nacional (p. 130); (d) arranjo multiescalar: “entretanto, mais do que caracterizar e descrever a miríade de relações e processos econômicos que articulam esses diferentes níveis escalares, nosso propósito aqui é problematizar a constituição e reprodução desse arranjo entre escalas” (p. 131); (e)

“[...] articulação interescalar dos agentes em questão como um processo contraditório de coordenação econômica” (p. 132); e (f) arranjo interescalar.

Nessas seis citações, pode-se confirmar a profusão do repertório das relações entre escalas (arranjo e articulação), como também dos prefixos (multi, trans ou inter) – indevidamente usados como sinônimos: multiescalar, arranjo multiescalar; transescalar, relações transescalares; articulação interescalar e arranjo interescalar.

E o que é relevante: não fica claro como se dá a multiescalaridade no enlace entre acumulação e regulação nessas demais versões das relações, assim como não é caracterizado o tipo das relações entre escalas. Por exemplo, seriam de complementaridade descoladas de tensões entre o que procuram contemplar?

Se não bastasse essa pulverização de distinções das escalaridades, há ainda a adoção pelo mesmo autor de outros conceitos – circuito e cadeias – que exigem um esforço adicional para se tentar entender se há ou não complementaridades ou tensões entre escalas ou entre classes e grupos: (a) circuito – “[...] agentes e processos envolvidos na reconfiguração do circuito imobiliário urbano no Brasil, bem como dos posicionamentos escalares (predominantemente) ocupados por esses agentes” (SANFELICI, 2015, p. 130); e (b) cadeias – “[...] relevância assumida pela escala global nas cadeias de circulação de valor nos negócios imobiliários é a novidade mais importante do período recente” (p. 130). Circuitos, cadeias, entre outros conceitos têm início, meio e fim, o que conflitaria com aqueles outros conceitos que reabrem o início e o fim – estando, portanto, em contínuo transitar pelo “meio”.

Por estimular o debate sobre outros conceitos geográficos na Escala 9, insistindo-se que não se trata de eleger uma ou outra categoria como sendo a que hegemoniza as demais em análise nesse ou naquele momento, três observações contidas ao longo do artigo de Sanfelici dão uma contribuição nesse sentido:

(a) antes da crise do fordismo, em especial do Estado-nação, diz o autor, concedeu-se “ao conceito de território um prestígio considerável no discurso geográfico”; depois, com a sua crise, o “multiescalar ganhou atenção” (SANFELICI, 2015, p. 121);

(b) não se pode desconsiderar a articulação de um determinado processo identificado como relevante (por exemplo, a produção da escala) com outros processos socioespaciais – como a regionalização, a formação de redes e de territórios etc. – que possam ser pertinentes no desvendamento do objeto (SANFELICI, 2015, p. 125);

(c) no último parágrafo, Sanfelici reconhece que não se pode reduzir a acumulação de capital às escalas, preparando um anticlímax no tocante ao uso delas: “[...] em um alerta aos limites do conceito de escala. Se a utilização desse conceito possibilitou iluminar dimensões antes pouco exploradas da produção do espaço, é preciso insistir que esse último processo não pode ser reduzido à produção da escala” (SANFELICI, 2015, p. 140).

A conclusão final do autor aponta a limitação da escala para dar conta do processo de financeirização do capital, cada vez mais marcado por fluxos – o que não significa se contrapor à espacialização de fluxos em certos momentos dos processos a que estão relacionados.

Harvey também preconiza que o capital produz sua própria escala de organização. Contudo ela não pode ser acoplada à hierarquia usual das escalas, mas a uma “distintiva”, sem, no entanto, especificar como se dá a distinção entre elas.

Sendo assim, tem a intenção de marcar a existência de dois escalonamentos, um usual, provavelmente decorrente da organização federativa do Estado. e outro próprio do processo de acumulação de capital. Como se lê a seguir, não há menção ao que qualificaria ao escalonamento escalado pelo capital.

Una jerarquia de escalas (usualmente presentadas como locales, regionales, nacionales y globales, a pesar de ser estas designaciones arbitrarias) existe a través de las cuales la circulación de capital trabaja al mismo tiempo en que produce su propia y distintiva escala de organización (HARVEY, 2007, p. 44).

Prossigamos com a Plataforma 4^a – depois dessa interceptação escalar, entremeando um debate específico das (in)compatibilidades da pertinência das escalas em um processo de acumulação de capital mundialmente integrado, o que é um reforço adicional para também interagirmos em plataformas.

Para Guattari, o capitalismo mundial integrado não pode ficar circunscrito à reprodução do capital, não obstante a sua relevância.

É crucial entendermos os processos diferenciados de subjetivação, evitando os reducionismos ao estritamente econômico, o que não é incomum. Evitando, por outro lado, a contraposição entre objetivo e subjetivo, o filósofo posiciona-se assim: “O objeto do CMI é, hoje [meados para o final dos anos 1980], num só bloco: produtivo – econômico – subjetivo” (GUATTARI, 2017, p. 32). Com isso, tem que se ir além de “los sistemas tradicionales de coerción directa”, visando considerar também a agregação de “dispositivos de control que requieren, ya que no la complicidad de cada individuo, sí al menos su consentimiento pasivo (GUATTARI, 2004, p. 95).

Nesse sentido, dispositivos de controle no processo de subjetivação se valem do “entorno maquínico secretado por el capitalismo”, abrangendo “grandes massas da população”:

esto no sólo depende de las seducciones de la publicidad, de la interiorización de los objetos e ideales de la sociedad de consumo por los individuos. Algo de la máquina tiene que ver con la esencia del deseo humano. Ahora bien, el problema es saber de qué máquina se trata y qué se va a hacer con ella (GUATTARI, 2004, p. 97).

Conjugando a análise do “capitalismo mundial integrado” e o processo molecular de subjetivação, no que se antecipa o enlace molar e molecular, Guattari (2004, p. 44-56) elenca um conjunto de pontos que caracteriza esse duplo olhar, dos quais passamos a indicar alguns deles que seguem ecoando neste momento, especialmente do “nacional” e de “autonomias” silenciadas:

a) “Ramificados por todo el planeta, sus (CMI) centros de decisión tienden a adquirir una relativa autonomía respecto a los intereses nacionales de las grandes potencias”; e prossegue: “y a construir una compleja red que no puede ser completamente localizada en un espacio delimitado – red de complejos energéticos, militar – industriales, etc...” (p. 44-45) – no que dialoga com o geógrafo Pierre Veltz (1999);

b) “Una proliferación de los márgenes, de las minorías, de las autonomías (antiguas e nuevas) que conducen [...]”, segundo Guattari, “a una explosión de singularidades de deseo (individuales y/o colectivas) y a la aparición de un nuevo tipo de segmentaridad social que substuya a las formaciones de poder propias del Estado-nación” (p. 45).

Especificamente, já observava então, entre outras questões do capitalismo no molar e no molecular:

- c) “disminución relativa de puestos de trabajo en los sectores industriales” (p. 45);
- d) “desarrollo de nuevas capas sociales de ‘sin garantías’; inmigrantes, mujeres superexploradas, trabajadores precários, asistidos de todo tipo [...]” (p. 45); e
- e) “función cada vez más importante que parece destinar Brasil en América Latina” (p. 49).

Uma segunda antecipação, política, diz respeito ao “virtual” fascista que, mais uma vez, se “atualiza” na trajetória, no processo histórico aberto, vivenciado no Brasil, mas não só: “El nazismo e el fascismo no fueron enfermedades transitorias, ‘accidentes de la historia’, ya superados, sino que continúan habitando nuestros universos de virtualidad” (GUATTARI, 2004, p. 124).

Está em reavivamento essa situação com traços de fascismo, ressoando uma afirmação de Guattari transcorridas mais de três décadas: “Un microfascismo, bajo distintas formas prolifera en los poros de nuestras sociedades, y se manifiesta a través del racismo, la xenofobia, el resurgimiento de los fundamentalismos religiosos, del militarismo y de la opresión de las mujeres” (GUATTARI, 2004, p. 124).

E arremata: “La historia no garantiza que hayamos franqueado para siempre los ‘umbrales progresistas’” (GUATTARI, 2004, p. 124). Alguns autores chamaram afirmações dessa natureza, ou assemelhada, como se fosse não uma adivinhação, mas uma “presciência” atilada.

Tal como os processos de subjetivação, a “ecosofia” também não está dissociada do entendimento do “capitalismo mundial integrado”, da crítica tanto da “modernidade” quanto de um dos seus marcadores conceituais: destacadamente, a separação “natureza-cultura”.

Na palestra “Prácticas ecosóficas y restauración de la ciudad subjetiva”, ministrada no Rio de Janeiro, em 1992, pouco antes da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Guattari (2015b, p. 31) colocou a necessidade de:

Apartarse entonces de un falso nomadismo que nos deja en realidad en el mismo lugar, en el vacío de una modernidad exangüe, para acceder a las líneas de fuga del deseo a las cuales nos invitan las desterritorializaciones maquínicas comunicacionales, estéticas.

Imediatamente após, aclara os sentidos dessa “linha de fuga do desejo” das tecnologias, que nos impele a um nomadismo do mesmo em quase todas as cidades, e se aproxima de “povos originários”. “Crear las condiciones de surgimiento, con motivo de una reapropiación de los ressortes de nuestro mundo, de un nomadismo existencial tan intenso de los Indios de la América precolombiana o de los aborígenes de Australia”. Isso porque, para Guattari (2015b, p. 29), “el ser humano contemporáneo” não está mais amarrado a um “suelo inmutable, sino que se enganchan de ahora en más a un mundo de representaciones precarias y en perpetuo movimiento”.

No tocante ao “progreso”, um dos símbolos da linha do tempo histórico determinista da modernidade, afirma a “necesidad también de terminar con cierto idealismo progresista. El progreso, el crecimiento económico no son necesariamente sinónimos de transformación positiva de la subjetividad de la sociedad” (GUATTARI, 2015b, p. 408).

A “crisis ecológica” é remetida a uma “crise más general de lo social, de lo político y de lo existencial”, levando a perguntas que Guattari qualifica como “lancinantes”:

¿Como modificar las mentalidades, como reinventar prácticas sociales que volverían a dar a la humanidad – si alguna vez la tuvo – de las responsabilidades no solamente respecto de su propia supervivencia, sino también del porvenir de toda vida sobre este planeta, la de las especies animales y vegetales como de las especies incorpóreas, si puedo decirlo así, tales como la música, las artes, el cine, la relación con el tiempo, el amor y la compasión por el prójimo, el sentimiento de fusión en el seno del cosmo? (GUATTARI, 2015b, p. 50).

Persiste essa questão, ecoando com contundência: clamar e convocar outra vida que não se encapsula no humano. A modernidade do progresso conflui para o agravamento contínuo e permanente da “natureza” e de sua “finitude”:

el planeta Tierra se revela cada día un poco más como un mundo cerrado, que parece incluso encogerse al ritmo de la aceleración de las velocidades de comunicación, de desplazamiento y de intercambio. El aire, la tierra, el agua, el fuego energético han abandonado el mundo de las divinidades

transcendentes para entrar en la categoría de los “recursos naturales no renovables” (GUATTARI, 2015b, p. 309).

Não deixa de ser feita a reiteração secular de que a “natureza não pode ser separada da cultura, e precisamos aprender a pensar ‘transversalmente’ as interações entre ecossistemas, mecanosfera e Universos de referência sociais e individuais” (GUATTARI, 2017, p. 25).

É, portanto, nesses movimentos do capitalismo mundial integrado, dos processos de subjetivação via *mass-media*, da destruição e exaustão da natureza pelo progresso moderno, que se inscreve a “ecosofia”.

Seguem definições dessa combinação entre ecologia e filosofia, em meio ao momento em que elaboravam, Guattari e Deleuze, *O que é a filosofia?*:

Llamo ecosofia a tal enlace de la ecología ambiental, de la ecología científica, de la ecología económica, de la ecología urbana y de las ecologías social y mental, no para englobar todos esos abordajes ecológicos heterogéneos en una misma ideología totalizante o totalitaria, sino para señalar por el contrario la perspectiva de una elección ético-política de la diversidad, del disenso creador, de la responsabilidad respecto de la diferencia y de la alteridad (GUATTARI, 2015b, p. 31).

Em outra conceituação da “ecosofia”, condensada e acoplada à política, abrangendo “três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana)”, encontra-se ao final de *As três ecologias*: “Uma ecosofia de um tipo novo, ao mesmo tempo prática e especulativa, ético-política e estética, deve a meu ver substituir as antigas formas de engajamento religioso, político, associativo...” (GUATTARI, 2017, p. 54).

Despontou outro estalo, inesperado: a “ecosofia” tem afinidades ou não com a “geofilosofia”?

Considere-se que os últimos escritos de Guattari sobre essa temática foram publicados no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, portanto, naquele período citado anteriormente da elaboração, em conjunto com Deleuze, e da edição de *O que é a filosofia?*.

Ao mesmo tempo, como a “ecosofia” inclui “três ecologias” (mental, social e ambiental), sobreveio uma frase muito relevante de *O que é a filosofia?*, no capítulo “Geofilosofia”, já citada: “Ela [a geografia] não é somente física e humana, mas mental, com a paisagem” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 125).

E no prosseguir da propagação do estalo, parece que ambas, “ecosofia e “geofilosofia”, podem ter sido influenciadas por uma concepção do biólogo Gregory Bateson sobre o “mental”, a ser recuperada adiante mais uma vez, por outra manifesta influência em *Mil Platôs*.

Esse renomado biólogo lista “tres de estos sistemas o circuitos”, ou seja:

Uno es el individuo humano. [...] Este es un sistema que conserva los enunciados descriptivos referentes al ser humano, cuerpo o alma. [...] En segundo lugar, tratamos con la sociedad donde vive ese individuo, y esta sociedad también es, otra vez, un sistema de las mismas características generales. Y, en tercer lugar, tratamos con el ecosistema, el contorno biológico natural de esos. Y, en tercer lugar, tratamos con el ecosistema, el contorno biológico natural de esos animales humanos (BATESON, 1985, p. 293-294).

Em artigo recente, Modenesi (2021) argumenta, em sua pesquisa de pós-doutorado, sobre uma “EcoFilosofia” em Deleuze e Guattari, além de também incluir e relacionar o filósofo alemão Heidegger – reabrindo uma instigante compreensão dessa filosofia da imanência da dupla francesa.

- *PLATAFORMA 4ª C – Uma nova força geológica ou uma terra nova – Terraceno?*

É imprescindível uma atualização sobre a Terra em relação à Deleuze e Guattari, repercutindo também nas diversas “geos” mencionadas no presente trabalho. Apesar de iniciarmos essa atualização, permanece um buraco em nossa tese. Ele decorre de um aspecto não tratado pelos filósofos franceses: o processo de produção capitalista da terra, além daquele na terra, de suma importância para a reprodução do capital financeiro – além de ser mais uma fonte de destruição da Terra-Natureza.

Se a “crise ecológica” estava no ar no tempo derradeiro dos trabalhos dessa dupla de filósofos, conforme visto anteriormente, assinalada especialmente por Guattari, Latour

(2020, p. 23), na abertura de sua “primeira conferência”, em 2013, passadas mais de duas décadas, questiona, contudo, a designada “crise ecológica”: “crise”, “isso vai passar”?; e “ecológica”, “isso não nos interessa”?; assim como “meio ambiente”, “seres da natureza vistos de longe?”.

Falar “crise” não é só é ser generoso com a escala da destruição e das transformações no cosmo como também abre perspectivas de que pode ser superada por meio de investimentos em “geoengenharia”. Continuar com “mais do mesmo” adicionando “inovações” tecnológicas recuperaria a Terra tida como resiliente ao máximo por essas correntes?

Além das questões sobre ilações e expectativas que podem advir dessa conotação de “crise”, há, todavia, uma mutação fenomenal que precisa ser apreendida e aprendida no processo de destruição terrena “moderna”, o que coloca a “crise ecológica” em crise contínua e cumulativa e extremada.

Se avoluma uma robusta convergência “científica”, apesar de não faltarem “céticos”, de explodirem “negacionismos” devoradores de Terra, em torno de uma outra era geológica; nela, as divergências se dão principalmente na responsabilização da(s) força(s) provocante(s) de extinções, de exaustões, de expansões extensivas ilimitadas, de extremos eventos intensivos, de êxtases assombrosos – mas que parecem estar sendo assimilados como um “novo normal” por parte de “humanos”.

Não obstante, essa nova era geológica, provocada por “força(s)” atuante(s) de maneira avassaladora, destruidora e comprometedora de vidas, se embaralha, se conjuga, se combina, se enrosca e é enroscada com forças da Terra-natureza, classificadas como naturais: vulcões, movimentos das placas tectônicas, terremotos.

O estreitar de e entre essas forças – uma emanada da Terra e outra, interveniente e imposta à Terra, uma “natural” e outra criada –, amplificado pelas múltiplas combinações entre elas, resulta em mortes e em incertezas galopantes. Muitas transformações, apesar de vigentes, não são conhecidas quanto as suas manifestações integrais e agem para além de um tempo previsível.

Também tornam indiscerníveis, por exemplo, se um evento extremo decorreu (apenas) de causas, de movimentos naturais e/ou também foi provocado, intensificado, potencializado por forças de outra natureza. Em um determinado espaço por onde

passaram ventos turbilhonares, acarretando devastações, mortes, cada vez menos se pode afirmar que o furacão é ou não é natural, foi gerado ou amplificado pelas mudanças climáticas derivadas do carbono e de desmatamentos.

Assim, em virtude desse entrelaçamento de forças, de sua crescente indistinção, estamos sugerindo nesta tese que o agregado de transformações que violentam a Terra, que tonitruam incertezas das e às vidas, que já infligidas irão se propagar por um tempo inaudito, seja trabalhado como uma nova Terra, diferente de uma proclamada ou almejada Terra nova, a que estamos chamando de Terraceno – considerando a versatilidade da etimologia do “ceno” nessa cena terrífica.

Ou seja, a extensão, a intensão, as suas respectivas magnitudes nos espaços e nos tempos descreiam a Terra, estando completamente abertas às suas recriações – apesar da dizimação mortífera geradora de vidas na Terra nova em destroços. Até mesmo esse processo, a vastidão e a amplitude dessa desterritorialização em curso pode nos remeter a linhas de fuga de completa imprudência vital.

Ao se entender que estamos em uma Terra nova, ao mesmo tempo estamos em uma outra era geológica. São espaços e tempos, são forças que se embaralham.

Então, achamos que não podemos nos ater tão somente a ela, e, sim, a uma mútua repercussão Terraceno e outra Era geológica em processo de definição e debate: Antropoceno, Capitaloceno...

Um dos argumentos possantes para cunharmos o Terraceno provém do conhecimento de que os anúncios de “fim do mundo” se são como “um *acontecimento fractal*, que se reproduz indefinidamente em diferentes escalas”, de acordo com Danowski e Viveiros de Castro (2017, p. 143).

Além de nos permitir nomear a destruição na extensão e com intensão em todo o planeta como Terraceno, não só na terra-solo, mas, conjugadamente, no mar e no ar, abrangendo uma guerra total de tanques, submarinos, caças extintores das vidas, essa guerra espraiada, com capilaridade no mundo todo, dificulta sobremaneira encontrar um espaço, um tempo para designar, segundo a institucionalidade “científica” na e da geologia, uma Era que a expresse, conforme suma a ser feita adiante.

Daí o debate sobre essa Era se dar em um clima ardente, mas, no mínimo, diminuindo o da Terra ardida em todos os cantos, o Terraceno, exterminador de Terras por virem.

Apesar de serem indiscerníveis as forças da natureza e as forças de outras naturezas nas suas ações, tensões, todo o debate está voltado para uma outra era geológica, na qual talvez esteja presente uma história de início e de fim de algo, já debatida por ocasião da genealogia em Nietzsche e Foucault.

Todavia no debate dessa outra era, sob forte influência dos cânones da geologia, é possível notar resvalamentos para Terra nova – inclusive hipotecando uma Terra nova desejada. Na Plataforma 5^a, começamos a dar passos sobre comprometimentos nessas e entre essas terras.

Por que uma Terra nova e uma outra era geológica afetam nossa tese? Os espaços (-, e) tempos, ao serem rasgados, mutilados, pilhados, acelerados, embolam escalas geográficas e temporais, que são levadas em avalanches, em derretimentos, nos “olhos dos furacões”, em eventos outros levados aos extremos.

Nesta Plataforma, ficamos nas abordagens da “força ativa” arrasadora e delineadora de uma outra Era. No campo teórico, há uma ampla discussão sobre significados, direções, alcances das transformações de e em todas as espécies, sobre ações políticas possíveis ou necessárias, em acentuado contraste com o que está dilacerado, dilapidado, destruído no “terreno” das vidas.

Uma discussão institucional, e influente, está se dando, principalmente, na “Sociedade Internacional de Geologia”, em seus “Congressos Internacionais”, passando pela “Comissão Internacional de Estratigrafia” – estratigrafia é um ramo de geologia que estuda os estratos ou camadas de rochas, buscando determinar os processos que as formaram, observando principalmente a formação de camadas (VEIGA, 2019; LATOUR, 2020).

Segundo Veiga (2019, p. 28), seguindo o esquema dominante vigente da “história da Terra”, que a divide em “Eras”, “Períodos”, “Épocas”, “estamos no Holoceno há quase doze milênios, Época que pertence ao Período Quaternário da Era Cenozoica”.

Associadas a essas datações da escala temporal geológica, há um conjunto de hipóteses, entre elas:

como foi há uns 12 mil anos que a espécie humana começou a praticar atividades agrícolas, é muito provável ou quase certeza, que sua longa evolução cultural – com tantas ascensões e quedas de civilizações – tenha se favorecido de condições naturais, e principalmente climáticas, que caracterizaram o Holoceno (VEIGA, 2019, p. 29).

Antes da agricultura, nessa visão evolucionista, havia os caçadores-coletores (nômades); e, depois dela, o comércio, a indústria...

No entanto, segundo esse itinerário, o Holoceno está sendo sucedido institucionalmente por outra era. No 34º Congresso Geológico Internacional, em 2012, a “ata da reunião” estabelece que “o Holoceno acabou” e coloca o “Antropoceno como uma possível época geológica” (LATOURET, 2020, p. 183).

Ao mesmo tempo que se procura normalizar o fim do Holoceno e a “nova” força geológica pós-Holoceno, revigoram-se pesquisas e trabalhos sobre o evolucionismo da trajetória “humana” em cortes temporais vinculados aos tipos de atividades humanas hegemônicas. Mais uma evidência da relevância daquele debate sobre histórias e, principalmente, geo-histórias.

Nesse sentido, os professores de antropologia e arqueologia, respectivamente, Graeber e Wengrow (2022, p. 16), procuram revolver a decantada trajetória estabilizada da “história antiga”: “Antigamente, segundo essa história, éramos caçadores-coletores e vivemos por muito tempo numa condição de inocência infantil, em pequenos bandos. Esses bandos eram igualitários, justamente por serem pequenos”.

Em seguida, dizem os professores, “depois da ‘Revolução Agrícola’, e mesmo após o surgimento das cidades, essa ‘feliz’ condição se desfez”, segundo essa versão do “passo-a-passo”, e deu origem à “civilização” e ao “Estado” (GRAEBER; WENGROW, 2022, p. 16).

Em uma “tentativa de contar outra história”,

hoje está claro que as sociedades humanas antes do surgimento do cultivo agrícola não se limitavam a pequenos bandos igualitários. Pelo contrário, o mundo dos caçadores-coletores, antes da chegada da agricultura, era repleto de experiências sociais arrojadas, parecendo muito mais um variado desfile carnavalesco de formas políticas do que as insípidas abstrações da teoria evolucionária (GRAEBER; WENGROW, 2022, p. 18).

E arrematam os autores, adiante, diante das variações nesse transcurso humano: “simplesmente abandonar a ideia de que todos na terra viveram durante centenas de milhares de anos da mesma forma idílica de organização social” (GRAEBER; WENGROW, 2022, p. 22).

Todos esses pontos reabastecem e reabrem a releitura crítica daqueles entendimentos de nomenclatura e sequenciais em Deleuze e Guattari, abrangendo “selvagens, bárbaros e civilizados”, em *O anti-Édipo*.

Nesse sentido, o termo “bárbaros” “surge na Grécia”, usado para se “referir a todos que não falavam nenhum dialeto grego e que, aos ouvidos helênicos, passavam a vida a pronunciar *bar-bar-bar*”. Os romanos também o adotaram, e “bárbaros agora eram todos os povos que não falavam grego ou latim” (GALINDO, 2023, p. 90).

Repassando outra “história”, descolam-se intercâmbios de longa distância do “mercado”, visto alguns deles visarem “criar relações de amizade ou para ter um pretexto para se visitarem de vez em quando; e há inúmeras outras possibilidades que de maneira nenhuma se assemelham a um ‘comércio’” (GRAEBER; WENGROW, 2022, p. 38).

Rastreando “uma série de contatos entre colonizadores europeus e intelectuais ameríndios no século XVII”, os dois professores se aproximam do debate decolonial, posto que a “reavaliação” desses contatos “surpreendeu” e possibilitou que revisassem “origens da agricultura, propriedade, cidades, democracia e civilização”; além disso, puderam se “afastar completamente de pensadores europeus como Rousseau e, em vez disso, considerar perspectivas que derivam daqueles pensadores indígenas que, em última análise, lhes serviram de inspiração” (GRAEBER; WENGROW, 2022, p. 41); ambos os autores criticam a posição de filósofos ocidentais que transformam os “povos indígenas” em “anjos ou demônios da história” (p. 19).

No Brasil, o arqueólogo amazônico Eduardo Góes Neves (2022, p. 55) comprova que “a presença humana na Amazônia é tão antiga quanto em outras áreas da América do Sul, pelo menos no que se refere à época de transição entre o Pleistoceno e o Holoceno, ao redor de 12 mil anos atrás”.

Sendo assim, “essas evidências são importantes porque mostram que não houve impedimentos à ocupação da floresta tropical por grupos que não praticavam a

agricultura, ao contrário do proposto por antropólogos como Bailey e Headland nos anos 1980” (NEVES, 2022, p. 55).

Salienta o arqueólogo amazônico que “os trabalhos etnográficos entre caçadores-coletores trazem implicações teóricas ainda mais importantes, porque mostram que a alternância caçadores e coletores e agricultores talvez seja mais comum que o normalmente considerado” (NEVES, 2022, p. 57). Essa alternância, não evolutiva, entre “caçadores e coletores e agricultores” está próxima daquela “correção” de Deleuze e Guattari, em *Mil Platôs*, sobre “coexistências” históricas, já que em estudos na Amazônia também se verificou na “alternância” a “coexistência” – reafirmando que não há uma marcação sequencial para frente. O que se verifica são (re)(vira)voltas, não havendo, portanto, uma direção e um sentido únicos. Em Zanotelli (2014, p. 146-150), é feita uma exposição sobre uma crítica aos “evolucionismos lineares”, bem como uma recuperação de estudos sobre arqueologia na Amazônia e nas cidades que foram encobertas pela tal descoberta europeia.

Em diferentes combinações e composições de tempos extensos, de tempos cronológicos, passado, presente, futuro entronizam incertezas.

Voltando à nova força ativa “geológica”, descomunal, simultaneamente, há uma convergência significativa sobre a presença de suas manifestações, mudando o planeta em muitos significados, assim como proliferam-se divergências sobre pelo menos cinco veios e “veias (incessantes) abertas”:

- a) o que provocou e continua provocando a sua contínua expansão e permanente agravamento da Terra-Natureza?
- b) o que extrair da trajetória histórica humana e do capitalismo como um marco da marca atestadora da sua presença espacial-geológica?
- c) a partir desse marcador, desse datador, como nomear esse momento?
- d) quais são as implicações do que se selecionar para essa sinalização nas lutas políticas, nas ciências...?
- e) será que haverá uma escolha na instituição geológica e, ao mesmo tempo, serão adotadas outras perspectivas?

Apesar de estar muito assentada, e utilizada, nas “ciências”, a estratificação da história da Terra instituída em Eras, Períodos e Épocas – uma trina distintiva e indicativa da longa extensão temporal no campo geológico – também é influenciada pela vigência e pela atuação instituinte dessa força geológica, apesar de ela ainda não estar definida institucionalmente – o que não eliminará o debate sobre o “possível” Antropoceno ou não. Essas manifestações, temporal-geológica e espacial-força geológica, emitem com toda disposição que mais do que nunca há uma indissociabilidade entre escala temporal e escala geográfica.

Para darmos notoriedade a essa conjugação escalar, ausente do debate da escala geográfica exposto nesta tese, voltemos a percorrer aqueles cinco veios e veias acima.

Tomados em conjunto, dá para notar a estreita articulação entre eles. Porém, sem perder de vista os transbordamentos para o escalar, tomemos, no entanto, o que desencadeou e desencadeia a conformação da “força geológica” prevalecente neste momento, um dos pontos que provoca maior controvérsia.

Assim, conseguimos captar quatro processos desencadeadores de uma nova Terra em disputa para designar uma Era geológica, todos com implicações nos demais veios. As controvérsias não só se dão entre eles como também em cada um deles, predominando, no entanto, a manifestação delas a partir do vocábulo escolhido para a Era. Então, a cada um dos processos segue a respectiva nomenclatura proposta: a) a “humanidade” e o(s) Antropoceno(s); b) o “capitalismo” e o(s) Capitaloceno(s); c) o “decolonial”, o “pós-colonial”, e o “Plantationceno”, o “Negroceno”, entre outros; e d) autorias específicas de nomeações, de um(a) cientista, muitas delas tangenciando ou criticando algumas das anteriores.

Para dar uma ideia acerca das polêmicas sobre os Antropocenos, escolhemos o indiano Dipesh Chakrabarty – um dos fundadores dos “estudos pós-coloniais” –, o francês Bruno Latour e a dupla filosófica-antropológica brasileira, Débora Danowski e Eduardo Viveiros de Castro, considerando inclusive o diálogo mantido entre Latour e essa dupla do Brasil.

No “Colóquio Internacional Os Mil Nomes de Gaia: do Antropoceno à Idade da Terra”, realizado no Brasil em 2014, do qual participou Latour, o intitulado “*Position Paper*”, constando em Danowski, Viveiros de Castro e Saldanha (2022, p. 13), repassa os

“nomes controversos de Antropoceno e Gaia”, assim como em Danowski e Viveiros de Castro (2017, p. 111).

Antes de sintetizar as autorias selecionadas, nas referências básicas, naquele *Position Paper* especificado acima, sobre o referido Colóquio, o Antropoceno aparece como:

um novo tempo, ou antes um novo conceito e uma nova experiência da temporalidade, nos quais a diferença de magnitude entre a escala da história humana e as escalas cronológicas da biologia e das ciências geofísicas diminuiu drasticamente, senão mesmo tendeu a se inverter, com o “ambiente” mudando mais depressa que a “sociedade” e o futuro próximo se tornando, com isso, cada mais imprevisível e ominoso (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO; SALDANHA, 2022, p. 13).

Por sua vez, Gaia é tomada como “uma nova maneira de ocupar e de imaginar o espaço, chamando a atenção para o fato de que nosso mundo, a Terra, tornado, de um lado, subitamente exíguo e frágil, e, de outro lado, suscetível e implacável [...]” (p. 13).

Além das referências explícitas às escalas e suas modificações aceleradas, podemos também notar as alterações de nomenclatura ao longo da tese, abrangendo: Natureza, Terra, (Meio) Ambiente, Ecologia e o recente retorno de Terra.

Feita essa breve introdução até aqui, nesta Plataforma 4^a C, vamos ao professor indiano. Nos marcos do Antropoceno, e mencionando ligações com o capital, um artigo seminal de Chakrabarty, publicado em 2009, apresenta quatro teses, assim enunciadas (e desenvolvidas): “Tesis 1: Las explicaciones antropogénicas del cambio climático implican el colapso de la antigua distinción humanista entre la historia natural y la historia humana”; “Tesis 2: La idea del antropoceno, la nueva era geológica en la que los seres humanos existen como fuerza geológica, matiza profundamente las historias humanistas de la modernidad/globalización”. Continuando, seguem as outras duas teses: “Tesis 3: La hipótesis geológica relativa al antropoceno nos obliga a relacionar las historias globales del capital con la historia de los humanos como especie”; e a última, “Tesis 4: El entramado de la historia de la especie y de la historia del capital es un proceso de exploración de los límites de la comprensión histórica” (CHAKRABARTY, 2021, p. 14-42).

Verifica-se que suas teses confluem no sentido de se buscar ultrapassar as dicotomias natureza x cultura, natural x humano, humano x não humano, plasmadas pelo moderno em confronto com atrasos.

Até então, dominava o enfoque que classificava os atrasos de outras vias de vidas, normalmente vistos do “centro” e reproduzidos nas “periferias”, e planejava ou impunha modernizações de todo e qualquer jeito, a fim de se progredir em direção a um fim único universalizado pelo “desenvolvimento” dos que supostamente estão ou estariam na “frente” da produção, da cultura. Desenvolver significa modernizar, modernização, a sedução pelo moderno realmente sedutor e produtor de subjetivações.

Dessa forma, em uma escala temporal exígua, mas espacialmente ampliada, outros modos de vida, incluindo multiespécies animais e vegetais, foram negados, massacrados, dizimados – ao ponto de se falar em uma “sexta extinção” na trajetória planetária.

Para não nos alongarmos nos Antropocenos, vamos ressaltar, nas duas outras autorias, os desdobramentos de suas análises nas escalas espacial e temporal.

Em Latour (2020), obtém-se:

a) “O interior e o exterior de todas as fronteiras são subvertidos” (pelos agentes vivos) mediante *“ondas de ação*, que não respeitam limites e, mais importante, nunca respeitam escala fixa” (p. 166, grifo nosso);

b) “Assim que abandonamos as fronteiras entre o exterior e o interior de um agente, seguindo essas ondas de ação, começamos a *modificar a escala* dos fenômenos considerados”, os “minúsculos organismos” e a “Terra”. “Isso é prova de que são as próprias noções de organismo, de escala, de partes e de todo que estão sendo enfrentadas em conjunto”; “o ponto crucial é que a escala não intervém, passando de um nível local para um ponto de vista superior [...]. A escala é o que foi gerado pelo sucesso das formas vivas” (p. 171-173, grifo nosso);

c) “Novos povos para os quais a escala, a forma, o território e a cosmologia devem ser redesenhados. Viver na época do Antropoceno significa forçar-se a redefinir a tarefa política por excelência”. Latour indaga: “qual povo você forma, com que cosmologia e em que território?” (p. 230). Tem-se, assim, uma atualização da formulação desse pensador francês transcrita na Escala 2.

Arrolemos dessas citações de Latour aspectos cruciais para reflorescer do debate escalar, espacial e temporal: as escalas fixas estão rompidas pelos desrespeitos a limites, a fronteiras; as escalas não podem ser dissociadas de mudanças no “todo” e nas

“partes”, provisoriamente estabelecidas e, portanto, mutantes; e uma constatação sem seu rebatimento: como redesenhar escalas em respeito às “formas vivas”, mais que humanas?

Para Latour, a “*guerra*” passa a se dar entre os que seguem humanos, e ainda estão no Holoceno, e os terrestres, ingressantes (outros “povos”) no Antropoceno.

Provém de Danowski e Viveiros de Castro (2017) estímulos aditivos para o repensar do repensar da escala, agora nos termos de uma força geológica mutacional da Terra e do tempo:

a) “A instabilidade afeta o tempo, as quantidades, as qualidades, as próprias medidas e escalas em geral, e corrói também o espaço”. Os autores salientam: “Local e global se sobrepõem e se confundem; a elevação global do nível do mar não se reflete uniformemente em sua elevação local” (p. 29, grifo nosso);

b) “Este fenômeno de um colapso generalizado das escalas espaciais e temporais anuncia o surgimento de uma continuidade ou convergência crítica entre os ritmos da natureza e da cultura”; e concluem: “sinal de uma iminente ‘mudança de fase’ na experiência histórica humana” (p. 34, grifo nosso);

c) “Quando a espécie-agente biológico se torna a espécie-força geofísica (pela mediação histórica da espécie-engenheira), quando a economia política se encontra com a entropia cósmica, são as ideias mesmas de escala e de dimensão que parecem fora de escala” (p. 132, grifo nosso);

d) “Gaia é ‘apenas’ o nome da somação *final*, em todos os sentidos desse adjetivo, dessas figuras do fim: Gaia, enfim, é a escala máxima que podemos atingir” (p. 143, grifo nosso).

As instabilidades, as incertezas, poderíamos acrescentar as magnitudes e (des)conhecimentos parciais, mexem com medidas – e, portanto, com escalas na extensão –, levando ao que chamam de um “colapso generalizado das escalas”: local e global estão borrados, como no exemplo da elevação do nível do mar. E colocam o debate do “fim”, a se iniciar na Plataforma 5^a, talvez antes do fim... final.

Se pensarmos nesse “colapso escalar”, como ficariam os estudos que ainda escalonam o ambiente? E as políticas públicas que se baseiam nas escalas estatais?

- *ESCALA 6 – As escalas no ambiente devem ser desambientadas de seus limites?*

Ao buscar uma interação entre as “mudanças ambientais”, as “vulnerabilidades” decorrentes e a epistemologia escalar, Marandola Jr. (2011, p. 3) afirma:

O tema vulnerabilidade às mudanças ambientais é multidisciplinar e, portanto, multiescalar, tornando imprescindível identificar as diferentes escalas e a forma como estas interagem em contextos espaciais e sociais específicos, especialmente nas cidades, bem como o peso e processos de encaixe e desencaixe escalares das dinâmicas da natureza e a gestão dos perigos.

Assim, uma das questões está nas possibilidades, ou não, de espacialização das dinâmicas da natureza. O artigo supracitado pretende, no entanto, relacionar essa espacialização com a gestão dos “perigos”, por meio da recorrente multiescalaridade, também presente nesse ambiente.

Trata-se, portanto, de “mostrar que a discussão sobre metodologias multi ou trans escalares tem como fundo a articulação entre os conhecimentos, haja vista que muitos corpos teórico-metodológicos e disciplinares foram compostos para atuar em uma única escala” (MARANDOLA JR., 2011, p. 6). Mais uma vez, nunca é demais repetir diante dessa repetição prodigiosa: multiescalar e transescalar podem ser tomados como sinônimos e apenas se troca um pelo outro a fim de evitar a repetição frequente de um ou de outro ao longo do texto?

Assimilando os “recortes escalares aos círculos sucessivos de um cone”, constituído por “lentes”, Marandola Jr. interpreta que esses círculos “nos permitem considerar que há esferas que estão mais próximas da cognição, outras mais distantes”. E, pouco adiante, o autor qualifica o que está sendo tomado como distância: “Escala global, ou mesmo o país, é abstrata para a mente humana, assim como a escala microscópica. Ambas são percebidas por abstrações ou mediações, o que introduz outra dimensão à discussão da escala: os **horizontes de alcance**” (MARANDOLA JR., 2011, p. 6, grifo do autor).

Especificamente, o autor assume o entendimento dos espaços, incluindo o climático, com base na escala: “Entender os ‘espaços’ (climático, urbano e natural) como escala nos permite compreender suas interações em termos relativos e articulados, integrando dinâmicas sociais e ambientais nos diferentes níveis” (MARANDOLA JR., 2011, p. 7).

Essa partição escalar no ou do clima tem como efeito colateral uma distinção de seu comportamento, segundo o recorte clima-escala:

Isso é tanto mais fundamental ao pensarmos as mudanças ambientais, ou seja, estas interações ao longo do tempo. Se a influência da ação humana nas mudanças climáticas globais já possui um grau de certeza superior a 90%, o mesmo não pode ser dito das mudanças no clima regional (IPCC, 2007) (MARANDOLA JR., 2011, p. 7).

Então, Marandola Jr. (2011, p. 10), observando que, na medida em “que cada alteração no geossistema não produzirá linearmente os mesmos efeitos em todas as cidades, regiões, ou para todas as pessoas do mesmo modo”, questiona: “Como articular tais escalas?”. Ressalta, ainda, que “fenômenos de ordens diferentes, com relações hierárquicas não lineares e processos de produção, formação e distribuição distintos interagem de maneiras múltiplas: chocando-se, complementando-se, anulando-se, potencializando-se, multiplicando-se”.

Como a tônica do artigo é a gestão das mudanças ambientais, conclui que essa articulação passou por alterações.

A partir dos anos 1980, com maior destaque após 1990, a globalização deu à discussão da escala uma nova roupagem, semelhante à que o discurso ambientalista já havia assumido. Não se tratou apenas de assumir uma nova escala onde mudanças sociais e ambientais estavam sendo processadas, mas tornou-se também necessário pensar em termos regionais e locais de forma articulada com a escala global (MARANDOLA JR., 2011, p. 10).

Enviesando pela ótica dos riscos ambientais, mas mantendo as escalas, Castro, Peixoto e Pires do Rio (2005, p. 28) as inserem como integrantes da abordagem que deve ser contemplada pela geografia:

O tratamento da questão do risco ambiental pela Geografia revela-se, assim, uma via importante de investigação. Esta abordagem pode abarcar: a) o rebatimento espacial de processos e eventos danosos (o risco tornando-se fato consumado, acidente) – espaços de perdas/espaços de risco; b) as diferentes escalas de ocorrência e concentração espacial destes eventos e processos geradores – escalas de perdas/escalas de risco; c) sua influência na configuração e organização de novos espaços a partir das perdas sociais, econômicas e naturais, e das intervenções e conflitos entre atores sociais, gerando novos arranjos territoriais, segregação espacial, exposição a novos

riscos etc.; d) as relações entre espaços de perdas e escalas de perdas, o grau de exposição aos riscos e a restrição ao acesso a recursos.

Em uma temática específica da questão ambiental, a dos chamados “recursos hídricos”, a escala também é incorporada. Sant’anna (2017, p. 56) constata que:

Vários autores têm afirmado que os recursos hídricos adquirem cada vez mais uma dimensão global não apenas devido ao compartilhamento de bacias hidrográficas e aquíferos, mas também pelo fato de que problemas relacionados com escassez, poluição, acesso e uso dos recursos hídricos têm gerado conflitos e também iniciativas que envolvem diversos atores e diversas escalas geográficas.

Então, como os “recursos hídricos” podem ser captados a partir das escalas geográficas?

O “modelo mais recomendado de gestão de água pelas instituições internacionais” tem a “bacia hidrográfica como unidade de planejamento” (SANT’ANNA, 2017, p. 89). No entanto, há “limitações ambientais” nesse modelo, “pois nem sempre se consegue definir a área exata de uma bacia”, além de que essa “unidade biofísica”, em vez de “seguir as fronteiras político-administrativas, apresenta sérios problemas de ‘encaixe’ e fragmentação espacial” (p. 88). Esse desencaixe foi considerado também quando se abordou a tensão entre as escalas estatais e aquelas que são construídas nas lutas sociais.

Para a análise da governança dos “recursos hídricos”, são contempladas duas modalidades escalares: a ambiental, que é a bacia hidrográfica; e as delimitadas pelas “fronteiras político-administrativas”, conformando “outras escalas territoriais em que se formulam políticas e também se dão as tensões e conflitos sobre o uso dos recursos hídricos”. Como o estudo envolve uma bacia hidrográfica compartilhada, “transfronteiriça”, a Bacia Amazônica, escolhe-se a “análise multiescalar” (SANT’ANNA, 2017, p. 102-103). Assim, “esta autora defende a análise multiescalar para se entender qualquer conflito internacional por recursos hídricos, bem como qualquer proposta de cooperação para a utilização em comum dos mesmos” (p. 104).

A escala segue presente em outra dimensão da “governança”: a regulação da “água”. Na “análise geoinstitucional” concebida por Pires do Rio, Drumond e Ribeiro (2016, p. 105), há o

reconhecimento de interações e relações entre redes técnicas, regulação e espaço. Na questão da água, isso implica considerar as crescentes polarizações entre público e privado, entre diferentes escalas (global, regional e local) e/ou entre as políticas ambientais, as políticas de regulação e aquelas indutoras de comportamento.

Essa análise mostra a “sobreposição” entre a bacia hidrográfica, as redes técnicas e a malha político-administrativa (associada às escalas), com a complexidade decorrente da regulação.

No debate da escala no ambiente há pelo menos três aspectos que suscitam discussões e desafios relevantes entre os que dela se utilizam em seus estudos:

a) Há escalas naturais, derivadas e inscritas na natureza, como a bacia hidrográfica, cujas conformações delineadas naturalmente precisam ser (apenas) delineadas?

A posição exposta a seguir questiona a concepção de uma escala natural a partir de um “conjunto de ideias” listadas e propõe o conceito de “território hidrossocial”, no artigo referenciado a esse questionamento:

Las motivaciones de la crítica, los argumentos y las conclusiones son distintas, pero existe un conjunto de ideas compartidas, entre las que destacan las siguientes:

- Heterogeneidad, complejidad y dinamismo de los fenómenos hidrológicos en los que se apoya la definición de la cuenca hidrográfica;
- Diversidad y falta de naturaleza común de su concreción: micro-cuencas, macro-cuencas, sub-cuencas y distintas configuraciones administrativas de cuencas, que dan lugar a una generalizada ambigüedad de sus límites;
- Las cuencas, como unidades de gestión del agua, son resultado de procesos históricos de definición y redefinición socio-política. La propia DMA (Directiva Marco del Agua) habla de “demarcaciones hidrográficas” (“hydrographic districts”) como unidades de gestión y planificación;
- Los límites de las cuencas se ven modificados por intervenciones hidráulicas de creciente potencia (trasvases, interconexiones, reutilización y desalinización), de manera que están en constante evolución;
- Los ámbitos de gestión están también modificados institucionalmente a través de la interconexión de las cuencas con escalas superiores de decisión (por ejemplo, políticas comerciales), introduciendo la realidad recientemente importante del agua virtual (MORAL ITUARTE; HERNANDEZ-MORA ZAPATA, 2016, p. 565).

b) Há uma “escala correta” para a conservação da natureza?

Ao tratar de “A escala da conservação”, Nurit Bensusan (2014, p. 67) nota que “muitas vezes, a escala assume a feição da oportunidade, ou seja, a dimensão da área protegida – ou a abrangência de uma outra estratégia de conservação – depende do que é possível negociar com os outros setores da sociedade”. Dessa forma: “As perguntas relativas às necessidades reais de área para a sobrevivência de espécies ou para assegurar a integridade de processos geradores e mantenedores da biodiversidade não encontram espaço ou talvez nem mesmo sejam formuladas”.

Sobre a existência ou não de uma “escala correta”, adequada, para a conservação, o autor afirma que “a resposta – inútil e complexa – é que a conservação tem que se dar nas incontáveis escalas da natureza”. Bensusan complementa que a “ecologia, diante da magnitude da questão, simplifica a complexidade trabalhando com escalas que podem ser observadas em laboratório ou em experimentos de campo” (BENSUSAN, 2014, p. 67).

Ao reforçar que a escala de conservação não se resume às questões ecológicas e às de oportunidade, a autora revê o conceito de escala: “não apenas a física que dialoga com as extensões territoriais, mas uma escala de forma de atuação e de objetivos para a conservação”. E arremata: “É hora de olhar para além dos limites das unidades de conservação, para a paisagem mais ampla – biológica, social, cultural e econômica – onde essas áreas estão inseridas” (BENSUSAN, 2014, p. 68).

c) A importância de considerar o espectro de conflitos que estão presentes na luta dos “sujeitos instituintes a partir de diferentes lugares e escalas e com/contra os quais seringueiros moldaram/foram moldados a partir de suas próprias experiências materializadas/incorporadas” (PORTO-GONÇALVES, 1999, p. 85).

Carlos Walter Porto-Gonçalves (1999, p. 85-86) enumera sete “encontros/desencontros” na luta instituinte dos seringueiros, apontando que transcendem escalas: (a) com/contra o capital; (b) com/contra o Estado; (c) com/contra a Igreja; (d) com/contra o movimento sindical; (e) com/contra o movimento ambientalista; (f) com/contra os partidos políticos; (g) com/contra o movimento cultural.

Ultrapassada a escala ambiental, retomamos a Plataforma visando continuar a atualização terrena, após termos feito uma interrupção passageira na abordagem dos

nomes das Eras geológicas e uma incursão desambientada nas escalas ambientais, depois de aproveitarmos a ramificação propiciada pelo “colapso das escalas”, segundo Danowski e Viveiros de Castro.

Mais do que nunca, contudo, é imprescindível repensar se dá para continuar a trabalhar processos de destruição e dilapidação da Terra, e sua multiplicação cruzada e cumulativa, agravando conflitos oriundos desses processos, como as mudanças climáticas, por meio da ordenação escalar da sua produção.

Assim, rumemos para os Capitalocenos.

Narrando uma conversa, em 2009, com o, então doutorando, sueco Andreas Malm, hoje docente de “Ecologia Humana”, o “geógrafo histórico” inglês Jason W. Moore (2022, p. 9) dá conta da sugestão recebida: “‘Esqueça do Antropoceno’, disse o doutorando. ‘Deveríamos chamá-lo de *Capitaloceno!*’”.

Apesar de o geógrafo revelar que “na época, não dei muita atenção”, ele reconhece, posteriormente, a mudança de posição: passa a adotar a “palavra” sugerida com “cautela”. O Capitaloceno passa a ser assumido para assinalar “três coisas” que o Antropoceno, centrado no Humano, não é “capaz de dizer”, em especial: “ele [Capitaloceno] insiste que a história do capitalismo é uma relação entre capital, poder e natureza como um todo orgânico. Ela é uma ecologia mundo [...] é uma questão multiespécie” (MOORE, 2022, p. 133).

As outras duas “coisas” tocam diretamente a “história do capitalismo”, redefinindo-a e aproximando-a do “decolonial”, a saber: “Em segundo lugar, a história do capitalismo não pode ser reduzida à queima de combustíveis fósseis, na Inglaterra ou onde quer que seja; é a história das relações de poder e (re)produção baseadas na premissa da lógica do dinheiro” (MOORE, 2022, p. 133).

E, em terceiro lugar, “desafia a visão eurocêntrica – e francamente falsa – do surgimento do capitalismo na Inglaterra no século XVIII” (MOORE, 2022, p. 134); assim, a “ascensão do capitalismo após 1450 marcou uma mudança epocal de escala, velocidade e escopo da transformação da paisagem na geografia do capitalismo nascente” (p. 156-157).

Outra crítica acerba de adeptos do Capitaloceno ao Antropoceno se dá, bem resumidamente, por Alliez e Lazzarato (2021, p. 389): “O Antropoceno, com sua grande

narrativa unificadora da espécie, é não somente um universalismo e um humanismo, mas também um reducionismo ‘fiscalista’, que celebra a ilusão diplomático-científica de um ajuste espacial [*spatial fix*]

Está implícita uma crítica a Latour, o que está cifrado, na citação anterior, como “ilusão diplomático-militar”, visto que este escreveu um livro sobre o Antropoceno, aquele que contém as suas oito conferências, com essa citada “proeza”: “sem usar nenhuma (ou quase nenhuma) vez a palavra ‘capitalismo’” (ALLIEZ; LAZZARATO, 2021, p. 376).

Demarcando que não se trata, obviamente, do uso ou não dessa ou daquela “palavra”, ou de uma contenda “teórica”, Alliez e Lazzarato (2021, p. 390) dão o tom da luta política a partir do Capitaloceno: “impõe o abandono, *em todos os lugares*, da esperança negociada de uma ‘saída da crise’. Desmente, assim, a tese de Chakrabarty, dando razão a Benjamin: *apenas o capitalismo nunca morrerá de morte natural*”.

Mesmo que também centrada no capital, há uma outra visão, a “Aceleracionista”, com uma posição diametralmente oposta ao Capitaloceno. Apesar de admitir “el colapso del sistema climático del planeta” e outros problemas de “menor envergadura” (água e energia), “mas desestabilizadores”, uma das visões do “aceleracionismo”, contida em seu “Manifiesto por una Política Aceleracionista”, se define por uma “sociedade postcapitalista” (WILLIAMS; SRNICEK, 2017, p. 47).

Concisamente, o “postcapitalismo” faz essa crítica ao capitalismo: “El capitalismo no solo es un sistema injusto y perverso, sino también un sistema que frena el progreso” (p. 47).

Como, então, fazer progredir o progresso freado, segundo essa visão, pelo capitalismo? Autores “aceleracionistas”, e não só eles, apostam em “ciência e tecnologia”:

Nuestra apuesta es que las verdaderas fuerzas transformadoras de mucha de la investigación tecnológica y científica continúan sin ser explotadas, cargadas como están de características redundantes (o preadaptaciones) y que, de producirse un cambio más ala del míope *socius* capitalista, podrían resultar decisivas (WILLIAMS; SRNICEK, 2017, p. 41).

A terceira qualificação da Era tem relação direta com referências decorrentes dos pensamentos decolonial e pós-colonial. Das formulações nessa direção, o pesquisador de Martinica, Malcom Ferdinand, em *Uma Ecologia Decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*, trabalha o “Plantationoceno” e o “Negroceno”.

Quanto ao “Plantationoceno”, Ferdinand (2022) distingue-o segundo “cinco dimensões fundamentais”:

- a) “material e econômico”: mostra nas *plantations* “as trocas ecológicas e metabólicas desiguais, as punções energéticas e materiais não renováveis” (p. 66);
- b) “histórico”: “mudanças ambientais globais sem apagar os fundamentos coloniais e escravagistas da globalização” (p. 66-67);
- c) “geográfico”: a compreensão da *plantation* “não se limita às fronteiras da propriedade rural ou da fábrica. Ela designa as injustiças sociais globais, as relações de poder e de dependência entre lugares situados em diferentes pontos da Terra” (p. 67);
- d) “político”: “lança uma luz sobre as violências humanas dos locais de produção, sobre as hierarquias raciais e misóginas, sobre as desigualdades, sobre as formas de escravidão e de miséria operárias, sobre os riscos sanitários mecânicos e tóxicos”; e prossegue: “expondo a produção política de Negros do mundo: seres cuja exploração e misérias sociais são conjugadas a uma exclusão do mundo” (p. 67);
- e) “cosmopolítico”: “uma minoria da Terra impõe um tipo de composição do mundo com os não humanos: o da exploração compulsiva e padronizada. Ele evidencia as perturbações biodiversitárias e as degradações ecológicas causadas pelas *plantations*” (p. 67-68).

Um resumo do Plantationoceno refere-se ao “habitar a Terra”:

Fazendo da *plantation* o principal modo de habitar a Terra, o Plantationoceno reduz o mundo a um mercado de recursos consumíveis. Os habitantes humanos e não humanos encontram-se subjugados às técnicas de transformação da Terra em recursos, entre elas a utilização de produtos químicos tóxicos na agricultura industrial (FERDINAND, 2022, p. 129).

Quanto ao Negroceno, Ferdinand (2022, p. 79) analisa-o como:

a era em que a produção do Negro visando expandir o habitar colonial desempenhou um papel fundamental nas mudanças ecológicas e paisagísticas da Terra. A dimensão material e energética da escravidão colonial já é visível no vocabulário colonial utilizado para se referir à tal “carga” dos navios negreiros.

Resgatando e propondo o *aquilombamento* como uma das “resistências mais potentes” dos “Negros e escravizados de ontem e de hoje”, o autor caribenho assevera: “Reconhecer que as colonizações e as escravidões estavam no coração da modernidade ressalta um conjunto de experiências de resistência antiescravista que enriquecem as ferramentas conceituais para pensar a crise ecológica” (FERDINAND, 2022, p. 167).

Realçando as combinações entre Filosofia, Antropologia e outras “ciências”, nessa temática da atualização da Terra (ou dos *Mil nomes de Gaia*, tudo indica em alusão a *Mil Platôs*), mediante uma “força geológica” deflagradora e destruidora de vidas, a primeira composição de nossa geonálise (ou geo-Gaias?), passamos a citar mais três docentes antropólogas e as designações específicas de algumas delas para a Era.

Isabelle Stengers nos desperta, relevando a “intrusão de Gaia”, à provocação suscitada por essa intrusão ao debate sobre a “força geológica” e a atenção dedicada ao como agir.

No ardente capítulo 4 da obra *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*, Stengers (2015, p. 37) discorre sobre a “intrusão de Gaia”, ligando-a aos “desastres que se anunciam”: “No caso presente, trata-se de resistir à tentação de reduzir a um simples ‘problema’ o que constitui acontecimento, o que nos atormenta”. Portanto, reafirma-se aquela posição de Latour que não se trata de uma “crise”, cuja possibilidade de superação estaria inscrita nela.

Em uma linha depois, esclarece ainda mais essa intrusão: “Nomear Gaia como ‘a que faz intrusão’ é também caracterizá-la como cega aos danos que provoca, à maneira de tudo o que é intrusivo” (STENGERS, 2015, p. 37).

Com isso, de acordo com Stengers, Gaia

não é neste ensaio, portanto, nem a Terra “concreta”, nem tampouco aquela que é nomeada e invocada quando se trata de afirmar e fazer sentir nossa conexão com esta Terra, de suscitar um sentido de pertencimento lá onde predominou a separação e de extrair desse pertencimento recursos de vida, de luta e de pensamento (2015, p. 37).

Gaia, portanto, assume diferentes feições em distintos trabalhos, predominando o “pertencimento” à Terra, sendo diferente quando é “cega aos danos que provoca”: “Trata-se de pensar aqui a *intrusão*, e não o *pertencimento*” (STENGERS, 2015, p. 37). Com isso, a atualização da Terra não se restringe ao “território”, mas aos múltiplos espaços “danificados” pelas “intrusões” pluridimensionais.

Não se pode generalizar Terra-Natureza, mas de qual dessas estamos tratando ou não: “natureza selvagem e ameaçadora”, “natureza frágil que deve ser protegida”, “natureza que pode ser explorada à vontade”?

Para Stengers (2015, p. 40), nenhuma dessas opções de Terra-Natureza dá conta do que a “intrusão” provocou e danificou.

A hipótese é nova. Gaia, a que faz intrusão, *não nos pede nada*, sequer uma resposta para a questão que impõe. Ofendida, Gaia é indiferente à pergunta “quem é responsável”, e não age como justiceira – parece que as primeiras regiões da Terra a serem atingidas serão as mais pobres do planeta, sem falar de todos esses vivos que não têm nada a ver com a questão.

Gaia “veio para ficar” – e Stengers não despende energia para encontrar quem “responde” pela força, mas, sim, a intrusão provocada e os “danos” acometidos por ela.

Com isso, “após um “não me venham me perguntar que outro mundo será possível”, a autora termina o referido capítulo quatro com a temperatura elevada da intrusão: “Não haverá resposta se não aprendermos a articular luta e engajamento nesse processo de criação, por mais hesitante e balbuciente que ele seja” (STENGERS; 2015, p. 44). Com os aumentativos exponenciais de intrusos, Gaia age intempestivamente, acontece e faz acontecer, e intrusos e intrusões têm se mostrado capazes de fugir aos controles de toda espécie, “alertas”, “previsões”, “planejamentos”, “próteses”. Sua cegueira de como, de quem afeta exige que estejamos de olhos abertos para, no entanto, agir – vendo fissuras abertas.

A segunda autora, Anna Tsing, combina Filosofia e “ciências”. Chama a atenção para o verbo escalar: “a ‘escala’ se tornou um verbo que requer precisão: escalar bem é desenvolver uma qualidade chamada *escalabilidade*, ou seja, a capacidade de expandir – e expandir e expandir – sem repensar os elementos básicos” (TSING, 2019, p. 175). Expansão ilimitada é uma das máximas do capitalismo firmadas por Marx, como vimos, e também enfatizada por Deleuze e Guattari.

Tsing (2019, p. 181) recupera o que está implicado na “escalabilidade”:

Um modelo importante do projeto da escalabilidade foi a *plantation* e, particularmente, as *plantations* europeias de cana-de-açúcar no Novo Mundo. Essas *plantations* desenvolveram formas de paisagem não sociais e padronizadas, os “*nonsoels*” (neologismo de não social – incluindo escravos,

trabalhadores e não humanos), que mostravam como a escalabilidade poderia funcionar para gerar lucro (e progresso).

Com a “plantation”, Tsing indica uma variante para um diálogo com os não coloniais, apesar de ele não ter sido explicitamente colocado pela autora.

Uma das contribuições da autora para a nossa tese está não só na “escalabilidade”, ou na não escalabilidade”, ou ainda na “vitalidade de mundos não escaláveis”, especialmente os que se constituem ou são tecidos “nas ruínas da escalabilidade” (TSING, 2019, p. 190) e os que são construídos para gerarem “paisagens multiespécies”.

Quando se concentra a atenção e o cuidado nos mundos “verdes” não desmatados como uma maneira de denotar o “pertencimento” de ou à Gaia, com as ações diminutas revigoradoras de mundos arruinados, destroçados, danificados pela “intrusão de Gaia”, abre-se uma possibilidade de diálogo entre Stengers e Tsing, especialmente no tocante às ações em mundos aniquilados.

Uma designação da nova Era é feita pela antropóloga Donna Haraway. Após passar por filosofias, literatura, antropologias, entre elas as de Stengers e Tsing, pelo Antropoceno e pelo Capitaloceno, Haraway se distancia desses dois conceitos e propõe outro “ceno”: o “Chthuluceno”.

Concretamente, la diferencia del Antropoceno o el Capitaloceno, el Chthuluceno está fecho a partir de historias y prácticas multiespecies en curso de devenir-con, en tiempos que permanecen en riesgo, tiempos precarios en los que el mundo no está terminado y el cielo no ha caído, todavía [...] (HARAWAY, 2019, p. 95).

Chthuluceno resulta de uma pequena mudança na ortografia taxonômica de uma aranha, *Pimoida cthulhu*, para “otro lugar e otro tiempo”. Com essa outra designação da “força geológica”, “una miríada de tentáculos será necesaria para contar la historia del Chthuluceno” (HARAWAY, 2019, p. 61).

Assim como Stengers e Tsing, Haraway também deseja agir. E como ainda o “jogo não terminou”,

El Chthuluceno, todavía inacabado, debe recolectar la basura del Antropoceno, el exterminismo del Capitaloceno; trocear, triturar y apilar como un jardineiro loco, hacer una pila de compost mucho más caliente para pasados, presentes y futuros aún posibles (HARAWAY, 2019, p. 98).

Diante de “futuros ainda possíveis” – mas até quando? –, uma imensa reconversão para adubar mudanças: transformar o lixo do Antropoceno e os extermínios do Capitaloceno em um composto ativado para outra era.

Se mencionamos a combinação da Filosofia com “ciências”, particularmente a Antropologia, o que se pode, preliminarmente, dizer sobre essa temática de uma nova Era pós-Holoceno em três geógrafos estudados na Plataforma antecedente, por ocasião da “geopolítica do conhecimento” e de suas incursões não coloniais?

Haesbaert (2021a, p. 10) salienta a “indissociabilidade sociedade-natureza”: “explicitada ainda mais pelas mutações climáticas (ou, mais amplamente, pelo chamado Antropoceno), fez com que também nossas concepções de território e poder demandassem uma reviravolta”; em seu mais recente livro, há uma única menção de passagem ao “Antropoceno” (HAESBAERT, 2021c, p. 206). Rememorando Stengers, Haesbaert enfatiza, em Gaia, o “pertencimento”.

Também selando a inseparabilidade sociedade-natureza, Souza (2022, p. 5) cita o “ambiente” como conceito básico e nota que este também se faz presente no colega Moore: “como as reflexões de Jason W. Moore sobre a ‘ecologia-mundo’, e o ‘Capitaloceno’, necessariamente dão o devido crédito ao conceito de ambiente”.

Centrado em explicar o conceito de natureza e relações com a sociedade, Souza (2019, p. 53-74) principia pelo Big Bang e nos dá um argumento ratificador para tratar da Terra em nossa tese, se não bastasse o já apropriado da imanência: “Isso parece um gracejo, mas não é: começar a discussão pelo cosmos ou universo, ou mais especificamente por sua origem, tem uma utilidade insuspeitada para uma discussão de conceitos espaciais como espaço geográfico e ambiente”.

Ao longo de sua explanação, Souza passa pela “ação humana deliberada” pela “ciência e tecnologia”, e pela “não deliberada (é) decorrente dos ‘danos colaterais da civilização capitalista-industrial’, como a poluição e a degradação ambiental em escala global” (SOUZA, 2019, p. 51), e as oriundas

da biotecnologia à decodificação do genoma humano, das cada vez mais numerosas próteses que substituem partes do corpo humano à onipresença dos efeitos antropogênicos na Terra através da mudança climática e do aquecimento global, do lixo nos oceanos ao aumento de chuva ácida e similares (SOUZA, 2019, p. 62).

Na minuciosa análise da natureza relacionada à sociedade, e dessas evidências da e na Terra, não foi constatado na última obra desse geógrafo o debate sobre a “força geológica” motriz de drásticas transformações tanto na natureza quanto na sociedade.

Diante do propósito firmado, ao nosso ver, Souza (2019, p. 10-13), em que pese procurar restabelecer interações entre a “geografia física” e a “geografia humana”, buscando construir com múltiplas fundamentações uma “geografia ambiental”, pode desencadear, estimular ou levar a mais uma segmentação na e da “geografia” – o que conflitaria com seus próprios propósitos de ser uma “ponte” para religar a partição consagrada entre natureza e cultura.

Apesar disso, nos interessa de perto essa observação de Souza (2019, p. 15):

Talvez ainda não seja tarde para os geógrafos plasmarem uma imagem pública em que apareçam como protagonistas de debates coletivos em torno de assuntos como a dinâmica ecossocial no Antropoceno (ou, mais criticamente falando, Capitaloceno), os impactos social e espacialmente variáveis da mudança climática global [...].

Então, indagaríamos: por que não protagonizarmos uma geoanálise movimentada por uma atualização da Terra e de suas forças moventes?

Seguindo o critério de selecionar o trabalho mais recente sobre esse tema publicado pelos geógrafos brasileiros escolhidos, o terceiro, Carlos Walter Porto-Goncalves, especifica um “Antropoceno”, aquele datado a partir da Revolução Industrial. Critica-o e a resume (Era) após “buscar” (provisoriamente) o “Capitaloceno”:

Outros conceitos haveremos de buscar para sermos mais precisos do que o de Antropoceno. Capitaloceno? Sim, na medida em que nos obriga a considerar que a espécie humana – *Homo Sapiens sapiens* – enquanto categoria biológica não dá conta da práxis humana que, sempre, se dá através de relações sociais e de poder mediadas culturalmente (PORTO-GONÇALVES, 2020, p. 16).

Porém, ao constatar que o “Capitaloceno” “não dá conta da complexidade do que está em curso”, notadamente nas lutas relativas ao “território” na América Latina, Porto-Gonçalves (2020, p. 19) encerra o seu artigo sem optar por outro “...ceno”: “Quem sabe esses grupos/classes sociais que nos oferecem outros repertórios de temas/questões/valores possam nos inspirar a fazer outros mapas que nos ajudem a navegar nesses outros mares. A questão é, portanto, epistêmica e política”.

Bastaria, então, atermo-nos às colonialidades do saber, do poder, da natureza e do ser, à “interculturalidade”, tais como aparecem destacadas em Malheiro, Porto-Gonçalves e Michelotti (2021, p. 15-17, p. 122, p. 190)? Como ficaria a “ecologia decolonial”, entre outras não coloniais, e a “força geológica” dizimadora das “*plantations*”, da “escravidão”, enfim, da colonialidade?

Em meio a uma formidável constelação de divergências nesse debate dos processos de destruição de vidas, e da Era que poderia estar associada a eles, retorna a “geo-história”, vista na Plataforma anterior. Só que ela está redirecionada para nomear a explosiva força geológica recente, mas que não só já tem deixado os seus marcadores na Terra como também compromete tempos vindouros.

Para expressá-la, extraímos pequenos trechos:

a) Danowski e Viveiros de Castro (2017, p. 111): “a diferença de magnitude entre a escala da história humana e as escalas cronológicas da biologia e da geofísica diminuiu drasticamente”;

b) Latour (2020, p. 80): “Sobre a aceleração da história já se tinha ouvido falar; mas que essa história pode acelerar também a história geológica é o que nos mergulha na estupefação”;

c) Moore (2022, p. 156): “da história geológica a geo-história”;

d) Alliez e Lazaratto (2021, p. 389-390): “a ameaça climática diz respeito a uma geo-história que fez da ruptura do equilíbrio da Terra um acontecimento”;

e) Haraway (2019, p. 86): “esa Historia debe dejar lugar a geohistorias, a historias de Gaia”;

f) Chakrabarty (2021, p. 22): “Ahora lo que se reivindica es que los humanos son una fuerza de la naturaleza en el sentido geológico”.

Com essa geo-história ressignificada, em uma Terra atualizada no Terraceno, passamos à segunda componente da geonálise pretendida: a extensão e a intensão, suas diferenças e relações, agenciamentos com geografias e histórias, e, com cautela, com espaços (-, e) tempos.

- *PLATAFORMA 4ª D: Espaços (-, e) Tempos*

Quando se escreve espaço-tempo ou tempo-espaço, ou ainda outras variações – espaçotempo, espaço, tempo –, para além dos sinais gráficos usados, há diferenças conceituais ou não?

Espaço pode ser tomado como “geo” e tempo como história? Então, geo-história = espaço-tempo? Em Deleuze, e em Deleuze e Guattari, relações espaço, tempo, e vice-versa, são elaboradas e recebem grafias distintas ou não? Outras questões relevantes sobre espaço e sobre tempo em Deleuze e Guattari, suas interações ou não, encontram-se em uma análise de Zanotelli (2014), em diálogo com Modenesi, particularmente com sua tese (2009).

Deleuze, em cursos sobre filósofos, ao final dos anos 70 e no início dos anos 80, século passado, tratou, em suas aulas, de maneira “didática”, o espaço, o tempo na filosofia. Seguindo o itinerário de uma das aulas:

es cierto que en la filosofía del siglo XVII se trata de “yo pienso el espacio”. Y que es nombre del espacio que ellos se otorgan el derecho de considerar que finalmente el tiempo es muy secundario y que, desde entonces, puedo constituir una serie indefinida en el tiempo como una colección de simultaneidades en el espacio (DELEUZE, 2008b, p. 357).

Adiante, Deleuze indica “una mutación en el pensamiento cuando este se confrontó ya no a su relación directa con el espacio sino a su relación directa con el tiempo”. Ressalvando estar indo “verdaderamente a vuelo de pájaro” na aula, expõe: “Es esto lo que definió el pensamiento moderno durante mucho tiempo: el descubrimiento del tiempo, del hecho de que yo sea un ser temporal, y no simplemente un ser espacial”. E não deixa de inserir esse “descobrimento” do tempo em um certo tempo: “Digo que a partir del siglo XVIII lo que produce la ruptura, lo que produce esta reacción contra la filosofía clásica es ese descubrimiento” (DELEUZE, 2008b, p. 358-359).

Essa “mudança de orientação”, no pensamento, do espaço para o tempo foi desfechada por Kant: “Y si Kant tiene algo que ver en la fundación del romanticismo alemán, es porque fue el primero en hacer esta especie de cambio de orientación muy, muy flerte en filosofía” (DELEUZE, 2008b, p. 360).

Na primeira das “quatro fórmulas poéticas que poderiam resumir a filosofia kantiana”, Deleuze (2011b, p. 41) inscreve que “a porta fora dos gonzos significa a primeira grande reversão kantiana: é o movimento que se subordina ao tempo. O tempo já não reporta ao movimento que ele mede, mas o movimento ao tempo que o condiciona”.

Se essa “primeira fórmula poética” já poderia atender ao nosso presente trabalho, no tocante à descolagem do tempo em relação ao espaço, não há, ainda assim, como não mencionar o curso de Deleuze, “Kant y el tiempo”, em que ele busca esclarecer “mistérios” dessa “fórmula”: “Ven cómo se hace la repartición: el espacio es la forma bajo la qual algo exterior me afecta y el tiempo es la forma bajo la qual yo me afecto a mí mismo. Es aún más misterioso que el tiempo sale de sus goznes” (DELEUZE, 2008c, p. 43).

Nesse curso sobre Kant, apresentam-se “imágenes” para marcar a passagem do tempo girando nos gonzos para o tempo que deles evade, entre elas: “Ven que la línea cíclica – cuando el tiempo es cíclico – es una línea que delimita el mundo. Decir que el tiempo deviene línea recta pura quiere decir que ya no delimita el mundo, sino que va a atravesarlo” (DELEUZE, 2008c, p. 49-50).

Surge outro sentido de limite, de delimitação para “passagem” ao limite – levando-nos a indagar como pensar nos atravessamentos escalares, espaciais e temporais.

No mais extenso dos cursos publicados em livro, o sobre cinema, Deleuze (2009a, p. 20) começa com “las tesis de Bergson sobre el movimiento”. Antes de enunciá-la, “Bergson tiene una idea que señala al mismo tiempo la marcha de la filosofía: el mundo en el cual vivimos es un mundo de mezclas, las cosas están siempre mezcladas”. E, evitando encontrar o “puro”, adverte: “Las partes de una mezcla no están menos mezcladas que la mezcla misma”. Mezclas no mundo, no todo, e también mezclas nas partes.

Então, para Bergson, “en el mundo de la percepción es siempre así, porque lo que nos es dado son siempre mixtos de espacio y de tiempo; y que eso es catastrófico para el movimiento, para la comprensión del movimiento” (DELEUZE, 2009a, p. 22).

Assim, tendemos “a confundir el movimiento con el espacio recorrido, intentamos reconstituir el movimiento con el espacio recorrido. Y desde que nos lanzamos a una

operación semejante, ya no comprendemos nada del movimiento” (DELEUZE, 2009a, p. 22).

No “misto espaço-tempo”, nessa primeira tese de Bergson, nota-se a con-fusão do “movimento” com o “espaço percorrido”, e isso compromete o entendimento do movimento – tempo.

Em uma passagem esclarecedora do curso, Deleuze (2009a, p. 22) salienta:

Bergson disse que es evidente, que el espacio recorrido es fundamentalmente, esencialmente divisible y, al contrario, el movimiento como ato de recorrer un espacio es indivisible. No es espacio, es duración, y es duración indivisible? En qué nivel estamos? En el más simple: la oposición categórica entre el espacio divisible y el movimiento-duración indivisible.

Qualifica que o movimento se dá em um intervalo e não se deixa medir por um “tempo homogêneo abstrato”. Um exemplo auxilia no entendimento da “irreducibilidade” de um movimento ao outro, em intervalos diferentes: “Quiere decir que hay todo tipo de movimientos irreducibles: está el paso del caballo, y el paso del hombre, y el paso de la tortuga...” (DELEUZE, 2009a, p. 24).

O que ocorre quando se sacrifica o movimento com posições no espaço, segundo Bergson, mas visto por Deleuze: “Sea con posicionamientos, sea con instantáneas, se sacrifica el movimiento a lo inmóvil y la duración a un tiempo uniforme”. Assim, é crucial o conceito de “duração”: “es la continuación misma de un instante en el otro” e “no la manera en que un instante sucede a otro” (DELEUZE, 2009a, p. 38).

No segundo livro sobre esse curso de cinema, Deleuze (2011a, p. 554-557) aponta o que aproxima e o que afasta Bergson de Kant, notadamente no que tange às diferenças quanto ao “tempo interior”, bem como faz um amplo e alongado resgate de concepções do extensivo e do intensivo.

A partir desse resgate, o quadro 2, a seguir, procura retratar, e lembrar, o já exposto na Plataforma 1ª D, sobre a extensão e a intensão. O intuito é facilitar a releitura das características desses dois conceitos e evitar qualquer tentação apressada, a partir das exposições anteriores, de contrapor, indistintamente, espaço x tempo.

Sendo assim, procura-se criar uma proposta conceitual para tratar: espaço-tempo; espaçotempo; espaço, tempo. Todas essas possíveis grafias estabelecem correspondências desses termos à extensão e à intensão, pluralizando-os por meio de distintas mesclas: espaço extensivo e tempo intensivo, ambos intensivos, espaço intensivo e tempo extensivo, e, por aí, em diante.

Procura-se, nessa proposta, inserir as escalas geográficas e também a escala geológica, na medida em que ganha ampla presença na “força” destruidora da Terra em debate; parece-nos que no Terraceno a “intrusão”, por exemplo, se dá no tempo intensivo.

Quadro 2. Extensão e Intensão: algumas características diferenciadoras

EXTENSÃO	INTENSÃO
Divisível (partes)	Indivisível (graus)
Medir (partes justapostas)	Ordenar
Cardinal	Ordinal
Intervalo	Instante
Magnitude (soma)	Distância (em relação a zero graus)
Tempo deriva do Espaço	Tempo, Espaço

Fonte: Elaborado a partir de Deleuze (2011a, p. 429-486)

Sendo assim, nossa proposta conceitual abrange, a partir da extensão e da intensão, como espaço (-, e) tempo podem ser considerados. Inicialmente, tomemos em separado cada um deles, tanto na extensão quanto na intensão. Assim:

a) extensão: espaço e tempo extensivos, redundando nesta tradução gráfica: espaço-tempo, em que a supremacia do espaço subordina o tempo em suas respectivas medições. A escala geográfica, espacial ou temporal, e a escala geológica ficam posicionadas na extensão;

b) intensão: espaço e tempo intensivos, desdobrando-os em espaço, tempo ou em espaço e em tempo, libertando o tempo do espaço, ambos com suas gra(u)dações.

Essa primeira parte da nossa proposta conceitual foi elaborada a partir da seguinte constatação: Deleuze e Guattari usam espaço e tempo conjuntamente sem o devido rigor de distingui-los, seja de maneira gráfica (-, e), seja acompanhado da qualificação extensão ou intensão. Ilustremos essa constatação com exemplos.

Começemos com “espaço e tempo” indiscriminado. Em “Kant y el tiempo” (curso dado em 1978), Deleuze (2008c, p. 54) explica, a partir desse filósofo alemão: “El espacio y el tiempo son cantidades extensivas. No hay dificultad”. Mas, no parágrafo seguinte: “Pero lo real en el espacio y en tiempo no posee solamente una cantidad extensiva, posee también una cantidad intensiva”.

Pulando para *O que é a filosofia?* (1992):

Fala-se hoje da falência dos sistemas, quando é apenas o conceito de sistemas que mudou. Se há lugar e tempo para criação de conceitos, a essa operação de criação sempre se chamará filosofia, ou não se distingue da filosofia, mesmo se for dado um outro nome (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 17).

Lugar entra no “lugar” de espaço – e, ambos, mencionados genericamente. Da mesma forma, a qual dos tempos está se referindo?

Ainda nessa mesma obra, no capítulo mais trabalhado nesta nossa tese, “Geofilosofia”, geografia e história assumem o “lugar” de espaço e tempo, ficando a primeira associada ao intensivo e a segunda, à extensão, mas sem explicitá-las assim, conforme mostrado em Plataforma anterior – requerendo, para se alcançar tal entendimento, um esforço hercúleo de releituras.

Ao final da entrevista ao filósofo italiano Toni Negri, em 1990, Deleuze se manifesta sobre significados de “acreditar no mundo”, e, em um deles, associa-o a “espaços-tempos”, gerando uma questão: “Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos” (DELEUZE, 2013, p. 222). Esse “espaço-tempo” seria de extensão? Mas não é no intensivo, ainda que articulado ao extensivo, que se processam e desabrocham novas criações? Não seria, então, engendrar espaço e tempo (sem hífen)? Logo, intensivos!

As leituras se complicam, ainda mais, devido às indistinções entre espaços e tempos, o que se tornou uma torrente de desafios que desaguaram naquela nossa proposta conceitual anterior. Essa complicação se agrava quando se adicionam traduções diferentes em um mesmo texto, no caso o prefácio à edição italiana de *Mil Platôs* – também usado na edição do mesmo livro no Brasil.

Pois bem. Constatam-se duas traduções destoantes relacionadas às “multiplicidades”, em Deleuze e Guattari, e em Deleuze, com qualificações diferentes de espaços e tempos. Em uma, se traduz por “princípios característicos”; e na outra, pelas “principais características”. Um dos “princípios” refere-se “a seus espaços-tempos, que são espaços e tempos *livres*” (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 10); já as “características”, “aos seus espaços-tempos, que são espaços e tempos *lisos*” (DELEUZE, 2016, p. 329-330). Então, “*livres*” ou “*lisos*” podem acarretar proximidades e afastamentos interpretativos.

Na nossa proposta, espaços-tempos dizem respeito ao extensivo, o que leva a uma colisão com o pós-vírgula: “espaços e tempos *livres*”, ou seja, discernir (pelo e) espaços e tempos ensejaria o intensivo; “espaços e tempos *lisos*” aplainam o caminho para a segunda parte de nossa proposição.

Um terceiro exemplo sobre a indistinção espaço tempo na extensão e na intensão também se constata nessa passagem de Deleuze (2015, p. 84):

En efecto, se trata de dos maneras muy diferentes de estar en el espacio-tiempo. Sería interesante buscar cuáles son las diferencias entre los dos espacio-tiempos, el espacio-tiempo abierto de las multiplicidades numerosas y el espacio-tiempo cerrado de las multiplicidades poco numerosas.

Essas “diferenças” voltam pouco mais adiante, quando se passar para o espaço estriado e o espaço liso.

Vistos esses três exemplos contrastantes na primeira parte desta nossa proposta, nos quais espaços, tempos são usados indistintamente, predominantemente separados com hífen, a seguir, na segunda parte, espaço tempo passam a não só ter escritas com hífen ou “e” como também são adjetivados mediante o extensivo e o intensivo.

Todas as designações, a seguir, referentes a essas adjetivações foram extraídas de Deleuze, de Deleuze e Guattari.

Sendo assim, no espaço-tempo na extensão, há o “espaço estriado” e o tempo ligado ao deus *Chronos*. Já no espaço intensivo, há o “espaço liso” e, no tempo intensivo, a maior presença conceitual a ele vinculado chama-se deus *Aion*, “acontecimento”, “devir”.

Apesar de essa apresentação seguir o esquema do espaço e do tempo extensivo e intensivo, os respectivos espaços, de acordo com esse esquema, aparecem comumente juntos nos textos de Deleuze e Guattari, formando o par estriado e liso.

Da mesma forma, nos tempos, predomina a tônica no “acontecimento”, no “devir”, e o tempo cronológico geralmente está embutido na História.

Contudo isso não deve descambar para pares de espaços e tempos dualísticos, mas devem ser tratados como “mesclas” ou “mistos”, o que já foi frisado em outras situações nesta tese, porque os pares (re)aparecem assiduamente nas obras de Deleuze e Guattari.

Desdobrando a segunda parte da proposta, o tempo entra em cena, encena e é encenado: “*Chronos y Aion* son nociones que tienen toda una historia en la historia de la filosofía. *Chronos* es el número del movimiento. *Aion* también es el tiempo, pero es un tiempo mucho menos simple de comprender” (DELEUZE, 2005a, p. 350).

Para Deleuze (2005a, p. 351-352), *Chronos* “es siempre un tiempo territorializado”, como um ritornelo, uma forma sonora simples, pulsada (como uma cantiga de ninar, marcando o território para uma criança). *Aion*, por sua vez, abrange “un movimiento de desterritorialización es el desarrollo de un tiempo no pulsado”.

Esse “tempo territorializado” reitera a subordinação do tempo ao espaço, associando-o à cronologia, ao sequencial e ao linear, subordinando-o à concepção decorrente de evolução, da origem a um fim. Portanto, o tempo da extensão é o cronológico, e se coaduna com espaços conformados e sob medidas, entre eles a escala espacial e a escala temporal: passado-presente-futuro.

Com outros dizeres, esses dois tempos estão em Deleuze e Guattari (2012b, p. 51), ao mostrarem que “a individuação de uma vida não é a mesma que a individuação do sujeito que a leva ou a suporta”, assim como

não é o mesmo tempo, a mesma temporalidade. *Aion*, que é o tempo indefinido do acontecimento, a linha flutuante que só conhece velocidades, e ao mesmo tempo não para de dividir o que acontece num já-aí e um ainda não-aí, um tarde-demais e um cedo-demais simultâneos, um algo que ao mesmo tempo vai se passar e acaba de se passar. E *Cronos*, ao contrário, o tempo da medida, que fixa as coisas e as pessoas, desenvolve uma forma e determina um sujeito.

Aion recebe outros títulos, intensivos: “acontecimento”, “devir”, “hecceidades” guardam interações. Ao notarem os apreciados “nomes próprios” dados pelos meteorologistas e militares a uma “operação estratégica” e a um “tufão”, os dois filósofos franceses assinalam que “o nome próprio designa antes algo que é da ordem do acontecimento, do devir ou da hecceidade” (DELEUZE; GUATTARI, 2012c, p. 54).

No capítulo “Geofilosofia”, em uma mesma página vemos não só a relação entre devir e acontecimento bem como com a História, no caso em sua versão cronológica, e a Geografia, na sua vertente intensiva, que estamos incluindo na geoanálise: “Mas o devir é o próprio conceito (em substituição à ‘utopia’). Nasce na História, e nela recai, mas não pertence a ela. Não tem em si mesmo nem início nem fim, mas somente um meio. Assim, é mais geográfico que histórico” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 143).

E, bem próximo: “O que a História capta do acontecimento é sua efetuação em estado de coisas ou no vivido, mas o acontecimento em seu devir, em sua autoposição como conceito, escapa à História” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 143).

Ao explicarem que o devir, que o acontecimento se dá na história, mas se evade dela, ficam bem claras uma história extensiva e outra intensiva, além de ficar reafirmado que aquela geografia da geofilosofia só pode ter a ver com devir, com acontecimento – e é isso que lhe dá condições de descultuar a história, ah!, aquela extensiva.

Como considerar, então, o acontecimento que se dá com e na história, mas dela “sai fora”? Deleuze e Guattari recorrem ao escritor francês Charles Péguy: “É num grande livro de filosofia que Péguy explica que há duas maneiras de considerar o acontecimento”: a primeira, com “o condicionamento e o apodrecimento na história”; a segunda, “em rejuvenescer ou envelhecer nele de uma só vez”. E nos convoca a acontecer ou virar acontecido: “Pode ser que nada mude ou pareça mudar na história, mas tudo muda no acontecimento, e nós mudamos no acontecimento” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 144).

Além das influências da literatura, da poesia, a música também transborda para o espaço e para ou no tempo. “Boulez distingue para la musica un espacio al que llama estriado y un espacio liso” (DELEUZE, 2014, p. 85).

O espaço estriado “se define por tamaño y medida” – no qual se inclui a escala geográfica, não custa repisar –; e “el espacio liso es un espacio abierto que no posee unidad de medida, ni tempo, ni pulso” (p. 85).

O geógrafo Raul Borges Guimarães, em “Escala Geográfica e Partitura Musical: considerações acerca do Sistema Modal e Tonal”, capítulo da obra *Espaço e cultura: pluralidade temática* (2008), abre uma perspectiva não de se prosseguir nesse tom da escala-música, como de diálogo do liso e do estriado com o modal e o tonal, esperando não desafinar nas subidas e descidas das partituras.

“O Liso e o Estriado” intitulam o penúltimo platô. Ganham abordagens específicas de acordo com seis “modelos”: “tecnológico (têxtil), musical, marítimo, matemático (as multiplicidades), físico, estético (a arte nômade)” (DELEUZE; GUATTARI, 2012c, p. 191).

Atendo-se ao “modelo marítimo”, o “liso é direcional (nômade), e não dimensional ou métrico (sedentário, estriado)”. Esse “modelo” permite-nos apreender as relações entre o liso e o estriado, e as relações entre terra, mar e ar: “O espaço marítimo foi estriado em função de duas conquistas, astronômica e geográfica”; e “o mar, arquétipo do espaço liso, foi também o arquétipo de todas as estriagens do espaço liso: estriagem do deserto, estriagem do ar, estriagem da estratosfera (que permite a Virilio falar de um ‘litoral vertical’ como mudança de direção)” (DELEUZE; GUATTARI, 2012c, p. 199). Uma atualização dessa última citação não passaria por uma estriagem emaranhada entre ar (para muito além da estratosfera), terra e mar? Precisamos retomar isso.

Para não ficar em uma “oposição simples entre o liso e o estriado”, nesse “modelo marítimo”, em cada situação “ela nos remete a complicações, alternâncias e superposições muito difíceis” (DELEUZE; GUATTARI, 2012c, p. 202).

Saindo do “modelo marítimo”, um exemplo duro dessas “complicações, alternâncias e superposições”, das “mesclas e mistos” entre espaço estriado e espaço liso, se dá nas convivências do ilegal e do legal, da desordem e da ordem, dos crimes-tráficos nas

idades estriadas pelo Estado. Ou seja, estão abertas inúmeras possibilidades de experimentações desses espaços (-, e) tempos em seus diversos entroncamentos.

Misturando a primeira e a segunda partes da nossa proposta espaço (-, e) tempo, descortinamos, na extensão e na intensão conjuntamente e cruzadamente, as ligações e as tensões entre acontecimento e espaço liso; entre tempo cronológico e espaço estriado; entre movimentos “desestriando” ruas, praças... Com o entendimento obtido nesta proposta de espaços (-, e) tempos, outras perspectivas de desreembará-los é mais uma das lacunas desta tese – e passa por muitas experimentações a serem feitas.

Nessas experimentações, também será possível articular espaços (-, e) tempos com outros conceitos de Deleuze e Guattari (2012c, p. 192), como neste caso: “O espaço liso e o espaço estriado – o espaço nômade e o espaço sedentário –, o espaço onde se desenvolve a máquina de guerra e o espaço instituído pelo aparelho de Estado – não são da mesma natureza”.

Ligeiramente, outra redação de articulações conceituais mostra como espaços se enredam e são enredados por outros, em uma trança mutante e mutável: “o espaço sedentário é estriado, por muros, cercados e caminhos entre os cercados, enquanto o espaço nômade é liso, marcado apenas por ‘traços’ que se apagam e se deslocam com o trajeto” (DELEUZE; GUATTARI, 2012c, p. 55).

Voando, também, Deleuze e Guattari (2012c, p. 63) enfatizam o papel fundamental do Estado em estriar o espaço: “Uma das tarefas fundamentais do Estado é estriar o espaço sobre o qual reina” – no que as escalas se constituem em dispositivos para disciplinar e controlar o e no espaço – “ou utilizar os espaços lisos como um meio de comunicação a serviço de um espaço estriado”. Portanto, o Estado se apropria de espaços lisos, estriando-os, por exemplo, por meio de políticas públicas à esquerda, também. E, especificamente, por meio de escalas.

- *ESCALA 7 – A escala estatizada ou a estatização da escala constrói o pensamento escalar hegemônico*

Assim como Deleuze e Guattari, também o sociólogo francês Bourdieu, ainda que com outros termos, atesta o Estado como efetuidor de divisões e classificações do espaço, estriando-o:

O Estado está em estado (se posso dizer) de impor de maneira universal, na escala de certa instância territorial, princípio de visão e de divisão, formas simbólicas, princípios de classificação, o que costume chamar de um *nomos* – lembrando a etimologia proposta por Benveniste segundo a qual *nomos* vem de *nemo*, “partilhar”, “dividir”, “constituir partes separadas” por uma espécie de *diachrisis*, como diziam os gregos, de “divisão originária” (BORDIEU, 2017, p. 228).

Para Bourdieu (2017, p. 203), complementando: “O Estado é a instância legitimadora por excelência, que ratifica, soleniza, registra os atos ou as pessoas, fazendo aparecer como óbvio as divisões ou classificações que ele institui. O Estado não é um simples instrumento de coerção”.

Deslocando essa afirmação citada para o espaço, em particular para as escalas geográficas, a “legitimação”, a “ratificação” e as “divisões” não consagraram a estruturação do Estado-nação como o referencial hegemônico de um pensamento no e a partir do Estado? Esse “pensamento” não teria se tornado “óbvio” e “naturalizado” em uma prática constante, especialmente quando se cai ou tropeça nas divisões político-administrativas instituídas pelo Estado para usar informações e estatísticas “oficiais”? Da mesma forma, isso não se consuma quando o Estado se apropria e ratifica “territórios de luta de povos originários”?

O professor Cláudio Luiz Zanotelli e o doutorando Roberto Garcia Simões (2019, p. 6-7) especificam a postura de Bourdieu sobre o “pensamento de Estado” e ensaiam uma aproximação com “linhas” de Deleuze e Guattari para uma interpretação da escala não essencialista.

A organização do Estado federativo em níveis, quer dizer, em escalas estatais, passa pela institucionalização do municipal, do estadual, do regional e do nacional, de forma fixa, rígida, com limites sem qualquer flexibilidade e difíceis de serem alterados, requerendo procedimentos políticos para tanto.

Essas características da delimitação de uma federação destoam ou não da escala considerada como “construção social”, como mutável? Quando muito, por ser uma “construção” estatalmente regulada, as frações sociais se deparam com controles que obstaculizam mudanças, permitindo ensaios não legais.

Disso podem decorrer conflitos e tensões que se dão entre o escalar estatal e o escalar teórico construído e moldado nos processos sociais e políticos. É frequente esse

segundo processo escalar ser ajustado e acoplado ao primeiro estatal, quando se passa da “teoria” escalar para o “empírico” escalado. Isso se agiganta, e se torna quase forçoso, quando são usadas estatísticas agregadas de acordo com as escalas estatais. Portanto, não é incomum em muitos trabalhos um conflito entre a escala teoricamente definida e a escala praticada para o uso de informações oficiais.

Esse conflito foi enfrentado pelo pensador Francisco de Oliveira ao buscar adequar o conceito de “região” por ele elaborado à região político-administrativa Nordeste estabelecida pelo Estado nacional. O “choque” ocorrido entre a teoria sobre a região e os limites administrativos é assim explicitado:

centra-se no conflito entre a abordagem de região que aqui se propõe e os limites territoriais-político-administrativos das regiões. No caso sob exame, do Nordeste do Brasil, dificilmente se conseguirá evitar o ter de enquadrar a “região” econômica e política nos limites das divisões territoriais-políticas dos Estados que compõem o Nordeste brasileiro (OLIVEIRA, 1987, p. 32).

Fica notória a discrepância nesse ajuste de escalas, a teórica e a estatal. E não se limita a esse exemplo “regional”, apesar do empenho de se construir recortes teóricos não encaixados nessas escalas político-administrativas. Contudo, nessa desacoplagem, acabam prevalecendo as escalas institucionalizadas pelos poderes de Estado, sendo o principal motivo prático o uso de informações oficiais.

Também em termos de políticas públicas e gestões governamentais, são também frequentes e crescentes os descompassos entre a rigidez dos limites das escalas instituídas em um dado momento pelo Estado, especialmente a nacional, a estadual, a municipal, e as aceleradas transformações que “rompem” com esses contornos historicamente e rigidamente moldados – ou os tornam defasados.

Isso gera tensões e impasses entre o planejamento e a gestão do Estado, cujas competências legais são distribuídas segundo as escalas que integram a Federação. Tomando como exemplo desafios que vão além da “competência municipal”, como no caso de uma “região metropolitana”, a frequente sujeição ao recorte escalar de estudos e de pesquisas, além de comprometer marcos teóricos adotados, impacta decisivamente resultados projetados ou esperados em função dos limites territoriais pretéritos. Uma região metropolitana não é encaixável na soma de limites municipalizados.

Diante desses desentrosamentos conflituosos, Francisco de Oliveira (1987, p. 32) reafirma-os: “Quando se passa ao nível do concreto, no entanto, o choque mais profundo ainda não reside no que foi exposto anteriormente, mas centra-se no conflito entre a abordagem que aqui se propõe e os limites territoriais-político-administrativos das regiões”. É muito difícil encontrar saídas para entrosar abordagens e limites especializados institucionalmente.

Font e Rufí (2006, p. 215) elaboram uma pergunta relacionada ao escalonamento estatal: “Bem, estes níveis correspondem às divisões territoriais estabelecidas oficialmente?”. E assumem a imobilidade dele (e delas):

Os coletivos humanos têm laços de identificação estabelecidos em diferentes escalas territoriais, e são capazes de mover de uma à outra com grande facilidade. O ser humano muda com grande habilidade o nível de abstração territorial desde o nível mais íntimo (o lar), ao nível local (o povoado, o bairro), ao municipal/regional, ao nacional/estatal, ou mesmo ao universal.

Em função dessa imobilidade das escalas estatais estabelecidas, relatam que a correspondência entre aqueles “níveis” do ser humano e essas escalas oficiais é inexata: “a grosso modo, sim, mas quase nunca com exatidão” (FONT; RUFÍ, 2006, p. 215).

Outro ator voltado ao regional nos estados federativos, Dallabrida, em “La escala en los procesos de gestión del desarrollo: revisión teórica, análisis de experiencias y aportes a la investigación”, após um resumo cobrindo um amplo espectro de autores nacionais e internacionais, apresenta três “focos” de debates no Brasil: a) “el debate teórico-conceptual”; b) “el debate enfocado en el desafío de construir el desarrollo en múltiples escalas espaciales e instancias de poder”; c) “el debate sobre la escala en los espacios públicos brasileños descentralizados direccionados a la gestión del desarrollo” (DALLABRIDA, 2010, p. 203). E, logo depois, trata das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional e dos Conselhos de Desenvolvimento Regional nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Duas perguntas operacionais suscitadas por essas visões do autor emergem: a “multiescalaridade” também pode ser “estatizada” e aplicada no estudo de “experiências” estaduais de “governança territorial” do “desenvolvimento regional”? O Estado é que seria tomado como “construtor social” das suas escalas?

Ainda nesse ponto operacional, Tânia de Araújo Bacelar e Antônio Carlos Galvão (2015, p. 33), ao formularem uma “Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)”, diante da “complexidade do território brasileiro”, evidenciam a recorrente multiescalaridade também no Estado:

Política requer uma abordagem em múltiplas escalas. Não só os elementos das agendas de desenvolvimento possuem espacialidades variadas, como também existe a necessidade de articular iniciativas dos vários entes federados e da sociedade civil em torno de objetivos, diretrizes e metas comuns, compartilhados por todos.

Mas o “fecho” é restritivo ao que está definido pelo Estado: “As escalas de atuação determinam, em larga medida, as agendas efetivas da PNDR e ajudam a traçar as linhas de distinção entre ela e as demais políticas” (BACELAR; GALVÃO, 2015, p. 33). As escalas definidas são: “nacional”, “macrorregionais”, “sub-regionais” e “mesorregionais”, todas legalmente conformadas e confirmadas.

Para analisar o “discurso de uma política pública”, Steinberger (2013, p. 111) estabelece três grupos de parâmetros: “o conteúdo formal da proposta, o ‘jogo político’ do fazer política e a abordagem espacial-territorial”. Ainda que centradas na categoria de território, entretanto, no segundo parâmetro – “jogo político do fazer política” –, as “escalas geográficas de ação” estão consideradas.

A autora expõe também que a “interesalaridade, um dos temas mais discutidos no âmbito das Ciências Sociais, pressupõe que os fenômenos transcendem uma escala única e se cruzam em escalas geográficas de ação” (STEINBERGER, 2013, p. 111).

Na referida análise das políticas públicas nacionais sob esse prisma escalar, estão as seguintes perguntas: “Como são definidas as questões de interesse nacional em cada política? De que maneira a noção de escala aparece? Que escalas são consideradas? As escalas são tratadas de maneira isolada ou articulada?” (STEINBERGER, 2013, p. 107). Não só as políticas públicas guardam aderência às escalas estatais como também é ampliado o leque de designações das relações escalares sob o título da “interesalaridade”; relembrem-se trans, multi, pluri, tomados indiferenciadamente.

Ao procurar precisar limites para a “geografia política”, Castro (2005, p. 53) enfatiza:

Reitero que a geografia política analisa como os fenômenos políticos se territorializam e recortam espaços significativos das relações sociais, dos seus interesses, solidariedades, conflitos, controle, dominação e poder. Numa linguagem geográfica, estes espaços podem ser identificados como fronteiras, centro, periferia, guetos, unidades políticas etc.

Em seguida, ressalta o papel e o alcance das escalas: “Para a análise desses espaços, o recurso ao artifício da escala tem sido uma perspectiva adequada porque identifica o significado das escalas de ação institucional e os recortes territoriais produzidos por essa ação” (CASTRO, 2005, p. 53). A ação é adstrita ao institucional, ainda que em outro momento admita os “atores sociais”:

Ultrapassar os limites de modelos explicativos estruturais abrangentes impõe à geografia retomar o que tem sido pouco pensado na disciplina: o Estado, ator institucional, e os atores sociais. Ambos definem escalas dos fenômenos políticos que recortam o espaço de forma diferenciada e impõem uma realidade complexa que não pode ser compreendida a partir de uma escala apenas (CASTRO, 2005, p. 79).

Contudo o que podem os “atores sociais” nessa concepção de “geografia política”? Para “avançar um conceito de espaço político que contribua para delimitar o campo de geografia política e que seja ao mesmo tempo operacional para suas pesquisas”, duas proposições são formuladas por Castro (2005, p. 93):

A primeira proposição, ainda geral, é que espaço político é aquele circunscrito pelas ações das instituições políticas e pelas forças instituintes, que lhe conferem um limite, dentro do qual há efeitos identificáveis e mensuráveis. As instituições políticas, por sua vez são aquelas cujas decisões e ações, apoiadas por normas, leis e regulamentos, afetam amplamente diferentes instâncias da vida social, e as forças instituintes são aquelas exercidas por atores sociais que se organizam para institucionalizar suas demandas nos limites de um território legitimamente definidos para estas decisões e ações. Podendo (sic) estes limites se estender da escala local à global.

Sobressaem dois aspectos: (a) a questão do significado, do alcance do limite e o que engendra a sua delimitação; e (b) o “instituinte” está limitado pelo “instituído”?

Isto é: reiterando o que já foi colocado, o que é tecido pelos atores sociais acaba sendo apropriado e institucionalizado pelo Estado? Há uma espécie de estatização da escala, que busca, em um primeiro momento, instituir, mas logo é instituída? Como isso constrange a autonomia dos movimentos que lutam por assegurar ou reaver territórios usurpados?

Essas questões se processam nas linhas segmentarizadas – e que não se resumem à linha molar, codificada pelo Estado, e à escala –, sendo que as linhas integram a terceira componente da geoanálise.

Castro afirma, ainda, que, como

recurso analítico e didático, tomamos que as escalas dos fenômenos políticos institucionais da modernidade são aquelas que recortam os territórios locais, regionais, nacionais e o global. [...] Mesmo se estes fenômenos reproduzem em mais de uma escala, a consideração de cada uma e a articulação entre elas é necessária (CASTRO, 2005, p. 54).

Antes de mencionar algumas tentativas de “passar por cima” das escalas, mas preservando-as, o uso destas no desenvolvimento se dá na tese de Anelise Graciele Rambo, *Análise escalar das dinâmicas territoriais de desenvolvimento e as contribuições da Nova Sociologia Econômica e Nova Economia Institucional: um estudo de experiências no noroeste gaúcho* (2011). A autora, além de fazer uma ampla retrospectiva do debate escalar na geografia anglo-saxônica, visa estabelecer uma interação entre “estruturas sociais, condições institucionais e escalas enquanto elementos da abordagem territorial do desenvolvimento” (RAMBO, 2011, p. 85).

Rambo acentua as “escalas geográficas de poder e gestão” em experiências de desenvolvimento rural, reforçando a dominância da visão instituída a partir do Estado para, sob essa lente, visualizar as ações dos atores. Em sua tese, há um contínuo diálogo entre território e escala.

Apesar de essa relação entre categorias espaciais receber uma pequena consideração na Escala 9 – e por ter sido mencionada a que se verifica entre escala e território –, aponta-se uma outra formulação dela em Fernandes (2009, p. 200), abrangendo-a, além de movimentos sociais e Estado:

Temos, portanto, duas compreensões distintas: a do território compreendido apenas como espaço de governança, multidimensional e pluriescalar. É o território da nação, do país, dos estados, províncias, microrregiões, departamentos, municípios e outras unidades geográficas de divisão escalar de espaços de governança. Outra compreensão é a que estamos propondo sobre a tipologia de territórios, partimos do território como espaço de governança, mas reconhecemos os outros tipos de territórios fixos e fluxos, materiais e imateriais, formados pelas diferentes relações sociais e classes sociais, que trataremos nas partes seguintes deste artigo.

Da primeira concepção supracitada, o território também é colocado como “pluriescalar” e como “espaço de governança”, apesar de se eximir mediante a referência a outros territórios, como os que envolvem fluxos.

Apesar de termos dado plena ênfase à relação entre escala e Estado, e a dilemas encontrados nos estudos e nas políticas públicas, em particular na operacionalização deles, o Estado nacional está sendo aberto ou se abrindo para outros enfoques espaciais, ou outras axiomáticas. Isso se dá em virtude de lutas sociais, de requisitos da ampliação da expansão de acumulação do capital, de mudanças no Estado na globalização neoliberal.

De uma maneira geral, pretende-se atenuar a fixidez e a rigidez da gestão e da regulação do Estado. Há reestriamentos espaciais com o propósito de encontrar algum alisamento, e não é sem propósito que alguns desses investimentos visam constituir plataformas outras, como as “estações aduaneiras”, encravando o internacional no nacional. Ou seja, estão em curso outras respostas às lutas sociais e às exigências de aumentar a velocidade de circulação do capital para além de fronteiras... nacionais.

Assim, o intuito, no mínimo, é abrandar restrições decorrentes da regulação arcaica e/ou favorecer investimentos que se dizem travados, a partir das escalas geográficas estatais ou de divisões espaciais ultrapassadas, a exemplo do que ocorre nas regiões metropolitanas – e mesmo entre Estados-nações.

Sob a ótica da acumulação de capital, de projetos de logística, de energia, de transportes e de telecomunicações, os “eixos nacionais de desenvolvimento”, os “corredores logísticos” atravessam limites e fronteiras institucionais, tentam passar por cima e esmagar “povos originários” e a Natureza.

Muitos desses projetos logísticos, simultaneamente, esbarram em ou desencadeiam lutas para a constituição e o reconhecimento de “territórios” de diferentes naturezas (etnias, raça, ambiente, gênero), mas que são “legalizados” pelo Estado nos termos do que faz com os níveis e a escala – salvo experiências que procuram se autonomizar em relação ao Estado. Foi vista na Escala 5 a renitência das escalas em projetos políticos de transformação social.

Por outro lado, são conquistadas as aberturas de fissuras e de possibilidades criadas pelas “minorias” e pelos excluídos por meio de linhas “moleculares” e de “fuga”, que tensionam ou são tensionadas por linhas “molares”, das quais a escala faz parte, enquanto instituídas e institucionalizadas a partir do Estado. Esse cruzamento de e entre linhas pode ser um dos caminhos para transpor dualismos, como o entre e o “sem escala” – sendo as linhas um componente da geonálise, a vir nas próximas linhas.

Todos esses desafios gerados pelo escalar, assim como as iniciativas que envolvem Estados nacionais, mas os transcendem, especialmente nas plataformas logísticas que procuram acelerar a rotação do capital, têm a ver diretamente com a segunda componente da geonálise, vale dizer os enlaces entre espaços (-, e) tempos, na qual as novas combinações entre estriagens e alisamentos espaciais são plasmadas para não sucumbirem à rigidez e à velhice escalar.

Para o geógrafo Gerardo Silva (2003, p. 92): “As plataformas logísticas representam, enfim, uma das soluções tecnológicas mais avançadas para o esclarecimento dos problemas da ‘captura de fluxos’ e da agregação de valor numa economia da circulação”.

Abrindo uma possibilidade de interação entre plataforma logística e plataforma digital, denotando a potente capacidade do capital enquanto relação social de axiomatizar inovações e criações, tem-se: “permitem, simultaneamente, desenvolver uma adaptação das infra-estruturas (sic) de comunicação e transporte e participar do processo de produção de valor” (SILVA, 2003, p. 92).

Desafios, iniciativas plataformáticas, apenas mencionados ao final da Escala anterior, merecem ser mais bem tratados, incluindo conflitos e convivências com espaços e tempos que se recusam a passar por esses processos “modernizadores” e devastadores.

Reingressando na Plataforma, vejamos como espaços (-, e) tempos são considerados por “comentadores” de Deleuze e Guattari, e em autorias selecionadas da geografia.

O filósofo francês François Ewald, na “primeira aba da orelha” de *Mil Platôs – Vol. 1* (2011a), afirma: “Deleuze e Guattari dão mais privilégio ao espaço que ao tempo, ao mapa do que a árvore. Tudo é coextensivo a tudo”.

Também na toada de que o espaço tem prioridade em relação ao tempo, o historiador François Dosse (2010, p. 209) diz que: “Nesse livro [*Mil Platôs*], que desenvolve uma filosofia das lógicas espaciais, Deleuze e Guattari rompem radicalmente com o historicismo do século XIX que produziu uma teodiceia, uma cronosofia teleológica dominante durante boa parte do século XX”.

Trata-se de qual espaço e de qual tempo, no caso de Ewald, e, para Dosse, de quais “lógicas espaciais” e de rompimento com qual “historicismo”? Será que há um “privilégio” ou uma “prioridade” ao espaço? Parecem-nos temerárias essas qualificações em relação ao espaço, ainda mais tomado indistintamente.

Estamos defendendo que é preciso especificar espaço e tempo para além de qualquer sinal gráfico de ligação ou de menções genéricas a um ou a outro. Pode-se até subentender que ambos, quando não adjetivados, teriam a ver com a extensão, mas isso não é válido para Deleuze e Guattari.

Em relação à geografia, especialmente no Brasil, em um dos vários movimentos de idas e vindas na redação desta tese, ao reler Milton Santos em *A natureza do espaço*, no capítulo sexto – “O Tempo (os Eventos) e o Espaço” –, encontra-se um parágrafo com questões desconcertantes pela relevância e atualidade:

Como ir além do discurso que prega a necessidade de tratar paralelamente o tempo e o espaço, do discurso de outros especialistas que menosprezam esse enfoque, e do próprio discurso de uma geografia igualmente faltosa? Como ultrapassar o enunciado gratuito de um tempo unido ao espaço, mediante a relativização de um ou de outro? Como traduzir em categorias analíticas essa mistura, que faz com que o espaço seja também o tempo e vice-versa? (SANTOS, 2002, p. 50).

Mais um “por acaso” pulsante.

Após essas questões, é feita sucinta recuperação de quatro formulações na geografia. Nelas, estão repostos debates entre geografia e história, sobre uma “geografia no tempo”, entre a (in)separabilidade de espaço e tempo.

Santos (2002, p. 54) assume a seguinte posição, para tratar das “técnicas”:

Tempo, espaço e mundo são realidades históricas, que devem ser mutuamente conversíveis, se a nossa preocupação epistemológica é totalizadora. Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Essa realização dá-se sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições.

Sem deixar de (re)repisar a incessante pretensão epistemológica “totalizadora”, Santos diz que espaço e tempo são “realidades históricas”; mas a pergunta que não quer calar: qual história? Provavelmente ele está referindo-se à história cronológica desenrolada em uma “base material”.

Outra geógrafa celebrizada, Doreen Massey, debate relações espaciais e temporais, especialmente com filósofos franceses da imanência. Zanutelli (2019, p. 131-133) apresenta uma análise das visões de espaço e de tempo que merecem ser cotejadas com as que faremos em seguida.

Abrindo as “Proposições iniciais” de *Pelo espaço: uma nova política de espacialidades*, Massey (2015b, p. 29) redobra seu propósito: “Este livro defende uma abordagem alternativa do espaço” – expressa em uma síntese de “três proposições” relevantes.

Sem desconsiderar “que, pelos menos nos últimos séculos, o espaço tem sido menos valorizado e tem recebido menos atenção do que o tempo (na geografia, Ed Soja defendeu fortemente este argumento)”, Massey recoloca, contudo, sua preocupação no livro: “O que me preocupa é o modo como imaginamos o espaço” (MASSEY, 2015b, p. 41).

No entanto, pouco antes dessa constatação sobre o espaço, a autora louva e aplaude – mas se irrita ao final – o jogo entre espaço e tempo: “Louvo Bergson por seus argumentos sobre o tempo, aprovo a determinação do estruturalismo por não deixar a geografia ser transformada em história, aplaudo a insistência de Laclau na ligação entre a desarticulação e a possibilidade da política”, mas “fico desconcertada pela falta de

atenção explícita que dão ao espaço, irritada por suas suposições [...]” (MASSEY, 2015b, p. 40-41).

Adotando outro teor para a louvação anterior, diz: “A posição filosófica de Henri Bergson é uma das mais complexas e definitivas a esse respeito” (MASSEY, 2015b, p. 43), no sentido de o espaço subjugar o tempo.

No entanto, Massey (2015b, p-43-49) se vale, além do próprio Bergson, de leituras de Deleuze, como a que “considera nossa preocupação somente com magnitudes extensivas a custa das intensidades”. Observe-se que o par extensivo e intensivo, considerado desde o início de nossa tese, é, no entanto, convertido por Massey em uma polarização, como se Deleuze também a fizesse, com sinal trocado para as intensidades.

Contudo, ainda que não seja nada fácil “resumir” essa geógrafa, Massey (2015b, p. 49) conclui, a partir de uma frase do livro de Bergson, *Evolução criadora*, colocada assim entre parênteses (“Quanto mais a consciência é intelectualizada, mais a matéria é espacializada”): “Bergson veio a reconhecer, também, a princípio sob a forma de pergunta, a duração em coisas externas, e isso, por sua vez, apontava para a mudança radical na potencial conceituação de espaço”. Com a assertiva “O espaço como a multiplicidade de durações”, não deixa de suscitar dúvidas dessa inferência “potencial”: “espaço e duração”.

Após esse debate, mas não só, Massey (2005b, p. 95) conceitua o espaço: “aberto, múltiplo e relacional, não acabado e sempre em devir, é um pré-requisito para que a história seja aberta e, assim, um pré-requisito também para a possibilidade da política”.

Nisso que chama de “construção relacional do espaço”, e vamos voltar a ela, Massey (2015b, p. 152, grifos da autora) ocupa um “lugar” e evidencia um outro para não ficarmos circunscritos ao “transescalar”, ao cruzar linhas:

os *lugares* são linhas cruzadas nas mais amplas geometrias do poder que constituem tanto eles próprios quanto o *global*. Nesta abordagem, lugares locais não são sempre simplesmente as vítimas do global, nem são, sempre, baluartes politicamente defensáveis contra o global. Compreender o espaço como constante produto aberto das topologias de poder aponta para o fato de que *lugares* diferentes ficarão em posições contrastantes *em relação* ao global.

A geógrafa ressalta o “espaço relacional” pela sua relevância para reabrir possibilidades analíticas e as implicações, em termos de hibridismo aberto e não essencialista:

Asimismo identidades espaciales tales como las asociadas a la nación, la ciudad, etc., son producto de interacciones con un contexto más amplio. Y eso implica, obviamente, que cada lugar es *híbrido y abierto*, que siempre tiene vínculos con el resto del mundo y *niega políticamente cualquier esencialismo* que intentemos aplicarle (MASSEY, 2015a, p. 9).

Essa crítica ao essencialismo levada ao âmbito da escala também se aplica quando se procura estabelecer um nexos rígido entre temáticas e supostas escalas adequadas ou apropriadas para nelas enquadrar os “fenômenos”.

Em mais uma de suas formulações para nossa tese, Massey volta ao lugar tão ao gosto de uma certa geografia anglo-saxônica e o reimagina de acordo com quatro “especificidades geográficas”, denotando uma preocupação de se diferenciar de delimitações, de exclusivismos qualitativos, de sair do dentro *versus* fora e de internalização autêntica: “(i) não delimitado, (ii) não definido em termos de exclusividade, (iii) não definido em termos de contraposição entre um dentro [*inside*] e um fora [*outside*] e (iv) não dependente de falsas noções de uma autenticidade internamente gerada” (MASSEY, 2004, p. 20).

É preciso reforçar: essas quatro “especificidades” implicam em reformulações daquelas noções de escalas que as negam. Elas, as escalas, apesar do repensar, têm imagens profundamente vinculadas a esses predicados: a) delimitadas; b) exclusivas; c) sendo fechadas, têm um interior e um exterior, ou o endógeno e o exógeno; d) buscam autenticidade por meio de identidades rígidas ou autoritárias – a exemplo de nacionalismos e regionalismos que buscam exprimir totalidades totalitárias.

Ao mesmo tempo que se faz esse reforço do lugar, em substituição ou contraposição às escalas, esse “reimaginar” do “lugar” pela geógrafa Massey é relido em nosso trabalho como uma das mais bem cristalinas buscas de flexibilizar o espaço extenso, rígido, negando-o, e a ele contrapor uma outra imaginação. E é isso que vamos tentar reler.

Em conceitos de Deleuze e Guattari, nos parece que Massey procura preterir o espaço extenso anacrônico por um outro espaço, ainda situado na extensão, todavia mais próximo do intensivo – fundindo-os, negando combinações entre esses espaços. Talvez pudéssemos ainda dizer, com maior elasticidade, que Massey opera uma junção do que

em Deleuze e Guattari se chama de extenso e intenso, de estriado e liso.

Por esse lado ou pelo outro, trata-se de uma das tentativas não reducionistas de conceituação do espaço, no sentido de driblar formulações que o limitam e o constroem à extensão.

Porém, e olha aí o porém de novo, é decisivo assinalar a imensa diferença dessa concepção de Massey, que tenta transpassar o intensivo para o extensivo, fusionando-os no “reimaginar do lugar”, enquanto os dois filósofos pretendem tecer uma pressuposição recíproca entre os conceitos, sem negar o extensivo, ainda que haja uma preferência pelo espaço liso.

Portanto, não se trata de chegar a um espaço único, muito menos a um tempo só. Ambos, espaços (-, e) tempos, são extensivos e intensivos – e combinados, entrelaçados, emaranhados. Estamos nos empenhando para geoanalisar assim.

Da mesma forma que não se quer firmar uma contraposição ou uma exclusão entre espaços extensivos e espaços intensivos, entre espaços estriados e espaços lisos, muito menos a busca de um espaço único, mesmo que ele esteja dotado de traços atrativos não usuais, também não devemos assumir uma postura idêntica para os tempos. Seria uma “perda de tempo”.

Então, assim como não concordamos com as linhas que pretendem enfatizar apenas o espaço e colocar o tempo como um adorno, o inverso também é incabível na nossa tese. Afinal, buscamos espaços (-, e) tempos.

Massey se diz “desconcertada” com o filósofo francês Bergson pela sua “falta de atenção explícita ao espaço”.

O referido filósofo assinala o seguinte sobre o que poderia ter levado a tal desconcerto: “ao longo de toda a história da filosofia, tempo e espaço são colocados no mesmo plano e tratados como coisas do mesmo gênero”. E prossegue: “A teoria do espaço e a do tempo espelham-se. Para passar de uma para a outra, bastou mudar uma palavra: substituiu-se ‘justaposição’ por ‘sucessão’. Sistemáticamente desviou-se o olhar da duração real” (BERGSON, 2006, p. 7).

Pois, então, esse aspecto do “movimento no e do” (espaço e tempo) é vital para a nossa tese. Bergson responde assim a esta indagação esclarecedora desse aspecto: Como o movimento é posicionado comumente? “A inteligência só guarda dele uma série de

posições: um ponto atingido de início, depois um outro, depois outro ainda”. Dessa forma, “é a fixidez que nossa inteligência procura; ela se pergunta onde o móvel está, onde o móvel estará, por onde o móvel passa” (BERGSON, 2006, p. 8). Há justaposição no sentido de que “põe junto”, nada os separa na contiguidade. O tempo fica subordinado às posições no espaço. Ora, há uma divisão do tempo no espaço para medi-lo, e, assim, repomos o extensivo em ambos.

Mas como tornar possível, então, não “ver no movimento mais que uma série de posições”? “Descobrimo-lo simples e feito de uma peça só”; “façamos com que ele coincida com um desses movimentos incontestavelmente reais, absolutos, que nós mesmos produzimos” (BERGSON, 2006, p. 9). Como podemos nos dar conta da produção desse outro movimento?

Captar a “duração” ao suceder, no sentido de “acontecer”. “Desta vez captamos a mobilidade em sua essência e sentimos que ela se confunde com um esforço cuja duração é uma continuidade indivisível” (BERGSON, 2006, p. 8, grifo nosso). Se é “indivisível”, estamos em um tempo intensivo.

Sendo assim, não podemos falar genericamente em dar atenção ao tempo ou ao espaço, não só isoladamente, não só com a subordinação de um ao outro, muitos menos com a ausência de algo que os caracterize na extensão e na intensão.

Portanto, o conceito de “duração” como tempo não é divisível, como o espaço extensivo o é. Deleuze (2012, p. 108) alude que Bergson, desde o primeiro livro,

volta sempre a isto: a duração é o que difere ou muda de natureza, a qualidade, a heterogeneidade, o que difere de si mesmo. O ser do pedaço de açúcar (em água) se definirá por uma duração, por um certo modo de durar, por uma certa distensão ou tensão da duração.

Logo, há espaços e tempos em múltiplas (dis)junções e (in)subordinação.

Os geógrafos Rogério Haesbaert e Marcos Aurélio Saquet também abordam o “espaço-tempo” na geografia. Aqui, estamos em busca de insumos para fazermos pequenas considerações sobre essa complexidade envolvida em visões de espaços (-, e) tempos, quase sempre na extensão, ou gerando formulações do espaço (dissociado do tempo) que fundem traços do extenso e do intenso em um único conceito atraente, mas, ao nosso ver, como sendo uma válvula para escapar de outro que está em “baixa”.

Passando para a geografia recente no Brasil, Haesbaert (2014, p. 35), na sua “constelação de conceitos”, insere no centro do círculo o “espaço-tempo”. No caso específico da geografia, particulariza “o espaço em sua condição de espaço geográfico”, frisando a indissociabilidade nele entre o “social e o natural”. Ao mesmo tempo, há também uma associação e uma desvinculação entre “espaço geográfico” e a categoria “espaço (-tempo)”.

Não obstante frisar a “relação indissociável entre espaço e tempo ou, no caso da Geografia, entre a espacialidade e a temporalidade”, Haesbaert (2014, p. 36) reconhece “uma única distinção possível entre Geografia e História, se quisermos manter a individualidade disciplinar, envolve o reconhecimento de duas perspectivas sobre a realidade social”.

Dessa distinção entre geo (e) história, pode se dizer, entre certo espaço e certo tempo, resultariam, respectivamente, “dois olhares”: “o olhar geográfico se estenderia mais sobre o mundo em sua coexistência ou simultaneidade”; e o “olhar histórico enfatizaria o caráter consecutivo ou sequencial dos fenômenos”, segundo Haesbaert (2014, p. 36).

Ao final do capítulo no qual aborda Deleuze e Guattari, o geógrafo aponta:

Assim como a História foi predominantemente “escrita do ponto de vista dos sedentários, e em nome do aparelho unitário de Estado, [...] inclusive quando se falava sobre nômades”, a Geografia menosprezou as dinâmicas des-territorializadoras como centro de sua análise (HAESBAERT, 2016, p. 141).

Em livro recente, o autor busca uma “descolonização da região”, em especial a “diferenciação (regional) do espaço”, o que requer “pensar conjuntamente sua distinção temporal e geográfica, ou seja, cada espaço-tempo produz concretamente e pensa teoricamente de forma distinta sua regionalização” (HAESBAERT, 2021b, p. 31).

Marcos Aurélio Saquet nos permite captar uma das iniciativas, visando estabelecer interações conceituais tratadas nesta tese, envolvendo o uso alargado do prefixo “trans”, além de denotar a amplitude do debate geográfico sobre espaço-tempo:

Dessa maneira, o território é (re)produzido social – natural – espiritualmente / cosmologicamente (transdimensionalmente), transtemporal e trans-territorialmente, plural e transversalmente, e significa movimento no/do tempo e no/do espaço, resultado e condição da sua própria existência como tempo-espaço-território, cuja síntese está no homem, como ser social-natural-

espiritual/cosmológico: os tempos e os espaços acontecem simultaneamente, espiral, singular e universalmente (SAQUET, 2022, p. 108).

Uma visão abrangente dessas abordagens geográficas, ressalvadas as especificidades de cada uma delas, mostra oscilações entre a extensão e a intensão em entendimentos de espaços (-, e) tempos, entre geografias e histórias localizadas em cada um dos dois conceitos anteriores.

Diferentemente de buscar combiná-las, geografias e histórias, transitando do é (imperativo) para o e...e...e..., em alguns casos tenta-se estabelecer uma maior afinidade com o intensivo, como o conceito de espaço de Massey.

Aliás, frisa-se, um dos equívocos recorrentes é essa tentativa de chegar ao conceito, e não a um conceito possível de espaço ou de tempo, quase sempre marcado pelo aberto, pelo flexível – para, no mínimo, mitigar a extensão.

Indo além de nossa posição, em relação ao “espaço relacional” cunhado por Massey, propomos como um dos caminhos a experimentação de combinações múltiplas entre espaços lisos, espaços estriados, tempos sucessivos e acontecimentos – fugindo de uma polarização inócua entre extensão e intensão, entre espaço e tempo, entre qual geografia e qual história. Daí, espaços (-, e) tempos em uma geonálise, geografias extensivas e geografias intensivas.

Nessa componente espaços (-, e) tempos, incluindo as escalas respectivas na extensão, pelo menos dois aspectos seguem apenas anotados. O primeiro, passando pelo pós-colonial, envolve outros espaços e tempos, além de interseções com “filosofias” citadas:

pretendo mostrar como os tempos Sanumá (Yanomami) se apresentam, não uma cronologia à ocidental, mas como uma série encadeada de idas e voltas, de círculos que não se fecham, de passado e futuro que se fundem, de trajetórias diversas com durações e interligações variadas (RAMOS, 1990, p. 180).

No segundo aspecto, o estriado e o liso, advindos da música bouleziana, posicionados na componente espaços (-, e) tempos da geonálise, merecem ganhar outros pares, especialmente os decorrentes das destruições planetárias e das ações que procuram renaturalizações, como espaços ruídos (em homenagem à antropóloga Ana Tsing), envenenados, desertados, acidificados (mar)... e espaços renaturalizados, renascidos, revividos, repovoados...

Uma opção de conceituação de outros pares poderia estar assim qualificado: espaço ruído e espaço revivido. Deleuze (2013, p. 46) conceitualiza: “Um conceito ora necessita de uma nova palavra para ser designado, ora se serve de uma palavra ordinária à qual dá um sentido singular”.

- *PLATAFORMA 4ª E – Linhas: “Andar na Linha” e “Dar Linha” e “Deus escreve certo por linhas tortas”*

Completando a tríade almejada para a geonálise, depois do Terraceno e também dos espaços (-, e) tempos, caminhamos para as linhas, entrelinhas ou “ao longo de linhas”. Elas nos permitirão alinhar pontos em movimentos na filosofia deleuziana, e deleuzo-guattariana, em pelo menos três sentidos:

- a) relações com outros conceitos, constituindo tramas conceituais mutantes e variáveis, algumas delas já indicadas;
- b) como evadir de dualismos em que se (re)cai a todo momento, mediante combinações positivas – sem dialetizar;
- c) como criticar a escala geográfica, na extensão, sem rumar para decretar o seu fim, o “sem escala” proposto por Marston, Jones III e Woodward (2005), através de combinações com conceitos heterólogos na intensão, como platô, e como plataforma.

- *ESCALA 8 - “SEMs” ESCALAS*

Fazer uma crítica às escalas não deveria redundar na sua substituição por outros conceitos geográficos, notadamente os que estão colocados como a “bola da vez” ou como os que preenchem requisitos em alta, como a topologia. Isso já foi escalado.

Mas há uma atitude drástica que vai além da substituição da escala: sua negação plena, o “sem escala”, assim chamado por autorias na geografia anglo-saxônica. É, como a outra ponta, a afirmação da escala na extensão ou mesmo uma outra ext-intensiva.

Nossa posição destoa de ambas – e continuará a ser desembaraçada na componente das linhas, na filosofia de Deleuze, e de Deleuze e Guattari, nessa terceira componente da geonálise. Isso em nada desabona a crítica a sua apropriação (apenas) “normativa” e,

principalmente, ao seu enaltecimento em si e para si, como se houvesse uma disputa, a ser vencida, com outras categorias. Muito menos em transformação dessa disputa em uma qualificação de vencedores e vencidos.

Assim como abordamos anteriormente propostas conceituais que encaminham concepções de espaço que imprimem a sua substituição, é importante darmos, literalmente, um “lugar” a uma concepção do “sem escala”, inclusive porque é pouco difundida no Brasil, mas, principalmente, porque nega e suprime a escala do léxico espacial.

Em meados da primeira década do século XXI, o artigo “Geografia humana sem escala”¹, de Marston, Jones III e Woodward (2005), provocou um grande debate na geografia anglo-saxônica. Os autores indicam três possibilidades para o debate escalar e decidem por uma opção de “abandonar a escala” e dar uma “alternativa a ela”:

temos três escolhas para uma reflexão sobre escala. Podemos, primeiro, afirmar hierarquicamente a escala e, por extensão, não conseguir capturar a miríade de configurações socioterritoriais que encontramos, ampliar com outro(s) conceito(s); segundo, podemos desenvolver, como outros tentaram fazer, modelos híbridos para o entendimento da integração vertical e horizontal de processos socioespaciais; e, terceiro, podemos abandonar a escala hierárquica na sua totalidade e colocar em seu lugar uma alternativa. Aqui optamos por essa última escolha (MARSTON; JONES III; WOODWARD, 2005, p. 419-420, tradução nossa).

Antes de passar para algumas explicações que decorrem dessa escolha, cabe reforçar que a negação da segunda opção já está anunciada desde a segunda página do artigo em questão. Nela, os autores rejeitam peremptoriamente combinações, isto é, o que estamos buscando defender: “rejeitamos tentativas recentes de produzir híbridos, ambos/e soluções que ligam hierarquia e concepções de rede de processos socioespaciais” (MARSTON, JONES III; WOODWARD, 2005, p. 417, tradução nossa).

Escolhida a terceira opção, o abandono da escala, é feita uma análise dela como tamanho e como nível, associada tanto à horizontalidade quanto à verticalidade. E ambas são criticadas, a fim de evidenciar que não há motivos para manter essa distinção. Uma frase é elucidativa: “Dessa forma, o espaço a partir da perspectiva de

¹ “Human geography without scale”.

horizontalidade se revela como pedaços de ‘terra’, enquanto a partir das geografias da perspectiva vertical são gravados como sombras moldados de cima” (MARSTON; JONES III; WOODWARD, 2005, p. 420, tradução nossa).

Uma crítica contundente à escala hierárquica é explicitada, antecedida pela constatação de que:

projetos de pesquisa frequentemente assumem a hierarquia antecipadamente, e são arranjados a priori para obedecer a essas convenções. Em resumo, a escala hierárquica é um caso clássico da forma determinando o conteúdo, por meio do qual objetos, eventos e processos vêm pré-classificados, prontos para serem inseridos no aparato escalar disponível (MARSTON; JONES III; WOODWARD, 2005, p. 422, tradução nossa).

Salientando que não visam substituir a verticalidade com outra horizontalidade, os autores afirmam que, “em vez disso, propomos uma alternativa que não depende de qualquer predeterminação – seja do *continuum* local-para-global no pensamento vertical ou no pensamento horizontal o imaginário da origem-para-margem” (MARSTON; JONES III; WOODWARD, 2005, p. 422, tradução nossa). Essa crítica à predeterminação também é esboçada por outros autores, como, por exemplo, Latour.

Prosseguem: “Em uma ontologia plana (em oposição à horizontal), descartamos o essencialismo centrista que infunde não só o imaginário vertical de cima para baixo como também irradia a espacialidade da horizontalidade” (MARSTON; JONES III; WOODWARD, 2005, p. 422, tradução nossa).

Para dar consistência a essa análise, que abandona a horizontalidade e a verticalidade, Marston, Jones III e Woodward apresentam três referências:

análise de composição e decomposição que resiste à prática crescentemente popular de representar o mundo como uma mistura de fluxos irrestritos; atenção às relações diferenciais que constituem as forças motrizes da composição material e que problematizam tendências axiomáticas para classificar e estratificar objetos geográficos; e um foco em eventos emergentes localizados e não localizados de relações diferenciais atualizadas como temporárias – muitas vezes móveis – “sites” nos quais o “social” se desenrola (MARSTON; JONES III; WOODWARD, 2005, p. 423, tradução nossa).

Note-se que a primeira referência – a da crítica à visão de mundo de “fluxos irrestritos” –, por ser relevante nesta tese, é complementada ao salientarem que é ignorada por autores “uma grande variedade de bloqueios, coagulações e *assemblages* (composições) (tudo de objetos materiais para ações e dizeres) que se solidificam no espaço e na vida social” (MARSTON; JONES III; WOODWARD, 2005, p. 423, tradução nossa).¹

Surgem evidências, nessas formulações citadas, do uso de conceitos da filosofia da imanência. Não obstante, o que vai se tentar mostrar é a incompatibilidade da utilização desses conceitos com a negação da escala, sua supressão e conseqüente substituição.

Buscando se desembaraçarem da verticalidade e da horizontalidade, Marston, Jones III e Woodward caminham para uma “alternativa plana”. A formulação por eles escolhida é a do filósofo Theodore Schatzki, notadamente do conceito de “ontologia do site” (ontologia do lugar, do contexto) – apesar de também atuar na geografia, Schatzki é conhecido no Brasil na área de administração, em particular no segmento de “estudos organizacionais”.

Constata-se a dominância que o “lugar” adquire se se associa também a essa aquela concepção anterior (de “lugar”) em Massey.

A partir de uma breve citação feita pelos autores ao filósofo citado, tem-se a definição básica do “site social”: “pode ser definido mais especificamente como o site específico para a convivência humana: o contexto, ou a maior extensão de fenômenos, dentro e como parte do qual os seres humanos coexistem (SCHATZKI, 2002 *apud* MARSTON; JONES III; WOODWARD, 2005, p. 425, tradução nossa).²

Contudo o “site social” não pode ser interpretado, segundo esses três autores, como sendo fechado em si:

Por isso, queremos dizer que um site social não é isolado por cordas, mas pelo contrário habita uma “vizinhança” de práticas, eventos e ordens que são dobradas várias vezes em outros sites. Assim, sua complexidade surge como resultado de várias práticas de interação diferentes – cada uma conectada potencialmente a outros sites contemporâneos – e ordens (MARSTON; JONES III; WOODWARD, 2005, p. 426, tradução nossa).

Complementando esse sucinto entendimento do “site social” e de suas conexões, um artigo sobre a contribuição de Schatzki para uma “epistemologia das práticas organizacionais” nos diz que esse filósofo

desenvolve sua argumentação articulando *uma ontologia das práticas sociais*, em que o *lugar do social* (ou, o contexto no qual a coexistência humana se desenrola) é composto por uma *malha* (uma rede, um emaranhado) não só de nexos de práticas, mas também de arranjos materiais (material *arrangements*). É essa *malha* que constitui o que ele [Schatzki] considera a ordem que marca toda a vida social – é ela o *locus* do social onde as entidades (humanas e/ou não humanas) agem, relacionam-se, posicionam-se umas em relação às outras e ganham significado e identidade (SANTOS; SILVEIRA, 2015, p. 82).

Sobre este artigo seminal do “sem escala”, e sua repercussão no Brasil, encontramos duas rápidas considerações. Uma, do professor Carlos Brandão, gera controvérsia em relação à interpretação do artigo em questão, independentemente de sua posição sobre o “sem escala”:

Assim, é equivocada a crítica de *Marston et al.* (2005), que propõe o fim do debate que privilegia as escalas, por estas estarem baseadas em relações hierarquizadas, unidirecionais e verticais, negligenciando as articulações horizontais. Entendo que a pesquisa sobre a dimensão territorial do desenvolvimento não pode negligenciar as questões centrais do poder, das hierarquias e das hegemonias. Considero que foi justamente o que aconteceu no debate, com a afirmação dos “consensos teóricos” e analíticos divulgados pela onda neoliberal que varreu o mundo nas últimas décadas (BRANDÃO, 2008, p. 168).

Das controvérsias suscitadas pela crítica acima, sem desconsiderar o que significaria a proposta do “fim do debate” e a influência de “consensos” do neoliberalismo na concepção do “sem escala” – o que nos parece exorbitar aos termos do artigo –, o comentário a seguir está dirigido ao “negligenciando as articulações horizontais”, na citação anterior.

Ele decorre da constatação de que a proposição do “sem escala”, ao negar verticalidades e horizontalidades, direciona-se para “ontologias planas”, em particular a “ontologia do site”, concebida pelo filósofo Schatzki. Mais ainda, há uma crítica aos “fluxos irrestritos”, conforme foi mostrado. O aspecto a se destacar é o debate sobre hierarquia: haveria hierarquias com significados distintos?

Também considerando como “equivocada” a proposta de uma “geografia humana sem escala”, tal como sugere Brandão, o geógrafo Marcelo Lopes de Souza apresenta, ainda

sobre o “sem escala”, uma argumentação um pouco mais detalhada, com nuances diferentes.

Ele também entende que, para essa visão do “sem escala”, “o reconhecimento de uma diferenciação vertical de níveis escalares é sempre indicativo de verticalidade e hierarquia em sentido político; e, como se isso não bastasse, seria, adicionalmente, sintomático de um vício estruturalista” (SOUZA, 2017, p. 205).

Há que se notar, entretanto, que Souza, logo em seguida, faz uma relativização do “equivoco” de Marston, Jones III e Woodward, ao reconhecer que as críticas deles não são “completamente descabidas”, diante da “típica produção (predominantemente de figurino marxista) sobre escalas e política de escalas” (SOUZA, 2017, p. 205).

Souza concorda com “denunciar o uso apriorístico e não raro rígido de determinadas escalas”, em especial a escala global, mas refuta o “esvaziamento puro e simples” da “linguagem da hierarquia” para “compreender um mundo heterônimo” – “o que não quer dizer que se aprove essa realidade”. E, na “reflexão sobre especialidades autônomas e gestionárias”, conclui que essa análise ficaria paralisada ao se confundir horizontalidade sociopolítica com a abolição da distinção entre escalas decisórias (e analíticas) (SOUZA, 2017, p. 205-206).

Dessa forma, fica reafirmado que os autores do “sem escala” estão voltados para a “horizontalidade”, quando, de fato, estão voltados para a “ontologia do site”, conforme foi observado no comentário às reflexões de Brandão. No entanto, desse último trecho de Souza sobre “autonomia” acoplada a uma dada visão do anarquismo, em especial da revolução espanhola abordada na Escala 4, emergem questões: a organização federativa proposta por anarquistas clássicos, nela exposta, também significa uma hierarquia firmada a partir da comuna? Ou se trataria de outra hierarquia? Ou, ainda, não poderia ser enquadrada como a hierarquia convencional da escala?

Duas outras posições de geógrafos seguem registradas para fins de posteriores estudos. Uma é a do professor Simon Springer. Quando estava na University of Victoria, no Canadá, em artigo escrito, sob uma das perspectivas anarquistas, defendeu a geografia humana “sem hierarquia”. Esse texto de Springer é posterior ao “sem escala” – e com ele estabelece interações.

Relembrando a “linguagem da hierarquia”, assinalada por Marcelo Lopes de Souza, evidencia-se que são opostas entre os autores referidos, no que diz respeito à consideração, no anarquismo, da escala e da hierarquia. Ainda que Souza, ao final da “Apresentação” de seu livro *Geografia libertária*, faça um “agradecimento, em especial” a Simon Springer, entre outros, este não aparece na “Bibliografia” – não obstante os dois geógrafos terem sido coeditores de livros em inglês.

Outro geógrafo, Engin Isin, professor em Queen Mary University of London, em fase inicial de conhecimento, elabora uma “crítica ao pensamento escalar” e à noção de cidadania centrada na ênfase ao Estado. Para se desvencilhar da visão “estadocêntrica”, propugna pelos “atos de cidadania” e suas construções no e do espaço.

A produção teórica anglo-saxônica, em particular da geografia, sobre o repensar escalar e o “sem escala”, efetivada ao final do século passado, teve, então, uma apropriação destoante no Brasil.

Se no repensar da escala, na Escala 1 desta tese, é possível encontrar farta escalação dessa produção, no que tange ao “sem escala” e ao debate subsequente da *flat ontology*, são ligeiras e diminutas as considerações das críticas da citada geografia à escala e a alguns de seus atributos, notadamente a hierarquia – sem falar dos debates travados entre essas visões.

Fica inevitável, então, a pergunta: por que existe essa desproporção no Brasil entre o “repensar escalar” e o “sem escala”, entre a apropriação do renovar no neoliberalismo da escala e da pouca atenção às críticas em busca de outro repensar que chegou a sua negação? Isso é um indicativo ou não de a escala geográfica ter se transformado em um clichê ou em uma componente de um dispositivo estatal?

Resumindo, em (des)encontros com filósofos da imanência, observando que conceitos deles são usados, apesar de não estarem explicitamente citados, sobressaem os seguintes assuntos: (a) a escala escolhida como algo pré-determinado nas pesquisas; (b) a hierarquia, as verticalidades e as horizontalidades; (c) a rejeição das combinações de escalas com redes, o que vale para outros conceitos geográficos; (d) a crítica à concepção quase exclusiva de fluxos, negando, entre outras coisas, como disse Milton Santos, as “rugosidades” do espaço; (e) a “ontologia do lugar”, os “lugares” e suas conexões, superando as visões essencialistas e isolacionistas da escala.

Saindo de uma linha sem linha e puxando outras linhas

Para desembaraçar linhas que lançam a escala em uma disputa com outras categorias geográficas, como território, ou daquelas outras que pretendem desatar nós da escala com conceitos de Deleuze, e de Deleuze e Guattari, e chegar a sua não delimitação rígida, ou, ainda, das linhas que seccionam linhas e as substituem por outras, é preciso dar linha a outras linhas que esvoacem nos ventos.

Para soltar essas outras linhas, movendo-as como “pipas” no ar, em *Mil Platôs – Vol. 3* um ritornelo ressoa em alto e bom som e tom: “somos feitos, atravessados de linhas”.

Ao menos em duas melodias, respectivamente, se propagam assim: “Pois somos feitos de linhas. Não queremos apenas falar de linhas de escrita; estas se conjugam com outras linhas, linhas de vida, linhas de sorte ou infortúnio, linhas que criam a variação da própria linha de escrita, linhas que estão *entre as linhas* escritas” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 72); a segunda tem outro ritmo: “Indivíduos ou grupos, somos atravessados por linhas, meridianos, geodésicas, trópicos, fusos, que não seguem o mesmo ritmo e não têm a mesma natureza” (p. 83). Alguém já deve ter alinhavado: há linhas e linhas, mas nos alinhamos a algumas delas, inclusive para sairmos da linha.

Nesta tese acadêmica, distintos enlaces vão sendo tecidos entre linhas que desreorientam, que impulsionam e travam, que andam e desandam, que potencializam nas alegrias e nas tristezas por elas suscitadas, que compõem ou não com linhas de trabalho e de vida, com apontamentos e desapontamentos, com surpresas infundáveis. As linhas vão passando, abrindo, fechando, encurtando, alterando movimentos de desreterritorialização, de desescalarização, e vão bordando, tricotando, bordejando algo que fica, algo que se apaga, algo que retorna, algo que flutua... e algo que irrompe inesperadamente.

Deleuze e Guattari, em uma daquelas linhas, aproximam corpos de múltiplos traçados de linhas antropocêntricas na e para a Terra. Não faltam linhas, contudo, nos vegetais, nos demais animais, nos minerais – mas não só outras linhas que os perpassam, e até marcam, como também as que os influenciam e são por eles influenciadas: Sol e suas tempestades, Lua e suas fases, Ventos e seus sopros, Luzes e Movimentos Energéticos. Em Vitória (ES), no Brasil, podemos ver como os ventos bordam linhas fugazes, efêmeras, assim como não faltam linhas antropocêntricas, muitas delas ofendendo a natureza.

Linhas pra lá, linhas pra cá, linhas por todos os (re)cantos e lados. Não há como não dar conta de que as aves exercem suas linhas de voo sem riscá-las no ar.

Retalhamos a Terra, instituímos imperativamente múltiplas linhas e somos renitentes em apagar, sufocar, eliminar, destruir linhas “multiespécies”. Estamos apartados delas. Elas delineiam outras “escalas” nos e dos espaços (-, e) tempos cósmicos – mantidas invisíveis, como se fossem inexistentes.

Além de traçarmos, cada vez mais, com o rigor de “próteses” propulsoras da dominância plena e absoluta de nossos sentidos, alinhamo-nos facilmente a todas as linhas institucionalizadas – nas quais não faltam as escalas estatais, estatizadas ou estatizáveis em “governos progressistas” –, afetando autonomias de povos que resistem ou se insinuam como portadores do que poderá vir.

Essas últimas linhas imprimidas pelo Estado tendem a ser respeitadas majoritariamente, mas ultrajamos um sem número de linhas, algumas até legalizadas: linhas de rios e seus meandros, linha dos ventos, linhas das marés, linhas “naturais” dos solos, linhas aéreas, linhas das aves, linhas de declives e aclives, linhas de água. Multiplicidades de linhas desalinhadas. Teimamos em colocar as nossas linhas por cima delas, não sendo inusual apagá-las.

No capitalismo planetário, recrudescem o “dar linha” ao mortífero e planilhar “fugas” para salvar alguns poucos. Recoloca-se o debate da “força geológica”, de como designá-la, e se tudo pode ser imputado ao capitalismo – no que pode caber um debate sobre traços de nossa espécie tida como “humana|”, ao ponto de “humanizar” ser enfaticamente ligado à civilização, em contraposição à barbárie. É tido como positivo “humanizar”: mas que humanização é essa?

Reatando com aquelas duas últimas referências de Deleuze e Guattari excitantes de linhas, ambas sucedem à abertura da “última parte” de *Diálogos*: “Indivíduos ou grupos, somos feitos de linhas, e tais linhas são de natureza bem diversa” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 146).

Em ambos os livros, *Mil Platôs* e *Diálogos*, há outro ponto de alinhamento entre eles: a especificação de três linhas, sob diferentes designações, conforme serão realinhadas a seguir. É um dos momentos das produções filosóficas de Deleuze e de Guattari em que

o par conceitual cede lugar a um trio. Ainda assim, os binários prevalecem; os trios ocorrem, mas não se propagam.

Em *O anti-Édipo*, em uma das releituras, agora tentando ler linhas nas suas linhas, encontra-se no último capítulo as seguintes menções, segundo Deleuze e Guattari (1976): “linhas de fuga do desejo” (p. 352); “ao longo de suas linhas de fuga” (p. 399); “linhas de integração paranóicas” e “linhas de fuga esquizofrênicas” (p. 432); “linhas de integração e territorialização que param os fluxos” e “linhas de fuga que seguem os fluxos decodificados e desterritorializados” (p. 465-466); e, no fim do livro, “linhas de fuga moleculares” (p. 484); depois, “linhas de integração” enquanto tais desapareceram, “linhas de fuga” retornaram avassaladoras e “linhas de fuga moleculares” se bifurcaram em duas.

É uma demonstração de como conceitos e entendimentos vão sendo aprimorados, transformados, abandonados, sancionados, ao longo de um itinerário sacudido por espaços (-, e) tempos – em linhas que, quase sempre depois, ressurgem com outras linhas, desalinhadas.

Linhas que tecidas viram malhas, redes, tramas, rizomas, mas também retas, árvores, quadrados, linhas retas do tempo. Temos linhas visíveis e invisíveis nas relações com outros corpos, mais próximas ou menos próximas, e como estamos falando em (des)limite.

Como o par das linhas estava muito associado a dois “polos”, em *O anti-Édipo*, o trio de linhas veio a ser translineado posteriormente.

Para os fins de nosso trabalho, tomou-se uma das muitas especificações desse trilho linear, diante da busca de associar a escala geográfica a uma delas, sendo escolhida a seguinte, abrangendo as três linhas: “linha de segmentaridade dura, ou de corte molar; a linha de segmentação maleável, ou de fenda molecular; a linha de fuga ou de ruptura, abstrata, moral e viva, não segmentar” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 80). Ou seja, reafirme-se: a escala geográfica é então uma linha molar. Mas não basta. É preciso embarcá-la com outras linhas, a fim de se libertar da sua pura e simples flexibilização ou negação.

O platô 9, “Micropolítica e Segmentaridade”, não sem propósito datado de 1933, anos de fascismo e nazismo, é iniciado pelo conceito de “segmentaridade”, provavelmente

resgatado da antropologia: “Somos segmentarizados por todos os lados e em todas as direções”. E são listados três tipos de “somos segmentarizados”: “binariamente” (homem-mulher); “circularmente” (bairro, cidade...), lembrando escalas; e “linearmente” (família, escola, profissão...); devendo ser “tomadas umas nas outras, e até passam umas nas outras, transformando-se de acordo com o ponto de vista” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 92). Evidente que, hoje, algo de novo também “passa”, intercepta, corta segmentaridades e suscita aberturas de linhas espraiadas.

As linhas não só se embaraçam entre si como também estão embaraçadas em um novo conceitual. Alguns desses embaraços estão enovelados assim:

a) para Deleuze e Parnet (1998, p. 113), “ele [desejo] é feito de diferentes linhas que se entrecruzam, se conjugam ou se impedem, e que constituem este ou aquele agenciamento sobre um plano de imanência”;

Ora três linhas, com efeito, porque a linha de fuga ou de ruptura conjuga todos os movimentos de desterritorialização [...], uma segunda linha molecular, onde as desterritorializações são apenas relativas, sempre compensadas por reterritorializações [...]; enfim, a linha molar a segmentos bem determinados, onde as reterritorializações se acumulam [...] (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 158-159).

Não há como não notar a interação linhas-movimentos de desreterritorialização – tão retumbante ao longo da tese.

Em *Mil Platôs*, as linhas estão em inúmeras linhas no livro, muitas vezes formando seguimentos delas e se enrolando no novo conceitual mencionado, ampliando o volume do carretel delas em Deleuze e Guattari (2011a, p. 43):

Oposto a uma estrutura que se define por um conjunto de pontos e posições, por correlações binárias entre estes pontos e relações biunívocas entre estas posições, o rizoma é feito somente de linhas [...]. Não se deve confundir tais linhas ou lineamentos com linhagens de tipo arborescente, que são somente ligações localizáveis entre pontos e posições.

E, repetindo: “As árvores têm linhas rizomáticas, mas o rizoma tem pontos de arborescência” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 62). Nessa segunda, há a mescla árvore-rizoma pelos pontos e linhas.

Continuando com o novo conceitual:

b) segundo Deleuze e Guattari (2012b, p. 95-96):

é a submissão da linha ao ponto que constitui a arborescência. [...] Não se rompe com o esquema de arborescência, não se atinge o devir, enquanto uma linha for remetida a dois pontos distantes, ou for composta de pontos contíguos [...]. Um ponto é sempre de origem. Mas uma linha de devir não tem nem começo nem fim [...]. Uma linha de devir só tem um meio.

Enrolando ainda mais o novelo:

c) também de acordo com Deleuze e Guattari (2012c, p. 197): “Ora, no espaço estriado, as linhas, os trajetos têm tendência a ficar subordinados aos pontos: vai-se de um ponto ao outro. No liso, é o inverso: os pontos estão subordinados ao trajeto”, sendo que, afinal, “no espaço liso, portanto, a linha é um vetor, uma direção, e não uma dimensão ou uma determinação métrica”. Ou seja, a topologia em jogo com a geometria escalar.

A linha não pode estar dissociada do múltiplo; o ponto leva ao uno transcendente enclausurado. “Resgatar conceitos que correspondem a uma multiplicidade é, mais exatamente, traçar linhas que a compõem, determinar a natureza dessas linhas, ver como elas se enredam, se conectam, bifurcam, evitam ou não os focos” (DELEUZE, 2016, p. 325).

Assim, esse pequeno novelo conceitual emaranhou não só linhas entre si como também com multiplicidade: espaço liso e espaço estriado; linha de devir; árvore e rizoma – remetendo-nos outra vez à abertura da tese; ao processo de desreterritorialização; ao desejo e sua produção.

A seguir, um breve resumo “teórico” básico sobre linhas está distribuído em tópicos, todos eles retirados de uma resposta de Deleuze (2013):

a) Pensar e(m) Linhas: “É que cada um tem seus hábitos de pensamentos: eu tendo a pensar as coisas como conjuntos de linhas a serem desemaranhadas, mas também cruzadas” (p. 205);

b) Pontos e Linhas: “Não gosto dos pontos, pôr os pontos nos is me parece estúpido. Não é a linha que está entre dois pontos, mas o ponto que está no entrecruzamento de diversas linhas”. “A linha nunca é regular, o ponto é apenas a inflexão da linha” (p. 205);

c) Meio das Linhas: “Pois não são os começos nem os fins que contam, mas o meio. As coisas e os pensamentos crescem ou aumentam pelo meio, e é aí onde é preciso instalar-se, é sempre aí que isso se dobra” (p. 205);

d) Multilinear: “Por isso um conjunto multilinear pode comportar assentamentos, cruzamentos, inflexões que fazem comunicar a filosofia, a história da filosofia, a história simplesmente, as ciências, as artes”. Deleuze prossegue: “É como os desvios de um movimento que ocupa o espaço à maneira de um turbilhão, com a possibilidade de surgir num ponto qualquer” (p. 205).

Várias entradas e saídas para escalar: escala com início e fim, local e global, por exemplo; o meio é uma simples ligação entre pontos estabelecidos previamente; o multiescalar possibilita inflexões, redemoinhos? Ou sempre o turbilhão é reescalado em escalas pré-estabelecidas?

Linhas não se contentam se não abrirem mais ou outras linhas. Nesse sentido, o antropólogo britânico Tim Ingold alinha tanto um debate sobre elas quanto experimentações a serem feitas e envolvidas nas e pelas linhas.

Em sua obra *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição* (2011), Ingold expõe seu encontro conceitual com Deleuze e Guattari, notadamente no tocante às linhas, e sua proposta de trabalhar linhas com “malhas”, e não com redes”: “Assim, enquanto a formiga concebe o mundo como um conjunto de pedaços e peças heterogêneas, o mundo da aranha é um emaranhado de linhas e caminhos; não uma rede, mas uma malha” (INGOLD, 2017, p. 113).

Se não bastassem os intrincados enlacs entre linhas e outros conceitos de Deleuze e Guattari, a relevância dessas se robustece quando se toma a entrevista de Deleuze ao filósofo italiano Toni Negri, em 1990.

Ao responder sobre “filosofia política”, sem desconsiderar a relevância de Marx na análise do capitalismo “como sistema imanente que não para de expandir seus próprios limites”, o filósofo francês indica “três principais direções”, sendo a primeira conexas às “linhas de fuga”: “primeiro, uma sociedade nos parece definir-se menos por suas contradições que por suas linhas de fuga, ela foge por todos os lados, e é muito interessante tentar acompanhar em tal ou qual momento as linhas de fuga se delineiam” – o que ecoa no Brasil, no século XXI. Em resumo, a segunda: “as minerais de

preferência às classes”. E a última, já apontada quando se tratou dos espaços (-, e) tempos, é a criação destes pela máquina de guerra – ao contrário da “guerra” (DELEUZE, 2013, p. 216).

Nesse enfoque relacionando linhas ao processo político, não só em Deleuze e Guattari, como também em *Líneas: una breve historia* (2007), de Ingold, sobre linhas, há a necessidade de se retomar o pós-colonial – especialmente no que diz respeito ao significado delas em religiões de matriz africana, incluindo as praticadas no Brasil.

Como exemplo do colonialismo epistemológico, abarcando o exercido pelos “brancos” no Brasil, José Carlos Gomes dos Anjos, em *No território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira* (2006), evidencia nosso pleno desconhecimento de outras linhas de outros povos: “Linha cruzada, encruzilhada fechada, encruzilhada aberta, cruzamento de praia, assentamento, ir ao chão, isolar, cruzar são parte de uma série de noções espaciais por meio das quais o religioso afro-brasileiro constrói toda uma cartografia” (ANJOS, 2006, p. 17). Importante ressaltar que Deleuze e Guattari estão na sua bibliografia.

Pode-se ver a magnitude do silenciamento imposto a outras referências filosóficas quando se sabe da *Pedagogia das encruzilhadas*, do professor Luiz Rufino (2019, p. 35):

Exu, longe de ser a palavra que salva, é a que encanta. Quando nos dá mais linha, é porque nos amarrará de outra maneira, cama de gato, criança, jogo, enigma, encanto, segredo, sedução – esta é sua lógica. Senhor das astúcias, dos escapes, das esquivas [...]. Inventa e recria mundos nos lampejos das imprevisibilidades.

Permite lembrar linhas de fuga, máquina de guerra ao inventar mundos – e, desse jeito, estabelecer diálogos e interseções pós-coloniais.

Expostas as três componentes da geoanálise, Terraceno, Espaços (-, e) Tempos e Linhas, segue uma síntese de como nos direcionamos para nela incluir a escala geográfica e a escala geológica.

Além das considerações específicas em cada uma das três componentes propostas, vamos nos valer das linhas para, principalmente, enfatizar ligações também com a Terra atualizada, ou melhor, Terraceno, e com espaços (-, e) tempos.

Dessa forma, retoma-se aquela gramática das linhas escolhida anteriormente: linha de segmentaridade dura, ou de corte molar; linha de segmentação maleável, ou de fenda molecular; linha de fuga, de ruptura, não segmentar.

Para alinhar escalas e cada uma dessas linhas – e as três enleadas –, tendo sempre presente o extensivo e o intensivo, o primeiro passo imediato foi dado assim: a escala geográfica pode compartilhar a linha de segmentaridade dura, ou a linha molar.

Para entrelaçá-las, é preciso trilhar algumas perguntas preciosas: a) como trabalhar conjuntamente o molar, o molecular e a “fuga”?; b) os conceitos de platô, e sua atualização em plataformas, estão realmente adequados para compor com a escala nas outras linhas não extensivas?; c) como a segmentaridade, e as partições mencionadas anteriormente, estão conexas à sociedade disciplinar? Como repensar as linhas na sociedade de controle e no capitalismo avassalador?

Pretende-se não mais que tatear, dar algumas pinceladas a partir dessas perguntas e provocar uma eventual transição do conceito “platô” para “plataforma” – mas depois de se passar pela intenção de alguns autores de relacionarem a escala geográfica com outras categorias –, o que é uma trilha interessante para uma ruptura com grupos acadêmicos que alicerçam a sua identidade a partir de uma única categoria, ou até mesmo de uma escala exclusiva, mas que se diz também que deve ser multiescalar.

Apesar de ser um caminho atraente, pretendemos evidenciar em que medida ele se difere da nossa intenção de também relacionar conceitos, especialmente escalas e plataformas, mas a partir daquelas três linhas operadas por Deleuze e Guattari.

- *ESCALA 9 – Modos de Relacionamento da Escala com outras categorias geográficas segmentares do espaço não é “fim de linha” para as linhas*

Deixando esse ou aquele conceito geográfico, rumamos para modos ou tipos de relacionamentos ou de articulações entre categorias geográficas segmentares do espaço de autorias, principalmente, de geógrafos.

Escolher um ou outro modo ou tipo de relacionamento intercategorias (ou arranjos conceituais geográficos) significa optar pelas respectivas concepções teórico-filosóficas. Além da filosofia da imanência, há outras que também valorizam combinações, tramas conceituais. E, então, qual seria a divergência entre elas?

Na obra *Qual o espaço do lugar?* (2012), uma interpretação do filósofo alemão Heidegger mostra como outra corrente filosófica embasa um modo de relacionamento no qual a primazia de um conceito adquire tamanha relevância que quase suprime os demais:

A crescente importância que o lugar alcançará no pensamento de Heidegger se justifica por sua relação direta, ainda que nem sempre explícita, com a questão do ser, pedra angular de toda a sua filosofia. *Ser* implica, inescapavelmente, *estar em* ou pertencer a *algum lugar* (SARAMAGO, 2012, p. 204).

Isso não significa, contudo, que em determinados momentos de sua obra, conforme Saramago explica, Heidegger não tenha falado em “região”, “espaço” – conceitos que depois vão sendo suplantados pelo “lugar”. E que lugar o lugar vai galgando?!

Na última página do livro supracitado, reafirmando a essencialidade das categorias “lugar e mundo” – termos que são, inclusive, o título do seu artigo –, transcreve-se trecho de um “bilhete” deixado por Heidegger, dois dias antes de sua morte, no qual esse filósofo diz:

Prezados geógrafos de todos os credos e nações, se quisermos adequar a geografia às demandas de um mundo cotidiano de pessoas imersas na “mundialização”, teremos de reaprender a falar: teremos de falar do “mundo” e deixar o “espaço” para os astrônomos, os físicos e os matemáticos (HOLZER, 2012, p. 302).

Todavia o “espaço” é ou não dominante nos modos de relacionamento que serão considerados a seguir? E o lugar não ocupa outros lugares, não só com outros entendimentos, como na geografia anglo-saxônica, mas na relação com outras categorias? O que faz fervilhar essa diversidade de combinações conceituais? Como e quando elas se processam? Apesar de as combinações envolverem obviamente categorias geográficas, será que nelas alguma categoria pretende manter ou ganhar centralidade teórica?

Fizemos mais um exercício de leitura de geógrafos e de uma geógrafa, (a)notando como se voltam para construir relacionamentos categoriais, inclusive para que possamos minimamente resgatar se eles se diferenciam, e como, principalmente quando cotejados com linhas de Deleuze e Guattari.

Milton Santos (2002, p. 19) caracteriza o “espaço como um sistema de objetos e sistemas de ações” e reconhece “suas categorias analíticas internas”. Entre elas, figuram “a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo”, além da “questão dos recortes espaciais”: “o da região e o do lugar; o das redes e das escalas”. Alguns modos de relacionamentos entre essas “categorias analíticas”, colocadas por Santos, são construídos na geografia.

Dirce Suertegaray (2000, p. 13-14) indica quatro conceitos: “Optamos trabalhar neste artigo com os conceitos de espaço geográfico, paisagem, território, lugar e ambiente. Outros conceitos poderiam ser também trabalhados, a exemplo do conceito de região”. O espaço para essa geógrafa é a “categoria central”, o “conceito balizador”.

Embasada nessa centralidade do espaço, distingue-o dos demais a partir de seu uso “operacional”, ou seja, de sua aplicabilidade, supomos, no estudo de casos:

conceitos mais operacionais, como os de paisagem, território, lugar e ambiente. [...] Considero estes conceitos mais operacionais, pois visualizo neles uma perspectiva balizadora da Geografia sob diferentes óticas do espaço geográfico, ou seja, cada conceito expressa uma possibilidade de leitura de espaço geográfico delineando, portanto, um caminho metodológico (SUERTEGARAY, 2000, p. 20).

Não obstante elaborar uma conceituação para cada um deles, assume que “[...] podemos pensar o espaço geográfico como um todo uno e múltiplo aberto a múltiplas conexões que se expressam através dos diferentes conceitos já apresentados. Estes, ao mesmo tempo em que separam visões, também as unem” (SUERTEGARAY, 2000, p. 32).

Fica manifesta uma aguda aderência dessas autorias lidas da geografia no Brasil à totalidade, lembrando a Escala 1, representada pelo espaço e suas partes, abrangidas por “paisagem, território, lugar e ambiente”.

Há um modo de relacionamento entre partes proposto pela geógrafa: “cada uma dessas dimensões está contida em todas as demais. Paisagens contêm territórios que contêm lugares que contêm ambientes, valendo, para cada um, todas as conexões possíveis” (SUERTEGARAY, 2000, p. 30). O conceito de conexões se restringe às partes extensivas de um espaço extensivo, desconsiderando o tempo.

Apesar dessa opção relacional partida, a professora Dirce Suertegaray, simultaneamente, aponta: “cabe ressaltar que os trabalhos expressos nesta coletânea analisam o espaço geográfico a partir do conceito de ambiente. Expressam também uma análise do ambiente na perspectiva de um diálogo. Este se faz a partir do lugar” (SUERTEGARAY, 2000, p. 32). Há o retorno recorrente do lugar.

Nesse caso, conforma-se tanto a escolha de um conceito básico (espaço geográfico) quanto o diálogo dele com outro tomado anteriormente como operacional (ambiente).

Haesbaert (2014, p. 33) inicia assim a sua formulação sobre conexões conceituais: “[...] propomos um esboço de sistema ou constelação de conceitos sempre com um grau de abertura para a construção de novas conexões conceituais, produzido a partir das preocupações básicas da geografia e centrado no conceito de espaço”.

Conforme já colocado, o centro da representação gráfica dessa constelação é o espaço. Mas vamos detalhar agora a “constelação”. O primeiro círculo concêntrico é exclusivo para a “região e a regionalização”. Sucede outro círculo, envoltório, abrigando quatro conceitos: “território, espaço-poder”; “paisagem, espaço-representação”; “ambiente-relações sociedade-natureza”; e “lugar-espaço vivido”. Essa representação está retratada em uma figura (HAESBAERT, 2014, p. 34-35).

No tocante à região, o autor afirma que, “especialmente se tomada como categoria de análise”, ela “implica um nível mais amplo do que conceitos como território e lugar” (HAESBAERT, 2014, p. 40, grifo nosso).

Orbitando na “constelação” e na “figura”, de forma sucinta, Haesbaert (2014, p. 42-43, grifo nosso) desembarca em: “àqueles que consideramos num nível de menor amplitude, a saber: *território, lugar e ambiente*”.

Nos dois parágrafos anteriores, uma graduação de alcances conceituais das categorias está marcante – “mais amplo” e “menor amplitude” –, podendo significar tanto uma valoração deles e entre eles quanto uma carga de “tamanho”, estendida para outros conceitos geográficos. Estão associadas diretamente a um dos conceitos – os “territórios lugares, paisagens” – duas “lógicas”: a “zonal” e a “reticular”. Ambas são fulcrais na “construção do espaço”: “fundamental em qualquer estudo geográfico que se preze é a relação entre essas duas lógicas na construção do espaço: ‘lógica de dominância zonal’ e ‘lógica de dominância reticular’” (HAESBAERT, 2014, p. 39).

É ou não recomendável essa bipartição do território em “zona” e “rede”, mostrada antes em Veltz (1999)? A resposta depende da escolha teórica, mas também de como se entende o movimento de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, ou a desterritorialização. Em Deleuze e Guattari, esse movimento, conforme a Plataforma 2ª, é um processo intrincado, enlaçado, contínuo, de difícil segmentação em “lógicas” próprias. O território é uma “zona”, e a redesterritorialização pode se dar em redes, sendo redundante colar zona e rede ao território.

Três colocações de Haesbaert, relacionadas aos conceitos fundamentais, às suas “propriedades e/ou as suas dimensões” específicas, visando ao esclarecimento do espaço geográfico, permitem chegar ao modo de relacionamento entre eles:

- a) o privilegiamento de uma dessas dimensões, são as questões ou problemáticas que buscamos enfrentar;
- b) a definição e os cruzamentos e, muitas vezes até as contradições e ambivalências entre e no interior de conceitos, exemplificaremos como o que passa com território e lugar;
- c) [...] esses conceitos jamais poderão ser “fechados” em espécies de *gavetas* claramente distinguíveis (HAESBAERT, 2014, p. 43-47, grifo nosso).

Essas três colocações não podem ser vistas isoladamente: “[os conceitos] se cruzam, se interpenetram e se sobrepõem, num jogo mais complexo do que essas indicações gerais permitem destacar, e que cada realidade concreta acaba mais ainda evidenciando” (HAESBAERT, 2014, p. 47).

Não obstante assinalar esse instigante “cruzamento, interpenetração e sobreposição” conceitual, alguns aspectos do modo de relacionamento proposto merecem uma análise. Na representação da “constelação” (e o círculo enquanto representação?), é traduzida a equivalência de categorias a níveis e a tamanhos (“mais alto” e “menor amplitude”), implicando diretamente em hierarquia, conforme já foi sugerido. Repõe-se, assim, o debate escalar, ainda que a escala esteja fora da constelação, apesar de o professor Haesbaert deixar a “abertura para novas conexões conceituais” – e, quem sabe, a escala poderia alargar essas conexões.

Outras questões requerem um maior detalhamento conceitual, não só na geografia, entre a teoria e o empírico: como escolher, combinar, cruzar, abrir-se para as contradições e os conflitos, para as ambivalências, como frisa Haesbaert? Como, “concretamente”, em cada “realidade” socioespacial, lidar com des(encontros) em seus relacionamentos?

O destaque dado é para a combinação de uma categoria, o território, com as “duas lógicas na construção do espaço”: “território-rede” e “território-zona” – bipartição essa questionável, se se considera o movimento completo e permanente de desreterritorialização.

Essa associação território-rede tem sido disseminada por meio de sua utilização por outros geógrafos. Santos (2011, p. 99) elabora estas perguntas: “Qual a escala do território-rede?” O “território-rede” teria escala? Em outros termos, o movimento de desreterritorialização poderia ser escalável? Com as linhas de Deleuze e Guattari, uma das combinações trabalhadas se dá entre escala e rede.

A representação, proposta por Haesbaert, da constelação conceitual com um centro conflita com o rizoma, também por ele adotado: “neste, os conceitos não estão hierarquizados e não partem de um ponto central, de um centro de poder ou de referências aos quais os outros conceitos devem se remeter” (HAESBAERT, 2016, p. 113). E prossegue assim: “O rizoma funciona através de encontros e agenciamentos, de uma verdadeira cartografia das multiplicidades”. É possível um modo de relacionamento rizomático para o espaço e para as categorias a ele pertinentes? O que possibilitaria tal relacionamento em articulação com o arborescente?

Ampliando a pergunta, e o conflito central entre constelação e rizoma, Velloso (2018, p. 181-182) diz que “constelação”, na filosofia de Walter Benjamin, deve ser compreendida como:

uma imagem na qual cada estrela, um singular, marca um extremo da linha que a liga a outra estrela, outro extremo singular. Nesse traçado de linhas imaginárias que delimita uma forma, uma configuração não há um centro – com o que, tem-se no centro da constelação, está sempre vazio.

Essa compreensão de constelação segundo Benjamin se aproxima das linhas de Deleuze e Guattari, posto que o rizoma e a constelação requerem um descentramento. Logo, o conceito de constelação, sua representação circular, centrada, se choca com a constelação de Benjamin e com o rizoma de Deleuze e Guattari, ambos descentrados, ou, em algumas linhas de *Mil Platôs*, “acentrados”.

Para uma reflexão mais detida sobre a formulação de Haesbaert sobre um modo de relacionamento, a proposição de propugnar combinações e cruzamentos entre categorias espaciais convive, contudo, com uma tendência contrária, ainda que possa estar

perdendo vigor: a de se assumir a hegemonia de uma dessas categorias, recaindo no uniconceitual e, em alguns casos, em relações que ficam encerradas em uma e somente uma categoria.

Sai-se, assim, do monoescalar para o uniescalar em meio à multiescalaridade? Conseqüentemente, há poucos exercícios com combinações que driblem essa unicategoria – sem resvalar para dicotomias. Mas é preciso fazer ressurgir a constatação que esse modo de relacionamento de Haesbaert também não escapa do extensivo e faz uma menção ao tempo, mas que também nos parece se limitar ao cronológico.

Uma terceira contribuição, a do geógrafo Turra Neto, referente aos modos de relacionamentos, também se baseia em três categorias:

Espaço como categoria mais ampla, lugar como o conceito mais empírico, que permite particularizar e circunscrever o espaço para a pesquisa, tornando-o apreensível para o sujeito do conhecimento. Território como o conceito que nos permitirá aprender o espaço, no lugar, pelo estudo de certos tipos de ações e práticas dos sujeitos sociais, em negociação com outros sujeitos, com os quais são obrigados a coexistir, numa extensão comum (TURRA NETO, 2015, p. 53).

Turra Neto (2015, p. 53) precisa uma seqüência entre essas três categorias: “estabelecemos que entre espaço e território, há o lugar como conceito intermediário” – o que não deixa de ser um escalonamento intercategorial. E, portanto, outro modo de relacionamento, sequencial e linear.

Ainda que haja a seqüência espaço, lugar e território, o objetivo declarado do artigo é “delimitar o conceito de território à sua dimensão justa, pois compreendemos que se tudo passar a ser considerado território, poderemos explodir o conceito” (TURRA NETO, 2015, p. 52). Mas será que haveria uma “dimensão justa” conceitual que seria tomada como (quase) única?

Ao longo do artigo, há menções à escala, como a que expõe o lugar a “conexões em diversas escalas”, mas ela também está ausente da tríade conceitual principal. Até o momento, os modos de relacionamento estudados só apresentam conceitos geográficos extensivos.

Em mais uma proposta de modo de relacionamento, visando tratar da “crise das matrizes espaciais”, Fábio Duarte (2002, p. 104) escolhe “espaço, território e lugar”. O autor expõe que “eles não se excluem reciprocamente, nem tampouco são graus de uma escala espacial”.

Duarte define as “matrizes espaciais” como o “nó conceitual”. Após discutir as noções das três categorias, apresenta-as segundo uma “estrutura circular”: “espaço/espaço, espaço/território; território/território, território/lugar; lugar/lugar, lugar/espaço”. Nesses encontros, “serão destacados os convívios e conflitos frequentes entre os diferentes termos” (DUARTE, 2002, p. 105). Apesar de poder ser cansativo, os três conceitos estão presos ao extenso.

A noção de matrizes é apropriada do historiador Paul Veyne. Tem a ver, bem resumidamente, “com certos conceitos impregnados na cultura de uma época que são ordenadores da realidade” (DUARTE, 2002, p. 101).

Diferindo das cinco concepções antecedentes – Santos, Suertegaray, Haesbaert, Turra Neto e Duarte –, o professor Élvio Rodrigues Martins (2016, p. 69), voltado para um debate sobre “pensamento geográfico”, elabora uma frase em tom de pergunta, mas com resposta implícita:

Porque nos reduzimos ao espaço, em outros casos à paisagem, ou ainda, à região, ao território, ou ao lugar. Que diferenças significativas existiriam entre essas posturas? Somos fruto da história da definição corporativa de disciplinas, da constituição de uma ordem de saberes com propósitos muito claros.

Ao sustentar que “a questão da totalidade é uma necessidade inescapável”, em “termos geográficos”, Martins (2016, p. 77) especifica que ela, a totalidade, “está encerrada na relação entre o princípio geográfico da *escala* e o conceito de *rede*”. Detalhando-a, o autor observa que:

O todo se converte em parte em função da escala a ser considerada, abrindo-se para a rede de relações entre os Lugares. Os lugares enquanto particularidades na rede são uma síntese entre o que há de universal entre os Lugares em relação (identidade) e a singularidade de cada Lugar (diferença/contradição). O Lugar é o todo, mas também é parte numa trama de relações (rede) maior. Tudo depende da escala (p. 77).

O modo de relacionamento passa pela totalidade-partes, pelo universal-particular, e, segundo as cinco criações da Plataforma 1ª, bate frontalmente contra elas. Lugar parece assumir primazia, seja como todo, seja como parte, dependendo da escala, mas cuja trama se dá em rede. Mas qual rede? Uma rede de relações entre lugares.

Também em livros que se detêm sobre as especificidades de uma categoria geográfica, não é incomum se defrontar com rápidas menções a relações dessa categoria selecionada com outra(s).

O professor Marcos Aurélio Saquet (2015, p. 106) releva: “Na geografia, essa relação território-rede-lugar assume ainda mais relevância”. A partir da autoria de Dematteis, infere que “uma cidade se apresenta como rede ligada a outras cidades, configurando *estruturas multiescalares* formadas por *redes de redes* [...]. Há níveis territoriais, escalas, recortes, coligados. E as redes são *reais e virtuais*, ao mesmo tempo”.

Pouco adiante, especifica que “as redes de distintos níveis escalares convergem na cidade” (SAQUET, 2015, p. 106). Pelo menos duas questões resultam dessas ligações entre rede-escala-níveis territoriais: há conceitos de redes que convivem e outros que não convivem com escalas? Qual seria a diferença entre escalas e “níveis territoriais”?

Avançando no seu livro, Saquet (2015, p. 160-161) amplia e torna intrincada a articulação entre categorias quando retoma as redes, incluindo lugar e território: “são múltiplas e articuladas envolvendo e sendo envolvidas por sujeitos diversos, interesses, escalas e lugares [...]. As redes são um componente do território, desde as formações tribais, imperiais, passando pelas feudais até as capitalísticas”. Mas “há redes de territórios e territórios em rede, território nas redes e redes no território”.

Em que medida, portanto, as redes virtuais (financeiro, imagens) se desterritorializam a todo momento e permanentemente em fluxos com grande velocidade? Quais seriam as diferenças entre as redes no território e os territórios das redes? Tudo isso para reforçar que os “problemas” e os “desafios” são decisivos para tecer a “composição” das categorias. Não há uma genérica e abrangente que caiba em todas as situações.

Sem que possam ser chamadas rigorosamente de um modo de relacionamento, algumas categorias geográficas são usadas, uma seguida pela outra, talvez inadvertidamente, podendo levar, pela ausência de explicações sobre os motivos dessa conjugação na

escrita delas, normalmente dual, a dúvidas ou a questões que decorrem de redundâncias e até de conflitos de significados.

Um exemplo: escala e território aparecem em duas sequências, descritas a seguir.

Uma primeira ligação entre eles se dá assim: “Essa ‘universalidade’ empírica é passível de ser contestada como, na particularidade do fazer e acontecer do fenômeno técnico, ela se revela na escala do território” (SILVA, 2013, p. 231, grifo nosso).

Na outra, há uma inversão entre eles: “O território em diferentes escalas, assim como a microterritorialização dos diferentes sujeitos que fragmentam o espaço urbano [...]” (COSTA, 2010, p. 112, grifo nosso).

Nessa mesma ordem categorial, envolvendo território e escala, “ele [o território] é visto, na cidade, muito mais pela ótica da microterritorialidade do que pelo território em escala na dimensão da cidade, seja ela pequena, média ou grande [metrópole]” (SPOSITO; SAQUET, 2016, p. 108, grifo nosso).

Outro modo de combinar escala e território está em *Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural* (2006), de autoria de Jorge R. Montenegro Gómez, em que também a escala é revisada na geografia anglo-saxã.

Gómez constrói o que designa de “escala do território rural”, juntando escala e território rural. E, preocupado com essa junção, o próprio autor comenta o motivo dela:

Esta expressão parece apresentar uma confusão terminológica: como o território pode ser uma escala? Na verdade, com “escala do Território Rural”, estamos nos referindo ao tipo de território que a figura de planejamento Território Rural recorta, para pensar e implementar políticas públicas de desenvolvimento [...] (GÓMEZ, 2006, p. 268).

Nessa construção teórica, fica patente a vinculação dessa junção ao Estado, planejamento e políticas públicas, assim como parece estar redundante a combinação escala e território tão somente para precisar um território que já é comumente apropriado enquanto tal pelos “três poderes” constituídos na República Federativa do Brasil.

Ainda nesse intuito de como tratar conceitos geográficos e possíveis relacionamentos entre eles, o geógrafo Valter do Carmo Cruz (2020, p. 174) inicia o debate do

“território” afirmando que: “Todo conceito tem uma história. E, entender a historicidade de um conceito significa entender que ele é construído num momento histórico específico, a partir de problemas também específicos”. Ao mesmo tempo, ele transita por “acúmulos, heranças e continuidades”, bem como por “rupturas, discontinuidades e sobressaltos”.

Em determinado momento, observa que há uma disputa em torno de centralidade conceitual. Em

diversos movimentos e problemáticas colocadas no plano do pensamento social, determinadas categorias ganham ou perdem uma aura de centralidade num determinado âmbito disciplinar. Assim, quando olhamos o campo da Geografia, verificamos que outras categorias já gozaram do status de centralidade [...] (CRUZ, 2020, p. 175).

Entre esses conceitos “centrais”, Valter Cruz cita “região”, “espaço” e, no agora, “território”. Essa “centralidade” tende a levar a hegemonia de um conceito em determinado tempo, sob determinado processo político.

Esse processo acadêmico leva a uma reiteração de “giros” (“viradas”), que enfatizam o suposto “fim” de um conceito, resvalando para disputas de um conceito *versus* outro – o que atenta contra a realidade, buscando positivar um em detrimento do outro.

Não é incomum se deparar com sequências de categorias que dificultam o entendimento do texto, até pelo conflito que pode haver entre elas, se não estiver claro o “como” foram interpretadas; e isso se multiplica pela polissemia, no caso a seguir, do conceito de redes, ora no extensivo, ora no intensivo:

Logo, essa variável diz respeito às transações econômicas estabelecidas na escala da rede urbana e numa escala da rede geográfica mais abrangente, combinando as relações estabelecidas numa rede que combina elementos hierárquicos e não hierárquicos (WHITACKER; VERDELHO, 2015, p. 41, grifo nosso).

Por fim, reafirmando a relevância de se estar atento para mudanças conceituais em autorias escolhidas, altera-se a concepção relacional das escalas protagonizada por geógrafos anglo-saxônicos, como a “multiescalaridade”, exibida na Escala 1, para um outro formato ainda relacional, só que entre categorias geográficas.

Trata-se de um modo de relacionamento, não mais intracategoria escalar, mas intercategorias, configurado por Bob Jessop, Neil Brenner e Martin Jones, no artigo *Environment and Planning D: Society and Space* (January 2008), traduzido e publicado posteriormente (JESSOP; BRENNER; JONES, 2017).

Para configurar esse modo, uma decisão imprescindível é minar o privilégio conferido, seja à escala, seja à negação dela:

Como antigos defensores de uma virada escalar, atualmente questionamos o privilégio, qualquer que seja, de uma única dimensão do processo socioespacial, escalar ou não-escalar, por acreditarmos que isso contribuiu para uma sequência irrefletida de viradas espaciais, levando a curtos ciclos de vida intelectual para importantes conceitos socioespaciais, limitando oportunidades de aprendizado por meio de debates teóricos, análises empíricas e avaliações críticas de tais conceitos (JESSOP; BRENNER; JONES, 2017, p. 108).

Diante do abandono do privilégio de uma ou outra categoria geográfica e das ditas “viradas espaciais” a elas acopladas em determinados momentos, incluindo a ocorrida com a escala nos anos 1990, como efetivam a relação intercategorias geográficas?

Não é simples, contudo, quebrar o monopólio atribuído a um conceito, a uma categoria ou a uma dimensão, inclusive porque geralmente ele está conexo a viradas espaciais efêmeras, que só trocam de monopólio.

Depois de decretar o “fim” de um, vem o “pós” ou o “neo” de outro, e assim segue uma mutação acelerada e efêmera, desconcertante, talvez mostrando a complexidade e as dificuldades de analisar espaços (-, e) tempos em aceleração e mutantes instantaneamente. Com grande velocidade, tudo fica novo e envelhece ao mesmo tempo.

Uma reviravolta anglo-saxônica, em relação à contida na Escala 1, desce da escala e sobe para “quatro dimensões espaciais de relações sociais”: “territórios, lugares, escalas e redes” – mas todas elas situadas na extensão. Os autores ressaltam que “não são as únicas (nem as mais importantes), mas elas são indiscutivelmente as mais notáveis nos trabalhos sobre a reestruturação político-econômica contemporânea” (JESSOP; BRENNER; JONES, 2017, p. 110).

Em que pese a ressalva, uma lacuna é a não sustentação teórico-filosófica da escolha dessa figura quadricular, restringindo essas dimensões a uma qualificação elogiosa: “as mais notáveis”. Posteriormente, não obstante as datas das duas publicações, Brenner (2009, p. 34) liga essas quatro categorias ao “desenvolvimento espacial desigual”.

Com essas quatro categorias, abrem o flanco para sobrepujarem o enclausuramento em uma única categoria, dimensão: “[...] as análises devem envolver articulações dinâmicas de, pelo menos, duas ou mais dimensões dentre as quatro” (JESSOP; BRENNER; JONES, 2017, p. 110). Assim, torna-se relevante praticar essas articulações em estudos específicos, o que requer que nenhuma delas seja aprioristicamente selecionada, tanto para evitar outros clichês, agora mais de um conceito, como também para dosar o número delas.

Os resultados do cruzamento das e entre as quatro dimensões resultam que:

dezesseis células foram geradas por meio da análise cruzada de cada dimensão socioespacial considerada como um princípio estruturante com todas as quatro dimensões socioespaciais consideradas como campos de operação desse princípio estruturante (JESSOP; BRENNER; JONES, 2017, p. 113).

Ao final do artigo, os autores indicam a amplitude desse modo de relacionamento (para eles, “estrutura”) quatripartite. Em

nossos futuros trabalhos, por exemplo, utilizaremos essa estrutura para reconceituar problemas como a questão urbana; a questão regional; o desenvolvimento espacial desigual; a reestruturação espacial do Estado; os ajustes espaço-temporais; as especificidades socioespaciais da União Europeia; e a da metagovernança multiescalar (JESSOP; BRENNER; JONES, 2017, p. 116).

Se se procura uma abertura da escala para além dela, há, todavia, um relativo fechamento estrutural em quatro categorias analíticas, ainda que os autores não descartem inclusões (e exclusões?). Porém um modelo de relacionamento de quatro categorias atende à variedade de reconceituações propostas: “questão urbana, questão regional...”? Porventura em cada “reconceituação” prevista, e em cada situação, revalidando o que já foi dito, não deveriam ser geradas combinações, impossíveis de serem previamente estruturadas, em sintonia com os desafios e com as categorias a eles pertinentes?

Esse passo significativo de romper com a unilateralidade dessa ou daquela categoria em um espaço geográfico não pode, entretanto, desprezar que, ao lado de complementaridades entre elas, também podem ocorrer tensões, conflitos entre escala e outras categorias, incluindo as que advêm de outras epistemologias, de outras “geografias do conhecimento”, para as quais se deu uma mirada na Plataforma 3^a. Como os indígenas expressam ou não escalas?

Dependendo de cada contexto, conflitos vão além de questões estritamente teóricas e abrangem desencaixes espaciais entre escalas de políticas públicas e a definição de bacias hidrográficas, ou entre o processo global de expansão do capital e os recortes das escalas institucionalizadas de regulação a partir do Estado-nação – o que ficou bem nítido na Escala 4, notadamente quando envolve a Justiça.

Dos geógrafos no Brasil lidos, um chama a atenção pelas mudanças relevantes de posições: Renato Emerson dos Santos. A escala, antes situada no comando da análise do espaço geográfico, é substituída pelo território, ambos – escala e território – mostrados na Escala 1. Posteriormente, ele passa a admitir “diversas categorias de interpretação”:

Assim, em diversos contextos de disputas de poder, atores subalternizados vêm valorizando não apenas território, mas também diversas categorias espaciais de interpretação, que na verdade são também instrumentos de ordenamento da realidade (não podemos esquecer que, p. ex., “região” advém do latim “regere”, o que nos devolve à indissociabilidade entre compreender e agir sobre a realidade) (SANTOS, 2019).

Apesar de mudanças na direção de superar um exclusivismo de categorias geográficas, ressoam concepções no sentido de se consagrar uma delas. Assim, um relevante geógrafo no Brasil elege o território: “Cabem algumas palavras sobre o próprio conceito de território e de sua utilização em detrimento de outros mais usuais na literatura geográfica, como hábitat, região ou área” (MORAES, 2005, p. 45).

E, então, assinala duas vantagens do território apartado:

impede qualquer retorno às concepções naturalistas (que tanto marcaram a geografia tradicional) e aponta para uma visão social do objeto geográfico, posto, não mais como o lugar (a paisagem ou a superfície da Terra), mas diretamente como a relação sociedade-espaço em si (MORAES, 2005, p. 55).

Contudo os diversos modos de relacionamento vistos entre categorias geográficas não deixam de dar um passo em relação ao isolamento e à exclusividade conferidos a essa ou àquela, muito antes pelo contrário. Porém o relacional, seja entre uma única categoria, como na escala em si, seja entre mais de uma categoria, chegando a quatro delas, se limita (quase) exclusivamente à extensão, à estriagem, ao molar do espaço geográfico.

Ainda que seja uma das principais mudanças recentes naquele repensar escalar do final do século passado, é preciso, contudo, admitir-se interações anteriores entre categorias, antes mesmo dessa proposta considerada acima. Tomando o território, uma delas já havia sido construída por Veltz (1999, p. 60) mais de 10 anos antes dos três autores citados, se considerarmos a edição do livro em francês: “La imagen de un ‘territorio de redes’ – territorio a la vez discontinuo e segmentado, pues como las redes son múltiples, se superponen y enmarañan – se dibuja en contraste con la del viejo ‘territorio de zonas’”. Contudo, conforme já foi aventado, essa relação acaba partindo o território.

Das categorias usadas nos modos de relacionamento, a de redes pode gerar uma dúvida: ela está sendo remetida ao extensivo ou ao intensivo, ao molar ou ao molecular, ao liso ou ao estriado? Não é especificado o conceito de redes, e não basta o vocábulo: há redes enredadas na extensão, como a “rede urbana” convencional, hierarquizando cidades, definida a partir de níveis, de funções e de tamanhos de cidades. Parece-nos, então, que esta se combina com as demais categorias extensivas, de uma maneira que fica retida na mensuração, na delimitação e, por conseguinte, na extensão.

Como todos os modos de relacionamento levantados, apesar de algumas particularidades, têm em comum a desejável combinação conceitual, mas efetuada apenas na extensão, torna-se necessário tecer em nosso trabalho outro modo de relacionamento sintonizado com Deleuze e Guattari.

Então, além de preservar a combinação conceitual, esse outro modo tem que, necessariamente, misturar, mesclar, entremear o intensivo ao extensivo. Isso pode ser trançado por meio de linhas do carretel dos dois filósofos franceses – a ser desenrolado na continuidade desta Plataforma 4^a.

Antes da Escala 9, a escala havia sido incluída na linha molar – e estávamos voltados para as demais linhas e com qual conceito a escala se relacionaria.

Se tamanhos e níveis estão no cerne da representação da escala geográfica, diferentemente, “molar e molecular não se distinguem somente pelo tamanho, escala ou dimensão, mas pela natureza do sistema de referência considerado” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 104).

É ou não factível, nessa citação anterior, substituir o par molar e molecular por um desses outros quatro pares: “maioria e minoria”; “majoritário e minoritário”; “maior e menor”; “macro e micro”?

Arrisca-se a resposta afirmativa – estendo-a às observações de que não se distinguem todos esses pares conceituais somente pelo “tamanho”, mas pelo uso de cada um deles na filosofia de Deleuze e Guattari. Um exemplo é provável que nos auxilie outros significados para esses “emes”, mas que chegam a mais 4 Ms, segundo exposto.

Tomando “centros de poder” (“exército, Igreja, público ou privado...”) e o “Estado”, Deleuze e Guattari tratam das linhas, de algumas de suas características (molar, molecular, de fuga) e do seu emaranhamento.

No segmento molar, o realce fica no que está se chamando “centros” daqueles centros de poder; e no Estado, afirma-se que “não há contradição alguma entre as partes segmentárias e o aparelho centralizado” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 115).

Por um lado, “o Estado não é um ponto que toma para si a responsabilidade dos outros, mas uma caixa de ressonância para todos os pontos”. E, por outro, atentando-se se tratar de relações entre “ponto(s)” em sentidos inversos, “a mais estrita centralização não suprime, assim, a distinção dos centros, dos segmentos e dos círculos”. E o que se reveste de extrema relevância para nossa tese: “a centralização é sempre hierárquica, mas a hierarquia é sempre segmentária” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 115).

Além do “tamanho”, a hierarquia segmentar apontada indica razões dos e para os níveis escalares – ajudando-nos a moldar a escala na “sociedade disciplinar”.

Deslizando para a segunda linha, molecular:

cada centro de poder é igualmente molecular, exercendo-se sobre um tecido micrológico onde ele só existe enquanto difuso, disperso, desacelerado, miniaturizado, incessantemente deslocado, agindo por segmentações finas, operando no detalhe e no detalhe do detalhe (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 115).

Valendo-se de Foucault, a dupla de filósofos franceses salienta “escapadas e fugas” no molecular, mostrando como as linhas vão se embaralhando. Em alguns movimentos, chegam a ficar indiscerníveis a linha “molecular” e a linha “de fuga”.

A análise das “disciplinas” ou micropoderes, segundo Foucault (escola, exército, fábrica, hospital, etc.), atestam estes “focos de instabilidade” onde se afrontam reagrupamentos e acumulações, mas também escapadas e fugas, e onde se produzem inversões (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 115-116).

Em *El poder: curso sobre Foucault*, Deleuze faz uma pormenorizada explicação sobre a “física do poder”, macro e micro, molar e molecular. Dela, apanha-se uma amostra, a fim de ajudar o nosso entendimento sobre a diferença desses pares, repercutindo nas escalas geográficas:

Foucault nos anuncia una microfísica del poder. O si ustedes prefieren, digamos una concepción molecular del poder. Digo entonces que naturalmente hay en dicha concepción una denuncia de las grandes entidades molares que la mayoría de las teorías presentan ya fechas en su concepción del poder. Las grandes entidades se organizan según oposiciones molares (DELEUZE, 2014, p. 58-59).

Como “oposições molares”, apresenta: “infraestructura – superestructura, dominantes – dominados, oposición de clases, etc.” (DELEUZE, 2014, p. 59).

Para detalhar diferenças do e no macro, e do e no micro, na “aula” se vale de duas: “macrofísica – el poder pertenece a los dominantes y se ejerce sobre los dominados”; e “microfísica – el poder es una relación que passa por los dominados tanto como por los dominantes” (DELEUZE, 2014, p. 59). Fica bem clara a diferença de “natureza” do poder na “macrofísica” e na “microfísica”.

E, sendo assim na física, assim como em outras ciências, conforme procurou-se observar na Escala 2, o macro e o micro também se distinguem, mas muito menos com uma “miniaturização” do segundo em relação ao primeiro: “En microfísica no tienen los mismos elementos, no tienen los mismos tipos de términos que en macrofísica” (DELEUZE, 2014, p. 61).

A escala geográfica pode, em uma sociedade disciplinar, ser tomada como parte de uma segmentaridade na linha molar, atendendo aos requisitos de tamanho, hierarquia. Nessa sociedade, pode-se acoplar os seus espaços (-, e) tempos.

Deleuze (2013, p. 223, grifo nosso), ao elogiar Foucault por ter analisado “muito bem” o “projeto ideal dos meios de confinamento, visível especialmente na fábrica”, especifica esse projeto assim: “concentrar; distribuir no espaço; ordenar no tempo; compor no espaço-tempo uma força produtiva cujo efeito deve ser superior à soma das forças elementares”. A esse espaço-tempo da extensão, ou da “arborescência”, como pensar o intensivo?

Temos que mudar de linha. No intensivo, pela linha molecular, muitas vezes bloqueada pela linha molar ou vertida em outras vezes para a linha de fuga, deslizam conceitos que poderiam se embaralhar com a escala.

Em *Mil Platôs*, e não se poderia esperar outra coisa, o conceito de “platô” é frisado, inclusive onde foi encontrado, retomado, aprimorado, em pelo menos sete passagens anotadas em nosso “caderno IV”. Seleccionamos duas delas, segundo Deleuze e Guattari (2011a).

Na primeira, o platô, diferentemente da escala, não está nem no início nem no fim, mas se desenvolve pelo meio, e está agenciado ao rizoma: “Um platô está sempre no meio, nem início nem fim. Um rizoma é feito de platôs” (p. 44).

Gregory Bateson serve da palavra “platô” para designar algo muito especial: “uma região contínua de intensidades, vibrando sobre ela mesma, e que se desenvolve evitando toda a orientação sobre um ponto culminante ou em direção a uma finalidade exterior” (p. 44). Ora, “evitar um ponto culminante”, por exemplo, é o que não acontece na escala, na escalada escalar, seja no subir, seja no descer, como no global-local.

Na segunda citação, o agenciamento do platô se espraia por outros conceitos, visando ao alisamento do espaço e do tempo intensivo, como acontecimento:

Diríamos, a cada vez, que um corpo sem órgãos (platôs) intervém: para a individuação por heciedade (acontecimento), para a produção de intensidades a partir de um grau zero, para a matéria da variação, para o meio do devir ou da transformação, para o alisamento do espaço (DELEUZE; GUATTARI, 2012c, p. 137).

Subvertendo essa segunda citação sobre o platô, teríamos para a escala: o “organismo” pode ser comparado a uma “organização (ou por que não a um organismo?) escalar”, em que, respectivamente, a questão não são nem os órgãos nem as escalas em si; o tempo não acontece como acontecimento.

Pensa-se, assim, estar no “meio” de um caminho para conjugar escala (extensão) e platô (intensão), notadamente na sociedade disciplinar. Assim como a Terra passa por transformações terríficas, a sociedade disciplinar tem a sua disciplinaridade combinada ou mudada por outros “controles” irradiados pelo “digital”, pelas “mídias”. Em outros termos, “Terra arrasada” e digital frenético estão enredados em sociedades assombradas e assombrosas.

Nessa sociedade, chamada por Deleuze de “sociedade de controle”, e por Guattari de “sociedade pós-midiática”, o que transforma é transformado, perde ou adquire outro sentido, sofre mutações, irrompe nas relações entre espécies, entre humanos, e entre humanos e mais que humanos?

Como a geonálise, em suas três componentes, é afetada e afeta a “sociedade de controle”? Em específico, quando se considera a segmentaridade, como ficam as linhas traçadas em uma sociedade disciplinar e, em descontrole, o par escala-platô? Seguem algumas ranhuras.

No início dos anos 1980, Deleuze e Guattari (2012b, p. 85) afirmaram que o:

agenciamento-vida é *teoricamente ou logicamente* possível com toda espécie de moléculas, por exemplo o silício. Mas acontece que esse agenciamento não é *maquinicamente* possível com o silício: a máquina abstrata não o deixa passar, porque ele não distribui as zonas de vizinhança que constroem o plano de consistência.

No mesmo momento de *Mil Platôs*, Deleuze (2016, p. 186-187) constrói outro agenciamento com o silício:

Hoje em dia, assistimos a algo muito curioso: a revanche do Silício. Os biólogos muitas vezes se perguntaram o porquê de a vida ter “passado” pelo carbono e não pelo silício. Porém, a vida das máquinas modernas passa pelo silício: é toda uma vida não orgânica, distinta da vida orgânica do carbono. Falaremos, neste sentido, de um agenciamento silício.

No livro *Foucault*, e principalmente no “Curso sobre Foucault”, uma terceira geração de máquinas – a do silício, não orgânica, assim como a “revanche do silício” – é mais bem explicitada.

Em uma das explicitações, indaga sobre a “história das novas máquinas”:

¿Qué hay de interesante hoy en las historias de las nuevas máquinas? Las nuevas son la revancha del silício. ¡Es estupendo! El silício vuelve a nosotros. Habíamos preferido el carbono, y entonces ¡pum! Por un rodeo, que es el rodeo tecnológico, se da la gran revancha del silício. No se hacen memorias con carbono, se hacen memorias con silício. Creo que esto es algo fundamental (DELEUZE, 2014, p. 272).

E já lhe chamavam a atenção as “memórias” propiciadas pelo silício.

Nesse tempo de grandes mudanças, novas máquinas – transformações na sociedade –, encaminhando-se para a última década do século XX, Deleuze, no início dos anos 1990, em coexistência com a crise da “sociedade disciplinar”, cunha o conceito “sociedade de controle”, seja na entrevista ao filósofo italiano Toni Negri, seja no texto “Post-Scriptum sobre as sociedades de controle”, em que desenvolve o que se lê na entrevista – ambos, a entrevista e o texto, estão presentes na obra *Conversações (1972-1990)* (DELEUZE, 2013).

Nessa entrevista, Deleuze assinala: “Estamos entrando nas sociedades de controle, que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea” (DELEUZE, 2013, p. 220). Então, passaram-se mais de trinta anos dessa “entrada nas sociedades de controle”, e esse “funcionamento” enredando “controle contínuo” e “comunicação instantânea” só se robustece e se espalha, se derrama e se esparrama.

Poder-se-ia, então, dizer que o que se imaginava como perspectiva de superação da sociedade disciplinar – a intensividade, o deslocamento, o difuso, o molecular – foi e está sendo apropriado por um tenaz e sufocante controle de tudo e de todos em campos desconfinados? Como se dá a fuga em uma sociedade dessa, em que molar e molecular parecem ter se enlaçado, persistentemente, em todo espaço e todo tempo? O “platô” passa a estar estriado?

É muito relevante a conjunção estabelecida entre intensidades e vida não orgânica (no caso, silício): “As intensidades são um assunto de modos de vida e de prudência prática experimental. São elas que constituem a vida não-orgânica” (DELEUZE, 2016, p. 187-188). Entre as muitas designadas “presciências” de Deleuze, está essa do vigoroso debate atual sobre orgânico e não orgânico.

Outras antevistas por Deleuze podem ser engrandecidas, a partir do texto “Post-Scriptum sobre as sociedades de controle”. Como também revolvem nossa tese, extraímos algumas delas e iniciamos uma manifestação das afetações que nos provocam (DELEUZE, 2013):

a) “Os confinamentos são *moldes*, distintas moldagens, mas os controles são uma *modulação*, como uma moldagem autodeformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro” (p. 225) – denotando uma notória influência do filósofo francês Gilbert Simondon.

Incrível: o controle passa se dar principalmente pela modulação, arrefecendo confinamentos, moldes, a exemplo das escalas geográficas. Outro “ponto”, com implicações possíveis nas linhas, decorre das “malhas” (da peneira), que mudam constantemente: no instante e em cada ponto. Configura-se um intrincado e mutante cipoal de linhas desrefeito, desreconstruído a cada instante, a cada momento, e em uma multidão de topologias.

b) “a sociedade da disciplina não se parava de reconhecer (da escola à caserna, da caserna à fábrica)”. E prossegue: “enquanto nas sociedades de controle nunca se termina nada, a empresa, a formação, o serviço, sendo os estados metaestáveis e coexistentes de uma mesma modulação, como que de um deformador universal” (p. 225-226). A segmentaridade linear se rompe em “malhas” emalhadas e desreformatáveis pontualmente.

c) “Os indivíduos tornaram-se ‘*divíduos*’, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou ‘bancos’” (p. 226). Explodem divisões das divisões, incessantemente, com pouca ou quase nenhuma aglutinação, mesmo que passageira.

d) Deleuze metaforiza as duas sociedades, a da disciplina e a do controle, respectivamente, ao mundo animal e aos esportes: “toupeira” e “serpente”; e “antigos esportes” e “surf”:

“Passamos de um animal a outro, da toupeira à serpente, no regime em que vivemos, mas também na nossa maneira de viver e nas nossas relações com outrem” (p. 227). Dessas metáforas, interessa-nos notar: a toupeira aprofunda, cava túneis, enquanto a serpente quase sempre serpenteia na superfície. Ao final do texto, voltam as duas

imagens de outro ângulo: “Os anéis de uma serpente são ainda mais complicados que os buracos de uma toupeira” (p. 230).

Esses anéis levariam a uma sociedade anelar, fechada, anulada, ensimesmada? O subir e descer das escalas contrasta cada vez mais com o deslizando e flanando nos mares e no ar.

e) “O homem da disciplina era um produtor descontínuo de energia, mas o homem do controle é antes ondulatório, funcionando em órbita, num feixe contínuo. Por toda parte o surf já substituiu os antigos esportes” (p. 227). Poderia, quem sabe, também acrescentar a “asa delta”?

Mar e ar, como visto, são espaços lisos, ainda que cada vez mais estriados – mas ainda não submetidos plenamente a uma das estrias mais fortes na e da terra: a propriedade privada, o “mercado de carbono”. Linhas não molares não deixam de estar presentes no mar e no ar, fazendo-se e refazendo-se, sendo que a grande maioria delas se “desreforma” nas ondas de cada soprada, de cada rajada, de cada tufão – com um papel decisivo dos ventos em ambos os ambientes, gerando desafios e perigos.

f) Enquanto o controle é imediato, se (des)faz rapidamente, continuamente e não tem limites, a disciplina se desdobra no espaço e no tempo, segmentada, portanto, de um a outro confinamento, em série:

“O controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, ao passo que a disciplina era de longa duração, infinita e descontínua” (p. 228).

g) O controle se dispersa e se modula no platô:

“Não há necessidade de ficção científica para se conceber um mecanismo de controle que dê, a cada instante, a posição de um elemento em espaço aberto, animal numa reserva, homem numa empresa (coleira eletrônica)” (p. 228-229).

Diferentemente do molde escalar rigidamente definido e demarcado, a “posição” não só é apreendida, em movimento, como também captada em cada mutação de “posição”? Poder-se-ia dizer, assim, que as linhas estão soltas e alcançam, acionadas ou não, as “posições” a serem controladas? Tratar-se-ia, então, de um intensivo submetido a (des)controles? O que pode escapar, e como, às dominações?

h) Uma implicação política das organizações que nasceram de confinamentos na sociedade disciplinar, estruturadas em escalas, e que agora sofrem com descontroles do desconfinamento em meios abertos, com relativo desescalamento:

“Uma das questões mais importantes diria respeito à inaptidão dos sindicatos”. E explana a indagação: “ligados, por toda sua história, à luta contra disciplinas ou nos meios de confinamento, conseguirão adaptar-se ou cederão lugar a novas formas de resistência contra as sociedades de controle”? (p. 229-230).

Por onde passariam outros intensivos, outras linhas e malhas, outros tempos e espaços?

Ao dizer que “é fácil corresponder a cada sociedade certos tipos de máquinas, não porque as máquinas sejam determinantes, mas porque elas exprimem as formas sociais capazes de lhes darem nascimento e utilizá-las”, Deleuze (2013, p. 227), para a sociedade de controle, emprega a seguinte correspondência entre sociedade e máquina: “As sociedades de controle operam por máquinas de uma terceira espécie, máquinas de informática e computadores, cujo perigo passivo é a interferência e, o ativo, a pirataria e a introdução de vírus”.

Em termos de “máquinas” dessa sociedade de controle, o celular foi tornado imprescindível, os “perigos ativos” se avolumaram, como o derrame de notícias falsas – e o corte dos fios, dos aparelhos imóveis, se dissemina a tal ponto que o móvel, a mobilidade conflita, choca, deseja ultrapassar, até passando literalmente por cima, ou pelos ares e mares, buscando o movimento veloz na circulação de tudo por malhas de malhas entre malhas... Dados, informações, fluxos de dinheiro no capitalismo financeirizado vão e voltam, revoltam, e reviram, a cada instante, escalas – inclusive a nacional, despertando reações.

Nesse sentido, uma das possíveis atualizações em *Mil Platôs* o faria deslizar para “Plataformas Mil”, tanto as logísticas quanto as digitais, e as infinitudes de “anéis” serpenteadores, amalgamando terra-mar-ar nos (des)controles.

Não há como deixar de enunciar, neste instante da tese, em 2023, que aos movimentos de desreterritorialização precisamos misturar movimentos de desrecontrolização – ampliando os (en)rolamentos transversais multilineares. Dos movimentos de pontos a linhas, das linhas à fugacidade do quê? Do que não deixa rastro, apesar de poder rastrear, e, principalmente, do poder incontrolável de rastrear? No e do ar, drones,

“balões”, satélites, inclusive privados. Estaríamos em plena navegação, depois do estriamento dos mares, pelos ares, como mais uma expansão ilimitada e incontida, para outros planetas, do capitalismo?

Subindo nas plataformas, em substituição aos platôs, só estamos preparados para lançar naves teóricas bem incipientes.

Em relação às de cunho logístico, conforme já foi citado, ousa-se uma intensidade passante, a qualquer custo, mediante um conjunto de dispositivos que visam acelerar a mobilidade espacial do “capitalismo mundial integrado” por cima das escalas geográficas, procurando derrubar barreiras, “controles”, de toda e qualquer espécie. Os drones parecem ser os mecanismos de transporte e de controle em um incrível alisamento do espaço para acumular e subordinar?!

Deleuze e Guattari (ante)viram algo desse processo que mistura produção-circulação do capital, além de mostrar a captura do espaço liso também por frações dele.

As multinacionais fabricam uma espécie de espaço liso desterritorializado onde tanto os pontos de ocupação como os polos de troca devêm muito independentes das vias clássicas de estriagem. O novo reside sempre nas formas de rotação. As atuais formas aceleradas de circulação do capital tornam cada vez mais relativas as distinções entre capital constante e variável, e mesmo entre capital fixo e circulante; o essencial está na distinção entre um *capital estriado* e um *capital liso*, e na maneira pela qual o primeiro suscita o segundo, através de complexos que sobrevoam os territórios e os Estados, e mesmo diferentes tipos de Estados (DELEUZE; GUATTARI, (2012c, p. 216-217).

Esses “complexos sobrevoadores” nos levam a retomar os movimentos de desrecontrole, as mesclas entre capitais e conflitos, tensões, apagamentos territoriais – e escalares.

Quanto às plataformas digitais, o economista canadense Nick Srnicek (também um dos autores do “Manifiesto por una Política Aceleracionista”, mencionado anteriormente), em *Capitalismo de plataformas* (2018), as define a partir de quatro características.

No nível mais geral, “las plataformas son infraestructuras digitales que permiten que dos o más grupos interactúen”; a segunda característica: “producen y dependen de ‘efectos de red’”; devido a esse efeito, “tengan que desplegar una gama de tácticas para asegurarse de que se sumen cada vez más usuarios”; e, por fim, “son diseñadas de

manera tal que sean atractivas para sus distintos tipos de usuarios” (SRNICEK, 2018, p. 45-50).

No livro, são listadas plataformas-empresas, tais como Google, Facebook, Uber, Airbnb. Dados em cada plataforma, além de serem lançados, são principalmente captados para vendê-los no mercado: “monopolizar estos dados, luego extraerlos, analizarlos, usarlos y venderlos” (SRNICEK, 2018, p. 83).

Relembre-se Deleuze ao dizer que indivíduo-massa passam a sofrer divisibilidades – nas quais pululam dados de toda sorte (ou azar).

Sob diferentes meios, nas e pelas plataformas transitam, intensiva e freneticamente, *online*, dados que, ao mesmo tempo, atendem a usuários, abrem caminhos, mas também desatendem, desencaminham, por meio de distintas capturas deles por quem se sentiu eficazmente contemplado – implicando controles, vigilâncias, quebras massacrantes de “indivíduos”.

Enquanto as plataformas logísticas e as plataformas digitais promovem encantamentos, por sua eficiência e seus resultados, propiciando estonteantes e frenéticas velocidades de serviços, gerando rizomas e sistemas abertos cobiçados, delineando espaços que procuram estar alisados, Deleuze (2013, p. 228), ao correlacionar tipos de máquinas e tipos de sociedades, como vimos anteriormente, também inscreve essa transição: “O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado”; além de colocar uma das equações dilacerantes do mundo: “Pobres demais para a dívida, numerosos demais para o confinamento”. E, então, estamos diante de uma outra forma de exploração e de exclusão.

Nessa equação necrófila, principalmente de negros, tanto no mar – não mais de escravos, mas de refugiados de toda espécie – quanto na terra – via procissões de famintos, de famélicos, de esfomeados –, o filósofo francês teve mais uma presciência: “o controle não só terá que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a explosão dos guetos e favelas” (DELEUZE, 2013, p. 228).

Essa explosão espacial da pobreza “excessiva” segue explodindo no mundo – e implodindo laços de solidariedade. Porém a dissipação das fronteiras não se efetivou para o povo, para os fluxos atinentes ao trabalho. Aberta para o capital, a fronteira foi restabelecida pela “plataforma” – não digital – brutal sanguinária, do que deveria chocar

o “moderno”, mais uma vez: cercas de arames farpados, muros, campos de refugiados, deportações... gerando a exclusão paralisante da vida.

Sobre diferentes cercos, Guattari (2004, p. 63) já relatava discriminações na circulação (de pessoas) no capitalismo mundial integrado: “La libre circulación de bienes y de personas está reservada a las nuevas aristocracias del capitalismo”, um fator adicional na reatualização de fascismos diante de outros subjugados.

Interrupções de fluxos indesejáveis, enclausuramentos de “excedentes” famintos nas ou a partir das fronteiras bloqueadas demonstram sobejamente como se combinam dominações da sociedade da disciplina e da sociedade do controle.

Nesse sentido, distintamente do que se propala acerca de uma globalização que rompe com fronteiras, é necessário precisar quais permanecem. Lapoujade (2017, p. 198) destaca que novas fronteiras não cessam de aparecer: “de 25 anos para cá, por exemplo, mais de 30 mil quilômetros de novas fronteiras internacionais foram instituídas”. Mas o autor também entrelaça o contraste nelas entre “abrir” e “fechar” fluxos. “É possível controlar tanto mais as fronteiras e erguer muros quanto mais livremente se fazem circular os bens, as pessoas, os fluxos monetários”.

Proliferam (des)encontros entre digital e cercamentos de pobres, entre o fascinante e o abominável, entre a velocidade sem medida para mobilidades hegemônicas e o bloqueio instantâneo para migrantes, para refugiados – muitos desses provenientes de desastres da natureza e de eventos extremos provindos da “nova” força geológica destruidora (ou por ela intensificados).

Ainda que não possamos nos restringir às linhas na sociedade de controle, talvez envolvendo misturas entre linhas e rastros que não deixam rastros grafados no espaço extensivo, elas não perdem seus papéis na geoanálise.

Rememorando o exemplo dos centros de poder, para mostrar como se pode trabalhar com as três linhas (molar, molecular, de fuga), propusemos o par escala-platô. Com a ascensão da sociedade de controle, procuramos incorporar uma incipiente influência dela mediante uma passagem ou um diálogo entre platôs e plataformas.

Abrimos outra perspectiva de inserção da sociedade de controle na geoanálise através de tramas, mediante malhas, de uma “peneira”, segundo a imagem de Deleuze, o que

poderia ser desdobrado para um adensamento das linhas nela em comparação com a sociedade disciplinar.

Ainda sobre a sociedade de controle, não hesitamos em contrastar os encantos despertados por outra imagem de Deleuze – a do “silício”, e das novas gerações de máquinas da informação e da comunicação – com os conflitos e lutas ligados à extração de dados, sua mercantilização e seu uso para fins de dominação, bem como a quase total desconsideração do “silício” e dos mecanismos de controle no agravamento da exploração da natureza.

Anunciados desalinhamentos e realinhamento das e entre linhas na sociedade de controle, reconhecidamente em estágio bem rudimentar, além da linha molar, alinhada à escala, da linha molecular, que pode transitar no platô, na plataforma, a terceira linha, a de fuga ou de uma malha intrincada de fuga nessa sociedade de controle, nos permite (des)amarrar a geonálise: as incógnitas e as incertezas provocativas no e do Terraceno, nos espaços (-, e) tempos em e sob mutações e dizimações aceleradas, sem falar de outros mundos (im)possíveis nascentes nos destroços.

A linha de fuga, ao mesmo tempo que pode roteirizar outros mundos (im)possíveis, outros modos de existência, pode também descambar em rotas de “perigo” que fogem fatalmente da fuga – quando não é a fuga que afugenta.

Um desses “perigos” da linha de fuga, listados por Deleuze e Guattari (2012, p. 122), está na “destruição”, na “abolição pura e simples”, em uma morte em luta acelerada com outras mortes: “quarto perigo: que a linha de fuga atravessasse o muro, que ela saia dos buracos negros, mas que, ao invés de se conectar com outras linhas e aumentar suas valências a cada vez, ela se transforme em destruição, em abolição pura e simples, paixão de abolição”.

Ainda sobre esse “perigo”: “o fascismo se constrói sobre uma linha de fuga intensa, que ele transforma em linha de destruição e abolição puras” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 123) – o que, imediatamente, nos desloca para o “8 de janeiro ‘bolsonarista’”: a tentativa de “abolição” da democracia e a consecução da “destruição”.

Além desse “perigo” na política, a sua inserção na Terra é plena. Assim como o fascismo, o capitalismo “se transforma em destruição, em abolição pura e simples, paixão de abolição” de tudo e de todos que não lhe interessam: escalas espaciais e

temporais colapsadas e plataformas logísticas e digitais apropriadas pelo capitalismo para uma brutal combinação do extensivo e do intensivo? Outra abolição, intensiva, é possível? De que, por quem e para quê?

Não se trata somente de geoanalisar, mas também de georealizar ações políticas com potência, que permitam entrever outras “plataformas” desencadeadoras de lançamentos projetadores de mundos possíveis, se é que ainda sejam possíveis?!

Sem se enredar e se contentar com o estupor de fins anunciados, ou apenas com “análises”, como engenhar geoações?

PLATAFORMA 5ª (SEM ESCALA)

Há um “mundo por vir”? Há um “povo por vir”? Ou o Terraceno indica que ambos, mundo e povo, podem não vir? Apocalipse? Colapsologia? Fim? Catástrofe? Hecatombe? Há Espaços e Tempos para Lutas?

No Planeta Terra, assombra a conjugação de “Uma máquina de guerra que não tinha mais objeto a não ser a guerra” a outra malha destrutiva – uma espécie de “máquina destrutiva” da Terra – engendradora do Terraceno. Repõe, mais uma vez, “o que fazer?”, mas umbilicalmente ligado ao “como fazer?” – diante das magnitudes das geoações clamadas.

Estamos ou não encaminhando um “fim” ou uns fins? Nos sentidos atraídos por outro “Gênesis” e por um “Apocalipse”, agora sob intensa intensão?

Haveria quatro “sentidos” para imaginar os fins:

O que significa o “fim de algo”? Isso pode ser concebido, num sentido teleológico, como a obtenção de sua forma mais elevada; ou, num sentido dialético, como a transformação em seu contrário; ou, no movimento do eterno retorno, como um momento no periódico devir das formas; ou como uma aniquilação que mostra sua contingência radical (LACLAU, 1991, p. 127).

Vamos, a seguir, ver alguns desses sentidos em autorias, e a postura de Guattari.

Guerras de toda (des)ordem, destruições aceleradas de espécies suscitam, no século XXI, indagações e miragens, tais como: *Há um mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins* (2017), em Débora Danowski e Eduardo Viveiros de Castro; *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019), expõe o intelectual indígena Ailton Krenak; e *A queda do céu. Palavras de um Xamã Yanomami* (2021), por Davi Kopenawa e Bruce Albert.

Contudo essas indagações e metáforas anteriores não reeditam tempos idos, apesar de estarmos em uma nova situação movida por interseções entre “forças da Terra” e “forças destruidoras da Terra”.

Para enriquecer, ou melhor, para empobrecer essa situação terrificante, temos, na sociedade de controle, um argumento instigante do finlandês Jussi Parikka, professor de Cultura Tecnológica e Estética na Faculdade de Arte de Winchester, Universidade de Southampton, na Inglaterra: “hay un doble vínculo entre las relaciones de las tecnologías mediales y la Tierra entendida como una esfera de vida dinámica que

atraviesa a lo orgânico y lo inorgânico” (PARIKKA, 2021, p. 39). Designa esse duplo vínculo como “Naturalezas mediales”, certamente uma maneira conceitual de articular Natureza e “medios”, a exemplo de “Naturopculturas”, da antropóloga Donna Haraway – tudo para escapar da dualidade fatal.

O mínimo que se pode dizer sobre o primeiro vínculo relacional entre “tecnologias mediales” e “Tierra” é que abrange o primeiro lado dessa relação envolvendo a mediação de “tecnologías y tecnicas de visualización, sonificación, cálculo, mapeo, predicción, simulación, etc. Es a través y en los medios que aprendemos la Tierra como un objecto de relaciones cognoscitivas, prácticas y afectivas” (PARIKKA, 2021, p. 40).

Trocando o sentido da relação, no segundo vínculo, “es la Tierra la que provee de recursos a los medios y los hace posibles: los minerales, los materiales de (sacados de) tierra, las potencialidades de su realidad geofísica que permiten que tengan lugar los medios tecnicos” (PARIKKA, 2021, p. 41).

Sendo assim, torna-se imprescindível implodir uma construção e a disseminação das tecnologias de informação e comunicação – em particular: do silício (por exemplo, a produção de semicondutores); do *software*, em uma das suas expressões espaciais mais conhecidas, o “Vale do Silício”, na Califórnia (EUA); dos aparatos digitais como sendo uma via de “desenvolvimento sustentável”. A formulação desse processo de acumulação como “imaterial”, o “capitalismo imaterial” e coisas desse teor descolaram a exploração do “material”, da Terra, concorrendo para agudizar o Terraceno.

A “revanche do silício” e demais técnicas e aparatos da sociedade de controle, as frenéticas gerações de máquinas e equipamentos, sua operação e o desvario nos seus descartes continuados por obsolescência programada têm que estar na tela da destruição da Terra – encorpando e espraiando a nova “força geológica”.

Fluindo explicitamente pela “geofilosofia”, em Deleuze e Guattari, e pela “ecosofia”, em Guattari, além de alguns filósofos alemães, Parikka (2021, p. 58-59) mostra um contexto que “justifica el uso de la expresión híbrida ‘geología de los medios’” – próxima das “Naturalezas mediales”.

Para a nossa tese, além dos estriamentos escalares e espaciais anteriores à sociedade de controle, Parikka (2021, p. 50) clica com força que “los medios de la tierra, el aire y el

agua es, en cualquier caso, un elemento necesario para nuestra forma de entender (orientada por las artes y las humanidades) las tecnologías mediales”. E, assim, entrelaçamos outra “geo” na teia das “geos” – atualizando-a.

Um exemplo de Parikka nos possibilita descer das “nuvens” à terra, de uma transcendência imaginada de “los medios” à imanência dos “data centers” – e ao que chama de “geofísica” dos dados. Eles estão sendo movidos e se movendo em terras destruídas.

Um supervisor de um centro de dados do Facebook dá “cuenta de esta dimensión fundamental de la información: No tiene nada que ver con nubes. Todo tiene que ver con mantener frío el lugar” (PARIKKA, 2021, p. 56).

O professor finlandês faz uma “provocação” ao Antropoceno por meio de um acrônimo: “Antropobsceno”, usando o conceito de “obsceno” do filósofo francês Jean Baudrillard. Em uma “nota de rodapé”, explica: “La ‘obscenidad’ del Antropoceno puede ser leída como una valorización del término que busca subrayar el papel de las corporaciones y las naciones-Estado en la explotación sistemática del trabajo y los recursos naturales” (PARIKKA, 2021, p. 66-67).

Então, ligando com a nossa atualização na primeira componente da geoanálise, Plataforma 4^a, Parikka aproxima o “Antropobsceno” do “Capitaloceno”? Do que conseguimos depreender do “Antropobsceno”, essa citação não responde diretamente, se aproxima de Guattari, evita nostalgias da Terra e encena uma outra “era geológica” abrangente: “relación ecosófica transversal a las esferas de lo económico, lo social, el diseño del medio ambiente y la producción” (PARIKKA, 2021, p. 67).

No Terraceno, “acreditar no mundo” inspira fé? Trata-se de uma acreditação crível, particularmente que a “inteligência” (dita) artificial poderá nos redimir de algo que se avizinha tenebroso? Ou é de fato um desejo que produz confiança para agir? Há mundos por vir ou povos por vir? Ou estamos rumando ou já estamos imersos em um apocalipse, em um final dos tempos, e o colapso é iminente? Ou, ainda, essas duas forças estão em disputa e oscilam (des)crenças no que é possível em cada momento intenso?

Deleuze e Guattari, em todas as suas três obras conjuntas, acreditam em uma “nova Terra” e um “povo por vir” – e, assim, recolocam Nietzsche. Não custa clamar para diferirmos Terra nova, Terraceno, de nova Terra.

Em *O anti-Édipo*, nas últimas frases, uma das imagens da “nova terra”, a como “lugar de cura”, mostra a influência de Nietzsche:

Completar o processo, não pará-lo, não fazê-lo girar no vazio, não dar-lhe uma meta. Nunca se irá bastante longe na desterritorialização, na descodificação dos fluxos. Porque a nova terra (“em verdade, a terra se tornará um dia lugar de cura”) não está nas reterritorializações neuróticas ou perversas que param o processo ou lhe fixam metas, ela não está nem atrás nem adiante, ela coincide com o acabamento do processo de produção desejante (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 485).

Essa “nova terra” está conjugada a “local de cura” e, portanto, a doença – saúde –, e pode se especular, a partir daí, a “salvação”, devido à etimologia. Também tem, na citação, uma liga com a “produção desejante”. Nesses termos, a “nova terra” necessita ser desejada... e produzida. Como fazer? Quais geoações? Têm elas vigor para contrarrestar a terra nova violentada?

Em *Mil Platôs*, há pelo menos duas passagens que abrem possíveis.

A primeira relacionando “o povo e a terra” ao cosmo, a arte, ao local:

Em vez de o povo e a terra serem bombardeados por todos os lados num cosmo que os limita, é preciso que o povo e a terra sejam como os vetores de um cosmo que os carrega consigo; então o próprio cosmo será arte. Fazer da despopulação um povo cósmico, e da desterritorialização uma terra cósmica, este é o voto do artista-artesão, aqui e ali, localmente (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 172).

“Povo cósmico”, “terra cósmica”, “cosmo” como arte e “artista-artesão” “aqui e ali”: uma indicação do povo e da terra cósmicos mediados pela arte cósmica e pelo artista – acontecendo em cada “local”, cosmos e “aqui e ali” em estreita interação?

Na outra passagem, “a pior máquina de guerra mundial reconstitui um espaço liso, para cercar e clausurar a terra. Mas a terra faz valer seus próprios poderes de desterritorialização, suas linhas de fuga, seus espaços lisos que vivem e que cavam seu caminho para uma nova terra” (DELEUZE; GUATTARI, 2012c, p. 117-118).

Lutas entre reterritorializações na terra mediante cercos e cercas, e enclausuramentos, estriando espaços, e desterritorializações da e na terra, seus “próprios poderes”, provocados e amplificados por poderes terrenos, “cavam” caminhos para uma “nova terra” ou cada vez mais para o “Terraceno”, e até uma imprevisível terra nova?

Na última obra conjunta, *O que é a filosofia?*, registramos que a dupla de filósofos franceses faz pelo menos três menções à “nova terra” e ao “novo povo”:

“A revolução é desterritorialização absoluta ao ponto mesmo em que esta faz apelo à nova terra, ao novo povo” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 131);

“Esse povo e essa terra não serão encontrados em nossas democracias. As democracias são maiorias, mas um devir é por natureza o que se subtrai sempre à maioria”. E continuam: “É uma posição complexa, ambígua, a de muitos autores com relação à democracia” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 139-140); e

“O devir é sempre duplo, e é este duplo devir que constitui o povo por vir e a nova terra”, sendo que “a desterritorialização e a reterritorialização se cruzam no duplo devir” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 142).

Uma discussão se impõe a partir da seguinte afirmação de Deleuze e Guattari, na segunda citação supracitada: “esse povo e essa terra não serão encontrados em nossas democracias”.

Contudo, agora, estamos no momento no mundo em que nunca se defendeu tanto, frisa-se, a “democracia” diante do recrudescimento de autoritarismos, “fascismos”. E, então, como reencontrar o povo e a terra? A democracia das “maiorias” seria uma maneira de reduzir, apenas, o ritmo de destruição implacável da Terra, já que os diferentes “negacionismos” das mudanças da e na Natureza o acelerariam necrofilamente? Ou não se trata de toda e qualquer democracia, apesar de ela poder, em algumas situações, abrir frestas para soltarmos uma linhazinha de uma fuguinha diminuta?

Na primeira citação, entre as três menções extraídas de *O que é a filosofia?*, não se deixa de considerar a “revolução” como um “apelo” ao “povo por vir e à nova terra”. A “revolução” apela e faz apelo, mas, neste mundo calcinado, qual revolução? Bradar por ela a fim de não nos sufocarmos em devires minoritários criativos ou sermos sufocados pela destruição em meio a esses devires?

O devir duplo, envolvendo “revolução” e ações moleculares, geraria uma “vontade potência” para multiplicar microterras e micropovos que acalentam, que embalam uma Terra nova com povos em movimento, em marcha para outros mundos, outras existências? Escalas cedem lugar a quase refúgios, e plataformas são redirecionadas para se reconectarem ao Terraceno revolto, retorcido, tempestuoso?

Duplo devir, acontecimentos, “povo por vir” e “nova terra”, cruzamento na desreterritorialização, tudo isso e muito mais chacoalham questionamentos sem fim, em mundos que precisam de lutas – e a luta mínima podem ser as indicadas pelas antropólogas consideradas na Plataforma 4^a – e ações – ações concretas em espaços desérticos –, com o contrário do desejado a ser produzido, com terra morta e sem povo, despovoado, ainda que com outras povoações que podem atrair algum povo, como fungos, cogumelos, “pragas” outras em “espaços de ruínas”.

Mas não podemos fugir” da linha de fuga tornada de destruição da Terra, com o poder necrófilo da nova “força geológica”: podemos ou devemos ter tónus e lutar por nova terra e por um novo povo por vir? “Acreditar no mundo”? Ou se deve agudizar os tons, os sons, as reverberações, os derramamentos do apocalipse da catástrofe, do colapso iminente?

As sirenes já não tocam em avalanches, em derramamentos, em explosões, em tragédias nucleares, talvez sinalizando que devemos aceitá-las e resta-nos prepararmos para morrer um pouco menos? Quais sinais alvissareiros poderiam contagiar “mentes e corações” de sociedades, grupos, povos que outras terras e outros possíveis já existem e podem existir em profusão de diferenças?

Nossas pequenas linhazinhas de fuguinhas, pelo menos até o momento, ganharão cores (para além do verde), diâmetros (engrossando-as) e dispersão no mundo ou soçobrarão em meio a tempestades, a vulcões, a maremotos, a terremotos, a eventos climáticos extremos, às extinções? Haja resiliência!

Quando voltamos a um dos pontos de Espinosa, e a crítica de Nietzsche, sobre “potência” como o propósito de “persistir” em vida e na vida, amplificado pelo filósofo alemão, como relê-los diante da “sexta extinção”, do vigor readquirido pelo conceito e necrofilia, pelas vidas incontáveis em risco e em morte continuada?

A Terra teria tamanha capacidade de reequilibrar desequilíbrios entrelaçados como nunca em escalas cada vez mais desescalares e/ou seria resiliente a tudo suportar? O intempestivo, as “intrusões” de Gaia se deparam, e em qual extensão e com qual intensidade, com resiliências da Terra (im)paciente, (in)clemente, mas restaurável, inclusive através de geoengenharia ou uma inteligência sem fim?

Estariam em debates escalas de tempo: o que hoje se imagina como hecatombe poderá retornar daqui a milhares de anos, diferente, mas sem um fim, sem um apocalipse, sem um “final dos tempos”?

E torna-se necessário remetermo-nos à Escala 2 – e continuá-la nesta Plataforma 5^a. O cosmólogo brasileiro Mário Novello tem outra concepção do cosmo. Fazendo uma análise do capítulo “A criação do mundo”, de sua obra *O universo inacabado: a nova face da ciência*, Novello (2018, p. 165) diz: “Estranhamente, as versões dos mitos tradicionais e as criadas pelos cientistas guardam semelhanças inesperadas. Devemos procurar as causas dessa coincidência”.

Das discordâncias dele com as duas “versões” supracitadas, a de “mitos tradicionais” e a de “cientistas”, escolhemos três delas: “É possível que tenha havido [o uso temporal aqui é indevido] outros mundos”; “É possível que o universo esteja ainda em formação, ou seja, inacabado”; e: “O cosmo como um processo aberto, território de encontro das diversas formas criadas para refletir, entender, produzir a realidade” (NOVELLO, 2018, p. 195). Se projetarmos suas concepções, poderíamos entender que se trata de um cosmo “aberto”, em “processo”, enfim, sem fim?

Também não há como não retomar a Plataforma 3^a, pois as referências anteriores de Novello tocam diretamente a geopolítica do conhecimento. Considera “mitos” de povos diferentes, ainda que os repense, menciona outros mundos, aproximando-se dos “pluriversos” – já que defende outros mundos e, assim, discorda de um único Universo.

É um cosmólogo que possibilita conversar com filósofos da imanência, principalmente quando se pronuncia sobre o “inacabado”, sobre o “em construção” (e não a construção social das escalas) e sobre o “aberto” em meio a “encontros”.

Dessas suas visões, emana também algo que energiza o debate atual e permite muitas apropriações de seu livro pelos “foras”: o “universo inacabado” não tem início e fim, mas mutações imprevisíveis.

Voltemos à Plataforma 5^a, imaginando o rizoma com as arborescências que traçamos. Tentemos voltar a plataformizar com multifurcações dos dois filósofos franceses em tela nesta tese, isoladamente ou em dupla.

Um dos aspectos que estava em aberto no desenrolar de nossas leituras sobre Deleuze tem a ver se, e em que momento, ele pode ou não ter escrito algo sobre, na e da Terra-Natureza. Além daquela menção, em uma entrevista, do desejo de elaborar um livro conjunto com Guattari, não havíamos encontrado nada que despertasse maior interesse para nosso trabalho.

Chegamos a pensar que, enquanto Guattari tratava da “ecosofia”, no contexto de transformações midiáticas e tecnológicas, Deleuze estava voltado para a “sociedade de controle” e a “Imanência... uma vida”.

Mas foi quando flutuamos nesta Plataforma, especialmente sobre este debate de como tratar apocalipses, catastrofismos, colapsismos da Terra, que reencontramos mais uma “ficha” ou uma ferramenta, e ela caiu, possibilitando anunciar algo de Deleuze, em conjunto com sua esposa, Fanny: um Prefácio à tradução para o francês (pela sua esposa) do livro *Apocalypse*, do escritor D. H. Lawrence, de 1978 – mais ou menos próximo de *Mil Platôs*. O referido Prefácio intitula-se “Nietzche e São Paulo, D. H. Lawrence e João de Patmos” (DELEUZE, 2011b, p. 51-71).

Como essa meada é longa, puxa-se para dar a partida. Segundo Lawrence (1990, p. 39):

O Apocalipse é uma forma curiosa de literatura, judaica e judeu-cristã, que surgiu por volta do 200 a.C., quando os profetas já estavam extintos. Um dos primeiros apocalipses é o livro de Daniel, pelo menos a segunda parte dele; outro é o apocalipse de Enoc, cujas partes mais antigas teriam sido escritas no século II a.C.

Conjuga, para notar “apocalipses”, a situação dos “judeus”, dos “profetas” e dos videntes”: “Os profetas calaram-se para sempre. Os judeus passaram a ser um povo com *destino adiado* (após a segunda destruição do Templo). E então os videntes começaram a escrever apocalipses” (LAWRENCE, 1990, p. 39).

Diz-nos, adiante: “Queremos sempre uma ‘conclusão’, um fim; em nossos processos mentais sempre queremos chegar a uma decisão, uma finalidade, um ponto final. Isto nos dá uma sensação de satisfação” (LAWRENCE, 1990, p. 55).

Então, de acordo com Lawrence (1990, p. 59), “para apreciar a maneira de pensar dos pagãos, temos de abandonar nossa linearidade, o hábito de ir do começo ao fim e deixar que a mente atue em círculos, ou zanze de um lado para o outro sobre um aglomerado de imagens”. Não é sem propósito, então, a admiração de Deleuze por esse literato.

Também nos deparamos com uma eventual influência “bíblica” para a genealogia da nova terra e do novo povo por vir. Em uma passagem “avançada” do livro bíblico do Apocalipse: “É uma mensagem geral (ou universal) menor da destruição do velho mundo e da criação do novo: uma mensagem menor do que a destruição do velho Adão e da criação do novo homem, revelado pelo livro dos sete selos” (LAWRENCE, 1990, p. 79-80).

Contrariando o cosmólogo Novello, em parte, Lawrence entende que:

Por trás de todo mito da criação encontra-se a ideia grandiosa de que o cosmo *sempre foi*, que não podia ter tido nenhum começo porque sempre existira e sempre haveria de existir. Não poderia ter sido criado por um deus, porque ele próprio era todo deus e todo divino, a origem de tudo (LAWRENCE, 1990, p. 102-103).

Afirmando, em sua obra, que “também nós não queremos morrer” (1990, p. 120), Lawrence expõe:

O que queremos é destruir nossas ligações falsas, inorgânicas, especialmente as relacionadas com o dinheiro, e restabelecer as ligações orgânicas, vivas com o cosmo, o sol e a terra, com a humanidade, a nação, a família. Se começarmos com o sol, o resto virá, lentamente, lentamente (LAWRENCE, 1990, p. 121).

No prefácio feito por Deleuze e Fanny à edição francesa do livro de D. H. Lawrence, de 1978, encontra-se uma referência ao que procurava sobre Terra-Natureza, conforme o disposto antes. Há uma consideração à “destruição do mundo ‘habitável’”, ao final dos anos 1970, em uma nota de rodapé:

Alguns pensadores descrevem hoje um quadro propriamente “apocalíptico”, onde se destacam três características: 1) os germes de um Estado mundial absoluto; 2) a destruição do mundo “habitável” em proveito de um meio ambiente estéril e mortífero; 3) a caça ao inimigo “qualquer”.

E um exemplo citado por Deleuze como “pensador” sobre “um quadro apocalíptico” é o arquiteto e filósofo francês Paul Virilio.

É fértil a trajetória da escrita do Prefácio que chega a essa nota de rodapé. Apenas para excitar o convite a sua leitura, extraem-se frases do parágrafo em que ela está inserida, de acordo com Deleuze (2011b, p. 62-63):

Quando os pagãos falavam do mundo, o que os interessava eram sempre os começos, e os saltos de um ciclo a outro; mas agora sobrou só um fim, ao termo de uma longa linha monótona, e, necrófilos, nós nos interessávamos por esse fim, desde que ele seja definitivo.

Ainda sobre os pagãos, sobre os pré-socráticos, Deleuze (2011b, p. 62) diz que falavam da “destruição” como uma “injustiça proveniente do excesso de um elemento sobre um outro, e o injusto era antes de tudo o destruidor. Mas agora *é à destruição que chamam de justa*, é a vontade de destruir que se denomina Justiça e Santidade” – como sendo o aporte do Apocalipse que sequer recrimina os romanos de “serem destruidores”.

E, para não se alongar ainda mais: “O Apocalipse não é o campo de concentração (Anticristo), e sim a grande segurança militar, policial e civil de um Estado novo (Jerusalém celestial)” (DELEUZE, 2011b, p. 63).

É imprescindível não olvidar a ênfase de Guattari dada à “ecosofia”, combinando três ecologias – mental, ambiental e social –, conforme visto na Plataforma 4ª, e as alterações nos processos de subjetivação.

Em conjunto, Deleuze e Guattari (2012b, p. 172) questionam a relação micro da “criação” e a macro da “destruição e conservação”, repondo (ou não?) o debate escalar micro-macro:

O próprio das criações, perguntamos, não é operar em silêncio, localmente, buscar por toda parte uma consolidação, ir do molecular a um cosmo incerto, enquanto que os processos de destruição e conservação trabalham no atacado, têm posição de destaque, ocupam todo o cosmo para subjugar o molecular, colocá-lo num conservatório ou numa bomba?

Como a dupla de filósofos redigiria desmontes massacrantes, aos montes e aos horizontes, da “terra por vir” e constrangimentos dilacerantes, quase fatais, ao “povo por vir”? Como nas escalas do tempo e dos espaços dominantes da macrodestruição

poderíamos aquecer, ondear, soprar plataformas de recriações de vidas, de solos, de...
Terra em pleno Terraceno?

Conforme já foi transcrito aqui, Deleuze (2013, p. 222), em uma de suas últimas entrevistas, ao filósofo italiano Toni Negri, quando estava em alta a elaboração da “sociedade de controle”, coloca: “Acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos desapossaram dele”.

E o que significa “acreditar no mundo”? “Significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos [...]”. E, ao final: “Necessita-se ao mesmo tempo de criação e povo” (DELEUZE, 2013, p. 222).

Oscilam “revolução”, em alguns momentos, e, em outros, nos anos 1990, fala-se em “suscitar acontecimentos, mesmo pequenos”. Macro e micro desreembaralhados?

Esse “pequeno” significaria um encurtamento, um estreitamento das políticas, das lutas diante do avassalamento da Terra? O professor Mark Fisher tem como subtítulo de seu livro *Realismo Capitalista* (2020) uma indagação perturbadora de uma conhecida frase: “É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo”?

Se for assim, ao nível de cada tentativa molecular se avalia a capacidade de resistência ou, diferentemente, se está fadado ao controle do e pelo macro aterrador?

Transcrevendo a citação de Deleuze em sua entrevista já citada, Danowski e Viveiros de Castro, quase três décadas e meia depois, reanimam a pergunta: “Há um mundo por vir?”

Para essa outra dupla, “falar no fim do mundo é falar da necessidade de imaginar, antes que um novo mundo em lugar deste nosso mundo presente, um novo povo; o povo que falta. Um povo que creia no mundo que ele deverá criar com o que de mundo nós deixamos a ele” (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2017, p. 165). Talvez tenha faltado se perguntarem: que mundo será deixado para ser recriado? E a quais “inacabados” e também “acabados” estamos chegando, passando e ultrapassando, ou sendo ultra-passados?

Não obstante, em páginas distintas, Danowski e Viveiros de Castro (2017) dão indicações que podem ser tomadas como “acreditar” e “criar” mundos:

a) uma extensa listagem (abrangendo mais de uma página) de “agentes, agências, atores, actantes, ações, fenômenos ou como mais os queira chamar”, entre eles, ao final, “os *drones* assassinos, as câmeras de vigilância onipresentes, a internet, os satélites do sistema GPS, a parafernália de instrumentos, modelos e experimentos científicos que permitem avaliar a evolução dos ‘limites planetários’”. Ressalvam que “alguns, talvez vários deles, podem mudar de campo (de efeito e de função) das maneiras mais inesperadas – e se articulam com diferentes povos, coletivos [...]” (p. 138-139); e

b) “hoje sentimos repugnância ao pensar na desaceleração, no regresso, no recuo, na limitação, na frenagem, no decrescimento, na descida – na *suficiência*”. E prosseguem: “[...] é prontamente acusada de localismo ingênuo, primitivismo, irracionalismo, má consciência, sentimento de culpa, ou mesmo, sem rebuços, de pendores fascizantes” (p. 162-163).

Portanto, contrair escalas e reorientar plataformas digitais para outro “efeito e função” possibilitariam acreditar e experimentar mundos... possíveis?

O doutor em História da Arte, membro do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de Princeton, Jonathan Crary, em sua obra *Terra arrasada: além da era digital, rumo a um mundo pós-capitalista* (2023), evidencia que “eventos extremos” também aumentam a temperatura do debate sobre o sempre presente “o que fazer?”.

Nesse livro, Crary, entre outros significados de “terra arrasada”, arrasa o “acreditar no mundo” ou aquela “cura” (Nietzsche e Deleuze e Guattari, anteriormente). Assim, “terra arrasada significa o sufocamento da esperança, o cancelamento da possibilidade de restauração ou cura do mundo” (2023, p. 65).

O autor diz que, “em tempos de emergência” e de “perigos” para o “futuro do planeta”, assusta que “tantas pessoas optem por se confinar voluntariamente em armários digitais dessecados e concebidos por um punhado de corporações sociocidas. Rotas para um mundo diferente não serão encontradas nas ferramentas de busca da internet” (CRARY, 2023, p. 179). Diante de seu propósito de negar peremptoriamente o que chama de “complexo internético”, as plataformas deveriam ser implodidas. Outras plataformas?

Guattari (2015b, p. 393-394) faz uma objeção atualíssima ao discurso catastrofista:

En un ambiente de pasividad mass-mediática, cuanto más se evoca la catástrofe, más es inconscientemente deseada. Beneficio secundario, pero cuán jugoso, de semejante promoción mortífera: la apertura de nuevos mercados, el de la recuperación política de la ecología y el del eco-negocio industrial.

Traduzindo de alguma forma, ao final do século, uma certa expectativa (favorável) à “informática”, dependendo do agenciamento em que esteja incluída, Guattari (1992, p. 15) critica e aposta: “Existe uma atitude antimodernista que consiste em rejeitar maciçamente as inovações tecnológicas, em particular as que estão ligadas à informática”.

Em uma articulação dessas duas citações de Guattari, ainda uma outra expõe a posição do filósofo, entrelaçando “ecologia” e seus impasses, e “tecnologia” e suas mutações:

O mundo contemporâneo, emaranhado em seus impasses ecológicos, demográficos, urbanos, incapaz de assumir as extraordinárias mutações técnico-científicas que o atingem, de uma forma compatível com os interesses da humanidade, se engajou em uma corrida vertiginosa, seja para o abismo, seja para uma renovação radical (GUATTARI, 1992, p. 116).

Há outras autorias que dão outros sinais, ainda que com escalas e plataformas majoritariamente despedaçadas pelas forças “cegas” da “intrusão”, que transformam intempestivos, acontecimentos em destroços, em mortalidades e mortandades que nos assolam abrupta e frequentemente – ainda que o nosso antropocentrismo nos leve a expor em nossos trabalhos apenas as taxas ditas humanas –, ficando as desumanas para trabalhos em outros campos de conhecimento específicos dos específicos, por exemplo, biologia vegetal, biologia animal – em que não estamos.

Sobre “adiar o fim do mundo”, o intelectual indígena Krenak (2019, p. 80) nos fala de outro lugar:

Cabe a essas outras formas de vida, aquelas que são inseparadas da Terra-Gaia, que é origem e condição de todos os mundos humanos possíveis, formas portanto fundadas em outras ideias de “humanidade”, mostrar como é... *possível* adiar um fim que a forma de vida dominante se empenha em apressar, ao acreditar que pode forçar a terra a coincidir com o mundo da sua “humanidade”. Adiar o fim do mundo é possível...

Escanteando as linhas de fuga destruidoras e mortais, as linhas ou malhas de fuga criadoras precisam ser lançadas por meio da geração de espaços e tempos lisos, de resgate e recuperação daqueles espaços destruídos, da defesa de povos que possam ser aliados na nova terra e de novos povos por virem – e, resgatando um *slogan* de Deleuze e Guattari (2011a, p. 48): “Seja rápido, mesmo parado!”.

Talvez ainda sejam possíveis outros embalos desalinhados, outras ambulações... além daqueles “de sábado à noite”... em geoanálises – geoações, descendo e deslizando, deslocando e subindo –, escalando e plataformizando em espaços (-, e) tempos ao fim sem fim com outros fins, afinal... um final “sem vida”, mas con-vida...

ONDAS E TRILHAS E VENTOS PARA SUBIR E DESCER E DESLIZAR E FLANAR PELAS ESCALAS E PLATAFORMAS

ALLIEZ, Éric; LAZZARATO, Maurizio. **Guerras e Capital**. São Paulo: Ubu, 2021.

ANAXIMANDRO; PARMÊNIDES; HERÁCLITO. **Os Pensadores Originários**. 2. reimp. Rio de Janeiro: Vozes, 2021.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. **No território da linha cruzada**: a cosmopolítica afro-brasileira. Porto Alegre: Editora UFRGS / Fundação Cultural Palmares, 2006.

AZEVEDO, Beatriz. **Antropofagia** – Palimpsesto Selvagem. São Paulo: Cosac Naify, 2016.

BACELAR, Tânia de Araújo; GALVÃO, Antônio Carlos. Política Nacional de Desenvolvimento Regional: uma proposta para a discussão. *In*: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy. **Brasil Século XXI**. Por uma nova regionalização? Agentes, Processos e Escalas. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 28-53.

BAKER, Joanne. **50 ideias de Física Quântica que você precisa conhecer**. 7. reimp. São Paulo: Planeta do Brasil, 2017.

BATESON, Gregory. **Metadiálogos**. Lisboa: Gradiva – Publicações, 1996.

BATESON, Gregory. **Pasos hacia una ecología de la mente**: una aproximación revolucionaria a la autocomprensión del hombre. Buenos Aires: Editorial Lohé-Lume, 1985. Disponível em: <https://pedropeixotoferreira.files.wordpress.com/2014/03/bateson-gregory-passos-hacia-una-ecologia-de-la-mente.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2022.

BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BEN-DOV, Yoav. **Convite à Física**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

BENKO, Georges. **Economia, Espaço e Globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BENSUSAN, Nurit. Diversidade e unidade: um dilema constante. Uma breve história da ideia de conservar a natureza em áreas protegidas e seus dilemas. *In*: BENSUSAN, Nurit; PRATES, Ana Paula (org.). **A diversidade cabe na unidade?** Áreas protegidas no Brasil. Brasília: IEB, 2014. p. 30-81.

BERGSON, Henri. **O pensamento e o movente**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BORNHEIM, Gerd. Filosofia do Romantismo. *In*: GUINSBURG, J. (org.). **O Romantismo**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 75-111.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Schwartz, 2017.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Anotações para uma geoeconomia política transescalar do subdesenvolvimento histórico-geográfico desigual na periferia do capitalismo: lições para América Latina. *In*: BRANDÃO, Carlos Antônio; FERNÁNDEZ, Victor Ramiro; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.). **Escalas Espaciais, Reescalamentos e Estatalidades**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, Letra Capital, 2018. p. 326-360.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Capitalismo(s) y Región(es) en el singular y en el plural: desafíos para renovar el pensamiento crítico y original latino-americano e intervenir vía planificación regional. *In*: ENCUENTRO DE EXPERTOS GUBERNAMENTALES EN POLÍTICAS DE DESARROLLO TERRITORIAL EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 1., 2012, Santiago. **Anais...** Santiago: Cepal, 2015.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Desenvolvimento, Territórios e Escalas Espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem multidisciplinar. *In*: RIBEIRO, Maria Teresa Franco; MILANI, Carlos R. S. (org.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: Editora UFBA, 2008. p. 151-186.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Estratégias hegemônicas e estruturas territoriais: o prisma analítico das escalas espaciais. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 21, n. 2, p. 303-313, abr./jun. 2011.

BRANDÃO, Carlos Antônio. O modo trans-escalar de análise e intervenção pública. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2003. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/issue/view/79>. Acesso em: 17 jun. 2016.

BRANDÃO, Carlos Antônio. O processo de subdesenvolvimento, as desigualdades espaciais e o “jogo das escalas”. *In*: SEI – Superintendência de Estudos Sociais da Bahia. Desigualdades Regionais. Série Estudos e Pesquisas 67, p. 9-37, 2004.

BRENNER, Neil. A thousand leaves: notes on the geographies of uneven development. *In*: KEIL, Roger; MAHON, Riane (eds.). **Leviathan Undone?** Towards a Political Economy of Scale. Vancouver: UBC Press, 2009. p. 27-50. Disponível em: <https://www.ubcpres.ca/asset/9303/1/9780774816304.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2011.

BRENNER, Neil. **Espaços da urbanização**: o urbano a partir da Teoria Crítica. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, Letra Capital, 2018.

BRENNER, Neil. Tesis sobre la urbanización planetária. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 243, p. 38-66, jan./fev. 2013.

BUCHANAN, Ian. El problema de los estratos. *In*: MARDONES, Patricio Landaeta; CORONA, José Ezcurdia (eds.). **Gilles Deleuze y Félix Guattari**: perspectivas actuales de la Filosofía Vitalista, Santiago de Chile. Santiago: Metales Pesados, 2020. p. 201-232.

CÂNDIDO, Jônatas de Lima. A Teoria do Ator-Rede e a Geografia. *In*: SPOSITO, Eliseu Savério; CLAUDINO, Guilherme dos Santos (org.). **Teorias na Geografia: avaliação crítica do pensamento geográfico**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020. p. 551-575.

CASTRO, Cleber Marques de Castro; PEIXOTO, Maria Naíse de Oliveira; PIRES DO RIO, Gisela Aquino. Riscos ambientais e Geografia: conceituações, abordagens e escalas. **Anuário do Instituto de Geociências** - UFRJ, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 11-30, 2005.

CASTRO, Iná Elias de Castro. Escala e pesquisa na geografia. Problema ou solução? **Espaço Aberto** (PPGG- UFRJ), Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 87-100, 2014.

CASTRO, Iná Elias de Castro. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda, 2005.

CATELAN, Márcio José. **Heterarquia Urbana: interações espaciais interescolares e cidades médias**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora / Editora UNESP, 2013.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Clima y capital: la vida bajo el antropoceno**. Chile: Mimesis, 2021.

CHAPOUTOT, Johann. **A Revolução Cultural Nazista**. Rio de Janeiro: Da Vinci Livros, 2022.

CHAUÍ, Marilena. **A nervura do real: imanência e liberdade em Espinosa**. Vol. I. Imanência. São Paulo: Companhia das Letras, 2016a.

CHAUÍ, Marilena. **A nervura do real: imanência e liberdade em Espinosa**. Vol. II. Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2016b.

COSTA, Benhur P. da. O espaço social, os sujeitos e as múltiplas micro territorializações urbanas. *In*: PEREIRA, Sílvia R.; COSTA, Benhur P. da; SOUZA,

Edson B. C. de. **Teorias e Práticas Territoriais**: análises espaço-temporais. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 99-114.

CRARY, Jonathan. **Terra arrasada**: além da era digital, rumo a um mundo pós-capitalista. São Paulo: Ubu, 2023.

CRUZ, Valter do Carmo. Da produção do espaço ao governo do espaço – deslocamentos metodológicos para uma abordagem territorial. *In*: LIMONAD, Ester; BARBOSA, Jorge Luiz (org.). **Geografias**: reflexões, leituras, estudos. São Paulo: Max Limonad, 2020. p. 170-205. E-book.

CRUZ, Valter do Carmo. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. *In*: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de Oliveira. **Geografia e giro descolonial**: experiência, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 15-36.

DALLABRIDA, Valdir Roque. La escala en los procesos de gestión del desarrollo: revisión teórica, análisis de experiencias y aportes a la investigación. *In*: FERNÁNDEZ, Víctor Ramiro; BRANDÃO, Carlos (org.). **Escalas y políticas del desarrollo regional**: desafíos para América Latina. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2010. p. 185-216.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há um mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. 2. ed. Florianópolis: Cultura e Bárbarie; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2017.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; SALDANHA, Rafael. **Os mil nomes de Gaia**: do Antropoceno à Terra – Volume 1. Rio de Janeiro: Machado, 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A sombra de outubro**. A Revolução Russa e o espectro dos soviets. São Paulo: Perspectiva, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

DELEUZE, Gilles. **A Ilha Deserta e outros textos (1953-1974)**. São Paulo: Iluminuras, 2008a.

DELEUZE, Gilles. **Bergsonismo**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

DELEUZE, Gilles. **Cartas e outros textos**. São Paulo: n-1 Edições, 2018a.

DELEUZE, Gilles. **Cine I**: Bergson y las imágenes. Buenos Aires: Editorial Cactus, 2009a.

DELEUZE, Gilles. **Cine II**: los signos del movimiento y el tiempo. Buenos Aires: Editorial Cactus, 2011a.

DELEUZE, Gilles. **Cine III**: verdad y tiempo. Potencias de lo falso. Buenos Aires: Editorial Cactus, 2018b.

DELEUZE, Gilles. **Conversações (1972-1990)**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e Clínica**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011b.

DELEUZE, Gilles. **Derrames**: entre el capitalismo y la esquizofrenia. 4. reimp. Buenos Aires: Editorial Cactus, 2005a.

DELEUZE, Gilles. **Derrames II**: aparatos de Estado y axiomática capitalista. Buenos Aires: Editorial Cactus, 2005b.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. 2. ed. 1. reimp., São Paulo: Edições Graal, 2009b.

DELEUZE, Gilles. **Dois regimes de loucos**. Textos e entrevistas (1975-1995). São Paulo: Editora 34, 2016.

DELEUZE, Gilles. **El poder**: curso sobre Foucault. Tomo II. Buenos Aires: Editorial Cactus, 2014.

DELEUZE, Gilles. **En medio de Spinoza**. 2. ed. Buenos Aires: Editorial Cactus, 2008b.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa**: Filosofia Prática. São Paulo: Escuta, 2002.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DELEUZE, Gilles. **Kant y el tiempo**. Buenos Aires: Editorial Cactus, 2008c.

DELEUZE, Gilles. **La subjetivación**: curso sobre Foucault. Tomo III. Buenos Aires: Editorial Cactus, 2015.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do Sentido**. 5. ed. 3. reimp. São Paulo: Perspectiva, 2009c.

DELEUZE, Gilles. **Nietzsche e a filosofia**. São Paulo: n-1 Edições, 2018c.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs**. Vol. 1. 2. ed., São Paulo: Editora 34, 2011a.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs**. Vol. 2. 2. ed., São Paulo: Editora 34, 2011b.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs**. Vol. 3. 2. ed., São Paulo: Editora 34, 2012a.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs**. Vol. 4. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012b.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs**. Vol. 5. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012c.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **O anti-Édipo**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos.** São Paulo: Escuta, 1998.

DERRIDA, Jacques. **Posições.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DESCARTES, René. **Discurso sobre o método.** Petrópolis: Vozes, 2018.

DESCARTES, René. **Princípios da filosofia.** Lisboa: Edições 70, 1997.

DONZELOT, Jacques. Uma Anti-Sociologia. *In:* CARRILHO, Manuel Maria (org.). **Capitalismo e Esquizofrenia.** Dossier Anti-Édipo. Lisboa: Assírio & Alvim, 1976. p. 153-184.

DOSSE, François. **A história em migalhas:** dos Annales à Nova História. São Paulo: Editora Unicamp, 1992.

DOSSE, François. **Gilles Deleuze & Félix Guattari.** Biografia Cruzada. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DUARTE, Fábio. **Crise das matrizes espaciais.** São Paulo: Perspectiva, 2002.

DUSSEL, Enrique. Meditações anticartesianas sobre a origem do antidiscurso filosófico da modernidade. *In:* SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul.** 3. reimp. São Paulo: Cortez, 2017. p. 341-395.

ESPOSITO, Roberto. **Pensamento vivo:** origem e atualidade da filosofia italiana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

FAUSTINO, Deivison Mendes. **A disputa em torno de Frantz Fanon:** a teoria e a política dos fanonismos contemporâneos. São Paulo: Intermeios, 2020.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial:** pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu, 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. *In*: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215.

FISHER, Mark. **Realismo Capitalista**: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que imaginar o fim do capitalismo? São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FONT, Joan Nogué; RUFÍ, Joan Vicente. **Geopolítica, identidade e globalização**. São Paulo: Annablume, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. Ditos e Escritos II. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Filosofia, diagnóstico do presente e verdade**. Ditos e Escritos X. Forense Universitária, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Lisboa: Edições 70, 2010.

FOUCAULT, Michel. Prefácio (Anti-Édipo) 1977. *In*: FOUCAULT, Michel. **Repensar a política**. Ditos e Escritos VI. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. p. 103-106.

FRASER, Nancy. **Escalas de justiça**. Barcelona: Herder Editorial, 2012. E-book.

FREIRE JR., Olival; PESSOA JR., Osvaldo; BROMBERG, Joan Lisa (org.). **Teoria Quântica**: estudos históricos e implicações culturais. Campina Grande: EDUEPB; São Paulo: Livraria da Física, 2011. E-book.

GAINZA, Mariana de. **Uma filosofia materialista do infinito positivo**. São Paulo: Edusp, 2011.

GALINDO, Caetano W. **Latim em pó: um passeio pela formação de nosso português**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2023.

GLISSANT, Édouard. **Poética da relação**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

GÓMEZ, Jorge R. Montenegro. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. 2006. 438 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

GONÇALVES, Márcia. **Filosofia da natureza**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GOULD, Stephen Jay. **Seta do tempo, ciclo do tempo: mito e metáfora na descoberta do tempo geológico**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GRAEBER, David; WENGROW, David. **O despertar de tudo: uma nova história da humanidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

GRANDI, Matheus da Silveira. **A construção escalar da ação no movimento dos sem-teto**. 2014. 345 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

GRANDI, Matheus da Silveira. O debate contemporâneo sobre as escalas geográficas na geografia brasileira: Reflexões Preliminares. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA*, 13., 2019, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Disponível em: https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/resources/anais/8/1562640978_ARQUIVO_GRANDI_2019_Debates-contemporaneos-sobre-escala-geografica-no-Brasil.pdf. Acesso em: 12 maio 2020.

GROSGUÉL, Ramón. Para descolonizar os estudos de Economia Política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. 3. reimp. São Paulo: Cortez, 2017. p. 455-491.

GROSGUÉL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. *In*: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramón (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 55-78.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. São Paulo: Papirus, 2017.

GUATTARI, Félix. **Caosmose**. São Paulo: Editora 34, 1992.

GUATTARI, Félix. El Quinto Mundo Nacionalitario. **Anales de la Cátedra Francisco Suárez**, v. 31, p. 73-77, 1994.

GUATTARI, Félix. **Escritos para el Anti-Edipo**. Buenos Aires: Editorial Cactus, 2019.

GUATTARI, Félix. **Líneas de fuga: por otro mundo de posibles**. Buenos Aires: Editorial Cactus, 2013.

GUATTARI, Félix. **O inconsciente maquínico: ensaios de esquizo-análise**. São Paulo: Papirus, 1988.

GUATTARI, Félix. **Plan sobre el planeta: capitalismo mundial integrado y revoluciones moleculares**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004.

GUATTARI, Félix. **Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional**. São Paulo: Ideias Letras, 2015a.

GUATTARI, Félix. **¿Qué es la Ecosofía?** Textos presentados y agenciados por Stephane Nadaud. Buenos Aires: Editorial Cactus, 2015b.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Sueli. **Micropolítica cartografias do desejo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

GUÉRIN, Daniel. **Bakunin**. Textos escolhidos. Porto Alegre: L&PM Editores, 1980.

GUÉRIN, Daniel. El anarquismo en la revolución española. *In: Los de siempre: las colectividades campesinas (1936-1939)*. Barcelona: Tusquets Editores, 1977. p. 15-56.

GUIMARÃES, Raul Borges. Escala Geográfica e Partitura Musical: considerações acerca do Sistema Modal e Tonal. *In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço e cultura: pluralidade temática*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2008. p. 279-292.

GUINSBURG, J. **O Romantismo**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

HAESBAERT, Rogério. “Acabar com esse muro”: escalas (d)e contenção territorial na metrópole. *In: SERPA, Angelo; CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). Geografia urbana: desafios teóricos contemporâneos*. Salvador: Edufba, 2018. p. 323-350.

HAESBAERT, Rogério. A corporificação “natural” do território: do terricídio à multiterritorialidade da Terra. **GEoграфия**, Niterói, v. 23, n. 50, p. 10-19, jan./jun. 2021a.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. *In: CASTRO, Iná Elias de Castro; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 165-205.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

HAESBAERT, Rogério. Por uma descolonização da região em geografia. *In: LEOPOLDO, Eudes et al. (org.). Por uma Nova Geografia Regional*. Rio de Janeiro: Consequência, 2021b. p. 25-48.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina”. Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação Geografia, Universidade Federal Fluminense, 2021c. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20210219014514/Territorio-decolonialidade.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2021.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARAWAY, Donna J. **O manifesto das espécies companheiras**: cachorros, pessoas e alteridade significativa. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

HARAWAY, Donna J. **Seguir con el problema**: generar parentesco en el Chthuluceno. Bilbao: Consoni, 2019.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem-estar comum**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARVEY, David. **El cosmopolitismo y las geografías de la libertad**. España: Ediciones Akal, 2017.

HARVEY, David. **Espacios de esperanza**. Madrid: Ediciones Akal, 2007.

HAWKING, Stephen. **Breves respostas para grandes questões**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

HEREDIA, Juan Manuel. **Mundología**. Jacob von Uexküll, aventuras inactuales de um personaje conceptual. Buenos Aires: Editorial Cactus, 2022.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Introdução. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 11-34.

HOLZER, Werther. Ensaio de Geografia Fenomenológica. *In*: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de (org.). **Qual o espaço do lugar?** Geografia, Epistemologia, Fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 281-304.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

INGOLD, Tim. **Estar vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. 1. reimp. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

INGOLD, Tim. **Líneas**: una breve historia. España: Gedisa Editorial, 2007.

JESSOP, Bob. Dinâmica do regionalismo e do globalismo: uma perspectiva de economia política crítica. *In*: BRANDÃO, Carlos Antônio; FERNÁNDEZ, Victor Ramiro; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.). **Escalas Espaciais, Reescalamentos e Estatalidades**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, Letra Capital, 2018. p. 43-70.

JESSOP, Bob; BRENNER, Neil; JONES, Martin. Teorizando as relações socioespaciais. **GEOgraphia**, Niterói, v. 19, n. 41, p. 107-119, set./dez. 2017.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**. Palavras de um Xamã Yanomami. 14. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto – PUC Rio, 2014.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

LACLAU, Ernesto. A política e os limites da modernidade. *In*: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 127-149.

LACOSTE, Yves. **A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 19. ed. Campinas: Papyrus, 2012.

LAPOUJADE, David. A outra margem do Ocidente. Nos limites do mundo. *In*: NOVAES, Adauto (org.). **Mutações: entre dois mundos**. São Paulo: Edições Sesc, 2017. p. 189-235.

LAPOUJADE, David. **Deleuze: movimentos aberrantes**. São Paulo: n-1 Edições, 2015.

LATOUR, Bruno. **Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno**. São Paulo: Ubu, 2020.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Salvador: Edufba; Bauru: Edusc, 2012.

LAWRENCE, David Herbert. **Apocalipse seguido de O Homem que Morreu**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1990.

LEFF, Enrique. **A aposta pela vida, imaginação sociológica e imaginários ambientais do Sul**. Petrópolis: Vozes, 2016.

LEITE DE BARROS, A. M.; ZANOTELLI, C. Questões de Michel Foucault à revista Hérodote e respostas dos geógrafos. **Geografares**, n. 21, p. 3-24, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/12161>. Acesso em: 3 jun. 2021.

LENCIONI, Sandra. **Metrópole, metropolização e regionalização**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.

LEOPOLDO E SILVA, Franklin. **Descartes**: a metafísica da modernidade. São Paulo: Moderna, 1993.

LIRA, Larissa Alves de. A Geografia entre a ciência e a literatura: longa duração, mediações dos espaços nacionais e a presença de Pierre Monbeig na Sorbonne, na Casa Velásquez e os primeiros anos no Brasil. *In*: LIRA, Larissa Alves de; SOUSA NETO, Manoel Fernandes de; DUARTE, Rildo Borges. **Geografias das Ciências, dos Saberes e da História da Geografia**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2020. p. 97-128.

MACHADO, Roberto. **Deleuze, a arte e a filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, Império e colonialidade. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. 3. reimp. São Paulo: Cortez, 2017. p. 396-443.

MALHEIRO, Bruno; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; MICHELOTTI, Fernando. **Horizontes amazônicos**: para repensar o Brasil e o mundo. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Expressão Popular, 2021.

MARANDOLA JR., Eduardo. As escalas da vulnerabilidade e a cidade. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2011. Disponível em: http://wiki.dpi.inpe.br/lib/exe/fetch.php?media=ser457-cst310:marandola_2011.pdf. Acesso em: 5 abr. 2019.

MARCUS, George E. Etnografía en/del sistema mundo. El surgimiento de la etnografía multilocal. **Alteridades**, v. 11, n. 22, p. 111-127, jul./dez. 2001.

MARSTON, Sallie; JONES III, John Paul; WOODWARD, Keith. Human Geography without scale. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 30, p. 416-432, 2005.

MARTINS, Élvio Rodrigues. O pensamento geográfico é geografia em pensamento? **GEOgraphia**, Niterói, ano 18, n. 37, p. 61-79, 2016.

MASSEY, Doreen. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. **GEOgraphia**, Niterói, ano 6, n. 12, p. 7-23, 2004.

MASSEY, Doreen. Globalización, espacio y poder. *In*: ENCUENTRO DE EXPERTOS GUBERNAMENTALES EN POLÍTICAS DE DESARROLLO TERRITORIAL EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 1., 2012, Santiago. **Anais...** Santiago: Cepal, 2015a.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política de espacialidades. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015b.

MBEMBE, Achile. **Brutalismo**. São Paulo: n-1 Edições, 2021.

MBEMBE, Achile. **Políticas da inimizade**. Portugal: Antígona Editores Refractários, 2017.

MENGUE, Philippe. **Deleuze o el Sistema de lo Múltiple**. Buenos Aires: Editorial Las Cuarenta, 2008.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Pós-colonialismo. *In*: SELL, Carlos Eduardo; MARTINS, Carlos Benedito. **Teoria Sociológica Contemporânea**. Autores e Perspectivas. Rio de Janeiro: Vozes, 2022.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 383-402.

MODENESI, Jean Calmon. A EcoFilosofia no pensamento de Heidegger e de Deleuze/Guattari. **Geografares**, v. 1, n. 33, p. 8-32, 2021.

MODENESI, Jean Calmon. **HomemTempo**. 2009. 247 f. Tese (Doutorado em Ciência da Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Teoria Literária, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: www.posciencialit.lettras.ufrj.br/images/Posciencialit/td/2009/10-jeancalmon_homemtempo.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

MONTEBELLO, Pierre. **Nietzsche: o mundo da Terra**. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

MOORE, Jason W. **Antropoceno ou Capitaloceno?** Natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022.

MORAES, Antonio Carlos Robert Moraes. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAL ITUARTE, Leandro del; HERNÁNDEZ-MORA ZAPATA, Nuria. Nuevos debates sobre escalas en política de aguas: Estado, cuencas hidrográficas y comunidades autónomas en España. **Ciudad y territorio: estudios territoriales**, v. XLVIII, n. 190, p. 563-583, 2016.

NEVES, Eduardo Góes. **Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central**. São Paulo: Edusp, Ubu, 2022.

NICOLESCU, Basarab. **O manifesto da transdisciplinaridade**. 2. ed. São Paulo: Triom, 1999.

NIETZSCHE, Friederich. **Crepúsculo dos ídolos**. São Paulo: Schwartz, 2017.

NIETZSCHE, Friederich. **Fragmentos póstumos (1887-1889)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. Vol. VII.

NIETZSCHE, Friederich. **Obras incompletas**. São Paulo: Editora 34, 2014.

NOVELLO, Mario. **O universo inacabado: a nova face da ciência**. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**: Sudene, Nordeste, planejamento e conflitos de classe. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

ORTIZ, Renato. **Um outro território**: ensaios sobre a mundialização. São Paulo: Olho D'Água, 1996.

PARIKKA, Jussi. **Una geología de los medios**. Buenos Aires: Caja Negra, 2021.

PECK, Jamie. Economías políticas de escala: políticas rápidas, relaciones inter escalares y *workfare* neoliberal. In: FERNÁNDEZ, Víctor Ramiro; BRANDÃO, Carlos. **Escalas y políticas del desarrollo regional**. Buenos Aires: Mino y Dávila Editores, 2010. p. 77-120.

PEREIRA, Luiz A. G.; CORREIA, Idalécio S.; OLIVEIRA, Anelito P. de. Geografia fenomenológica: espaço e percepção. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 11, n. 35, p. 173-178, set. 2010.

PESSOA JR, Osvaldo. **Conceitos de Física Quântica**. 3. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2006. Vol. I.

PIRES DO RIO, Gisela Aquino; DRUMMOND, Helena Ribeiro; RIBEIRO, Christian Ricardo. Água: urgência de uma agenda territorial. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. XIX, n. 4, p. 105-120, out./dez. 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A territorialidade seringueira: geografia e movimento social. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 67-88, 1999.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De caos sistêmico e de crise civilizatória: tensões territoriais. **Territorium**, Coimbra, v. II, n. 27, p. 5-20, 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de Oliveira. **Geografia e giro descolonial**: experiência, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 37-56.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. 3. reimp. São Paulo: Cortez, 2017. p. 84-130.

RAMBO, Anelise Graciele. **Análise escalar das dinâmicas territoriais de desenvolvimento e as contribuições da Nova Sociologia Econômica e Nova Economia Institucional**: um estudo de experiências no noroeste gaúcho. 2011. 282 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

RAMÍREZ, Blanca Rebeca. De la escala ao espacio en la construcción del desarrollo regional. *In*: FERNÁNDEZ, Víctor Ramiro; BRANDÃO, Carlos. **Escalas y políticas del desarrollo regional**. Buenos Aires: Mino y Dávila Editores, 2010. p. 217-237.

RAMOS, Alcida Rita. **Memórias Sanumá**. Espaço e Tempo em uma sociedade yanomami. São Paulo: Marco Zero / Editora da UnB, 1990.

RIBEIRO, Guilherme. **Fernand Braudel, Geohistória e longa duração**: críticas e virtudes de um projeto historiográfico. São Paulo: Annablume, 2016.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Ch'ixinakax Utxiwa**: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón Editores, 2019a.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Un mundo Ch'ixi es posible**: ensayos desde un presente en crisis. Buenos Aires: Tinta Limón Editores, 2019b.

ROSENBLUM, Bruce; KUTTNER, Fred. **O enigma quântico**: o encontro da Física com a consciência. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

ROVELLI, Carlo. **Anaximandro de Mileto**: o nascimento do pensamento científico. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

ROVELLI, Carlo. **A ordem do tempo**. Rio de Janeiro: Schwarcz, 2018.

ROVELLI, Carlo. **A realidade não é o que parece**: a estrutura elementar das coisas. Rio de Janeiro: Schwarcz, 2017.

ROVELLI, Carlo. **Sete breves lições de Física**. Rio de Janeiro: Schwarcz, 2016.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SANFELICI, Daniel. A financeirização do circuito imobiliário como rearranjo escalar do processo de urbanização. **Confins** – Revista franco-brasileira de Geografia, n. 18, p. 1-18, 2013.

SANFELICI, Daniel. As escalas de acumulação na produção das cidades. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (org.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 121-143.

SANT'ANNA, Fernanda Mello. **Governança multiescalar dos recursos hídricos transfonteiriços na Amazônia**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B5uBt99PdGHCCnZSTU5fNU8zWkU/view>. Acesso em: 15 maio 2016.

SANTOS, César Simoni. Escalas Geográficas: instrumentos de observação ou objeto de investigação? *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SANTOS, César Simoni; ALVAREZ, Isabel Pinto. **Geografia urbana crítica**: teoria e método. São Paulo: Contexto, 2018. p. 89-108.

SANTOS, César Simoni. Um conceito concreto de escala. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza (org.). **A necessidade da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2019. p. 29-41.

SANTOS, Leonardo Lemos da Silveira; SILVEIRA, Rafael Alcadipani da. Por uma epistemologia das práticas organizacionais: a contribuição de Theodore Schatzki. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 22, n. 72, p. 79-98, jan./mar. 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Renato Emerson dos. Geografias da ação nas lutas anti-racismo: um olhar aproximativo. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 18., 2019. **Anais eletrônicos...** Natal: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=902>. Acesso em: 23 jun. 2020.

SANTOS, Renato Emerson dos. **Movimentos sociais e geografia**: sobre a(s) espacialidade(s) da ação social. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 4. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Singularidades**: um manifesto a favor da ciência territorial popular feita na práxis descolonial e contra-hegemônica. Rio de Janeiro: Consequência, 2022.

SARAMAGO, Lúcia. Como ponta de lança: o pensamento do lugar em Heidegger. *In*: MARANDOLA, JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lúcia de (org.). **Qual o espaço do lugar?** Geografia, Epistemologia, Fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 193-225.

SHELDRAKE, Merlin. **A trama da vida**: como os fungos constroem o mundo. São Paulo: Ubu, 2021.

SILVA, Ana Cristina da. **Território e significações imaginárias no pensamento geográfico brasileiro**. Goiânia: Editora UFG, 2013.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. **A geografia trágica em Nietzsche**. Rio de Janeiro: E-papers, 2018.

SILVA, Gerardo. Logística e Território: implicações para as políticas públicas de desenvolvimento. *In*: MONIÉ, Frédéric Monié; SILVA, Gerardo. **A mobilização produtiva dos territórios**: instituições e logística do desenvolvimento local. Rio de Janeiro: DPA, 2003. p. 81-98.

SILVA, Joseli Maria Silva; ORNAT, Márcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. A visibilidade e a invisibilidade feminina na pesquisa geográfica: uma questão de escolhas metodológicas. *In*: SILVA, Joseli Maria Silva; ORNAT, Márcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. **Espaço, Gênero**: feminilidades ibero-americanas. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011. p. 21-41.

SIMONDON, Gilbert. **La individuación a la luz de las relaciones de forma y de información**. 2. ed. Buenos Aires: Editorial Cactus, 2015.

SOJA, Edward W. **Posmetropolis**: estudios críticos sobre las ciudades y las regiones. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de Souza; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2016. p. 147-166.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Ambiente. **GEOgraphia**, v. 24, n. 53, p. 1-6, 2022.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ambientes e territórios**: uma introdução à ecologia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A pandemia e a “ambientalização” da Geografia: um desafio epistêmico-político. **Geografares**, n. 31, p. 65-85, 2020.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a Ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, Iná Elias de Castro; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Por uma geografia libertária**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

SPINOZA, Benedictus de. **Ética**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Glossário de Geografia Humana e Econômica**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio. O conceito de território no Brasil: entre o urbano e o rural. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 38, v. 2, p. 84-112, 2016.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA,

Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 123-145.

SPRINGER, Simon. Human Geography without hierarchy. **Progress in Human Geography**, v. 38, n. 3, p. 402-419, 2014.

SRNICEK, Nick. **Capitalismo de plataformas**. Buenos Aires: Caja Negra, 2018.

STEINBERGER, Marília. **Território, Estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: Ler, 2013.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes: resistir à catástrofe que se aproxima**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SUERTEGARAY, Dirce M. A. Espaço geográfico uno e múltiplo. *In*: SUERTEGARAY, Dirce M. A. *et al.* (org.). **Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 2000. p. 13-34.

SWYNGEDOUW, Erik. Globalización o glocalización? Redes, territórios y reescalamiento. *In*: FERNÁNDEZ, Víctor Ramiro; BRANDÃO, Carlos. **Escalas y políticas del desarrollo regional**. Buenos Aires: Mino y Dávila Editores, 2010. p. 47-75.

TEIXEIRA, Wilson *et al.* **Decifrando a Terra**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 2021.

TIBLE, Jean. **Marx selvagem**. 3. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

TSING, Anna Lowenhaupt. **O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo**. São Paulo: n-1 Edições, 2022.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno**. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

TURRA NETO, Nécio. Espaço e lugar no debate sobre território. **Geograficidade**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 52-59, 2015.

VAINER, Carlos Bernardo. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 13-32, ago./dez. 2001.

VEIGA, José Eli da. **O Antropoceno e a ciência do sistema Terra**. São Paulo: Editora 34, 2019.

VELLOSO, Rita. Pensar por constelações. *In*: JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva. **Nebulosas do pensamento urbanístico**. Tomo I. Modos de Pensar. Salvador: Edufba, 2018. p. 100-121.

VELTZ, Pierre. **Mundialización, ciudades y territorios: la economía de archipiélago**. Barcelona: Ariel, 1999.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Prefácio. Que Temos Nós com Isso? *In*: AZEVEDO, Beatriz. **Antropofagia – Palimpsesto Selvagem**. São Paulo: Cosac Naify, 2016. p. 10-19.

VON UEXKÜLL, Jacob. **Andanzas por los mundos circundantes de los animales y los hombres**. Buenos Aires: Editorial Cactus, 2016.

WHITACKER, Arthur Magnon; VERDELHO, Rafael de O. R. Reestruturação econômica e espacial no estado de São Paulo e o Valor Adicionado Fiscal (VAF) gerado pelas indústrias de alta e baixa inovação tecnológica. *In*: SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **O novo mapa da indústria no início do século XXI: diferentes paradigmas para a leitura das dinâmicas territoriais do estado de São Paulo**. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 35-70.

WILLIAMS, Alex; SRNICECK, Nick. Manifiesto por una Política Aceleracionista. *In*: AVANESSIAN, Armen; REIS, Mauro. **Aceleracionismo: estrategias para una transición hacia el capitalismo**. Buenos Aires: Caja Negra, 2017. p. 33-48.

WOODCOCK, George. **Anarquismo**: uma história das idéias e movimentos libertários. Vol. 1 – A idéia. Porto Alegre: LP&M Editores, 1983.

ZANOTELLI, Cláudio. **As estruturas abertas e mutantes do pensamento e do mundo**: derivas entre a Geografia e a Antropologia. São Paulo: Tiragem Livre, 2019.

ZANOTELLI, Cláudio. **Geofilosofia e Geopolítica em Mil Platôs**. Vitória: Edufes, 2014.

ZANOTELLI, Cláudio; SIMÕES; Roberto Garcia. As regiões escalares como pensamento de Estado e a busca de linhas que entrelaçam múltiplas segmentações. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 13., 2019, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Associação Nacional da Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2019. Disponível em: http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562620540_ARQUIVO_AescalacomopensamentodeEstado_final.pdf. Acesso em: 20 maio 2020.